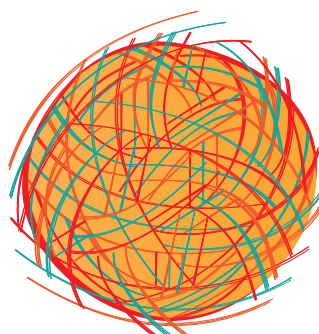


Zilda Gaspar Oliveira de Aquino
Paulo Roberto Gonçalves Segundo
Larissa Minuesa Pontes Marega
Urbano Cavalcante Filho
Thiago Jorge Ferreira Santos
Gabriela Dioguardi
(Orgs.)



VI EPED

ENCONTRO DE PÓS-GRADUANDOS EM ESTUDOS DISCURSIVOS DA USP

A multidisciplinaridade nos estudos discursivos

São Paulo, 2015

Paulistana
~ Editora ~

Revisão técnica

Zilda Gaspar Oliveira de Aquino
Paulo Roberto Gonçalves Segundo
Larissa Minuesa Pontes Marega
Urbano Cavalcante Filho
Thiago Jorge Ferreira Santos
Gabriela Dioguardi

Conselho editorial

Álvaro Antônio Caretta (UNIFESP)	Manoel Luiz Gonçalves Corrêa (USP)
Ana Elvira Luciano Gebara (FGV/UNICSUL)	Márcia Regina Curado Pereira Mariano (UFS)
Ana Lúcia Tinoco Cabral (UNICSUL)	Maria Aparecida Garcia Lopes-Rossi (UNITAU)
Ana Rosa Ferreira Dias (USP/PUCSP)	Maria Bernadete Fernandes de Oliveira(UFRN)
Anselmo Pereira de Lima (UTFPR)	Maria Flávia Figueiredo (UNIFRAN)
Artarxerxes Tiago Tácito Modesto (FALS)	Maria Helena da Nóbrega (USP)
Beatriz Daruj Gil (USP)	Maria Inês Batista Campos (USP)
Dina Maria Martins Ferreira (UECE)	Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade (USP)
Eduardo Lopes Piris (UESC)	Maria Valéria Anderson de Mello Vargas (USP/UNICSUL)
Eliana Amarante de Mendonça Mendes (UFMG)	Marli Quadros Leite (USP)
Elis de Almeida Cardoso Caretta (USP)	Moisés Olímpio Ferreira (UESC)
Elisa Guimarães (USP)	Norma Seltzer Goldstein (USP)
Elisabetta Santoro (USP)	Paula de Souza Gonçalves Morasco
Elizabeth Harkot-de-La-Taille (USP)	Paulo Roberto Gonçalves Segundo (USP)
Emerson de Pietri (USP)	Renata Coelho Marchezan (UNESP)
Fábio Fernando Lima	Renata Palumbo (FMU)
Guaraciaba Micheletti (USP/UNICSUL)	Renato Cabral Rezende (UNIFESP)
Helena Hathsue Nagamine Brandão (USP)	Renira Appa Cirelli (FIA/FECAP)
Hudinilson Urbano (USP)	Sandoval Nonato Gomes Santos (USP)
Iran Ferreira de Melo (UFPE)	Sandro Luis da Silva (UNIFESP)
Isabel Cristina Michelan de Azevedo (UFS)	Sheila Vieira de Camargo Grillo (USP)
José da Silva Simões (USP)	Vânia Lúcia Menezes Torga (UESC)
Leonor Lopes Fávero (USP/PUCSP)	Viviane Vieira (UnB)
Luiz Antonio da Silva (USP)	Zilda Gaspar Oliveira de Aquino (USP)
Luiza Helena Oliveira da Silva (UFT)	

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Marco Antonio Zago
Vice-Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP

Diretor: Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu
Vice-Diretor: Prof. Dr. João Roberto Gomes de Faria

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas

Chefe: Prof. Dra. Marli Quadros Leite
Suplente: Prof. Dr. Paulo Martins

Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa

Coordenadora: Prof. Dra. Sheila Vieira de Camargo Grillo

Aquino, Z. G. O.; Gonçalves Segundo, P. R.; Marega, L. M. P.; Cavalcante F^o, U.; Santos, T. J. F.; Dioguardi, G. (Orgs.).
A multidisciplinaridade nos estudos discursivos. São Paulo: Editora Paulistana, 2015. 516p. ISBN 978-85-99829-78-3.
Acessível em: <http://eped.fflch.usp.br/>

1. Linguagem 2. Estudos do Discurso. 3. Análise do Discurso. 4. Semiótica. 5. Retórica. 6. Filologia. 7. Literatura.
8. Gêneros Discursivos. 9. Discurso Jornalístico.

Os artigos publicados nesta obra são de inteira responsabilidade de seus autores.

SUMÁRIO

Prefácio	5
Os discursos da telenovela sobre as práticas do jornalista	10
<i>Adaci Aparecida Oliveira Rosa da Silva</i>	
A canção utilizada como espaço retórico: a dimensão da melos como prova não proposicional	42
<i>Adriano Dantas de Oliveira</i>	
Retórica, argumentação e história: uma perspectiva interdisciplinar de análise da identidade leste-timorense	63
<i>Alexandre Marques Silva</i>	
O uso de personagens em narrativas de não ficção: uma nova proposta de interpretação do jornalismo literário	84
<i>André Cioli Taborda Santoro</i>	
A contribuição do livro didático de português na formação cidadã do aluno: oralidade em foco	105
<i>Andréa Gomes de Alencar</i>	
Ética e estética em Diderot e Zilberberg	126
<i>Carolina Tomasi e Saulo Nogueira Schwartzmann</i>	
O funcionalismo na Moderna Gramática Portuguesa de Evanildo Bechara	146
<i>Cíntia Cardoso de Siqueira</i>	
A oralidade como recurso expressivo no conto “Gaetaninho”, de Alcântara Machado	161
<i>Denise Durante</i>	
A Canção dos Imortais dos índios Ticuna	178
<i>Edson Tosta Matarezio Filho</i>	
Discursos sobre a Guerra de Canudos: inter-relação de cultura e ciência	203
<i>Ester Sanches Ribeiro</i>	
As metagensagens e a ameaça às faces na interação conversacional de atores teatrais	220
<i>Evandro Santos Reis</i>	
O engajamento na imprensa esportiva brasileira: uma investigação sociossemiótica da contração e da expansão dialógica nos debates acerca do futebol	233
<i>Felipe de Oliveira Taddei</i>	

Entre a diversidade e a discriminação: a ambivalência da representação de minorias em revistas de nicho	255
<i>Filipe Mantovani Ferreira</i>	
Identidade: uma perspectiva semiótica	274
<i>Ilca Suzana Lopes Vilela</i>	
Manifestações pronominais da segunda pessoa do singular – língua popular em recorte sincrônico de usos	298
<i>Ivanilde da Silva</i>	
Discurso, Identidade e Argumentação: um estudo interdisciplinar de revistas infantis	312
<i>Letícia Fernandes de Britto Costa</i>	
Para além dos discursos: a construção de imaginários políticos por Vargas e Perón	330
<i>Mayra Coan Lago</i>	
Análise Crítica do Discurso: um estudo transdisciplinar da Carta-Testamento de Getúlio Vargas	350
<i>Nilton Cesar Nicola</i>	
Atores sociais da nova classe média e sua representação no discurso noticioso do jornal Folha de S. Paulo	362
<i>Paula de Souza Gonçalves Morasco</i>	
Engajamento e polemicidade: um estudo da contração dialógica nos debates em redes sociais	389
<i>Rafael Henrique Lima Fulanetti</i>	
O tratamento dos idiotismos na gramática de D. Jeronymo Contador de Argote – Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina (1725)	408
<i>Raquel do Nascimento Marques</i>	
O terrível mal de São Lázaro na capitania de São Paulo – análise do discurso setecentista em correspondências administrativas oficiais	427
<i>Renata Ferreira Munhoz</i>	
A mídia impressa e a divulgação do discurso jurídico – estratégias de formação de opinião	453
<i>Renata Seriacopi Rabaça</i>	
Quarto de senhora e quarto de criada: um exercício de análise de cultura material	476
<i>Simone Andriani dos Santos</i>	
A arquitetônica da responsabilidade: um rastreio pela elaboração do conceito bakhtiniano	500
<i>Urbano Cavalcante Filho</i>	

PREFÁCIO

Zilda Gaspar Oliveira de AQUINO

Paulo Roberto GONÇALVES SEGUNDO

A multidisciplinaridade nos estudos discursivos constitui o resultado das pesquisas e das discussões ocorridas durante o VI Encontro de Pós-Graduandos em Estudos Discursivos da USP (VI EPED-USP), realizado nas dependências da FFLCH – USP, nos dias 23 e 24 de abril de 2014. Esse evento oportunizou aos investigadores em formação espaços de discussão teórico-metodológica, tendo em vista a promoção do enriquecimento e do amadurecimento necessários à vivência no meio acadêmico. Nesse espaço aberto a alunos-pesquisadores, a presença de professores teve um cariz de orientação dos debates e de abertura para trocas produtivas entre os participantes no que concerne às teorias do discurso em suas diversas vertentes. Assim, localizam-se trabalhos voltados à Análise do Discurso de orientação francesa, anglo-saxônica, Semiótica, Análise da Conversação, Análise Crítica do Discurso, Teoria Bakhtiniana, Retórica e Teorias da Argumentação, Linguística Cognitiva, Linguística Aplicada, assim como à História das Ideias Linguísticas, entre os que mais estiveram representadas. Os vinte e três trabalhos presentes nesta obra abrem-se com as discussões de Rosa da Silva que realiza um estudo comparativo a partir da análise da dramaturgia brasileira em *Os discursos da telenovela sobre as práticas do jornalista*. Entre os resultados, indica que “na dramaturgia, a palavra perfeita e a fotografia da cena elaboradas no texto reificam a credibilidade no jornalismo e no jornalista” (pág.01). A pesquisa seguinte, realizada por Oliveira, toma o discurso presente na canção de Chico Buarque para discutir questões retóricas e semióticas. Em *A canção utilizada como espaço retórico: a dimensão da melos como prova não proposi-*

cional, destaca as estratégias e os recursos discursivos utilizados para fins determinados de persuasão e de efeitos de sentido.

Marques Silva apresenta, a seguir, *Retórica, argumentação e história: uma perspectiva interdisciplinar de análise da identidade leste-timorense* em que analisa o discurso do presidente Xanana Gusmão, para buscar marcas de construção de identidade e “explicitar que o discurso político, ao estabelecer um jogo de representações sociais da realidade, participa da edificação da identidade do povo” (pág.01) de Timor-Leste. A autoria do quarto trabalho é de Alencar, intitula-se *A contribuição do livro didático de português na formação cidadã do aluno: oralidade em foco* e tem por proposta analisar, a partir do embasamento na Teoria Dialógica de Bakhtin, de que modo se dá o tratamento das atividades orais, tendo em vista a formação discente. O trabalho seguinte corresponde aos resultados alcançados por Tomasi e Schwartzmann ao se dedicarem à Ética e estética em Diderot e Zilberberg. Voltam-se à Semiótica tensiva para discutir conceitos que são caros à literatura e à pintura, como a etização e a estetização nas relações entre sujeito e objeto.

O funcionamento da língua e a questão da gramatização constituem elementos centrais do trabalho de Siqueira que tem por base epistemológica a teoria de Auroux (2009), voltada à História das Ideias Linguísticas. Em *O funcionalismo na Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara, a autora analisa o funcionamento do advérbio. A seguir, Durante apresenta os resultados de sua pesquisa direcionada à relação fala e escrita na obra literária de um escritor paulistano. Sob o título *A oralidade como recurso expressivo no conto “Gaetaninho”, de Alcântara Machado*, observa as marcas indicativas do processo instaurado pelo Modernismo quanto à ruptura das prescrições gramaticais. O embasamento teórico corresponde aos preceitos da Análise da Conversação.

A Canção dos Imortais dos índios Ticuna é o título do trabalho de Matarezio Filho que tem por proposta descrever o ritual *A Festa da Moça Nova*. A Semiótica constitui sua base epistemológica para as análises, a partir das quais conclui que os Ticuna expressam nessa canção, entre outros, “a inconformidade dos imortais com as negligências

dos humanos, que os mantêm na condição em que estão” (pág.01). O trabalho seguinte *Discursos sobre a Guerra de Canudos: inter-relação de cultura e ciência*, produzido por Ribeiro, volta-se à imprensa brasileira do final do século XIX, para analisar o episódio de Canudos. Sua proposta é destacar que o discurso jornalístico buscou “legitimar uma ideologia “civilizacional” de bases culturalistas e raciais” (pág.01). Foucault constitui a obra central para direcionar a análise de um artigo de Euclides da Cunha.

A pesquisa de Reis volta-se à Análise da Conversação e se intitula *As metagens e a ameaça às faces na interação conversacional de atores teatrais*. O autor busca evidenciar as marcas linguísticas que encaminham para as metagens, tendo em vista uma interação em que a ameaça à face pode se dar de modo implícito. Em seguida, temos o trabalho de Taddei que toma por base epistemológica a Linguística Sistemico-funcional para tratar do *engajamento na imprensa esportiva brasileira: uma investigação sociosemiótica da contração e da expansão dialógica nos debates acerca do futebol*. Analisa a polemicidade e a espetacularização para depreender a configuração que os atores sociais conferem à temática foco da discussão e como se marca a *persona aural* nesse discurso.

Ferreira aborda a representação do homossexual em revistas de nicho, mostrando, em seu artigo *Entre a diversidade e a discriminação: a ambivalência da representação de minorias em revistas de nicho*, que a Revista Junior constrói, simultaneamente, uma imagem positiva do grupo minoritário que constitui seu público, ao mesmo tempo em que sustenta discursos que reforçam preconceitos com relação a comportamentos e características normalmente atribuídas a esse grupo.

Em um texto de reflexão teórica, denominado *Identidade: uma perspectiva semiótica*, Vilela discute a questão da identidade na perspectiva da semiótica francesa, considerando Saussure, Greimas e Landowski em sua exposição. Já Silva, no texto subsequente, aborda os usos de pronomes de segunda pessoa na fala popular de São José dos Campos, a partir de uma convergência entre Sociolinguística Variacionista, Funcionalismo

Linguístico e Sociolinguística Interacional, destacando o papel das faces positiva e negativa no que concerne à seleção das alternativas. O artigo intitula-se *Manifestações pronominais da segunda pessoa do singular – língua popular em recorte sincrônico de usos*.

Costa, em *Discurso, Identidade e Argumentação: um estudo interdisciplinar de revistas infantis*, analisa a construção da identidade infantil em revistas especializadas da década de 30, tomando como principais orientações teóricas a Nova Retórica, de Perelman & Olbrechts-Tyteca, e a proposta de Jungwirth, socióloga alemã, de se investigar a constituição das identidades no discurso em uma perspectiva interdisciplinar que relaciona Linguística, História, Sociologia, Ciência Política, dentre outras áreas.

A partir da Semiologia, Lago, em seu artigo *Para além dos discursos: a construção de imaginários políticos por Vargas e Perón*, examina a construção discursiva do *ethos* dos governantes e dos imaginários ligados ao apoio e à coesão do povo brasileiro e argentino em relação aos seus governos, o que está relacionado a uma tentativa de legitimar tais regimes.

Nicola toma como objeto de estudo a Carta-Testamento de Getúlio Vargas, buscando integrar as concepções de complexidade, propostas por Morin, ao arcabouço da Análise Crítica do Discurso, em seu *Análise Crítica do Discurso: um estudo transdisciplinar da Carta-testamento de Getúlio Vargas*. Na sequência, Morasco, também filiada à perspectiva crítica do discurso, analisa a construção dos rolinhos nas notícias publicadas na Folha de S. Paulo, atentando para a relação entre ideologia e instanciação linguística, a partir das categorias propostas por Van Leeuwen para a representação dos atores sociais. Trata-se do texto intitulado *Atores sociais da nova classe média e sua representação no discurso noticioso do jornal "Folha de S. Paulo"*.

O conflito e a polêmica em redes sociais são temas do artigo de Fulanetti, *Engajamento e polemicidade: um estudo da construção dialógica nos debates em redes sociais*. A partir de uma perspectiva sistêmico-funcional, orientada pela Teoria da Avaliatividade, o autor examina o papel de recursos de contração dialógica — responsáveis pela rejeição

parcial ou total de vozes alternativas no discurso — no debate promovido por internautas em resposta às publicações da ATEA (Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos).

Marques, em um trabalho que se liga à História das Ideias Linguísticas, parte da noção de *gramatização*, proposta por Auroux, para discutir a questão dos idiotismos no texto *O tratamento dos idiotismos na gramática de D. Jeronymo Contador de Argote - Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina (1725)*. Já Munhoz, analisando um *corpus* também do século XVIII, toma como objeto a análise da intersubjetividade e da ideologia em correspondências administrativas oficiais enviadas pelo Morgado de Mateus, governador e capitão-general da capitania de São Paulo, ao secretário do reino, o Conde de Oeiras, a partir de um diálogo entre a Filologia e a Linguística Sistêmico-Funcional, com ênfase na Avaliatividade. Trata-se do texto intitulado *O terrível mal de São Lázaro na capitania de São Paulo - análise do discurso setecentista em correspondências administrativas oficiais*.

Rabaça, em *A mídia impressa e a divulgação do discurso jurídico – estratégias de formação de opinião*, correlaciona a Teoria da Argumentação aos estudos sobre referência para compreender o processo de formação de opinião do público-leitor a partir de um artigo publicado em um *site* de consultoria jurídica em setembro de 2013.

As distinções entre quartos de senhoras e criadas verificadas a partir de descrições oriundas de manuais de comportamento publicados entre 1870 e 1920 são objetos de análise no artigo *Quarto de senhora e quarto de criada: um exercício de análise de cultura material*, de autoria de Santos.

Por fim, o texto de Urbano, intitulado *A arquitetônica da responsabilidade: um rastreio pela elaboração do conceito bakhtiniano*, discute a noção de *arquitetônica* a partir de um resgate de quatro trabalhos iniciais do autor, necessários para uma compreensão apurada do conceito.

Assim, convidamos a todos para a leitura deste livro, que, certamente, contribuirá para o enriquecimento e para o amadurecimento teórico e analítico de pesquisadores interessados nos estudos discursivos.

OS DISCURSOS DA TELENVELA SOBRE AS PRÁTICAS DO JORNALISTA

Adaci Aparecida Oliveira Rosa da SILVA¹

Resumo: *Discute as mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas. Trata-se de uma pesquisa comparativa entre o perfil do profissional e os discursos dos personagens da telenovela sobre as práticas do jornalista. Subsidiaram este estudo as pesquisas empíricas realizadas pelo Centro de Pesquisas Comunicação e Trabalho (CPCT) da ECA USP, no período de 2008 a 2012, e três produções da teledramaturgia brasileira: “A Favorita” (2008), “Paraíso” (2009) e “Insensato Coração” (2011), que apresentam o profissional jornalista como personagem. A partir da comparação, este trabalho observou que: (i) a telenovela retrata as mudanças das tecnologias empregadas no processo comunicativo, (ii) os personagens, a despeito das mudanças tecnológicas, não discursivizam sobre como estas novas estratégias afetaram o ritmo de trabalho, ou as relações de trabalho e, (iii) na dramaturgia, a palavra perfeita e a fotografia da cena elaboradas no texto reificam a credibilidade no jornalismo e no jornalista.*

Palavras-chave: *jornalistas; comunicação; trabalho; mundo do trabalho; telenovela.*

1. Introdução

Pensar o mundo do século XXI é refletir sobre amplas e complexas mudanças no campo da comunicação e seus produtos associados à convergência tecnológica. Não se pode conceituar/considerar evolução e progresso sem antes problematizar o alcance dessas mudanças no seu referente, que é a informação, e seus reflexos na realização do trabalho dos profissionais da comunicação. Alteram-se os processos de organização da

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Asa Fujino. Bolsista CAPES. E-mail: adaci.rs@gmail.com

produção e, por conseguinte, a relação do homem com o seu trabalho². Neste estudo, destaca-se o trabalho dos jornalistas, a fim de refletir acerca da profissão dos jornalistas no momento presente, tendo em vista tanto a relevância do fenômeno da comunicação na sociedade contemporânea quanto a centralidade do trabalho na constituição do sujeito social.

O interesse acadêmico quanto à importância da imprensa jornalística está representado em densa literatura, mantendo ininterrupta vigilância crítica, desde a rotina de trabalho de seus profissionais até a consolidação e manutenção da liberdade de expressão e de imprensa. Essas pesquisas não deixam de refletir sobre a sociedade e seu tempo, os modos de produção, os processos políticos, os meios de comunicação e a relação entre eles. Assim, interessa-nos verificar em que medida essas questões são articuladas em processos de significação no cotidiano e nas visões de mundo dos indivíduos e da sociedade.

Esta pesquisa sobre as mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas partiu dos resultados de pesquisas fundamentadas em dados empíricos e se estendeu à lógica de produção da televisão, elegendo a telenovela para a investigação de seus conteúdos quanto às considerações sociais, culturais e produtivas sobre o trabalho do jornalista, na tentativa de aproximar os discursos que circulam na sociedade sobre estas mudanças³. Centramos a atenção no modo como as instituições da mídia discursivizam sobre o papel do jornalismo na sociedade, como produzem essas mensagens e as põem em circulação (HALL, 2009).

² Este conceito sustentado pelo Marxismo referente à Revolução Industrial (séc. XVIII) é perfeitamente aplicável ao contexto sociotécnico: “nas palavras de Marx: uma transformação radical no modo de produção em uma esfera da indústria envolve transformações semelhantes em outras esferas (...) a revolução nos modos de produção da indústria e da agricultura tornou necessária a revolução nas condições gerais do processo social de produção, isto é, nos meios de comunicação e transporte...” (Karl Marx e a revolução industrial. In: SWEEZY, Paul. *Capitalismo Moderno*. Rio de Janeiro: Graal, 1977, p. 131-49).

³ O texto aqui apresentado é parte do estudo comparativo realizado pela autora para dissertação de mestrado concluído em 2012, que tomou como elementos para análises os dados das pesquisas sobre o perfil dos jornalistas do *Estado de São Paulo*, e representações de personagens jornalistas de telenovelas da Rede Globo de Televisão.

2. Trabalho e jornalismo

Nas últimas décadas, os meios de comunicação sofreram mudanças significativas, desde a consolidação do negócio da mídia e do consumo midiático, a formação de conglomerados e oligopólios de mídias, os sucessivos avanços tecnológicos até a introdução da internet e da comunicação em rede; e, em decorrência, a reconfiguração dos processos de produção e a exigência de novas habilidades dos profissionais da comunicação constituíram um novo perfil profissional multitarefa para os comunicadores (SCOLARI, 2008).

O reconhecimento das propriedades/peculiaridades desse contexto de mudanças é a condição chave para se alcançar a dimensão e a conformação atual do mundo do trabalho dos profissionais de comunicação, que a partir das transformações tecnológicas obteve avanços técnicos extraordinários. Para o trabalho dos jornalistas, porém, a mesma razão tecnológica, na dinâmica comercial e empresarial capitalista da multiplicação das tarefas no trabalho⁴, depõe o contraditório ao introduzir, na condição de subprodutos, a ausência de tempo para a análise crítica das matérias jornalísticas, devido à intensificação do ritmo de trabalho; e o distanciamento da instituição para a qual trabalha, tendo em vista a intensa flexibilização dos contratos de trabalho, além da elevada tendência do trabalho individualista, sem a perspectiva da formação de um coletivo, nos termos profissionais, para a negociação coletiva de benefícios e garantias trabalhistas. Tal crítica é frequente nas pesquisas desenvolvidas em jornalismo que se preocupam com o lugar da informação na sociedade atual e suas condições de produção.

De acordo com Alberto Dines, renomado jornalista brasileiro, em entrevista ao *Canal Portal Brasil* (2011), o jornalista da atualidade tem à disposição uma massa de informações impensável até há pouco tempo, contudo, surge um tipo de jornalismo

⁴ De acordo com David Harvey (1993) os avanços das tecnologias no mundo do trabalho acentuaram as características do capitalismo: intensificação da lógica do crescimento, da dinâmica intrínseca tecnológica e organizacional e manutenção do trabalho vivo, ainda mais explorado. HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 3.ed. São Paulo: Loyola, 1993.

“montado” com o que há disponível na rede. O autor acrescenta que “o jornalista está na vanguarda da sociedade; ele é o radar, o sonar, ele funciona como os poros, que vai percebendo as coisas todas. Então, o próprio avanço da sociedade e da tecnologia faz com que o jornalismo regrida” (DINES, s/p, 2011).

Não se espera que a tecnologia, que pressupõe acréscimos de tempo, reduza a qualidade dos serviços prestados pelos jornalistas à comunidade receptora, todavia, tendo em vista a proliferação de tarefas adicionais, esses fatores intensificam ainda mais o trabalho dos jornalistas.

O enfraquecimento dos aspectos basilares da profissão põe em xeque a tradição do jornalismo, construída a partir de um “pacto implícito” na relação entre os meios de comunicação e a sociedade, de “assegurar ao cidadão a representatividade da sua palavra, de seus pensamentos particulares, garantindo assim a liberdade civil de exprimir-se ou se manifestar publicamente” (SODRÉ, 2009, p. 12). O mercado da comunicação transformou seu produto perecível e imediato em bem durável, a notícia em *commodity*, a grandeza e a voracidade do mercado da informação hoje equivale aos sistemas produtivos monopolistas que encabeçaram a economia mundial por vários séculos, vivemos na era da informação, da ubiquidade da informação, tal é a imbricação das relações econômicas, sociais e culturais na dinâmica da globalização.

Na perspectiva dos estudos sobre trabalho e jornalismo, ao nos voltarmos para a imprensa jornalística brasileira, observamos as marcas dessa historicidade e dos confrontos da profissão, isto é, a transformação do jornalismo como atividade empresarial e profissional a partir de 1950. Entretanto, foram as transformações técnicas e tecnológicas, a partir da década de 1980, que evidenciaram um jogo de forças e elementos em contraste e em luta na sociedade, e o tema trabalho emergiu justificado pelo momento de mudanças no processo produtivo. De um lado, o “enxugamento” das redações, com a extinção de postos de trabalho e a reconfiguração dos processos produtivos da informação em decorrência das mudanças tecnológicas, e, de outro, a

redefinição da profissão do jornalista e suas práticas, associadas à noção de notícia como produto comercial.

Os reflexos do processo de racionalização do trabalho jornalístico acontecido ao longo da década de 1980, a partir da informatização da redação e da adoção de novos métodos de gerenciamento (pós-fordismo nas redações), associados à forte concorrência da televisão, reelaboram tanto a concepção do jornalismo quanto da função de jornalista, segundo Ribeiro (2001). Todavia, se a valorização da informação e o imediatismo (últimas notícias/portais de informação/*on-line*) põem em evidência esse setor, por outro lado, o reconhecimento do trabalho desse profissional segue em outra direção. Pesquisas recentes indicam uma progressiva precarização da profissão: elevadas taxas de desemprego; relações profissionais desfavoráveis quanto aos direitos trabalhistas; maior pressão do tempo; distância da ocorrência do fato (supressão da apuração *in loco*) e a presença de outros mediadores (HELOANI, 2003; FIGARO, 2008; 2012). Há acúmulo de funções: o jornalista é também diagramador, fotógrafo, apresentador e produtor de material em diversas linguagens (escrita, sonora, audiovisual, hipertextual). A constante instabilidade no campo de trabalho devido à extinção de postos de trabalho e o elevado contingente de profissionais disponíveis implicam em qualidade de vida comprometida. Esses, entre outros fatores, põem em risco a qualidade/credibilidade do seu trabalho, e, por conseguinte, obliteram a função social confiada pela sociedade.

Para Senra,

à visão anterior do jornalista como uma missão, em virtude da qual o profissional estava imbuído de um importante papel político e social, que o engajava no próprio processo de transformação da sociedade, veio se substituir uma figura de atuação diferente, inserida numa cadeia de produção, contemplada com tarefas fragmentadas e em parte já desenraizadas da chamada realidade. **O jornalista se tornou, assim, perfeitamente substituível.** (SENRA, 1997, p. 22, grifo nosso).

A flagrante contradição é a desqualificação da razão de ser a notícia o valor maior da atividade jornalística e as ações de buscar a informação e interagir com o acontecimento, aquilo dá sentido à profissão. O código que rege a conduta profissional do jornalista provém de um senso de verdade e justiça, consolidado na ética. A ética que é o lastro que faz do trabalho do jornalista uma atividade valorizada na sociedade, que manifesta um lugar de autoridade. Embora se torne terreno fértil para se desenvolver uma idealização, sustentada pelos mitos da imparcialidade e transparência, essa é a imagem consagrada do jornalista: um profissional cuja função é reportar, e a sua ação o revela. Projetada como se ainda estivesse em plena existência, essa imagem sobrevive autônoma, simulacro de “figuras que a prática cotidiana já se encarregou de anular” (SENRA, 1997, p. 13).

À época das análises dos dados das pesquisas sobre o mundo do trabalho dos comunicadores desenvolvidas pelo Centro de Pesquisas em Comunicação e Trabalho (CPCT) ECA-USP, foi veiculada pela Rede Globo a telenovela *A Favorita*⁵, que trouxe como personagem principal um jornalista e apresentava as rotinas de trabalho da redação de jornal impresso. Esse fato repercutiu nos grupos de discussão, também na mídia. Realizamos um levantamento sobre a presença de personagens jornalistas em telenovelas, sobretudo aquelas que abordaram a temática “o trabalho do jornalista” nas telenovelas da Rede Globo de Televisão. Após pesquisas, observamos que as reproduções do cotidiano dos jornalistas não se apresentavam associadas à realidade da profissão, tendo em vista os resultados das pesquisas empíricas que apontaram para condições de trabalho dos profissionais jornalistas cada vez mais comprometidas pela sobrecarga, terceirização e ausência das garantias do vínculo empregatício, regressão da subjetividade no trabalho e consequente frustração das expectativas quanto à carreira.

Neste estudo, como hipótese central propõe-se que as significações do cotidiano do jornalista e suas práticas apresentadas nas telenovelas traduzem as perspectivas

⁵ *A Favorita*, autoria de João Emanuel Carneiro, exibida de 02/06/2008 a 16/01/2009, às 21h, na Rede Globo de Televisão.

que definem o lugar do jornalismo e do jornalista na sociedade, idealizadas no mito da transparência, romantizadas pela herança política literária, contudo, sem evidenciarem as profundas transformações no mundo do trabalho desses profissionais.

Para a execução do estudo, as telenovelas foram escolhidas a partir de uma pesquisa sobre a incidência de personagens jornalistas na teledramaturgia da Rede Globo de Televisão, no período entre 2000 e 2011, pelos critérios de acesso e pela permanência dos personagens durante toda trama, permitindo rastrear a recorrência do tema⁶. Foram selecionadas as produções *A Favorita* (2008); *Paraíso*⁷ (2009) e *Insensato Coração*⁸ (2011), por serem as mais recentes. Esses recortes foram contrapostos aos resultados das pesquisas empíricas desenvolvidas pelo CPCT, no período de 2006 a 2012, que fazem uma análise das mudanças do mundo do trabalho do jornalista profissional em São Paulo⁹.

Este estudo teve por objetivo entender como as mudanças no mundo do trabalho no setor da comunicação atuam como elemento de transformação do perfil profissional do jornalista e como as representações dessas mudanças no perfil profissional foram retratadas pelos personagens jornalistas nas telenovelas selecionadas.

3. As relações de linguagem e os discursos da telenovela

A proposta de se fazer uma análise sobre este período de transição do mundo do trabalho dos jornalistas, e como é apresentado pela teledramaturgia brasileira, está ancorada nos estudos de comunicação mediada a partir da corrente dos Estudos Culturais, Mediações Culturais e na relevância das Pesquisas de Recepção. Esta orientação

⁶ Foram produzidas pela emissora, no período de 2000 a 2012, 58 telenovelas, sendo que 14 delas (ou seja 24,13% das produções) apresentaram personagens jornalistas ou atividades associadas à temática do jornalismo em suas tramas, totalizando 18 jornalistas, um publicitário e uma documentarista.

⁷ *Paraíso*, autoria de Benedito Ruy Barbosa, exibida de 16/03/2009 a 02/10/2009, às 18h, na Rede Globo de Televisão.

⁸ *Insensato Coração*, autoria de Gilberto Braga e Ricardo Linhares, exibida de 17/01/2011 a 20/08/2011, às 21h, na Rede Globo de Televisão.

⁹ Pesquisa “*O perfil do jornalista e os discursos sobre o jornalismo. Um estudo das mudanças no mundo do trabalho do jornalista profissional em São Paulo, (2009-2012)*. Relatório de Pesquisa - Processo 2009/53783-7” (FIGARO, 2012). Com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. No prelo.

respalda-se na tradição consolidada desses estudos sobre gêneros televisivos tradicionais, que consideram o fenômeno de popularidade da televisão e da telenovela como objetos de análise dos valores, significações, identidades e reapropriações, assim como um espaço público de debates e recurso comunicativo (LOPES, 2008). Através de uma abordagem marxista da linguagem pontuamos a discussão sobre a construção de sentidos no processo de comunicação, este nos forneceu subsídios para a análise dos discursos sobre o trabalho dos jornalistas, na realidade e na ficção.

Para o filósofo Adam Schaff (1974) deve-se estudar o papel ativo da linguagem no processo de pensamento distinguindo que o pensamento conceitual estrutura-se nas línguas e o falar é uma capacidade física; deve ser entendido, não em seu ato físico, mecânico, mas como faculdade de transmissão de ideia. Esta possibilidade se dá por meio das palavras, que são resultados de construções culturais de gerações anteriores e recebidas no processo educacional. Segundo a proposta do autor, a linguagem é uma mediadora entre o novo e o velho. Schaff (1974, p. 251-2) acrescenta que “(...) a sua mediação exerce-se nos dois sentidos, não só transmite aos indivíduos a experiência e o saber das gerações passadas, mas também, se apropria dos novos resultados do pensamento individual (...)”. Neste sentido, a linguagem permite que o conhecimento acumulado seja passado adiante e que este dialogue com os novos conhecimentos. A linguagem socialmente transmitida ao indivíduo forma a base necessária do seu pensamento, que o liga aos outros membros da mesma comunidade linguística.

No funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos (...). São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade (...), a linguagem serve para comunicar e não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados (ORLANDI, 2002, p. 21).

Este espaço interacional entre os sujeitos é uma característica essencial da linguagem e também o princípio constitutivo de todo discurso, segundo Bakhtin/Volochinov (2010, p. 123). O dialogismo é a interação entre o “eu” e o “tu”, ou o enunciador e o enunciatário no discurso, condição necessária para que haja sentido. Entende-se que somente com atividades significativas e com conceitos generalizados o homem pode dialogar, comunicar e construir informações e conhecimentos. A linguagem exerce um papel determinante neste processo, é por meio dela que o ser humano consegue se apropriar de códigos, interpretá-los e transformá-los em significados, atuando na produção de efeitos de sentido.

Para que seja possível o estudo do campo da comunicação, a dinâmica da sociedade deve ser associada à pesquisa analítica, e deve-se considerar a “reconstrução e exame das dimensões estruturais/condicionantes das modalidades de organização da sociedade”, e também, a “atenção para as dimensões simbólicas e construtivas”, de acordo com Baccega (2002, p. 18). Para a autora, as discussões da sociedade da comunicação têm nas questões referentes à linguagem o território cujo conhecimento é indispensável para a compreensão da realidade, e, na narrativa, o *lócus* privilegiado da constituição dos sentidos sociais.

O indivíduo/sujeito está rodeado por vários discursos, que o interpelam a cada momento da sua vida, que o oprimem ou libertam, moldando seus comportamentos no cotidiano, suas atividades, ou no sentido da reprodução/conservação, ou no sentido da transformação/mudança, ambas contidas dialeticamente em todas as formações discursivas, já que elas estão referidas na totalidade. A importância da narrativa para a comunicação entre os homens é indiscutível, uma vez que é aí que o sentido se instaura. O aproveitamento do relato, da narrativa pelos meios em geral sempre ocorreu: dos tradicionais aos novos e novíssimos (BACCEGA, 2012, p. 120).

Portanto, constituiu-se como proposta deste estudo abordar as mudanças no *mundo do trabalho*, e, para tanto, procurou-se destacar nos discursos, nas falas dos entrevistados e nos diálogos dos personagens das telenovelas, as intersecções polifônicas e as vozes oriundas do senso comum, opiniões e discursos científicos, que polemizam entre si, ora se completam ou se confrontam. Consideramos que a comunicação e o trabalho constituem o homem e a sociedade a partir da linguagem em ação; linguagem que “permeia todas as relações sociais, orienta sua visão de mundo e constitui a sua consciência” (MOTTER, 2001, p. 12).

De acordo com Mikhail Bakhtin, o fundamento desse sistema de comunicação é dado pela linguagem e é ideológico porque o *signo* está ligado à situação social.

A palavra é o signo ideológico por excelência, ela registra as menores variações das relações sociais, mas isso não vale somente para os sistemas ideológicos constituídos na vida corrente, é o cadinho onde se formam e se renovam as ideologias constituídas (BAKHTIN, 1988, p. 19).

Para a construção metodológica do estudo e definição do recorte do objeto, optamos por observar as enunciações dos personagens jornalistas e seus correspondentes núcleos na telenovela com relação às características da profissão. Justifica-se essa escolha, principalmente, tendo em vista nosso objetivo de entender a inter-relação enunciativa dos personagens jornalistas e os discursos dos jornalistas entrevistados nas pesquisas empíricas e sobre o desenvolvimento das questões que envolvem o trabalho desses profissionais.

4. A construção do lugar de destaque do personagem jornalista

Martín-Barbero e Rey (2004, p.26) consideram a televisão “o mais sofisticado dispositivo de moldagem e deformação do cotidiano e dos gostos populares e uma das mediações históricas mais expressivas de matrizes narrativas, gestuais e cenográficas

do mundo cultural popular”. A televisão consolidou a facilidade que o mundo moderno tecnológico iniciou com o rádio: “notícias e entretenimento trazidos para interior do lar” (WILLIAMS, 1990). O lar, além de espaço de reprodução da força de trabalho, transforma-se em lugar de apropriação simbólica, negociações e produção de sentidos que vão povoar os diálogos e discussões no dia seguinte.

No Brasil, a televisão encontra-se em lugar de destaque como meio de consumo cultural. Entre seus variados gêneros, o telejornalismo e a telenovela são produtos com grande aceitação e marcam posições na formação cultural da população. O “horário nobre”¹⁰ da televisão brasileira, fundamentado na plataforma “telenovela-telejornal-telenovela”, explica a dinâmica familiar e as práticas sociais da sociedade moderna: estão fortemente associados às características do desenvolvimento econômico e ao modo de produção capitalista que regula o tempo de informação e lazer.

Pode-se afirmar que a “telenovela brasileira” tornou-se um importante produto da indústria cultural nacional, com ampla penetração de audiência, e importante agente de mudança social (LOPES, 2009). Em suas narrativas teledramatúrgicas, superaram os moldes “melodramáticos” de construção da trama, e instituíram um “produto nacional”, aproximando seus personagens dos problemas do cidadão comum e transformando diversas regiões e cidades do país nos cenários das produções, identificando-os ao cotidiano da nação, creditando “realismo”, ou “aquilo que poderia ser” (ORTIZ, 1988; PALLOTINI, 1998). O telejornalismo tornou-se uma forte referência na composição da força televisiva e mostra-se praticamente como “a única forma de acesso às informações regionais, nacionais e internacionais, especialmente, aqueles exibidos no horário nobre são os que a apresentam maior audiência, normalmente cativa, fiel”¹¹.

¹⁰ Faixa das 20/21 horas – No horário ou faixa nobre estão os produtos que recebem altos investimentos financeiros para sua execução, são nestes horários que as inserções comerciais têm os custos mais elevados (ANUÁRIO OBITEL, 2008).

¹¹ Para grande parte da população, o meio televisivo é a única via de acesso ao noticiário (PAULIUKONIS, M.A.L.; SANTOS, L.W.; GAVAZZI, S.C., *Jornal Televisivo: estratégias argumentativas na construção da credibilidade*; s/d. p.81-97).

A dramatização da vida “real” se tornou o verdadeiro esboço da telenovela, tornando-a convincente, fortalecendo cada elemento já conhecido do enredo, ajudando na assimilação rápida da mensagem contida no todo, podendo a figura de um personagem jornalista na telenovela enfatizar tanto o valor da informação, quanto a validação da profissão. Revelam-se o jornalismo e a telenovela como espaços de produção simbólica e, assim, capazes de influir na formação de valores e entendimento da cultura profissional e das rotinas produtivas, comportamentos e as relações do jornalista com a sociedade.

A profissão de jornalista evoca um imaginário de uma atividade que não é como qualquer outra, a possibilidade de estar próximo dos espaços do poder, viajar pelo mundo, e poder saber as coisas antes de todos; assumir a sua postura crítica, escrever livremente e poder divulgar seu protesto, isto é *ser jornalista*, segundo Marcondes Filho (2009).

São nas situações comuns de trabalho que as maneiras como o indivíduo se apresenta, a si mesmo e aos outros, formarão “a impressão a seu respeito e as coisas que pode ou não fazer, enquanto realiza seu desempenho diante delas” (GOFFMAN, 1985, p. 11). Este fenômeno da representação se desdobra tanto na realidade quanto na ficção¹². Na ficção, explica o autor, um personagem se apresenta para personagens projetados, enquanto a plateia constitui um terceiro elemento; na vida real, o papel que o indivíduo representa é em relação aos papéis desempenhados pelos outros. Neste sentido, nas relações sociais, ao se assumir uma profissão, a “informação permite definir a situação, tornando os outros capazes de conhecer antecipadamente o que ele esperará deles e o que dele podem esperar” (GOFFMAN, 1985, p. 11).

Ainda assim, a representação do trabalho do jornalista está carregada de outros elementos valorativos, que podem levar ao exagero,

¹² Neste estudo não será aprofundado o conceito de “Representação Social”, embora se reconheça a complexidade e a amplitude conceitual, possibilitando ressaltar os elementos das condições de produção do discurso (influência das ideologias), em continuidade aos estudos marxistas.

(...) atualmente, o jornalismo é uma profissão no Brasil que fascina e confunde seus receptores com seus espetáculos muitas vezes próximos dos espetáculos ficcionais. Alguns jornalistas tornaram-se ídolos nos meios de comunicação de massa e temos em ação neles pessoas com os mais diferentes perfis intelectuais e morais – para o bem e para o mal. Também é uma profissão com uma tradição de negócios e faz parte do exercício da política (KOSHIYAMA, 2008, p. 2).

Barbosa Sobrinho nos apresenta outro exemplo da representação social da carreira ao dizer que quem é da profissão “jornalista” também se envaidece:

(...) o instinto de reportagem é tão antigo como a palavra e os homens sempre se envaideceram com a aparência de sabedoria. Quem conta uma novidade, dirá mais tarde La Bruyère, o faz menos pelo desejo de a comunicar aos seus ouvintes, do que pelo mérito que resulta do seu conhecimento (BARBOSA SOBRINHO, 2003, p. 17).

O encontro de dois mundos, realidade e ficção na telenovela, embora inter-relacionem seus elementos, realidade e ficção mantém, cada um, suas propriedades. A telenovela tem a capacidade de refletir e refratar a realidade, por intermédio do discurso, na perspectiva baktiniana, “intervindo no sentido de ratificar valores ou modificá-los, de diluir ou explicitar conflitos, de se aproximar da arte ou ser apenas mais um produto de consumo a serviço da alienação” (MOTTER, 2003, p. 24). E, assevera a autora, deve-se ainda considerar que a telenovela deve ser entendida como

(...) mais um discurso inserido nos múltiplos discursos da vida cotidiana, tendo que se entender o que são estes discursos, como se determinam, como se entrelaçam e, o que é mais importante, como devem ser distinguidos em vista de sua mútua influência relativa, cuja descrição e análise exige tanto atenção teórica como empírica (MOTTER, 2003, p. 24).

Para construir o objeto empírico deste estudo foi considerada a síntese dos resultados da pesquisa quantitativa que delineou o perfil do profissional jornalista, os fragmentos das entrevistas que compuseram a fase qualitativa e recortes das cenas de três telenovelas brasileiras: *A Favorita* (2008-2009), *Paraíso* (2009) e *Insensato Coração* (2011), com a mesma temática. As telenovelas selecionadas pertencem ao mesmo período das pesquisas e foram exibidas pelo canal aberto, todas estiveram entre os dez títulos mais vistos nos seus horários e períodos de exibição¹³. Considerou-se a representatividade dessa empresa de comunicação no cenário brasileiro e a reconhecida qualidade de sua teledramaturgia.

5. Os discursos sobre o jornalismo na realidade e na ficção

A partir da proposta metodológica, as sinopses das telenovelas são apresentadas privilegiando o foco no personagem jornalista. Os personagens escolhidos são: *Zé Bob*, em *A Favorita*; *Alfredo Modesto*, em *Paraíso*; e, em *Insensato Coração*, o jornalista *Kléber Damasceno*. Em seguida, são feitos destaques dos discursos das telenovelas com o objetivo de compará-los às expectativas, impasses e experiências do cotidiano evidenciadas a partir das entrevistas com os profissionais jornalistas selecionados pela pesquisa empírica. As entrevistas foram realizadas durante a fase qualitativa da pesquisa¹⁴ *O perfil do jornalista profissional em São Paulo* (2009-2012) e permitiram obter informações sobre o entendimento que os profissionais jornalistas têm a respeito da sua profissão, as circunstâncias e razões da escolha da carreira e qual a configuração do mer-

¹³ ANUÁRIO OBITEL (2008, 2011; 2012).

¹⁴ Em síntese, no relatório da pesquisa *O perfil do jornalista ... profissional em São Paulo*, (2009-2012), Relatório FAPESP, Processo 2009/53783-7" [no prelo], os resultados da fase quantitativa da pesquisa apontam que a maioria dos profissionais mais jovens não são sindicalizados, mantêm vínculos precários com os contratantes, trabalham em média nove horas por dia e em ritmo acelerado. Buscam o trabalho e os clientes e consideram a informação como um produto. O perfil destes profissionais está mais aproximado de aspirações individuais do que coletivas, não são idealistas e sim trabalhadores da área de informação. A flexibilidade de horário, que gera uma expectativa de independência, tem um custo, visto que estes profissionais não têm podido planejar suas vidas em termos de carreira e situação econômica. Considera-se que o perfil profissional está em transição, havendo uma mescla entre uma geração que vivenciou as mudanças tecnológicas e uma nova geração "nativa" desta sociedade sociotécnica (SILVA, 2012).

cado de trabalho em que atuam. Pode-se afirmar, a partir dos resultados das pesquisas empíricas, em síntese, que os profissionais do jornalismo enfrentam uma diversificação do seu trabalho devido à segmentação, ao sistema multimídia, e à inter-relação de diferentes plataformas, indicando intensificação na jornada de trabalho e dependência excessiva do saber especializado tecnológico.

Neste estudo, destacamos trechos dos depoimentos de três jornalistas participantes de entrevistas da fase qualitativa da pesquisa empírica e os relacionamos às falas dos personagens jornalistas da telenovela. Os nomes dos entrevistados foram substituídos por nomes fictícios a fim de preservar as respectivas identidades.

A primeira análise traz a experiência do jornalista investigativo, um exemplo típico que agrega valor e legitima a identidade da profissão por tratar notadamente com o universo político do grupo social. A telenovela *A Favorita* (2008-2009) apresenta o personagem jornalista *Zé Bob* (Carmo Dalla Vecchia), que é um dos protagonistas da produção. Ele aparece no primeiro capítulo confrontando a hierarquia do seu local de trabalho; trata-se de uma redação de jornal impresso e o personagem defende a sua pauta de investigação contra um político demagogo e corrupto. A trama o conduz nos temas cotidianos do jornalismo, como: violência urbana, crime organizado e corrupção na política.

(Recorte de cena/ A Favorita) – Zé Bob conversa com Tuca (Rosi Campos), a sua chefe na redação do jornal)

Zé Bob: É isso o que o Romildo Rosa é, um grande corrupto.

Tuca: Onde é que estão as provas? Não há provas... só conversa fiada...

Zé Bob: Você sabe que é verdade, Tuca, você é uma jornalista como eu, que é isso?

Tuca: Essa sua obsessão contra esse homem já me custou muito caro, Zé. Você não sabe o que eu já ouvi lá de cima, vamos parar por aqui, quem vai cobrir o discurso do Romildo hoje é... a Maíra.

Maíra: Ôpa...

Zé Bob: Não, isso não, de jeito nenhum.

A seguir, apresentamos o jornalista entrevistado, Carlos, 46 anos, que é repórter de política, na editoria *Brasil* em uma revista nacional, e seu discurso sobre a sua profissão:

Eu sou repórter de política (...), trabalho lá há 20 anos. É... Antes de ser repórter de texto eu fui fotógrafo (...) por 14 anos, até que cansei um pouco de carregar uma mala pesada e enfim... (...) Apesar de que a minha linha de trabalho sempre foi muito... Eu sempre gostei de investigar então eu fazia minhas próprias pautas, e aí... Estou lá por 20 anos, com a política, com a editoria Brasil. Antes de lá eu trabalhei no Jornal do Brasil (...). A minha área é muito específica... Política você tem que gostar. Nos últimos 5 anos, [só] agora nós recebemos um menino recém formado, muito bom. Ele gosta, ele vive, ele transpira política. Ele sabe notícias, sabe... Mas as escolas eu acho que... (...) Eu fui fazer uma palestra [em uma faculdade em São Paulo] há pouco tempo e perguntei para todo mundo e era assim: 95% queriam esporte, 4%, talvez, cultura, e 1% economia ou política. Eu acho que existe uma preguiça muito grande dos próprios alunos em enfrentar com mais seriedade a escola... Tem uma preguiça muito grande dos professores também com a responsabilidade deles (Carlos, 46 anos).

Carlos e *Zé Bob* estão em faixas etárias aproximadas e possuem o mesmo perfil de jornalista urbano. Compartilham o sentimento de vir a ser um “auxiliar da democracia”, mas, como argumenta Érik Neveu, deve ser equilibrado pelo reconhecimento da ética profissional, que a deontologia da profissão fixa (2006, p. 38).

Zé Bob, representante desta imagem de jornalista paladino do imaginário, vivifica, com traços fortes, a coragem, o domínio e a capacidade de defender, a partir dos

conteúdos da informação jornalística, as críticas que embutem comentários e opiniões. Transformar acontecimentos em pretextos para exercícios de crítica política beiram o show do sensacionalismo, em ações que geram repercussão e audiência, mas que às vezes superam a preservação dos direitos civis.

Outro ponto observado é que Carlos, o jornalista entrevistado, antes de ser repórter de texto, foi repórter fotográfico por 14 anos. Este aspecto também foi mostrado nas cenas de *Zé Bob* durante a cobertura do comício do *Romildo Rosa* (Milton Gonçalves), ele próprio fazendo registros por meio de uma máquina fotográfica do tipo profissional. A partir da fala de Carlos, observa-se que são duas coisas diferentes: antes ele era um repórter fotográfico, que obviamente, participava das pautas de outros jornalistas, mas que também podia criar as próprias, mas não quis dizer que ele assumisse as duas tarefas: fotografar e escrever. Na cena do personagem *Zé Bob*, ele vai acompanhar o comício munido de uma câmera fotográfica para fazer a cobertura completa. É uma situação comum para alguns jornalistas, podendo ser até uma opção pessoal fazer as duas coisas, mas para muitos se trata mais de uma imposição: fotografar e dar tratamento na imagem, escrever e editar, diagramar, entregar a matéria absolutamente pronta, dentro de um tempo reduzido.

Para os jornalistas de campo, a redução de custos da produção da notícia se associa à intensificação do ritmo de trabalho que sobe em espiral, que, além das atividades já descritas, com o advento da informação *on-line*, os jornalistas cobrem as matérias e também produzem vídeos, *podcasts*, entram ao vivo, em televisão e rádio. Se ganha mais por isso? Não há indícios que financeiramente isso seja recompensado. Há quem não aprecie, como revela o depoimento de Fernando Gabeira, jornalista, escritor e político brasileiro, durante o seminário sobre as mudanças na comunicação contemporânea realizado em 2012, promovido pela FAPESP:

o jornalista passou a trabalhar muito mais, virou quase um escravo (...). Voltei ao jornalismo e fui cobrir a eleição presidencial no Peru (em junho de 2011). Eu tinha que fazer, editar e enviar as

fotos, escrever para o jornal impresso, atualizar o on-line, gravar e editar vídeos e ainda falar na TV on-line. Trabalhei por cinco pessoas, não tão bem quanto as cinco fariam, mas hoje só um tem que fazer. (JORNAL DA USP, 2012, p. 13).

A crítica de Gabeira está no conjunto das experiências que o jornalismo tem vivenciado no presente, que é o confronto entre escrever bem e atender às exigências multitarefas. Ainda porque, há relevância da comunicação na tarefa da formação da opinião, um pré-requisito necessário ao funcionamento político, e a participação do cidadão está, pelo menos em parte, associada à qualidade das informações. Tal crítica tem um valor significativo, ao nível das mudanças na formação desses profissionais, como apontou o entrevistado Carlos sobre a dificuldade de recrutar jovens jornalistas para a editoria de política. A função mediadora do jornalismo na participação política do cidadão e a governança, ainda hoje, é o problema central da formação do profissional, e do próprio jornalismo. De um lado, deseja-se que o candidato tenha uma formação intelectual condizente com um nível de excelência em política e economia, e, de outro, uma vivência pessoal expandida no mundo social e cultural. Entretanto, a experiência demonstrada nas palavras de Carlos aponta que a orientação dominante na carreira de jornalismo segue a valorização de instrumentos e técnicas para a manutenção da notícia como espetáculo. O jornalismo esportivo é um forte exemplo desse jornalismo atual que deseja despertar para si o interesse do público, de acentuada segmentação e que se acomoda ao sistema multimídia especializado e fragmentado.

A preocupação com o futuro da profissão é uma característica importante dentre as mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas. Na atitude de Carlos e na fala de *Zé Bob*, vemos que não há essa divisão entre o profissional e o pessoal, eles vivem o *ser* jornalista. Suas atitudes são compatíveis com a memória do jornalista investigativo, motivado pela justiça social, mas independente, responsável pela totalidade do trabalho de produção da notícia.

Saber reconhecer uma pauta, ter intuição para uma matéria pode ser o primeiro aprendizado profissional e a manifestação de uma espécie de vocação, mas qual a motivação para escolher ser um jornalista? Vamos então procurar nesses discursos algumas chaves para esse entendimento.

A segunda análise tem por objetivo compreender as motivações que levam à escolha da profissão jornalista. Segundo Neveu (2006), é aceitável que numa sociedade dita de comunicação ou de informação a profissão de jornalista tenha adquirido o papel de destaque, seja de fomentador de debates, ou de uma peça da democracia, mas que antes de tudo não deixa de ser uma profissão. Pode-se então propor um olhar sobre as trajetórias possíveis, considerando as orientações e finalidades da profissão, nos discursos das jornalistas Mônica e Marilene, profissionais entrevistadas durante a pesquisa empírica:

(...) eu me descobri jornalista quando eu era pequenina. Sempre quis ser jornalista, a vida toda. Queria ser jornalista ou atriz, eu ainda não tinha definido... Eu queria TV, TV sempre foi minha paixão e eu pequena já fazia jornalzinho. Resolvi que queria ser jornalista. Só que eu queria trabalhar com esporte, queria ser jornalista esportiva (Mônica, 27 anos, repórter do esporte, coordenadora da área de produção de vídeos esportivos, veículo televisão).

(...) eu ganhei um prêmio quando tinha 9 anos de redação, mas eu nunca pensei em ser jornalista. Eu queria ser psicóloga. Aí eu conheci o meu ex-marido, fiquei apaixonada por ele, e ele me perguntou um dia o que eu ia prestar no vestibular, eu respondi "vou ser jornalista". Foi por isso, eu achei charmoso falar para ele que eu queria ser jornalista. Hoje eu não conseguiria fazer outra coisa. (Marilene, 47 anos, jornalista de imprensa sindical).

Considerando a proposta de comparação entre os discursos da telenovela sobre as práticas do jornalista, passamos à investigação da escolha da profissão nas falas dos perso-

nagens selecionados na telenovela *Paraíso* (2009). Há três personagens da área de comunicação na telenovela – um publicitário, *Ricardo Badauska* (Guilherme Beringuer), e dois jornalistas, *Otávio Elias* (Guilherme Winter) e *Alfredo Modesto* (Genézio de Barros). Para *Ricardo e Otávio*, depois de formados, emerge a frustração na profissão devido à falta de empregos para os jovens comunicadores na cidade grande (Rio de Janeiro) e partem para o interior do país. Debatem-se no dilema do idealismo dos recém-formados, a falta de experiência e a vontade de abrir um negócio próprio. O contraponto se dá a partir da chegada de um jornalista *sênior*: é apresentado na trama o jornalista aposentado *Alfredo Modesto*, saudosista dos tempos da redação e que se autodenomina um vocacionado para o jornalismo.

(Recorte de cena/ Paraíso) – Alfredo Modesto encontra Otávio e Ricardo na pensão, na hora do jantar.

Alfredo Modesto: Essa vida não é mole, não é? Eu tô falando dessa vida que vocês dois escolheram trilhar ...

Otávio: A gente não escolheu caminho nenhum não Sr. Alfredo. A gente foi caindo de paraquedas.

Alfredo Modesto: Qual de vocês é jornalista?

Otávio: Sou eu.

Alfredo Modesto: Eu logo vi... Eu também sou jornalista, rapaz. No tempo que ainda não tinha faculdade. No meu tempo a gente começava varrendo a redação, observando os mestres trabalharem. Você aprendia no dia-a-dia. Você aprendia muito mais desse jeito, se vocês querem saber, viu? Depois de uns anos dentro da redação do jornal, o sujeito sabia de tudo.

Hoje em dia vocês saem dos bancos das faculdades com a cabeça cheia de sonhos e experiência nenhuma. Aí, no primeiro tropeço que tomam, caem e não levantam mais. Esse é o mal da formação que vocês recebem hoje. Sobra teoria. Falta prática.

O encontro dos jovens com o jornalista experiente à mesa de jantar é a situação ideal, pois estar à mesa simboliza congregação no mesmo nível social. No nível do discurso, conduz a interação face a face, intercalando os turnos de fala, com perguntas e respostas que denotam, naquele momento e lugar, a autoridade do conhecimento *versus* a sensibilidade pelo desconhecimento.

Alfredo Modesto: Eu sou do tempo do foca, gente!

Ricardo: Foca?

Otávio: Foca é o nome que o povo do jornal dá para o aprendiz de feiticeiro.

Ricardo: É um sujeito, (...), que acha que sabe demais, mas na verdade não sabe nada.

Alfredo Modesto: Essa molecada de hoje em dia, (...), eles saem da faculdade sabendo de tudo, ávidos por ocupar os espaços e certos de que têm a fórmula do sucesso.

Otávio: Sabe,... que até bem pouco tempo atrás, a gente acreditava nisso.

Ricardo: Até que as contas vieram e a gente caiu na real...

Alfredo Modesto: Eu me lembro de que quando eu larguei a vassoura e consegui uma vaga na redação do jornal. Eu achei que ia mudar o mundo... Mas aí o tempo foi passando, passando e, como vocês dizem hoje em dia, eu caí na real... Depois vieram a casa, a mulher... Família. Eu me dei conta que a única coisa que eu podia fazer era sentar atrás daquela bendita máquina e ser fiel aos meus princípios, às minhas ideias... Isso às vezes vale muito pouco, mesmo numa redação de jornal.

É notável, ao se analisar a fala do personagem *Alfredo Modesto*, o distanciamento característico entre o saber dos mais velhos e vulnerabilidade dos mais jovens; do didatismo dos mestres aos aprendizes, estes vazios de saber; do pertencimento a gera-

ções diferentes e, portanto, das diferentes “subculturas”, entre as quais o diálogo é mais difícil. No nível intradiscursivo, a existência de um *discurso sobre o trabalho*, enquanto fator de realização e dignidade do homem e do trabalhador que remete à perspectiva do esforço conjugado com o sofrimento, e está carregado nesse jogo de forças semânticas, da forma argumentativa de uma advertência: “há aqueles que caem por conta de sonhos e não levantam mais”, e retoma o sentido do significado de “esforço” para permanecer na lida, dignificando o homem pelo trabalho, associado ao discurso do imaginário universal. No nível interdiscursivo, como memória discursiva do dizer, observa-se uma sequencialidade enunciativa que remete à crítica atual, de que os jovens estão mal preparados para o trabalho, fracamente mobilizados politicamente, e, portanto, sem poder, sem perspectivas de emancipação, ou possibilidade de transformar o mundo.

Alfredo Modesto explica didaticamente aos jovens o que é ser jornalista e para quem este profissional serve. Ele trabalha para a sociedade, sua visão de mundo é fundamentada nos ideais do iluminismo, do racionalismo que devota ao conhecimento a possibilidade de transformar a sociedade.

A ascensão social após um período de sofrimento é um contexto talhado pelo melodrama, favorável a exemplificar carreiras que começam limpando o chão. Vencer na vida pelo trabalho árduo mostra-se fortemente associado a processos identitários para legitimação das mudanças na escala social. Em espaços sociais outros, como em outras profissões, na medicina, por exemplo, não se vê esse tipo de articulação, porque os seus valores já se encontram lastreados. Conclui-se que a experiência do “chão” comporta uma teia de significados, hábitos e valores oriundos de um modelo de intensa negociação e de construção do reconhecimento.

Neste momento, no Brasil, em que se faz urgente a discussão de uma política de formação superior especializada para o jornalismo, o impasse da diplomação, os discursos das telenovelas ressaltam os desafios. De um lado, *Alfredo Modesto* representa uma visão que considera e valoriza o conhecimento pela utilidade das práticas, mas não

descarta a formação tradicional intelectual. Todavia, a leitura da profissão hoje é instrumental: os profissionais da comunicação são multitarefas e multimídias, percebem as relações de trabalho precarizadas e baixa perspectiva de ascensão social, mas assumem a lógica do capitalismo, do viés do discurso da produtividade. Ainda, a imaturidade é um aspecto que desqualifica o candidato à profissão.

A contradição na profissão atinge o ponto máximo: não existe um consenso de qual deve ser a formação acadêmica. Deve privilegiar as práticas? A formação intelectual? Como formar jornalistas que superem a pressão do mercado profissional que incentiva a prática, em detrimento da reflexão? Como resguardar a ética sob essa pressão? Lembrando que a ética faz parte da formação política de um cidadão. O ato de refletir sobre o substrato da linguagem é algo que demanda formação erudita, visto que as palavras são carregadas de sentido, de história.

Para *Alfredo Modesto*, ser jornalista se resume no “ato de escrever”, que remete ao “ato de iluminar”, de esclarecer e tornar as pessoas e a sociedade “iluminadas”. Assim, o objetivo proposto à imprensa, e referendado na telenovela, é o de “narrar os fatos”, cabendo aos cidadãos a importante tarefa de refletir sobre eles, formando assim a “opinião pública”, avalizando a participação política dos cidadãos nas democracias (SODRÉ, 2009, p. 12). Essa é a forma como pensamos o jornalismo, oriundo da proposta iluminista de liberdade, entretanto, os entrevistados apresentam outras facetas dessa profissão:

(...) Eu cuido de absolutamente tudo que envolva esses campeonatos. Então eu cuido de contrato, eu cuido de pagamento, eu cuido de satélite, eu cuido de toda a comunicação entre a Tv e os gringos. (...) E aí eu também escrevo matéria, eu gravo off... Acho, assim, quando a gente conversa, os jornalistas falando, não só aqui mas em qualquer lugar, a gente percebe que jornalista sempre faz tudo né... A gente nunca pode falar “ai tenho uma função”, então “na TV eu sou só editora, só produtora”...

Não. A gente chega lá então ah, eu produzo um pouquinho, mas também preciso editar. A gente precisa saber fazer tudo. Então às vezes eu sinto que a gente faz um pouco de tudo na TV.(...). (Mônica, 27 anos, repórter do esporte, coordenadora da área de produção de vídeos esportivos, veículo televisão).

Buscou-se identificar na fala de Mônica como o sujeito diz e assume o que diz sobre o universo do seu trabalho. Pode-se destacar quando Mônica descreve a maneira como utiliza o seu tempo de trabalho, desenvolvendo atividade após atividade e criando um sentimento de urgência e um tempo denso e de compressão. Verifica-se a intensificação do ritmo de trabalho ajustado a uma idéia de empenho e dedicação. A somatória dessas atividades, em grande parte burocráticas, recebe a conotação de profissionalismo e está na agenda dos outros entrevistados. Percebe-se, nessas acomodações possíveis, o afastamento dos padrões prevaletentes de trabalho com a cultura do jornalismo, caracterizado por uma natureza mais ideológica, no sentido de seguir um “propósito”, e a aproximação de experiências alternativas. Este modelo atual fica inadequado ao modelo “idealista”, e deve ser substituído por outro de “jornalista empreendedor individualista”. Essas considerações estão em linha com os resultados das pesquisas que apontam para mudanças de fundo no perfil do profissional jornalista, e que envolvem discussões sobre o ambiente informativo político e cidadania, muito além de uma concepção saudosista do jornalista. Ainda há longo percurso até se alcançar um equilíbrio das diferenças.

Na terceira análise, o aspecto evidenciado é o modo de produção da notícia e as relações trabalhistas, somando-se à discussão da reconfiguração do modelo “jornalista empreendedor individualista”, já visto no item anterior. As mudanças no mundo do trabalho impactaram de forma negativa na qualidade de vida dos trabalhadores da comunicação ao alterar relações trabalhistas, normalizando um tipo de contrato – os *freelancers* – que trabalham o mesmo ganhando menos. É uma prática antiga, que, porém, foi institucionalizada. A dispensa do diploma universitário completa o quadro de estranhamento.

A telenovela *Insensato Coração* (2011) traz várias possibilidades de análise, como a passagem do jornalismo tradicional impresso para as modernidades do *on-line*, o que enfraquece o “bom jornalismo”, segundo o personagem *Kléber Damasceno* (Cássio Gabus Mendes); o ponto de vista relacional nas redações (velhos jornalistas e jovens chefes de redação); o papel do jornalismo acompanhando os passos da polícia federal (PF), por vezes, protagonizando situações que forcem a intervenção da PF. O personagem jornalista *Kléber* é apresentado na trama como um homem da classe média, mas sem dinheiro, separado e que tem o vício do jogo. Ele trabalha na editoria de economia e política, investiga crimes do “colarinho branco”. Apresenta as facetas do velho jornalismo, reafirmando o mito da transparência e terá que se reinventar, para se adaptar ao novo perfil profissional multitarefa. Ele rejeita o modelo sociotécnico e, na sua relutância, expõe a questão da inovação tecnológica, ele não sabe montar sozinho uma página para um *blog versus* a valorização do jornal impresso, defendendo a tradição das longas matérias com muita investigação, em termos de efetividade. Ele luta para resguardar o “furo” no impresso, com a matéria mais investigada, porém mais demorada, do que “subir no *on-line*”, rejeitando do imediatismo e a fragmentação.

(Recorte de cena/ *Insensato Coração*) – Kléber freelancer na entrevista coletiva de Cortez (Herson Capri)

Kléber: A sua declaração não é verdadeira. O senhor não foi inocentado de nada. As investigações pararam porque o juiz viu uma falha técnica na obtenção de provas pela polícia. Isso é bem diferente de provar que há lisura nos seus investimentos.

Horácio Cortez: Eu me lembro de você! Como é mesmo o seu nome?

Kléber: Kléber Damasceno.

Horácio Cortez: Você não foi despedido do jornal onde trabalhava? Arranjou outro emprego?

Kléber: Agora eu sou “freelancer” e tenho um “Blog”.

Horácio Cortez: “Blog”? Eu pensei que só meninas pré-adolescentes tivessem blogs. Parabéns pelo empreendimento. (De maneira sarcástica, toda a assessoria se vira e sai deixando a sala).

Kléber: Não adianta dar as costas para a opinião pública, não. O senhor deve explicações e vai ter que dá-las mais cedo ou mais tarde.

De um lado, a liberdade de escrever em um blog rivaliza com a empresa jornalística. Os *blogs*, exceto aqueles tutoriados por jornalistas *blogueiros* de renome no cenário nacional, acabam por sofrer preconceito quanto à qualidade e/ou veracidade dos fatos apresentados. Em suma, são questionados quanto à credibilidade.

A situação enfrentada por *Kléber* reflete e refrata as dificuldades da classe jornalística. Como se apresenta na descrição da evolução da carreira, demonstrada na entrevista com a jornalista Marilene:

Porque lá eu faço tudo. Eu não sou só repórter, eu faço jornal, eu sou editora, eu sou assessora de imprensa... Só não sou fotógrafa porque a gente tem um fotógrafo, e não sou diagramadora porque a gente tem uma diagramadora. Mas na parte de comunicação, hoje eu faço tudo. Eram dois jornalistas, e aí fizeram a proposta de eu me tornar PJ e aí demitiram o outro rapaz, e fiquei só eu. (...). (Marilene, 47 anos, jornalista de imprensa sindical).

O personagem *Kléber* é um jornalista de meia idade, que foi dispensado da redação. Especialmente trabalhava na editoria de economia e política, um lugar que exige vários contatos, vários informantes e checagem das informações para poder trabalhar a matéria, carece de respaldo institucional. Foi um empregado de carteira registrada, pelo que se dá a entender, enquanto a maioria dos profissionais na sua faixa etária já migrou para o modo “pessoa jurídica”, os “PJs”. Quando é demitido, entra em um labi-

rinto. Suas falas denotam que ele é um jornalista que vive “da” profissão e também “a” profissão por vocação. É por isso que, inconformado com a distância da redação, acaba por ceder à tecnologia e cria um *blog*: *Impunidade Zero*. São cenas que evidenciam o intenso debate de normas característico da atividade. Há sempre uma tensão entre a instituição (empresa de comunicação), o sujeito (empregado jornalista) e o seu objeto de trabalho (produto, a informação). Mostra a singularidade do trabalho do jornalista e as negociações articuladas na relação de produção: relações hierárquicas, linha editorial e ética profissional, para resguardar o valor da informação, a despeito das dificuldades encontradas, para também reiterar o mito do jornalista.

O personagem *Kléber*, no imaginário da profissão de jornalista, corresponde a outro grupo dos jornalistas idealistas e engajados, que, neste caso, resistiram no Brasil durante o período da repressão militar. O jornalista *Kléber* tem a ver com a “identidade e cidadania” que os personagens da telenovela passam a ter, conforme a autora Maria de Lourdes Motter (2004), dando contornos na imagem que a sociedade faz desses profissionais. Nenhuma representação social repercute no vazio e é inegável a presença dessa interação social expressa em padrões de identidade, seja também nas profissões, no cotidiano e na telenovela. Esse personagem deu mais um sopro de idealismo à profissão de jornalista no Brasil.

Apresentado pela telenovela, o detalhamento do trabalho desses profissionais faz reconhecer o valor social da profissão, colabora para que a imagem do profissional do jornalismo na realidade fique impregnada das virtudes dos jornalistas da ficção e entrem com etiquetas positivadas na memória coletiva. A apresentação dos locais de trabalho e os personagens em atividade associam-se intimamente à realidade, concretizam um *efeito de real*¹⁵ de verdade e transparência (BARTHES, 2004) e estabelecem um vínculo positivo, pacto de confiança, entre a instituição imprensa e a sociedade.

¹⁵ São apresentados os pormenores da investigação, seus avanços e recuos, indecisões e indefinições que reúnem uma tentativa clara de representação do real, dando um efeito de real, de acordo com Barthes (2004).

Os empréstimos de temáticas e personagens “migrando de uma telenovela para outra como empréstimo intragênero” demonstram a ampla possibilidade de recuperação do já foi construído, ressalta Motter (2004, p. 269). Isto se instaura numa dialogia “entre atores e personagens, personagens e personagens, entre autores e da ficção com ficção”, promove o reconhecimento e a ligação como etiquetas de memória. São sentidos entrelaçados que se atualizam, reforçam a verossimilhança. Produz-se um jogo de memória no telespectador, enquanto “o personagem transcende a história que criou para ganhar autonomia com a vida interficcional; o personagem pode ganhar existência e cidadania” (MOTTER, 2004, p. 270).

6. Considerações finais

A representação na telenovela da experiência do jornalista se confirmou por transformar-se numa ação didática a respeito do “fazer jornalístico”; os personagens jornalistas da telenovela se aproximam dos mitos de transparência e da profissão vocacionada. O mundo do trabalho se revelou por ser mediador decisivo para mostrar como as relações de produção da comunicação e do direito à informação estão em confronto; as diferentes categorias de vínculo trabalhista ou das condições do mercado de trabalho também estão expressas muito próximas da realidade na telenovela, normalizando situações contraditórias.

Os personagens, a despeito das mudanças tecnológicas, não discursivizam sobre como estas novas estratégias tecnológicas afetaram o ritmo de trabalho, ou as relações de trabalho. A aproximação dos discursos sobre as práticas dos jornalistas na realidade e na ficção evidenciam desdobramentos nos níveis de análise: (i) a particularidade do uso de novas técnicas faz emergir a problemática dos modos de produção na sociedade informacional, mediante a precarização dos laços de emprego do sujeito em atividade de trabalho; (ii) o trabalho do jornalista sofre um processo de decomposição, mas, em contraposição, as ideias universais sobre o “*Jornalismo*” são preservadas. Por

analogia, a possibilidade de relações equilibradas entre as forças produtivas e o capital não se realiza. Considerando a força das palavras, a sua materialidade, propõe-se a síntese mediante a estratégia de adoção da tecnicidade para sobrevalorizar a *expertise* do ser jornalista, quando na realidade isto não ocorre.

Se, em última instância, a razão do jornalismo está na comunicação do fato (a verdade, de fato), portanto, jornalismo e credibilidade conformam o único circuito possível para a dispersão da informação. Entretanto, observamos que, na realidade, o trabalho com a informação foi afastado desse pressuposto, na medida em que informação se transformou em *commodity*, e tende aos movimentos do mercado econômico global. Na dramaturgia, a palavra perfeita e a fotografia da cena elaboradas no texto reificam a credibilidade no jornalismo e no jornalista. A lógica discursiva do produto cultural reitera um movimento racional para transpor a contradição que se instaura, por intermédio da permanência destes discursos positivados sobre as práticas dos jornalistas nas tramas das telenovelas.

Hoje, o fluxo de informação, o canal e o código são prioritários em relação aos sujeitos, o “profissional multimídias” supera na ordem do mercado de trabalho o profissional intelectualizado, movendo os cursos acadêmicos de graduação para a especialização técnica. A atitude crítica está em segundo plano.

A atualização desta representação da profissão para a sociedade poderia contribuir para realocar o valor social do jornalismo – os produtores da informação— a fim de redimensionar a importância/valor da informação para a conformação de uma sociedade mais justa. Entretanto, o mito do jornalista permanece, a sociedade ainda espera dele as mesmas atitudes.

Referências bibliográficas

- BACCEGA**, Maria Aparecida. *Gestão de Processos Comunicacionais*. São Paulo: Atlas, 2002.
- _____. Os discursos e a mídia na construção do real e do ficcional. In: FIGARO, Roseli Aparecida (Org.) *Comunicação e análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2012.
- BAKHTIN**, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BAKHTIN**, Mikhail; **VOLOCHÍNOV**, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 14.ed. São Paulo: Hucitec, 2010 [1929].
- BARTHES**, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- DINES**, Alberto. O papel do jornalista: depoimento. [17 de janeiro, 2011]. *Canal Portal Brasil*. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/educacao/2011/01/alberto-dines>>. Acesso em: 24 jan. 2011.
- FIGARO**, Roseli Aparecida. *Comunicação e trabalho: As mudanças no mundo do trabalho nas empresas de comunicação*. FAPESP. Processo 2005/00367-5. Relatório de Pesquisa. São Paulo. Grupo de Pesquisa Comunicação e Trabalho – ECA-USP, 2008. No prelo.
- _____. *O perfil do jornalista e os discursos sobre o jornalismo*. Um estudo das mudanças no mundo do trabalho do jornalista profissional em São Paulo. FAPESP. Processo 2009/53783-7. Relatório de Pesquisa. São Paulo. Grupo de Pesquisa Comunicação e Trabalho – ECA-USP, 2012. No prelo.
- GOFFMAN**, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- HALL**, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- HELOANI**, José. Roberto. Mudanças no mundo do trabalho e impactos na qualidade de vida do jornalista. *EAESP/FGV/NPP*. Relatório de Pesq. (12), p. 1-92, 2003. Disponível em: <http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/publicacoes/P00254_1.pdf> Acesso em: 12 mar. 2011.
- KOSHIYAMA**, Alice Mitika. O estudo de história nos cursos de jornalismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31., Natal, 2008.

JORNAL DA USP. Um olhar científico sobre o jornalismo. São Paulo, 5 abr. 2012. p. 13.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Mercados globais, histórias nacionais: *Anuário 2008*. São Paulo: Globo, 2008.

_____. Telenovela e direitos humanos: A narrativa de ficção como recurso comunicativo. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 32., 2009, Curitiba. *Anais...* Curitiba, 2009.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Ser jornalista: o desafio das tecnologias e o fim das ilusões*. São Paulo: Paulus, 2009.

MARTIN-BARBERO, Jose; REY, Germán. *Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva*. São Paulo: SENAC, 2004.

NEVEU, Érik. *Sociologia do Jornalismo*. São Paulo: Ed. Loyola, 2006.

MOTTER, Maria. Lourdes. *Ficção e história: imprensa e construção da realidade*. São Paulo: Arte & Ciência-Villipress, 2001.

_____. *Ficção e realidade: a construção do cotidiano na telenovela*. São Paulo: Alexa Cultural, 2003.

_____. Mecanismos de renovação do gênero telenovela. Empréstimos e doações. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. (Org). *Telenovela. Internacionalização e Interculturalidade*. São Paulo: Loyola, 2004. p. 251-291.

OBSERVATÓRIO IBERO-AMERICANO DE FICÇÃO TELEVISIVA (OBITEL). Mercados globais, histórias nacionais: *Anuário Obitel 2008*. São Paulo: Globo, 2008.

OBSERVATÓRIO IBERO-AMERICANO DE FICÇÃO TELEVISIVA (OBITEL). Qualidade na ficção televisiva e transmidiática das audiências: *Anuário Obitel 2011*. São Paulo: Globo, 2011.

OBSERVATÓRIO IBERO-AMERICANO DE FICÇÃO TELEVISIVA (OBITEL). Transnacionalização da ficção televisiva nos países Ibero-americanos: *Anuário Obitel 2012*. Porto Alegre: Sulina, 2012.

ORLANDI, Eni. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 4.ed.Campinas, SP: Pontes, 2002.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PALLOTTINI, Renata. *Dramaturgia de televisão*. São Paulo: Moderna, 1998.

RIBEIRO, Jorge Claudio. *Sempre alerta: condições e contradições do trabalho jornalístico*. 3.ed. São Paulo: Olho d'água, 2001.

SCHAFF, Adam. *Linguagem e conhecimento*. Coimbra: Almedina, 1974.

SCOLARI, Carlos. *Hipermediaciones: elementos para una teoría de la comunicación digital interactiva*. Barcelona: Gedisa, 2008.

SENRA, Stela. *O último jornalista: imagens de cinema*. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

SILVA, Adaci Aparecida Oliveira. Rosa da. *O mundo do trabalho dos jornalistas na realidade e na ficção : uma análise comparativa do perfil do profissional e dos discursos da telenovela sobre as práticas do jornalista*. São Paulo, 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

SODRÉ, Muniz. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.

SOBRINHO, Alexandre José Barbosa Lima. *O problema da imprensa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

WILLIAMS, Raymond. *Television: technology and cultural form*. London: Routledge, 1990.

Abstract: *This work discuss the changes in the working world of the journalists. It is a comparative research between the professional profile and the discourses of the characters from the telenovela on the journalism practices. This study reckons upon the empirical researches conducted by the Research Group from ECA USP, between 2008 and 2012, and three Brazilian telenovelas: A favorita (2008), Paraíso (2009) and Insensato Coração (2011), which present the journalist as character. In the comparative analysis: (i) the telenovela portrays the changes in the techniques adopted in the communication process, (ii) that the characters, in spite of the technological changes, do not address the issue on how these new technological strategies have affected the pace of work or the work relationships and, (iii) in the dramaturgy, the perfect word and the scenery photography which were developed in the text reify the credibility on journalism and on the journalist.*

Keywords: *journalists; communication; work; working world; telenovela.*⁹

A CANÇÃO UTILIZADA COMO ESPAÇO RETÓRICO: A DIMENSÃO DA MELOS COMO PROVA NÃO PROPOSICIONAL

Adriano Dantas de OLIVEIRA¹

Resumo: *Temos, como exposição neste artigo, a apresentação de uma perspectiva de análise de canções sob o enfoque da melos articulada à trilogia retórica, considerando na melos, do grego melodia, a harmonia, as alturas das unidades entoativas, entre outros elementos musicais, e a forma pela qual eles se sincretizam ao plano linguístico: a letra da canção. A fim de obter uma apropriação dessas categorias de análise e associá-las aos conceitos da retórica clássica, utilizaremos a semiótica, principalmente, na vertente aplicada à canção. Como corpus, teremos a análise de uma amostra de canção buarquiana. Abordamos, assim, as estratégias e os recursos discursivos utilizados para alcançar determinados efeitos de sentido em uma situação retórica cancional e a forma pela qual a melos pode operar como uma prova de persuasão.*

Palavras-chave: *retórica; semiótica; discurso; melos; provas*

1. Introdução

Neste trabalho, analisamos uma canção buarquiana do período da ditadura militar brasileira com temática sociopolítica, *Deus lhe pague*, 1971. Julgamos pertinente a abordagem de uma canção “historicamente datada” em um período que, devido à opressão e à repressão em relação à manifestação de opiniões, foi permeado e delineado por tensões e por controvérsias, sobretudo no âmbito discursivo. Destaquemos ainda

¹ Doutor em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, tendo sido orientado pela Profa. Dra. Lineide do Lago Salvador Mosca. E-mail: adriano.oliveira@usp.br.

que, no contexto, temos por meio de diversas canções da época um espaço discursivo de resistência e de manifestações acerca de temas cerceados ou proibidos por mecanismos diversos. Assim, percebemos, na canção analisada, uma situação retórica, tratando dos temas “opressão *versus* liberdade” e a mobilização de paixões a partir deles.

Em relação à abordagem do corpus, nós o consideramos como uma manifestação artística popular, uma prática associada a um projeto final. Cabe destacar que a canção tem sua letra organizada musicalmente, desse modo, consideramos a *melos*, aqui assimilada como todos os elementos musicais que se sincretizam à letra e que padronizam e estabilizam as entoações – as alturas das sílabas musicais dos versos da canção (as unidades entoativas). Temos, ainda no âmbito da *melos*, a tonalidade, o timbre, enfim aspectos harmônicos da modulação vocal e instrumental; o andamento, o ritmo, a celeridade; a densidade musical. Essa abordagem da *melos* justifica-se em nosso *corpus*, pois, além da letra, concorrem diversos elementos que se sincretizam, engendrando efeitos de sentido e servindo a propósitos retórico-persuasivos. Assim, o *corpus* de análise por nós escolhido possui uma complexidade de abordagem singular e convoca uma fundamentação teórica interdisciplinar capaz de analisar as grandezas linguísticas e as não linguísticas que se articulam no plano da expressão da canção. Utilizamos, então, como arcabouço teórico, conceitos da semiótica discursiva e da semiótica aplicada à canção e associamos as categorias depreendidas à retórica. Verificamos, assim, em que medida a *melos* opera como mais uma prova de persuasão articulada à trilogia retórica.

2. A Retórica: perspectiva histórica

Para Meyer (2007), a Retórica Clássica está fundamentada em três filósofos: Platão, Quintiliano e Aristóteles, e a Nova Retórica tem como primeiro representante Chaim Perelman, com a publicação do “Tratado da Argumentação” (1958). Temos, então, “(1) A Retórica é uma manipulação do auditório (Platão); (2) a Retórica é a arte de bem falar (*ars bene dicendi*), de Quintiliano; (3) a Retórica é a exposição de argumentos ou

de discursos que devem ou visam persuadir (Aristóteles)” (MEYER, 2007, p. 21). Acerca da (4) Nova Retórica, a partir do *Tratado da Argumentação*, podemos dizer que ela está centrada no uso e no “estudo das técnicas discursivas para provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 4). Assim, mesmo com concepções distintas, podemos depreender que a Retórica reúne todas as características e definições expostas e tem como unidade o terreno da disputa, da controvérsia, do conflito.

2.1 A trilogia retórica

Todo o sistema retórico estudado e desenvolvido por Aristóteles possui como base uma tríplice formação: o *ethos* (ἦθος) – a imagem do orador de onde partem as escolhas e as atitudes; o *pathos* (παθος) – a plateia ou a audiência de onde são suscitadas e mobilizadas as paixões; o *logos* (λογος) – o saber e o discurso, aquilo que se coloca como questão a ser tratada na situação retórica.

Sobre *ethos*, *logos* e *pathos*, podemos dizer que se estabelece uma relação mútua e recíproca entre eles, isolável apenas para reconhecimento e análise, pois em uma situação retórica os elementos dessa trilogia funcionam imbricados, aquele que fala constitui e é constituído por aquele que ouve, por meio de representações recíprocas e daquilo que é tratado. Assim, em Retórica Clássica, Aristóteles define três tipos de provas técnicas ou artísticas de persuasão: “umas residem no caráter moral do orador; outras no modo como se dispõe o ouvinte; e outras, no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar” (ARISTÓTELES, 1998 [s/d], p. 49).

O *ethos* é uma prova não proposicional, sobre a qual Aristóteles conceitua que: “[...] persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé [...] é, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o caráter do orador.” (idem, p. 49). Desse modo, o orador assume um caráter para chamar a atenção e conseguir credibilidade

a fim de mobilizar, sensibilizar o *pathos* do auditório, suas tendências e suas emoções, e conduzi-lo a uma determinada perspectiva, colocando seu próprio ponto de vista com o objetivo de obter a adesão. Assim, o *ethos*, para Aristóteles, caracteriza-se como fonte de credibilidade e, conseqüentemente, como prova retórica, a partir de três elementos: a *phronesis*, a *arete* e a *eunoia*. Embora esses elementos estejam relacionados ao *ethos*, à imagem do orador, eles fazem referência também ao *pathos* e ao *logos*.

Segundo Eggs (2005, p. 40), Aristóteles, ao mencionar a prudência/sabedoria (a *phronesis*), refere-se ao que provoca a confiança no auditório, assim, ela se evidencia quando o orador apresenta argumentos sábios e razoáveis, elementos que remetem ao *logos*; a virtude (a *arete*) se evidencia quando o orador aparenta argumentar sincera e honestamente e está mais intimamente ligada ao *ethos*; a benevolência (a *eunoia*) se evidencia quando o orador se mostra solidário e amável em relação aos seus ouvintes, o que remete mais diretamente ao *pathos*. “Três são as causas que tornam persuasivos os oradores e a sua importância é tal que por ela persuadimos, sem necessidades de demonstrações. São elas a prudência, a virtude, e a benevolência” (ARISTÓTELES, 1998 [s/d] p. 106).

O segundo tipo de prova, também não proposicional, está relacionado à disposição do auditório, ou seja, às emoções, às paixões que o discurso e o orador levam-no a experimentar.

[...] a paixão é um reservatório para mobilizar o auditório em favor de uma tese. Isso reforça a identidade dos pontos de vista, ou a diferença em relação à tese que procuramos afastar. Encontrar as questões implicadas no *pathos* é tirar partido dos valores do auditório, da hierarquia do preferível (MEYER, 2007, p. 38).

É o que o enraivece, o que ele aprecia, o que ele detesta, o que ele despreza, ou contra o que se indigna, o que ele deseja, e assim por diante, que fazem do *pathos* do auditório a dimensão retórica do interlocutor. E todos esses interrogativos remetem a

valores que dão conta daquilo que Descartes teria chamado de “movimentos da alma” (MEYER, 2007, p. 39).

Aristóteles, em sua *Retórica*, apresenta catorze grandes paixões: a cólera, a calma, o temor, a confiança, a inveja, a impudência, o amor, o ódio, a vergonha, a emulação, a compaixão, o favor (obsequiosidade), a indignação e o desprezo.

As paixões manifestam-se em relação àquilo que se coloca em questão, o “não eu” a que nos projetamos. O mesmo objeto focalizado a partir do *pathos* do temor será reconhecido de maneira diversa sob perspectiva do *pathos* da cólera. Dessa forma, em consonância com Aristóteles, assimilamos, a paixão como um sentimento manifestado na diferença com outrem.

A terceira prova de persuasão é o *logos*. Ele se caracteriza como uma prova proposicional e está relacionado ao que é construído por meio da razão e do discurso. Conforme Meyer (2007, p. 45), o *logos* é tudo aquilo que está em questão na situação retórica, não se refere apenas ao texto, mas ao que se propõe tratar. “Aquilo que o texto diz e também as questões a que o texto responde, suscita ou trata de alguma forma.” Dessa maneira: “Para que haja Retórica, é preciso que uma questão seja levantada e permaneça, a despeito do que soluciona, ou em razão da resposta que soluciona” (MEYER, 2007, p. 62).

A relação constituída em uma situação retórica na qual a trilogia exposta se imbrica, se toca e se articula de forma recíproca pode ser representada da seguinte forma:



Figura 1. Articulação da trilogia retórica

Oliveira (2013, p. 05)

Conforme demonstrado, na figura, um elemento da trilogia retórica incide sobre o outro, o *ethos* incide sobre o *pathos*, por meio do *logos* que é também afetado por ambos reciprocamente numa situação retórica.

3. Semiótica aplicada à canção

Segundo os postulados de Tatit (1996, p. 11-12) a melodia cantada possivelmente tem sua origem na gestualidade da fala, ou seja, em aspectos da fala cotidiana em uso, considerando as entoações – ascendentes ou descendentes; as pausas; as modulações etc.. Destaca, ainda, que a canção popular possui uma espontaneidade enunciativa que faz com que a letra da canção submeta-se aos contornos melódicos. Podemos, assim, assimilar que, na canção, ocorre uma articulação entre princípios prosódicos e melódicos. Dessa forma, é necessário considerar, na canção, aspectos típicos da fala e da prosódia. Devemos ainda considerar que mesmo havendo um modelo de previsibilidade e de estabilização melódica não há a necessidade de uma padronização coerciva em relação à construção das frases, versos ou das unidades entoativas (células do nível das alturas da entoação) em uma canção.

Assim sendo, o gênero canção, em sua constituição, é bastante complexo, considerando aspectos literários, poéticos, rítmicos, melódicos, prosódicos, harmônicos, de densidade, timbrísticos etc. Todos esses aspectos devem ser considerados em uma análise de texto cancional a fim de se obter uma análise discursiva de maior completude.

3.1 A trilogia retórica associada à *melos* como prova de persuasão

Em nosso trabalho, abordamos uma situação retórica considerada como cancional. Assim, cabe-nos abordar, na articulação da trilogia retórica, aspectos musicais inerentes à canção, tais como a entoação, a harmonia, o ritmo, a densidade musical, entre outros. Tais elementos, em um texto cancional, servem aos propósitos comunicativos da situação retórica pela canção instaurada, intensificando os efeitos de sentido ao se

sincretizarem à letra potencializando as provas retóricas de persuasão. Propusemo-nos neste trabalho, a categorizar os elementos musicais depreendidos nas análises como a *melos*, um quarto elemento que se apresenta no texto cancional. Sobre a natureza da *melos*, podemos inicialmente colocar o que postula Valery (1991) ao diferenciar o universo musical dos ruídos:

Nesta sala em que estou falando, onde vocês ouvem o ruído de minha voz, se um diapasão ou um instrumento bem afinado começasse a vibrar, imediatamente, assim que fossem afetados por esse ruído excepcional e puro que não pode ser confundido com os outros, vocês teriam a sensação de um começo, o começo de um mundo; uma atmosfera diferente seria imediatamente criada, uma nova ordem seria anunciada, e vocês mesmos se organizariam inconscientemente para acolhê-la [...] (VALERY, 1991, p. 210).

Assim, Valéry (1991) postula que o som musical difere-se do ruído. Para o autor, o som que dá origem à música diferencia-se do ruído tal qual a ordem da desordem, surge, desse modo, o conceito de música. Ao entrarmos em contato com esse universo instaura-se uma atmosfera paralela, a que Valery chama de “universo musical”. E, dessa forma, “[...] o músico se encontra em posse de um sistema perfeito de *melos* bem definido, que fazem com que sensações correspondam exatamente a atos” (VALERY, 1991, p. 210). A relevância desse universo musical para nossa percepção dá-se, pois

Vivemos, através do ouvido, no mundo dos ruídos. É um conjunto geralmente incoerente e alimentado irregularmente por todos os incidentes mecânicos que podem ser interpretados por esse ouvido, à sua maneira. Mas o próprio ouvido destaca desse caos um outro conjunto de ruídos particularmente observáveis e simples – ou seja, bem reconhecíveis por nosso sentido e que lhes servem de referência. São elementos que mantêm relações entre si, tão sensíveis quanto esses mesmos elementos.

O intervalo entre dois desses ruídos privilegiados é tão nítido quanto cada um deles. São os *sons*, e essas unidades sonoras estão aptas a formar combinações claras, implicações sucessivas ou simultâneas, encadeamentos e cruzamentos (VALÉRY, 1991, p. 209).

Assim, a parte musical da canção que abordamos em nosso trabalho, considerando o ritmo, a melodia, a harmonia, a densidade musical etc. constitui um campo vasto de sentidos e de relevância na situação retórica pela canção instaurada. Consideremos, então, que o “universo musical” no qual a situação retórica ocorrerá a partir da articulação do *ethos*, *logos* e *pathos* é uma dimensão paralela, instaurada musicalmente, a ser acolhida pelo ouvinte.

Ainda, conforme Valéry (1991) o uso da linguagem está associado a uma prática e quando essa prática produz seu efeito ela se desfaz. “Eu peço fogo a vocês. Vocês me dão fogo (VALÉRY, 1991, p. 208)”. Dessa forma, a linguagem utilizada para fins práticos se desfaz. Nas palavras do autor, “desfaz-se na clareza (VALÉRY, 1991, p. 208)”, pois cumpriu aquilo que deveria ter cumprido. Então, a linguagem, quando tem por objetivo apenas ser compreendida, é substituída por seu sentido e o plano de expressão tal como foi constituído deixa de existir e dá lugar à compreensão. Temos nesses postulados a noção oposta no universo poético.

O poema ao contrário, não morre por ter vivido: ele é feito expressamente para renascer de suas cinzas e vir a ser indefinidamente o que acabou de ser. A poesia reconhece-se por esta propriedade: ela tende a se fazer reproduzir em sua forma, ela nos excita a reconstituí-la identicamente (VALÉRY, 1991, p. 213).

No âmbito do universo poético, a linguagem ganha outros contornos que vão além de sua função pragmática comum. Podemos relacionar o que Valéry (1991) postula sobre o universo poético ao referirmo-nos à canção, uma vez que ela compartilha muitas

características com a poesia. Citemos, além de sua organização em versos e em estrofes, a sua regularidade como plano de expressão (letra, entoação e melodia).

Sobre a entoação, Tatit (1994) propõe que as unidades entoativas, sílabas musicais, são unidades do nível da célula na melodia. O nível superior é o nível da frase, distribuída ao longo da tessitura o que, juntamente com o andamento, pode gerar o efeito de passionalização, de tematização ou de figurativização. Sobre esses modelos de construção melódica na canção, temos que: a) a tematização da expressão se refere ao processo de aceleração e de regularização da pulsação rítmica, engendrando motivos melódicos bem definidos, de pouco uso da tessitura musical, e efeitos de sentido sob o signo da conjunção, da euforia; b) a passionalização se refere ao investimento tensivo em relação ao uso da tessitura musical, das durações das vogais e das pausas entre as frases, assim há uma ampliação das alturas e das durações, e efeitos de sentido relacionados à disjunção, à disforia e; c) a figurativização refere-se ao processo de distensão, trata-se de um desinvestimento do percurso melódico, buscando uma maior aproximação da gestualidade da fala. Esses modos de integração da letra à melodia geram efeitos de sentido particulares, articulando-se aos demais elementos da situação retórica instaurada pela canção.

Dessa forma, tomamos a *melos*, elemento inerente à canção, como uma prova retórica que se articula às outras provas de persuasão, ao *ethos*, ao *pathos* e ao *logos*. A *melos* como parte do texto cancional dá suporte ao discurso e à razão, fazendo parte do simulacro instaurado pela canção, articulando-se ao que está sendo tratado; suscita emoções no auditório, intensifica ou dissipa possíveis efeitos de sentido; revela traços constitutivos dos estados de ânimo do orador (tomado aqui como o “enunciador” da canção) e sua forma de ser e de agir. Essas três formas de sincretização da *melos* remetem, respectiva e interdependentemente, em uma canção tomada como situação retórica, ao *logos*, ao *pathos* e ao *ethos*. Podemos, então, representar uma situação retórica cancional da seguinte forma:

Situação retórica cancional

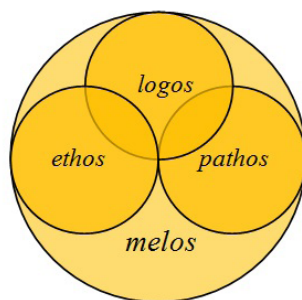


Figura 2. Articulação da trilogia retórica associada à melos

Oliveira (2014, p. 15)

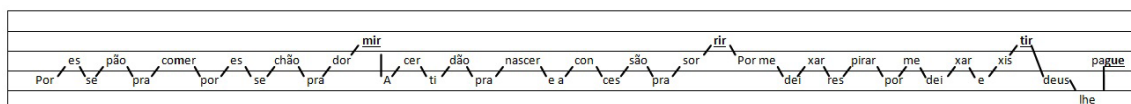
4. *Deus lhe pague* (1971): logos e melos

Essa canção, gravada em 1971, está inserida em um dos períodos mais opressores da ditadura militar. Destaquemos a vigência do AI5 e o poder presidencial com o presidente Médici, autêntico representante da “linha-dura” do regime militar.

Inicialmente, ressaltamos, na introdução da canção, que a instalação do simulacro é realizada musicalmente. Temos o berimbau e o chocalho, instrumentos típicos de rodas de capoeira e de resistência dos escravos brasileiros frente à opressão e à escravidão. Simulacro que figurativiza uma roda de capoeira, um cenário de combatividade no qual se enfrentará um adversário. A percussão também é responsável por intensificar este simulacro de combatividade, que, a partir de um dado momento na introdução, causa um efeito de sentido temporal, assemelhando-se a um relógio em uma onomatopeia (*tic-tac*).

Em relação ao título da canção, “Deus lhe pague”, trata-se de uma expressão popular utilizada em situações de agradecimento por algo bom que se recebeu ou, também, como expressão de menosprezo a algo que se tenha recebido e, até mesmo, como o anúncio de uma revanche, uma vingança. Em nosso caso, trata-se de uma sanção negativa colocada ao fazer de um adversário. Essa expressão opera retoricamente como uma figura de comunhão do orador com o auditório, acionando uma memória coletiva, ou seja, o orador pertence a um grupo que se reconhece no uso linguístico de uma expressão comum.

Assim, há a instalação do adversário no embate discursivo “você”, realizada pelo pronome oblíquo átono “lhe”. Ainda sobre o título da canção, embora seja uma afirmação, fornece uma orientação argumentativa de interrogação, uma vez que deixa pressuposto o objeto pelo qual virá o pagamento divino, a causa do “agradecimento”. Essa orientação argumentativa é retomada desde o primeiro verso com construções que reiteram a indagação pressuposta no título; observemos que os versos se constituem em geral por adjuntos adverbiais de causa que se ligam ao verbo “pague” do título e do final de cada estrofe. Esses adjuntos adverbiais operam como uma rede de anafóricos e catafóricos que trazem à tona o adversário “lhe”, uma figura de presença, que suscita à memória o adversário e o seu fazer. Sobre a configuração melódica, observemos, ainda, o diagrama a seguir:



Acerca da integração da letra à melodia, podemos dizer que há um duelo entre um tom e um semitom, como podemos observar nas unidades entoativas. Trata-se de uma pequena ascendência e descendência, num mecanismo de retenção marcado sempre por meio tom na tessitura musical. Destaquemos, ainda, o tonema que marca o final da frase musical, revelando a dimensão interoceptiva do orador, ressaltando a busca, o esforço de alcançar algo ou de suportar a configuração disfórica relatada. Notemos o prolongamento das vogais e a ascendência em mais meio tom nos tonemas “mir”; “rir”; “tir”. Essa configuração melódica é mantida por toda a canção, havendo apenas uma ascendência em uma oitava posteriormente, que apontaremos a seguir.

A tensão do simulacro instaurado é mantida pelo berimbau e pela percussão, mas também intensificada pela harmonia; as frases musicais são entoadas, em sua maior parte, sob a harmonia de um só acorde², gerando tensão também no âmbito da harmonia. Destaquemos, ainda, o piano, configurando uma maior densidade musical, que

² Na versão que analisamos o acorde aplicado é o *Mi menor*.

aparece, justamente, com os tonemas que possuem maior altura na tessitura musical e também no final de cada estrofe.

Ainda acerca da *melos*, enfatizemos a expressão final de cada estrofe, que reitera o título “Deus lhe pague”, retomada ao final das estrofes. A configuração melódica dessa expressão é marcada por uma descendência no pronome “lhe”, que reitera a figura de presença que se refere ao adversário, mantendo-o como um dos tópicos discursivos de que trata o *logos*. Essa é a configuração melódica que serve de base à canção. Assim, há um princípio de alteridade e de identidade no interior da melodia, ratificado pela letra da canção.

“Por esse pão pra comer, por esse chão pra dormir
A certidão pra nascer, e a concessão pra sorrir
Por me deixar respirar, por me deixar existir
Deus lhe pague”

Ocorre a instauração de uma relação assimétrica de poder, tendo em vista que o adversário “você” possui as modalizações de “permitir”, de “deixar” ou de infligir ao orador o “pão”, o “chão”, a “certidão”, a “existência” e, por fim, a “concessão” de algum prazer de “sorrir”. Há a implicação de que a natureza, a essência do oponente é a de causar o sofrimento.

“Pelo prazer de chorar e pelo ‘estamos aí’
Pela piada no bar e o futebol pra aplaudir
Um crime pra comentar e um samba pra distrair
Deus lhe pague”

O orador continua, dessa forma, a narração-demonstração das sanções negativas impostas pelo ator “você”. Destaquemos entre as sanções negativas que o “você” impõe o “choro”, antiteticamente colocado na relação com o prazer. O “futebol” exposto nesta estrofe pode ser relacionado à campanha do tricampeonato da seleção brasileira

na copa de setenta. Ressaltemos que o governo Médici utilizou amplamente propagandas ufanistas, relacionando o progresso, o “milagre econômico” e o futebol ao regime militar. Tal perspectiva reforça a resposta que a canção buarquiana exerce em relação ao seu contexto de produção. Por fim, temos expostas, nessa estrofe, a pouca informação e a pouca liberdade de que se dispunha (como em “crime para comentar” e os poucos “sambas” permitidos pela censura prévia).

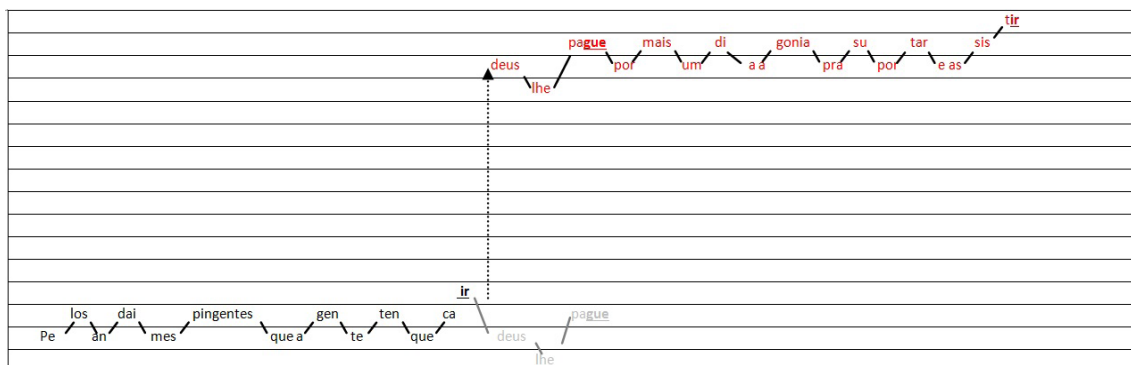
“Por essa praia, essa saia, pelas mulheres daqui
O amor malfeito depressa, fazer a barba e partir
Pelo domingo que é lindo novela, missa e gíbi
Deus lhe pague
Pela cachaça de graça que a gente tem que engolir
Pela fumaça, desgraça, que a gente tem que tossir
Pelos andaimes, pingentes, que a gente tem que cair
Deus lhe pague³”

O orador remete-nos, então, a um cotidiano vulgar, depreciado axiologicamente. Ressaltemos as expressões “tem que”, retomadas nos três versos, reiterando a atuação do adversário, impositor de sanções negativas, sendo o orador obrigado a submeter-se a elas. Sobre o teor dos versos, podemos dizer que são construções mais abstratas de difícil inferência a objetos ou fatos específicos.

Sobre a *melos* que se articula à letra, neste trecho, percebemos que a frase musical que encerra o refrão faz a retomada da isotopia, uma rede de anafóricos e catafóricos, “Deus lhe pague” e inicia, na canção, uma execução musical de maior densidade, com órgãos ao fundo e tambores, aumentando a tensão já existente. Ainda nesse movimento retórico, o orador aumenta o uso da tessitura musical em uma oitava acima da que a canção vinha sendo executada, ou seja, temos a manutenção do modelo melódico, porém com o intervalo de uma oitava ascendente. A dimensão interoceptiva do

³ A partir desse trecho, o compositor eleva o uso da tessitura musical em uma oitava e também há o aumento da densidade musical.

sujeito mais acentuada é revelada no que tange ao seu estado afetivo por meio da retenção e da concentração da tessitura musical em outra oitava, mais aguda.



Vale destacar que a partir desse momento da canção a entoação é mantida na oitava superior, conforme demonstramos como a chegada, do embate instaurado, a um clímax.

“Por mais um dia, agoniar, pra suportar e assistir
 Pelo rangido dos dentes, pela cidade a zunir
 E pelo grito demente que nos ajuda a fugir
 Deus lhe pague”

A partir dessa estrofe aparece a conjunção aditiva “e” intensificando e extensão enumerativa dos elementos a serem retribuídos. Essa exposição, então, é feita de forma ainda mais intensificada. Destaquemos, além da *melos* já mencionada, a demonstração acentuada da impotência do orador que, em uma dimensão interoceptiva de “agonia”, limita-se a “suportar” e a “assistir” à disforia relatada. Ressaltemos, ainda, a construção discursiva do cotidiano de maneira figurativa por meio da personificação da “cidade” e do “grito”, chegando à construção figurativa de um cotidiano relacionado ao inferno, considerando o dialogismo com o discurso bíblico “rangido dos dentes”. Assim, evidencia-se uma relação de contiguidade cotidiano x inferno. Consideremos também que o orador na dimensão do “querer” entrar em disjunção com esse

cotidiano, “fugir” dele, adquire o poder de fazê-lo com o auxílio do “grito” axiologizado pelo adjetivo “demente”. Destaca-se, ainda, a partir dessa estrofe, no âmbito da *melos*, uma intensificação da melodia, a densidade musical é aumentada, temos a presença de tambores. A canção assume um tom ainda mais recrudescido.

“Pela mulher carpideira pra nos louvar e cuspir
E pelas moscas-bicheiras a nos beijar e cobrir
E pela paz derradeira que enfim vai nos redimir
Deus lhe pague”

Nesta estrofe, temos a “paz derradeira” que podemos inferir como a morte imposta ao orador e ao auditório pelo oponente como última consequência do cotidiano de opressão relatado e que os restituirá de toda a disforia. Assim, encerra-se a construção figurativa e temática da canção. Ganham destaque, no final da argumentação, dois novos atores relacionados à morte “mulher carpideira”, uma presença tradicional em velórios e funerais, e que possuía ações antagônicas, pois era uma figura contratada para chorar em velórios e exaltar a pessoa falecida e “moscas-bicheiras”, um inseto que instala parasitas em tecidos orgânicos vivos ou mortos. Por fim, o orador encerra a canção, repetindo por duas vezes a mesma figura de presença, prolongando, ainda mais, as unidades entoativas acompanhadas pelos metais, porém com uma diminuição gradativa da densidade musical.

A partir da análise linguística e da *melos*, podemos dizer que a canção caracteriza-se pela espera, temos a retenção de transformações, tanto na letra quanto na melodia. Destaquemos a regularidade tensiva na interlocução de letra e melodia, o relógio que é figurativizado, onomatopeicamente, pela percussão, assemelhando-se ao *tic-tac*, o que ressalta a espera e a iminência de uma distensão. E, à medida que a canção avança, essa espera é intensificada pela densidade musical e pelas novas alturas da tessitura musical exploradas pelo orador.

Sobre as formas de integração de letra e melodia, há uma articulação de duas delas: a passionalização e a figurativização. Temos, por um lado, os tonemas e as unidades entoativas por vezes prolongadas e saltos que exploram a tessitura musical, chegando a uma oitava, ressaltando a busca, a falta, e a dimensão interoceptiva do orador, por outro, uma tendência à gestualidade da fala o tom de ultimato e de ameaça na modulação vocálica, sobretudo no verso final da estrofe “Deus lhe pague”. A articulação desses modos de integração também traz como efeito de sentido uma maior tensividade, uma vez que um regime de integração convoca o outro. A gestualidade da fala é compensada melodicamente pela passionalização a fim de constituir uma canção com entoação minimamente musical.

4.1 *Deus lhe pague* (1971): *ethos* e *pathos*

Podemos dizer que o orador constitui por meio do discurso um *ethos* combativo, reforça o tom recrudescido utilizado com oponente “você” na situação retórica canção. Outro aspecto que pode ser relacionado à constituição do *ethos* do orador é que, apesar do não “poder”, ele é detentor de um “querer” e, sobretudo, de um “saber”. O orador busca dar essas competências ao auditório em uma dada perspectiva do estado de coisas, sobre a opressão (o já) e sobre a liberdade (a espera – o ainda não). O *ethos* do orador constrói-se de maneira afetada em sua dimensão passional: ressaltamos a intensidade que as imposições do oponente sobrevêm ao sujeito, efeitos evidenciados na interlocução do *logos* e da *melos*.

A partir da análise realizadas, podemos inferir como temas articulados nessa canção a “opressão”, tematizada sobretudo pela presença do oponente e seu fazer que impõem uma série de penalidades ao cotidiano do orador e do auditório e a “liberdade” em direção oposta.

Depreendemos que o *ethos*, o *logos* e a *melos*, articulados, suscitam no auditório as paixões da cólera, da indignação e da confiança pela reiteração do oponente por

uma isotopia temática nas figuras de presença, trazendo à memória do auditório a figura do opressor em uma figurativização de um cotidiano disfórico criado por esse oponente. Destaca-se ainda o “poder” que o oponente detém e a imposição do “dever”, do “não saber”, do “não poder”, além do sofrimento e da opressão relatada. Ressaltemos, também, a paixão da calma em sentido oposto à cólera, na sanção negativa a ser imposta ao oponente. Essa relação tensiva pode ser formalizada, na perspectiva do orador, da seguinte forma:

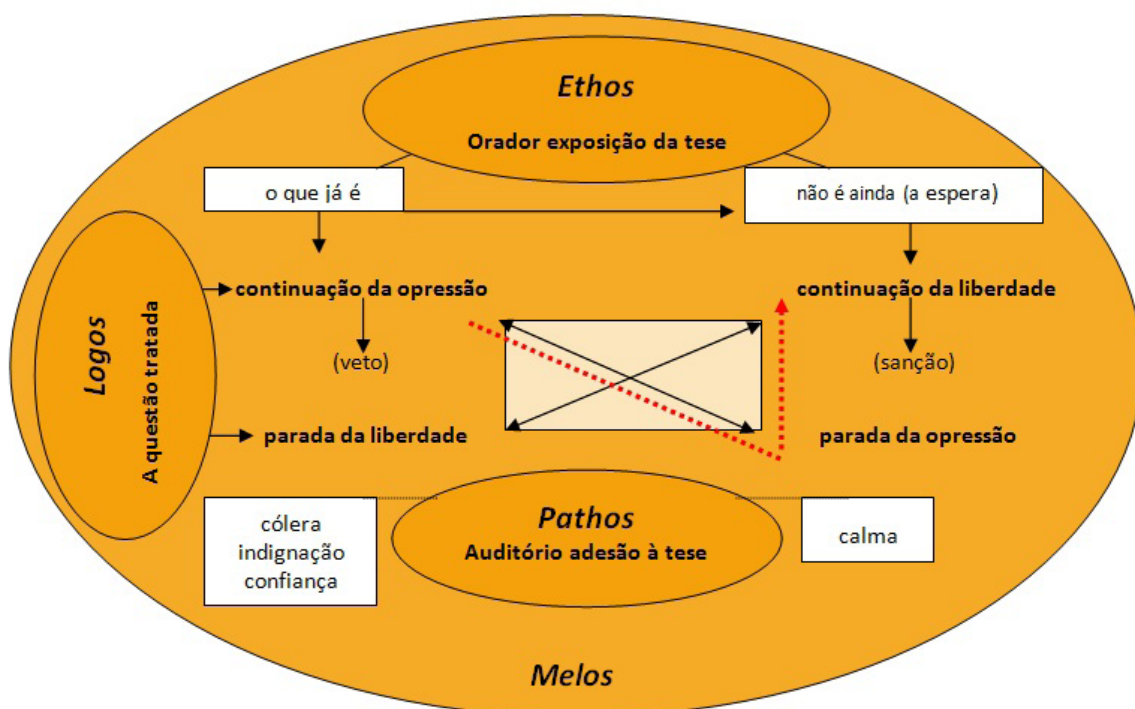


Figura 3. Demonstração da análise discursiva realizada

5. Considerações finais

Tivemos como objetivo, neste trabalho, evidenciar um quarto elemento de prova de persuasão em uma situação retórica cancional. A *melos*, conforme expusemos, se articula às demais provas retóricas *ethos*, *logos* e *pathos*. Podemos verificar tal possibilidade, tanto pela própria natureza da *melos* – que toca o campo passional do ser, uma vez que ela é capaz de tocar o sujeito que, ao ouvir uma música, pode emocionar-

se, alegrar-se ou entristecer-se – quanto pela possibilidade de articulação ao *logos* nas canções, ratificando conteúdos, suscitando efeitos de sentido e, por fim, intensificando a mobilização de paixões na situação retórica cancional.

Ressaltemos, ainda, que a *melos* serve como princípio estruturador e estabilizador do *logos*, considerando os saltos, as ascendências, as descendências, as gradações. Temos, assim, as formas de integração: passionalização, tematização ou figurativização, articulando-se entre si, sincretizando-se ao texto das canções e suscitando efeitos de sentido específicos, servindo aos propósitos comunicativos e à própria persuasão.

Ainda na dimensão da *melos*, destaquemos como prova de persuasão, a estabilidade que ela dá aos textos cancionais que podem ser retomados em sua integralidade, seja por meio de uma nova audição da canção, seja, até mesmo, pela ativação da memória discursiva, uma vez que as canções ficam constituídas na memória dada sua estabilidade, ou seja, o texto cancional não se desfaz na clareza como uma linguagem comum numa prática utilitária, pois permanece em seu plano de expressão na memória como possibilidade de reatualização, constituindo-se como um uso da linguagem semantizado pela *melos*. Assim, uma canção na memória discursiva está sempre na iminência de uma manifestação, ou seja, de seu plano de expressão encontrar um plano de conteúdo em uma nova enunciação interna, pela ativação da memória do indivíduo, ou em uma nova audição.

Dessa forma, sobre a relação *ethos*, *logos*, *pathos* e *melos*, temos que não se isolam, mas se articulam, conforme demonstrado, pois o *pathos* incide sobre o *ethos* e sobre o *logos*, assim como o *logos* incide sobre o *ethos* e sobre o *pathos*, e o *ethos* incide sobre *pathos* e sobre o *logos*. Mobilizam-se, assim, paixões em relação a um estado de coisas, atuando sobre os estados de consciência e, reciprocamente, sobre a consciência de um estado exposto.

Abordamos, desse modo, as estratégias e os recursos discursivos que podem ser utilizados para alcançar determinados efeitos de sentido e a forma pela qual a *melos*,

em uma canção, serve a propósitos comunicativos e articula-se à trilogia retórica, constituindo parte da discursividade presente nas canções. Assim, em resposta às configurações sociopolíticas no Brasil, Chico Buarque instala uma situação retórica em que se constitui como um orador (o *ethos*), diante de um auditório, com o intuito de mobilizar paixões (o *pathos*), utilizando o discurso para tratar aquilo que se coloca em questão (o *logos*), tendo na referida situação retórica o suporte musical como parte da cena enunciativa, a melodia e outros elementos musicais (a *melos*), uma quarta prova na situação retórica cancional por nós abordada.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. Manuel Alexandre Júnior; Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998 [s/d].

_____. *Retórica das paixões*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CARMO JR., José Roberto do. A voz: entre a palavra e a melodia. In: *Teresa: Revista de literatura brasileira*. Vol. 4/5. São Paulo: Editora 34, 2003.

CENSURA MUSICAL. Disponível em <<http://www.censuramusical.com.br>>. Acesso em 10.12.2012.

CHICO BUARQUE. Disponível em <<http://www.chicobuarque.com.br>>. Acesso em 10.12.2011.

EGGS, Ekkehard. *Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna*. In: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso - a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

FONTANILLE, Jacques. *Sémiotique du Discours*. Limoges: Pulim, 1998.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Semântica estrutural*. São Paulo: Cultrix, 1966.

_____; **COURTÉS,** Joseph. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1979.

HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

LOPES, Ivã Carlos; **TATIT**, Luiz. Ordem e desordem em fora de ordem. In: *Teresa: revista de literatura brasileira*. Vol. 4/5. São Paulo: Editora 34, 2003.

MEYER, Michel. *A Retórica*. São Paulo: Ática, 2007.

_____. *Questões de Retórica: linguagem razão e sedução*. Trad. António Hall. Lisboa: Edições 70, 1993.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. *Retóricas de ontem e de hoje*. São Paulo: Humanitas, 2004.

_____. O espaço tensivo da controvérsia: uma abordagem discursivo-argumentativa. In: *Filologia e Língua Portuguesa*, v. 2, 2007, p. 293-310.

OLIVEIRA, Adriano Dantas. A articulação *ethos*, *logos* e *pathos*: análise sêmico-retórico-discursiva da canção buarquiana “Acorda, amor”. In: LUQUES, Solange Ugo; MIRANDA, Daniela da Silveira; PUH, Milan (Orgs.). *Discurso em suas pluralidades teóricas*. São Paulo: Paulistana, 2013. Online: <[http://: www.epedusp.com.br](http://www.epedusp.com.br)>. Acesso em 18 jul. 2014.

_____. A trilogia retórica associada à *melos*: análise discursiva de canções buarquianas sob o enfoque da tensividade. In: AQUINO, Z. G. O.; BENTO, E. J. ; OLIVEIRA, M. A. ;

OLIVEIRA, A. D. ; **PONTES**, V. S. ; **SANTOS**, T. J. F. *Linguagem, Estratégia e (Re)Construção*. São Paulo: Paulistana, 2014. Online: <<http://: www.epedusp.com.br>>. Acesso em 18 jul. 2014.

PERELMAN, Chaim; **OLBRECHTS-TYTECA**, Lucie. *Tratado da argumentação: A nova Retórica*. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TATIT, Luiz. *Semiótica da canção: melodia e letra*. São Paulo: Escuta, 1994.

_____. *O cancionista – composição de canções no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. *Musicando a Semiótica – ensaios*. São Paulo: Annablume, 1997.

_____. *O século da canção*, São Paulo: Ateliê, 2004.

_____. ; **LOPES**, Ivã Carlos. Terra a vista: aportando na canção. *Gragoatá: Revista do Instituto de Letras da UFF*, v. 16, Niterói: 2004.

VALÉRY, Paul. *Cashiers*, t.1. Paris: Gallimard/ LA Pléiade, 1973.

_____. *Variedades*. São Paulo: Iluminuras, 1991.

ZILBERBERG, Claude. *Razão e poética do sentido*. São Paulo: Edusp, 2006.

Abstract: *We have, as work proposal, the exposure of the perspective of a analysis interdisciplinary model of Songs, addressing the articulation of the rhetorical trilogy and the melos. We use as theoretical framework for this exhibition, concepts of Semiotics, applying studies of Greimas, Tatit and Carmo Jr. and concepts of Classical Rhetoric and the New Rhetoric. As a corpus for this exhibition, we will use the song “Deus lhe pague”, 1971, written by Chico Buarque. Through this exhibition, we also aim to use the analysis model proposed to unveiling ideological traits and passions raised through that song, addressing the discursive strategies and resources used to achieve certain meaning effects and how the melos can be associated to an rhetorical prove.*

Keywords: *discourse; rhetoric; semiotics; melos; prove.*

RETÓRICA, ARGUMENTAÇÃO E HISTÓRIA: UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR DE ANÁLISE DA IDENTIDADE LESTE-TIMORENSE

Alexandre Marques SILVA¹

Resumo: *Não podem existir sujeito e sociedade sem que se considerem os eventos históricos que participaram de sua formação. Assim, partindo-se do pressuposto de que toda identidade nacional é produto de um discurso, neste trabalho, analisamos, sob um espectro interdisciplinar, a construção da identidade leste-timorense. Para tanto, como corpus, selecionamos o discurso proferido por Xanana Gusmão, em 19 de maio de 2002, por ocasião de sua posse como presidente de Timor-Leste. Em nossas análises, destacamos as relações que se estabelecem entre o discurso de posse, o momento histórico e a conseqüente construção da identidade da nação leste-timorense, tendo como eixo norteador a língua, com base em uma perspectiva retórico-argumentativa, à luz dos contributos da teoria da argumentação, desenvolvida por autores da escola de Bruxelas, e das estratégias discursivas em especial o uso de 1^{as} pessoas (do singular e do plural), de modo a explicitar que o discurso político, ao estabelecer um jogo de representações sociais da realidade, participa da edificação da identidade do povo leste-timorense.*

Palavras-chave: identidade; retórica; argumentação; discurso político; Timor-Leste.

1. Introdução

Timor-Leste vem recebendo nas duas últimas décadas significativa atenção de pesquisadores filiados a diversas áreas do conhecimento e com objetivos igualmente distintos, pois, em função de sua história recente, constitui um amplo campo de pesquisa. Diante de tantas possibilidades, interessa-nos, todavia, investigar, sob uma perspec-

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Zilda Gaspar Oliveira de Aquino. E-mail: alexandremarques@usp.br.

tiva interdisciplinar, o lugar que os discursos oficiais – aqueles pronunciados pelo então presidente de Timor-Leste, Xanana Gusmão, - ocupam no processo de construção da identidade da nação leste-timorense.

Entendemos que uma proposta como a que fizemos demanda o recurso a distintas disciplinas na busca por uma análise menos pragmática e autocentrada (nos estudos da linguagem em nosso caso), a fim de que possamos, mesmo que de forma inicialmente limitada, explicitar a inter-relação entre três disciplinas: Argumentação, Retórica e História no processo bastante complexo de constituição discursiva da identidade de uma nação que passou por dois processos de colonização quase consecutivos.

No que tange às questões sobre diversidade linguística, Timor-Leste conta com aproximadamente 15 línguas autóctones, além do tétum e do português, que ocupam o *status* de línguas oficiais, asseguradas pela Constituição nacional, e do inglês e do indonésio, considerados línguas de trabalho.

Conforme Mattoso (1998, p. 5), a língua, considerada como instrumento de coesão nacional, é um dos atributos que contribui para a ideia de construção identitária, a qual resulta da percepção que os próprios indivíduos têm de formarem uma coletividade. “Pelo fato de essa coletividade ter uma existência histórica, é fundamental considerar que a identidade nacional vai se revestindo, ao longo dos tempos, com formas sucessivamente diferentes”. Interessa-nos, desse modo, investigar o papel da língua, no processo, ainda incipiente, de construção da identidade nacional leste-timorense, dado que, segundo Herder (1987), cada língua é a expressão viva, orgânica, do espírito de um povo. Ela é o meio de reconhecer a cultura e os valores de uma nação, pois os cristaliza.

2. Interdisciplinaridade: em busca de uma complexidade epistemológica

A noção de interdisciplinaridade foi forjada no final do século XIX, como uma resposta à fragmentação causada pela concepção positivista do conhecimento, e, no século XX, ganhou relevância nos trabalhos desenvolvidos por Jean Piaget (1978), Antoni

Zabala (2002), Ivani Fazenda(1990), Hilton Japiassu (1976), entre outros. Após a secção das ciências em várias disciplinas e de um longo período de reducionismo científico, o conceito de interdisciplinaridade foi elaborado com o fito de restabelecer um diálogo entre as diversas áreas do conhecimento. Assim, no âmbito das pesquisas acadêmicas, a interdisciplinaridade não constitui uma novidade, ao contrário. Desde a Antiguidade clássica, experiências interdisciplinares eram realizadas, pois as áreas de conhecimento estavam divididas, basicamente, em duas frentes: *trivium* (gramática, retórica e lógica) e o *quadrivium* (geometria, aritmética, música e astronomia). Essa diferenciação praticada na Antiguidade não significava, todavia, uma ruptura; tais disciplinas não eram consideradas fragmentos do saber, compunham ligações entre si.

Apesar de haver, na Antiguidade, um olhar natural para as relações interdisciplinares, observamos, no entanto, que hoje ainda erigem com certa frequência barreiras metodológicas e/ou epistemológicas que dificultam a aproximação entre áreas do conhecimento que muito podem enriquecer-se mutuamente. Em função disso, filiando-nos ao posicionamento defendido por Fiorin (2008, p. 38), partimos do pressuposto de que a interdisciplinaridade é essencial a uma abordagem complexa das análises linguístico-discursivas porque se fundamenta em

[...] uma convergência, uma complementaridade, o que significa, de um lado, a transferência de conceitos teóricos e de metodologias e, de outro, a combinação de áreas. [...] Com muita frequência, a interdisciplinaridade dá origem a novos campos do saber, que tendem a disciplinarizar-se.

A partir da definição de Fiorin (2008), compreende-se que nas/para as pesquisas em Análise do Discurso a interdisciplinaridade desponta como uma das formas mais interessantes e produtivas de trabalho científico, pois, como se observa, ela não pressupõe a simples diluição das fronteiras disciplinares, mas a coadunação, a junção, a reorganização e a complexificação de procedimentos de análise em torno de um objeto

comum. Nesse sentido, parece-nos interessante incorporar a essa discussão a tese defendida por Japiassu (1976), de que a ciência ou algumas teorias científicas renunciaram às pretensões de totalidade e completude, e busca a universalidade da prática e não de uma teoria afirmada aprioristicamente, a ciência já não pretende, portanto, absolutizar um conhecimento hegemônico, o que abre espaço para um diálogo interdisciplinar, que aproxime saberes específicos, oriundos dos diversos campos do conhecimento. Cabe, no entanto, ressaltar que, embora a discussão proposta por Japiassu (1976) não se detenha especificamente à área da linguagem, o que ele propõe, em linhas gerais, é epistemologicamente coerente com os nossos objetivos.

A partir das considerações feitas pelos autores mencionados anteriormente, torna-se evidente que a interdisciplinaridade desponta como uma necessidade no que tange ao desenvolvimento deste trabalho, já que nos propusemos a realizar uma coadunação metodológico-epistemológica entre três áreas do conhecimento bem delimitadas. Desse modo, é necessário que sejam estabelecidas pontes entre essas disciplinas, já que elas têm se mostrado, com certa frequência, dependentes umas das outras. A esse respeito, Japiassu (1976) chama a atenção para o fato de que qualquer metodologia, independente da disciplina à qual pertença, possui limitações claras quanto à sua capacidade de interpretação. Assim,

[...] o espaço interdisciplinar, quer dizer, seu verdadeiro horizonte epistemológico, não pode ser outro senão o campo unitário do conhecimento. Jamais esse espaço poderá ser constituído pela simples adição de todas as especialidades nem tampouco por uma síntese de ordem filosófica dos saberes especializados. O fundamento do espaço interdisciplinar deverá ser procurado na negação e na superação das fronteiras disciplinares (JAPIASSU, 1976, p. 74-75).

A interdisciplinaridade constitui, portanto, um procedimento que visa a garantir a construção de conhecimentos que rompam as fronteiras entre as disciplinas,

pressupondo uma integração complexa entre elas. Além disso, permite que haja uma reflexão sobre as condições reais em que se produzem, elaboram-se e articulam-se os conhecimentos interdisciplinares, por meio do estabelecimento de uma convergência que possibilita o entendimento e a compreensão do fenômeno em estudo, conforme destacaremos nos itens a seguir.

3. De onde vim: uma volta ao passado para entender o presente

Quando se parte para o estudo da história recente de Timor-Leste, é impossível esconder o espanto diante dos episódios brutais que deixaram marcas profundas na sociedade daquele país. A libertação do jugo indonésio não foi, como costuma não ser qualquer processo de independência, uma transição pacífica, no entanto, a violência com que a essa ruptura se deu e seus desdobramentos colocaram Timor-Leste no centro das discussões sobre direitos humanos no final dos anos de 1990.

O país, no contexto das regiões colonizadas, foi uma das últimas colônias de Portugal, situada no mundo oriental, a se emancipar e, após um dos mais longos processos de colonização e aproximadamente três décadas de invasão indonésia, teve sua independência restaurada, com a posse do primeiro presidente em 2002.

Em 1975, beneficiando-se das mudanças decorrentes da queda do regime ditatorial salazarista em Portugal, após um período político internamente conturbado, Timor-Leste declarou a sua independência. Quase de imediato, por razões de ordem estratégica, política e econômica, a Indonésia invadiu o país e anexou-o como sua província. Essa invasão ocorreu em um período crítico da Guerra Fria no sudeste asiático e teve, por isso, um importante apoio da Austrália e dos Estados Unidos.

Após 25 anos de anexação ao território indonésio, somente em 1999, Timor-Leste reconquistou a independência e foi reconhecido internacionalmente como nação autônoma. No plebiscito promovido pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 30 de agosto do mesmo ano, os timorenses decidiram pela autonomia do país, com 78%

dos votos favoráveis à independência. No entanto, após a divulgação do resultado das eleições, houve violenta reação da milícia indonésia contra a população favorável à autodeterminação timorense.

Foram quase três anos de medo, terror e violência, até que a instauração da República Democrática de Timor-Leste (RDTL) ocorresse no dia 20 de maio de 2002, sob o regime da nova Constituição, e a posse do primeiro presidente eleito democraticamente, José Alexandre “Kay Rala Xanana” Gusmão.

Diante desse cenário – de recém-independência – uma etapa de estruturação se iniciou em Timor-Leste: a formação do Estado-Nação e essa nova condição implicou uma série de problemas a serem superados, entre eles o linguístico e o identitário, os que mais de perto nos interessam no desenvolvimento deste artigo.

4. Convença-me sobre quem sou: das relações entre argumentação e retórica

A eficácia de um discurso é, segundo a concepção aristotélica, determinada por elementos que, escolhidos em função do auditório, levam ao envolvimento e convencem-no porque produzem certo efeito de verdade, isto é, de verossimilhança. Como elemento constitutivo da persuasão, a verossimilhança é o que assegura credibilidade à mensagem. Nesse mesmo sentido, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999 [1958], p. 137) apontam para o fato de que “o estudo da argumentação nos obriga, de fato, a levar em conta não só a seleção de dados, mas igualmente o modo como são interpretados, o significado que se escolheu atribuir-lhes”. Esses autores consideram, ainda, que o discurso persuasivo só adquire sentido quando analisado em seu contexto de produção.

Ao entendermos que todo discurso resulta da ação de um indivíduo que deseja transformar a realidade por intermédio da palavra (falada ou escrita), evidencia-se o fato de que isso somente é possível a partir da utilização da língua manifestada por meio de “enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou outra esfera da atividade humana” (BAKHTIN, [1927] 2003, p. 279). A língua, sob essa perspectiva,

mais que uma representação do mundo, desempenha o papel de elemento constitutivo do próprio homem e de sua história como ser social, assim como também destaca Fiorin (2003):

A linguagem é um fenômeno extremamente complexo que pode ser estudado de múltiplos pontos de vista, pois pertence a diferentes domínios. É, ao mesmo tempo, individual e social, física, fisiológica e psíquica. [...] O primeiro cuidado é, pois, não considerar a linguagem algo totalmente desvinculado da vida social nem perder de vista sua especificidade [...]. (FIORIN, 2003, p. 17)

Em conformidade com essas perspectivas apresentadas, destaca-se o discurso político, como um objeto delimitável temporal e espacialmente, passível de análise em seus elementos recorrentes. Assim, é fundamental relacioná-lo a suas esferas de produção e de circulação, já que essas constituem palco de confronto de forças simbólicas para a conquista e a gestão de determinado poder. Além disso, observa-se o fato de que o discurso político está intrinsecamente relacionado à organização da práxis social em que ele se inscreve, (des)construindo continuamente identidades. Obsevamos, desse modo, que é por intermédio do discurso que se encontra um meio propício à disseminação e ao forjamento de identidades. Nessa direção, Ansart (1978) defende que:

A linguagem divide-se a cada um individualmente e visa provocar a adesão “sincera”, assim como se inclina a mobilizar o jogo das identificações [...]. Assim, o caráter apaixonado dos apelos políticos não é um aspecto secundário que se poderia, sem contradição, suprimir. Embora haja gradações nessa passionalização, a dicotomia afetiva que percorre toda a ideologia é irreduzível: a legitimação é, simultaneamente, apelo ao afeto, à confiança, à admiração, à identificação; a invalidação é, simultaneamente, apelo ao desafio, ao desprezo, ao ódio. (ANSART, 1978, p. 46)

O que esse estudioso defende é justamente aquilo que Aristóteles (2005 [386 a. C.]) já havia feito na *Retórica*: pode-se conquistar a adesão de um significativo núme-

ro de indivíduos a partir do apelo às paixões, o que funciona, principalmente, quando há conhecimento prévio do auditório a quem o discurso se destina. Nesse sentido, a construção da identidade e da alteridade baseia-se não só na imagem que os indivíduos fazem de si mesmos e dos outros, como também na imagem que o outro faz deles e de si próprios. Tal fenômeno de reconhecimento da identidade ocorre tanto no plano individual quanto no coletivo. Assim, no que se refere ao caso de Timor-Leste, deve-se considerar que:

[...] a constituição de uma nação presume a convivência de diferentes grupos étnicos e a existência de diferentes camadas sociais; ademais, há a inclusão de elementos culturais variados, misturas de raças, religiões, línguas, mitos, crenças e tradições, responsáveis por constituírem uma identidade cultural e, conseqüentemente, nacional. (BRITO; MARTINS, 2004, p. 72).

Para Aristóteles, era necessário o conhecimento da Retórica porque, como técnica, possibilita a estruturação e a exposição de argumentos, estando, por conseguinte, diretamente relacionada à vida pública. Seguindo essa prerrogativa, a Retórica aristotélica ocupava-se da arte da comunicação, do discurso feito em público, com propósitos persuasivos.

O filósofo defendia a tese de que havia um potencial persuasivo subjacente a todo e qualquer discurso, independente do gênero, o que foi determinante à ampliação do conceito de Retórica. Nesse sentido, esta pode ser considerada uma modalidade discursiva geral, aplicável às mais diversas disciplinas, sendo, dessa forma, peça-chave ao desenvolvimento de uma análise interdisciplinar do discurso. Em função disso, Aristóteles chama a atenção para o fato de que, embora exista algo que se preste à argumentação em qualquer matéria, somente à Retórica interessa a persuasão como objeto de estudo.

Após haver identificado o público, definido os propósitos do discurso e estabelecido o gênero adequado, o orador precisa determinar quais argumentos devem ser

utilizados para persuadir o auditório. Nesse processo, evidencia-se que a Retórica não se limita a transmitir noções neutras e assépticas, mas visa a alcançar determinado comportamento concreto resultante da persuasão por ela exercida, já que se propõe a modificar não só as convicções, mas também as atitudes dos indivíduos.

De acordo com o pensamento aristotélico, a argumentação, organizada em torno de provas, constituía um conjunto de estratégias responsáveis pela organização do discurso de natureza persuasiva. Assim, é possível persuadir pelo discurso, quando se mostra a verdade ou o que parece ser a verdade, com base no que é persuasivo em cada caso particular (ARISTÓTELES, 2005 [386 a. C.] p. 33-34), o que comprova, portanto, que à Retórica interessa fundamentalmente promover a adesão do auditório às teses apresentadas pelo orador, de modo que a verdade ou falsidade são consideradas elementos circunstanciais, mobilizados e determinados segundo as intenções argumentativas do orador.

Observamos, dessa forma, que o ato argumentativo funda-se no uso da razão como ponto de partida para a obtenção de provas ou justificativas que possibilitem ao orador chegar a determinadas conclusões em oposição a outras. Essa prática teve início na Antiguidade Clássica com filósofos gregos, e Aristóteles, posteriormente, destaca-se por seus trabalhos voltados à revitalização da Retórica. Esse filósofo foi responsável pela análise de aspectos retórico-dialéticos particulares à atividade argumentativa cotidiana, com base na mobilização de argumentos prototípicos, os quais poderiam ser mobilizados de acordo com as circunstâncias discursivas predeterminadas. Esses argumentos são denominados lugares específicos, conhecidos, contemporaneamente, como “lugares comuns”. É importante destacar, no entanto, que a concepção de lugar comum para os gregos era bastante distinta desta, uma vez que atendia a outros propósitos. Para Fabrino (2008, p. 21), “(...) o lugar comum original era diferente, tinha outra forma e outra função: lugares comuns eram esquemas lógicos abstratos, princípios e regras de argumentação, divididos em três categorias: o possível e o impossível, o existente e o não existente, o mais e o menos”.

Em função do largo emprego desses lugares, sem que houvesse a preocupação de torná-los adequados ao auditório, de acordo com Silva (2010), os lugares comuns assumiram conotação negativa e hoje se relacionam a vícios de linguagem e denotam, em muitos casos, a falta de conhecimento acerca do assunto sobre o qual se delibera. É importante destacar que o mesmo não acontece com a argumentação, que, para ser eficiente em seus propósitos, deve ter como ponto de partida ideias que sejam admitidas pelo auditório a que se objetiva convencer pelo discurso.

Nesse sentido é que Aristóteles adverte sobre a importância dos lugares no processo de construção dos argumentos. Muito distante do que predomina no senso comum, os lugares a que Aristóteles se refere devem ser considerados “depósitos de argumentos”, aos quais o orador pode recorrer em busca da adesão de seu auditório. Trata-se, portanto, de um recurso retórico, delimitado pela situação comunicativa e pelo gênero discursivo. A esse respeito, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999[1958]) observam que:

A situação argumentativa, essencial para a determinação dos lugares aos quais se recorrerá, é por sua vez um complexo que abrange, ao mesmo tempo, o objetivo a que se visa e os argumentos com os quais há o risco de se chocar. Esses dois elementos estão, aliás, intimamente ligados; com efeito, o objetivo a que se visa, mesmo que se trate de desencadear uma ação bem definida, é a um só tempo a transformação e réplica que são indispensáveis ao desencadeamento dessa ação. Assim é que a escolha entre diferentes lugares, lugares de quantidade ou da qualidade, por exemplo, pode resultar de um ou de outro componente da situação argumentativa: ora veremos claramente que é a atitude do adversário que influi nessa escolha, ora veremos, ao contrário, o vínculo entre essa escolha e a ação por desencadear. (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 1999[1958], p. 109)

5. Diga-me quem sou: a construção discursiva da identidade leste-timorense

Em uma sociedade extremamente fragmentada, multiétnica, plurilíngue e cuja infraestrutura social é bastante incipiente, a falta de consenso sobre a adoção da língua portuguesa como idioma oficial e o modo como ela está sendo introduzida em Timor-Leste dificultam, quando não impedem, o estabelecimento de relações de alteridade, de reconhecimento e de valorização dos indivíduos, já que, segundo dados do censo realizado em 2008, apenas 5% da população fala português com fluência. Torna-se, nesse contexto, função do Estado e de seus mecanismos de produção simbólica e ideológica forjar e disseminar, via discurso, a identidade que deseja para seus cidadãos.

Cabe salientar que, embora alguns dos elementos de constituição da identidade sejam subjetivos, eles nem sempre podem ser controlados pelos indivíduos, pois estão em jogo também outros aspectos, de cunho externo, como, por exemplo, o legado histórico, que transcende a história individual ou familiar de um indivíduo em particular, pois se refere à coletividade à qual ele pertence, o que explicita o caráter coletivo de configuração da identidade.

A construção da identidade nacional em Timor-Leste deve ser entendida à luz de seu histórico político, uma vez que o país tem uma longa história recente de colonialismo, conflito e violação dos direitos humanos. Assim, torna-se evidente que a influência de uma mensagem em situação histórica específica, como era o caso de Timor-Leste em 2002, não poderia ser analisada isoladamente, apenas sob o espectro da linguagem. Antes, julgamos necessário considerar o contexto de enunciação: quem são o orador e o auditório e, a partir desse último, o auditório, em especial, quais são suas crenças e sua disposição para aderir às teses e veiculadas pelo discurso do orador, que, no caso do discurso político, está colocado em uma posição social particular.

Sendo assim, cabe salientar que a história de vida de Xanana Gusmão – orador em questão – em muito se intersecciona à de Timor-Leste. Internacionalmente ele ficou conhecido como o grande herói da resistência contra o regime ditatorial indonésio, res-

ponsável por conduzir o povo em fuga para as montanhas e que, mesmo após haver sido capturado, em 1992, e condenado à prisão perpétua, levou adiante o ideal de libertação de sua pátria. Após a concessão de anistia, em 1999, Gusmão voltou a Timor-Leste e, em 2002, foi eleito presidente da República por meio do pleito popular.

Nessa inter-relação entre identidade e história, observamos que, no processo de (re)construção da identidade nacional leste-timorense, o resgate da história do país, via recurso à memória, cumpre um papel essencial, pois, conforme destaca Pollak (1992),

[...] o trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. [...] Toda organização política, [...] veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. [...] O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo. (POLLAK, 1992, p. 09-10)

Além da questão histórica, devemos considerar que, embora as políticas e práticas de linguagem por parte de portugueses e indonésios tenham sido distintas em muitos aspectos, foram semelhantes em um ponto importante - a utilização da língua do colonizador como parte de uma estratégia de assimilação sociocultural. Como resultado desses processos, a relação entre a língua e identidade em Timor-Leste é bastante complexa. Acerca dessa discussão, Hull (2001) defende que:

Se Timor-Leste deseja manter uma relação com o seu passado, deve manter o português. Se escolher outra via, um povo com uma longa memória tornar-se-á numa nação de amnésicos, e Timor-Leste sofrerá o mesmo destino que todos os países que, voltando as costas ao seu passado, têm privado os seus cidadãos do

conhecimento das línguas que desempenharam um papel fulcral na gênese da cultura nacional. (HULL, 2001, p. 39)

A afirmação de Hull (2001) coaduna-se aos nossos objetivos de realizar a análise do discurso de posse de Xanana Gusmão face aos eventos histórico-sociais em que foi pronunciado e que, conseqüentemente, participaram de sua edificação. Nesse sentido, a língua assume um papel essencial à transmissão e à preservação da história, pois faz parte da memória da população, e a memória produz sentimentos identitários e de pertença.

A respeito da relação entre língua e identidade, Landowski (2002) baseia suas análises no fato de que mudanças e transformações dinâmicas rompem com o caráter estático de dominador e dominante, a qual é perceptível no uso da linguagem. Para o autor, o discurso não possui apenas uma função de signo como comunicação, mas um valor de ato em que o sentido do discurso e a identidade dos participantes da interação são construídos na/pela relação intersubjetiva. Assim,

[...] começar a admitir que o fato de o Outro ser “diferente” não significa, necessariamente, que o seja no absoluto, mas que sua diferença é função do ponto de vista que se adota [...]. Nesta perspectiva, o Outro não poderá mais ser pensado como o simples representante de um alhures radicalmente estrangeiro [...] ele se tornará, em certa medida, parte integrante, elemento constitutivo do “Nós”, sem com isso ter que perder sua própria identidade. (LANDOWSKI, 2002, p. 14-15).

Conforme explicitamos anteriormente, Timor-Leste foi uma nação subjugada por um longo período, o que acarretou profundas cicatrizes na constituição identitária de seu povo, sobretudo no que se refere à atual população jovem do país. Sendo assim, coube ao Estado a função de iniciar e forjar o processo de construção da identidade nacional, a qual foi viabilizada sobretudo por um discurso produtor de significados, fomentado por símbolos e instituições nacionais. De acordo com Berenblum (2003, p.39), ao

tratar da formação dos Estados-Nação, observamos que houve, no caso leste-timorense, a necessidade de forjar tradições e símbolos nacionais com o propósito de difundir uma imagem de “nação” que possibilitasse adesão e lealdade coletiva a ela.

Com base nesses pressupostos, voltaremos nossa atenção à análise do discurso de posse de Xanana Gusmão, pronunciado em 20 de maio de 2002, o qual está disponível junto com outros discursos no livro *Timor lives! Speeches of freedom and independence*.

Considerando-se às limitações impostas ao trabalho, em função da extensão do artigo, realizaremos a análise de apenas sete excertos do referido discurso que, a nosso ver, são mais significativos e coerentes com os nossos objetivos. Sendo assim, apresentamos uma breve descrição do discurso e de seus desdobramentos em termos de estratégias discursivas.

No discurso de posse, verifica-se que o orador oscila entre as referências a si mesmo, ora coloca-se como presidente da república recém-independente, utilizando 1ª pessoa do singular, ora como parte do povo que lutou bravamente pela emancipação política de Timor-Leste, com o emprego de 1ª pessoa do plural, conforme se observa nos excertos [1] e [2], respectivamente:

[1]

E eu acredito, Sra. Presidente, que a Indonésia e Timor-Leste poderão, como já o fizeram nestes 2 anos e meio, para provar a todo o mundo que, quando existe boa vontade política por parte de governante e da sociedade em geral, a paz pode ser construída em bases sólidas pelo mundo fora.

[2]

Nas celebrações da independência, queremos conter o regozijo exagerado e as desmesuradas ambições, para assumirmos com consciência a necessidade de aprender para servir, e a vontade de corrigir para melhorar.

Ainda como uma estratégia retórica para preparar o espírito da audiência para as teses que serão apresentadas à continuação do discurso, Xanana Gusmão inicia-o da seguinte maneira:

[3]

Caríssimos **compatriotas**,

Povo de Timor-Leste,

É do mais profundo da nossa alma que saudamos com respeito Vossas Excelências e expressamos também a nossa eterna gratidão. (grifo nosso)

Discursivamente, observamos que, ao nomear o povo timorense de “compatriotas”, Gusmão estabelece com ele uma relação identitária amalgamada, a qual havia sido suprimida pelos duros anos de ocupação indonésia, caracterizada pela ferrenha proibição ao uso da língua portuguesa e às manifestações culturais próprias daquele povo.

Quando se contrastam os excertos [1], [2] e [3], observa-se que o jogo entre os diferentes lugares de enunciação ocupados pelo presidente atua de maneira significativa na construção discursiva da identidade do povo leste-timorense. Se, na abertura de seu discurso, ele nomeia claramente o povo timorense como “compatriota”, ou seja, aquele que provém de uma origem comum e com o qual comunga laços identitários mínimos, como a língua, por exemplo, no decorrer do pronunciamento, há uma delimitação clara entre um “nós-nação”, inclusivo, e um “nós-presidente”, exclusivo, como se pode observar no excerto a seguir:

[4]

“Hoje, **assumimos**, com humildade e perante a Comunidade Internacional, as nossas obrigações para com o nosso povo. **Quisemos** ser nós mesmos, quisemos orgulhar-nos **sermos** nós próprios, um Povo e uma Nação. Hoje efectivamente **somos** o que quisemos ser. [...] Hoje **somos** um Povo, igual a todos os Povos do mundo. Nas celebrações da independência, **queremos**

assumir diante de vós este compromisso: o de servir só e unicamente o **nosso** Povo.” (grifos nossos)

Diante disso, cabe salientar que o auditório desse discurso era composto não apenas pelo povo timorense, mas também por chefes de Estado e demais autoridades políticas a quem Xanana Gusmão referencia no início do discurso, conforme se pode observar nas referências expressas em [3]. Nesse sentido, torna-se evidente que, no segmento “queremos assumir diante de vós este compromisso...”, o vós refere-se a esse auditório particular, uma vez que é também com esse público, do qual o presidente espera apoio, que ele se compromete no que se relaciona à promoção do bem-estar social para a população leste-timorense. Em termos argumentativos, ele procede a uma formulação que estabelece, dentro de uma audiência inicialmente universal, uma especificidade que orienta seus argumentos na direção de um auditório particular.

Assim, por meio de um enunciado performativo, é o presidente, como representante legítimo da nação, quem assume o compromisso diante da Comunidade Internacional de assegurar o bem-estar social de seu povo, contribui para a edificação de um *ethos* heroico, que conjuga a um só tempo as características de um guerrilheiro, sobrevivente à guerra contra o inimigo indonésio, e as de um presidente democrático e em sintonia com as legítimas demandas sociais do povo que, democraticamente, representa, conforme já destacamos no breve percurso histórico que fizemos no item 3 e agora ilustramos em [5] e [6], respectivamente:

[5]

O povo indonésio e o povo timorense viveram 24 anos de relações difíceis. Hoje, nós todos concordamos que foram resultado de um erro histórico, e isto pertence já à história, pertence já ao passado.

[6]

A vitória do povo timorense é expressão também destes anseios,

porque a democracia pressupõe liberdade e liberdade faz jus aos direitos fundamentais do Homem e dos Povos.

Nesse processo de constituição do discurso, participam decisivamente da construção do *ethos* de Xanana Gusmão, por um lado, aquilo que é dito por ele no ato da enunciação e, por outro, as representações que o auditório faz do *ethos* de Gusmão mesmo antes que ele se pronuncie, com base no conhecimento que essa audiência possui da trajetória dele como homem público.

Em contrapartida, ao enunciar “*Quisemos ser nós mesmos, quisemos orgulhar-nos sermos nós próprios [...]. Hoje efectivamente somos o que quisemos ser. [...] Hoje somos um Povo, igual a todos os Povos do mundo.*”, está claro que Gusmão não fala do lugar exclusivo de Presidente da República, mas daquele que compartilha com todo o povo timorense desejoso de liberdade, paz e de uma identidade na qual possa se reconhecer, ao mesmo tempo, como indivíduo, respeitado por suas idiossincrasias, e como cidadão, dotado de direitos, deveres e amparado por um Estado que atenda suas necessidades fundamentais, assegurando-lhe um estado de bem-estar social mínimo.

No que concerne à constituição da identidade, que implicações subjazem à ideia de que “Hoje somos um Povo, igual a todos os Povos do mundo”? Certamente não se trata de mera simplificação, mas de uma generalização necessária ao estabelecimento de um referencial mínimo do que se pretendia construir em Timor-Leste após os severos anos de invasão indonésia os quais foram responsáveis pelo extermínio da população daquele país e, conseqüentemente, dos laços culturais e identitários autóctones dos leste-timorenses. Isso se evidencia no excerto [7]:

[7]

Nesta era de globalização, existem tendências de estandardizarmos o pensamento, os comportamentos e atitudes. Em relação a Timor-Leste, existem dúvidas sobre a nossa identidade. Existe a corrente para nos acomodarmos a uma falsa visão do futuro,

existe a tendência para nos subvertermos a contrapartidas de facial consumismo intelectual e econômico, onde nos perderíamos como uma gota no oceano.

A independência alcançada é apenas um passo para nos afirmarmos. Mas a afirmação é um processo, também difícil, a partir por não ter vergonha de sermos nós mesmos, com uma identidade histórica e cultural própria, que esteve na base da nossa emancipação e que foi a base do vosso apoio, inequívoco e incondicional.

Nesse sentido, observa-se que, segundo Hall (1992, p.48) “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação”. A identidade nacional, como construção simbólica e social, trata-se, pois, de uma “comunidade imaginada”, um sistema de representação cultural que produz sentidos. Basicamente, verifica-se que, de acordo com o que Gusmão defende em seu discurso, ser um povo como os demais não se relaciona à mimese nem à adoção de modelos prontos, mas à garantia de direitos e deveres essenciais à manutenção do regime democrático recém-estabelecido àquela época.

6. Considerações finais

As discussões sobre a constituição identitária em Timor-Leste representam uma oportunidade singular e demandam um olhar cuidadoso e atento. Não se trata do resgate de discursos já sedimentados pela história, mas de um processo em pleno curso, a que cotidianamente novos elementos são agregados e outros, solapados pela emergência de novas ideologias e demandas sociais. Assim, observamos em nossas análises que o papel do Estado leste-timorense, por meio dos discursos oficiais, consiste em equilibrar, no incipiente processo de construção da identidade nacional, aquilo que é resultado de um jogo de interação entre o que é nacional e popular, oriundo de manifestações culturais arraigadas no seio de comunidades e o que as vozes oficiais, sob a influência de organismos internacionais, como a ONU, determinaram como ideal.

Diante de um contexto tão complexo, a análise do discurso pronunciado por Xanana Gusmão permitiu-nos reconhecer o imbricamento entre a história pessoal do presidente e a de Timor-Leste no processo de construção discursiva da identidade daquele país. Por meio de um movimento dialético de inclusão/exclusão do auditório, criou-se o amalgamento entre aquilo que, de fato, representa o povo leste-timoreense e suas crenças, e ao que se deseja que ele acredite pertencer. Nesse sentido, o discurso oficial visa criar/disseminar uma ideia de pertencimento a determinada nação, despertando no auditório o sentimento de pertencimento a um país de cuja história devem se orgulhar, pois todos comungam os episódios gloriosos e dolorosos vividos por toda a nação e vinculam-se, por conseguinte, a uma nacionalidade que lhes determina um lugar no mundo.

Observamos, em síntese, que a identidade nacional leste-timoreense vem sendo formada e transformada no interior das representações levadas a diante, no caso recente de Timor-Leste, pelos discursos oficiais, o que nos permite reconhecer, dessa maneira, a imanente relação interdisciplinar que se estabelece entre história, argumentação e identidade.

Fonte

GUSMÃO, Xanana. *Timor lives! Speeches of freedom and independence*. New South Wales: Longueville, 2005.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Trad. Antonio Pinto de Carvalho. 17.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005 [386 a. C.].

ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Trad. Aurea Weissenberg. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BERENBLUM, Andrea. *A invenção da palavra oficial: identidade, língua nacional e escola em tempos de globalização*. Rio de Janeiro: Autêntica, 2003.

BRITO, Regina Helena Pires de; **MARTINS**, Moisés de Lemos. Considerações em torno da relação entre língua e pertença identitária no contexto lusófono. In: PINHO, José Benedito (Org.). *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. Lisboa/São Paulo: Intercom, 2004, v. 1, p. 69-77.

FABRINO, Ana Maria Junqueira. *O lugar dos lugares: a escrita argumentativa na universidade*. São Paulo, 2008. 245f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

FIORIN, José Luiz. Linguagem e interdisciplinaridade. In: *Alea*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, jun., 2008. p.35-58.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.

HERDER, Johann Gottfried. *Ensaio sobre a origem da linguagem*. Lisboa: Antígona, 1987.

HULL, Geoffrey. *Timor-Leste: identidade, língua e política educacional*. Lisboa: Instituto Camões, 2001.

JAPIASSU, Hilton Ferreira. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LANDOWSKI, Eric. *Presenças do outro: ensaios de sociossemiótica*. São Paulo: Perspectivas, 2002.

MATTOSO, José. *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva, 1998.

PERELMAN, Chaïm; **OLBRECHTS-TYTECA**, Lucie. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1958].

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. v. 5 n.10. Rio de Janeiro: FGV, 1992.p. 78-91.

SILVA, Alexandre Marques. *A imagem por trás do mito: estratégias discursivas e construção do ethos no discurso político presidencial*. São Paulo, 2010. 215f. Tese (Mestrado

em Filologia e Língua Portuguesa). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Abstract: *There can be no subject and society without considering the historical events that took part in its formation. Thus, given that every national identity is a product of discourse, we aim, in this paper, to analyze, from an interdisciplinary spectrum, the construction of the East Timorese identity. To this end, we selected the speech given by Xanana Gusmão, on 19 May 2002, on the occasion of his inauguration speech as President of East Timor. In our analysis, we highlight the relationships established between the inaugural speech, the historical moment and the consequent construction of the identity of the East Timorese nation, and as a guiding the language, based on a rhetorical-argumentative perspective, in the light of contributions of argumentation theory, developed by authors of the Brussels school, and discursive strategies in particular the use of 1st person (singular and plural), to clarify that the political discourse, to establish a set of social representations of reality, participates decisively to building the identity of the East Timorese people.*

Keywords: identity; rhetoric; argumentation; political discourse; East Timor.

O USO DE PERSONAGENS EM NARRATIVAS DE NÃO FICÇÃO: UMA NOVA PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO DO JORNALISMO LITERÁRIO

André Cioli Taborda SANTORO¹

Resumo: *Este trabalho apresenta e discute conceitos relacionados à compreensão de uma das vias de aproximação entre o jornalismo e a literatura: a construção de personagens. Propomos que o uso de personagens se apresenta como uma estratégia fundamental na elaboração de textos jornalísticos aprofundados, como a grande reportagem e o livro-reportagem. E indicamos que essa mesma estratégia, ainda não devidamente explorada no campo de pesquisas sobre o discurso jornalístico, é uma das principais marcas distintivas do chamado jornalismo literário. O embasamento teórico-conceitual se ampara em autores que se debruçaram sobre a construção de personagens na literatura e em outros gêneros discursivos, como Antonio Candido (2011), Oswald Ducrot e Tzvetan Todorov (1991) e Terry Eagleton (2013). O principal exemplo apresentado é o livro “Abusado: o dono do morro Dona Marta”, do jornalista brasileiro Caco Barcellos(2006).*

Palavras-Chave: *personagens; jornalismo literário; grande reportagem; livro-reportagem; literatura de não ficção.*

1. Introdução

Estudos sobre personagens são bastante frequentes nas teorias da literatura, mas quase todos são voltados à ficção. Os autores que discutem esse tema costumam deixar de lado as obras de não ficção, nas quais se incluem as biografias e o livro-reportagem. No entanto, essas duas categorias, muito populares na difusão do estilo que aqui será denominado

¹ Doutor em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, tendo sido orientado pela Profa. Dra. Marisa Philbert Lajolo. E-mail: andrecioli@gmail.com.

“jornalismo literário”, também se valem da construção de personagens em suas narrativas. A diferença fundamental é a natureza da personagem: enquanto a de ficção é, em geral, criada pelo autor, a de não ficção costuma ter um equivalente, vivo ou morto, no mundo real.

As personagens, na narrativa do jornalismo literário, não têm por função gerar apenas um refinamento estético do texto, mas, sim, ampliar o caráter informativo do relato jornalístico. Por esse motivo, uma narrativa de jornalismo literário não pode prescindir de sujeitos complexos, que atuam no texto e desenvolvem as informações (ou fatos) de modo mais aprofundado e completo. Em última análise, o jornalismo literário só existe em função da organização e apresentação de personagens baseadas em pessoas reais, sem as quais a narrativa perde o sentido.

Para a discussão aqui proposta, foram utilizados conceitos das teorias da literatura, com ênfase em teorias sobre personagens. O livro *Abusado: o dono do morro Dona Marta*, de Caco Barcellos (2006, publicado originalmente em 2003), foi selecionado com o intuito de ilustrar como se dá a inserção e o manejo das personagens em narrativas jornalísticas. O critério objetivo de escolha desse livro-reportagem foi o prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro (CBL), concedido à obra em 2004, na categoria “Reportagem e Biografia”. A mesma obra foi escolhida, também em 2004, como o “Livro do ano – não ficção”. A chancela da CBL é um fator importante de inserção da obra dentro do universo literário-jornalístico, e a categoria na qual ela foi inserida define com bastante propriedade o tipo de narrativa que se encontra no texto de Barcellos.

Além da premiação em si, o livro tem características que sobressaem em uma pesquisa sobre jornalismo literário baseada na análise de personagens. Uma delas é a organização da narrativa em torno de uma figura complexa, contraditória e repleta de sutilezas. Em muitas ocasiões, o tratamento dado pelo autor ao protagonista opera no sentido de frustrar as expectativas iniciais do leitor, oferecendo a este um retrato diferente do esperado para um traficante de renome. Em vez de apresentar Juliano VP, sua personagem principal, como um criminoso comum, que merece ser isolado do convívio social, Barcellos compõe

o protagonista como alguém relativamente culto, impregnado de ideais de transformação e dotado de um senso crítico agudo quanto à sua própria vida de traficante. Os livros que ele fazia questão de ostentar e/ou ler são apenas um dos símbolos dessas características:

Tiveram certeza de que era mesmo um esconderijo de Juliano pelos objetos pessoais encontrados no meio das raízes enormes crescidas na superfície. Eram imagens de Santo Expedito, Santa Tereziinha, São Judas Tadeu, Nossa Senhora Aparecida e Santa Gertrudes, todas cercadas por velas, alguns livros, um deles sobre a experiência da guerrilha de foco, de Régis Debray, uma garrafa de vinho tinto quase vazia, três latas cheias de atum, dois cobertores finos de lã, protegidos por um saco plástico, guardados ao lado das cinzas e restos de madeira de uma fogueira. E um bilhete para a namorada Luana com a assinatura de Juliano (BARCELLOS, 2006, p. 399).

2. O que são personagens?

Existem várias respostas possíveis para a pergunta acima. E uma das mais antigas de que temos notícia integra a *Poética* de Aristóteles, que data do século 4 a.C. O texto traz várias referências às personagens como parte integrante da tragédia grega, como no trecho a seguir, extraído de uma tradução para o inglês do original, em grego:

Necessarily then every tragedy has six constituent parts, and on these its quality depends. These are plot, **character**, diction, thought, spectacle, and song. Two of these are the means of representation: one is the manner; three are the objects represented. This list is exhaustive, and practically all the poets employ these elements, for every drama includes alike spectacle and character and plot and diction and song and thought (ARISTÓTELES, 1932, sem página, grifo nosso)².

² “Necessariamente, portanto, toda tragédia tem seis partes constituintes, e destas a sua qualidade depende. São elas: enredo, personagem, dicção, pensamento, espetáculo e música. Duas delas são os meios de representação; uma é a maneira; três são os objetos representados. Esta lista é completa, e praticamente todos os poetas empregam esses elementos, pois todas as peças incluem, da mesma forma, espetáculo e personagem e enredo e dicção e música e pensamento” (tradução livre).

Ao afirmar a personagem como “meio de representação”, Aristóteles apresenta esse recurso como a principal estratégia de composição da narrativa, ao lado do enredo (“plot”). Ainda nas palavras do filósofo grego: “In character-drawing just as much as in the arrangement of the incidents one should always seek what is inevitable or probable, so as to make it inevitable or probable that such and such a person should say or do (...)” (ARISTÓTELES, 1932, sem página)³.

Aristóteles, ao sublinhar a importância de acontecimentos “inevitáveis” ou “prováveis” na construção de personagens, fazia referência a gêneros em voga na Antiguidade, como a tragédia. E não se baseava, obviamente, nos gêneros literários vigentes no mundo contemporâneo, tampouco no jornalismo. Feita a ressalva, julgamos que o apontamento é valioso para que possamos compreender o recurso da verossimilhança, ou mesmo da aproximação definitiva entre a narrativa e os acontecimentos do cotidiano, no contexto da inserção de personagens em textos jornalísticos. Afinal, se até mesmo na construção de enredos fictícios as personagens devem ser estruturadas com base nesses requisitos, o que dizer das narrativas – como o jornalismo – em que a aproximação com a realidade se dá de forma ainda mais acentuada?

Mais de dois milênios depois, vários pesquisadores se debruçaram sobre o tema. No *Dicionário das ciências das linguagens*, Oswald Ducrot e Tzvetan Todorov (1991) afirmam:

Uma leitura ingênua dos livros de ficção confunde personagens e pessoas. Chegaram mesmo a escrever “biografias” de personagens, explorando inclusivamente partes de sua vida ausentes do livro (“O que fazia Hamlet durante os seus anos de estudo?”). Esquece-se então que o problema da personagem é antes de tudo linguístico, que não existe fora das palavras, que é um “ser de papel”. No entanto, recusar toda a relação entre personagem e pessoa seria absurdo: as personagens *representam* pessoas,

³ “Na construção de personagens, assim como na disposição dos incidentes, deve-se sempre buscar o que é inevitável ou provável, de modo a tornar inevitável ou provável aquilo que tal e tal pessoa deve dizer ou fazer (...)” (tradução livre)

segundo modalidades próprias da ficção” (DUCROT;TODOROV, 1991, p. 271, itálico do original).

Os autores sustentam uma visão sobre personagens que, no trecho citado, parece ambígua. Por um lado, defendem a ideia de que as personagens não passam de seres “de papel” e que não existiriam, portanto, fora dos livros (ou fora de qualquer produto ficcional onde as personagens também são usadas). No mesmo trecho, no entanto, sobressai a afirmação de que as personagens têm a função de representar pessoas. Mas que pessoas seriam essas? Não há referência a elas.

Podemos inferir que as “pessoas” citadas pelos autores são seres humanos de carne e osso que, de alguma forma, “segundo modalidades próprias da ficção”, são transformados em personagens? Assumimos que a resposta é afirmativa e que, a despeito das “modalidades próprias da ficção” a que fazem referência Ducrot e Todorov (1991), o processo em que “personagens representam pessoas” pode se estender a qualquer tipo de produção narrativa.

Os autores também organizam categorias descritivas das personagens segundo critérios particulares. Transcrevemos as três categorias elencadas:

1. A personagem é o sujeito da proposição narrativa. Enquanto tal, reduz-se a uma pura função sintática, sem nenhum conteúdo semântico. Os atributos, tal como as ações, têm o papel de predicado numa proposição, e só estão provisoriamente ligados a um sujeito. É cômodo identificar este sujeito pelo nome próprio, que o manifesta na maior parte dos casos, na medida em que o nome apenas identifica uma unidade espaço-temporal sem descrever as suas propriedades (numa tal identificação, colocam-se entre parênteses os valores descritivos do nome próprio) (...)

2. Num sentido mais particular, podemos chamar personagem ao conjunto dos atributos que foram predicados ao sujeito ao longo de uma narrativa. Este conjunto pode ser ou não ser organizado;

no primeiro caso, podemos observar vários tipos de organização. Os atributos combinam-se de maneira diferente em Bocácio, em Balzac ou em Dostoievski. Por outro lado, esta organização pode ser o objeto de indicações explícitas do autor (o “retrato”), ou de uma série de indagações dirigidas ao leitor que tem de fazer o trabalho de reconstituição; finalmente, pode ser imposta pelo próprio leitor, sem estar presente no texto: é assim que se faz a reinterpretação de certas obras em função dos códigos culturais dominantes numa época ulterior.

3. Em qualquer texto representativo, o leitor “crê” que a personagem é uma pessoa; esta interpretação faz-se segundo certas regras que se encontram inscritas no texto. Uma regra (variável segundo as épocas) provém das concepções correntes referentes à “estrutura da personalidade”. Uma outra implica um certo equilíbrio das semelhanças e das diferenças entre os atributos predicados: as ações de uma mesma personagem têm de ser suficientemente diferentes para a sua menção ser justificada, e suficientemente semelhantes para reconhecermos a personagem; por outras palavras, a semelhança é o preço da personagem, a diferença, o seu valor. Naturalmente, é possível transgredir este equilíbrio num sentido ou no outro: um Sindbad é sempre diferente, uma personagem de Beckett, sempre semelhante (DUCROT; TODOROV, 1991, p. 273).

Partindo de generalizações que, em nossa visão, não funcionam de forma homogênea em todos os tipos de produções literárias, os autores iniciam a enumeração das categorias a partir de uma descrição superficial, que dá conta das personagens como meros elementos sintáticos presentes em uma narrativa. Na primeira categoria, as personagens são apresentadas como os sujeitos de um enunciado. A função irreduzível de uma personagem, portanto, é a sua simples presença em um texto, como um nome próprio que introduz a identidade de uma pessoa que irá falar (ou sobre a qual irá se falar) e será descrita em seguida.

Na segunda categoria, a descrição detalha as personagens de forma mais clara: elas seriam, nessa visão, um conjunto de “atributos” que foram “predicados ao sujeito”. Ou, em nossas palavras: as personagens seriam a caracterização dos sujeitos que povoam um texto, como se a mera apresentação ou nomeação desses mesmos sujeitos não fosse – e não é, de fato – suficiente para definir uma personagem. Além desse procedimento, é necessário qualificar os sujeitos para que eles se transformem, de fato, em personagens. Os autores também apresentam, nesta categoria, as três formas básicas de caracterização de personagens: 1) o retrato definido pelo próprio autor, 2) a reinterpretação dos atributos definidos pelo autor a partir do imaginário do leitor e 3) a definição de características que é levada a cabo apenas pelo leitor, com base no seu repertório cultural.

Na terceira categoria, os autores indicam que a personagem também se constrói a partir da imagem que se produz dela por parte do leitor. Sem essa ressignificação ou atribuição de sentido não haveria como delimitar uma personagem em uma narrativa. Reside nessa afirmação uma possível explicação para o fato de que a mesma obra, quando lida por pessoas diferentes, suscita reações muitas vezes distintas em relação às personagens. No livro-reportagem *Abusado*, de Caco Barcellos (2006), o traficante Juliano VP, que ocupa a posição de protagonista, pode ser interpretado como uma pessoa angustiada, que deseja se desvincular de sua relação com o crime organizado (como parece ter sido a intenção do autor, embora seja impossível fazer essa afirmação de forma contundente apenas a partir da leitura do livro), ou como um traficante que tenta manter sua liderança. Essa ambiguidade fica clara no trecho a seguir:

– Tá manero. Vamo trocá uma idéia... o povo aí já queria te enquadrá, sabê qualé a de vocês... E aí?... e o teu pensamento sobre drogas? – perguntou Juliano.

– Não acho que seja a única saída pra quem é marginalizado como vocês. Acho que há outros caminhos... - respondeu Kevin.

– Já sei, tu vai falá na palavra de Deus pra rapaziada rapá fora e assim, aí, tu não vai fortalecê lado nenhum.

- Mas você sinceramente acha que o tráfico é a solução?
- Acho não. Mas tu qué o quê? Convencê essa molecada a sê pedreiro, encanador, lixeiro, porteiro, tapete pra bacana pisá em cima? No tráfico, parceiro, já dá pra tirá uma chinfra com as mina, pôr um pisante legal, tirá uma onda... (BARCELLOS, 2006, p. 213)

Ainda sobre a terceira categoria, destacamos o seguinte trecho: “em qualquer texto representativo, o leitor ‘crê’ que a personagem é uma pessoa”. A verossimilhança, como se sabe, é um dos requisitos fundamentais para a construção de boas personagens. Ainda que as personagens executem, no texto, ações incompatíveis com a realidade, elas só podem ser tidas como personagens se houver, no imaginário do leitor, uma aceitação dessas mesmas ações como factíveis dentro do contexto da narrativa. Essa observação é particularmente útil para a análise de textos jornalísticos que têm personagens complexos: um criminoso como o protagonista de *Abusado*, por exemplo, pode ser relacionado a atitudes que o caracterizam como uma pessoa que busca se desvincular do mundo do crime. Mas isso só é possível quando a obra apresenta elementos que justificam essa ambiguidade.

3. A complexidade das personagens

Ducrot e Todorov (1991) também apresentam, no mesmo livro, algumas questões relativas à tipologia das personagens, dividindo essas mesmas tipologias em duas categorias: formais e substanciais (deixaremos de lado a segunda categoria, pois ela se distancia do objetivo deste estudo, que consiste em mapear conceitos úteis à compreensão das personagens em textos jornalísticos). De acordo com essa classificação, há quatro possibilidades relativas às tipologias formais:

- a) Opõem-se as personagens que permanecem imutáveis ao logo de toda a narrativa (estáticas) às que mudam (dinâmicas). Não se deve pensar que as primeiras são características de uma forma de narrativa mais primitiva do que as segundas: muitas vezes encontram-se nas mesmas obras. Um caso particular de perso-

nagem estática: aquilo que chamamos “tipos”: os atributos não permanecem apenas idênticos, mas são muito pouco numerosos e representam muitas vezes o grau superior de uma qualidade ou defeito (por exemplo, o avarento que apenas é avarento etc.).

b) Segundo a importância do papel que assumem na narrativa, as personagens podem ser principais (os heróis, ou protagonistas) ou secundárias, as que se contentam com uma função episódica. É evidente que são dois extremos, e existem numerosos casos intermédios.

c) Segundo o seu grau de complexidade, opõem-se as personagens espessas às personagens planas. E. M. Forster (1969), que insistiu nesta oposição, define-as assim: “o critério para avaliar se uma personagem é ‘espessa’ reside na sua capacidade de nos surpreender de uma forma convincente. Se nunca nos surpreende, é ‘plana’”. Uma tal definição refere-se, como se vê, às opiniões do leitor sobre a psicologia humana “normal”: um leitor “sofisticado” não se deixa surpreender tão facilmente. Devemos definir as personagens “espessas” pela coexistência de atributos contraditórios; nisto, são semelhantes às personagens “dinâmicas”: com a diferença de que, nestas últimas, estes atributos se inscrevem no tempo.

d) Segundo a relação que as proposições mantêm com a intriga, podemos distinguir as personagens submetidas à intriga e as que, pelo contrário, são servidas por ela. H. James chama “fio” às do primeiro tipo: aparecem apenas para assumir uma função no encadeamento causal das ações. As segundas são próprias da “narrativa psicológica”: o principal objetivo dos episódios é precisar as propriedades de uma personagem (encontram-se exemplos bastante puros em Tchekhov). (DUCROT; TODOROV, 1991, p. 294).

No item “a”, os autores estabelecem uma classificação rígida, que dá conta de dois universos distintos de personagens. E salientam que a presença de personagens

dinâmicas (cujas características se alteram durante a narrativa) não pode ser tida como indício de uma narrativa de qualidade superior, pois muitas vezes a afirmação de uma única característica (caso das personagens estáticas) é necessária na construção da trama. Essa tipologia se aproxima bastante da proposta de Edward Forster (1969) sobre personagens planas e redondas (ou espessas), como veremos mais adiante.

De maneira genérica, é possível afirmar que, no universo do jornalismo, as personagens estáticas são aquelas que atuam apenas como repositório de informações – as “fontes”, para usar um termo do jargão jornalístico. Trata-se de um recurso bastante comum no jornalismo tradicional, especialmente em jornais, revistas semanais, programas noticiosos na TV e no rádio, portais e agências de notícias. Por outro lado, personagens dinâmicas são empregadas sempre que há a possibilidade de algum tipo de aprofundamento da narrativa, especialmente na construção da reportagem e do livro-reportagem.

No item “b”, apresenta-se a distinção clássica entre os protagonistas (ou heróis) e as demais personagens, que agem como coadjuvantes na trama. Apesar da ressalva dos autores de que há vários matizes intermediários entre os dois tipos de personagens, a divisão é esquemática e se presta a várias possibilidades de interpretação.

No item “c”, os autores fazem referência à definição de Edward Forster (1969) sobre personagens planas e espessas, caracterizando estas últimas como aquelas que são construídas – ou reconstruídas, no caso de livros de não ficção sobre personagens reais – de modo a surpreender o leitor. A argumentação de Forster faz parte do livro *Aspectos do Romance* (1969), em que o autor afirma: “Em sua forma mais pura, [as personagens planas] são construídas ao redor de uma única idéia ou qualidade: quando há mais de um fator, atingimos o início da curva em direção às redondas” (FORSTER, 1969, p. 54)⁴.

⁴ Na edição da obra de E. Forster (1969) consultada para este trabalho, traduzida do inglês por Maria Helena Martins, a expressão “personagens redondas” é usada no lugar de “personagens espessas”, como citam Ducrot e Todorov (1991). Consultamos algumas edições da obra original em inglês e todas trazem os adjetivos “flat” (“plano”) e “round” (“redondo”) na caracterização de Forster (1969). Não logramos identificar, portanto, a origem do termo “personagens espessas”, apresentado por Ducrot e Todorov. (1991).

Em relação às personagens planas, Forster (1969) promove uma subdivisão dessa categoria em dois grupos distintos. No primeiro grupo estão as personagens-tipo, que se manifestam quando a simplicidade é explorada sem deformar as características originais do sujeito (real ou fictício), mas quase sempre de modo a ressaltar as características de um determinado grupo. Exemplo: em uma narrativa que explora assuntos relacionados à pobreza das populações marginalizadas, como *Abusado*, de Caco Barcellos, as personagens-tipo podem ser identificadas nas pessoas que vivem no morro e se expressam em um português precário, com vários erros de pronúncia (ou de grafia, no caso do livro). No segundo grupo estão as caricaturas, usadas quando os elementos de definição se esgarçam em direção à sátira.

Já as personagens redondas, segundo Forster (1969), podem ser “caracteres” (quando as características complexas e contraditórias geram conflitos insolúveis) e “símbolos” (quando a complexidade gera uma ruptura entre o humano e o místico). Nas narrativas jornalísticas não há, em geral, personagens que são símbolos, com exceção de alguns textos em que a própria pessoa (o sujeito real) se encontra nessa posição. Este é o caso do texto “Detetives do além”, publicado pela revista *O Cruzeiro* (1944). O autor da reportagem, David Nasser, concentra sua narrativa na figura de Chico Xavier, o suposto médium que se tornou celebridade a partir do final da década de 1920, quando começou a psicografar mensagens que, segundo ele, eram recebidas dos espíritos de pessoas mortas. Apesar de não desconstruir totalmente a imagem mística da personagem em sua reportagem, Nasser introduz vários elementos de ironia no texto (como no trecho final, em que questiona o porquê de Chico Xavier não receber imagens e obras musicais, ficando restrito às mensagens escritas), o que, na nossa interpretação, contribui para implodir o misticismo que se havia criado – e que seria ainda mais alimentado nas décadas seguintes – em torno do protagonista, e não para aumentar a complexidade de Chico Xavier a ponto de gerar uma ruptura entre o humano e o místico, como afirma Forster (1969) em sua definição.

O trecho a seguir é um exemplo desse recurso:

Êle, o moço amável de Pedro Leopoldo, não dá maior atenção aos comentários e vai levando como pode a sua vida. É pena, entretanto, que êle não tenha as qualidades artísticas que vão além do terreno literário. Se fôsse assim, Pedro Leopoldo teria, senhores, não apenas o psicógrafo Chico, mas também o músico Chico, o pintor Chico, o profeta Chico. Isto mesmo: o profeta Chico (NASSER, 1944, sem página).

Importante notar que, ao citarem o autor inglês, Ducrot e Todorov (1991) afirmam que Forster “insistiu” na oposição entre personagens planas e espessas (ou redondas), embora este último diga, em sua obra, que os métodos de trabalho do escritor “raramente são os mesmos que nós usamos ao examiná-lo” (1969, p. 53), assumindo claramente a impossibilidade de uma interpretação totalmente fiel às intenções do autor de uma determinada obra.

Ducrot e Todorov (1991) assumem que há alguma semelhança entre a proposição de Forster e a distinção que ambos fazem entre as personagens dinâmicas e estáticas, mas deve-se considerar que esta última divisão diz respeito à mudança de atributos das personagens que “se inscreve no tempo”. Em nossa compreensão, essa inscrição no tempo aponta para uma flutuação das características das personagens no decorrer da narrativa. Nas personagens espessas (ou redondas) de Forster, os diferentes atributos podem se acumular em um mesmo ponto da trama, apresentando-as como figuras contraditórias em si mesmas. Do ponto de vista de um pesquisador que precise dessas abordagens para analisar reportagens jornalísticas – como é o nosso caso –, as duas interpretações são úteis e, de certa forma, complementares.

Voltemos às tipologias formais. No item “d”, Ducrot e Todorov (1991) prosseguem com a categorização em dois grupos distintos e dividem as personagens entre aquelas que servem como suporte para o encadeamento das ações e as que concentram a

atenção do leitor sobre si próprias. Não vemos uma diferença muito significativa entre essa tipologia e aquela que sugere a distinção entre personagens principais e secundários.

4. Seres de ficção?

Outro autor que lidou com a questão das personagens foi Antonio Candido. No livro *A Personagem de ficção*, que teve a primeira edição publicada em 1968 (utilizamos a de 2011), Candido limita suas observações ao desenvolvimento de personagens no romance. E afirma que a personagem é um elemento imprescindível para o bom andamento das obras de ficção:

(...) os três elementos centrais dum desenvolvimento novelístico (o enredo e a personagem, que representam a sua matéria; as “ideias”, que representam o seu significado – e que são no conjunto elaborados pela técnica), estes três elementos só existem intimamente ligados, inseparáveis, nos romances bem realizados. No meio deles, avulta a personagem, que representa a possibilidade de adesão efetiva e intelectual do leitor, pelos mecanismos de identificações, projeção, transferência etc. A personagem vive o enredo e as ideias, e os torna vivos (CANDIDO, 2011, p. 54).

Importante assinalar que Candido (2011) não faz uma observação que se pretende universal, pois apenas os romances “bem realizados” têm, na visão do autor, esse equilíbrio entre os três elementos. As personagens jornalísticas não são mencionadas, como é praxe nos estudos literários. E Candido ratifica essa exclusão alguns parágrafos adiante, quando afirma, de forma categórica: “A personagem é um ser fictício” (2011, p. 55). Em um texto sobre o romance, é natural que a reflexão do autor se restrinja ao universo da criação ficcional. E ele completa com a observação de que sua frase anterior soa como um paradoxo.

De fato, como pode uma ficção ser? Como pode existir o que não existe? No entanto, a criação literária repousa sobre este paradoxo, e o problema da verossimilhança no romance depende desta possibilidade de um ser fictício, isto é, algo que, sendo uma criação da fantasia, comunica a impressão da mais lídima verdade existencial. Podemos dizer, portanto, que o romance se baseia, antes de mais nada, num certo tipo de relação entre o ser vivo e o ser fictício, manifestada através da personagem, que é a concretização deste (CANDIDO, 2011, p. 55).

Propomos, neste ponto, um pequeno exercício de imaginação, em que substituímos a última frase do trecho transcrito anteriormente pela seguinte formulação (os fragmentos em itálico correspondem às mudanças que efetuamos no original de Candido): “Podemos dizer, portanto, que *a reportagem e o livro-reportagem* se baseiam, antes de mais nada, num certo tipo de relação entre *o ser vivo real e o ser vivo representado pelo autor no texto*, manifestada através da personagem, que é a concretização deste”. O cerne desta ideia alternativa é a relação que se estabelece entre uma pessoa e a representação desta mesma pessoa – a personagem – em uma obra de não ficção. E um dos principais fundamentos do jornalismo literário é justamente essa relação, pois a representação só funciona no imaginário do leitor, isto é, ela só se apresenta como um discurso jornalístico legítimo e com algum grau de legibilidade – e/ou de possibilidade de apreciação estética – quando a personagem corresponde, de alguma forma, às expectativas que o leitor tem em relação à pessoa real sobre a qual se escreve.

Tomemos novamente o exemplo de *Abusado*, de Caco Barcellos. Antes de mais nada, é preciso reafirmar que há uma idealização bastante acentuada do protagonista por parte do autor: o traficante é apresentado por Barcellos com matizes de um sujeito que se mostra ora como bandido, ora como alguém dotado de qualidades intelectuais que poderiam ser mais bem desenvolvidas caso ele tivesse a chance de se afastar defini-

tivamente do mundo do crime, como se vê no trecho a seguir, que narra a aproximação entre Juliano VP e o compositor Marcelo Yuca:

Os encontros com o compositor Marcelo Yuca, do grupo O Rappa, eram uma tentativa de Juliano de trazer para a Santa Marta o trabalho social que o convidado desenvolvia numa outra grande favela da zona norte. Havia três anos, os adolescentes de Vigário Geral vinham recebendo aulas de percussão de Yuca e orientação musical de outros artistas do grupo. Assim como Lins, Yuca ficou amigo de Juliano, mas recusou a proposta para não vincular o seu projeto ao narcotráfico. Nesses encontros, Yuca aproveitava para discutir o papel nefasto dos traficantes entre os jovens. Juliano manifestava o desejo de algum dia abandonar o crime, mas argumentava que sua geração tinha um papel a cumprir no morro (BARCELLOS, 2006, p. 408).

Dito isso, Juliano VP pode ser visto como uma personagem que corresponde (até certo ponto) a um certo imaginário popular sobre quem é, o que faz e o que pensa um traficante.

Candido (2011) aborda esse ponto, ainda que indiretamente, quando adiciona os ingredientes da “verdade” e da “verossimilhança” à sua discussão sobre personagens na literatura de ficção. Segundo o teórico, as personagens se firmam definitivamente no processo de leitura quando criam o “sentimento de verdade, que é a verossimilhança” (CANDIDO, 2011, p. 55). Neste ponto, não logramos identificar nenhuma diferença entre os pactos de leitura estabelecidos na ficção e na não ficção. O leitor de um romance, assim como o de um livro-reportagem, acredita na personagem (e no enredo que se constrói ao redor da personagem) quando esta provoca o efeito da verossimilhança, seja ela real (ou correspondente a algum ser no mundo real) ou fictícia.

O autor faz uma digressão sobre o mecanismo de produção da verossimilhança na construção de personagens ao lançar mão do conceito de continuidade *versus*

descontinuidade na percepção física e na percepção espiritual. Segundo Candido, a percepção física tem relação com aquilo que apreendemos do outro a partir de suas características físicas, ao passo que a percepção espiritual é voltada à compreensão da personalidade alheia. Na primeira, nossos sentidos conseguem elaborar uma imagem razoavelmente unitária da pessoa que observamos, enquanto a segunda gera uma percepção quase sempre fragmentada, pois não conseguimos apreender senão algumas características específicas do outro.

No romance, segundo o autor, uma das marcas da personagem é a descontinuidade que se verifica na organização de características, gestos, falas e atitudes. Essa fragmentação, quando bem aproveitada, não resulta em personagens superficiais, mas em recortes bem definidos, planejados de modo a provocar uma reação específica, mas sempre com base no princípio da verossimilhança:

Na vida, estabelecemos uma interpretação de cada pessoa, a fim de podermos conferir certa unidade à sua diversificação essencial, à sucessão dos seus modos-de-ser. No romance, o escritor estabelece algo mais coeso, menos variável, que é a lógica da personagem. A nossa interpretação dos seres vivos é mais fluida, variando de acordo com o tempo ou as condições da conduta. No romance, podemos variar relativamente a nossa interpretação da personagem; mas o escritor lhe deu, desde logo, uma linha de coerência fixada para sempre, delimitando a curva da sua existência e a natureza do seu modo-de-ser. Daí ser ela relativamente mais lógica, mais fixa do que nós. E isso não quer dizer que seja menos profunda; mas que a sua profundidade é um universo cujos dados estão todos à mostra, foram pré-estabelecidos pelo seu criador, que os selecionou e limitou em busca de lógica. (CANDIDO, 2011, p. 52)

Tampouco nesse trecho encontramos qualquer diferença entre a personagem de ficção e a de não ficção. Em um caso e no outro, os sujeitos da narrativa são organizados em torno de marcas muito bem estabelecidas pelo autor, independentemente de

haver ou não correspondência na vida real. O traficante de *Abusado* foi um ser humano que tinha características certamente muito mais abrangentes que o retrato feito dele pelo autor do livro. Mas é a partir desse retrato que a complexidade de Juliano VP é revelada ao leitor, que apreende – e reinterpreta, como é natural – a lógica sugerida pelo autor. No encontro de Juliano com a sambista Jovelina Pérola Negra, por exemplo, o que sobressai é o clima de intimidade entre o traficante e a cantora, apesar de o leitor não ter acesso a informações sobre um possível desfecho da aproximação entre ambos.

Eram quatro horas da madrugada quando Juliano subiu ao palco para anunciar o início da distribuição gratuita de cocaína. Passou a bandeja do pó a Raimundinho, com a ordem de fazer a primeira oferta à convidada especial do baile, Jovelina. A sambista recusou e, com um sorriso, indicou a sua preferência, a maconha de Juliano. Eles partilharam alguns baseados após o show, quando a festa já tinha virado um grande pagode. Amanheceram juntos fumando, conversando. Na hora de ir embora, Juliano a acompanhou, sem esquecer de levar junto o fuzil (BARCELLOS, 2006, p. 201).

Podemos afirmar que a “profundidade” referida por Candido (2011) é aquela que nasceu da organização narrativa delineada por Caco Barcellos. E que os leitores simplesmente não teriam acesso à personagem sem que houvesse essa organização. Ou seja, Juliano VP – um ser físico, real – só existe, de fato, para os leitores (principalmente para a maioria que só teve acesso a relatos muito esporádicos e fragmentados sobre ele a partir da mídia jornalística convencional), a partir do texto construído por Barcellos (2006). E é graças a esse texto que ele ganha profundidade e se constitui como personagem.

5. Considerações finais

Mais recentemente, o teórico Terry Eagleton (2013) também se ocupou das personagens literárias em seu livro *How to Read Literature*. No segundo capítulo, intitulado “Character” (“Personagem”), o autor discute a relação entre as personagens e o caráter

literário de uma obra: “One of the most common ways of overlooking the ‘literariness’ of a play or novel is to treat its characters as though they were actual people. In one sense, to be sure, this is almost impossible to avoid”⁵ (EAGLETON, 2013, cap.2, sem página).

Segundo Eagleton (2013), portanto, ao encarar as personagens como pessoas reais, o leitor de uma peça ou romance deixa de considerar o aspecto literário da obra. E isso nos coloca em um aparente impasse. Por um lado, sustentamos a ideia de que o teor literário de uma obra jornalística é determinado precisamente pelo uso de personagens (reais, mas construídos com estratégias que se assemelham às utilizadas em obras de ficção), entre outros recursos. Mas Eagleton, em seu livro, afirma que as obras perdem o caráter literário quando as personagens são tratadas como seres reais, como se a construção de sentido do leitor sobre a obra dependesse, em algum grau, da certeza de que as personagens são, de fato, seres de ficção.

É inadequado, então, afirmar que o jornalismo literário pode ser caracterizado a partir da inserção de personagens que se aproximam das personagens literárias? Se considerarmos que boa parte dos conceitos e discussões sobre personagens vem das teorias da literatura, a resposta é simples: personagens são seres de ficção e, portanto, não podem ser usados para caracterizar obras jornalísticas. Mas a questão é, por óbvio, mais complexa que isso. E não apenas porque assim desejamos, mas porque a palavra “personagem” foi definida de diferentes formas nos últimos séculos, e de formas distintas em cada um dos idiomas em que é usada. O próprio Eagleton (2013) aponta esse processo em seu livro, quando retoma (a respeito da palavra *character*, em inglês) o percurso histórico de transformação da palavra:

The word ‘character’ nowadays can mean a sign, letter or symbol as well as a literary figure. It derives from an ancient Greek term meaning a stamping tool which makes a distinctive mark. From

⁵ Uma das maneiras mais comuns de ignorar a ‘literariedade’ de uma peça ou romance é tratar suas personagens como se eles fossem pessoas reais. De certa forma, com certeza, isso é quase impossível de ser evitado (tradução livre).

there it came to mean the peculiar mark of an individual, rather like his signature. A character, like a character reference today, was a sign, portrait or description of what a man or woman was like. Then, after a while, it came to mean the man or woman as such. The sign that stood for the individual became the individual herself. The distinctiveness of the mark became the uniqueness of the person. The word 'character' is thus an example of the figure of speech known as synecdoche, in which a part represents the whole.

This is of more than merely technical interest. The shift from character as the peculiar mark of an individual to character as the individual himself is bound up with a whole social history. It belongs, in a word, to the rise of modern individualism. Individuals are now defined by what is peculiar to them, such as their signature or inimitable personality (...).

Today, the term 'character' means an individual's mental and moral qualities, as in Prince Andrew's comment that being shot at during the Falklands War was 'very character-building'. Perhaps he would care to have his character built a little more often. The word also, of course, refers to figures in novels, plays, movies and the like. We still use the term of actual people, however, as in 'Who were those characters throwing up out of the Vatican windows?' It can also mean a capricious or idiosyncratic individual, as in 'By God, sir, he's a character!' (EAGLETON, 2013, cap.2, sem página)⁶

⁶ "A palavra 'character' nos dias de hoje pode significar um sinal, letra ou símbolo, bem como uma figura literária. Ela deriva de um termo do grego antigo que significa uma ferramenta de estampagem que produz uma marca distintiva. A partir daí, passou a significar a marca peculiar de um indivíduo, um pouco como a sua assinatura. 'Character', como o que chamamos hoje de referência de caráter, era um sinal, retrato ou descrição de um homem ou uma mulher. Então, depois de um tempo, a palavra passou a significar o homem ou a mulher como tais. O sinal que representava o indivíduo tornou-se o próprio indivíduo. O caráter distintivo da marca tornou-se a singularidade da pessoa. A palavra 'character' é, portanto, um exemplo da figura de linguagem conhecida como sinédoque, na qual uma parte representa o todo. Isso tem um interesse mais do que técnico. A mudança de 'character' como a marca peculiar de um indivíduo para o indivíduo propriamente dito está ligada a toda uma história social. Em uma palavra, ela pertence à ascensão do individualismo moderno. Indivíduos são definidos, agora, por aquilo que é peculiar a eles, como a sua assinatura ou a personalidade inimitável (...).

Hoje, o termo 'character' significa as qualidades mentais e morais de um indivíduo, como no comentário do Príncipe Andrew de que ser baleado durante a Guerra das Malvinas foi 'muito definidor de caráter'. Talvez ele se importasse de ter o seu 'character' construído um pouco mais frequentemente. A palavra também, refere-se, é claro, a figuras em romances, peças de teatro, filmes e afins. Entretanto, nós ainda usamos o termo para pessoas reais, como em 'Quem eram aquelas personagens vomitando para fora das janelas do Vaticano?' Também pode significar um indivíduo caprichoso ou idiossincrático, como em 'Por Deus, senhor, ele é um personagem!'" (tradução livre). Observação: devido à ambivalência da palavra "character" em inglês, optamos por manter o termo original nos trechos onde o autor, aparentemente, se vale dos múltiplos significados do verbete em sua argumentação.

Em uma primeira leitura, sobressai alguma confusão causada por nossa tentativa de traduzir o trecho transcrito para o português. Em inglês, como é possível notar, a palavra *character* tem um leque maior de significados do que em nosso idioma, e talvez a diferença mais marcante seja o sentido de “caráter” (disposição, inclinação, temperamento) que ela também pode indicar. Mas deixemos isso de lado, pois o que realmente interessa, em nossa discussão, é a observação de Eagleton sobre a ampliação do conceito de *character*: antes restrita à identificação de marcas ou sinais individuais, a palavra passa a ser usada para designar o indivíduo em si.

Avançando, o autor anota que, em um cenário mais contemporâneo, a palavra passa a ser usada para indicar as “qualidades mentais e morais de um indivíduo”. E mais: refere-se a sujeitos ou figuras presentes em romances, peças filmes etc. Como se essa complexidade não fosse suficiente, o autor ainda aponta que o termo “character” pode ser usado para fazer referência a pessoas reais.

E aqui voltamos ao impasse mencionado anteriormente. Se o ato de atribuir algum grau de realidade a personagens ficcionais as destitui do caráter literário, como afirmou Eagleton (2013), o que dizer dos usos alternativos da palavra que o próprio autor salienta? E como caracterizar as figuras – humanas ou não – usadas na construção de narrativas jornalísticas? Juliano VP, o traficante perfilado em *Abusado*, de Caco Barcellos, pode ser chamado de personagem apesar de ter efetivamente vivido as situações narradas no livro? Se considerarmos a argumentação que fizemos confluir até este ponto, a resposta a essa pergunta seria “sim”. E essa constatação deixa muitas portas abertas para uma maior compreensão da inserção de personagens em obras jornalísticas.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. *Aristotle in 23 Volumes*. Cambridge: Harvard University Press, 1932. Disponível em: <<http://data.perseus.org/citations/urn:cts:greekLit:tlg0086.tlg034.perseus-eng1:1450a>>. Acesso: 1 mar. 2014.

BARCELLOS, Caco. *Abusado: o dono do Morro Dona Marta*. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

CANDIDO, Antonio. *A personagem de ficção*. 12.ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. *Dicionário das ciências da linguagem*. 7.ed. Lisboa: Dom Quixote, 1991.

EAGLETON, Terry. *How to read literature*. New Heaven: Yale University Press, 2013 (Ebook Kindle).

FORSTER, Edward. *Aspectos do Romance*. Rio de Janeiro: Globo, 1969.

NASSER, David. Detetives do além. *Revista O Cruzeiro*, 12 de agosto de 1944. Disponível em <www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro/12081944/chico.htm>. Acesso: 1 mar. 2014.

Abstract: *This work presents concepts related to the understanding of the approach process between Journalism and Literature: the construction of characters. We propose that the use of characters is a key strategy of in-depth journalistic texts, as the major report and the book report. We also point out that this same strategy, yet to be properly explored in the field of research on media discourse, is one of the main hallmarks of the so-called Literary Journalism. The theoretical and conceptual foundations of this thesis are based on authors who have works on the construction of characters in literature and other discursive genres such as Antonio Candido (2011), Oswald Ducrot & Tzvetan Todorov (1991) and Terry Eagleton (2013), among several others. The main object of analysis is the book “Abusado: o dono do morro Dona Marta”, written by the Brazilian journalist Caco Barcellos (2006).*

Keywords: *characters, literary journalism; report; book report; Caco Barcellos.*

A CONTRIBUIÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO DE PORTUGUÊS NA FORMAÇÃO CIDADÃ DO ALUNO: ORALIDADE EM FOCO

Andréia Gomes de ALENCAR¹

Resumo: *O presente estudo visa apontar de que maneira as atividades orais – em relação com a escrita – propostas em um livro didático de português podem contribuir para a formação cidadã do discente. Serão observados, para isso, os aspectos da oralidade explorados na obra e a forma como eles são tratados, tanto no livro do aluno, como nas orientações dadas ao docente no manual do professor. Tomamos como objeto de análise o capítulo único da unidade 3, presente na coleção Singular & Plural: leitura, produção e estudos da linguagem (9º ano do Ensino Fundamental II), cujo foco é a elaboração de uma reportagem audiovisual. O trabalho está vinculado à Análise/Teoria Dialógica do Discurso, de Mikhail Bakhtin e o Círculo.*

Palavras-chave: *livro didático de Português; oralidade; formação cidadã; gêneros discursivos; ensino fundamental II.*

1. Introdução

A reflexão sobre o ensino na escola passa por uma questão central: O que pretendemos com nossos alunos? Qual seria de fato o objetivo do trabalho didático desenvolvido pelas diversas disciplinas com as quais eles têm contato durante cerca de 12 anos de estudo? Embora essa resposta não seja tão simples, ela deveria servir de norte

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Inês Batista Campos. Docente do curso de Letras no Centro Universitário Ítalo Brasileiro. E-mail: agalencar@yahoo.com.br.

tanto para a prática docente, quanto para aqueles que se dispõem a elaborar propostas didáticas para o ensino.

Sabemos que cada disciplina terá objetivos específicos dentro de sua área de conhecimento. Assim, a busca de uma resposta a esse questionamento seria tão diversa quanto são os saberes científicos discutidos na escola. Intentamos aqui, porém, refletir sobre algo mais amplo, sobre a própria formação do aluno-cidadão, que um dia utilizará todos esses conhecimentos para de fato agir no mundo. Não dizemos com isso que o aluno só se torna cidadão se adentrar os muros escolares, mas, ao contrário, buscamos identificar como a escola contribui para a formação desse ser político, instrumentalizando-o para exercer sua ação cidadã para além das práticas escolares.

Neste trabalho, buscaremos identificar se o Livro Didático de Português (dora-vante, LDP) consegue, atender a essa expectativa e, quando o faz, como as propostas apresentadas contribuem para essa formação cidadã. A escolha desse material de análise se dá, por um lado, por ser ele um recurso bastante utilizado nas práticas docentes, sendo até, em alguns casos, a principal ferramenta de trabalho do professor; e, por outro, por entendermos que o LDP não é apenas uma coletânea de textos e atividades reunidos em um único espaço, mas sim um projeto arquitetônico (BAKHTIN, 2010) de ensino-aprendizagem, o qual reflete valores e crenças da época sociohistórica em que foi produzido e pode servir, portanto, para auxiliar (ou não!) na construção da cidadania.

Tomaremos como base teórica o conceito de Gêneros Discursivos, desenvolvido por Bakhtin (2011/1992), a partir do qual se entende que a língua, em seu uso prático, reflete as crenças sociais e culturais da comunidade que deles se utiliza. Assim, observar como se dá o trabalho de formação do ser político a partir desse conceito pode ser um caminho viável na escola.

Escolhemos, para iniciar nossa reflexão, uma coleção didática de Ensino Fundamental II, aprovada no PNLD 2014. Nosso objeto de análise será a sequência de atividades apresentada na unidade didática selecionada.

Considerando que a visão de mundo de uma pessoa pode se construir a partir de suas experiências, queremos verificar que propostas são feitas para estimular o aluno a fazer uso da palavra e a posicionar-se em situações orais de interação social.

A escolha em investigar a condução dada no LDP para a formação cidadã, tendo por base os gêneros orais, justifica-se, por um lado, por acreditarmos que a tomada de posição deve ocorrer não apenas em produções escritas, como é comum na escola, mas também em situações de interação oral; e, por outro, por entendermos ser fundamental não apenas ampliar o espaço do oral na sala de aula, mas também estar atento à qualidade com que esse trabalho é proposto.

Neste estudo apontaremos, a partir do capítulo analisado, que atividades são orientadas para o educando e como elas são feitas, buscando, assim, elucidar se esse direcionamento favorece ou não a formação do ser político em contextos de comunicação oral.

2. Linguagem e responsabilidade

Bakhtin (2010, p. 19) afirma que viver é entrar em contato com duas realidades que estão em constante interação e que se completam: o mundo da vivência, da vida concreta – entendida como a “singularidade de cada um” –, e o mundo construído socialmente: “da cultura, do social feito das relações entre identidades, entre papéis [...]”.

Para o autor, “o que unifica os dois mundos é o evento único do ato singular, participativo, não indiferente” (BAKHTIN, 2010, p. 21). Dessa maneira, o sujeito age no mundo, mas esse “agir” está carregado de concepções e crenças que são construídas na interação com seu grupo. Ao mesmo tempo, sua ação, apesar de englobar uma formação social, se consolida em um ato único, irrepitível, concreto, tornando-se, então, singular.

Assim, ao tomar a palavra, o sujeito age, e o faz de forma responsiva, ou seja, assume um posicionamento perante o dito e, com isso, se coloca no mundo. Como ser ao mesmo tempo singular e social, suas palavras evidenciam não apenas um conteúdo, mas um ser que se coloca e se responsabiliza por suas escolhas.

Não é o conteúdo da obrigação escrita que me obriga, mas a minha assinatura colocada no final, o fato de eu ter, uma vez, reconhecido e subscrito tal obrigação. E, no momento da assinatura, não é o conteúdo deste ato que me obrigou a assinar, já que tal conteúdo sozinho não poderia me forçar ao ato – a assinatura-reconhecimento, mas podia somente em correlação com a minha decisão de assumir a obrigação – executando o ato da assinatura-reconhecimento; e mesmo neste ato o aspecto contudístico não era mais que um momento, e o que foi decisivo foi o reconhecimento que efetivamente ocorreu, a afirmação – o ato responsável, etc. (BAKHTIN, 2010, p. 18, grifo nosso)

Partindo do princípio de que o dizer implica obrigatoriamente uma responsabilidade, entendemos que o LDP, como enunciado concreto², evidencia escolhas, tomadas de posição de várias naturezas: do autor ao selecionar textos e elaborar atividades; da editora, cujos interesses também estão refletidos nas propostas; do professor, ao adotar um (e não outro) livro para seu trabalho didático; e do próprio aluno que, ao tomar contato com a obra, elaborará sua própria “resposta”, aceitando-a como válida para sua formação ou rejeitando-a de fato.

Além disso, como enunciado concreto irrepitível, o LDP evidencia um dizer marcado em um tempo e espaço únicos, sociohistoricamente constituídos, o que o torna um evento singular. Por outro lado, essa singularidade se constrói no diálogo com outras vozes do passado e com as vozes que ainda estão por vir, por exemplo, com a do interlocutor, ou mais especificamente, com o que se espera dele como resposta ao enunciado produzido. Assim, dentro desse “grande tempo”, em que o diálogo acontece,

² O conceito de “enunciado concreto” é uma resposta aos estudos puramente linguísticos, em que apenas a oração, a frase e a sentença eram tomadas como objeto de análise. A partir dos estudos promovidos pelo Círculo de Bakhtin, começa-se a se considerar o enunciado como “real unidade da comunicação discursiva” (BAKHTIN, 1992/2011, p. 274). Em seus estudos sobre o tema, Souza, baseado na obra bakhtiniana supracitada, sistematizou da seguinte forma as características do enunciado concreto: “a) é um fato real, é criado; b) é uma unidade da comunicação verbal, isto é, uma unidade do gênero; c) apresenta um acabamento real, ou seja, são irreproduzíveis (embora possam ser citados); d) as suas pausas são pausas reais; e) tem autor (e expressão) e destinatário” (SOUZA, 2002, p. 71-72). Considerando essas características, assumimos que o LDP deva ser entendido como enunciado concreto.

é possível recuperar valores, crenças, ideologias e culturas construídas dentro de uma determinada sociedade. Dessa forma, é possível entender a singularidade do LDP como uma réplica ao que é social e histórico e, desta forma, perceber suas regularidades.

Considerando essa visão, entendemos que o conceito de arquitetônica pode ser útil na análise de um LDP uma vez que, a partir dele, voltamos nosso olhar não apenas para o que é verbal, mas para o todo do enunciado, relacionando-o com a vida. Assim, interessa conhecer não apenas sua organização composicional, tema e estilo, mas também a relação que este enunciado pretende estabelecer com o outro em um determinado tempo e espaço. A arquitetônica evidencia, pois, que sem pensar a vida, não conseguimos pensar nas formas de comunicação que dela fazem parte. E, da mesma maneira, não podemos considerar as formas e conteúdos de um dado texto sem articulá-lo com um ser humano singular, situado num tempo e num espaço.

Concordamos com Holquist e Liapunov (1990, XXIV, *apud* MACHADO, 2013, p. 2) ao afirmar que “o DNA da arquitetônica não é a arquitetura do material ou de um edifício, mas a ação em processo em que as relações invisíveis são desencadeadas”.

Assim, uma análise que considere uma visão arquitetônica do LDP não pode ser feita com uma mera descrição da proposta, mas só se efetivará como tal se for possível compreender e relacionar essa organização, evidenciando também “os fluxos que constituem um evento” (op. cit.)

É necessário, portanto, mostrar que a disposição dos elementos que compõem a obra não é aleatória, fortuita, mas é uma valoração do sujeito enunciator: como ele entende a linguagem, a educação, o ensino e a prática docente. O “todo” não é, portanto, segundo essa concepção, a soma das partes, mas um construto sociohistoricamente constituído por um sujeito em um tempo e espaço determinados.

Nesse sentido, é que Sobral (2009, p. 27) afirma que entender um ato é entender o todo do ato, sua dialética produto-processo, seu caráter situado, isto é, de ação humana que ocorre num *hic et nunc*, aqui e agora”.

Por fim, ressaltamos uma noção que nos será útil para a leitura da formação crítica presente nas propostas didáticas de LDP's, a qual confirma a necessidade de um olhar que vá além de uma observação centrada na estrutura linguística do enunciado: o conceito de “julgamento de valor”.

Para Voloshinov/Bakhtin (1926/1976), a carga valorativa do enunciado não pode ser retirada do conteúdo do discurso, como se estivesse localizada nele, ou seja, não é pela análise isolada do texto que se poderá depreender um determinado juízo de valor. Segundo os autores, existe um julgamento de valor que é anterior à produção do enunciado e, que, de fato “determina a própria seleção do material e a forma do todo verbal” (VOLOSHINOV / BAKHTIN, 1926/1976, p. 7). São os julgamentos de valor presumidos, ou seja, não são pessoais de cada indivíduo, mas revelam suas crenças em relação a fatos construídos socialmente: na família, na profissão, nos espaços de interação social do sujeito.

Correa (2011, p. 344) acrescenta que “se o presumido social acompanha toda produção de sentido, é de esperar que haja, também, algo próximo do que se poderia chamar ‘presumido dos gêneros do discurso’”. Em outras palavras, julgamentos de valor devem ser observados também em relação ao que é esperado em cada gênero.

Mais uma vez, estamos diante de atos sociais que são anteriores ao discurso e que são fundamentais para a compreensão do enunciado concreto. Veremos, mais à frente, como essa concepção nos será válida para a leitura do capítulo analisado.

3. Análise dos dados

O capítulo analisado neste trabalho integra a coleção “Singular & Plural: leitura, produção e estudos da linguagem” (FIGUEIREDO; BALTHASAR; GOULART, 2012), cuja autoria é compartilhada por três pesquisadoras com pós-graduação *strictu senso* (duas com mestrado e uma com doutorado) e com conhecimentos da teoria bakhtiniana, conforme declaram em seu currículo *lattes*.

A seleção da obra teve como critério dois aspectos: aprovação no último Programa Nacional do Livro Didático³ (PNLD 2014) e declaração, no Manual do Professor (dora-vante, MP), de um trabalho que, por um lado, entende o aluno como centro de seu proces-sos de ensino-aprendizagem e, por outro, dá ao docente liberdade para assumir-se perante a obra, agindo criticamente em relação ao que é proposto, conforme exposto no MP:

[...] o aluno é o sujeito da ação de aprender, aquele que age com e sobre o objeto de conhecimento.

(FIGUEIREDO; BALTHASAR; GOULART, 2012, p. 5)

.....
Nosso propósito é apresentar a você [professor] o resultado da transposição didática dos saberes relevantes da disciplina, reali-zada por nós, autoras. Entretanto, será você, nas relações sociais de sua sala de aula a se apropriar deste material para transformar as sequências propostas em efetivas **situações didáticas**, no mo-mento em que você promover o trabalho com elas, na interação com os alunos, de acordo com o modo como planejar usá-las (FI-GUEIREDO; BALTHASAR; GOULART, 2012, p. 7, grifo das autoras).

Dentro do caderno de Leitura e Produção, selecionamos o capítulo único da Uni-dade 3 que leva o título “Não é brincadeira: o problema do trabalho infantil”, do 9º ano do Ensino Fundamental II, coleção Singular & Plural: leitura, produção e estudos da linguagem.

Para verificar como se compõem a arquitetônica da unidade, bem como de que forma o “ser político” se constrói a partir das propostas apresentadas, observamos sua composição, textos selecionados, uso de linguagens diversas e encaminhamento dado nos enunciados dirigidos aos alunos. Também nos concentramos em observar como os aspectos da oralidade foram explorados nas seções.

No que tange à organização geral do capítulo, verificamos que ele é composto de quatro momentos: abertura, leitura, produção e roda de leitura. Com exceção desta

³ O Programa Nacional do Livro Didático é um sistema de avaliação de livros didáticos nacionais, visando garantir a qualidade do material didático produzido em nível nacional.

última seção, que parece não estabelecer ligação temática ou de gênero com o que foi desenvolvido no capítulo, as demais seções são integradas e apresentam um trabalho que visam desde o início a levar o aluno a assumir uma postura crítica frente à problemática discutida: o trabalho infantil. Contribuem para essa intencionalidade, a seleção de duas reportagens para leitura sobre o tema e a apresentação de um conjunto de imagens que dialogam com ele.

Na abertura, a sensibilização para o tema se faz a partir de uma cena da animação *Vida Maria*. O aluno é convidado a assistir o documentário, observando não apenas a temática abordada, mas também aspectos multimodais, como cores, pano de fundo, texturas e expressões. Tanto a contextualização da imagem, como o boxe informativo sobre o animador que produziu o vídeo (que inclui sua foto) servem para aproximar o aluno da discussão que será trazida à tona em seguida.

Esse momento de conversa inicial parece ter três objetivos:

- (1) Estimular a leitura visual da cena representada, observando as imagens que a compõem e relacionando-as com a temática do capítulo;
- (2) Explorar a memória discursiva do aluno, levando-o a reconhecer seus conhecimentos sobre o tema; e
- (3) Levar o aluno a refletir sobre a problemática apresentada.

Nesse sentido, esta proposta de discussão oral estimula uma atitude responsiva do discente, que precisa analisar todo o contexto e as informações dadas, relacionando-os com sua própria visão de mundo e, a partir daí, têm a possibilidade de recriá-la.

A singularidade da produção deste enunciado oral se constrói em um tempo e espaço únicos e na relação do diálogo entre as vozes já trazidas pelos discentes e pela relação que o LDP apresenta a partir das escolhas realizadas, tanto em relação à seleção da imagem e a retomada da animação, quanto pelas escolhas das questões didáticas que visam conduzir a esse ensino.

Assim, a partir da experimentação, da vivência que esta conversa com os colegas propicia, o aluno tem a possibilidade de construir juízos de valor, posicionando-se criticamente, conforme orientado nos PCN (BRASIL, 2008). Constrói-se, assim um caminho para que a escola favoreça o desenvolvimento do “ser político”.

As atividades de leitura também contribuem para essa formação. São apresentadas duas reportagens, uma impressa e outra transcrita de programa de TV, cujas temáticas, trazem visões diferentes, embora não opostas: a primeira aborda o problema sob o viés econômico, evidenciando os “prejuízos” que um país pode sofrer com o trabalho infantil. A segunda volta seu olhar para o ser humano, mostrando os riscos que essa prática pode gerar na vida do pequeno cidadão.

As questões propostas a partir das leituras têm como objetivo estimular não apenas a compreensão textual, mas também promover uma reflexão enunciativo-discursiva, uma vez que exige uma tomada de posição com relação às ações presentes no mundo vivido.

5. Quais são as principais atividades de risco em que crianças e adolescentes brasileiros trabalham?

a) Quais riscos atividades como essas podem oferecer para crianças e adolescentes?

b) Releia.

_ Se, por um lado, foi um avanço imensurável o país ter aprovado a Política Nacional de Resíduos Sólidos, é inadmissível ainda ter crianças e jovens trabalhando nos lixões.

* Em sua opinião, quais medidas poderiam ser oferecidas para erradicar o trabalho de crianças e adolescentes nos lixões?

(FIGUEIREDO; BALTHASAR; GOULART, 2012a, p.111)

Por este exemplo, observamos que a proposta das autoras exige do aluno três posturas distintas: (1) reconhecimento do problema apresentado (quais são as atividades de risco no trabalho infantil); (2) reflexão sobre as consequências desse problema

para a vida prática do cidadão; (3) envolvimento na situação a partir do estímulo à busca de uma solução. Se, por um lado, para realizar a primeira ação (o reconhecimento), uma leitura atenta do texto seria o suficiente, o mesmo não acontece para as duas outras práticas, uma vez que elas não são recuperadas no texto.

Em relação à importância da leitura para a construção de valores, Lorenzetti Neto (2006, p. 161) afirma que “a visão de mundo de uma pessoa se forma a partir de sua experiência – e parte dela é experiência de leitura”. Assim, a própria seleção textual, nesse caso, contribui para a formação de valores.

Entendemos, então, que a atividade apresentada estimula uma reflexão sobre o problema relacionando-o com a vida e, ainda mais, leva o aluno a reconhecer sua responsabilidade perante o fato. Ela contribui, então, para a formação do ser político, o qual deve saber se posicionar perante as questões sociais que o cercam.

No que tange ao gênero reportagem, observa-se um trabalho de leitura que vai além da recuperação de sua forma composicional, estimulando-o a considerar a arquitetura do enunciado: seus autores, suas diferentes linguagens, sua finalidade e seus possíveis leitores, como podem ser observados nas questões a seguir:

4. Considere a **referência** de onde essa reportagem foi publicada, as **linguagens** usadas no texto (a verbal e a não verbal) o tema discutido e os conhecimentos que ela pressupõe. Com base nesses elementos, você acha que o texto se destina a um **público leitor** com pouca ou muita competência de leitura? (FIGUEIREDO; BALTHASAR; GOULART, 2012a, p.112, grifos nossos).

.....

2.

b) Explique como a citação do Estatuto da Criança e do Adolescente amplia a compreensão do que é mostrado.

c) Entre os responsáveis pelo trabalho infantil, qual foi o mais destacado pela reportagem?

d) Considerando quem é o **produtor da reportagem**, com que

possíveis intenções foi feito esse destaque?

e) Você acha que a apresentação da fala de um delegado está ligada a essa **intencionalidade**? Por quê?

(FIGUEIREDO; BALTHASAR; GOULART, 2012a, p.114, grifos nossos).

Apesar de a condução proposta ser relevante, entendemos que o discurso utilizado pelas autoras pode distanciar o aluno da prática de reflexão pretendida, uma vez que este pode desconhecer termos como “competência” ou “conhecimentos pressupostos”, bastante complexos e mais comuns na esfera acadêmica. Assim, em alguns momentos da obra, seria relevante uma revisão do discurso pedagógico, tornando a linguagem mais acessível ao aluno de 9º ano do Ensino Fundamental II, ao qual a unidade analisada se destina.

Outro aspecto presente na obra são questões que favorecem uma reflexão sobre outros aspectos do gênero que são fundamentais para auxiliar tanto no processo de leitura, como no de produção oral/escrita. Isso acontece, por exemplo, quando, na questão 4 e 5, página 114, o aluno é estimulado a refletir sobre as vozes presentes na reportagem: solicita-se que ele primeiro identifique o discurso a que o juiz se opõe, depois apresente seu ponto de vista em relação a ele, e, por fim, confronte esse ponto de vista com a do assistente social citado na reportagem. Dessa forma, o aluno é levado a refletir sobre dois pontos de vista diferentes e, posicionando-se criticamente, apresentar o seu olhar sobre a discussão.

A ativação da memória discursiva do aluno em relação aos conhecimentos que ele tem sobre a esfera de produção do texto também é observada no capítulo, questão 7: “[...] Na sua opinião, que ações e decisões são tomadas antes que os telespectadores vejam a reportagem?” (FIGUEIREDO; BALTHASAR; GOULART, 2012a , p. 115). Trabalha-se, assim, com o que antecede a produção, estimulando uma reflexão sobre o presumido do gênero.

Considerando que o julgamento de valor (VOLOSHINOV/BAKHTIN, 1926/1976) não se dá somente a partir do enunciado, mas ocorre antes mesmo de ele ser produ-

zido, entendemos que questões dessa natureza não só favorecem um olhar para além da materialidade linguística, mas também estimulam a reflexão sobre a importância da relação entre “unidade material do mundo”, “horizonte dos falantes” e “condições reais de vida” (op. cit., p. 6).

No que tange à orientação de produção de uma reportagem audiovisual, a obra trabalha com quadro etapas.

Na primeira, a proposta é voltada para a reflexão sobre as ações que antecedem a produção oral, estimulando o aluno a pensar na função da “pauta” e no papel do “pauteiro”. Nessa etapa, é clara a orientação para que ele desenvolva a capacidade de planejamento sobre o que será posteriormente produzido.

Na segunda, o foco está na orientação de pesquisas sobre o assunto definido para a reportagem e no papel do repórter para facção da entrevista. Nesta seção, estimula-se a reflexão sobre a situação comunicativa real em que ocorrerá a entrevista:

Em sua opinião, durante a entrevista, que cuidados um repórter deve ter quanto:

- a) à apresentação pessoal;
- b) à variedade de linguagem empregada;
- c) à postura, aos gestos e às expressões;
- d) à manifestação da própria opinião;
- e) às formas de tratar o entrevistado.

(FIGUEIREDO; BALTHASAR; GOULART, 2012a , p. 118)

Apesar de apresentar aspectos relevantes sobre a situação de comunicação, esta etapa do projeto não aprofunda aspectos da comunicação oral que poderiam ser aqui trabalhados de maneira mais pontual no livro do aluno. Assim, seria interessante discutir que linguagens são usuais em entrevistas – inclusive mostrando diversas possibilidades –, quais gestos, postura ou expressões deveriam ser evitados e porquê, e, ainda, que recursos poderiam ser usados para evidenciar a opinião do repórter. Discussões sobre entonação, ritmo da fala, altura da voz também poderiam ser explorados.

A discussão proposta, embora tenha um bom encaminhamento no MP, fica na dependência de um profissional bem preparado, que entenda as orientações não como regras fixas, mas que perceba seu papel para ampliar e aprofundar o que foi apresentado:

Professor: se necessário, ajude a turma a perceber que o repórter deve fazer de tudo para parecer o mais neutro possível e para manifestar respeito pelo entrevistado, mesmo que não concorde com o que ele diz. Assim, deve se apresentar com roupas de cores neutras e com cortes que denotem mais formalidade. Deve usar as normas urbanas de prestígio, com maior ou menor formalidade, de acordo com outros fatores da situação de interação (o entrevistado e a linha editorial do telejornal). Deve manter boa postura, evitando fazer muitos gestos e movimentos, para não atrapalhar a filmagem. Vale observar também que, como a ideia é dar visibilidade a informações e a opiniões do entrevistado, o repórter deve manifestar neutralidade em relação ao que ouve; entretanto, precisa ter a habilidade de, por meio de perguntas, fazer com que o entrevistado exponha o que há de mais interessante. Assim, trata-se de uma neutralidade aparente, quase um jogo de cena, para alcançar com sucesso seus interesses (FIGUEIREDO; BALTHASAR; GOULART, 2012a, p. 108).

A leitura ingênua da orientação dada poderia fazer crer que sempre se usam cores neutras em entrevistas ou que é de fato possível o entrevistador “parecer neutro” neste momento de interlocução. Além disso, é importante ressaltar que dependendo da entrevista e dos interlocutores envolvidos teremos o uso de diferentes linguagens, as quais podem ou não estar de acordo com as normas urbanas de prestígio (vê-se, por exemplo, as diferenças na linguagem de entrevistas em programas como “CQC”, “Programa do Jô” e “De frente com Gabi”⁴). Cabe ao professor, então, mostrar essas diferenças para relativizar o discurso das autoras.

⁴ Os programas “CQC” e “De frente com Gabi” são semanais e transmitidos, respectivamente, pela TV Band e pelo SBT. O “Programa do Jô” tem transmissão diária e é exibido pela Rede Globo. Esses três programas de entrevista vão ao ar no período noturno e são indicados para o público adulto.

Importante evidenciar que as autoras talvez tenham tentado minimizar essa pouca exploração, no livro do aluno, de aspectos da oralidade em relação à entrevista, apresentando um texto de leitura sobre “A arte da entrevista”. A partir dele, o aluno toma contato com questões relevantes para a situação de produção mais imediata. O texto traz considerações importantes como “olhar nos olhos do entrevistado”, “saber ouvir” e “manter um clima agradável”. Essa leitura, no entanto, não é explorada no livro do aluno e não apresenta comentários para desenvolvimento do professor no MP.

A arte da entrevista

[...]

Prepare-se – [...] Além de evitar gafes e perda de tempo com perguntas desnecessárias, ter fatos concretos em mãos permite rebater respostas tendenciosas ou ambíguas.

Questão de confiança – [...] Toda entrevista é um jogo de sedução, e será tanto melhor quanto mais confiança o entrevistado tiver no repórter. Vale diminuir a barreira física, olhando-o nos olhos, evitando um espaço grande entre os dois se possível.

Estar disponível – [...] Muitas vezes o que sua fonte tem a dizer é mais interessante e pertinente do que o que você tem para perguntar. Mas para perceber isso é preciso saber ouvir.

Truques – [...] Deixe as perguntas mais delicadas para o final e zele por um clima leve e agradável até o momento de fazê-las. Não faça “perguntas enormes, complicadas, chiques, intelectuais e cheias de referências”. A tendência de acertar é maior com uma pergunta curta, direta e objetiva. Se, mesmo assim, o entrevistado não colaborar e der uma resposta curta, grossa e sem graça, responda: “Como assim?”, “Por quê?” ou ainda “Dê um exemplo, por favor”. [...]

Disponível em: <<http://www.digestivocultural.com/colunistas/imprimir.asp?codigo=2396>>. Acesso em: 18 abr. 2012. (Fragmento adaptado).



(FIGUEIREDO; BALTHASAR; GOULART, 2012a, p. 118).

Na terceira etapa de orientação para a produção de uma reportagem audiovisual, o aluno é estimulado a refletir sobre o enquadramento da imagem no momento da

filmagem, evidenciando a importância de o repórter trabalhar em conjunto com sua equipe: cinegrafista e iluminador. Tal proposta, favorece no aluno um olhar para a linguagem não-verbal, pois estimula uma reflexão sobre as intenções dos planos de enquadramento: em close (destaca expressões faciais), plano geral (objetiva mostrar o todo da cena, para contextualizar o tema), plano médio (apresenta a pessoa da cintura para cima) e, por fim, o detalhe (quando apenas um ponto da cena é destacado para ressaltar algo importante).

Apesar de reflexões sobre enquadramento serem significativas para estimular uma leitura não ingênua das imagens que acompanham as reportagens, levando o aluno inclusive a perceber intenções por trás dessas escolhas, entendemos que essa proposta aborda mais aspectos relativos à comunicação social, deixando de explorar questões relativas à linguagem característica do gênero. Este é, pois, um trabalho que precisa ser reforçado na obra.

Por fim, na quarta e última etapa, o aluno é estimulado a refletir sobre a edição da entrevista realizada, organizando o que pode ser cortado e o que de fato entrará para a reportagem. Isso é feito a partir da leitura de um roteiro de edição, da reflexão sobre a organização desse roteiro e, por fim, de um questionamento sobre a função que ele desempenha em todo o processo de finalização de preparação para a reportagem.

Todas essas etapas são sistematizadas em um quadro-síntese, ao final do tópico. Neste quadro, inicialmente são descritas as várias ações que antecedem a filmagem. A orientação pontual para efetivamente iniciar a produção da reportagem audiovisual é apresentada em seguida e isto é feito com um movimento condizente com a proposta do capítulo: inicialmente, as condições de produção do gênero (o que será feito e para quem) são apresentadas, depois algumas pautas são distribuídas para que os alunos escolham qual eles irão concretizar e, por fim, a divisão de tarefas dos integrantes do grupo é feita, cada um representando um papel dentro da proposta de produção da reportagem.

Ressaltamos aqui três aspectos significativos da proposta: a produção de um DVD como resultado final do trabalho, o uso de elementos de sonoplastia na edição

do material, e a produção de legendas para evidenciar as falas dos entrevistados. Essas ações, no entanto, não encontram uma orientação suficiente para sua efetivação, já que no livro do aluno são apenas citadas e no MP não há orientação de como, por exemplo, fazer uma transcrição ou inserir uma legenda. Este trabalho dependerá, portanto, de uma ação conjunta com professores de informática ou outro adulto que domine ferramentas tecnológicas para a produção do DVD.

Na proposta de auto-avaliação, são enfocados dois aspectos: se a produção da reportagem atingiu seu objetivo (levar a comunidade escolar a refletir sobre o tema trabalho infantil) e se os alunos entenderam o funcionamento do gênero reportagem audiovisual. Além disso, o aluno é orientado a responder algumas perguntas visando a uma reflexão final após o estudo.

Como se pode perceber na “Ficha de avaliação 4”, reproduzida a seguir, ficam evidentes questões que reforçam um olhar mais voltado para aspectos centralizadores (adequação ao gênero e uso de regras normativas, por exemplo), sem que de fato se valorizem a singularidade e as especificidades de cada produção dessa natureza (ou, ao menos, da própria produção realizada pelos alunos). Além disso, orienta-se a observação de aspectos relativos à textualidade, os quais são tratados de forma pouco aprofundada no capítulo analisado.

Fica evidente também, nessa proposta de avaliação, a ausência de reflexão sobre elementos da oralidade, o que não deixa de ser coerente, considerando que não há um trabalho efetivo de reflexão sobre a produção oral dos gêneros “entrevista” e “reportagem”.

Levando em conta que os aspectos de oralidade mencionados ao longo da proposta não foram tão sistematizados, acreditamos que, neste momento de avaliação, os alunos deveriam ser convidados a assistir ao DVD produzido para observar alguns elementos da prática oral: entoação, ritmo da fala, altura da voz, gesticulação, foco do olhar, manutenção do clima agradável nas entrevistas e respeito ao outro, inclusive sabendo quando falar e quando calar (saber ouvir).

Ficha de avaliação 4

Reportagem Audiovisual

Adequação à proposta

1. Elaboraram uma reportagem audiovisual sobre o trabalho infantil, desenvolvendo as sugestões da pauta?

Adequação às características estudadas do gênero

2. As imagens produzidas têm enquadramento adequado?

3. As imagens escolhidas de outras fontes foram adequadas às intenções da reportagem?

4. As entrevistas feitas obtiveram informações e opiniões importantes para o tema da pauta?

5. As fontes pessoais foram bem escolhidas?

Construção da coesão/coerência do texto (textualidade)

6. O roteiro de edição estabelece sequência coerente entre as partes da reportagem audiovisual (cabeça, *off*, entrevistas e pé)?

7. As deixas iniciais e finais garantem a coerência das falas dos entrevistados?

8. Os textos que cabem ao repórter estão escritos em terceira pessoa?

Uso das regras e convenções da gramática normativa

9. A redação deles sugere objetividade e neutralidade?

10. Os textos estão adequados às normas urbanas de prestígio?

(FIGUEIREDO; BALTHASAR; GOULART, 2012a, p. 125).

Pensando no objetivo maior de formação do ser político, entendemos que a análise desses elementos na produção final seria bastante significativa para contribuir com uma postura mais crítica e reflexiva em situações de comunicação oral.

4. Resultados da análise

A leitura do capítulo analisado nos levou a perceber que o encaminhamento dado na maioria das seções busca desenvolver um trabalho que considera não apenas as características do gênero, mas, principalmente as questões de produção ligadas à situação comunicativa real. Este trabalho, embora seja relevante por um lado, evidencia, por outro, uma carência no estudo específico da linguagem apropriada ao gênero entrevista e reportagem.

No que tange à orientação de propostas que visam à formação do ser político, entendemos que este trabalho se concretiza de forma mais efetiva na abertura do capítulo, nos textos de leitura e nas questões que se seguem a esse texto. As atividades da abertura, por exemplo, estimulam o aluno a não só pensar sobre o problema do trabalho infantil, mas também a refletir sobre o seu papel, como cidadão, diante desta problemática. A seleção textual favorece uma reflexão tanto no que tange ao fator econômico, quanto ao aspecto humano relativo ao trabalho infantil. Por fim, as questões de leitura tratam não só de elementos característicos do gênero, mas também de questões que estimulam a memória discursiva do educando, ajudando-o a relacionar seus conhecimentos com sua vida prática.

A análise da produção textual demonstra, no entanto, que a seção está voltada mais para “o que” fazer que para o “como” fazer (rever, por exemplo, o quadro “A arte da entrevista”, p. 118) e as propostas encaminham mais para uma generalização que para a observação da singularidade. Dessa forma, perde-se muito no que tange à formação de um aluno consciente e reflexivo.

A observação de aspectos próprios da oralidade também são bastante tímidos em toda a orientação da produção textual, o que pode ser visto em cada uma das etapas de pré-produção, produção e pós-produção. Ressalta-se, então, que, para o desenvolvimento dessa atividade, o professor deve estar preparado para ampliar a proposta trazida pelo LDP.

5. Considerações finais

A construção da cidadania deveria ser sempre o objetivo maior da educação, valorizando assim a formação de um ser político, que entenda seu papel social e veja função prática nos estudos propostos na escola.

Em nosso trabalho, buscamos verificar como isso se efetiva em um livro didático de Ensino Fundamental II, voltado para alunos do 9º ano. Além disso, intentamos observar como são orientadas as atividades de produção oral, ainda que tenham como base a produção de material escrito.

Os resultados de nossa análise nos levam a crer que a arquitetura do capítulo favorece a formação do aluno-cidadão, uma vez que o colocam em contato com práticas de linguagens reais, orientando-o, sob vários aspectos, a realizar uma reflexão sobre seu uso. Contribuem para isso a pertinente seleção textual e os encaminhamentos dados tanto nas atividades de abertura, como nas questões de leitura. Mesmo o trabalho tímido apresentado na orientação dada para a produção de texto final não chega a comprometer o conjunto do capítulo.

No que tange à oralidade, a análise evidenciou que não há uma negação de sua importância, uma vez que alguns pontos são levantados e um texto de leitura é disponibilizado para o aluno, estimulando um pouco essa reflexão. No entanto, o trabalho apresentou-se ainda bastante tímido e poderia, ao menos no MP, ter recebido uma atenção mais cuidada para garantir que o professor suprisse os aspectos omissos.

É preciso pensar na escola como um espaço de interlocução em todos os âmbitos, por esse motivo, estimular a participação do aluno, colocando seu posicionamento frente a conceitos e ideias é fundamental. No capítulo analisado essa proposta não deixa a desejar quando se refere à prática escrita, uma vez que o trabalho é bastante detalhado e extrapola uma reflexão meramente linguística, trabalhando sob um enfoque claramente enunciativo-discursivo, o que, em nosso ponto de vista, é bastante significativo. No entanto, no que tange à prática oral, entendemos que alguns aspectos poderiam ser

mais explorados.

Assim, concluímos que é preciso que a escola faça uso de práticas orais de comunicação, levando o aluno a compreender como fazer uso da linguagem também em situações orais, extrapolando assim um ensino que vai além dos muros escolares, efetivamente contribuindo para a formação do ser político.

Entendemos que o livro didático pode ser um aliado nessa luta, portanto, a reflexão sobre as propostas que nele são apresentadas são significativas para contribuir com esse objetivo.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. *Para uma filosofia do ato responsável*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

_____. (1992) *Estética da criação verbal*. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental - Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CORREA, Manoel Luiz Gonçalves. As perspectivas etnográfica e discursiva no ensino da escrita: o exemplo de textos de pré-universitários. In: *Revista da Abralín*, v. eletrônico, n. Especial, p. 333-356. 2ª parte, 2011.

FIGUEIREDO, Laura; **BALTHASAR**, Marisa; **GOULART**, Shirley. *Singular & Plural: Leitura, produção e estudos da linguagem. 6º ao 9º ano*. São Paulo: Moderna, 2012.

_____. 9º ano. São Paulo: Moderna, 2012a.

LORENZETTI NETO, Hugo. Leitura, gênero e juízo: linguagem e “deve ser” em sequências de atividade didáticas. In: SIGNORINI, Inês. (org.) *Gêneros catalisadores, letramento e formação do professor*. São Paulo: Parábola, 2006. p. 157-173.

MACHADO, Irene. *A questão espaço-temporal em Bakhtin: cronotopia e exotopia*. Disponível em: <http://www.academia.edu/4216635/A_questao_espacotemporal_em_Bakhtin_cronotopia_e_exotopia>. Acesso em 07/10/2013.

SOBRAL, Adail. *Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do círculo de Bakhtin*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

SOUZA, Geraldo Tadeu de. *Introdução à teoria do enunciado concreto: do círculo de Bakhtin / Voloshinov / Medvedev*. São Paulo: Humanitas, 2002.

VOLOSHINOV, Valentin Nikolaevich; **BAKHTIN**, Mikhail. *Discurso na vida e discurso na arte* (sobre a poética sociológica). Trad. para uso didático da versão inglesa de 1976: Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza, s/d. (Texto originalmente publicado em russo, 1926).

Abstract: *This study aims to point out how the oral activities - in relation to writing - proposals in a textbook Portuguese may contribute to the civic education of the student. It will be observed, for this, aspects of orality explored in the work and the way they are treated, both in the book of the student, as the guidelines given to teachers in the teacher's manual. We take as the object of analysis the only chapter in Unit 3, Singular & Plural in this collection: reading, production and language studies (9th grade of elementary school II), whose focus is the development of an audiovisual story. The work is linked to the Analysis / Dialogic Discourse Theory of Mikhail Bakhtin Circle.*

Keywords: *textbook of portuguese; orality; civic education; speech genres; elementary school II.*

ÉTICA E ESTÉTICA EM DIDEROT E ZILBERBERG

Carolina TOMASI¹

Saulo Nogueira SCHWARTZMANN²

Resumo: *Este artigo, escrito com base nos Salões e na semiótica tensiva, focaliza o conceito de verossimilhança, orientado pela aplicação moral, em Diderot, bem como os conceitos de etização e estetização em Zilberberg (2006), confrontando-os para verificar a pertinência de afastar os objetos estéticos da função moralizante. Examinamos esses conceitos, ilustrando-os com objetos da literatura brasileira, como “Grande Sertão: Verdades”, “O Uruguay”, bem como a pintura de Ingres, a de David e a de Courbet. Além da função moralizante dos objetos, discute questões relativas aos objetos estéticos, como seu reconhecimento inteligível e sua conservação sensível. Finalmente, discutimos ainda as relações de sujeito e objeto que determinam sua ativação ou passivação e a tensão entre etização e estetização, tendo em vista a função moralizante.*

Palavras-chave: *verossimilhança; etização; estetização; pintura; literatura.*

1. Introdução

Zilberberg (2006, p. 140 ss) aborda as relações entre “sujeito e sujeito” e “sujeito e objeto”, estabelecendo que o objeto estético seria orientado pelo “crer” e o objeto ético pelo “saber”. Contrapondo o pensamento de Diderot ao de Zilberberg (2006), discutiremos a verossimilhança em Diderot, orientada duplamente pelo maravilhamento estético e pela aplicação moralizante, bem como pela relação do sujeito com o objeto estético em Zilberberg (2006), que entende sujeito e objeto em diferentes categorias de funções:

¹ Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral da Universidade de São Paulo, tendo sido orientada pela Prof. Dr. Pedro Vicente Pietroforte. Bolsista CNPq. E-mail: tomasicarol@usp.br.

² Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Ivã Carlos Lopes. Bolsista CNPq. E-mail: saulosns@gmail.com.

- (1) Considerando o fazer emissivo de um sujeito em relação a outro sujeito, temos a função de transujeito, que sincretiza o papel de destinador de outro sujeito; nesse caso, dois sujeitos se juntam para a persecução de determinado fazer;
- (2) Considerando o fazer remissivo de um sujeito em direção a outro sujeito, temos a função de antissujeito, que impede o fazer do sujeito;
- (3) Considerando o fazer emissivo de um sujeito em recção com outro sujeito, temos a função de [sub]objeto, em que um sujeito aproxima-se de um objeto;
- (4) Considerando o fazer remissivo de um sujeito em recção com outro sujeito, temos a função de abjeto. (ZILBERBERG, 2006, p. 140)

Temos, portanto, na relação de sujeito e objeto quatro possibilidades:

- (1) Transujeito: relação de sujeito/sujeito à fazer emissivo;
- (2) Antissujeito: relação sujeito/sujeito à fazer remissivo;
- (3) [Sub]objeto: relação sujeito e objeto à fazer emissivo;
- (4) Abjeto: relação de sujeito e objeto à fazer remissivo.

A consideração de sujeito e objeto em Zilberberg (2006) faz-se segundo uma semiótica da identidade: objeto e sujeito guardam parentesco; partilham da mesma raiz etimológica (*jectus*). Por isso, o autor prefere falar em semelhança ou variações sobre os temas “subjetal e objetal”. Já nas relações objetais entre sujeito/[sub]objeto, temos uma dose de identidade entre sujeito e objeto, ou seja, há certa afinidade entre sujeito e objeto, que o leva a amá-lo e a ser atraído por ele. Paralelamente, a falta de um objeto provoca um impacto afetivo, perturbador da identidade. No parentesco de sujeito e objeto, temos a dimensão subjetal do objeto, dando-se a categoria do [sub]objeto. Zilberberg (2006, p. 141) afirma que o termo *abjeto*, emprestado de Julia Kristeva, o incomoda. Se o subobjeto é selecionado, seu correlato seria o objeto indiferente ou de efeito abjetal, que surge quando o fazer remissivo está em ascendência. Nesse caso, a relação é de

repelência, de ódio. Propõe, então, uma *semiótica do objeto*. Com base em Valéry, que afirma que “o mundo continua assim como a vida e o espírito, em razão da resistência que nos impõem as coisas difíceis de conhecer”, Zilberberg (2006, p. 143) estabelece as seguintes modalidades de “decifração do objeto”:

- (1) pragmaticamente: “amar” e “odiar”: amar produz valores emissivos; odiar produz valores remissivos;
- (2) cognitivamente: “crer” e “saber”: crer produz valores emissivos; saber produz valores remissivos. (ZILBERBERG, 2006, p. 143)

Portanto, no plano pragmático, a relação entre sujeito e objeto pode ser de amor ou de ódio; se de amor, temos um [sub]objeto; se de ódio, temos um abjeto. No plano cognitivo, a relação do sujeito com o objeto varia entre crença e saber. Se de crença, temos um perobjeto; se de saber, um [an]objeto, em que o objeto é anulado. A estética seria conservadora do objeto e a ética, por sua vez, seria dissipadora do objeto, segundo a proposta de Zilberberg (2006). A atividade estetizante assume, do ponto de vista cognitivo, o caráter enigmático dos objetos de arte. Em resumo, o crer mantém o objeto e o saber consome-o. A dimensão estética assume, segundo sua proposta, a dimensão de ativação do objeto e passivação do sujeito; já a etização dá-se pela relação entre um sujeito moralizador e outro moralizante.

O que se nota, pois, das considerações de Zilberberg (2006) é que o objeto estético se conservaria pelo crer e não pelo saber, manifestando o ponto de vista de que o objeto estético recusaria o saber e suas relações com o mundo utilitário. Ora, seria possível um objeto estético manter-se excluindo o saber? O saber realmente destrói o objeto estético? A visão de objetos estéticos autotéticos do século XX eliminaria a visão horaciana do *docere cum delectare* (*aprender com deleite*)? A semiótica tensiva, ao valorizar a estetização como forma de deleite do objeto e não como forma de conhecimento, não estaria desconsiderando os modos da crítica que tem em vista ao mesmo tempo o

maravilhamento estético e a moralização? A ética seria incompatível com a estética ou vice-versa? Deixar de lado as relações éticas produzidas pelo saber e considerar tão somente as relações estéticas produzidas pelo crer seria uma resposta suficiente ou “mais evoluída” para a problemática do sujeito em sua relação com o objeto?

É com base nesses questionamentos e na semiótica francesa que propomos focalizar o efeito de *verossimilhança* em Diderot, que implica uma aplicação moral, bem como verificar o conceito de etização e estetização em Zilberberg (2006), que tensiona a ética em relação à estética, atribuindo a esta última a responsabilidade de conservação do objeto estético. A relação entre sujeito e objeto estético faz-se pela crença, ou seja, quando Riobaldo, em *Grande Sertão: Veredas*, nos apresenta o julgamento de Zé Bebelo, sua existência pode ser verificada por um ato de crença discursiva (contrato fiduciário). Não parece pertinente afirmar que as relações entre os julgamentos sejam puramente autotéticas, pois implicam relações éticas. Riobaldo afirma “quem sabe direito o que uma pessoa é? Antes sendo: julgamento é sempre defeituoso, porque o que a gente julga é o passado” (ROSA, 2001, p. 285). Ora, a diegese é estruturada segundo uma lógica que lhe é própria. Ao leitor, cabe confiar que o que Riobaldo narra é verdade. Além disso, a aplicação moral do enunciado transcrito envolve o enunciatário, levando-o a assumir a moralização, questionando pelo sim ou pelo não. Portanto, não se pode falar propriamente em ausência de aplicação moral nem de total passividade do sujeito.

Passada a fruição do crer e do estranhamento que um objeto pode provocar, o sensível resulta em inteligível. Parece-nos, pois, injustificável a separação dessas duas dimensões, a do *crer sensível* e a do *saber inteligível*. Não podendo separá-las, torna-se inválido afirmar que os objetos estéticos conservam-se apenas pelo crer, nem que eles não possam comportar o ético.

2. Os Salões de Diderot: estado de alma do fazer artístico

Segundo Franklin de Mattos (2004, p. 43), há uma lacuna nos textos de Denis Diderot traduzidos para o português, não havendo uma antologia completa de seus textos, o que dificulta maior abrangência daquilo que o autor pretendia propor como crítica das artes. Os textos de Diderot, constantes de Lichtenstein (2007, 2008, 2006) e publicados pela Editora 34 na coleção *A pintura: textos essenciais*, que constituem o aporte teórico de nosso artigo, são:

- (1) Salão de 1765 (“Vernet: vista do Porto de Dieppe”) – Vol. 1;
- (2) Ensaio sobre a pintura – Vol. 6;
- (3) A apologia do grande estilo e a sedução dos gêneros menores (ensaio sobre a pintura; Salão de 1763, “Chardin”; Salão de 1765, “Greuze”; Salão de 1767, “Vernet”) – Vol. 10.

A fim de fazer uma breve excursão aos textos do filósofo, também consultamos (I) *A cadeia secreta*, de Franklin de Mattos (2004), em que nos são apresentados os mecanismos da trama de Diderot, principalmente em “A alegoria licenciosa das Luzes: *Les Bijoux indiscrets*” (p. 51-70); (II) *Diderot, obras II: estética, poética e contos*, de J. Guinsburg (2000). Além dessas obras, utilizamos os textos: (1) “Reflexões críticas sobre a poesia e a pintura”, de Jean-Batiste Du Bos; (2) “Primeira carta aos jovens que se dedicam ao estudo da paisagem ou da marinha”, de Joseph Vernet; (3) “A apologia da paisagem e a crítica do retrato (Salão de 1846, ‘Da paisagem’)”, de Charles Baudelaire. Todos esses textos, excetuando o de Mattos (2004) e o de Guinsburg (2000), estão incluídos na coleção *A pintura* citada.

Inicialmente, vamos rever, ainda que brevemente, o que Denis Diderot, a pedido de Grimm, escreveu sobre o *Salão de 1759*, evento bienal que ocorria em Paris nas décadas de 50 até 80 do século XVIII. Publicado na edição de 1º de novembro de 1759 em *Correspondence littéraire*, o relato de Diderot tornou-se marco do que poderíamos chamar de a *Moderna Crítica de Arte*. É verdade que o ensaísta não seria o primeiro

crítico de arte que conhecemos, pois já havia autores, como Roger de Piles (*Curso de pintura por princípios*, de 1708) e o abade Jean-Baptiste Du Bos (“Reflexões críticas sobre a poesia e a pintura”, de 1719); este último trata da “impressão sensível” produzida pela obra de arte sobre o *espectador* e da “crítica científica” concernente ao *estado de alma* do artista enquanto instância do fazer estético.

Du Bos é um dos primeiros a colocar em cena o reconhecimento e o valor do fazer artístico enquanto simulacro. O contrato discursivo, orientado segundo padrões clássicos, passa a ser objeto de questionamento. Ora, a arte teria mesmo um contrato enunciativo a cumprir com a mimese? Diderot, por seu turno, coloca em discussão uma visão inovadora, que se afasta da do classicismo, em que entra em cena a aceitação de outro tipo de contrato que quer romper com a função de simples dissimulação da realidade, preocupando-se mais com o trabalho da mestria artística, que pressupõe o complexo enunciator-enunciatário que admite o jogo do fazer artístico. Em crítica ao estilo artístico de Watteau, Diderot (2000, p. 194) menciona para as artes a necessidade de “alguma coisa de selvagem, de bruto, de surpreendente e de enorme”. E separa a pintura *pitoresca* da *expressiva*. A pitoresca agradaria aos olhos e a expressiva, além de agradar, atingiria a alma e teria função moralizante.

Em Diderot, verificamos que a arte, ao lado da função de agradar, teria também a função de moralizar, que Zilberberg (2006) chama de função de *etização*, com a diferença de que o semiótico articula tensivamente os objetos estéticos e os éticos. Não há em Diderot propriamente uma hierarquização por dependência e subordinação, pois que a arte teria dupla função: estetizante e etizante. Foi através da publicação dos nove textos sobre os *Salões*, de 1759 a 1781, referentes aos *Salões* de 1759, 1761, 1763, 1765, 1767, 1769, 1771, 1775 e 1781, que se conferiu verdadeira importância à crítica de arte, já que dessa forma Diderot, além de contribuir regularmente com ensaios críticos, elevando-os a um *status* de gênero literário, debate sobre as paixões de alma do enunciator. E é dessa paixão que decorrem as escolhas tensivas, que direcionam o andamento

dos objetos. O pensamento de Diderot pretende conciliar a função estética com a função moralizante (etizante) de instrução. Nesse sentido, a pintura cumpriria um programa de transferência de saber (ALVIM; BRANCO; ROCHA, 2007). Esse entendimento de estética prevalece sobre a tradição da cópia, que enquadra as formas do mundo natural aos limites e regras canônicas.

Diderot vê na obra de Vernet inversões tão impactantes que enunciador e enunciatário sentem as *performances* pictóricas de modo acentuadamente vívido, simulando, pois, movimento. O tempo na narrativa coloca em cena uma sucessão de andamentos (rápido-lento), evidenciando um jogo de movimentos distantes da imobilização a que se propõe a pintura, uma espécie de teatralização do espaço. Mattos (2004, p. 7-22) enfatiza que a arte, nos escritos de Diderot, como também de Voltaire, não é apenas da ordem do deleite, mas também da ordem do saber. Ambos atribuem à estética uma finalidade moral e pedagógica. Nesse sentido, Diderot, ao tratar do objeto estético, conjuga a *imaginação*, a *paixão* e a *criação* do artista. Como afirma Bayer (1995),

(...) são a imaginação e a sensibilidade reunidas que guiam a ideia do artista. Essa ideia, tomando forçosamente uma forma abstracta, não deve no entanto afastar-se da natureza, e aí a imaginação e a sensibilidade desempenham o seu papel para conciliar a abstracção e a imagem. (BAYER, 1995, p. 164),

Em Diderot, verificamos o acréscimo de um ingrediente que definiu o pensamento da Ilustração. Para o enciclopedista, as escolhas enunciativas dos artistas, sejam eles poetas sejam pintores, deveriam levar em conta a *moral aplicada*, ou seja, além do *gosto* e da *comoção* que a arte suscita no enunciatário, ela concilia, em sua finalidade, o *belo* ao útil, o *estético* ao *utilitário*. Para Mattos (2004), recorrendo à Chouillet, o procedimento que garante colocar a *moral* em *ação*, ou seja, aplicá-la, deve-se ao trabalho de criar “imagens sensíveis” e não de pregar abertamente “máximas de conduta moral”:

(...) para ele [Chouillet], mediante essas “imagens”, o romancista transporta as verdades abstratas e gerais para as **“zonas profundas” da sensibilidade** [...]. “A equivalência de emoção cria uma equivalência de conduta, a qual tem o valor de um compromisso”. O processo é tanto mais eficaz quanto [mais] o romancista apanha o leitor, por assim dizer, **desprevenido**, ou seja, segundo os próprios termos de Diderot, “naqueles momentos em que a alma desinteressada está aberta à verdade”; neste momento, “semeia nos corações germes de virtude” que, a princípio permanecem latentes, à espera da ocasião que os revolva, fazendo-os “desabrochar” e “desenvolver-se”; quando isto se dá, “sentimos que somos levados ao bem com um ímpeto que não conhecíamos”, o que se explica pela enunciação de uma regra psicológica geral: o sacrifício de nós mesmos, feito “em ideia”, é uma disposição preconcebida para nos imolarmos em realidade (MATTOS, 2004, p. 79-80, destaques nossos).

As observações de Diderot orientam-se pela necessidade de a obra de arte semear “nos corações germes de virtude”. Pressupõem que o sujeito da enunciação seja competente para identificar, reconhecer os “discursos das paixões” nas personagens (atores discursivos), bem como dar voz às paixões nos enunciados da obra de arte. De certa forma, Diderot apela para o *sensível* nas relações entre sujeito da enunciação e objeto estético. Seja nos romances, seja nas cartas, seja nos *Salões*, seja nos *Ensaios críticos*, o que Diderot propõe é fazer com que atentemos para *os modos de operação que regem uma obra de arte*, em relação ao aspecto formal e temático, tanto nos enunciadores quanto nos enunciatários.

Assim, a crítica de Diderot não focaliza propriamente os quadros ou a vida dos pintores, mas o universo de atuação da obra, desde o momento de sua criação até a recepção e seus *efeitos de sentido estético, ético e moral*. É com base na necessidade da aliança entre estética e ética que estamos discutindo a *verossimilhança* em Diderot, que se distancia do conceito de *perobjeto* de Zilberberg (2006), para quem o objeto de arte se conserva pela tensão entre o crer e o saber, afastando-se da ética.

3. A verossimilhança em Diderot e o perobjeto de Zilberberg

Para Diderot, a pintura recria a obra para seus leitores: “com um pouco de imaginação e gosto, será possível concebê-los [os quadros] no espaço e neles inserir os objetos mais ou menos do jeito que os vimos na obra” (LICHTENSTEIN, 2007, v. 1, p. 64). Ao longo dos *Salões*, por meio da narrativa, passeia-se entre a natureza como se a descrição de cada tela pintada cedesse lugar a uma paisagem do “mundo natural”. Assim, tanto a pretensa habilidade da pintura em criar ilusões de realidade, como a de simular *efeitos de verossimilhança* são redesenhadas pela pena de Diderot. Nesses textos, fala-se da *verdade* na pintura. Contudo, ao que nos parece, Diderot teria esboçado, em sua crítica aos gêneros pictóricos e aos mecanismos de construção da realidade, uma definição de beleza baseada na *verdade*, que para ele seria o equivalente a *verossímil*. O *verossímil* de Diderot distancia-se do recorte semiótico tensivo de *perobjeto* de que nos fala Zilberberg (2006, p. 143), pois, ao propor a categoria de perobjeto, instaura-se uma tensão entre o crer conservador e o saber consumidor do objeto. Diderot, como já afirmamos, considera que o objeto estético viabiliza-se tanto pelo maravilhamento sensível quanto pelo reconhecimento inteligível, salientando ainda que o objeto, além de perseguir a virtude, deve estampar a “verdade”.

Zilberberg (2006), valendo-se do conceito de autotelia prevalecente na crítica do século XX, coloca em tensão a estética e a ética, tensão desconhecida de Diderot. Na estetização, ao considerar a passivação do sujeito e a ativação do objeto, o semioticista entende que o prazer estético suplanta o reconhecimento inteligível, enquanto na etização, ao considerar a ativação de um sujeito em relação a outro que está em posição de receber “saber”, afasta a possibilidade de o objeto estético preocupar-se da aplicação moralizante. Parece-nos que a posição zilberbeguiana não se justifica quando aplicada a objetos estéticos do século XVIII, como, por exemplo, *O Uruguay*, de Basílio da Gama. Nesse sentido, Ivan Teixeira defende a tese de que por muito tempo a obra citada foi desconsiderada pela crítica literária por não entender os valores da época, que pres-

creviam determinadas condutas: “entender um poema seria associá-lo corretamente a outros poemas e descobrir sua matriz conceitual, isto é, vinculá-lo à poética específica segundo a qual foi composto” (TEIXEIRA, 2003, p. 140).

O entendimento de *O Uruguay* dependeria, pois, da “compreensão de sua estrutura como uma espécie de oração intercalada no grande discurso político e publicitário instaurado por Sebastião José de Carvalho e Melo” (TEIXEIRA, 2003, p. 155). Assim, o poema de Basílio da Gama pode ser lido como uma peça artística produzida pelo governo pombalino, que “teria propiciado um mecenato formalmente constituído”; doutrinária, portanto. Trata-se de uma alegoria da ação dos portugueses no Brasil, sem deixar de constituir-se precioso objeto estético.

Zilberberg (2006) vê tensão entre o objeto estético e o ético, não prevendo justaposição ou coexistência de ambos. Ora, o que fazer com obras como a de Basílio da Gama que englobam ao mesmo tempo a estética e a ética? Ademais, há passagens no capítulo 4 de *Razão e poética do sentido* que dificultam a compreensão do argumento do autor, como: “é claro que as diferentes práticas significantes deverão ser tratadas em conjunto para que se obtenha um bom resultado” (ZILBERBERG, 2006, p. 145). O autor não explicita quais são essas diferentes práticas significantes nem o que entende por “bom resultado”, nem por que devem ser tratadas em conjunto. Continuando o argumento, afirma: “se a estetização consiste em ativar um objeto e em passivar um sujeito [primeira parte], a etização, a moralização, exige que se introduza de modo permanente, ao lado de um *sujeito ativo* um *sujeito passivo*, pático, decidido a obedecer às ordens ditas morais [segunda parte]” (ZILBERBERG, 2006, p. 145). Vendo o argumento de forma global, a primeira parte passa da hipótese à proposição tida como axioma. Ora, Zilberberg (2006) não demonstra que a estetização ativa um objeto e apassiva um sujeito. A segunda parte do argumento só poderia ser assertiva se a primeira parte fosse comprovada.

Seguir o conceito de Zilberberg (2006) não seria ir contra os contratos enunciativos de cada época, de cada tempo discurso? Um texto estético cujo destinador es-

tabelece a necessidade da utilidade e da ética não poderia ter um dos seus sentidos eliminado se lido segundo um molde alienígena, exterior a ele? Um modelo de leitura literária que não contempla valores éticos pode ser útil a uma abordagem de textos produzidos segundo valores autotélicos, mas não seria adequado para a leitura de textos de outras épocas que prescrevem a aplicação moralizante, ou seja, o *docere cum delectare*. Horácio, em sua Epístola aos Pisões (*Arte poética*), afirma: “os poetas desejam ou ser úteis, ou deleitar, ou dizer coisas ao mesmo tempo agradáveis e proveitosas para a vida”. (ARISTÓTELES, 2008). Esses princípios da poética clássica mantêm-se, pelo menos, até o final do século XIX e mesmo hoje a discussão sobre se a arte deve ou não ocupar-se de *deleitar ensinando* encontra continuadores. Talvez se possa dizer que nos séculos XX e XXI os artistas manipulam seus enunciados de modo que não deixem transparecer finalidade fora da arte. Todavia, trata-se de dissimulação discursiva, visto que todo enunciado tem funções persuasivas: “o elemento persuasivo é colado ao discurso como a pele ao corpo” (CITELLI, 2007, p. 6).

Não nos parece pertinente afirmar, portanto, que o objeto estético implica um sujeito passivo e o objeto ético a passivação de um dos sujeitos. A arte como produto humano que é não dispensa a participação ativa do enunciador/enunciatário. As metáforas “arrebatamento”, “êxtase”, “choque” funcionam como cristalizadoras, revelando-nos um estado singular do sujeito em determinado momento diante do objeto estético. Como admitir a paralisia do sujeito, visto que, se tal ocorresse, não haveria deleite? Está implicada no prazer da fruição a capacidade intelectual do reconhecimento do objeto. Se retomarmos a arte seiscentista, verificaremos a existência do enunciador/enunciatário discretos, que, com base no contrato enunciativo da época, distinguiam-se pela engenhosidade, que fazia deles um tipo agudo e racional.

Retomando o conceito de *perobjeto*, verifica-se que o prefixo “per”, segundo o Dicionário Houaiss (2001), tem o sentido de: “movimento através de”; “travessia”; “perambular”; “duração”; continuidade; perenidade. Pela própria definição de dicionário,

depreendemos uma fórmula tensiva do que Zilberberg (2006) considera *perobjeto*: o que é contínuo, o que atravessa. Se perdura, se se conserva, é da ordem da continuação, recusando a ruptura. A duração do perobjeto implica a concepção de uma engrenagem tensiva, reguladora da surpresa e do maravilhamento. É essa *conservação* o ponto de contato entre a semiótica tensiva e a *verossimilhança* de Diderot. Segundo Mattos (2004), a *verossimilhança* depende de um jogo sutil de “compensações entre o comum e o incomum, ‘a verdade da natureza’ ocultando do espectador ou do leitor ‘o prestígio da arte’”. Como afirma Diderot, “a arte está em misturar circunstâncias maravilhosas nos assuntos mais comuns” (MATTOS, 2004, p. 83-84).

Diderot almejava em seus escritos estéticos uma arte que buscasse adequar o inesperado ao esperado do cotidiano. Em “A apologia do grande estilo e as seduções dos gêneros menores”, escrito nos anos de 1760, parece-nos que o autor dos *Salões* se ocupa de hierarquizar as temáticas e os assuntos dos quadros, bem como os gêneros, como o histórico, o religioso, o mitológico, as naturezas-mortas e as práticas menos elevadas, como as do retrato, levando em conta a imaginação e a observação da *verossimilhança*:

Há, em quase todos os nossos quadros, uma fraqueza de conceito, uma pobreza de ideia, dos quais é impossível receber uma sacudida violenta, uma sensação profunda. Olhamos para eles; voltamos a cabeça e já não nos lembramos do que vimos. Nenhum fantasma que vos obsede e que vos persiga. Ouso propor ao mais intrépido de nossos artistas nos apavorar tanto por seu pincel quanto o somos pelo simples relato do gazeteiro, desta multidão de ingleses expirantes, sufocados em um calabouço demasiado estreito, pelas ordens de um nababo. E de que serve, pois, que moas tuas cores, que tomes o teu pincel, que esgotes todos os recursos de tua arte, se tu me afetas menos do que uma gazeta? É que esses homens não têm imaginação, não têm verve; é que não conseguem atingir nenhuma ideia forte e grande (LICHTENSTEIN, 2006, v. 10, p. 82-83).

Tal como Zilberberg (2006) que afirma que o sentido se faz pela regência da intensidade, Diderot distingue o artista do gazeteiro (transmissor de notícias) pelo fato de este último não conseguir “atingir nenhuma ideia forte e grande”. No papel de crítico de arte, ele convida a pensar na arte da pintura como uma prática que conserve superioridade mesmo nos gêneros “menores”, desde que impere o sensível. Diderot afirma ainda que, ao entorno de uma pintura de êxito, deve estar aliado o talento do artista em retratar com o mesmo intento tanto as cenas domésticas quanto as cenas históricas. Assim, ele almejava uma síntese entre as pinturas mais nobres (históricas, por exemplo) e as pinturas de natureza-morta, devendo esta última ambicionar maior grandeza pelos meios de composição e técnicas, baseando-se novamente na ideia de *verossimilhança*.

Parece-nos que o fazer artístico almejado pelos pintores deveria partir desse princípio, que compreende a observação e a criação imaginativa (aspectos sensíveis), aliado às técnicas (aspectos intelectivos, racionais). Nesse sentido, sensível e inteligível já estavam arquitetados num jogo tensivo.

Paradoxalmente, o pintor de história não tem diante dele o acontecimento a ser retratado; já o pintor de uma natureza-morta tem presente sob seus olhos a cena a ser retratada. A totalidade de detalhes importantes de uma cena histórica foge ao pintor e, ao querer prestar um serviço à história, dá ênfase a determinados pormenores ou negligencia outros mais importantes (os pés e as mãos de um soldado, por exemplo). Por outro lado, enquanto pinta uma natureza-morta, o mesmo artista retrata inúmeros detalhes que ele pode capturar e fazer com que o quadro pintado fique pedante por se pretender demasiadamente explícito.

Confrontando Diderot e Zilberberg (2006), deparamo-nos com a suposição de uma *operação de neutralização*, capaz de conservar o objeto estético, denominado *pe-robjeto*. Nesse sentido, o sujeito da enunciação retornaria a um estado de alma que chamaremos *neutralizado*: passado o gozo estético, o sujeito retoma o estado *moral*, típico da calma, do efeito de relaxamento. Assim é que, após o incômodo sensível, o sujeito

seria embreado no cotidiano, em sua dimensão cognitiva, equilibrando-se novamente. A operação de neutralização do *perobjeto* perfaz o seguinte percurso: Maravilhamento à (1º momento) *estado passional de estranhamento* = sujeito tomado pelo estado tensivo de *retenção* à (2º momento) *estado passional neutralizado* = sujeito retoma a calma do cotidiano (dimensão cognitiva), encaminhando-se ao *relaxamento*.

Diderot, em suas descrições e relatos dos *Salões*, reinventa a obra pintada e nos põe diante dela. Assim é que, a partir das concepções de “Apologia do grande estilo”, seus relatos tendem a reconhecer na pintura algo maior que a própria mensagem ou o assunto tratado. No “Salão de 1763”, ao tratar dos quadros de Chardin, afirma constituírem “uma verdade de enganar os olhos”, um jogo discursivo, portanto. Mesmo quando Diderot faz comentário sobre um quadro do artista citado em que está retratado um *pote de azeitonas*, ele observa os efeitos sensíveis do quadro, remetendo à camada de tintas aplicadas uma sobre as outras, que produzem efeitos de sentido de sombra, relevo, luz. E finaliza: “este artista tem uma compreensão judiciosa e fala de sua arte maravilhosamente bem”. É como se Diderot estivesse ampliando os conceitos do abade Du Bos que propunha ao crítico a observação não apenas de uma técnica apurada e puramente racional, mas também o estado de alma de uma instância da enunciação quando em contato com o objeto estético.

Segundo o próprio Diderot, ao observar os aspectos sensíveis que não estão explícitos na obra, o enunciatário encontra nela mesma algum princípio neutralizador. O enunciador, que com suas escolhas contribui para suscitar efeitos sensíveis no enunciatário, é aquele que traz encanto e maravilhamento aos olhos dos outros, aquele que surpreende. Enunciador/enunciatário mantêm com o objeto estético uma relação passional, que rege o efeito de estesia dos sujeitos envolvidos na enunciação poética.

Diderot pretendia articular os gêneros artísticos, mesmo os mais divergentes, para dar maior importância a esse jogo e à artimanha que rege o fazer dos pintores. Assim, independentemente do objeto exposto nos *Salões*, aquele que demonstrasse *maior*

destreza em articular as paixões dos enunciatários com a moral é que seria considerado um grande pintor, independentemente se falasse da história ou de uma cena cotidiana. Certamente, há resquícios dessa dualidade (paixão e ética) tanto nas tarefas do crítico quanto nas dos pintores. É assim que vemos, portanto, a partir do final do século XVIII e início do século XIX, explícitas as rupturas entre um Ingres e um Jaques-Louis David, do Romantismo até o Naturalismo de Courbet e outros realistas, por exemplo. Observa-se em Ingres e em David certa conformidade com a ética; suas figuras manifestam paixões, que às vezes caminham paralelamente aos estados da natureza; já em Courbet, vemos uma recusa da moralização, o que não deixa de constituir-se em novo efeito moral, aliado a novas paixões. Quando pintou *Origem do mundo*, Courbet provocou desconforto social. Para Diderot, esse desconforto é que suscita no enunciatário um desejo de se orientar moralmente. Nesse caso, haveria uma direção de neutralização, ou seja, o desconforto, o incômodo, se encaminharia para a estabilização moral.

Por isso, é sobretudo a partir das questões elaboradas por Diderot sobre o fazer artístico e sua recepção pelos espectadores que podemos verificar seus desdobramentos, tanto na crítica artística, quanto na própria pintura. Se Diderot aponta para uma *nova crítica de arte*, esta é aquela que culminará no pensamento crítico de Baudelaire, o qual ajudará a definir o papel da crítica moderna. Em Baudelaire, vemos as consequências dessa crítica. Segundo ele, quanto mais a paisagem se parece com a cartografia, a geologia, a botânica, a meteorologia, pretendendo-se ciência, mais exhibe falta de poesia e expressão.

Com base na observação da natureza é que se poderia chegar a uma *verdade*. Ele chama de sectários do clichê aqueles que se dedicam a compor de acordo com arranjos e modelos seguidores de certa *moral vigente*. Segundo Baudelaire, em “A apologia da paisagem e a crítica do retrato (Salão de 1859)”, “a natureza não possui qualquer moral além do fato, porque ela é a própria moral; no entanto, trata-se de reconstruí-la e ordená-la segundo regras mais sadias e puras, regras que não se encontram no puro entusiasmo do ideal” (LICHTENSTEIN, 2006, v. 10, p. 123). Afirmações como essa são ecos da crítica de Diderot,

em que há, vez ou outra, a tentativa de nos explicar como o poeta encontra a “verdade” e de que se trata tal “verdade”, como podemos observar a seguir: “Não que a pura natureza não tenha seus momentos sublimes: mas penso que, se há alguém seguro de apreender e conservar sua sublimidade, é aquele que os tiver pressentido por imaginação ou gênio, e que os representar com sangue-frio” (DIDEROT, 2000, p. 40).

Para Baudelaire, verdadeiro é aquele que, ao mirar a natureza, consegue representá-la, acrescentando-lhe algo que não seja puramente subordinado a regras e modelos ideais, algo exterior à natureza, mas que encontre nela algo que o artista possa evidenciar, operando sua matéria por meio de linguagem pictórica ou não, acrescida de certo juízo, que para nós poderia ser um juízo moral do enunciador. Por exemplo, ao pintar uma árvore, dizia Baudelaire: “se um paisagista pintasse as folhas das árvores tais como as vê, obteria um tom falso, pois existe um espaço de ar bem menor entre o espectador e o quadro do que entre o espectador e a natureza” (LICHTENSTEIN, 2006, v. 9, p. 100). Além disso, há algo de exterior ao “fato natural” que, ao representá-lo, o artista deve levar em conta, pois toda representação implica uma capacidade linguística. Entre um conhecimento e outro, além de matizes, tonalidades e harmonia de cor etc., há o desejo de fazer com que o sujeito que esteja em contato com a obra sinta algo de sublime, sinta o perfume das paixões em qualquer discurso, seja pictórico, seja verbal. É por isso que não é a simples observação da natureza que a torna verdadeira aos olhos do enunciatário. É preciso que atentemos ao fazer artístico do pintor, já que é na relação entre enunciador e enunciatário, como reitera Baudelaire, que se dá a estesia.

4. Estética e ética: uma via de mão dupla

Em seus “Ensaio sobre a pintura”, de 1795, Diderot esboça seu desejo de oferecer aos seus leitores “um pequeno tratado de pintura” (LICHTENSTEIN, 2006, v. 9, p. 63). Nessa ocasião, os artistas que gozavam de prestígio eram aqueles aceitos nas academias de belas artes. No entanto, Diderot critica o ensino acadêmico. A dualidade presente nos

seus textos vem dessa crítica, porque, mesmo que acreditasse ser imprescindível o estudo da anatomia e das partes do corpo humano, por exemplo, Diderot já antevia certa cientificização da arte e acreditava ser o caminho oposto o que o artista deveria tomar.

Para ele, as “funções” é que determinariam a grandeza de uma figura, além da proporção do conjunto da obra. Por exemplo, um sujeito seria retratado com marcas do tempo em seu corpo, segundo as características próprias desse sujeito e não segundo regras e proporções avaliadas a partir de um modelo.

Para Diderot, antes que preservar as convenções do Academicismo, o artista deveria observar o modelo que tinha em vista reproduzir. Todavia, a atenção dada às proporções seria cautelosa, pois não é com base no estudo exaustivo de um cadáver, ou como ele mesmo diz, de um esfolado, que se traria à tona uma figura de grandeza ímpar. Diderot afirma: “o que sei, porém é que elas [as proporções] desprezam o despotismo da natureza, e que a idade e a condição as sacrificam de cem maneiras diversas” (LICHTENSTEIN, 2006, v. 6, p. 105). Ora, aqui nesse trecho é evidente o esforço de sua crítica para que se desconsidere o exercício da pintura atrelado aos preceitos do Academicismo. Novamente citamos Diderot:

Meu amigo, transportai-vos para um ateliê; olhai o artista trabalhar. Se o vedes arranjar bem simetricamente suas tintas e meias-tintas em todo o derredor de sua paleta, ou se um quarto de hora de trabalho não confundiu toda essa ordem, pronunciari ousadamente que este artista é frio e que ele não fará nada que valha. É o par de um grave e pesado erudito que necessita de uma certa passagem, que sobe na sua escada, que pega e abre seu autor, vem para sua escrivaninha, copia a linha de que precisa, volta a subir na escada e recoloca o livro no lugar. Não é o procedimento do gênio (LICHTENSTEIN, 2006, v. 9, p. 65).

No texto, Diderot compara um mau pintor com um mau escritor, ficando evidente sua crítica ao Academicismo e como o artista deveria se ocupar em observar a

natureza, mas não apenas observar. Seu fazer artístico deveria ser natural, como seria qualquer coisa que fizesse. Isso significa que, para um pintor representar belamente o rubor, a juventude, a saúde, a modéstia, por exemplo, era preciso que o artista tivesse vivido a experiência sensível e passional de tatear a carne. Para Diderot, não é o conhecimento da diversidade de nossos tecidos e dos panos que nos cobrem que contribui para aperfeiçoar a arte. Mais do que apegar-se a regras e cânones, o artista deveria estar aberto a experiências sensíveis.

5. Considerações finais

Nos seus *Ensaio*s, vemos uma crítica aos princípios da representação das figuras sobre as quais reinava um quase consenso desde o Renascimento. Em todo momento, a tônica é a verossimilhança. Ao pintor basta fazer-se verdadeiro: mas ser verdadeiro não é apenas representar mimeticamente aquilo que observou distantemente na natureza. A isso se deve certo saber que compreende a estruturação (enquadramento), a escolha das cores (harmonização) e o conhecimento de retórica (expressar bem os gestos e as paixões nos corpos das figuras representadas).

A partir do que chamamos de *crítica moderna* tornou-se possível à unidade enunciatória a compreensão de que uma das principais preocupações da arte é a própria arte. Com seus *Salões*, Diderot não só transmite aos leitores a sensação de estarem diante dos quadros, como também cria neles uma experiência estética única através de suas descrições. Confundem-se no relato de sua experiência duas funções. A primeira delas é a função de levar até o público, que não estava presente nas exposições, um efeito de estesia parecido com aquele que ele havia sentido. A segunda função é a de descrever as artimanhas de que o pintor se valeu para a construção pictórica. Dessa forma, o que chamamos de crítica moderna seria uma espécie de descrição técnica somada a uma interpretação com base nos efeitos de sentido estético, que certamente passam pelo crivo da inteligência.

Ao que nos parece, na visão de Zilberberg (2006), para toda apreensão poética subjaz um prazer que implica um estranhamento sensível, bem como um impacto que delonga uma tomada intelectual. Para Diderot, isso seria o *ideal de moralização da arte*. Impactado inicialmente, qualquer efeito de desarranjo e invasão, leva o sujeito à busca de uma *operação de neutralização*, que Diderot chama de “moralização”. Zilberberg (2006) reconhece essa moralização como difusão na ordem da extensidade; e, aqui, estamos na seara do reconhecimento inteligível, que tem como implicação queda na intensidade afetiva do efeito de maravilhamento estético que um objeto artístico pode nos causar.

Já que na natureza não há preocupação com o bem ou com o mal, cabe ao artista e à experiência estética encaminhar o homem a uma estabilização moral e virtuosa. Toda retenção encaminha-se para o relaxamento. Nenhum homem suportaria uma estesia saturada: a única direção para o restabelecimento do ápice estético é o caminho da ética.

Referências bibliográficas

ALVIM, Pedro de Andrade; **BRANCO**, Leonardo de Andrade Gonçalves; **ROCHA**, Pedro Luís Barreto Vianna. Os *Salões* de arte e o surgimento da cultura de massa nos séculos XVIII e XIX. *16º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores de Artes Plásticas*. Florianópolis, set. 2007, p. 486-495.

ARISTÓTELES. *A Poética Clássica*. Aristóteles, Horácio e Longino. Trad. Jaime Bruna. 12.ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

BAYER, Raymond. *História da estética*. Lisboa: Estampa, 1995.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 16.ed. São Paulo: Ática, 2007.

DIDEROT. *Obras II: estética, poética e contos*. Org., trad. e notas de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2000.

HOUAISS. *Dicionário Houaiss*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LICHTENSTEIN, Jacqueline (Dir.) *A pintura: textos essenciais. v. 1: O mito da pintura*. 2.ed. São Paulo. Editora 34, 2007.

_____. *A pintura: textos essenciais. v. 6: A figura Humana*. 2.ed. São Paulo. Editora 34, 2008.

_____. *A pintura: textos essenciais. v. 9: O desenho e a cor*. São Paulo. Editora 34, 2008.

_____. *A pintura: textos essenciais. v. 10: Os gêneros pictóricos*. São Paulo. Editora 34, 2006.

MATTOS, Franklin de. *A cadeia secreta*. São Paulo: Cosac & Naif, 2004.

ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

TEIXEIRA, Ivan. Hermenêutica, retórica e poética nas letras da América Portuguesa. *Revista USP*, São Paulo, n. 57, p. 138-159, março-maio 2003.

ZILBERBERG, Claude. *Razão e poética do sentido*. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Beividas. São Paulo: Edusp, 2006.

Abstract: *This article, written based on Salões/Salons and tensive semiotics, focuses on the concept of verisimilitude, guided by moral application, in Diderot, as well as the concepts of etization and aestheticization in Zilberberg, comparing them to verify the relevance of alienating aesthetic objects of moralizing function. We examine these concepts and apply them to objects in the Brazilian literature, as Grande Sertão: Veredas/On the Devil to Pay in the Backlands and O Uruguay, as well as the paintings of Ingres and David and Courbet. Beyond moralizing function of objects discusses issues relating to the aesthetic objects, as its intelligible recognition and its sensitive conservation. Finally, we discuss further the relationship of subject and object to determine its activation or passivation and the tension between etization and aesthetical, with a view to moralizing function.*

Keywords: *verisimilitude; etization; aestheticization; painting; literature.*

O FUNCIONALISMO NA MODERNA GRAMÁTICA PORTUGUESA DE EVANILDO BECHARA

Cíntia Cardoso de SIQUEIRA¹

Resumo: *Este estudo buscou investigar a maneira pela qual a teoria linguística funcionalista é incorporada à Moderna Gramática Portuguesa, de Evanildo Bechara. O corpus analisado foi composto pela segunda versão da referida obra, publicada em 1999. Tendo como base epistemológica a teoria da gramatização de Auroux (2009) e as teorias da norma de Coseriu (1987), Aléong (2001) e Leite (2007), a análise do corpus objetivou verificar como a teoria gramatical apresentada por Bechara na Introdução da Moderna Gramática Portuguesa (1999) é aplicada para a explicação do funcionamento da língua, por meio da observação da categoria gramatical “advérbio”. Visando a analisar as teorias que conformam um instrumento linguístico determinado, esta pesquisa se inscreve, especificamente, no campo da História das Ideias Linguísticas.*

Palavras-chave: *gramática normativa; funcionalismo; gramatização; norma linguística; ideias linguísticas.*

1. Introdução

Há tempos, muitas têm sido as críticas feitas à gramática normativa, especialmente aquelas formuladas por estudiosos da Linguística, que lhe atribuem um caráter puramente tradicional, considerando-a muito distante da realidade linguística dos usuários da língua em geral e condenando o seu uso como referência no estudo da língua.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Marli Quadros Leite. E-mail: Cynthia_siqueira@usp.br.

Entretanto, observamos o fato de que muitas das noções básicas usadas pela Linguística podem ser encontradas em obras muito antigas, como os estudos dos gramáticos gregos e romanos da Antiguidade Clássica, e consideramos pertinente ressaltar o que afirma Lyons (1979, p. 3): “A Linguística, como qualquer outra ciência [se] constrói sobre o passado; e assim o faz não somente desafiando doutrinas tradicionais, mas também desenvolvendo-as e reformulando-as”. Assim sendo, entendemos que não há como desvincular os estudos da Linguística dos conhecimentos gramaticais construídos ao longo da história.

Além disso, pela perspectiva da história das ideias linguísticas, as críticas feitas à gramática tradicional não se sustentam. Isso pode ser afirmado, pois, ao considerarmos a gramática como um objeto cultural, entenderemos que, mesmo mantendo a estrutura tradicional (greco-latina), ela traduzirá o conhecimento do tempo-espaço em que foi concebida. Dessa forma, para entender a gramática em si e os objetivos de seu autor ao produzi-la, é necessário resgatar seu *horizonte de retrospectção*, ou seja, o conjunto dos conhecimentos previamente construídos que influenciaram em sua concepção (AUROUX, 1987, 2008). Para compreender o conceito de *horizonte de retrospectção*

[...] imaginemos um sujeito S na sua atividade cognitiva. Ele dispõe de competências adquiridas e desenvolvidas durante a sua formação. Quando se propõe a resolver um problema, dispõe igualmente de conhecimentos; ora, estes conhecimentos necessariamente foram produzidos antes da atividade cognitiva em questão. Nós nomeamos horizonte de retrospectção o conjunto destes conhecimentos antecedentes (AUROUX, 2008, p. 141).

Ao se considerar esse conceito, entende-se que todo e qualquer conhecimento produzido tem relação com a temporalidade e, portanto, faz-se necessária a investigação sobre a formação acadêmico-científica do autor, bem como de seu contexto sócio-histórico, visto que tais fatores tornam-se fundamentais para a interpretação da obra gramatical.

Ainda nessa perspectiva, a língua em si é vista como um fato social e, enquanto tal, lhe é intrínseco, inerente, o caráter normativo. Desse modo, a norma linguística não deve ser entendida senão como algo que provém do uso linguístico fixado socialmente e, portanto, como algo que surge dos falantes e, não, como algo que lhes é imposto.

Considerando-se esse conceito de norma linguística, entende-se que é da relação entre uso e norma que se estabelece a língua: a partir do uso adotado e fixado socialmente constitui-se a norma. Segundo Leite (inédito, p. 15), fundamentada por Coseriu (1987):

[...] é possível dizer que a norma é um filtro social do sistema, e que, naturalmente, o sistema é mais amplo que a norma, que se realiza a partir das possibilidades por ele oferecidas. O sistema, portanto, precede o uso e contém a norma, embora [...] o sistema se tenha formado em algum momento da história, com base no uso [...] (LEITE, inédito, p. 15).

Sob esse ponto de vista, a gramática normativa, instituída a partir de uma norma linguística, pelo processo de gramatização², exerce papel relevante, tanto culturalmente quanto como fator constituinte da ciência linguística. Também segundo Leite (2007, p. 21): “[...] a gramática tradicional deve ser considerada como um lugar em que se inscreve parte do saber sobre a língua, sobre a história do pensamento linguístico, o que, evidentemente, não pode ser desprezado”.

Observamos, ainda, que a norma descrita na gramática normativa corresponde à descrição de uma das normas da língua: a norma considerada culta e escrita. No entanto, observamos, da mesma forma, que essa norma sofre variações e mudanças por meio de processos sócio-históricos.

O objetivo deste trabalho é observar de que forma a teoria linguística funcionalista de Eugenio Coseriu (1987) é incorporada à *Moderna Gramática Portuguesa*, de

² “Por *gramatização* deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares do nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 2009, p. 65).

Evanildo Bechara (1999). Para comprovar a hipótese de que a referida teoria é utilizada pela obra em estudo, tomaremos como *corpus* de análise a segunda versão da *Moderna Gramática Portuguesa* (MGP), publicada em 1999.

A metodologia de trabalho será analisar a teoria gramatical apresentada por Bechara na introdução de sua obra e verificar como essa teoria é aplicada para a explicação do funcionamento da língua, através da observação dos tópicos que abordam a categoria gramatical “advérbio”.

2. Descrição do *corpus*

A segunda versão da *Moderna Gramática Portuguesa* apresenta significativas alterações em relação à versão anterior, publicada em 1961. Dentre essas alterações, a que mais se destaca (e mais especificamente nos interessa) é a aplicação da teoria linguística apresentada pelo autor para a explicação dos fatos da língua descritos na obra.

No Prefácio da 37ª edição, o próprio autor anuncia claramente a atualização da obra:

Difícilmente haverá seção da *Moderna Gramática Portuguesa* que não tenha passado por uma consciente atualização e enriquecimento: atualização no plano teórico da descrição do idioma, e enriquecimento por trazer à discussão e à orientação normativa a maior soma possível de fatos gramaticais levantados pelos melhores estudiosos da língua portuguesa [...] (BECHARA, 1999, p. 19).

Nesse trecho, Bechara deixa clara sua intenção de atualizar a obra no que tange à descrição e discussão da norma. Entendemos, assim, que o autor objetiva não apenas prescrever regras para o “bem falar” e para o “bem escrever”, mas, sobretudo, descrever fatos gramaticais recorrentes na norma padrão escrita da língua portuguesa.

Ainda no Prefácio, Bechara dedica a nova edição não só a M. Said Ali, mas também aos linguistas Eugenio Coseriu, J. G. Herculano de Carvalho e J. Mattoso Câmara Jr., e destaca sua preocupação em aliar “*uma científica descrição sincrônica a uma visão*

sadia da gramática normativa” (BECHARA, 1999, p. 20), o que reafirma sua intenção de efetivamente descrever fatos linguísticos observados e tornar sua gramática um instrumento que propicie ao leitor um estudo reflexivo sobre a língua portuguesa.

A Introdução da obra divide-se em dois itens: “Breve história externa da língua portuguesa” e “Teoria gramatical”.

No primeiro desses itens, o autor narra brevemente a história da língua portuguesa, determinando e descrevendo quatro períodos linguísticos pelos quais passou o que se denomina “português histórico” (documentado historicamente): *português arcaico* (séc. XIII ao final do XIV), *português arcaico médio* (1ª metade do séc. XV à 1ª metade do séc. XVI), *português moderno* (2ª metade do séc. XVI ao final do XVII, podendo-se estender aos inícios do séc. XVIII) e *português contemporâneo* (séc. XVIII aos nossos dias).

Esse item faz-se pertinente ao proporcionar ao leitor a visão de que o português, enquanto língua viva, sofreu e continua a sofrer variações e mudanças.

Em seguida, Bechara apresenta, em vinte e oito páginas, sua “Teoria gramatical”, organizada nos seguintes subitens:

- A) Linguagem: suas dimensões universais
- B) Planos e níveis da linguagem como atividade cultural
- C) Língua histórica e língua funcional
- D) Sistema, norma, fala e tipo linguístico
- E) Propriedades dos estratos de estruturação gramatical
- F) Dialeto – Língua comum – Língua exemplar. Correção e exemplaridade. Gramáticas científicas e gramática normativa. Divisões da gramática e disciplinas afins. Linguística do texto.

Um breve exame desses subtítulos dará clara indicação de que o autor realmente acresceu à obra ideias e conceitos explorados na Linguística moderna e que, se aplicados ao tratar dos tópicos gramaticais, podem atribuir-lhes um aspecto para além do prescritivo.

Para fundamentar a aplicação da teoria gramatical na MGP, tomaremos como base teórica a teoria da gramatização de Auroux (1988) e as teorias da norma de Coseriu (1987), Aleong (2001) e Leite (2007).

3. Fundamentação teórica

Como foi dito no início deste artigo, a gramática normativa tem sido, muitas vezes, alvo de críticas severas por parte de linguistas que a consideram obsoleta e artificial, por retratar uma norma da língua que, em grande parte, parece não corresponder àquela praticada pelos falantes do português em seu cotidiano. Os que assim pensam desconsideram o fato de que a língua não se apresenta sob a égide de uma única norma e que, portanto, a norma descrita na gramática prescritiva representa apenas uma das possibilidades de uso da língua.

Nesse sentido, Coseriu (1987) afirma:

A norma é, com efeito, um sistema de realizações obrigadas, de imposições sociais e culturais, e varia segundo a comunidade. Dentro da mesma comunidade linguística nacional e dentro do mesmo sistema funcional é possível comprovar várias normas (linguagem familiar, linguagem popular, língua literária, linguagem erudita, linguagem vulgar, etc.) [...] (COSERIU, 1987, p. 74-75).

Tal afirmação ressalta a existência de diferentes normas em uma mesma língua e nos faz pensar que todas as normas possíveis dentro de um dado sistema³ funcional são fatos sociais, estabelecendo-se com base nos atos linguísticos praticados pelos falantes de uma determinada comunidade linguística.

Em consonância à afirmação de Coseriu (1987), Aleong (2001) diz:

³ “O **sistema** é sistema de possibilidades, de coordenadas que indicam caminhos abertos e caminhos fechados: pode ser considerado como conjunto de ‘imposições’, mas também, e talvez melhor, como **conjunto de liberdades**, pois que admite infinitas realizações e só exige que não se afetem as condições funcionais do instrumento linguístico: mais que ‘imperativa’, sua índole é consultiva” (COSERIU, 1987, p. 74, grifos nossos).

Examinando as possibilidades estruturais de variação em toda língua e levando-se em conta as funções sociais da linguagem, pode-se [sic] conceber a norma linguística como o produto de uma hierarquização das múltiplas formas variantes possíveis segundo uma escala de valores que incide sobre a ‘conveniência’ de uma forma linguística em relação às exigências da interação linguística.

Formulada assim, esta definição permite evitar o risco que consiste em acreditar na existência de uma única norma linguística (ALÉONG, 2001, p. 152).

Ressaltamos, também, as considerações de Leite (2007) a respeito da norma linguística:

[...] sendo a língua um fato social, um objeto cultural, é por natureza normativa, no sentido de sua atualização ser, obrigatoriamente, do modo esperado, ou seja, do modo como todos os falantes a realizam historicamente. As variações e as mudanças ocorrem dentro desse quadro do “socialmente obrigatório”, em escala crescente, isto é, da variação para a mudança, de acordo com a imposição do grupo de falantes, para cada fenômeno linguístico.

Isso nos leva à consideração de que a língua, no que concerne a sua realidade ôntica, é, antes de tudo, um objeto cultural e, por isso, também um “dever ser”, portanto, normativa (LEITE, 2007, p. 23).

Sendo assim, entendemos que, de fato, ocorre que a norma descrita na gramática prescritiva (que corresponde, em geral, à norma culta escrita de uma língua) habitualmente goza de maior prestígio social e, muitas vezes, é considerada como o único “modelo correto” a ser seguido. No entanto, observamos que essa norma também sofre variações e mudanças por meio de processos sócio-históricos, revelando o que é realizado pelos falantes historicamente em situações de uso específicas e reafirmando a gramática como um objeto cultural mutável, dinâmico.

A nós interessa pensar que, sendo a norma descrita na gramática normativa uma das formas possíveis de realização em uma língua, o seu domínio (oral e escrito) se faz imprescindível para a participação nas situações de comunicação em que ela prevalece e, portanto, a gramática pode ser entendida como uma forma de instrumentalizar o falante de uma língua para a plena participação na vida social. Ainda segundo Auroux (2009):

A gramática não é uma simples descrição da linguagem natural; é preciso concebê-la também como um *instrumento linguístico*: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram juntas na competência de um mesmo locutor (AUROUX, 2009, p. 70).

Configurando-se como um instrumento linguístico, a gramática estará a serviço dos usuários da língua, possibilitando que ampliem sua competência linguística, já que, por meio dela, podem conhecer melhor os recursos oferecidos pela língua que usam e, por consequência, aplicá-los de forma consciente nas situações de comunicação, faladas ou escritas, das quais participam.

Nesse contexto, entendemos que o papel do gramático deve ser o de registrar e descrever um determinado uso da língua, com o objetivo de elaborar uma referência normativa sustentada por fatos registrados e aceitos como representativos da variante culta escrita.

Dessa forma, considerando que “toda descrição da língua se faz a partir de um texto efetivamente enunciado e não a partir de uma abstração” (LEITE, 2007, p. 23), a gramática normativa se insere no quadro da ciência da linguagem e, além de figurar como um instrumento linguístico, pode ser considerada um documento das línguas históricas, conforme nos diz Leite (2007):

[...] a gramática tradicional, embora seja um instrumento que veicula valores, principalmente os concernentes às ideias de cor-

reção e incorreção, ou de permitido e proibido, constrói-se sobre um conhecimento linguístico elaborado ao longo dos séculos, uma metalinguagem, e, quer queira quer não, registra aspectos de um estrato da língua (da modalidade falada ou da escrita), que constitui importante documento das línguas históricas (LEITE, 2007, p. 24).

Assim, cabe ao gramático, apropriar-se de uma teoria linguística que lhe possibilite realizar a descrição de uma norma de forma coerente. Bechara baseia-se, especialmente, na teoria funcionalista desenvolvida por Eugenio Coseriu, explorando os conceitos de “norma”, “sistema”, “fala” e “tipo linguístico”, que constituem os planos de estruturação de uma língua funcional.

Nossa premissa neste trabalho é a de que, procurando alinhar sua prática à nova orientação teórica apresentada, Bechara apresenta e analisa alguns tópicos gramaticais à luz do funcionalismo na segunda versão de sua *Moderna Gramática Portuguesa* (1999). Passemos, então, à verificação de como a teoria funcionalista se reflete na obra em análise.

4. O funcionalismo na MGP

Analisaremos alguns exemplos da aplicação da teoria funcionalista na *Moderna Gramática Portuguesa*. Para realizar essa análise, acreditamos que seja importante destacar, inicialmente, os conceitos de “língua histórica” e “língua funcional” explorados por Bechara (1999) na MGP.

Com relação à “língua histórica”, o autor diz:

Quando nos referimos a *língua portuguesa, língua espanhola, língua alemã* ou *língua latina*, fazemos alusão a uma língua como produto cultural histórico, constituída como unidade ideal, reconhecida pelos falantes nativos ou por falantes de outras línguas, e praticada por todas as comunidades integrantes desse domí-

nio linguístico. Entendido assim, esse produto cultural recebe o nome de *língua histórica*. [...]

Fácil é concluir que uma língua histórica encerra em si várias tradições linguísticas, de extensão e limites variáveis, em parte análogas e em parte divergentes, mas historicamente relacionadas. São analogias e divergências fonéticas, gramaticais e léxicas; por isso se diz que uma língua histórica nunca é o sistema único, mas um conjunto de sistemas (BECHARA, 1999, p. 37).

Nos sistemas que integram a língua histórica, Bechara aponta três aspectos diferenciadores: os *dialetos* (relativos a espaços geográficos), os *níveis* de língua (relativos a níveis socioculturais) e os *estilos* (relativos a situações do falar ou estilos de língua).

Sobre a língua funcional, observamos o seguinte:

Há contudo, uma realidade linguística idealmente homogênea e unitária, isto é, que se apresenta sintópica, sintrástica e sinfásica; em outras palavras, uma língua unitária quanto ao dialeto, ao nível e ao estilo: é a *língua funcional*, assim chamada porque é a modalidade que de maneira imediata e efetiva funciona nos discursos e nos textos (BECHARA, 1999, p. 38).

E, então, o autor reforça o fato de que deve ser a língua funcional o objeto de descrição estrutural e funcional em uma gramática e, portanto, há de se ter em mente que a gramática corresponderá a uma das possibilidades de uso da língua histórica.

A partir dessas considerações, verificaremos como se dá a descrição do tópico “Advérbio” na MGP.

Inicialmente, Bechara (1999) define “advérbio” da seguinte maneira:

Advérbio – É a expressão modificadora que por si só denota uma circunstância (de lugar, de tempo, modo, intensidade, condição, etc.) e desempenha na oração a função de adjunto adverbial: *Aqui tudo vai bem* (lugar e modo).

Hoje não irei lá (tempo, negação, lugar).

O aluno *talvez não* tenha redigido *muito bem* (dúvida, negação, intensidade, modo).

O *advérbio* é constituído por palavra de natureza nominal ou pronominal e se refere geralmente ao verbo, ou ainda, dentro de um grupo nominal unitário, a um adjetivo e a um advérbio (como intensificador), ou a uma declaração inteira:

José escreve *bem* (advérbio em referência ao verbo).

José é *muito* bom escritor (advérbio em referência ao adjetivo bom).

José escreve *muito* bem (advérbio em referência ao advérbio bem).

Felizmente José chegou (advérbio em referência a toda a declaração: José chegou; o advérbio deste tipo geralmente constitui um juízo pessoal de quem fala e constitui a cláusula comentário)⁴ (BECHARA, 1999, p. 287-288).

Ao analisar o trecho transcrito acima, assim como a descrição do tópico “advérbio” por completo na obra, verifica-se que o autor realiza uma descrição de caráter essencialmente tradicional dos advérbios; no entanto, é possível destacar alguns aspectos funcionais abordados por Bechara (1999) que admite o papel discursivo-textual dos advérbios, citando Eugenio Coseriu:

[...] No que toca particularmente a certos advérbios, merece atenção a camada da *antitaxe*⁵, que diz respeito à retomada ou substituição de uma unidade de um plano gramatical qualquer, já presente ou virtualmente presente ou previsto no discurso, pode ser retomada ou antecipada por outra unidade, num ponto do discurso individual ou dialogado [ECs.2, 38]. A substituição

⁴ Observamos que essa definição coincide exatamente com a definição de “advérbio” dada por Bechara na 1ª versão da *Moderna Gramática Portuguesa*, de 1967.

⁵ Antitaxe é “a propriedade mediante a qual uma unidade de qualquer estrato gramatical já presente ou virtualmente presente (“prevista”) na cadeia falada pode ser representada – retomada ou antecipada – por outra unidade de outro ponto da cadeia falada (quer no discurso individual, quer no diálogo) podendo a unidade que substitui ser parte da unidade substituída, com idêntica função ou mesmo zero. É o fenômeno muito conhecido no domínio dos pronomes que “substituem” (= “representam”) lexemas (palavras ou grupos de palavras), inclusive lexemas inexistentes como tais na língua, como é o caso dos pronomes “neutros” (*isto, isso, aquilo*), que podem referir-se a um fato, a uma circunstância ou a uma situação” (BECHARA, 1999, p. 49).

ou retomada já vinha sendo posta em evidência pela gramática tradicional no caso dos pronomes; mas a ação da antitaxe é mais ampla e vai desembocar no papel textual de alguns advérbios, como veremos a seguir.

Assim, não são advérbios mas substitutos de oração (pro-orações ou protextos) *sim, não, talvez, também*, quando retomam, como respostas, enunciados textuais:

Você vai ao cinema? — *Sim*.

Ela fez os exercícios? — *Não*.

Tu não foste escolhido? *Também*.

Estão no mesmo caso as unidades de valor circunstancial (advérbios) que aparecem em orações do tipo seguinte, mas que retomam 'estados de coisas' designados ou intuídos anteriormente, que exprimem relações ligadas ao sentido do discurso:

De fato nós saímos cedo.

Isto, *sem dúvida*, está errado. (BECHARA, 1999, p. 292, grifo nosso).

Além dos casos acima descritos, Bechara (1999) também aponta situações de uso em que alguns advérbios passam a funcionar no nível da cláusula, da oração ou do texto, conforme se observa a seguir:

Estes casos de antitaxe (retomada ou substituição) se combinam com outra camada de estruturação gramatical que é a *hipertaxe* ou *superordenação*, fenômeno pelo qual uma camada de nível inferior pode funcionar sozinha em camadas superiores. É o caso de advérbios em **—mente quando saem da camada no nível da palavra para funcionar no nível da cláusula e daí no nível da oração ou do texto**, em exemplos como:

Certamente!

Naturalmente!

ambos no nível da oração ou do texto, ou em:

Certamente ela não virá hoje.

Todos saíram ilesos, *felizmente*.

Naturalmente ele negará o que disse ontem.

todos no nível da cláusula comentário.

Portanto, a tais advérbios não se há de querer aplicar a série de características canônicas do advérbio que se acha exclusivamente preso às referências do núcleo verbal (BECHARA, 1999, p. 292-293, grifo nosso).

Vale observar, também, como o autor demonstra que alguns adjetivos podem assumir a função de advérbio:

Adverbialização de adjetivos - Muitos adjetivos, permanecendo imóveis na sua flexão de gênero e número, podem passar a funcionar como advérbio:

Fala *claro* na hora da sua defesa.

Compraram *caro* a fazenda.

Agora estão vivendo *melhor* (BECHARA, 1999, p. 294, grifo nosso).

Bechara (1999) observa, ainda, como alguns advérbios podem apresentar uma relação intensificadora gradual, assim como os adjetivos:

DIMINUTIVO COM VALOR DE SUPERLATIVO – Em linguagem familiar, pode-se expressar o valor superlativo do advérbio pela sua forma diminutiva, combinada com o valor lexical das unidades que com ele concorrem:

Andar *devagarzinho* (muito devagar, um tanto devagar).

Acordava *cedinho* e só voltava à noitinha.

Saiu *agorinha* (BECHARA, 1999, p. 295).

5. Considerações finais

Analisando o tratamento do tópico gramatical “advérbio”, este estudo pretendeu demonstrar como Evanildo Bechara busca ultrapassar os limites da prescrição em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, atribuindo-lhe, para além da função prescritiva, um caráter funcionalista-sociolinguístico.

Os exemplos apontados neste artigo demonstram como o autor buscou regis-

trar e analisar diferentes funções que os termos tradicionalmente denominados “advérbios” podem exercer em uma oração ou em um texto. Assim, apesar de não estabelecer uma ruptura com a teoria greco-latina e de se pautar em registros tipicamente do uso culto, da modalidade escrita da língua, o autor procura tecer uma descrição que abranja a língua em uso, em funcionamento.

O trabalho aqui realizado com o tópico gramatical “advérbio” representa uma pequena amostragem de como a abordagem da língua sob a perspectiva da teoria funcionalista pode possibilitar o registro e a análise de uma língua funcional de modo coerente.

Por fim, destacamos a necessidade de estudos complementares, que possam contribuir tanto para o aprofundamento das questões teóricas relativas ao tema abordado, quanto para a análise da descrição de outros fenômenos da morfologia e da sintaxe na *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara (1999), considerando-se a relevância desta obra para os cenários acadêmico e pedagógico brasileiros na atualidade.

Referências bibliográficas

ALÉONG, Stanley. Normas linguísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. In: BAGNO, Marcos (org.). *Norma linguística*. São Paulo: Loyola, 2001. p. 145-174.

AUROUX, Sylvain. *A questão da origem das línguas seguido de A historicidade das ciências*. Campinas: RG, 2008.

_____. *A revolução tecnológica da gramatização*. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa – Cursos de 1º e 2º graus*. 22.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

_____. *Moderna gramática portuguesa*. 37.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

COSERIU, Eugenio. *Teoria da linguagem e linguística geral I*. Trad. Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Presença, 1987. [1952]

LEITE, Marli Quadros. A influência da língua falada na gramática tradicional. In: PRETI, Dino (Org.). *Fala e escrita em questão*. 2.ed. São Paulo: Humanitas, 2001, p. 129- 155.

_____. *O nascimento da gramática portuguesa: uso e norma*. São Paulo: Humanitas/Paulistana, 2007.

_____. *A norma linguística: conceito e características*. Digitalizado, inédito.

LYONS, John. *Introdução à linguística teórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

Abstract: *This study aimed to investigate the manner in which the functionalist linguistic theory is incorporated into Evanildo Bechara's Moderna Gramática Portuguesa (Modern Portuguese Grammar). The corpus assessed was composed by the second version of that work, published in 1999. Having Auroux's (2009) theory of grammatisation and Coseriu's (1987), Aléong's (2001) and Leite's (2007) theories of norm as it's theoretical basis, the corpus analysis has been conducted to verify how the grammatical theory presented by Bechara in the Introduction of Moderna Gramática Portuguesa is applied herein to explain the functioning of language through the observation of a grammar topic. In order to analyze the theories that constitute a linguistic tool, this study pertains to History of linguistic ideas search field.*

Keywords: *traditional grammar; functionalism; grammatisation; linguistic norm; linguistic ideas.*

A ORALIDADE COMO RECURSO EXPRESSIVO NO CONTO “GAETANINHO”, DE ALCÂNTARA MACHADO

Denise DURANTE¹

Resumo: *Este trabalho reflete sobre as relações entre as linguagens falada e escrita por meio da análise da escrita literária, com foco no conto “Gaetaninho”, publicado no livro “Brás, Bexiga e Barra Funda” (1927), de Antônio de Alcântara Machado. O conto serve como ponto inicial para se identificar o aproveitamento de marcas da oralidade na literatura como parte do processo de ruptura do Modernismo brasileiro em relação às prescrições da gramática normativa, baseada nos modelos portugueses. O estudo tem como fundamentação os pressupostos da Análise da Conversação, em particular os trabalhos de Preti (1984), Marcuschi (2004) e Urbano (2006). Sobre os conceitos de fala e escrita, foram retomados os estudos de Koch e Oesterreicher (1985). São considerados igualmente os trabalhos de Barbosa (1973) e Lara (1980), autores que se dedicaram à ampla análise da obra de Alcântara Machado.*

Palavras-chave: *oralidade; escrita; estilística; literatura; modernismo.*

1. Introdução

A compreensão das estratégias para o levantamento de marcas de oralidade na escrita literária pode conduzir-nos, no contexto brasileiro, à análise da experimentação linguística na prosa modernista, em particular na primeira fase do movimento. O caráter nacionalista do Modernismo em nossa literatura está estreitamente relacionado

¹ Doutora em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, tendo sido orientada pelo Prof. Dr. Hudinilson Urbano. E-mail: denisedurante@uol.com.br.

com a exaltação da variedade falada brasileira da língua portuguesa, especialmente no seu registro coloquial. A relação indissociável entre literatura, linguagem e sociedade é destacada por Lara (1980):

A busca de uma linguagem literária brasileira, reencetada, após a fase pós-romântica, encontra na incorporação da fala coloquial um de seus mais ricos veios. Quebrar a rigidez formal do uso literário vigente, a Rui Barbosa e Coelho Neto, foi tarefa que o Modernismo assumiu, utilizando meios variados. A linguagem oral brasileira já estava bem afastada do português de Portugal. Esse foi um dos meios que o Modernismo utilizou para dinamizar a linguagem literária. A aproximação *Literatura brasileira/linguagem brasileira* se aliou a outro binômio: *Literatura brasileira/realidade brasileira*, compreendendo vida brasileira, psicologia de brasileiro. (LARA, 1980, p. 159)

A assimilação de registros falados ao texto literário apresentou historicamente oscilações em nosso país. Preti (1984, p. 103) aponta que o Classicismo, o Arcadismo, o Realismo-Naturalismo e o Parnasianismo adotaram posturas elitistas no que concerne à linguagem. Teyssier (1980, p. 89) ressalta que Machado de Assis e Rui Barbosa tenderam a assumir atitudes conservadoras no uso da língua em suas obras. Essa postura se diferenciou daquela assumida por José de Alencar, considerado um defensor da “língua brasileira” (PRETI, 1984, p. 107), e pelos autores do Modernismo, que incluíram, na prosa e na poesia, elementos específicos da oralidade, em especial a fala popular.

Um momento fundamental para a incorporação da expressão oral à literatura brasileira, como recurso estético, ocorreu no Romantismo, conforme salienta Preti (1984, p. 106). O autor esclarece que o estabelecimento do Romantismo se deu em um período de nossa história em que o consumo de textos literários se ampliou, em particular no ambiente urbano, como consequência do desenvolvimento do país. Preti (1984) ressalta que, no século XIX, a imprensa se utilizava da “nor-

ma urbana *comum*”, caracterizada pela mistura de registros cultos e populares. A linguagem dos periódicos exerceu influência sobre a literatura produzida pelos escritores românticos, cujas obras, conforme relembra Preti (1984), eram publicadas nos folhetins da imprensa.

No pré-modernismo, Lima Barreto é apontado por Barbosa (1973, p. 22) e por Preti (1984, p. 111) como o autor que renunciou algumas das posturas antipuristas e contrárias aos modelos portugueses de expressão literária assumidas pelos modernistas. A radicalização da valorização da “língua brasileira” e da ruptura com a norma padrão portuguesa se impôs, entretanto, no Modernismo. Foi no nível lexical que se expressou com mais vigor a incorporação dos variados registros da fala à linguagem literária, com a inclusão de estrangeirismos, regionalismos e neologismos, por exemplo. No nível sintático, a valorização da oralidade incidiu na colocação pronominal (aspecto manifestado, por exemplo, pelo uso do pronome *mim* com a função de sujeito do infinitivo e de pronomes retos com a função de objeto), bem como na adoção do verbo *ter* em lugar de *haver*, conforme identifica Preti (1984, p. 215).

O processo acima descrito se refletiu na obra do paulistano Antônio Castilho de Alcântara Machado d’Oliveira (1901-1935), sobre a qual nos deteremos neste trabalho. A renovação da linguagem literária estimulada pelo sentimento de exaltação da nacionalidade influenciou a produção de Alcântara Machado, cujo estilo e expressividade se manifestaram particularmente no livro de contos *Brás, Bexiga e Barra Funda* (1927). O primeiro conto da obra é “Gaetaninho”, o qual pode servir de amostra para a compreensão das estratégias utilizadas pelo autor para a aproximação da literatura aos registros coloquiais. A análise da linguagem do referido conto pode auxiliar-nos a compreender como efetivamente se deu no texto literário modernista o desejo de valorização da linguagem popular. Para realização da análise do conto, utilizam-se, neste estudo, os pressupostos teóricos da Análise da Conversação (cujos objetivos incluem a análise das relações entre textos falados e escritos). É igualmente imperativa para a referida análise

a retomada das reflexões de Barbosa (1973) e Lara (1980), visto que se trata de autores que se dedicaram intensamente ao entendimento da obra de Alcântara Machado.

2. Linguagens falada e escrita

Para melhor compreensão dos processos de incorporação da oralidade no conto “Gaetaninho”, de Alcântara Machado, pode-se recorrer às noções de “linguagem da imediatez” e “linguagem da distância” formuladas por Koch e Oesterreicher (1985), cujos estudos foram retomados por Marcuschi (2004) e Urbano (2006), entre outros, no contexto brasileiro de pesquisa linguística.

Para a caracterização das relações entre fala e escrita, os autores alemães consideram a diferenciação entre código fônico e código gráfico, no que concerne ao meio de expressão linguística, como uma dicotomia estrita. Além dessa distinção, Koch e Oesterreicher se detêm na diferenciação entre a concepção oral e a concepção escrita das mensagens. Tendo-se em vista essas distinções, consideram-se como combinações prototípicas: a concepção oral e o código fônico (exemplificada por uma conversa entre amigos); a concepção escrita e o meio gráfico (exemplificada por um ato jurídico). Ademais, é possível considerar as combinações: concepção escrita e meio gráfico (por exemplo, a conferência universitária); concepção oral e meio gráfico (por exemplo, uma entrevista publicada). Koch e Oesterreicher (1985) explicam que, no âmbito da concepção textual, há um contínuo de possibilidades, que é gradual e não-linear.

Ao focar essas diferenciações, Koch e Oesterreicher (1985) apontam aspectos que incidem sobre as chamadas “oralidade extrema” e “escrituralidade extrema”. No que concerne à troca de papéis entre os interlocutores, a linguagem oral se caracteriza pela dialogicidade, enquanto a monologicidade é inerente à escrita. A construção face a face da comunicação na oralidade permite que falante e ouvinte intervenham concomitantemente no texto, o que não ocorre na escrita. A distância espacial e temporal entre os enunciadores na comunicação escrita faz necessária a verbalização de

componentes dos contextos situacional e sociocultural, diferentemente da oralidade, na qual o conhecimento mútuo favorece a omissão de elementos do contexto. Além disso, o planejamento textual se manifesta com espontaneidade na oralidade extrema, enquanto o planejamento refletido é típico da escrituralidade extrema. Koch e Oesterreicher consideram ainda a expressividade e participação afetiva como características da oralidade que são restritos na escrita.

Os aspectos acima apontados também vêm sendo amplamente estudados, nas últimas décadas, pela Análise da Conversação². Como demonstra a análise de diversos *corpora*, a quase simultaneidade entre o planejamento do texto falado prototípico e a sua realização resulta em variadas marcas que evidenciam, na superfície dos textos, a construção processual da mensagem. Observam-se, portanto, no texto falado prototípico auto e heterocorreções, repetições, reformulações e hesitações, entre outros aspectos. Percebe-se também que o planejamento mais detido e refletido do texto escrito prototípico tem como consequência o controle do que se deseja ou não enunciar, de modo que se ampliam as possibilidades de excluir ou substituir palavras e frases, por exemplo, evitando-se repetições ou enunciados incompletos. Desse modo, o enunciatador pode oferecer ao coenunciador um texto sem marcas evidentes de sua formulação na superfície textual.

Cabe ressaltar que oralidade e escrita, conforme sublinham diversos autores dedicados à Análise da Conversação, não constituem usos melhores ou piores da língua. Cada modalidade possui recursos e mecanismos específicos, que se adaptam às intenções comunicativas dos usuários da língua.

Considerando-se o referido contínuo gradual de variações na concepção dos textos, pode-se observar como se realiza a incorporação de marcas específicas da oralidade nos textos literários, por exemplo. A especificidade da linguagem literária, como

² Cabe destacar, no contexto brasileiro, as pesquisas do Projeto NURC (Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta) e os trabalhos de Fávero, Andrade e Aquino (2002), entre outros.

produto estético e artístico, permite ao “enunciador-escritor” amplas possibilidades de pesquisa e experimentação sobre as estratégias para representação da oralidade. Cabe sublinhar o termo “representação”, visto não se tratar de mera transcrição ou “decalque” dos usos da fala espontânea. Nesse sentido, vale retomar as palavras de Azevedo:

Para se tornar autônoma, contudo, a escrita desenvolveu técnicas próprias, baseadas em convenções que fazem parte do nosso aprendizado como leitores. Um diálogo de ficção tem êxito, não por reproduzir a fala, e sim por evocá-la de tal maneira que os leitores a considerem convincente como representação literária (AZEVEDO, 2003, p. 26).

Aproximação da linguagem literária à oralidade se entrelaça com a busca pela verossimilhança e, em especial, no contexto da primeira fase do Modernismo brasileiro, com a intenção de se valorizar as variedades brasileiras populares de uso da língua portuguesa. A percepção efetiva da “recriação” da fala popular com finalidades expressivas no texto literário exige que o “coenunciador-leitor” acione seu repertório de conhecimentos sobre a língua, historicamente situada e permeada pela intencionalidade do escritor. Nesse sentido, vale mencionar as palavras de Pignatari sobre *Brás, Bexiga e Barra Funda*: “Alcântara Machado não arremeda a língua falada, mas a sedimenta em signo escrito, a ser resgatado pelo leitor segundo seu repertório oral” (PIGNATARI, 1997, p. 12).

3. Aspectos da linguagem de *Brás, Bexiga e Barra Funda*

O livro de contos *Brás, Bexiga e Barra Funda*, de Alcântara Machado, se inclui entre as obras da chamada “fase heroica” do Modernismo brasileiro. Conforme se indicou inicialmente neste estudo, a literatura modernista, nas primeiras décadas do século XX, se caracterizou pelo nacionalismo, sendo que essa postura não poderia se desvincular da escolha consciente da variedade de nossa língua a ser adotada pelos autores. O rechaçamento em relação ao padrão normativo gramatical português conduziu os

escritores modernistas a incluírem em seus textos usos, até então, considerados inadequados à expressão literária. Deve-se ressaltar, entretanto, que, conforme assinala Teyssier (1980, p. 90), a libertação na literatura da norma gramatical tradicional, ainda que definitiva, ocorreu com variações e oscilações entre os diversos autores.

Em *Brás, Bexiga e Barra Funda*, optou-se não apenas pela incorporação de aspectos da fala popular, mas também pela integração ao texto literário dos usos falados dos imigrantes italianos de bairros paulistanos. Alcântara Machado, na maioria dos contos de *Brás, Bexiga e Barra Funda*, oferece ao leitor retratos de figuras das classes populares, figuras essas cujo caráter e personalidade são construídos, na maioria dos casos, com a “reprodução” do dialeto ítalo-paulistano do início do século passado. Sendo assim, pode-se afirmar que a obra contém aspectos do chamado “dialeto literário” ou da “fala forasteira”, ou seja, correspondente a “vários processos usados para representar a maneira de falar de imigrantes, viajantes exilados, ou outros elementos alienígenas”, conforme explica Azevedo (2003, p. 81).

No “Artigo de Fundo” com que principia a obra de Alcântara Machado (vale lembrar que o autor era jornalista), o narrador alerta o leitor que *Brás, Bexiga e Barra Funda* não é um livro, mas, sim, um jornal, “membro livre da imprensa”. Ao final do “Artigo de Fundo” se expressa a intenção do “redator-chefe” do “jornal” de prestar uma homenagem aos “novos mamalucos”: “Inscrevendo em sua coluna de honra os nomes de alguns ítalo-brasileiros ilustres este jornal rende uma homenagem á força e ás virtudes da nova fornada mamaluca³” (MACHADO, 1982, p. 19).

A homenagem aos ítalo-paulistanos se reflete no emprego frequente de palavras e expressões italianas que se mesclam ao português nos contos: “Stai zitta!”, “Stai ferma!”, grita a mãe no conto *Lisetta*; “Spegni la luce! Subito! Mi vuole proprio rovinare questa principessa!”, diz o tripeiro Giuseppe Santini, no conto *Carmela*. A mescla de

³ Manteve-se, neste artigo, a ortografia apresentada na edição fac-similar de *Brás, Bexiga e Barra Funda* (São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Arquivo do Estado, 1982)

italiano e português se destaca no conto *A sociedade*: “Depois o doutor me dá a resposta. Só digo isto: pense bem”, “lá dimenticando de dizer” e “Repito un’altra vez”, são algumas das falas do personagem Salvatore Melli.

No plano formal, *Brás, Bexiga e Barra Funda* manifesta a influência do Futurismo pela concisão e agilidade da linguagem. Barbosa (1973, p. 41) destaca o estilo telegráfico e a simultaneidade como aspectos que relacionam a obra à linguagem cinematográfica. Observa-se igualmente no livro a influência dos meios de comunicação não-verbal, com o emprego de maiúsculas para registrar os gritos dos personagens, como ocorre em “Amor e Sangue”: “– Ei, Nicolino! NICOLINO!”. No conto “Corinthians (2) vs. Palestra (1)”, o grito da torcida é reproduzido com letras maiúsculas: “– CA-VA-LO!”. Alcântara Machado empregou também o recurso da “caixa-alta” e do negrito para imitar placas e cartazes, como está no conto “Amor e Sangue”: “QUITANDA TRIPOLI ITALIANA” ou “AO BARBEIRO SUBMARINO. BARBA: 500 réis. CABELO: 600 réis. SERVIÇO GARANTIDO.”

Na tentativa de representação da fala no texto literário, Alcântara Machado explorou elementos gráficos como a repetição de vogais e sílabas para expressar alongamentos nas falas dos personagens. É o que ocorre, por exemplo, no conto “Nacionalidade”: “– Chapéu! Chapéu-péu-péu!”. Em “Corinthians (2) vs. Palestra (1)”, lê-se: “– Go-o-o-o-oi! Corinthians!”. Deve-se mencionar também o truncamento de palavras com o apóstrofo e as reticências: “– O’...lh’a gasosa!”; “– Abr’a porteira! Rá! Fech’a porteira! Prá!”, no conto “Corinthians (2) vs. Palestra (1)”. Em “Lisetta”, a lamentação da personagem principal é expressa com reticências e repetições: “– Ahn! Ahn! Ahn! Ahn! Eu que...ro o ur...so! O ur...so! Ai, mamãe! Eu que...ro o...o...o... Ahn! Ahn!”.

4. A oralidade representada em “Gaetaninho”

A incorporação de marcas de oralidade caracteriza os vários contos de *Brás, Bexiga e Barra Funda*. Neste estudo, será observada essa incorporação ou representação no primeiro conto da obra, intitulado “Gaetaninho”. O personagem que dá título ao

conto é o protagonista, cujo sonho era passear de carro. O narrador onisciente apresenta Gaetaninho brincando de jogar bola com outros meninos ítalo-paulistanos “na rua do Oriente”, quando o garoto é atropelado por um bonde e morre. Ao ser conduzido de carro ao cemitério, o sonho de Gaetaninho “ironicamente” se realiza.

A passagem abaixo pode expressar como se elaborou, a nosso ver, a representação da oralidade em “Gaetaninho”:

Ali na rua Oriente a ralé quando muito andava de bonde. De automóvel ou carro só mesmo em dia de entêro. De entêro ou de casamento. Por isso mesmo o sonho de Gaetaninho era de realização muito difícil. Um sonho.

O Beppino por exemplo. O Beppino naquela tarde atravessara de carro a cidade. Mas como? Atrás da tia Peronetta que se mudava para o Araçá. Assim também não era vantagem.

Mas se era o único meio? Paciência (MACHADO, 1982, p. 24).

Pode-se observar como os personagens Beppino e tia Peronetta são apresentados pelo narrador com o emprego dos artigos definidos: “**O** Beppino por exemplo” e “**da** tia Peronetta”. Nessas passagens, os determinantes definidos *o* e *a* (com a preposição *de*) podem provocar efeitos de familiaridade e proximidade do leitor com o universo dos personagens. Em outras passagens do conto, ocorre uso semelhante: “*a* tia Filomena”, “*o* padre”, “*o* pai”, “*os* dois irmãos”, “*o* Vicente”, “*o* Nino”, “*o* Araçá”.

Conforme consideram Koch e Oesterreicher (1985), bem como a Análise da Conversação, um dos aspectos que caracterizam a oralidade é o fato de que há maior proximidade entre os falantes do que na escrita prototípica, visto que os interactantes compartilham de maior conhecimento mútuo sobre os elementos do contexto situacional e sociocultural. Essa proximidade resulta na possibilidade de omissão de diversos componentes contextuais.

Sendo assim, pode-se dizer que Alcântara Machado buscou aproximar seu texto dessa característica do texto conversacional espontâneo. Como na conversação es-

pontânea, narrador e leitor parecem compartilhar o mesmo conjunto de informações. Os personagens são introduzidos ao texto sem que haja referência anterior no contexto, o que pode promover, talvez, efeitos de familiaridade e proximidade com o leitor. Como observamos, o envolvimento emocional entre os interactantes constitui uma das características da interação oral. Poder-se-ia dizer, assim, que se trata de um texto que, ainda que veiculado pelo meio gráfico, incorpora um dos recursos que é típico da oralidade, de maneira que se pode considerá-lo como um texto escrito cuja concepção busca se assemelhar à do texto falado.

Nesse sentido, a concisão verbal e o apelo ao implícito podem ser considerados como características da concepção oral do conto “Gaetaninho”. Esses aspectos se manifestam no nível sintático do texto, como se pode verificar no trecho a seguir: “Ali na rua Oriente a ralé quando muito andava de bonde. De automóvel ou carro só mesmo em dia de entêrro. De entêrro ou de casamento” (MACHADO, 1982, p. 24).

No conjunto de três sentenças acima citadas, a coesão se dá por elipse. O sujeito e o verbo da primeira sentença (“ralé” e “andar”) não são retomados explicitamente pelo enunciador. Não se repete tampouco na terceira sentença a sequência “dia de”, presente na segunda sentença. Deve-se atentar igualmente para a ocorrência do vocábulo “entêrro” ao final de uma sentença e sua repetição logo no início da sentença seguinte: “De automóvel ou carro só mesmo em dia *de entêrro*. *De entêrro* ou de casamento”. Sendo assim, é possível dizer que a coesão por elipse e repetição parecem contribuir para a imitação ou recriação da construção gradual do texto falado, o qual se caracteriza pela quase simultaneidade entre o planejamento e a realização textual. Observemos, no trecho a seguir, o processo de construção de sentenças encadeadas e muito curtas: “Gaetaninho saiu correndo. Antes de alcançar a bola um bonde o pegou. Pegou e matou” (MACHADO, 1982, p. 28).

Destaca-se, nesse trecho, o emprego de “pegou” no final de uma sentença e logo no início da sentença seguinte. Essa repetição contém efeito de ênfase e expres-

sividade, visto se tratar do clímax da narrativa, em que se dá a morte de Gaetaninho. Procedimento semelhante é utilizado no trecho a seguir: “Gaetaninho ficou banzando bem no meio da rua. O Ford quase o derrubou e êle não viu o Ford. O carroceiro disse um palavrão e êle não ouviu o palavrão” (MACHADO, 1982, p. 23) .

A redundância lexical e sintática se manifesta, nessa passagem, como recurso estilístico e expressivo. A retomada de referentes ocorre com o recurso da repetição do mesmo item lexical e não por meio da coesão lexical por substituição: a marca *Ford* é repetida e não substituída por *automóvel* ou *veículo*, por exemplo. Estratégia de construção textual semelhante é utilizada na passagem: “O carroceiro disse um palavrão e êle não ouviu o palavrão”, a qual poderia ter a seguinte construção: “O carroceiro disse um palavrão e Gaetaninho não ouviu”.

Além de reproduzirem marcas típicas da oralidade, ao serem inseridas no texto literário, as passagens ora analisadas obtêm efeito expressivo. A repetição presente logo no início do conto evidencia a personalidade distraída de Gaetaninho, ou seja, uma das características mais importantes do personagem, visto ser aquela que o levará ao seu destino trágico. O aspecto repetitivo das frases que compõem várias passagens do conto não corresponde, evidentemente, a um uso “incorreto” ou “pior” da língua portuguesa. Trata-se, sim, de uma característica estética que amplifica o conteúdo expressivo da narrativa.

Observemos as repetições no trecho seguinte, em que se narra um sonho de Gaetaninho:

Que beleza rapaz! Na frente quatro cavalos pretos empenachados levavam a tia Filomena para o cemitério. Depois o padre. Depois o Savério noivo dela de lenço nos olhos. Depois êle. Na boleia do carro. Ao lado do cocheiro. Com a roupa marinheira e o gorro branco onde se lia: **Encouraçado São Paulo**. Não. Ficava mais bonito de roupa marinheira mas com a palhetinha nova que o irmão lhe trouxera da fábrica (MACHADO, 1982, p. 25).

Nessa passagem, destacam-se as três repetições do advérbio *depois*, no início de sentenças bastante curtas. Não se utilizam, nesse trecho, expressões para sequência temporal como, por exemplo, *em seguida*, *posteriormente* ou *após*. Ao conceber a narrativa como um texto que se aproxima dos usos da oralidade, o autor optou pelo estilo coloquial e espontâneo, com que se recria o ritmo de construção gradual e com menores marcas de planejamento que caracteriza a conversação espontânea. Cabe ressaltar que se trata de uma linguagem adaptada à linguagem do protagonista retratado, o que contribui para a verossimilhança da narrativa.

A seleção lexical de “Gaetaninho” também deve ser enfocada, pois se destaca o uso de expressões populares, como: “Êta salame de mestre!”; “Vá dar tiro no inferno!”; “Amassou o bonde”; “deu na cara”. O autor reproduziu também o uso da preposição *em* em vez de *a* na regência do verbo *ir*: “Então você não vai amanhã no entêrro” (MACHADO, 1982, p. 27). O emprego abundante de diminutivos (como, por exemplo, *instantinho*, *beicinho*, *devagarinho*, *bolinha*, *Gaetaninho*) é outro aspecto que confere expressividade ao conto e pode promover o envolvimento emocional do leitor com a obra.

5. Considerações finais

A partir da reflexão sobre algumas das estratégias utilizadas por Alcântara Machado para espelhar os usos da oralidade na literatura, pudemos obter por meio da análise do conto *Gaetaninho*, uma pequena amostra de como a literatura modernista realizou o objetivo de valorização da variedade brasileira do português. Conforme observamos, a recusa ao purismo linguístico e à postura conservadora em relação à linguagem literária não se limitou ao âmbito das escolhas lexicais, mas se estendeu ao nível sintático.

Além de oferecer um exemplo de como a prosa modernista intencionou aproximar a literatura da fala popular, *Gaetaninho* possibilita a reflexão sobre como os textos falados e escritos podem ser caracterizados pelo critério da concepção textual. Provavelmente, muito mais do que a dicotomia sonora e gráfico, o aspecto concepcional da

produção das mensagens pode ser um dos fatores que mais bem espelham as peculiaridades dos usos falados e escritos das línguas. Verifica-se, portanto, que os conceitos e análises elaborados pela Análise da Conversação podem ser utilizados como uma ferramenta para a análise e interpretação do texto literário, o que ilustra a multidisciplinaridade que caracteriza os estudos da linguagem.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Milton M. *Vozes em branco e preto: a representação literária da fala não-padrão*. São Paulo: EDUSP, 2003.

BARBOSA, Francisco de Assis. Nota sobre Antônio de Alcântara Machado. In: *Novelas Paulistanas: Brás, Bexiga e Barra Funda, Laranja da China, Mana Maria, contos avulsos*. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973, pp. 19-44.

FÁVERO, Leonor Lopes; **ANDRADE**, Maria Lúcia da Cunha V. de Oliveira; **AQUINO**, Zilda Gaspar Oliveira de. *Oralidade e escrita: perspectiva para o ensino de língua materna*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, Peter; **OESTERREICHER**, Wulf. Linguagem da imediatez – linguagem da distância: oralidade e escrituralidade entre a teoria da linguagem e a história da língua. Versão de Hudinilson Urbano e Raoni Caldas. *Revista Linha D'Água*, n. 26 (1). São Paulo, 2013, p. 153-74.

_____; _____. Sprache der Nähe – Sprache der Distanz. Mündlichkeit und Schriftlichkeit im Spannungsfeld von Sprachtheorie und Sprachgeschichte. In: *Romanistisches Jahrbuch*. Berlin/ New York: Walter de Gruyter, 1985.

LARA, Cecília de. A experimentação linguística na prosa. Primeiro momento: os modernistas. In: *Revista do IEB*, n. 22. São Paulo: 1980, p. 155-166.

MACHADO, Antônio de Alcântara. *Brás, Bexiga e Barra Funda: notícias de São Paulo*. Ed. fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Arquivo do Estado, 1982.

_____. *Novelas Paulistanas*: Brás, Bexiga e Barra Funda, Laranja da China, Mana Maria, contos avulsos. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Da fala para a escrita – atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2004.

PIGNATARI, Décio. Sabiá sem palmeiras. In: *Folha de S. Paulo*. Caderno Mais! São Paulo, 1997.

PRETI, Dino. *A gíria e outros temas*. São Paulo: T.A. Queiroz – EDUSP, 1984.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Trad. Celso Cunha. Lisboa: Sá da Costa, 1980. Coleção Nova Universidade.

URBANO, Hudinilson. Usos da linguagem verbal. In PRETI, Dino (org.) *Oralidade em diferentes discursos*. Série Projetos Paralelos. v. 8. São Paulo: Humanitas, 2006, p. 19-55.

Anexo – Gaetaninho

– Chi, Gaetaninho, como é bom!

Gaetaninho ficou banzando bem no meio da rua. O Ford quási o derrubou e êle não viu o Ford. O carroceiro disse um palavrão e êle não ouviu o palavrão.

– Eh! Gaetaninho! Vem pra dentro.

Grito materno sim: até filho surdo escuta. Virou o rosto tão feio de sardento, viu a mãe e viu o chinelo.

– Subito!

Foi-se chegando devagarinho, devagarinho. Fazendo beicinho. Estudando o terreno. Deante da mãe e do chinelo parou. Balançou o corpo. Recurso de campeão de futebol. Fingiu tomar a direita. Mas deu meia volta instantânea e varou pela esquerda porta adentro.

Eta salame de mestre!

Ali na Rua Oriente a ralé quando muito andava de bonde. De automóvel ou carro só mesmo em dia de entêrrro. De entêrrro ou de casamento. Por isso mesmo o sonho de Gaetaninho era de realização muito difícil. Um sonho.

O Beppino por exemplo. O Beppino naquela tarde atravessara de carro a cidade. Mas como? Atrás da Tia Peronetta que se mudava para o Araçá. Assim também não era vantagem.

Mas se era o único meio? Paciência.

Gaetaninho enfiou a cabeça embaixo do travesseiro.

Que beleza, rapaz! Na frente quatro cavalos pretos empenachados levavam a Tia Filomena para o cemitério. Depois o padre. Depois o Savério noivo dela de lenço nos olhos. Depois êle. Na boleia do carro. Ao lado do cocheiro. Com a roupa marinheira e o gorro branco onde se lia: ENCOURAÇADO SÃO PAULO. Não. Ficava mais bonito de roupa marinheira mas com a palhetinha nova que o irmão Ihe trouxera da fábrica. E ligas pretas segurando as meias. Que beleza, rapaz! Dentro do carro o pai, os dois irmãos mais velhos (um de gravata vermelha, outro de gravata verde) e o padrinho seu Salomone. Muita gente nas calçadas, nas portas e nas janelas dos palacetes, vendo o entêrrro. Sobretudo admirando o Gaetaninho.

Mas Gaetaninho ainda não estava satisfeito. Queria ir carregando o chicote. O desgraçado do cocheiro não queria deixar. Nem por um instantinho só.

Gaetaninho ia berrar mas a Tia Filomena com mania de cantar o “Ahi, Mari!” todas as manhãs o acordou.

Primeiro ficou desapontado. Depois quási chorou de ódio.

Tia Filomena teve um ataque de nervos quando soube do sonho de Gaetaninho. Tão forte que êle sentiu remorsos. E para sossêgo da família alarmada com o agouro tratou logo de substituir a tia por outra pessoa numa nova versão de seu sonho. Matutou, matutou e escolheu o acendedor da Companhia de Gás, seu Rubino, que uma vez Ihe deu um cocre danado de doído.

Os irmãos (êsses) quando souberam da história resolveram arriscar de sociedade quinhentão no elefante. Deu a vaca. E êles ficaram loucos de raiva por não haverem logo adivinhado que não podia deixar de dar a vaca mesmo.

O jogo na calçada parecia de vida ou morte. Muito embora Gaetaninho não estava ligando.

– Você conhecia o pai do Afonso, Beppino?

– Meu pai deu uma vez na cara dêle.

– Então você não vai amanhã no entêrro. Eu vou!

O Vicente protestou indignado:

– Assim não jogo mais! O Gaetaninho está atrapalhando!

Gaetaninho voltou para o seu posto de guardião. Tão cheio de responsabilidades.

O Nino veio correndo com a bolinha de meia. Chegou bem perto. Com o tronco arqueado, as pernas dobradas, os braços estendidos, as mãos abertas, Gaetaninho ficou pronto para a defesa.

– Passa pro Beppino!

Beppino deu dois passos e meteu o pé na bola. Com todo o muque. Ela cobriu o guardião sardento e foi parar no meio da rua.

– Vá dar tiro no inferno!

– Cala a bôca, palestrino!

– Traga a bola!

Gaetaninho saiu correndo. Antes de alcançar a bola um bonde o pegou. Pegou e matou.

No bonde vinha o pai do Gaetaninho.

A gurisada assustada espalhou a notícia na noite.

– Sabe o Gaetaninho?

– Que é que tem?

– Amassou o bonde!

A vizinhança limpou com benzina suas roupas domingueiras.

Às dezesseis horas do dia seguinte saiu um entêro da Rua do Oriente e Gaetaninho não ia na boleia de nenhum dos carros do acompanhamento. Ia no da frente dentro de um caixão fechado com flores pobres por cima. Vestia a roupa marinheira, tinha as ligas, mas não levava a palhetinha.

Quem na boleia de um dos carros do cortejo mirim exibia soberbo terno vermelho que feria a vista da gente era o Beppino.

Abstract: *This article aims to discuss the interrelation between spoken and written language through the analysis of the short story “Gaetaninho”, published in the book “Brás, Bexiga e Barra Funda”, by Antônio de Alcântara Machado. We use the above-mentioned short story to identify the presence of specific marks of orality in the Modernist literature as part of the rupture process adopted by that aesthetic movement against the normative grammar rules, based on language models adopted in Portugal. The theoretical input focused on Conversation Analysis. We used the studies of Preti (1984), Marcuschi (2004) and Urbano (2006), as well the researchs of Koch and Oesterreicher (1985). The works of Barbosa (1973) and Lara (1980) were used because these authors dedicated their attention to a wide analysis of Alcântara Machado literature.*

Keywords: *orality; writing; stylistics; literature; modernism*

A CANÇÃO DOS IMORTAIS DOS ÍNDIOS TICUNA

Edson Tosta MATAREZIO FILHO¹

Resumo: *A Festa da Moça Nova é ritual mais importante para os índios Ticuna. Entre os Ticuna, a moça que menstruou pela primeira vez fica reclusa até que seja aprontada sua festa. As questões que pretendo explorar ao longo deste artigo são por que se faz a Festa da Moça Nova? Qual a importância da esperada participação dos imortais na festa? Por fim, mostro a relação entre os imortais, os mitos que tratam da imortalidade, os instrumentos musicais executados no ritual e a Canção dos Imortais, canção esta que mostra o ponto de vista destes seres sobre as desventuras dos mortais em tentarem se imortalizar. O estudo realizado sobre a canção em foco, utilizando a metodologia de análises de canções desenvolvida pelo semiótico Luiz Tatit (1994 a 1999), pode indicar que (1) a canção expressa a inconformidade dos imortais com as negligências dos humanos, que os mantêm na condição em que estão; (2) a melodia da canção reflete e intensifica o lamento inconsolável dos imortais pela negligência dos mortais em não atenderem seu chamado.*

Palavras-chave: *Ticuna; semiótica da canção; etnologia; ritual.*

Introdução – a Festa da Moça Nova

Os Ticuna, falantes de uma língua isolada, conformam uma população atual de mais de 50 mil pessoas distribuídas entre Brasil, Colômbia e Peru (GOULARD, 2009, p. 15). No Brasil, constituem o mais numeroso grupo indígena, contando com mais de 46 mil indivíduos. Estão distribuídos ao longo da bacia do Rio Solimões (AM), com sua maior concentração no alto curso deste rio e apresentando também uma forte presença em cidades amazônicas.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Marcio Ferreira da Silva. Bolsista FAPESP. E-mail: sociais@hotmail.com.

O ritual mais importante para estes índios é a iniciação feminina, chamada Festa da Moça Nova (*Worecütchiga*)². Entre os Ticuna, a moça que menstruou pela primeira vez fica reclusa até que seja aprontada sua festa, saindo somente na manhã do último dia de festa. Durante estes rituais, espera-se que os imortais/encantados (*üünne*) visitem a festa para levar as pessoas que estão celebrando este rito de passagem feminino.

Por que se faz a Festa da Moça Nova?

As questões que pretendo explorar ao longo deste artigo são: porque se faz a Festa da Moça Nova? Qual a importância da esperada participação dos imortais (*ü'üne*) na festa? Por fim, mostro a relevância de se compreender a Canção dos Imortais³ (*ü'ünetchiga*), que mostra o ponto de vista destes seres sobre as desventuras dos mortais (*yunatü*) em tentarem se immortalizar. Utilizo, para tanto, a metodologia de análises de canções desenvolvida pelo semiótico Luiz Tatit (1994, 2002[1996]), que nos revela (1) esta inconformidade ou lamento expressa na letra da canção e (2) como a atual distância entre mortais e imortais é reforçada pelos grandes intervalos da melodia⁴.

Uma das razões que me foi indicada para fazerem a Festa – e que pretendo explorar mais detidamente neste artigo – é o fato de ela estar estreitamente relacionada com a imortalidade e o mito ticuna da origem da vida breve. Os mitos narram histórias de casas de festa que, com todos cantando e de porre (*ngaün*), subiram para o céu dos encantados/imortais (*uünne*). Existem tanto mitos que relatam o êxito em conseguir a imortalidade pelos participantes da festa, quanto mitos que contam como a imortalidade foi perdida.

² *Worecū* = “moça nova”, a menina que menstruou pela primeira vez. *Tchiga* é um termo da língua ticuna usado para se referir a diversas ideias relacionadas à “palavra”. Segundo a linguista Montes Rodríguez (2005, p.58), em um sentido amplo, *tchiga* corresponde à “palabra” de una “entidad mítica o humana, el significado de las cosas, la historia de algo ou alguien, las historias míticas”. Esta mesma autora dá os seguintes exemplos, *Yoitchiga* seria “la historia, el cuento, el mito y la palabra del héroe mítico Yoi”. *Cutchiga* pode ser traduzido como “tua história”, trata-se de um termo que aparece com frequência nos “cantos rituales de iniciación femenina posiblemente para referirse a todo el proceso vivido por la joven iniciada”.

³ Ao final do texto há uma transcrição e tradução da canção e uma transcrição melódica da canção nos padrões requeridos pelo método desenvolvido por Tatit.

⁴ Ver Anexo II – Transcrição melódica da Canção dos Imortais.

De certa forma, creio que os especialistas no ritual têm a esperança em alcançar a imortalidade através de uma festa bem realizada. Durante uma explicação sobre a letra da canção dos imortais, Francisco (Üpetücürüngütchiãcü) me disse o seguinte: “todo mundo tem que ficar dentro da casa para serem levados. Quando todo mundo está de porre a casa sobe. Antigamente, durante a festa da moça nova, aparecia um encantado para muitas moças e levava elas. Os encantados levavam todo mundo que estava na festa com ela”.

Fazendo a festa da forma correta, portanto, a casa inteira era levada para o Morügüne, lugar dos encantados. O problema é que hoje em dia, dizem os mais velhos, as pessoas não respeitam mais a sacralidade do ritual. As crianças olham os instrumentos, as pessoas saem para namorar no meio da festa e as moças namoram com os primos antes de fazerem sua festa.

Canção dos imortais

Ao longo deste artigo, pretendo desenvolver a hipótese de como a Canção dos Imortais (üünnetchiga) – entoada durante as Festas de Moça Nova – deixa claro o ponto de vista destes seres sobre a perda da imortalidade por parte dos mortais. Principalmente, a canção expressa a inconformidade dos imortais com as negligências dos humanos, que os mantém na condição em que estão.

Devemos ter em mente que a tensão semiótica de base, aquela entre sujeito (S) e objeto (O), é o que direciona o sujeito para o objeto da falta. Esta ideia é extraída de Freud, mas também podemos pensar, para nos aproximarmos mais do mundo primitivo, do universo do sacrifício. Afinal, o sacrifício cria uma quase-continuidade entre a vítima sacrificial e a divindade, entre S e O, uma tangente que (quase) une os dois (Viveiros de Castro, 2002; 2008)⁵.

⁵ “Recorrendo a uma alegoria matemática, diríamos que o modelo das transformações estruturais do totemismo é a análise combinatória, ao passo que o instrumento necessário para explorar o “reino da continuidade” (a expressão é de Lévi-Strauss) estabelecido pelas **metamorfoses intensivas do sacrifício remeteria, antes, a algo como o cálculo diferencial: imagine-se a morte da vítima como o traçar de uma tangente, a melhor aproximação à curva da divindade...**” (VIVEIROS DE CASTRO, 2008, grifo meu).

A imperfeição é o que constitui, portanto, o ser freudiano e greimasiano⁶. Ou seja, este ser é marcado por uma falta, uma imperfeição mesmo, e que será o motor de suas ações. Esta falta é que dará sentido, direção, aos seus atos em busca de preencher esta falta. Mais uma vez, adaptando melhor os termos da semiótica tensiva ao mundo ameríndios, prefiro usar o termo “devir” para denominar esta “falta” que direciona a busca do ser, como definido por Deleuze & Guattari (1972) e aclimatado para este terreno etnográfico por Viveiros de Castro. Ou seja, estamos diante de uma “conexão transversal entre heterogêneos” (VIVEIROS DE CASTRO, 2007, p. 117), entre mortais e imortais. A moça nova, durante o ritual, é mortal e imortal ao mesmo tempo. Contudo, devemos considerar que a imortalidade do cantor e das moças que são iniciadas no ritual é diferente daquela dos imortais (ü’üne). Assim como a “metamorfose” xamânica desterritorializa os termos transformados “para associá-los através de uma nova “conexão parcial”” (VIVEIROS DE CASTRO, 2007, p.116) – p. ex., como nos explica Viveiros de Castro sobre o devir xamânico, “tão logo o homem se torna um jaguar, o jaguar não está mais lá” (*ibidem*)⁷ –, quando um mortal se torna imortal durante a Festa, na verdade, ele se transforma num mortal-imortal. Daí o paradoxo ou a “condensação ritual”⁸, trata-se de uma imortalidade-mortalidade.

Então onde estaria esta “assimetria constitutiva” dos Ticuna? Assim como está tematizado numa infinidade de mitos ameríndios – especificamente os que formam o grupo chamado por Lévi-Strauss de mitos de origem da vida breve – a imperfeição foi fundada com a perda da imortalidade pelos mortais. A partir deste momento, resta aos

⁶ Notadamente, o último livro de Greimas chama-se “Da imperfeição” (2002).

⁷ “Nem metáfora, nem metamorfose, um devir é um movimento que desterritorializa ambos os termos da relação que ele estabelece, extraíndo-os das relações que os definiam anteriormente para associá-los através de uma nova “conexão parcial”. O verbo devir, neste sentido, não designa uma operação predicativa ou uma ação transitiva: estar implicado em um devir-onça não é a mesma coisa que virar uma onça. É o devir ele próprio que é felino, não seu “objeto”. Pois tão logo o homem se torna um jaguar, o jaguar não está mais lá.” (VIVEIROS DE CASTRO, 2007, p. 116).

⁸ De acordo com Houseman, “condensação ritual” seria “a atuação simultânea de modos de relação formalmente contrários: afirmações de identidade são ao mesmo tempo testemunhos de diferença; exibições de autoridade são também demonstrações de subordinação; a presença de pessoas ou outros seres é ao mesmo tempo corroborada e negada; segredos são simultaneamente dissimulados e revelados e assim por diante” (2003, p. 80).

mortais tangenciarem eternamente este estado, sem nunca alcançá-lo, nas Festas de Moça Nova. Portanto, esta análise deve tratar de uma tripla tomada em conta da (i)mortalidade: 1) a relação entre a letra da canção dos imortais e o motivo da vida breve nos mitos ticuna; 2) como a melodia da canção reflete e intensifica o lamento inconsolável dos imortais pela negligência dos mortais em não atenderem seu chamado; e, por fim, 3) como podemos pensar a cantoria da festa como uma immortalização dos cantores.

O chamado dos próprios imortais cria um “querer”, no sentido dado pela “semiótica tensiva”⁹. Ao chamarem os mortais está criada a tensividade passional que fará com que estes ajam em função de se immortalizarem. O chamado dos imortais é um evento inesperado no mito. Este chamado gera um desequilíbrio tensivo no espírito de quem é chamado. Aceitar ou não a immortalidade? Algumas histórias mostram personagens que atendem ao chamado. Em outras, algum desastre acontece que impede que o chamado seja atendido. Aos imortais resta questionar, como no refrão da canção: “Por que? Por que?”. Por que não atenderam ao chamado constante? Estávamos sempre por perto e vocês não percebiam, fizemos barulho no buritizal e vocês não percebiam, não agiam da maneira correta, não jejuavam para subirem com a gente para o céu.

O pensamento mítico ticuna admite, portanto, uma tensão criada no tempo do mito. Esta tensão é a separação entre mortais e imortais, ou, nos termos consagrados por Lévi-Strauss, é o próprio tema da origem da vida breve. O que pretendo mostrar

⁹ Lopes explica em seu artigo como, na chamada “semiótica tensiva”, sujeito e objeto funcionam como “investimentos passionais primordiais”, entendendo paixão aqui “como transformação do ser que leva a uma transformação no fazer que leva a uma transformação no ser do ator...” (1990, p.157). “Assim, o *ato de ser* de cada ator narrativo, dado o seu caráter antropomorfo, identifica-se com o *ato de querer*: se se retira o querer de um ator humano, ele perde a sua característica humana e se transforma numa coisa (só as “coisas” não tem um querer). Dessa forma, o ser humano é um ator cujo ser é, já em si mesmo, para dizê-lo com a expressão de Santo Tomás de Aquino, “um ato de tender para”: *esse est tendere*. A vida se faz, assim, ela é, primordialmente, um ato de paixão – de perspectivas que se estendem no rumo de um futuro infinitamente aberto, em cujo horizonte cada ser humano antevê a sua plena realização enquanto ser, naquele instante supremo da imersão do sujeito no seio do objeto, para a conjunção final. Aí, então, ficarão ambos a tal ponto identificados que desaparecerá qualquer possibilidade de distinguir um do outro, porque sujeito e objeto estarão fundidos e já não serão nunca mais *dois*, mas *um* e o mesmo *ente simples* (*simples*, quer dizer, completo, como se diz do ser que possui *en propre* tudo aquilo que é requerido para que ele surja como uno, acabado e perfeito, segundo a sua natureza). **Então, aquela tensão do querer que arremessava o ser do sujeito adiante de si mesmo, no rumo aberto à perspectiva de um infinito poder ser, se resolverá, identificados sujeito e objeto no mesmo ser primordial, na distensão eufórica de todos os nirvanas**” (1990, p.156-57, grifo meu).

nesta análise é um estudo das referências míticas da canção dos imortais, mas também como este tema da separação *tensa* entre mortais e imortais está presente na melodia da canção em foco. Ou seja, quando abordamos os contornos melódicos da canção dos imortais, estamos abordando os “acréscimos tensivos” depositados sobre os investimentos modais presentes na letra ou mesmo subentendidos nos mitos. Uma canção é bem construída, nos lembra Tatit, quando há uma ressonância entre o sentido que encontramos na melodia e na letra¹⁰.

No entanto, ao mesmo tempo em que deixa patente esta separação entre mortais e imortais, a canção, ou melhor, o simples fato de entoá-la nos rituais mostra também uma intenção de se immortalizar. Vejamos primeiro a consideração de Wisnik (1978) sobre o canto e a presença de um corpo vivo. Tomando como pressuposto o fato da língua ser um “sistema de diferenças”, diz o autor:

[...] o canto potencia tudo aquilo que há na linguagem, não de *diferença*, mas de *presença*. E presença é o corpo vivo: não as distinções abstratas dos fonemas, mas a substância viva do som, força do corpo que respira. Perante a voz da língua, a voz que canta é liberação: o recorte descontínuo das sucessivas articulações cede vez ao *continuum* das durações, das intensidades, do jogo das pulsações; as ondas menos periódicas da voz corrente dão lugar ao fluxo do sopro ritualizado pela recorrência (WISNIK, 1978, p. 12).

Neste sentido, portanto, acredito que podemos considerar esta referência de Wisnik – língua : *diferença* : voz que canta : *presença* – como análoga à proposição de Lévi-Strauss, de que o mito efetuará a passagem do contínuo ao descontínuo, enquanto o ritual operaria uma reversão disto, transformaria o descontínuo em contínuo (2011

¹⁰ “Produzir canções significa produzir compatibilidade entre letra e melodia” (TATIT, 2011[1997], p. 117). “Paralelamente aos investimentos modais disseminados no discurso linguístico e no discurso da canção, ocorre um **acréscimo tensivo expresso pelos contornos melódicos, onde se concentra grande parte dos conteúdos epistêmicos, cognitivos e volitivos da letra**” (idem, p. 118, grifo meu).

[1971]) . Ou seja, ao cantarem durante o ritual, os ticuna estariam atualizando o mito, atualizando suas relações com os imortais, no sentido de tentarem reatar uma ligação que os mitos narram como foi perdida. O que o mito e a linguagem estabelecem como descontinuidade e *diferença*, a palavra entoada em forma de canção no ritual afirma como *presença*, como continuidade.

A julgar pela opinião destes especialistas em canção, José Miguel Wisnik (1978) e Luiz Tatit (2002), a canção e a ideia de (i)mortalidade estão estreitamente relacionadas. Nas palavras de Tatit (2002):

“A voz que canta denuncia, para além de um certo corpo vivo, **um corpo imortal. Um corpo imortalizado em sua extensão timbrística.** Um corpo materializado nas durações melódicas. É quando o cancionista ultrapassa a realidade opressora do dia-a-dia, proporcionando viagens intermitentes aos seus ouvintes. É quando o cancionista tem o poder de aliviar as tensões do cotidiano, substituindo-as por tensões melódicas, em que só se inscrevem conteúdos afetivos ou estímulos somáticos.” (TATIT,2002[1996], p.15, grifo meu).

Podemos transpor este raciocínio para a canção do *Uünne* (imortais) da seguinte forma. A tensão que existe entre não serem imortais e a possibilidade de serem, ou terem sido. Qual é a “tensão do cotidiano” no caso ticuna: eles são mortais porque o incesto ainda está presente, os jovens ainda namoram antes do momento certo, as pessoas não fazem mais jejum para os imortais e quando estes os chamam eles não percebem. Estas tensões quando passam para o plano melódico revelam vogais alongadas e saltos intervalares que intensificam os conteúdos afetivos presentes no texto.

Devemos ter em mente que o eu lírico desta canção é um imortal (ü'ünne), e temos diversas implicações devido ao fato de ele estar entoando uma canção, não simplesmente falando para os mortais. As tensões melódicas dos saltos intervalares estão presentes, portanto, nas lamentações dos imortais. Contudo, no final a melodia se esta-

biliza numa ascendência-descendência regular. Tudo indica que o final aponta uma saída para a condição atual de mortais dos ticuna: na casa de festas eles nunca irão morrer.

O trecho de Tatit (2002), acima, vai ao encontro do que Lévi-Strauss (2004 [1964]) propõe na *Abertura de O Cru e o cozido*, ao estabelecer o “caráter comum do mito e da obra musical”, mas com relação ao ouvinte da música. “[T]udo se passa”, diz o antropólogo, “como se a música e a mitologia só precisassem do tempo para infligir-lhe um desmentido. Ambas são, na verdade, máquinas de suprimir o tempo”. E conclui o autor, que “[a] audição da obra musical, em razão de sua organização interna, imobiliza, portanto, o tempo que passa; como uma toalha fustigada pelo vento, atinge-o e *dobra-o*. De modo que ao ouvirmos música, e enquanto a escutamos, atingimos uma espécie de imortalidade.” (2004 [1964], p. 35). Não seria esta a própria “teoria” ticuna de como se atinge a imortalidade cantando no ritual?

Temos aqui, portanto, duas imortalidades: a do cantor – o corpo imortal da voz que canta¹¹ – e a do ouvinte de música – inserido num tempo suprimido. O que temos, portanto, é uma canção que demonstra a noção ticuna da relação entre a música e a imortalidade, neste caso, principalmente do cantor. Quem está falando na canção dos imortais são os próprios imortais, o eu lírico da canção. Contudo, a canção é entoada por uma pessoa que está viva, o corpo vivo presentificado na canção. Para além de uma letra que fala das possibilidades passadas e presentes de imortalidade, o fato de entoar uma melodia imortaliza o corpo em sua “extensão timbrística”. A canção que se refere à imortalidade e que imortaliza um corpo em suas “durações melódicas” reflete esta concepção na própria extensão da canção, que vai aos extremos da tessitura vocal do cantor, exigindo inclusive o recurso ao falsete.

Sztutman (2009), comentando o texto “A análise estrutural dos mitos”, de Lévi-Strauss (2008), revela numa nota de seu texto que “Lévi-Strauss atenta aí para o fato de que a lógica do pensamento mítico revela uma dialética sem síntese, em que contradições são resolvidas por novas contradições...” (SZTUTMAN, 2009, p. 297). Ou seja, uma con-

¹¹ “Dessa singular convivência entre o corpo vivo e o corpo imortal brotam o efeito de encanto e o sentido de eficácia da canção popular” (TATIT, 2002 [1996], p. 16).

tradição apontada pela narrativa contada na canção é transposta para a melodia. Neste caso específico da canção dos imortais, a distância irreduzível entre mortais e imortais é transposta para a melodia, com seus saltos intervalares exagerados, criando uma distância entre sujeito (mortais) e objeto (o estado de imortalidade). Contudo, o que temos na canção é a relação (a distância) dada entre eles, mas, novamente, o eu lírico da canção é um imortal. Deste modo, estes últimos se colocam, por meio da elocução da canção, como sujeitos da relação. Os mortais são os objetos distanciados. Mas há outro porém. Ao ser encarnada por um cantor, este se imortaliza entoando a canção, suspende o tempo cronológico. Ao menos durante o ritual, ao entoar a canção, o cantor se torna imortal¹².

Durante a maior parte de sua duração, a canção dos imortais não é moderada na exploração da tessitura. Sobe até tons bem agudos, tanto que o cantor recorre a falsetes, algo comum entre os cantores ticuna. Temos aqui, portanto, uma característica da passionalização atuando dentro dos blocos melódicos recorrentes, característicos da tematização. O “projeto geral de dicção do cancionista” (TATIT, 2002 [1996], p. 24) consistiria nestes dois processos – passionalização e tematização –, aliados à figurativização, que analisaremos mais adiante.

Quanto ao traço de passionalização que podemos notar nesta canção, sua tendência básica é a desaceleração, quando são valorizados os “tons”, as “alturas”, as “notas” (1994, p.97).

“[C]ada nota passa a ser ampliada em sua duração valorizando os contornos melódicos do percurso sintagmático e se compatibilizando, assim, com letras que acusam um distanciamento entre sujeito e objeto cuja tensão é resolvida por algum tipo de busca narrativa. Trata-se, quase sempre, de um sujeito que sente falta

¹² Contudo, devemos ter em mente aqui que a imortalidade do cantor e das moças que são iniciadas no ritual é diferente daquela dos imortais (ü'üne). Assim como a “metamorfose” xamânica desterritorializa os termos transformados “para associá-los através de uma nova “conexão parcial”” (VIVEIROS DE CASTRO, 2007, p. 116) – p. ex., como nos explica Viveiros de Castro sobre o devir xamânico, “tão logo o homem se torna um jaguar, o jaguar não está mais lá” (*ibidem*) –, quando um mortal se torna imortal durante a Festa, na verdade, ele se transforma num mortal-imortal.

de um objeto, associado a uma meta, mas que mantém conjunção com o valor, a duração, a direcionalidade ou o percurso que leva a esse objeto” (TATIT, 1994, p.95-6).

Existe uma fratura inicial, entre os mortais e a imortalidade, causada pela negligência dos primeiros. Esta fratura está reforçada pela tensão dos grandes intervalos da melodia, revelando a “disjunção imediata com o objeto” – ou seja, os mortais não atenderam ao chamado dos imortais –, mas ainda “em conjunção à distância com o valor do objeto” - a própria inconformidade dos imortais com a atual separação e a esperança de uma conjunção¹³.

Contudo, apesar de termos saltos intervalares bastante acentuados, eles compõem temas que são recorrentes durante toda a parte central da música – exceto no começo e final –, uma característica do que Tatit (1994) chama de “tematização”. Ou seja, a parte central da canção é composta por apenas alguns motivos, aparentemente dois, que se repetem ao longo de seu desenvolvimento. Esta alternância dos dois motivos impulsiona a evolução da melodia. Mas o que predomina, em termos de desenho motivico, é uma involução da melodia, isto é, um “retorno ao proto-actante indiferenciado, à fusão original, na medida em que seu curso prima por evitar a orientação” (TATIT, 1994, p. 76).

Com relação à exploração da tessitura, a canção diminui sua extensão no final, com blocos melódicos recorrentes de pouca extensão vocal. A “concentração melódica” que temos no final da canção aponta para a reparação da disjunção entre sujeito (os imortais, sujeitos da canção) e objeto (o estado de imortalidade a quem os imortais se referem)¹⁴. Deste modo, os imortais lamentam a ruptura inicial e os saltos intervalares refor-

¹³ “A passionalização melódica é esse tempo de espera ou de lembrança (cuja definição depende da letra), essa duração que permite ao sujeito refletir sobre os seus sentimentos de falta e viver a tensão da circunstância que o coloca em disjunção imediata com o objeto e em conjunção à distância com o valor do objeto. Por isso, a extensão passional é também a exploração de outros espaços de tessitura” (TATIT, 1994, p. 99).

¹⁴ “**A noção de concentração melódica pressupõe que, nas instâncias fundamentais do percurso gerativo da significação (a ser estudado no próximo capítulo), a junção sub-objetiva esteja fraturada** em virtude de uma apreensão descontínua da forma pelo sujeito da enunciação. O próprio **sentido da concentração** – definido por forças de convergência a um centro – já acusa um **movimento de reparação de um conteúdo (ou de um tema) que se dispersou, suspendendo os elos sub-objetivos**” (TATIT, 1994, p. 73, grifo meu).

çam esta tensão. Entretanto, a voz que canta presentifica sua imortalidade potencial, no que é intensificada pelo recorrente tema melódico, que enfatiza, repito, o “retorno ao proto-actante indiferenciado, à fusão original” entre sujeito e objeto / estado de imortalidade e mortais. Daí o interesse em pensar este retorno como um devir, pois neste momento o cantor e as moças iniciadas se tornam mortais-imortais, a um só tempo (ver nota 10).

No caso da canção em foco, os “compositores” são os imortais. Trata-se, portanto, de um mito cantado com autor, mas cujo autor – como ocorre com as canções compostas por Yoi, herói mítico ticuna – é um ser mítico. O que temos aqui é uma concepção de Tempo ticuna, embutida nesta canção. Retomando uma passagem d’*O cru e o cozido*, a obra musical e o mito são os “regentes de orquestra” e seus ouvintes, seus “silenciosos executantes”. Desta maneira, o ouvinte se “imortaliza” anulando a inexorabilidade do Tempo. Mas quais as consequências de uma canção “composta” pelos imortais e dirigida para os mortais? Seria, então, uma reflexão sobre a imortalidade – ou as possibilidades de alcançá-la – enviada da forma mais adequada, cantada, ou seja, operando a suspensão temporal típica das obras musicais e do mito, tornando também o ouvinte imortal?

Seria difícil pensarmos numa canção, do nosso cancionário em português, com tão grandes saltos intervalares e um alongamento das vogais finais nas frases que fosse cantada numa ocasião festiva, para dançar. Entretanto, por que uma canção tão lamentosa como esta dos imortais é cantada num ritual no qual se dança quase ininterruptamente? A resposta pode estar na sintaxe melódico-temática da canção. As unidades menores, os motivos da canção são claramente passionais, indicam uma distância radical entre sujeito e objeto, mortais e imortalidade, vida e morte. E do ponto de vista de um imortal. Contudo, tomando a canção como um todo, podemos observar a reiteração destes grandes motivos, quase sem alteração, apenas um estreitamento cada vez maior entre a nota mais alta e a mais baixa do fraseado. Sendo que no final da canção ocorre uma estabilização, uma periodização do motivo final, terminando a canção numa “direcionalidade temática” (TATIT, 2011 [1997], p. 140).

4. Considerações finais

As análises até aqui nos levam a elaborar uma hipótese arriscada. Podemos dizer que dois aspectos da estética do canto ticuna tornam algumas de suas canções praticamente desprovidas de figurativização¹⁵: o uso do falsete e os saltos intervalares enormes, em algumas canções. Ambos os aspectos caminham juntos, já que os grandes saltos que encontramos na canção dos imortais são possibilitados pela alternância entre o falsete e a voz “normal”. Contudo, esta canção não está totalmente desprovida de melodia figurativa, existem passagens em que é nítido o excesso de sílabas numa frase melódica, em contraste com a mesma frase dita anteriormente com uma sílaba para cada nota. Nestes pequenos momentos, a melodia é quase apagada em proveito de uma letra mais longa, por exemplo, no lugar onde caberiam apenas algumas sílabas. Estes pequenos efeitos figurativos presentes na canção dos imortais revelam uma voz humana executando a canção.

Contudo, a língua ticuna é tonal, ou seja, é “cantada”, os Ticuna possuem uma variação melódica no próprio falar, que é fruto da combinação dos padrões prosódicos (entonação) com os valores tonais definidos por unidades fonológicas supra-segmentais. De acordo com uma das principais especialistas na área, a língua ticuna possui cinco níveis de alturas fonéticas, “um caso único na América do Sul” (SOARES, 2000, p. 17). Tal quadro, portanto, nos autoriza a buscar exemplos de análise em povos mais distantes. O estudo de Hai (2008) mostra que a língua vietnamita possui seis tons diferentes para cada sílaba, o que confere a palavra falada um movimento cantante. Nesta língua, existem diversas distinções de emissão vocal: falado, recitado, salmodiado, declamado e cantado. Ainda que uma pessoa declame uma poesia no âmbito de mais de uma oitava, que soaria para nós como um canto, não se diz que ela está cantando (Hai, 2008, p.327). Como se trata de uma língua tonal, o critério de distinção entre declamar um poema e

¹⁵ Nas palavras de Tatit, a figurativização é “a neutralização dos investimentos melódicos. A melodia figurativa é dessemantizada tal como a entoação linguística que se dissolve no instante em que o texto é compreendido pelo falante (...) A melodia radicalmente figurativa não pretende dizer além do que já está no texto linguístico. Passaria muito bem sem ser notada: figurativiza a fala cotidiana” (TATIT, 2011[1997], p. 142).

cantá-lo não pode ser a variação melódica, como estamos habituados ao ouvir nossas canções. A distinção entre declamar e cantar para um vietnamita é dada pelo ritmo que se imprime ao poema (Hai, 2008, p.331).

O que proponho aqui (a hipótese), portanto, é que numa língua natural que possui cinco níveis de alturas fonéticas, estes dois aspectos, o falsete e os grandes saltos, são os elementos que distanciam o ato de cantar da fala cotidiana, ou seja, da própria figurativização. Caso as canções ticuna possuíssem saltos intervalares pequenos, em nada diferiria da fala do dia a dia, portadora de uma variação melódica mais acentuada que nas línguas não tonais.

Referências bibliográficas

DELEUZE, Gilles; **GUATTARI**, Félix. *L'Anti-OEdipe. Capitalisme et schizophrénie*. Paris: Minuit, 1972.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Da imperfeição*. Trad. Ana Cláudia Oliveira. São Paulo: Hacker, 2002.

GOULARD, Jean-Pierre. *Entre Mortales e Inmortales – El Ser según los Ticuna de la Amazonía*. CAAAP, CNRS-MAEE-IFEA, Lima, 2009.

HAI, Tran Quang. Acerca da Noção de Palavra Falada e Cantada no Vietnã. In: MATOS, Cláudia Neiva de; TRAVASSOS, Elisabeth; MEDEIROS, Fernanda Teixeira (Orgs.). *Palavra Cantada: Ensaios Sobre Poesia, Música e Voz*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

HOUSEMAN, Michael. O Vermelho e o Negro: um experimento para pensar o ritual. *MANA* 9(2):79-107, 2003. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v9n2/17933.pdf>

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O cru e o cozido*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004 [1964].

_____. Finale. In: *O Homem Nu*. São Paulo: Cosac & Naify, 2011 [1971], p. 603-670.

_____. A análise estrutural dos mitos. In: *Antropologia estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LOPES, Edward. Paixões no espelho: sujeito e objeto como investimento passionais primordiais. *Cruzeiro Semiótico*, n. 11-12, 1990.

MONTES RODRÍGUEZ, María Emilia. *Morfosintaxis de la lengua tikuna*. Colección Lenguas Aborígenes de Colombia, Descripciones 15. Ed. Universidad De Los Andes Centro De Estudios Socioculturales – CESO – CCELA, 2005.

NIMUENDAJU, Curt. *The Tukuna*. American Archeology. Berkeley & Los Angeles University of California Press, 1952.

SOARES, M. Facó. *O supra-segmental em Tikuna e a teoria fonológica*. Volume I: Investigação de aspectos da sintaxe Tikuna. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

SZTUTMAN, Renato. Ética e profética nas Mitológicas de Lévi-Strauss. *Horizontes Antropológicos*. Ano 15, n. 31. Porto Alegre, jan./jun. 2009, p. 293-319.

TATIT, Luiz. *Semiótica da Canção: Melodia e Letra*. São Paulo: Escuta, 1994.

_____. *O Cancionista*. São Paulo: Edusp, 2002 [1996].

_____. Da Tensividade Musical à Tensividade Entoativa. In: *Todos entoam: ensaios, conversas e canções*. São Paulo: Publifolha, 2007 [1999].

_____. Tempo e tensividade na análise da canção. In: *Musicando a Semiótica: Ensaios*. São Paulo, AnnaBlume, 2011 [1997].

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Filiação Intensiva e Aliança Demoníaca. *Novos Estudos CEBRAP*, 77, 2007, p. 91-126.

_____. Xamanismo Transversal – Lévi-Strauss e a cosmopolítica amazônica. In: QUEIROZ, Ruben Caixeta de; NOBRE, Renarde Freire (Org.). *Lévi-Strauss Leituras Brasileiras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

WISNIK, José Miguel. Onde não há pecado nem perdão. *Almanaque Cadernos de Literatura e Ensaio*. v. 06, 1978, p. 11-16.

Anexos

Anexo I - Tradução da Canção dos Imortais

“O *uüne* que canta essa música. Ele ensinou para os Ticuna que cantam ela na Festa da Moça Nova” (Ondino, cantor ticuna)

Tücüena, tücüena

“Por que, Por que?”

Pa yui, yui

“Mortais, Mortais” Refrão

Pa yunatüta

“Muitos mortais”

Tau’ünmani, rü tau’üturü

Não, Não

Pefaega’ü, Pefaega’ü, (tücüena)Pefaega’ü

“Vocês não estão sabendo”

[Estávamos perto mas vocês nunca perceberam. Esta perto mas as pessoas não estão vendo.]

Marütchiré, Marütchiré

“Já, Já”

Rü pepewa, pepewa, pepewa

Pemaucü, tauätchiã } 2X

“Eu tenho pena de vocês”

[*Uüne* tem pena de quem não está vendo ele]

Rü tücüena, tücüena

“Por que, por que”

Rü tau’ütürü rü tau’ütürüwai

“Não, vocês não nos conheciam”

Dauega’ü, dauega’ü

“Vocês não nos viam”

Erüwai, erüwai

“Por que, por que”

Aüriütchi

Muitos 2X

Peyunatugü

Mortais

Tücüena, rü tücüena

“Por que, porque”

Tau’ütürüwai, tocatürü

Pe aure’ü, pe aure’ü

Vocês não nos conheciam, não jejuavam para nós

Pe aure’ü, pe aure’ü

“A gente teria levado vocês naquela casa”

Ngemaücü } 2X

“Lá [naquela casa]”

Düawacü rü naane rü taetünameegü, taetünameegü

“Pode ser que acabe o mundo, naquela casa vocês se salvarão”

Ngemaücü } 2X

“Lá [naquela casa]”

Rü Taurüpe’ü

“Não vai acontecer nada com vocês / nunca vão morrer”

Nawaücü ya Morugünë”

“Lá na casa Morugünë”

Rü Taurüpeü

“Não vai acontecer nada com vocês / nunca vão morrer”

Refrão 2X

“E na sua frente”

Rü bubuetü, bubuetü

[Um grande lugar descampado, com mato baixo. Pode ser uma capoeira bem grande. Um rio também é *bubuetü*.]

Rü temanecüma, rü temanecüma

“E no meio do bunitizal”

Rü nga’ ünecüwa

“No meio”

Rü nga' üwama

“No meio” [a mesma palavra cantada diferente na música]

Rü pepewa, pepewa

“Na sua frente” [para muitas pessoas]

Tadudue'ũ, Tadudue'ũ

“Batendo”

[Os imortais estão batendo no buritizeiro, que está no *bubuetü*, na frente de todo mundo, mas ninguém está vendo. Eles querem que os mortais os percebam.]

Refrão 2X

Duwaucü, duwaucü

Refrão 2X

Tocatürü pe auregutchi

“Se vocês tivessem jejuado para nós”

Tocatürü, pedawama

“Vocês veriam a gente”

Refrão 2X

Guaniya'ĩ, guaniya'ĩ

“Aquela, aquela”

Rü totchĩ'ũ

“Nossa casa”

Ya Morugünẽ, morugünẽ

[Nome da casa dos *uüne*, onde *Yoi* morava e fazia festa com *Tooena*, a sobrinha (*ta'a* - ZD) que ele matou.]

Ya Tchuegünẽ

“A casa vira no ar e some” [Este é o sobrenome da casa]

Totchĩ'ũ } 2X

“Nossa casa”

Pe tocatürü, pe auregutchi } 2X

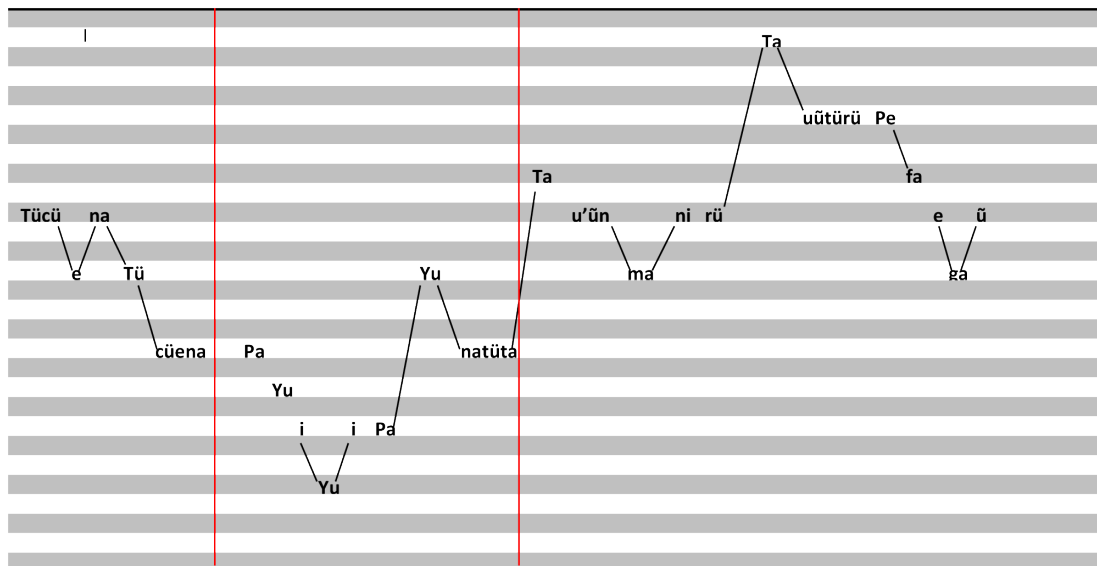
“Se vocês tivessem jejuado para nós”

Nawaücü rü pe ütürü

tagagücüra'ũ } 2X

Anexo II – Transcrição melódica da Canção dos Imortais

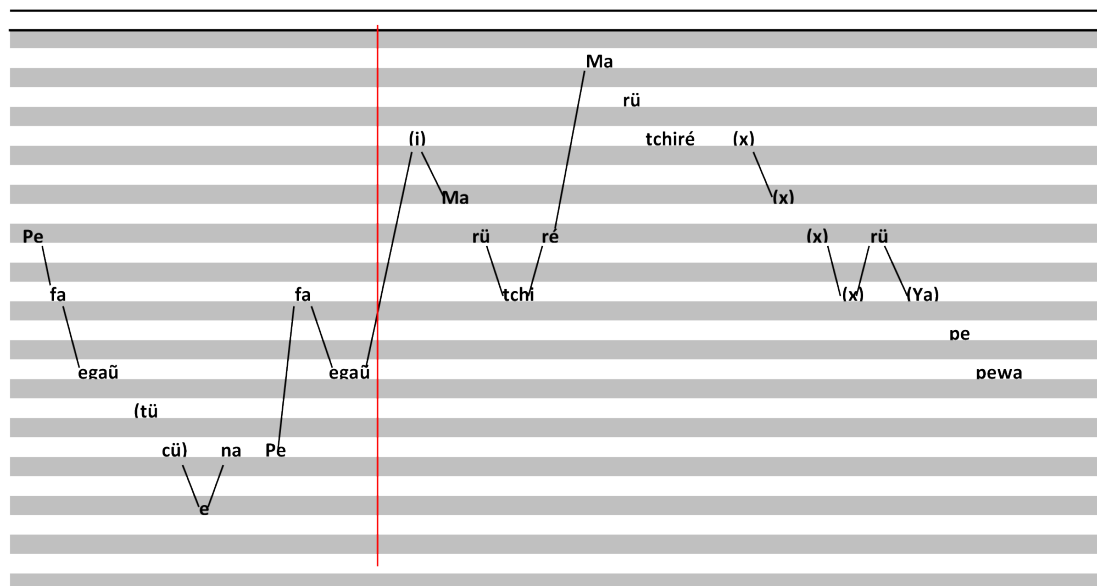
Anexo II – Transcrição melódica da Canção dos Imortais. Cada linha corresponde a aproximadamente um semitom. A linha vertical indica uma duração maior da nota.



Por que, Por que?

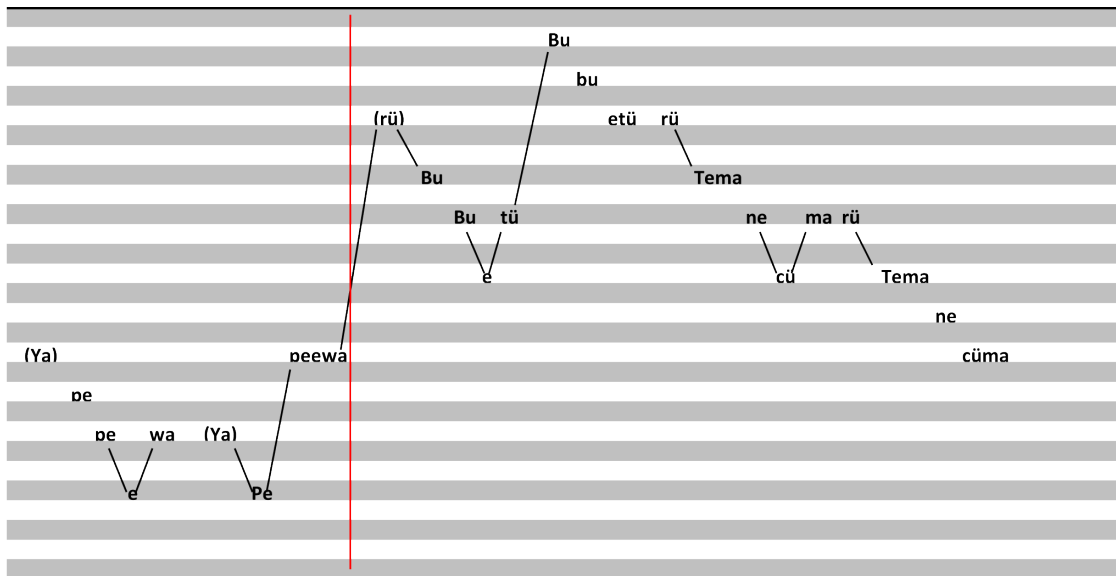
Mortais, Mortais, Muitos mortais.

Não, Não. Estávamos perto mas vocês nunca perceberam.

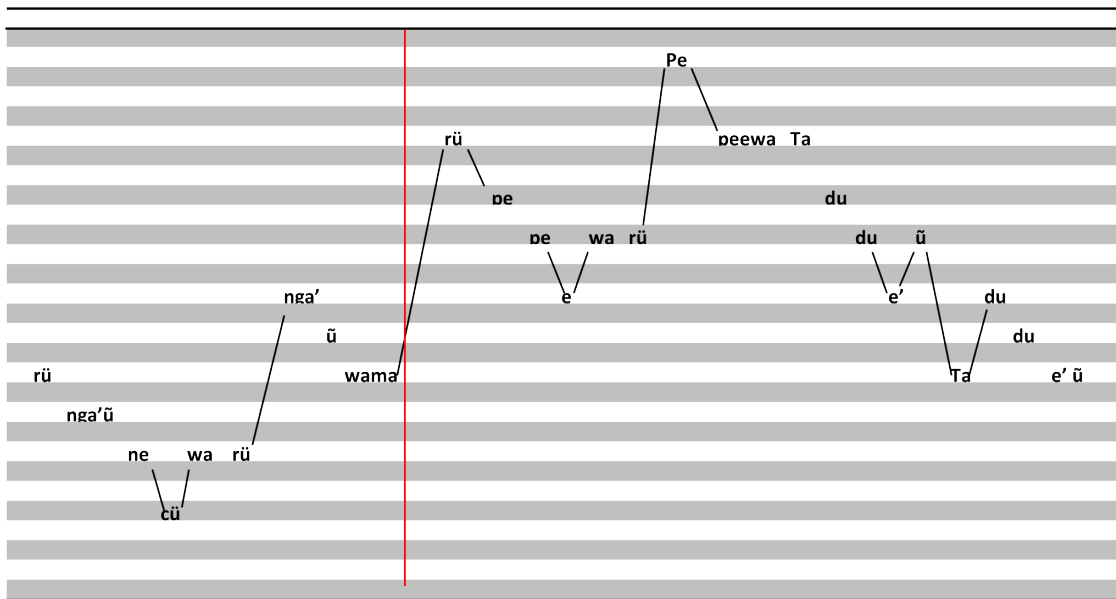


Já, Já.

E na sua frente

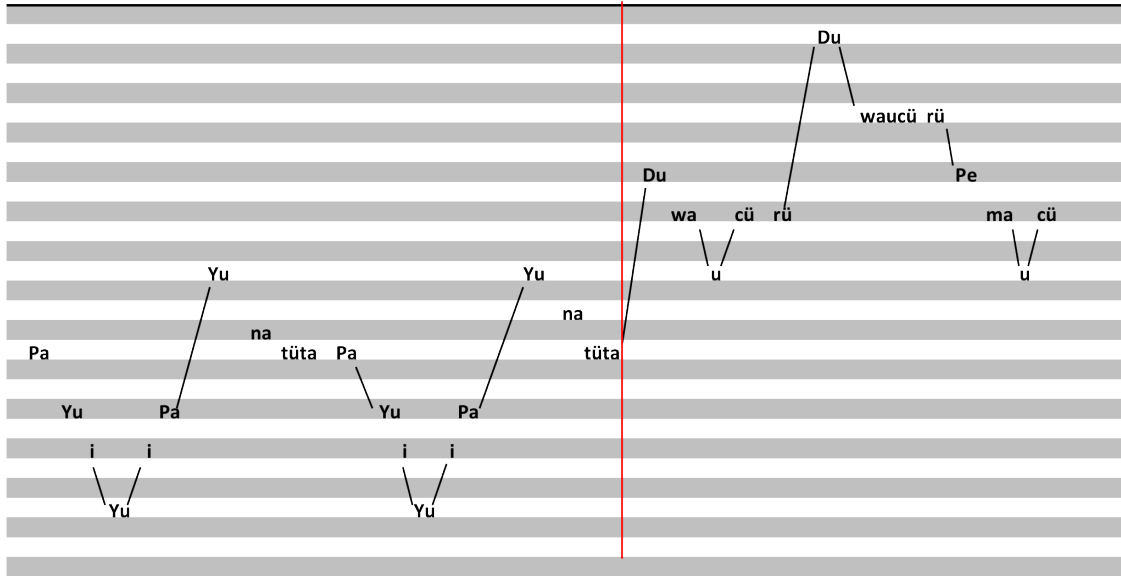


Um grande lugar descampado, com mato baixo. E no meio do buritizal



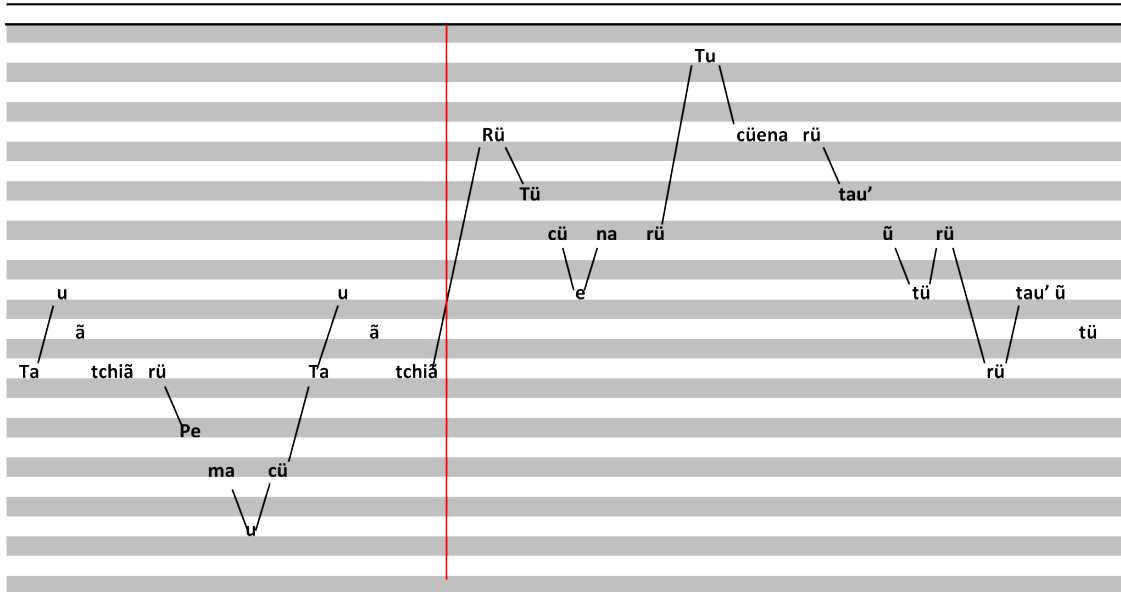
No meio. No meio (a mesma palavra cantada diferente na música)

Na sua frente (para muitas pessoas). [Eles estão batendo no buritizeiro, que está no *bubuetü*, na frente de todo mundo, mas ninguém está vendo. Eles querem que os mortais os percebam.]



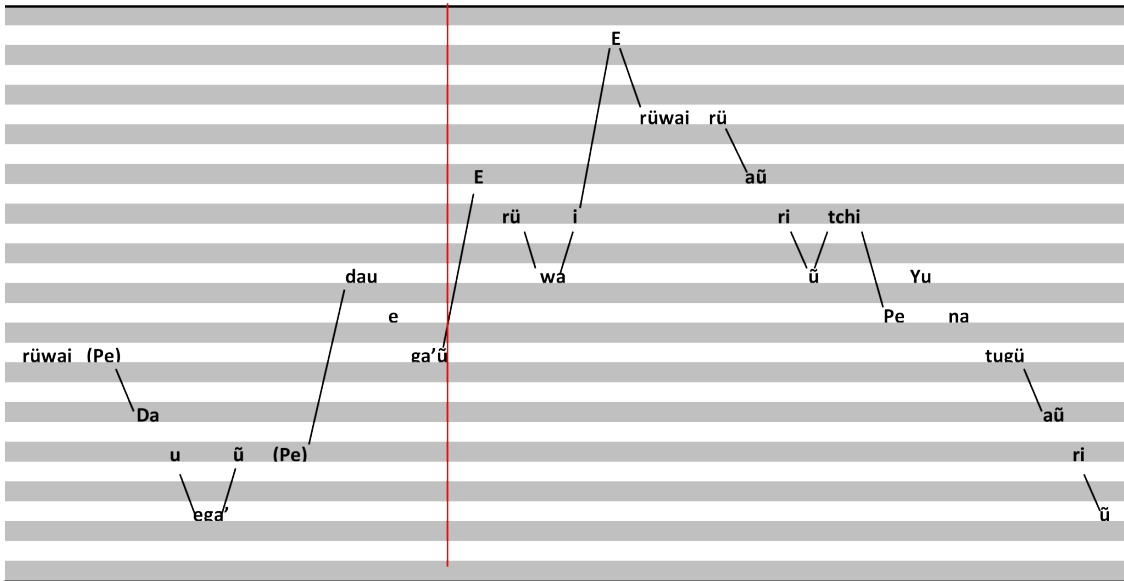
Mortais, Mortais. Muitos mortais

Ü'ine tem pena de quem não está vendo ele



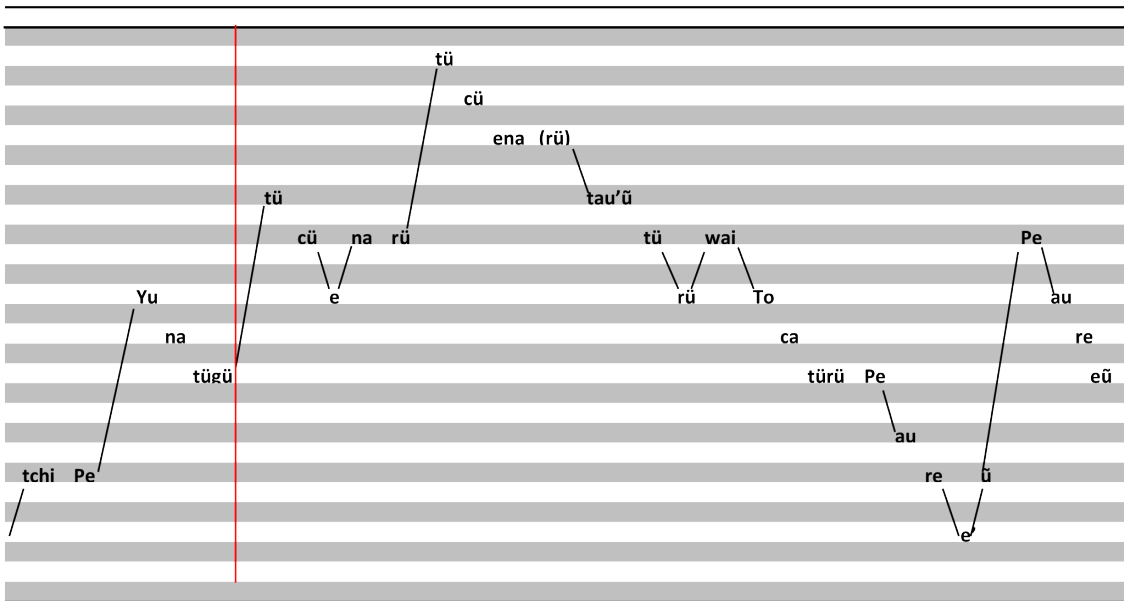
“Eu tenho pena de vocês”

Por que, por que? Não, vocês não nos conheciam.

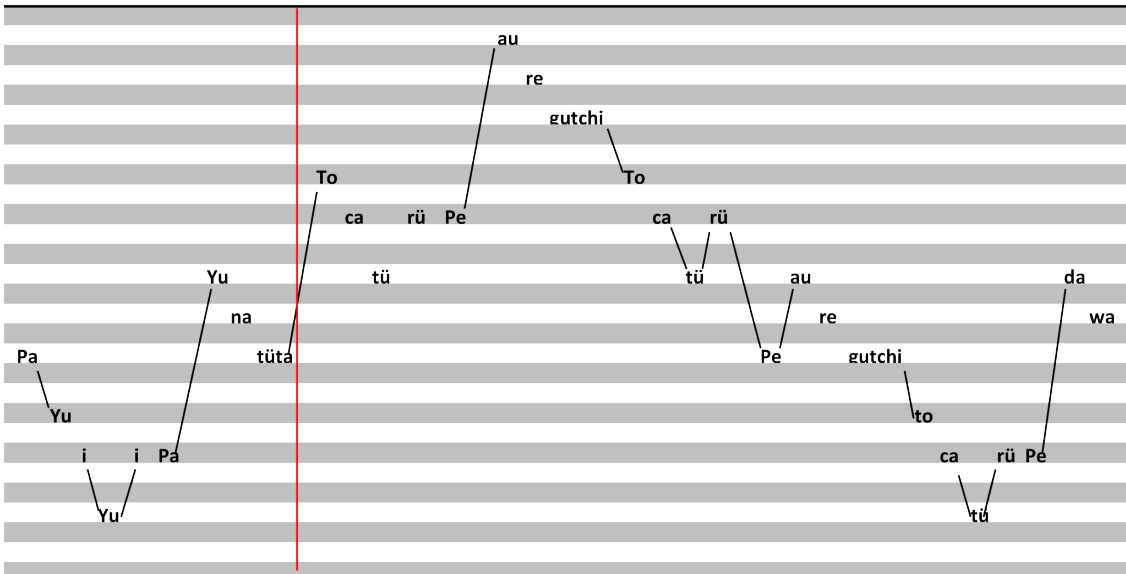


Vocês não nos vieram

Por que, por que? Muitos Mortais.

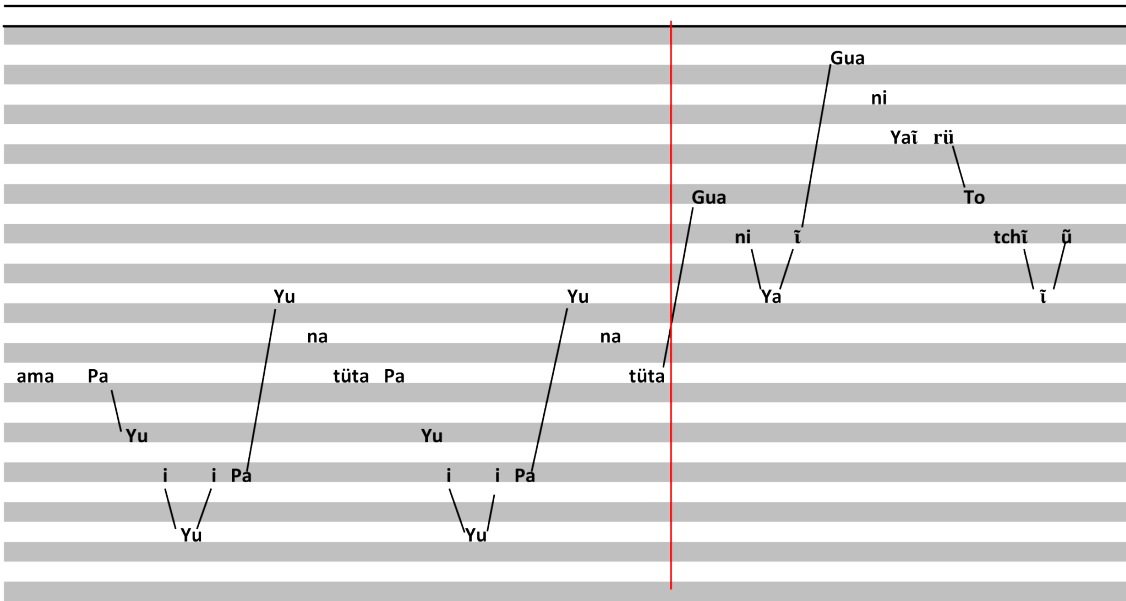


Por que, por que? Vocês não nos conheciam, para nós (refere-se ao jejum, abaixo).



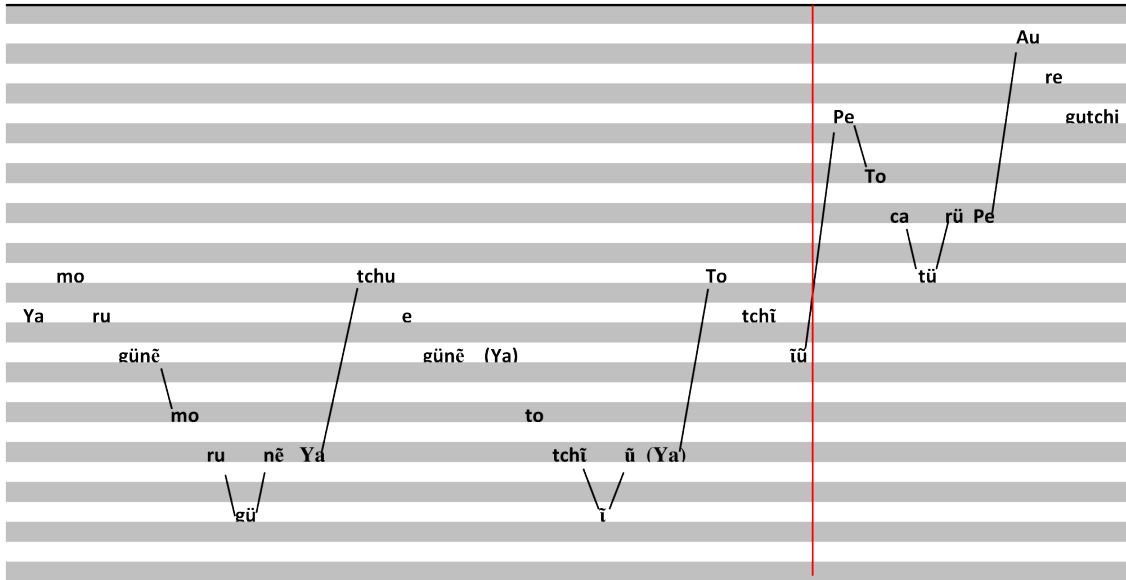
Mortais,mortais.
Muitos mortais

Se vocês tivessem jejuado para nós. “Vocês veriam a gente”



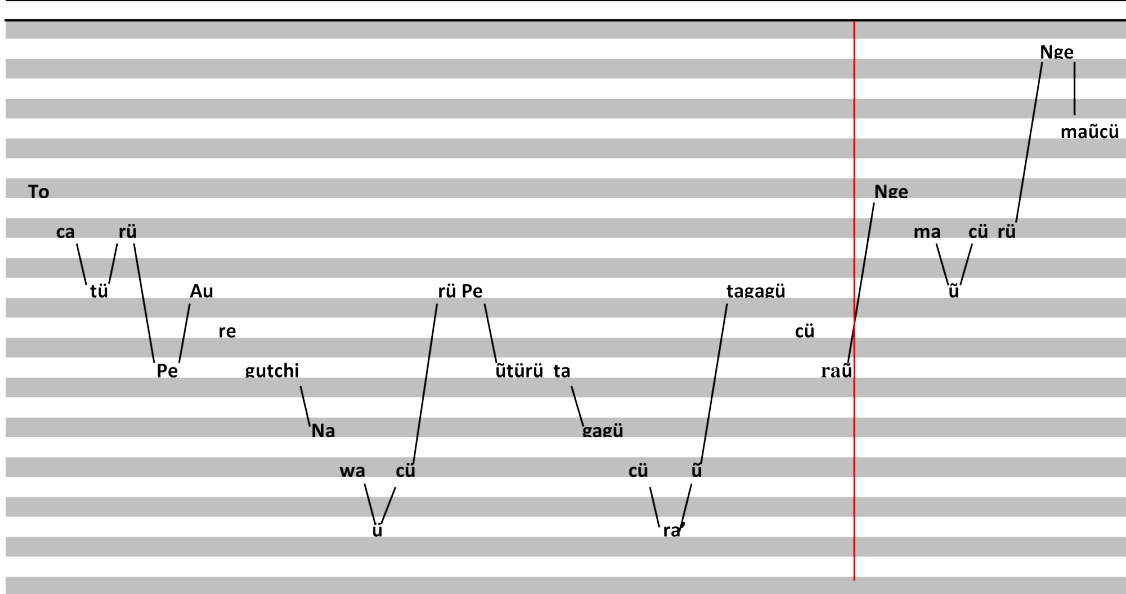
Mortais, mortais. Muitos mortais

Aquela, aquela. Nossa casa



Morugünẽ [Nome da casa dos *ü'üne*, onde *Yoi* morava e fazia festa com *To'oena*, a moça que ele matou. “A casa vira no ar e some” (Este é o sobrenome da casa)]. Nossa casa (2X)

“Se vocês tivessem jejuado para nós”

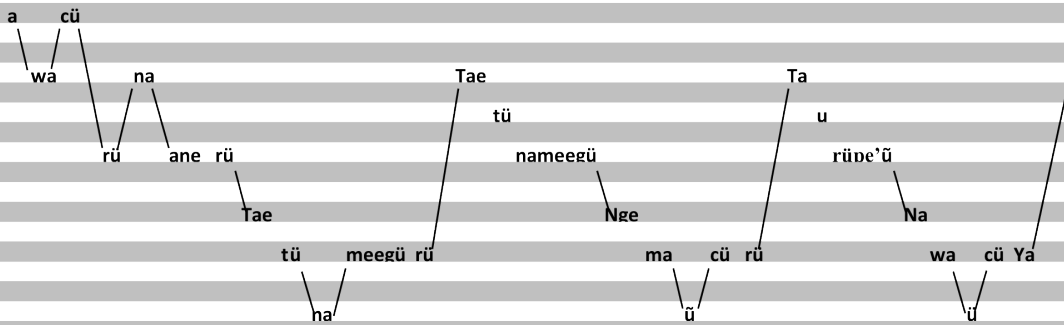


“Se vocês tivessem jejuado para nós”

“A gente teria levado vocês naquela casa”

Lá (naquela casa)

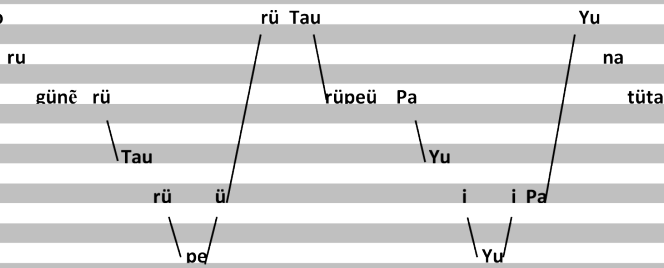
Dü



“Pode ser que acabe o mundo, naquela casa vocês se salvarão (salvariam?)”

Lá (naquela casa). Não vai acontecer nada com vocês, nunca vão morrer

Mo



Lá na casa
Morugünē

Não vai acontecer nada com vocês, nunca vão morrer

Mortais, mortais.
Muitos mortais

Abstract: *The New Girl's Ritual is the most important ritual for Ticunas Indians. Among Ticunas, the girl who menstruated for the first time is secluded until his party readied. The issues that I intend to explore throughout this article are: why this Ritual is taken? How important is the expected participation of the immortals at the party? Finally, I show the relationship between the immortals, the myths that deal with immortality, musical instruments and ritual performed in "Immortal's Song". This song shows that the view of these beings on the misadventures of mortals try to immortalize. One analysis of this music using the methodology of analysis of songs developed by the linguist Luiz Tatit (1994 a 1999) may indicate that (1) the unconformity expressed in song by immortals for human negligence, which keeps the condition they are in and; (2) the melody of the song reflects and intensifies the inconsolable lament of the immortals by the negligence of mortals do not meet their called.*

Keywords: *Ticunas, song semiotics, ethnology, ritual.*

DISCURSOS SOBRE A GUERRA DE CANUDOS: INTER-RELAÇÃO DE CULTURA E CIÊNCIA

Ester Sanches RIBEIRO¹

Resumo: *Este trabalho representa alguns resultados de mestrado em Estudos Culturais (EACH-USP), investigando a imprensa brasileira de fins do século XIX, no caso do episódio de Canudos. Temos o objetivo de observar o processo de construção da realidade a partir da cobertura jornalística que se fez sobre esse evento. Pretendemos demonstrar como os discursos jornalísticos fizeram uso da autoridade das ciências para legitimar uma ideologia “civilizacional” de bases culturalistas e raciais. Como corpus, analisamos um artigo de Euclides da Cunha. Como principal ferramenta teórica, utilizamos as noções de discursos e poder de Foucault (2006), explorando a ideia de que os discursos são filtrados e selecionados para serem distribuídos de acordo com interesses de esferas de poder. Como resultados parciais, compreendemos que havia um discurso dominante na grande imprensa desta época com a intenção de direcionar a opinião pública a representar Canudos como um foco de degenerados raciais e sociais.*

Palavras-chave: *Guerra de Canudos; Euclides da Cunha; discursos cientificistas; ideologia; cultura brasileira.*

1. Introdução

“Santo Antônio Conselheiro

Antônio Conselheiro

Era um velho indiabrado

É home de opinião

Fez trincheira na Igreja

Matou Moreira César

Sem ser visto nem notado.

E venceu seu batalhão”.

¹ Mestranda em Estudos Culturais na Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Thomás Augusto Santoro Haddad. Bolsista CAPES. E-mail: ester.ribeiro@usp.br

A epígrafe corresponde a uma das inúmeras composições anônimas que compõem a poética que circulou durante e depois da Guerra de Canudos, ocorrida em fins do século XIX, no interior do sertão da Bahia. Faz parte, assim, do “*cancioneiro histórico*” de Canudos que o estudioso historiador, José Calasans, reuniu em documentário de estimável valor, a partir de peças colhidas da tradição oral e, também, de registros de outros pesquisadores da área. Nas palavras dele: “O ciclo poético de Canudos avançou pelo tempo. O vulto histórico do Conselheiro passou para o domínio do folclore” (CALASANS, 1997, p. 150).

Assim, percebe-se como a Guerra de Canudos ou Campanha de Canudos foi e é, ainda hoje, popularmente conhecida no Brasil e, também, em diversos outros países apesar de ter ocorrido há mais de cem anos. Este “capítulo trágico”² da nossa história se passou no sertão baiano, entre novembro de 1896 a outubro de 1897, e diz respeito ao massacre pelos soldados do Exército brasileiro dos sertanejos que viviam na cidade de Belo Monte, a famosa Canudos, reunidos em torno da figura do beato Antônio Conselheiro.

Esse advento fez-se notório e popular durante a guerra, figurando durante o seu desenrolar nos principais jornais do país como um assunto de destaque e de preocupação nacional, principalmente após a terceira expedição ter sido derrotada; também ecoou ao longo da história do Brasil fazendo-se memorável no “imaginário” popular e em estudos e representações diversas.

Especificamente este estudo que apresentamos sobre a Guerra de Canudos preocupa-se com a questão da atuação da imprensa e da ciência e, também, com a questão da cultura brasileira da época. Para isso, trabalhamos com uma breve contextualização do período histórico da guerra, destacando a formação da esfera pública do Brasil, a imprensa, as questões sociais e culturais em jogo, a questão científica relacionada à cultura e ao desenvolvimento da nação brasileira. Por fim, analisamos *A Nossa Vendeia I*, artigo de Euclides da Cunha publicado no ano da guerra, à luz do discurso proferido por Michel Foucault na aula inaugural no Collège de France, 1970, intitulado *A ordem do discurso*.

² Expressão de Euclides da Cunha, na sua obra *Os sertões*, acerca da Guerra de Canudos.

2. Canudos na memória cultural brasileira

Como já indicado, a Guerra de Canudos e o próprio arraial e o seu povo entraram para a memória cultural do Brasil, sendo objeto de estudos de diversas áreas do conhecimento e servindo de inspiração para manifestações culturais e artísticas de diversas ordens. Pensamos que isso se deu devido ao caráter sangrento da guerra e às circunstâncias sociais, políticas e culturais da sua época. Assim, esse acontecimento figura em diversos estudos de historiadores, sociólogos, literatos, jornalistas e de outros estudiosos brasileiros, bem como, de estrangeiros, como o grande escritor e literato peruano Mario Vargas Llosa que fixou essa trágica história em um dos principais romances de sua carreira, a obra *La guerra del fin del mundo*, publicado em 1981. Também, essa guerra já foi tema de diversas peças de teatro, filmes, documentários e minissérie da televisão brasileira. A título de exemplo, cito os filmes *Os sete sacramentos de Canudos*, de 1996, produzido para a ZDF alemã por Peter Przygodda e *A guerra de Canudos*, de 1997, dirigido por Sérgio Rezende.

Como dito, acreditamos que esse interesse pelo estudo e pela representação de Canudos e pela guerra que o destruiu se deve principalmente ao fato de a violência cometida contra a população de Canudos ter sido extrema e ter chocado toda a população do país. Esse choque se deu principalmente com o fim da guerra, pois nos principais jornais chegaram notícias do grande número de mortos e dos crimes cometidos pelas tropas federais, como a degola desnecessária dos prisioneiros, entre eles diversas crianças, mulheres e idosos. Os próprios jornalistas, muitos deles, se indignaram com tais práticas e saíram do campo de batalha com opiniões acerca do exército e da campanha bem diferentes daquelas que tinham no início da guerra, a saber, as primeiras opiniões da imprensa sobre a guerra partiam de uma ideologia civilizacional em que os soldados do exército foram considerados heróis e mártires e os sertanejos bárbaros e perigosos.

Grande exemplo disso é Euclides da Cunha que inicialmente entendeu a atuação do exército como uma missão redentora da nação. Em sua concepção, os soldados, os

missionários, figuraram como heróis que sofreram as maiores intempéries no campo de batalha para a glória da nação brasileira. Porém, posteriormente, Euclides denunciou na sua epopeia, *Os sertões*, os erros e covardias do exército e a bravura do povo de Belo Monte. E esse depoimento do autor, no seu “livro vingador”, como opina grande parte da sua crítica literária, é considerado como causador de grande impacto social, literário e cultural.

Isso se deve principalmente ao fato de *Os Sertões* ser considerado uma obra inovadora: numa linguagem “esplendidamente barroca”, como observa Citelli (1996), Euclides faz a inter-relação de ciência e arte, realizando, assim, o cruzamento da realidade com a criação ficcional, a partir de uma pretensão de sua obra discutir antropologia, sociologia, painel do quadro político nacional, discussão de estratégia militar e crítica da cultura brasileira.

Tal papel desempenhado por Euclides leva-o ao patamar de um “ideólogo”, como o caracteriza Miguel Reale, crítico da obra euclidiana, no seu ensaio *A face oculta de Euclides da Cunha*. Reale expõe que o autor de *Os sertões* elabora um discurso crítico revelador das suas ideias acerca da injustiça cometida contra a população de Canudos.

O discurso de Euclides funciona como um “manifesto”, como “luta”, como “resposta”, como “diálogo”, já que ele adotou um ponto de vista distinto do estabelecido, contrapondo-se, então, ao pensamento vigente da época.

Euclides critica seus colegas de imprensa, o exército, o governo. Para Borges (2002), acompanhando o pensamento do crítico Silviano Santiago, Euclides pode ser considerado duplamente corajoso. A partir do ponto de vista político e intelectual: por ter denunciado os crimes realizados pelo exército brasileiro em Canudos e, intelectualmente, por ter discordado do discurso dominante da época.

E, ainda, Euclides da Cunha “travou com o seu tempo” uma duríssima batalha em que expressa de forma original, como opina Valentim Facioli (1998), em seu ensaio “Euclides da Cunha: Consórcio de Ciência e Arte (Canudos: O sertão em delírio)”, a vitória corroida pelo fracasso, ou seja, o autor de *Os sertões* expõe como a tática de guerra foi bárbara.

Como podemos observar nos últimos textos de *Os sertões*, por exemplo, “Prisioneiros”, “Canudos não se rendeu” e “O cadáver do Conselheiro” em que se sobressai um sentimento de derrota na vitória, de vitória sem troféu, ou melhor, de guerra em que o “único prêmio” foi a cabeça do “terribilíssimo antagonista”, Antônio Conselheiro, líder de Canudos.

Além dessa, há outras estratégias discursivas por parte do autor de *Os Sertões*, como o discurso cientificista e extremamente técnico, o discurso artístico³, o discurso ideológico, além de um discurso sarcástico, em que há por parte deste escritor a repetição irônica dos discursos dominantes, como coloca Zilly (2002): Sarcasticamente Euclides da Cunha termina por destruir discursos grandiloquentes, hipócritas e desumanos da imprensa e do exército que defendem o “colonialismo interno” e o esmagamento dos derrotados com a falsa missão de salvar o regime republicano e de civilizar os sertanejos bárbaros.

Em relação a esses discursos ideológicos sobre civilização em contraposição à barbárie, entendemos que circularam na esfera pública da sociedade brasileira que estava se formando nos espaços públicos como cafés, universidades, museus, institutos, entre outros espaços científicos e culturais. Esfera pública corresponde a um conceito desenvolvido pelo filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas (2003) que considera a esfera pública de uma sociedade, o espaço em que se discutem os interesses políticos, sociais e culturais da cidade ou da nação nos espaços públicos.

Nesse contexto histórico da guerra, a imprensa foi o meio mais representativo da esfera pública. Entendemos que os jornais proferiram um discurso que fez parte de uma campanha ideológica contra o povo de Canudos, que foram considerados perigosos. Nesse sentido, concordamos como o pesquisador Zilly (2002) que considera que a comunidade canudense foi gravemente caluniada pelos jornalistas, que passaram aos leitores um aspecto totalmente negativo desta.

³ Sobre esses discursos científicos e técnicos mesclados com um discurso artístico, o próprio Euclides diz ser o “consórcio de ciência e arte”; tema este que Facioli (1998) vai desenvolver em seu ensaio anteriormente citado demonstrando como este consórcio tornou a obra de Euclides original e reveladora de uma ideologia da época que entende as ciências como base de explicação do mundo.

Essas notícias desempenharam um papel extremamente significativo na formação da opinião da sociedade⁴ daquela época, pois se pode reconhecer em qualquer jornal um importante veículo de comunicação e se considerarmos que os meios de comunicação do final do século XIX eram bastante limitados, perceberemos a importância extraordinária que o jornal pôde ter nesse contexto histórico (Galvão, 1977). Era unicamente por meio da imprensa que os “cidadãos comuns”, ou seja, não envolvidos com o exército ou a política, podiam tomar conhecimento dos fatos que abalavam o mundo. E era por meio dela, então, que esses cidadãos recebiam influências para construir significados e valores acerca da sociedade na qual estavam inseridos e sobre a sua própria identidade social e cultural.

O indivíduo pensa e fala o que a “realidade” (possivelmente, ou provavelmente, filtrada por ideologias) impõe que ele pense e fale, porém este indivíduo não está impedido de elaborar um discurso diferente dos discursos dominantes (Fiorin, 1988).

Os Sertões, como já explicado, é um grande exemplo disso, de que um indivíduo pode por meio de um discurso crítico exercer um “poder transfigurador” sobre a sociedade. Euclides, como um importante “revelador da realidade brasileira”, como já disse Gilberto Freyre, nos ajudou, segundo Reale (1993) a acordar das ilusões e abstrações, infundindo em nós, uma nova consciência cultural.

Entendemos com o pesquisador Dawid D. Bartelt que “Os sertanejos são *des-criminalizados*, sendo absolvidos como “vítimas” e “brasileiros” ou “irmãos”, e voltam à comunidade da nação, da qual haviam sido afastados pelos discursos republicanos” (BARTELT, 2009, p. 212).

Também o interesse em estudar ou representar esse episódio da nossa história reside na intenção de se conhecer o Brasil de fins do século XIX e de se desvendar a cultura e a sociedade brasileiras dessa época, particularmente a sertaneja, do interior da

⁴ Essa temática da opinião pública, da sociedade como o alvo da imprensa e como aquela que constrói esta, será desenvolvida na teorização do conceito de *esfera pública* à luz dos escritos do filósofo e sociólogo Jürgen Habermas, considerado aqui como o principal autor desse conceito.

Bahia, e, assim, se intenciona conhecer um pouco as origens da sociedade atual. E esse tipo de preocupação, de se aprofundar em estudos e pesquisas acerca da cultura de uma sociedade buscando conhecê-la para, assim, melhor compreendê-la, é uma das particularidades dos Estudos Culturais, linha de estudos que se compromete com pesquisas que levem em consideração as características da cultura de uma determinada sociedade, no sentido de estudá-la, compreendê-la e valorizá-la.

Assim a Campanha de Canudos forneceu para estudos reflexivos e críticos acerca da história do Brasil, como esses propostos pelos Estudos Culturais, um “material” riquíssimo, pois é a partir dela que se voltam os olhares para o sertão isolado da Bahia e para a forma de organização política e social local e se percebem as contradições dessa sociedade em que uns têm muito e procuram dominar tudo e a todos (os latifundiários) e outros nada têm (os pobres), passando momentos de penúria e semiescravidão⁵.

Assim, o entendimento da coerência dessa guerra e das suas circunstâncias nos faz compreender muitos dos seus porquês que são importantes para refletirmos acerca de “problemas” da sociedade da atualidade como, por exemplo, as lutas populares pelo direito à terra e a outros direitos sociais, já que os “dominados” do sertão, os sertanejos de Canudos, por exemplo, resistem a essa dominação lutando por alguns dos seus direitos; e, também, sobre a influência que os meios de comunicação exercem sobre a opinião pública e como eles podem manipular informações a partir de interesses próprios.

3. A imprensa no contexto da Campanha de Canudos

O tema da Guerra de Canudos, como já comentado, possui uma vasta bibliografia acerca de diversos tipos de estudo que visam compreendê-la. Citamos, a título de exemplo, os pesquisadores Dawid D. Bartelt (2009) e Walnice N. Galvão (1981), pois algumas de suas contribuições sintetizam conhecimentos fundamentais para sustentar-

⁵ A condição de semiescravidão que enfrentavam os moradores do sertão se deve ao fato de o Brasil ter tido o trabalho escravo por mais de três séculos e isso entrou o trabalho livre no País; a escravidão deixou marcas também como “o trabalho semi-servil em vastas áreas do interior, particularmente no Nordeste” (FACÓ, 1980, p. 8).

mos as proposições deste texto relacionadas ao estudo dos discursos construídos pela imprensa sobre o objeto de análise deste artigo.

Walnice Galvão (1981) problematiza o súbito interesse da imprensa nacional⁶ por uma guerra nos confins do sertão baiano, pontuando que poucos assuntos já obtiveram da imprensa brasileira tal unanimidade de opinião e exploração. Propomos uma íntima ligação da imprensa com correntes políticas “a quem interessava criar o pânico e concentrar as opiniões em torno de um só inimigo” (GALVÃO, 1981, p. 71 e 72), fazendo circular discursos em que os sertanejos de Canudos figuram como inimigos da República, como inferiores e incivilizados, entre outros discursos que faziam parte de um discurso maior: o discurso de “desqualificar e exterminar os canudenses”.

Nessa mesma linha, Bartelt (2009) propõe a guerra e as notícias sobre ela como um “evento discursivo” que leva em consideração os interesses do poder político local e também nacional; aproveitando-se da fragilidade do regime republicano recém-instaurado, cria-se um “mito” em torno do arraial e publica-se nos principais jornais do país. Assim como Galvão (1981), que vê nisso uma forma de espalhar-se o pânico para manipular a opinião pública, Bartelt (2009) entende esse fato como uma forma de manipulação e controle por meio de uma campanha publicística de “construção do medo”.

Os “poderosos” que engendraram tal campanha ideológica tinham o interesse em legitimar o extermínio do arraial de Canudos; e tal ação por sua vez representaria a força do poder local e nacional que defende os ideais republicanos e a ordem da nação. Campanha ideológica, como já dito, ancorada pela ciência, que por meio de um discurso de autoridade terminou por legitimar a campanha e as ações do exército.

Esse papel desempenhado pelo jornal e pela instituição do poder político pode ser esclarecido em algumas ideias de Michel Foucault para o estudo da linguagem. Comentando a posição desse autor, Helena N. Brandão (1995) afirma:

⁶ Os principais jornais da época enviaram correspondentes de guerra ao local da batalha para manter a população informada acerca do desenrolar da campanha. Representando *O Estado de S. Paulo*, Euclides da Cunha, junto com outros jornalistas enviavam cartas, quase que diariamente. Assim, todos os dias havia notícias, ou algum comentário sobre Canudos.

[...] o discurso é o espaço em que saber e poder se articulam, pois um sujeito fala a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber, é gerado de poder. Sendo que a produção desse discurso gerador de poder é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos procedimentos que têm por função eliminar toda e qualquer ameaça à permanência desse poder (BRANDÃO, 1995, p. 31).

Percebe-se, a partir dessas ideias de Foucault (2006), como a imprensa ocupava e, até hoje ocupa, um lugar de autoridade⁷, figurando como detentora de saberes, de verdades, de informações que a sociedade acredita, ou foi induzida a acreditar ao longo da história, que precisa saber. E esse discurso que é dotado de poder, não por ser necessariamente verdadeiro, mas por ser legitimado pela instituição que o distribui, depois de filtrá-lo e moldá-lo segundo seus interesses, termina por legitimá-la e autorizá-la (essa instituição), num “jogo” dialético e infinito, a permanecer ocupando esse lugar de poder.

Esses discursos circulam na esfera pública, representando-a e influenciando-a; assim esse conceito, desenvolvido pelo sociólogo e filósofo Jürgen Habermas (2003), ocorre como esclarecedor de algumas questões acerca da sociedade e de como ela se posiciona frente aos conhecimentos e saberes veiculados em seu seio.

A questão da ideologia, também, corresponde a um dos eixos teóricos norteadores dessa pesquisa, pois até o momento já se pode verificar que os discursos ideológicos estiveram presentes e circulantes por toda a imprensa, veiculando informações acerca dos motivos da guerra, do heroísmo e da força do Exército em combate e barbarismo do povo sertanejo; sendo que não é somente esse discurso pronto, que podemos tomar como caluniador e manipulador, que está presente na narrativa da imprensa. O que se vê também é a evolução, ao longo da campanha, de discursos críticos e interpretativos

⁷ Não somente a imprensa ocupava um lugar de autoridade e de controle em relação aos discursos circulantes sobre a Guerra de Canudos; também se revestia desse poder o exército, o governo, a ciência.

da realidade, “desvinculados” de uma ideologia dominante e portadores de uma ideologia de manifesto, de um posicionamento que pode ser entendido como de oposição. Vale observar, que houve evolução discursiva ao longo da campanha, porém somente com a obra de Euclides da Cunha, *Os sertões*, houve uma ruptura drástica no imaginário que ainda se tinha sobre Canudos.

Temos por concepção que “uma afirmação qualquer só se torna ideologia quando começa a envolver crenças”, e também que é preciso pronunciá-la em contextos sociais com intenções de validar essas crenças, de fazer essa informação gerar uma tensão: “a ideologia se ocupa menos com significado do que os conflitos no campo do significado” (EAGLETON, 1997, p.24).

Cabe citar, nesse contexto, algumas das contribuições de Althusser (1980) ao estudo da ideologia que, segundo o estudioso Stuart Hall (2003), contribuíram, a partir de críticas daquele, para aprimorar e repensar a noção de ideologia da clássica teoria materialista marxista. Em seu ensaio “Aparelhos ideológicos de Estado” o autor propõe a ideologia como uma prática, em que esta “surge em práticas localizadas dentro dos rituais dos aparelhos, instituições sociais ou organizações específicas” (HALL, 2003, p. 163). Dialogando com o nosso objeto de pesquisa temos a ideologia das “raças” como uma ideia veiculada na imprensa que surge nas práticas de instituições científicas.⁸ Assim, “as ideologias constituem estruturas de pensamento e avaliação do mundo – as ‘ideias’ que as pessoas utilizam para compreender como o mundo social funciona, qual o seu lugar nele e o que *devem* fazer” (HALL, 2003, p. 163). Ainda, dialogando com nosso estudo, podemos propor a imprensa como um aparelho ideológico e o exército como um aparelho repressivo.

Althusser, nesse ensaio citado acima, entende que os aparelhos repressivos, em que podemos citar o exército, funcionam, também, como aparelhos ideológicos “simul-

⁸ Sobre a atuação do exército e da imprensa no contexto da Campanha de Canudos, podemos relacionar respectivamente aos aparelhos repressivos e ideológicos de Estado que Hall comenta que Althusser distingue em seu ensaio. Então se percebem dois tipos de práticas do Estado: uma que funciona pela “violência” e a outra que funciona pela “ideologia”.

taneamente para assegurar a sua própria coesão e reprodução e pelos valores que projetam no exterior” (ALTHUSSER, 1980, p. 47). A partir desse entendimento, relacionamos o papel ideológico que o exército exerceu durante a campanha, em que foi passada pela imprensa a noção de que os soldados eram heróis e defendiam uma causa nobre e justa, noção esta que terminou por se tornar uma das “ideologias dominantes” da época.

Ainda no que se refere a discursos e ideologia, vale destacar a questão dos discursos cientificistas presentes nas narrativas da imprensa sobre o conflito de Canudos. Discursos que, como já posto anteriormente, referem-se aos sertanejos como bárbaros e aos homens do exército como civilizados; discursos que estão presentes tanto em reportagens de Euclides da Cunha como de outros correspondentes da Guerra de Canudos.

4. Os discursos cientificistas e o papel da ciência

Os discursos que designam o sertanejo como “bárbaro” estão estruturados a partir do pensamento de que há “raças” superiores e inferiores e que estas estão destinadas a sucumbirem ao contato com aquelas. A esse pensamento dá-se o nome de darwinismo social, que pode ser dividido em duas escolas deterministas: a escola determinista geográfica e a escola determinista racial. Esta última entende que há raças superiores e inferiores e vê de forma pessimista a questão da miscigenação, entendida como uma forma de degeneração não somente biológica, mas também social. Já a escola determinista geográfica propõe que o meio determina e condiciona todo o desenvolvimento cultural de um grupo.

Os cientistas, antropólogos e estudiosos em geral, no Brasil oitocentista, apropriaram-se de teorias raciais deterministas, aplicando-as à análise da realidade do país. Desse modo, chegaram a prever um futuro “melhor”, já que as raças inferiores existentes aqui sucumbiriam “naturalmente”, pois estavam fadadas a desaparecer. O fator do desaparecimento dessas “raças inferiores” está ligado, de modo geral, ao contato delas com as “raças superiores”, pois se acreditava que no caso de haver miscigenação preva-

leceria a raça branca após a terceira geração resultante do “cruzamento” dessas “raças”. Daí surge a crença de que haveria um futuro melhor para o país, um futuro branco e civilizado, a partir do “branqueamento” da população; e isso influenciou, além de outros fatores, a política de imigração europeia ao Brasil no final do século XIX e início do XX (Schwarcz, 1957).

5. Análise de texto

Nas próximas linhas, comentaremos de modo sucinto, a fim de refletirmos melhor sobre as ideias e os conceitos apresentados ao longo deste trabalho, um artigo de Euclides da Cunha para o jornal *O Estado de S. Paulo* antes mesmo de ele ser enviado como correspondente. Trata-se do texto *A Nossa Vendéia I*, de 14 de março de 1897.

O autor faz um consórcio de ciência e arte, em que mergulha em um cientificismo sobre a determinação da “raça” e do “meio”, atuando como definidores das ações humanas: “Tratava-se de trabalhar num campo intelectual engordado pelo cientificismo enciclopédico, de base enraizada no positivismo comteano, com tinturas deterministas e evolucionistas” (FACIOLI, 1998, p.53).

Euclides, ao iniciar esse artigo, faz alusão ao “solo” como o “mais sério inimigo das forças republicanas” (1º parágrafo) e, seguindo nessa mesma linha, apresenta com detalhes minuciosos a geografia do lugar como o tipo de solo, o clima, a vegetação; em suma, apresenta os aspectos da natureza valendo-se de signos típicos de uma linguagem científica para adjetivá-la, para descrevê-la. Sobre o tipo de terreno: “sistema huroniano e laurenciano” (2º parágrafo). Sobre o tipo de solo: “arenoso e estéril” (2º parágrafo); sobre os ventos: “alísios” (3º parágrafo); sobre a vegetação: “escassa e deprimida” (2º parágrafo)/“cactos flageliformes reptantes e ásperos” (8º parágrafo). Ele também se refere ao mundo das ciências, além de utilizar muitos outros termos científicos, por meio de nomes de autoridade, como “Humboldt” (4º parágrafo), “Saint-Hilaire” (9º parágrafo), o “ilustre”, nas suas palavras, professor “Caminhoá” (12º parágrafo) e “Levingsto-

ne” (parágrafo 16), para legitimar-se enquanto conhecedor dessa área. Em continuidade à descrição do espaço físico, Euclides demonstra como aquele mesmo espaço hostile se transforma com as chuvas, compondo, segundo o autor, um espetáculo que ocorre “bruscamente” e “às vezes”; a natureza apresenta-se a partir de dois polos extremos em que o aspecto terrível prevalece (13º parágrafo).

Então Euclides traça o perfil do homem que vive nesses sertões à imagem da natureza; como ela é apresentada em seus aspectos degradantes, o homem termina por adquirir esses aspectos. Essa ideia evidencia como se acreditava, neste contexto, que o meio, “naturalmente”, determinava a raça e o caráter de um indivíduo. Nas próprias palavras de Euclides da Cunha, evidencia-se isso: “Identificados à própria aspereza do solo em que nasceram, educados numa rude escola de dificuldades e perigos, esses nossos patrícios do sertão (...) refletem **naturalmente** toda a inconstância e toda a rudeza do meio em que se agitam” (parágrafo 19/grifo nosso). Dessa forma, o sertanejo é rude e inconstante como a natureza que o cerca, o que deve nos fazer temê-los. E para finalizar o texto, se esclarece a justeza da comparação da “Rebelião de Canudos” com a “Vendéia” (parágrafos 20 ao 24) e o autor termina-o com um discurso legitimador da força do exército, que na época, significou a força da própria “República”, outro discurso corrente no contexto da guerra.

Para finalizar essas observações do discurso de Euclides que veiculam, como já apresentamos, os discursos circulantes da época, faremos um brevíssimo apanhado de algumas ideias de Foucault (2006) sobre os discursos que, como já observamos, tem a sua produção controlada e redistribuída com vistas a legitimar a autoridade e o poder que lhe são inerentes e pertencem aos que o controlam. Para isso são utilizados diversos procedimentos; nesse momento, interessa-nos destacar os procedimentos de “exclusão”, que podem ser verificados nesse texto de Euclides, pois percebemos como o “desejo da verdade”, gerador de poder aos que detêm esses discursos (neste caso o Euclides enquanto um cientista dotado de saberes), faz esse discurso ser desejado. Foi por meio

desse desejo de tomar conhecimento dos seus saberes que ele foi convidado a escrever sobre Canudos e construir a realidade acerca dessa população. Em seu discurso, então, ele utiliza procedimentos legitimadores da sua posição de “detentor do saber e da verdade” como o “comentário”, quando, por exemplo, faz referência a outros cientistas e especialistas que já difundiram os conhecimentos que agora ele inclui em seu discurso. Enfim, percebemos na fala de Euclides e dos jornalistas que noticiaram a campanha uma semelhança de discursos que, por meio de signos, conceitos e ideias, veicularam informações destorcidas, tidas como verdadeiras, com a intenção de legitimar um poder político e científico.

6. Considerações finais

Como trabalhado neste artigo, os discursos cientificistas sobre Canudos e o seu povo fazem parte de teorias muito aceitas nesse contexto, que procuravam entender e explicar a população brasileira, em busca de identidade: “Mais para o final do século, novas correntes de pensamento, marcadas por forte cientificismo, como o Positivismo, o Darwinismo e o Spencerismo, difundiram-se no país” (DANTES,[s.d], p. 378).

Essa identidade buscada diz respeito à integração do Brasil com os “países centrais”, a dita “ocidentalização”. Isso fez o país identificar-se com as teorias e os modos de pensar europeus: “A questão crucial passava a ser, então, colocar o país ao ‘nível do século’” (DANTES, [s.d], p. 379). Assim, “ocidentalizar” o país foi um esforço para coloca-lo ao nível da civilização e cultura europeias, ditas superiores e evoluídas.

O Brasil carecia de identidade nacional e os intelectuais e a elite não queriam identificação com os nativos indígenas, os mestiços e os negros; essa identificação deveria estar ligada ao homem branco, o próprio europeu.

Podemos desdobrar essa situação do Brasil, a partir das discussões do texto “As ideias fora do lugar”, nos campos político e social em que o país sofregamente “inseria” em sua cultura as ideias europeias: “eram adotadas também com orgulho, de forma or-

namental, como prova de modernidade e distinção” (SCHWARTZ, 1992, p. 26).

Neste trabalho, o autor problematiza a posição do Brasil frente à presença marcante das influências europeias, em que a escravidão ainda presente no país surgia como uma forte incoerência frente ao liberalismo europeu e a pretensão do Brasil de modernizar-se política e socialmente. Schwartz concebe essas “incoerências” como parte de um “discurso oculto” próprio da “falsidade” reinante na sociedade da época.

A ciência atuou nesse meio como símbolo de poder, de evolução e modernização do país; assim os discursos que foram permeados pela noção de saber científico adquiriram status de verdade diante da esfera pública brasileira.

A imprensa, também, ganhou muita força nesse período e na passagem para o século XX, sendo que, durante o desenrolar deste, passou a ser considerada como o quarto poder diante da sociedade, tal passou a ser a sua influência. Isso não mudou em relação aos dias atuais: a ciência e a imprensa não perderam seu poder e sua influência tanto no país como no mundo, assim como a cultura ‘europeia’ e ‘norte-americana’ são consideradas modelos a serem seguidos em um mundo globalizado.

Enfim, o esforço que fizemos para entender o papel da ciência relacionado ao papel da imprensa, como fonte cultural, no fim do século XIX, relacionados especificamente à guerra de Canudos, foi, também, um esforço para entender a sociedade brasileira atual com a sua cultura que acredita que a cultura estrangeira (europeu e norte-americano) é melhor e mais evoluída e que a ciência pode explicar tudo com status de verdade.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Trad. Joaquim J. de Moura Ramos. 3.ed. Lisboa: Presença/Martins Fontes. 1980.

BARTELT, Dawid Danilo. *Sertão, República e Nação*. Trad. Johannes Krestschmer; Abi-Sâmara. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

BORGES, Patrícia Cardoso. A interpretação d'Os sertões, ontem e hoje. In: NASCIMENTO, José Leonardo do (Org.). *Os sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

BRANDÃO, Helena Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

CALASANS, José. "A Guerra de Canudos na poesia popular". In: ABDALA Jr., Benjamin; ALEXANDRE, Isabel (Orgs.). *Canudos: palavra de Deus sonho da terra*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo: Boitempo, 1997.

CUNHA, Euclides da. A Nossa Vendéia I. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 14/03/1897.

DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. Universalismo e ciência no Brasil no final do século XIX. In: LAFUENTE, A. et. al. (Ed.). *Mundialización de la ciencia y cultura nacional*. Madrid: Doce Calles, [s/d]. p. 377-389.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: Uma introdução*. Trad. Silvana Vieira; Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista/ Boitempo, 1997.

FACIOLI, Valentim. Euclides da Cunha: Consórcio de ciência e arte (Canudos: O sertão em delírio). In: BRAIT, Beth Brait (Org.). *O sertão e os Sertões*. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos*. Gêneses e lutas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1988.

GALVÃO, Walnice N. *No calor da hora – A Guerra de Canudos nos jornais*. 4ª Expedição. 2.ed. São Paulo: Ática, 1977.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Trad. de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, Stuart. Significação, representação, ideologia: Althusser e os debates pós-estruturalistas. In: SOVIK, Liv (Org.). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Trad. Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

REALE, Miguel. *Face Oculta de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Roberto. “As ideias fora do lugar”. In: _____. *Ao vencedor as batatas*. 4.ed. São Paulo, Duas Cidades, 1992.

ZILLY, Berthold. Uma crítica precoce à ‘globalização’ e uma epopéia da literatura universal: Os sertões de Euclides da Cunha, cem anos depois. In: NASCIMENTO, José Leonardo do (Org.). *Os sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

Abstract: *This work represents some results of Masters in Cultural Studies (EACH-USP), investigating the Brazilian press of the late nineteenth century, in the case of the episode Canudos. We aim to observe the process of constructing reality from the journalistic coverage that made about this event. We intend to demonstrate how the journalistic discourses made use of the authority of science to legitimate a “civilizational” culturalist ideology and racial bases. As corpus, we analyze an article by Euclides da Cunha. As the main theoretical framework, we use the notions of discourse and power of Foucault (2006), exploring the idea that discourses are filtered and selected to be distributed according to interests of spheres of power. As partial results, we understand that there was a dominant discourse in mainstream press this time with the intention of directing the public to represent Canudos as a hotbed of racial and social degenerates.*

Keywords: *War of Canudos; Euclides da Cunha; scientific discourses; ideology; Brazilian culture.*

AS METAMENSAGENS E A AMEAÇA ÀS FACES NA INTERAÇÃO CONVERSACIONAL DE ATORES TEATRAIS

Evandro Santos REIS¹

Resumo: *Este trabalho tem por objetivos observar as metamensagens e a ameaça à face utilizadas na interação conversacional de atores teatrais, em conversas gravadas, e evidenciar as marcas linguísticas presentes nas falas que apontam para tais metamensagens. Para esta tarefa, mobilizamos a noção de metamensagem apresentada por Tannen (2003), de preservação da face, ameaça à face e construção da imagem, oriundas da Análise da Conversação, além de alguns conceitos analíticos sobre interação. Foram gravadas conversas entre cinco atores do Grupo Galpão, no espaço de trabalho do grupo, em Belo Horizonte. Das gravações, foram selecionados segmentos em que os atores se posicionam sobre temas diversos, utilizam as metamensagens e ameaçam a face dos interactantes. As transcrições das falas seguiram o modelo do Projeto NURC/SP. As análises revelaram que mesmo em interações em que os interactantes – nesses estudos, atores de teatro – têm um alto grau de intimidade há uma constante ameaça às faces e essa ameaça pode aparecer de forma implícita por meio de metamensagens.*

Palavras-chave: *metamensagens; ameaça à face; preservação da face; construção da imagem; Análise da Conversação.*

1. Introdução

Os indivíduos em uma interação conversacional, via de regra, buscam proteger sua imagem e manter a imagem do seu interlocutor resguardada. Em interações

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Antonio Silva. Bolsista CAPES. E-mail: evandroreih@usp.br.

harmônicas há uma negociação entre os interactantes para que as faces permaneçam protegidas.

O uso de cortesia também contribui para que, no ato conversacional, as faces possam ser mantidas. Entre participantes de uma conversação que tenha estreitos laços de relação o uso da cortesia pode ser reduzido, isso não significa, todavia, que os participantes da interação não tenham interesse em manter protegida sua face ou deixe de preservar a face do outro.

Os participantes das interações conversacionais acabam por utilizar recursos linguísticos que consigam tanto indicar o que desejam dizer como posicionar o que pensam a respeito do seu interlocutor, assim, podem empregar nesses momentos as metamensagens e podem por meio delas ameaçar a face dos demais participantes da interação.

Este trabalho parte dessa reflexão e tem por objetivos observar as metamensagens e a ameaça à face utilizadas na interação conversacional de atores teatrais, em conversas gravadas, e evidenciar as marcas linguísticas presentes nas falas que apontam para tais metamensagens.

Para esta tarefa, mobilizamos a noção de metamensagem apresentada por Tannen (2003), de preservação da face, ameaça à face e construção da imagem, oriundas da Análise da Conversação, além de alguns conceitos analíticos sobre interação.

Em seus estudos Tannen (2003, p. 15) assevera que “as metamensagens são significados não declarados que captamos com base no modo como alguém falou – tom de voz, fraseados – e em associações que trouxemos para a conversa”. Buscamos os significados não declarados nas falas dos atores do Grupo Galpão numa conversa gravada.

A interação foi gravada com quatro atores do Grupo Galpão, no espaço de trabalho do grupo, em Belo Horizonte. Da gravação, foram selecionados segmentos em que os atores se posicionam sobre temas diversos, utilizam as metamensagens e ameaçam a face dos interactantes. As transcrições das falas seguiram o modelo do Projeto Norma Urbana Culta da Cidade de São Paulo - NURC/SP.

2. A metagemensagem

A metagemensagem é uma estratégia conversacional da qual os falantes se utilizam na interação com o fito de expressar algo que se quer comunicar de forma implícita.

Em uma conversa corriqueira do dia a dia ou em uma fala tensa numa situação conversacional mais cerimoniosa, há uma camada de não-dito que subjaz ao que foi posto por cada um dos actantes e que só é compreendido, quando é observado: o contexto situacional do ato de fala, a situação emocional dos envolvidos na interação, os motivos da conversa, a relação entre os envolvidos e mais uma série de fatores que podem influenciar o diálogo, tanto o que é posto quanto o que ficou suposto.

Em tudo que é dito por alguém pode haver intenções que não estão claramente expostas. Um falante com o mínimo de competência linguística pode deixar marcadas ou não das intenções de suas falas. Podemos sempre recorrer a recursos linguísticos ou paralinguísticos para escamotear aquilo que realmente pretendíamos dizer ou simplesmente pôr às claras aquilo que não poderia ser dito. As escolhas linguísticas que fazemos em um ato de fala podem gerar conflito, como também pode proporcionar uma aproximação com quem falamos.

Tannen (2003, p. 16) usa os termos *conexão* e *controle* com o intuito de “descrever as forças que impulsionam todas as nossas conversas – como usamos a conversa para ficarmos mais perto uns dos outros ou colocarmos distância entre nós; como as palavras que escolhemos nos ajudam a obter domínio ou mostrar respeito.”

Os participantes de uma conversa utilizam essas forças impulsionadoras de acordo com os objetivos que pretendem atingir na interação. Os subentendidos subjacentes às mensagens de cada actante também concorrem para cumprir os fins desejados dos seus enunciadores. E esses não-ditos podem ou não ser recuperados pelo ouvinte.

Os implícitos, tanto aparecem introduzidos por si mesmos no discurso, como podem insurgir de forma relativa, interna àquilo que o locutor deseja expor. Trata-se dos pressupostos e subentendidos do discurso. Os primeiros se ligam a um elemento semân-

tico veiculado pelo enunciado e os segundos referem-se à maneira como dado elemento semântico é introduzido no sentido.

Em uma conversa, aquilo que está emerso na fala de cada um dos interactantes é apenas uma pequena parte do todo. O posto são os explícitos dos enunciados e o não posto, toda a implicação, isto é, o que não é claramente dito. Sobre esta questão Koch assevera:

O implícito não diz respeito apenas ao universo vago, indefinido, das significações que se produzem entre dois falantes do universo da situação. O que se faz necessário é que o ouvinte tenha condições de reconhecer no enunciado a forma particular sob a qual a proposição vem expressa. Por isso, o falante lhe dá indicações que permitam esse reconhecimento: é o modo do mostrar, do indicar, do implicar que constitui a forma do enunciado. A significação se dá, portanto, sob dois modos distintos: o da mostraçã (implícito) e o da representação (explícito) [...] (KOCH, 1984, p. 29).

No enunciado, o posto, isto é, o explícito, é apenas um dos níveis da significação da sentença, enquanto os implícitos abarcam diversos níveis de significação, sendo que esses podem aparecer marcados nos enunciados de forma pressuposta ou no patamar da enunciação de forma a ser inferida ou subentendida. Para Maingueneau (1996, p. 105), “pressupostos e subentendidos permitem que os locutores digam sem dizer, adiantem um conteúdo sem assumir completamente sua responsabilidade.”

“Tudo o que dizemos para o outro ecoa com significados que vieram de nossa experiência passada – tanto nossa história falando com a pessoa diante de nós nesse momento como aquela falando com outros.” (TANNEN, 2003, p. 15). A pesquisadora também assevera:

Reagimos não apenas ao significado das palavras faladas – a *mensagem* -, mas também àquilo que pensamos que essas palavras dizem sobre o relacionamento – a *metamensagem*. As metamensagens são significados não declarados que captamos com

base no modo como alguém falou – tom de voz, fraseados – e em associações que trouxemos para a conversa. Seria possível dizer que a mensagem comunica o significado das palavras, mas a metagemensagem traz o significado do coração. Portanto, um passo crucial para romper o engarrafamento das conversas frustrantes é aprender a separar as mensagens das metagemensagens (TANNEN, 2003, p. 15).

A metagemensagem pode ser nomeada, frente ao sentido geral que possa transmitir, de *enquadramento*. “Como o antropólogo Gregory Bateson e o sociólogo Erving Goffman usavam o termo, ainda de acordo com Tannen, enquadramento é semelhante a uma folha de instruções, dizendo-nos como interpretar as palavras que escutamos” (TANNEN, 2003, p. 16).

O *reenquadramento* é executado quando se fala de uma maneira diferente da habitual a fim de modificar o curso da interação. Para essa estudiosa (2003, p. 16), “Uma das maneiras mais poderosas que temos de melhorar as conversas e os relacionamentos”. E também pode ser feito, mudando o modo como se interpreta o que é dito.

Sobre a metagemensagem, Tannen (1990), ainda, assevera:

Uma outra maneira de pensar em metagemensagem é que elas estruturam uma conversação, assim como a moldura de um quadro fornece um contexto para as imagens na pintura. As metagemensagens permitem interpretar o que alguém está dizendo, identificando a atividade que se desenvolve: é uma argumentação ou uma conversa? Está ajudando, aconselhando ou escarnecendo? Ao mesmo tempo, permitem saber que posição o comunicador está assumindo na atividade e qual a posição que está sendo indicada. (TANNEN, 1990, p. 29).

3. Preservação da face

Cada um dos participantes de um ato de fala procura manter sua autoimagem pública preservada e colabora para que a de seu interlocutor também seja preservada. Entretanto os interactantes podem intencionalmente ou não ameaçar a face um do outro, para cumprir determinado propósito no ato interacional:

“Em uma conversação, é comum os interactantes cooperarem para a manutenção da face do outro, havendo uma espécie de acordo tácito entre eles. Assim, normalmente, a face de uma pessoa é mantida quando a face da outra que interage é mantida” (SILVA, 1999, p. 109).

“Expressão social do eu individual” esse é o conceito de *face* que foi estabelecido por Goffman (1970, p. 13). Tal conceito para o autor pode ser definido como valor positivo que o indivíduo cobra para si.

Na interação o falante procura passar a seu interlocutor uma imagem social, a face, e, para tanto, evita o conflito. Há uma colaboração mútua entre os participantes de uma interação a fim de se preservar a face um do outro. Porém, em algumas situações interacionais, ocorre a perda da face o que acarreta uma tensão e o comprometimento da interação.

O falante pode procurar o embate, ameaçando a face do interlocutor como uma estratégia discursiva, em certos atos de fala. (PRETI, 2004, p. 151).

Sobre a manutenção da face pelos participantes de um ato de fala, Silva (2006) esclarece:

A manutenção da face, tanto a do falante como do ouvinte, funciona como se fossem regras de trânsito da interação. O simples contato com o outro já representa o rompimento de um equilíbrio preexistente entre as partes, ameaçando a auto-imagem pública construída pelos participantes da interação. Assim, em contato social, o indivíduo assume dois pontos de vista: uma orientação defensiva, tendo em vista preservar a própria face;

uma orientação protetora, tendo em vista preservar a face do outro. Quando ocorre a “invasão da territorialidade” por parte de um dos interactantes, haverá o que Goffman chama de **perda da face**. Encontrando-se nessa situação, o indivíduo pode valer-se de determinados procedimentos (**face-work**), utilizados para neutralizar as ameaças à face (SILVA, 2006, p. 112, grifos nossos).

Brown e Levinson (1978,p.06) redimensionaram o conceito de face a partir dos estudos de Goffman (1967). Para os autores “a face é algo em que há investimento emocional e que pode ser perdida, mantida ou intensificada e que tem que ser constantemente cuidada numa interação”.

Assim em um diálogo os falantes constantemente buscam um acordo para preservação da face de ambos. E nesse processo de manter sua face preservada, cada um dos falantes age de forma a manter preservada a face do outro.

Sobre o processo de negociação para preservação mútua da *face* pelos falantes em uma interação, Marcuschi (1989, p. 109) assevera que “Toda pessoa é um ser racional e como tal usa da racionalidade para a seleção de estratégias que visam à preservação das faces, pois o interesse comum dos interactantes é a preservação mútua das faces diante das ameaças potenciais, minimizando assim os riscos.”.

No trecho selecionado do inquérito, abaixo transcrito, observamos que a imagem positiva de um dos participantes é ameaçada pelo comentário de um dos colegas do grupo. Nas análises que fizemos apontamos as circunstâncias da ameaça e o que decorre disso.

[...]

Doc: de quando surge o grupo, trinta anos atrás né, vocês eram outros atores e se conheciam já todo mundo já se conhecia como foi vocês foram se conhecendo pra montar o grupo?

Inf. 1: alguns já se conheciam

Inf. 2: alguns já se conheciam.. no caso a gente se conheceu lá

naquele processo dos alemães
 Inf. 1 : que ele te falou dos alemães..
 Inf. 2: eu já conhecia a Vanda....
 Inf. 3: ah:: você **já deu aquele texto?**
 Inf. 2: já ... já dei u::um
 Inf. 3: **no festival de inverno de Diamantina...em mil novecentos oitenta dois**
 [
 Inf. 2: não foi **assim tão comple::to** ... foi mais rápida ((risos))
parece que tem um texto que eu
 [
 Inf. 3: **Liga o Eduardo ele fala**
 [
 Inf. 2: **Liga o gravador**
 Inf. 3: a história é a mesma que é **recontada a trin::ta anos**
 Inf. 2: **mil novecentos e ãh:::ãh... éh:::é**
 Inf. 3: Em mil novecentos e oitenta e dois no festival de inverno de Diamantina dois professores alemães fulano e fulana ah:::ah ... ((risos)) **pode soltar o robô** que ele vai
 [
 Inf. 2: vai ...vai lá...
 [
 Inf. 1: **eu também já falo assim**
 Inf. 3 : **até eu já aprendi** contar essa estória sou capaz de sentar numa sala e falar... ((risos)) tem a estória do Eduardo debaixo da jabuticabeira convidando a Teuda na porta da casa dela

O inquérito transcrito acima foi gravado com quatro atores do Grupo Galpão, no espaço do grupo em Belo Horizonte, como já informamos. Os atores que participaram da interação foram: Eduardo da Luz Moreira – inf. 2 - um dos fundadores do grupo; Maria Inês de Castro Peixoto– inf. 4 que entrou no grupo dez anos após sua fundação e permaneceu em silêncio no trecho que selecionamos para análise; Teuda Magalhães Fernandes – inf.1 - e Arildo Barros de Carvalho – inf. 3 - que também participaram da fundação

do grupo. Os últimos chegaram, respectivamente, após termos iniciado a interação. Esse contexto é importante para o entendimento dos recursos e estratégias conversacionais utilizadas pelos atores durante a conversação. No trecho abaixo observamos a exposição da face positiva do inf. 2 pela metamensagem utilizada no comentário do inf. 3.

Inf. 3: ah:: você **já deu aquele texto?**

Inf. 2: já ... já dei u::um

Inf. 3: no festival de inverno de Diamantina...em mil novecentos oitenta dois

Tannen (1990) assevera que as “... metagens são significados não declarados que captamos com base no modo como alguém falou – tom de voz, fraseados – e em associações que trouxemos para a conversa” (TANNEM, 1990). Quando o inf. 3 afirma “ah:: você **já deu aquele texto?**” entendemos que há um significado não declarado que captamos pelo modo como a frase foi proferida e pela associação que trouxemos para a interação. Identificamos uma metamensagem na afirmação do inf. 3. E, além do que possa ficar subentendido na expressão “**já deu aquele texto?**”, há um enquadramento que entendemos como “insulto brincalhão”, expressão cunhada por Tannen (2003, p.312). Segundo a autora, esse tipo de insulto aparece em interações conversacionais no âmbito familiar e entre amigos muito próximos. Para a pesquisadora, usar um insulto brincalhão configura um tipo de oposição dinâmica encarada como divertida.

A pergunta expõe a face positiva do inf. 2. Uma vez que a expressão utilizada na indagação serve como uma ameaça à imagem do inf. 2, este busca recuperar sua face positiva ao afirmar “já ... já dei u::um”, mas o inf.3 continua expondo a face do colega anunciando o texto decorado que é repetido pelo inf.2 “no festival de inverno de Diamantina...em mil novecentos oitenta dois”.

O processo de negociação para preservação mútua da *face* pelos falantes em uma interação não foi mantido pelo inf. 3. E o inf.2 buscou os procedimentos (**face-work**)

para neutralizar as ameaças à face. Ele tenta colaborar com o inf.3 afirmando “não foi **assim tão comple::to** ... foi mais rápida ((risos)) **parece** que tem um texto que eu”. Busca assim manter sua face resguardada suavizando o que o colega havia afirmado. Com o atenuador parece que ele tenta mostrar que o que foi dito pelo parceiro pode sim ocorrer, mas que a história que ele possivelmente conta acerca do surgimento do grupo não se trata de um texto pronto e decorado.

O inf.3, no entanto, continua ameaçando a face do parceiro “Liga o Eduardo ele fala” e o inf.2 ainda mantém a estratégia de proteção e defesa “Liga o gravador”, porém o inf. 3 continua no “**pode soltar o robô** que ele vai”. A interação parece ser desarmônica e conflituosa, porém trata-se de uma interação harmoniosa e sem conflito. O contexto e a relação entre os participantes podem servir para comprovar isso.

As metagensagens presentes na conversação só podem ser recuperadas de forma mais clara, e podem servir para comprovar que os falantes mantiveram uma interação harmoniosa e sem conflito, se buscarmos entender que houve durante o processo interacional o que entendemos como insulto brincalhão, conceito que como já afirmamos é encontrado nas asseverações de Tannen (2003, p. 312). Segundo a autora, para algumas famílias, discutir, juntamente com insultos brincalhões, é um tipo de oposição dinâmica encarada como divertida. A relação dos atores envolvidos na interação é similar a uma relação familiar, pois convivem há trinta anos. Desta forma, o que possivelmente podemos abstrair das metagensagens presentes na fala do inf. 3 - quando afirma que o inf.2 repete a mesma história há trinta anos, que age como um “gravador” ou como um “robô” - é na verdade um tipo de oposição dinâmica, um jogo divertido para todos os membros do grupo e essa oposição dinâmica, que pode parecer ofensiva, é própria da relação estabelecida entre eles. Esse tipo de metagensagem é comum na relação discursiva de pessoas que convivem juntas por muitos anos.

As possíveis ameaças à face do inf. 2 tratam-se na verdade de uma estratégia linguística de aproximação, que foi estabelecida pelos membros do grupo devido aos

anos de convivência e parceria. Isso pode ser observado também na fala da inf. 1 “eu também já falo assim” e do próprio inf. 3 “**até eu já aprendi** contar essa estória sou capaz de sentar numa sala e falar...”. Eles se solidarizam com o inf. 2, mostrando que repetir a história da formação do grupo é comum a todos.

3. Considerações finais

As análises revelaram que mesmo em interações em que os interactantes – nesses estudos, atores de teatro – têm um alto grau de intimidade há uma constante ameaça às faces e essa ameaça pode aparecer de forma implícita por meio de metagensagens.

No entanto, no que tange à conversação que analisamos, devemos procurar entender que nem sempre as ameaças podem configurar uma relação conflituosa ou uma interação desarmônica, pois a relação entre os participantes de uma conversação pode permitir-lhes o uso de determinadas estratégias que a princípio pode sugerir um ataque à face, mas é na verdade um jogo de oposição dinâmica encarada como divertido, muito comum em relações familiares.

Referências bibliográficas

BROWN, Penelope; **LEVINSON**, Stephen C. Universals in language use: politeness phenomena. In:

GOODY, Esther (Org.). *Questions and Politeness: strategies in social interaction*. Cambridge: C.U.P. (Cambridge University Press), 1978. p. 56 - 289.

GOFFMAN, Erving. *Ritual de la interacción*. Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo, 1967.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Marcadores conversacionais no português brasileiro: formas, posições e funções. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.). *Português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora UNICAMP, Campinas: Unicamp. 1989.

PRETI, Dino. *Sociolinguística - os níveis de fala, um estudo sociolinguístico do diálogo na literatura brasileira*. São Paulo: Nacional, 1974.

_____. Alguns problemas interacionais da conversação. In: _____. (Org.). *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2002.

_____. *Estudo de língua oral e escrita*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

_____. A propósito do conceito de discurso urbano oral culto: a língua e as transformações sociais. In: PRETI, Dino (Org.). *O discurso oral culto*. São Paulo: Humanitas, 2005.

SILVA, Luiz Antônio da. Conversação: modelos de análise. In: SILVA, Luiz Antônio da (Org.). *A língua que falamos - Português: história, variação e discurso*. - São Paulo: Globo, 2005.

_____. Polidez na interação professor/aluno. In: PRETI, Dino (Org.). *Estudo de língua falada: variações e confrontos*. São Paulo: Humanitas, 1999. (Projetos paralelos, v.3).

TANNEN, Deborah. *Género y discurso*. Trad. Marco Aurélio Galmarini. Barcelona: Buenos Aires. Paidós, 1996.

_____. *Você simplesmente não me entende – O difícil diálogo entre homens e mulheres*. Trad. Maria Therezinha M. Cavallari. São Paulo: Best Seller, 1990.

_____. *Só estou dizendo isso porque gosto de você: Como um simples comentário pode gerar conflitos no relacionamento familiar*. 2.ed. São Paulo: Arx, 2003.

Abstract: *This study aim's to observe the metamesages and the threat to the face used in conversational interaction theatrical actors, recorded conversations, and highlight the linguistic brands present in the speeches that link to such metamesages. For this task,*

we mobilize the notion of metamessage presented by Tannen (2003: 15), to preserve the face, threatening face and building the image arising from the Analysis of Conversation, and addition to analytical concepts of interaction. Conversations were recorded between five Galpão Group actor's, in the workspace of the group, location in Belo Horizonte city. In recordings, some segments were selected in which the actors are positioned on various topics, use the metamessages and threatening face of the interactants. The transcripts of the speeches followed the model of Project NURC / SP. The analyzes showed that the same interactions in which the interactants - theater actors - have a high degree of intimacy there is a constant threat to the faces and that threat may appear implicitly through metamessages.

Keywords: *metamessages; threat to face; preservation of the face; image building; Conversation Analysis.*

O ENGAJAMENTO NA IMPRENSA ESPORTIVA BRASILEIRA: UMA INVESTIGAÇÃO SOCIOSSEMIÓTICA DA CONTRAÇÃO E DA EXPANSÃO DIALÓGICA NOS DEBATES ACERCA DO FUTEBOL

Felipe de Oliveira TADDEI¹

Resumo: *Este artigo tem como objetivo analisar aspectos de polemicidade e de espetacularização na imprensa esportiva brasileira, objetivando depreender, por meio da investigação linguística, de que maneira os atores sociais configuram sua perspectiva em relação à temática do futebol, modalidade esportiva que se encontra amplamente difundida na cultura nacional. Baseado no que foi exposto, foram utilizados, no processo analítico, os pressupostos teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY ; MATTHIESSEN, 2004) e da Teoria da Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005), no intuito de mostrar os recursos avaliativos que desempenham um papel de destaque na construção da persona autoral, bem como na modelação dos polos da polêmica e da informação, fundamentais para o entendimento das orientações presentes nos dois exemplares analisados.*

Palavras-chave: *avaliatividade; polemicidade; espetacularização; imprensa esportiva; debate.*

Introdução

Charaudeau (2006) concebe o debate, principalmente o televisionado, como um gênero que prima pelo espetáculo em detrimento da informação, entretanto, tem-se verificado, especialmente na televisão fechada, uma tendência que focaliza o lado da

¹ Discente de graduação da Universidade de São Paulo, com realização de pesquisa de Iniciação Científica sob a orientação da Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves Segundo. E-mail: felipe.taddei@usp.br.

informação. Nesse gênero, nota-se, na maioria das vezes, que as argumentações de cada participante promovem a modelação de um cenário antagônico, o qual potencializa, em variados graus, momentos de conflito e de polêmica. Por essa razão, a figura do animador, a escolha dos convidados — determinada a partir da sua relação de proximidade com o tema tratado — e a seleção dos tópicos consiste em variáveis que sustentam a encenação instaurada.

Com efeito, torna-se importante lembrar o papel decisivo da mídia no que tange à sua relação com os espectadores, uma vez que “ (...) não se pode esquecer que a TV forma opinião ou a reforça — este é o seu poder; ela exerce controle. A grande massa brasileira não lê; informa-se pela televisão e isso constitui numa grande responsabilidade para esse organismo controlador do poder” (AQUINO, 1997, p. 104).

No que concerne aos debates esportivos pertencentes ao *corpus* deste estudo, o supertópico² é o futebol, e os convidados que vão expor suas opiniões apresentam uma forte relação com essa modalidade esportiva, seja no posto de ex-jogador, seja no âmbito do jornalismo esportivo. Dessa maneira, pode-se dizer que a função de catarse social se sobressai, uma vez que a convergência entre as variáveis supracitadas tem por objetivo mover as paixões do telespectador-torcedor. Todavia, o processo analítico mostrará, em um dos exemplares analisados, uma tendência nova, cuja principal característica é a função informativa.

Com efeito, observando tanto a programação brasileira, em que os debates esportivos ocupam um número expressivo, quanto o modo pelo qual os participantes abordam determinado tópico, torna-se relevante investigar de que modo a catarse, a captação da audiência e o imperativo de informatividade se relacionam com as questões

² Fávero (2010), baseada em Brown & Yule (1983, p. 73), define o tópico discursivo como “aquilo do que se está falando”. Suas propriedades básicas são a contração e a organicidade. A autora concebe a primeira propriedade como sendo o “falar-se acerca de alguma coisa implicando a utilização de referentes explícitos ou inferíveis”, ao passo que a segunda propriedade pode ser definida como “a relação que se estabelece entre o supertópico e os [...] tópicos co-constituintes”. Isso posto, nota-se que a noção de supertópico é derivada da propriedade da organicidade, a qual desempenha um papel fundamental no que se refere ao entendimento do quadro tópico de um determinado texto.

de polemicidade e de espetacularização, ambas inerentes ao discurso midiático acerca desse esporte.

Este artigo visa a analisar o papel dos recursos de contração e de expansão dialógica instanciados em debates esportivos, com o objetivo de compreender seu papel no estabelecimento da polemicidade em dois programas distintos do gênero – *Jogo Aberto* e *Bem, Amigos*, de televisão aberta e fechada, respectivamente -, que tendem a ocupar polos opostos em termos de negociação intersubjetiva: o primeiro tendendo à espetacularização; o segundo, à informação. Os exemplares serão analisados com o auxílio da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), da Teoria da Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005) e do software *UAM Corpus Tool*.³

Pressupostos teóricos

A Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY ; MATTHIESSEN, 2004) busca, por meio de uma abordagem descritiva e explicativa, analisar a língua em contexto. Trata-se de uma perspectiva teórica que está centrada na ideia de como a língua — concebida como um potencial de significado — pode variar de acordo com os diversos grupos de falantes e situações de uso. Nessa perspectiva, o ator social, integrado em distintas práticas, em dada estrutura sociopolítica, econômica e cultural, constrói a realidade de maneiras particulares, uma vez que seu arcabouço ideológico apresenta idiosincrasias que potencializam escolhas léxico-gramaticais diferentes.

A gramática funcional é uma forma de olhar para a gramática no que tange ao seu uso. No âmbito da linguística, a principal alternativa à gramática funcional é a gramática formal, cujo foco reside nos modos como os nossos genes atuam na modelação das nossas gramáticas, configurando o que podemos ou não di-

³ Esse software pode ser entendido, basicamente, como um conjunto de ferramentas cuja função é buscar, quer seja manualmente, quer seja semi-automaticamente, padrões linguísticos e determinadas palavras e construções nos textos. Além disso fornece, também, uma análise estatística dos dados obtidos.

zer. A gramática funcional, por outro lado, não é geneticamente orientada para a nossa neurofisiologia. Essa abordagem concebe o desenvolvimento dos sistemas gramaticais como as maneiras pelas quais as pessoas interagem umas com as outras [...]. Em outros termos, a sua orientação não é biológica e sim social (MARTIN, MATTHIESSEN ; PAINTER, 1997, p. 1 *apud* GOUVEIA, 2009, p. 18).⁴

Com efeito, o uso da língua é motivado pelas relações sociais (metafunção interpessoal), pelas representações sociais (metafunção ideacional) e pelos suportes comunicativos (metafunção textual). Assim, as escolhas linguísticas realizadas pelos falantes/escritores não são vistas como aleatórias, mas condicionadas pelo contexto e pela estrutura sociocultural.

Nesse artigo, foca-se a função interpessoal da linguagem, no intuito de apresentar os modos como a negociação intersubjetiva é construída. Para tal, a Teoria da Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005), cujo objetivo principal é compreender as maneiras pelas quais a voz autoral se relaciona com outras perspectivas de construção da realidade, será de grande valia, uma vez que fornece categorias analíticas pertinentes para a apreensão das possíveis dissonâncias e convergências entre os vários posicionamentos acerca da realidade, permitindo caracterizar de que forma os atores sociais aderem ou não às proposições e propostas enunciadas, explícita ou implicitamente, nos textos.

Isso posto, vale ressaltar que a Avaliatividade assume como premissa a noção de dialogismo, proposta pelo Círculo bakhtiniano. Nas palavras de Bakhtin (1988, p. 88),

A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio de todo discurso. Trata-se da orientação natural de todo discurso

⁴ "Functional grammar is a way of looking at grammar in terms of how grammar is used. In the field of linguistics, the main alternative to functional grammar is formal grammar, which is concerned with the ways in which our genes constrain the shape of our grammars, and thus constrain what we can and cannot say. Functional grammar is not genetically oriented to our neurophysiology in this way. Rather, it focuses on the development of grammatical systems as a means for people to interact with each [...]. Its orientation is social, in other words, rather than biological".

vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e intensa. Apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem ainda não desacreditado, somente este Adão podia realmente evitar por completo esta mútua orientação dialógica do discurso alheio para o objeto.

Como corolário, o autor concebe que nenhum texto é inédito, uma vez que no seu cerne encontra-se o já dito, ou seja, há vozes subjacentes que permitem inferir uma certa interdiscursividade entre dois materiais. Em outras palavras, textos e enunciados invocam alternativas dialógicas, outras concepções da realidade, com a qual estabelecem relações polêmicas ou contratuais.

Baseado nessas premissas acerca da Avaliatividade e na sua relação com a função interpessoal da linguagem, quer seja no que se refere à língua como ação, quer seja no que se refere ao contexto interacional, no qual dois atores sociais expõem suas visões de mundo a partir de perspectivas distintas, comprometendo-se, de diversas formas e em variados graus, em relação àquilo que é dito/enunciado, torna-se possível depreender de que maneira uma dada perspectiva foi marcada no enunciado, buscando analisar se houve ou não um diálogo com outras vozes.

Logo, as palavras de White (2004) são relevantes, pois revelam o principal objetivo da teoria da Avaliatividade (ou Valoração):

A valoração apresenta técnicas para analisar, de forma sistemática, como a avaliação e a perspectiva operam em textos completos e em grupos de textos de qualquer registro. A abordagem está interessada nas funções sociais desses recursos, não simplesmente como formas através das quais falantes/escritores individuais expressam seus sentimentos e posições, mas como

meios que permitem que os indivíduos adotem posições de valor determinadas socialmente, e assim se filiem, ou se distanciem, das comunidades de interesse associadas ao contexto comunicacional em questão. (WHITE, 2004, p. 177)

O modelo teórico em questão apresenta três macrocategorias fundamentais: *atitude*, *gradação* e *engajamento*. A primeira refere-se à ativação de posicionamentos autorais positivos e negativos diante da realidade. A segunda, por sua vez, refere-se à intensidade das posições valorativas, evidenciando o grau de validação/responsabilização autoral no que toca às propostas/proposições, criando, de certa forma, poder ou solidariedade em relação aos inúmeros atores sociais. Por fim, o campo do engajamento, foco dessa pesquisa, fornece, grosso modo, os recursos de posicionamento intersubjetivo, revelando graus de comprometimento das vozes autorais diante das representações e avaliações instanciadas e sinalizando relações de aceitação ou rejeição de alternativas dialógicas em relação àquilo que é enunciado.

A abordagem subdivide-se em duas categorias: *monoglossia* e *heteroglossia*. Na primeira, uma proposição/proposta apresenta, em geral, polaridade positiva e é marcada por verbos no Presente ou no Pretérito Perfeito do Indicativo, ou ainda no Imperativo, de forma a promover validação máxima, simulando, assim, a anulação do dialogismo constitutivo. Na segunda, foco principal da proposta do engajamento, há a possibilidade de a voz autoral alinhar-se ou desalinhar-se em relação aos interlocutores. Visto que o cerne da proposta de engajamento reside principalmente nos aspectos heteroglóssicos, torna-se necessário apresentar os recursos de *contração* e *expansão dialógica*.

A *contração dialógica* (*refutação/contraposição* e *declaração/proposição*) pode ser entendida como os meios pelos quais o falante/escritor desafia, dispersa ou até mesmo restringe o escopo de vozes alternativas. Na *expansão dialógica* (*consideração/ponderação* e *atribuição*), por sua vez, ocorre o oposto, ou seja, seus recursos suscitam vo-

zes e posições dialógicas alternativas, sinalizando que a voz autoral reconhece, em maior ou menor grau, sua validade. Por conseguinte, o falante/escritor pode variar o seu grau de engajamento com vozes alternativas a partir das categorias supracitadas.

O quadro abaixo sintetiza as principais opções paradigmáticas do subsistema de engajamento:

Quadro 1. Opções paradigmáticas de engajamento: heteroglossia (Retidado de GONÇALVES SEGUNDO, 2014, p. 8)⁵

Expansão Dialógica: aceitação da validade ou reconhecimento da plausibilidade de alternativas dialógicas.	Consideração/Ponderação: reconhece a possibilidade de alternativas dialógicas. Ex: formas modais e evidenciais.
	Atribuição: discurso relatado direto ou indireto. a. Reconhecimento: a voz autoral relata, de forma neutra, a alternativa dialógica. Ex.: verbos <i>dizer, falar, comentar</i> . b. Distanciamento: voz autoral não valida o discurso relatado. Ex.: verbos <i>alegar, ouvir dizer</i> .
Contração Dialógica: rejeição parcial ou total de alternativas dialógicas.	Refutação/Contraposição: anula alternativas dialógicas. a. Negação b. Contra-expectativa. Ex.: operadores concessivos e adversativos.
	Declaração/Proposição: rejeição parcial de alternativas dialógicas. a. Concordância/Expectativa confirmada: constrói leitor/ouvinte que partilha da posição autoral. Ex.: expressões como <i>É óbvio que, evidentemente</i> . b. Afirmação/Pronunciamento: constrói leitor/ouvinte como portador de um posicionamento em polemicidade com o autoral. Ex.: Expressões como <i>A verdade é que, O fato é que</i> . c. Endosso: forma de discurso relatado em que a voz autoral valida e ratifica o discurso de outrem. Ex.: verbos <i>mostrar, provar</i> .

Apresentadas tais categorias, serão analisados um trecho do programa *Jogo Aberto* e outro do programa *Bem, Amigos*, no intuito de mostrar o modo como essas categorias semântico-discursivas colaboram na construção da polemicidade em função do caráter mais espetacular ou mais informativo dos programas. Os tópicos discutidos em ambos os programas apresentam uma forte relação com o supertópico *futebol*. A ramificação no que se refere aos assuntos, evidenciada nos subtópicos suscitados ao longo dos debates, será importante nas análises a seguir, pois permite que os media-

⁵ Vale ressaltar que não há ainda consenso na tradução das categorias em negrito. Os termos sugeridos antes e depois da (/) referem-se às traduções propostas em White (2004) e em Ninin & Barbara (2013).

dores e os participantes se valham dos diversos conhecimentos de mundo que atuam, direta ou indiretamente, na construção da perspectiva, incidindo, assim, na orientação dos programas.

Análise do *corpus*

O programa *Jogo Aberto* e a espetacularização como prerrogativa fundamental

O primeiro fragmento a ser analisado pertence ao programa *Jogo Aberto*, da Rede Bandeirantes, cuja bancada é composta pela apresentadora Renata Fan (RF) e pelos convidados Doutor Osmar de Oliveira (OO), Marco Aurélio Cunha (MA), Alex Muller (AM) e Ronaldo Giovaneli (RG), os quais apresentam forte ligação com o futebol, seja no âmbito do jornalismo, seja no âmbito atlético-esportivo. O número de títulos conquistados pelo Corinthians, pelo Internacional e pelo São Paulo, a relevância desses títulos e a comparação entre clubes nacionais e internacionais constituem segmentos tópicos relevantes no debate.

Neste primeiro exemplar, percebe-se que o debate se foca nos aspectos quantitativos e qualitativos relativos aos títulos dos times Corinthians e Internacional, fomentando um cenário marcado pela hiperbolização dos fatos. Os atores sociais envolvidos nessa discussão priorizam, de certa forma, construções que suprimem as vozes alternativas — contração dialógica —, a fim de dar peso as suas argumentações, objetivando estabelecer a imagem do time e, de modo implícito, a construção da própria imagem como torcedor prototípico, o qual estabelece relações afetivas com o clube, quer seja defendendo-o, quer seja exaltando-o. Toda essa cadeia argumentativa confere ao programa um teor de polemicidade, que reside nesse cenário de constante disputa, na medida em que os participantes, ao enquadrarem a realidade de maneiras particulares, contraindo o dialogismo intrínseco aos textos, diminuem o escopo de vozes alternativas, fazendo com que os enunciados por eles instanciados apresentem um alto teor de plausibilidade e verossimilhança.

Observe-se o par dialógico Pergunta-Resposta abaixo, que inicia o conflito:

*OO: qual o título que a senhora estava no estádio ou na televisão trabalhando e aplaudiu do Inter campeão brasileiro?*⁶

RF: a:: não mas eu fui Libertadores Mundial outra Libertadores Copa Sulamericana Copa Suruga Copa do Brasil eu estava no estádio PEQUENININHA nem pensava em futebol e trabalhar em noventa e dois eu estava lá... TUDO...DOUTOR TENHO MAIS DE QUARENTA GAUCHÕES DOUTOR

Na primeira parte do debate, instaura-se uma competição entre a apresentadora do programa e o convidado no que tange ao número e à importância dos títulos de Internacional e Corinthians, na medida em que OO — revertendo o papel canônico de o apresentador perguntar e o convidado responder, característica que, de certa forma, desafia a estrutura usual do gênero discursivo debate — introduz a pergunta polêmica a RF, criando um cenário no qual a mediadora também se torna fonte de informação e alvo de polemização.

Inicialmente, percebe-se que ocorre um questionamento sobre a importância dos títulos conquistados pelo Internacional, focalizando principalmente a escassez de títulos brasileiros deste time ao longo dos anos. Há, nesta pergunta, uma voz subjacente que concebe o Internacional como um time desprovido de títulos dessa natureza, configurando, assim, uma construção com forte potencial de conflito. Além disso, carrega, de modo implícito, uma ideia de que RF é uma torcedora periférica, não prototípica — aquela que não está presente nos jogos do seu time. Evidencia-se, portanto, uma desvalorização do Internacional por parte do convidado.

Tal construção apresenta, ainda, um teor irônico, implícito no uso do substantivo *senhora*, que indica, na maioria das vezes, um teor de polidez. Todavia, observando a estrutura do programa *Jogo Aberto*, nota-se que tal construção não é usual, uma vez que

⁶ As transcrições seguem o modelo do NURC/SP.

esse modelo de debate focaliza o lado espetacular, marcado pela alta informalidade, o que parece deslocar o uso polido para um uso desafiador potencializando o lado conflituoso.

Em seguida, analisando as circunstâncias *no estádio* e *na televisão*, ligadas ao verbo *ser* no Pretérito, infere-se que a primeira se refere tanto aos anos anteriores da vida da apresentadora quanto ao presente momento, ao passo que a segunda expressão apenas remete ao momento atual, no qual a apresentadora ocupa um cargo de âncora em um programa de televisão. Nesse sentido, tais expressões possibilitam enfatizar o jejum de títulos brasileiros do Internacional e, conseqüentemente, a desvalorização do time, dada a extensão temporal da fraca performance da equipe gaúcha.

Respondendo à pergunta do convidado, a apresentadora RF, na primeira parte desse enunciado, por meio do operador argumentativo *mas*, recurso de contração dialógica por **contra-expectativa**, rejeita o que foi exposto pelo convidado e, a fim de mostrar a importância do seu time, elenca alguns títulos do Internacional. Essa enumeração de sintagmas nominais — títulos — se inicia com a construção *eu fui*, a qual comporta duas interpretações possíveis: a primeira denota a ideia de que a apresentadora estava presente nos campeonatos elencados por ela; a segunda, por sua vez, comporta o sentido de que o Internacional foi campeão de determinado torneio, ou seja, o pronome *eu* ligado a forma verbal *ir*, no Pretérito Perfeito, remete o espectador não à apresentadora, mas sim, ao Internacional. Em outras palavras, essa segunda interpretação baseia-se em uma metonímia (FERRARI, 2011), de modo que há um processo conceptual de mapeamento de conceitos e construções no âmbito de um mesmo domínio cognitivo — o esportivo —, em que o time é representado pelo torcedor.

Com efeito, nota-se uma proposição na qual a apresentadora busca potencializar a questão do envolvimento com o clube, sinalizando que ela é, sim, uma torcedora prototípica, polemizando, dessa maneira, como OO.

Na segunda parte da resposta, a construção *Copa do Brasil eu estava no estádio PEQUENININHA nem pensava em futebol e trabalhar em noventa e dois eu estava lá*

corroborar a primeira interpretação supracitada, na qual a ideia de anterioridade permanece. O adjetivo *PEQUENININHA*, bem como o verbo *pensar*, no tempo pretérito, objetivam demarcar um período anterior, no qual a apresentadora não possuía um vínculo profissional com o futebol. Pode-se depreender, baseado nessa proposição, que a defesa da apresentadora tem, como alvo, tanto a reabilitação do Internacional, quanto a reconstrução da própria imagem pública — basta atentar para o turno de fala em que o convidado tenta relacioná-la com um modelo de torcedor marginal.

Finalizando sua argumentação, por intermédio da asserção *TUDO...DOUTOR TENHO MAIS DE QUARENTA GAUCHÕES DOUTOR*, instaura-se outro ponto de polemicidade no debate. Essa construção carrega consigo elementos de **gradação**, como *tudo* e *mais*, os quais desempenham papel fundamental na configuração retórica, na medida em que, ao elevar o comprometimento da proposição, enumerando uma série de títulos, a apresentadora se defende, negando a concepção de OO acerca da ausência de títulos, contribuindo, como foi colocado, para a instauração da polemicidade e, principalmente, para a manutenção da espetacularização.

(1) OO: A MAIS IMPORTANTE FOI A COPA SURUGA... A MAIS IMPORTANTE... *cê tem mundial?*

RF: *tenho*

OO: *tenho dois...tem libertado/ TEM LIBERTADORES?*

Neste excerto, o convidado OO assalta o turno da apresentadora RF por meio de uma estrutura monoglósica, no Pretérito Perfeito, que constrói o título da Copa Suruga como o mais relevante do Internacional. Considerando que o campeonato é desconhecido do torcedor médio e que a Libertadores da América consiste no torneio mais importante do continente — e, portanto, em um campeonato largamente conhecido —, a afirmação do convidado exponencializa a desvalorização do Internacional, dado que o aprecia negativamente, instaurando ironia, um poderoso recurso de polemicidade.

O convidado, posteriormente, muda o foco da discussão, no intuito de mostrar que seu time possui títulos de maior expressão. Tal mudança abrupta ocorre por meio da pergunta *cê tem mundial?* A construção permite inferir que o convidado conhece os títulos do time da apresentadora, uma vez que ocupa um lugar de destaque no âmbito do jornalismo esportivo, ou seja, conhece o cartel de títulos dos times mais proeminentes, e, com isso, recorre a uma pergunta cuja resposta já é conhecida, porém desejando que ela responda, para, então, contestar a importância dos títulos do Inter. Assim, instaura-se outro ponto de polêmica, ligado ao campo da espetacularização, uma vez que a construção polêmica resvala no terreno do fanatismo, que, por sua vez, remete o espectador à questão da paixão que move os torcedores.

RF: DOUTOR O SEU É PRA CIMA DO CHELSEA O MEU É PRA CIMA DO BARCELONA BARCELO-NA COM RONALDINHO GAÚCHO

[

OO: NÃO INTERESSA TEM LIBERTADORES INVICTO? TEM LIBERTADORES INVICTO?

RF: o que?

OO: você tem libertadores invicto?

RF: tem sulamericana... invicta

Ao responder a pergunta acima, a apresentadora minimiza o valor do título mundial conquistado pelo Corinthians optando por uma construção na qual os oponentes — Chelsea e Barcelona — apresentam teores valorativos distintos. Novamente, por meio da metonímia, a apresentadora declara que o título do Corinthians fora conquistado sobre um time de pouca relevância, ao passo que o seu título mundial (do Internacional) fora conquistado ao derrotar o time do Barcelona com o jogador Ronaldinho Gaúcho, ou seja, algo de maior expressão. Três fatores aqui permitem inferir que tal construção carrega consigo um teor de polêmica mais elevado: a ordem da construção no que se refere à colocação dos títulos, a demarcação prosódica diferenciada e a adição da circunstância.

Em seguida, após dizer que seu time apresenta um título a mais que a equipe da apresentadora RF, o convidado recorre, novamente, à pergunta para a qual a resposta é conhecida. Todavia, vale ressaltar que sua interrogativa apresenta um caráter diferente: o acréscimo do Atributo *invicto*. Nesse sentido, infere-se a intenção do convidado no que tange ao aumento da grandeza do título do Corinthians.

A apresentadora, por sua vez, responde acrescentando, de forma idêntica, o adjetivo *invicto*, no intuito de defender o seu time. Novamente, aqui, percebe-se o efeito da pergunta exposta anteriormente — *TEM LIBERTADORES INVICTO?* —, que focaliza o projeto de fala do convidado em detrimento da apresentadora. Logo, como saída, a âncora do programa argumenta que seu time também conquistara um título de modo *invicto*, desfocando, por um lado, o título em si e, por outro, colocando em evidência atributo *invicto*, objetivando igualar seu time ao de OO.

AM: o invicto não muda o título doutor Osmar

[

*OO: SULAMERICA/SULAMERICANA É A SÉRIE B DA LIBERTADORES
NÃO VEM COM ESSA HISTÓRIA*

RF: NÃO É DOUTOR... DOUTOR... DOUTOR (DÁ) VAGA NA LIBERTADORES DOUTOR

*RG: tem time que ganhou em meio tempo só essa competição aí
pra ver como é tão bom⁷*

Após a resposta da apresentadora, o segundo convidado — AM — assalta o turno, argumentando que vencer *invicto* não muda o título. Essa proposição comporta uma carga polêmica no que tange à estrutura do programa. Sua função é contrair o dialogismo — anulando o escopo de vozes alternativas; nesse caso, a proposição de que ser campeão *invicto* mudaria, sim, o valor do título — e, mais do que isso, instaurar um ponto de polemicidade,

⁷ O São Paulo venceu o Tigre (time argentino) por W.O (vitória por abandono do adversário) no estádio do Morumbi (São Paulo) e sagrou-se campeão da Copa Sul-americana. Em campo, jogo havia acabado 2 a 0 para equipe brasileira. Foi a primeira vez que o time ganhou a competição. A primeira partida, realizada no dia 5 de dezembro, na Argentina, havia terminado 0 a 0.

uma vez que se alinha à RF, rejeitando a posição de OO. Dessa forma, nota-se que o jogo de alianças entre debatedores e apresentador é uma constante nos debates acerca do futebol, consistindo numa espécie de força motriz que potencializa o aspecto da espetacularização.

Na sequência, OO, novamente, desvaloriza o título do Internacional por meio de um recurso monoglóssico e de um comando. Em primeiro lugar, ele identifica o campeonato por intermédio do valor *SÉRIE B DA LIBERTADORES*, promovendo uma maior polemicidade ao programa, uma vez que o conhecimento de mundo do público tende a desvalorizar a série B e, conseqüentemente, esse traço negativo é transferido para a Sul-americana; em segundo lugar, a construção “NÃO VEM COM ESSA HISTÓRIA” promove a rejeição do argumento contrário, bloqueando o direito de fala do outro.

Nesse trecho, RF, recorrendo ao recurso de contração dialógica, visa a anular as vozes alternativas por meio da **negação**. Aqui, observa-se o caráter restritivo da proposição, uma vez que a âncora, por meio do advérbio *não*, exclui a voz alternativa que concede a Copa Sulamericana como um campeonato de pouca expressão e, posteriormente, argumenta que tal campeonato tem sua importância no cenário do futebol brasileiro, pois concede, ao vencedor, uma vaga na copa Libertadores da América. Percebe-se, como já foi evidenciado, que, em diversos momentos, o conhecimento de mundo é mobilizado por parte dos atores sociais, cuja tarefa principal é a corroboração de uma dada proposição. Vale ressaltar, ainda, que esses programas são orientados para um público que realmente aprecia o futebol, fazendo dos implícitos uma chave para compreender o humor e a ironia presentes nos enunciados, à medida que ambos são produtos desse conhecimento especializado da esfera futebolística.

Esse recurso de contração dialógica, discriminado nas linhas anteriores, tem uma relação com a construção do participante RF — *NÃO É DOUTOR... DOUTOR... DOUTOR (DÁ) VAGA NA LIBERTADORES DOUTOR* —, na qual ele inibe o direito de fala do outro. No seu turno de fala, aquela voz que diminui a Copa Sulamericana se faz presente, porém, de modo implícito, sendo, além disso, rejeitada.

No enunciado de Ronaldo Giovanelli, convém evidenciar o funcionamento do termo só no que se refere à manutenção da polemicidade na estrutura interna do programa. Essa unidade léxico-gramatical pode ser analisada tanto como recurso de **gradação** quanto de contração dialógica por **contra-expectativa**. Assim, por um lado, pode-se dizer que o convidado aumenta o seu comprometimento tanto ao apresentar a proposição com um grau valorativo elevado, quanto ao reduzir o teor quantitativo de seu escopo, uma vez que seria necessário jogar dois tempos para decidir quem seria campeão do torneio. Por outro lado, o recurso também restringe as vozes alternativas de modo que cancela a aplicação da concepção de que um time deveria gastar dois tempos para vencer uma “boa” competição. Como corolário, o participante RG se alinha com OO, de modo que a desvalorização do campeonato conquistado pelo São Paulo se transfere para o Internacional, instaurando, dessa forma, a polemicidade, além de reestruturar o jogo de alianças: agora, RF e AM entram em conflito com OO e RG.

Essa primeira análise possibilitou compreender de que maneira os recursos avaliativos funcionam na construção da persona autoral, mostrando de que forma os atores sociais, inseridos nesse debate, colocam-se na posição do torcedor movido por paixões. Sendo assim, buscam transpor tal idiosincrasia para o telespectador, a fim de fomentar, como foi comentado nas linhas anteriores, as questões da catarse e da audiência.

3.2. O programa *Bem, Amigos* e o lado informativo nos debates esportivos: uma nova tendência

Neste segundo exemplar, pertencente ao programa *Bem, Amigos*, transmitido pelo canais Sportv, o apresentador Luiz Roberto (LR) e os participantes Cléber Machado (CM), Alberto Helena Junior (AH), Marco Antônio Rodrigues (MR) expõem suas opiniões acerca da segurança nos estádios a partir de um acontecimento com o jogador Fred.⁸

⁸ Na Arena Pernambuco, houve um detalhe curioso. Durante o segundo tempo, um torcedor pulou o muro, que não tem mais alambrado por causa das exigências para a Copa do Mundo 2014, e invadiu o campo para beijar os pés e tirar uma foto com o atacante Fred do Fluminense. A partida terminou 1 a 0 para o Botafogo, que assumiu a liderança do Campeonato Brasileiro de 2013.

Diferentemente do programa *Jogo Aberto*, aqui é possível observar a orientação que prima pelo lado informativo em detrimento da espetacularização enraizada no programa anterior. Tal peculiaridade cria dois polos distintos, basicamente uma espécie de contínuo entre o espetacular e o informativo, o que permite comparar ambos programas a partir de propostas distintas, e, de certa maneira, extrair um padrão de suma importância no que tange aos objetivos dos debates, considerando o público da televisão aberta em oposição à televisão fechada.

Observe-se o excerto inicial abaixo :

LR: e a pergunta que eu faço aqui pra vocês é a seguinte...vamo segurar a onda Cléber com os estádios sem separação?

CM: tomara tomara

LR: não tomara...assim...vo/ você arriscaria? vamo melhorar a pergunta...digamos assim

CM: na verdade você teria que arriscar...a questão não seria arriscar você fazer o estádio sem alambrado...seria você... inibir o sujeito de entrar no estádio/ no campo...comé que você inibe? você não pode o cara não pode sair do campo dando volta olímpica subir a escadinha e voltar pra arquibancada e assistir o jogo... porque ele não teve nenhum ato de hostilidade ele foi lá prestar uma reverência em homenagem ao Fred beleza...ele podia tá bravo com o Fred

LR: já pensou

CM: ai ia criar uma situação absolutamente ruim no jogo...então ou você é::... educa o torcedor porque é uma discussão que também vai ser levada até a copa do mundo né? o tipo de público da copa do mundo o tipo de público dos jogos de todos:: de todas as rodadas...né?

LR: de todo dia

CM: ou você...primeiro cê tem que educar... segundo cê tem que inibir a possibilidade de entrar... e depois você tem fazer alguma coisa com quem entra...pra que não estimule outros

A pergunta que dá início ao debate apresenta uma construção metafórica cuja função, nesse trecho, é introduzir o tópico «segurança nos estádios», mas também, de maneira implícita, instaurar um ponto de polemicidade, uma vez que o tópico em questão é alvo de muitas discussões por parte de jornalistas, políticos e cidadãos, os quais, em geral, apresentam visões de mundo divergentes acerca dessa questão.

A metáfora *segurar a onda* baseia-se na projeção de elementos do domínio físico, ligado aos esquemas de FORÇA e CONTÊINER, para um domínio abstrato de complexidade, o qual é, de certo modo, alimentado pelo fato de ser uma tarefa difícil — senão impossível — o ato de conter uma onda. Dessa forma, objetivando evidenciar a questão da segurança nos estádios brasileiros, os quais não possuem uma espécie de separação — algo que impossibilite o contato do atleta com o torcedor — a figura do torcedor não prototípico é focalizada nesse primeiro momento do debate.

No seu turno de fala, CM, demonstrando um baixo comprometimento, por intermédio da consideração *tomara tomara*, responde a LR, que, logo em seguida, reformula sua pergunta e, de maneira curiosa, opta pelo verbo *arriscar* no tempo Futuro do Pretérito, denotando um certo receio em relação a segurança nos novos estádios.

Posteriormente, retomando seu turno de fala, CM refuta o que foi colocado pelo apresentador do programa por meio da proposição *na verdade você teria que arriscar...a questão não seria arriscar você fazer o estádio sem alambrado*. Por um lado, a construção *na verdade* — **declaração: afirmação/pronunciamento** —, anula, de maneira parcial, as outras vozes que entendem que não seria seguro construir estádios sem alambrado, e, por outro, as entende como equivocadas. Ainda aqui, percebe-se que, na sequência, o convidado refuta sua própria argumentação por meio de uma **negação**, evidente na escolha do adjunto polar *não*, cuja função é contrair o dialogismo e, de certa forma, abrir uma prerrogativa no que concerne à continuação da sua argumentação, objetivando, como será visto nas próximas linhas, questionar a noção de «risco», contrapondo-a à noção de educação.

Subsequentemente, o participante expõe sua opinião acerca do que deve ser feito em termos de segurança nos estádios, principalmente em relação à matéria exibida anteriormente⁹ — *seria você... inibir o sujeito de entrar no estádio/ no campo...comé que você inibe?* Essa construção apresenta o torcedor como o ponto principal, na medida que enunciado declarativo rejeita, de maneira parcial, outras vozes subjacentes, as quais concebem, por exemplo, os estádios sem proteção como o verdadeiro problema, e não o torcedor em si.

Em seguida, por meio da pergunta *comé que você inibe?*, CM mantém o seu turno de fala, objetivando, de certa forma, a corroborar seu argumento anterior. A construção posterior, na qual é possível observar um recurso de contração dialógica — *você não pode o cara não pode sair do campo dando volta olímpica subir a escadinha e voltar pra arquibancada e assistir o jogo* — tem a função de anular a voz alternativa que projeta o *cara* (torcedor) como alguém que pode entrar à vontade no estádio, sem nenhuma espécie de barreira ou restrição.

Finalizando, o participante CM busca reforçar seu argumento anterior, no qual externa sua opinião acerca da matéria transmitida. Na asserção ***porque ele não teve nenhum ato de hostilidade ele foi lá prestar uma uma reverência em homenagem ao Fred beleza...ele podia tá bravo com o Fred***, o elemento em negrito busca minimizar um possível julgamento, uma vez que seu papel é justificar o que foi colocado por ele — impossibilitar a entrada dos torcedores no gramado —, mostrando que existe um fator mais importante em jogo, o qual pode ser entendido como o possível ato de hostilidade do torcedor, que, se fosse instanciado, poderia causar problemas ao jogador Fred e, mais do que isso, mostraria os diversos problemas de segurança nos estádios brasileiros.

Nessa perspectiva, ao terminar seu turno de fala com a proposição ***ele podia tá bravo com o Fred***, CM expande o dialogismo, no intuito de fomentar a discussão, de

⁹ O caso do torcedor do Fluminense que invadiu o campo para beijar o pé do jogador Fred em uma das partidas do time no Campeonato Brasileiro de 2013 foi transmitido no programa *Bem, Amigos* e, logo em seguida, instaura-se um debate sobre esse comportamento e suas possíveis consequências.

certo modo, na direção do fanatismo, aspecto recorrente nos casos de violência dentro e fora dos estádios. Com efeito, ele reconhece/pondera uma outra possibilidade de concepção de mundo, plausível na realidade brasileira, e potencialmente causadora de conflito/tragédias.

Como corolário, nota-se, da mesma maneira que o fragmento anterior, a atualização de um número elevado de contrações dialógicas, muito embora haja também a inscrição de recursos de expansão dialógica, os quais estabelecem uma relação com outras vozes — detentoras de visões de mundo distintas —, conforme se observa na tabela abaixo :

Quadro 2. Ocorrências de fenômenos de heteroglossia nos dois exemplares analisados.

	Jogo Aberto		Bem, Amigos	
	%	N	%	N
HETEROGLOSSIA	36 recorrências		53 recorrências	
Contração dialógica	72,22	26	71,70	38
Expansão dialógica	27,78	10	28,30	15

Apesar das similaridades numéricas, uma análise mais detida, seja das suas estruturas subjacentes, seja dos recursos avaliativos explícitos na superfície dos enunciados, revela que esse exemplar apresenta um traço diferente, que seria uma espécie de polemicidade orientada para as diferentes concepções de realidade dos cidadãos-tespectadores em face de questões mais abrangentes do futebol, como é o caso da segurança nos estádios. Em outras palavras, não existe um conflito demarcado nesse determinado fragmento do programa *Bem, Amigos*, como ocorre no programa *Jogo Aberto*, uma vez que a questão da catarse social, a formação de alianças e os papéis prévios de torcedor atribuídos aos participantes não se aplicam.

4. Considerações finais

Baseado no que foi exposto, observa-se que o primeiro programa recorre à polemicidade no intuito instaurar o lado do espetáculo, uma vez que a pergunta inicial do convidado OO instaura um ponto polêmico e, a partir daí, a encenação acaba ganhando forma, de modo que a interrelação de determinadas variáveis — os participantes—torcedores numa dinâmica de alianças e rivalidades, a introdução do tópico *títulos conquistados* —, fomenta uma discussão que não objetiva uma espécie de reflexão no telespectador, característica que, quando observada a partir dos recursos de contração e expansão dialógica, permite inferir que o sujeito é visto como alguém passivo, que apenas presencia uma situação conflituosa previamente determinada, pois o reconhecimento ou o distanciamento de outras alternativas dialógicas favorece a modelação do apresentador e dos participantes como torcedores fanáticos, cujo papel é proporcionar um espetáculo que encontra suporte em diversas temáticas futebolísticas.

O segundo programa, por sua vez, também apresenta um teor de polêmica, entretanto, não a usa como ferramenta de espetacularização e catarse, evitando a perspectiva da encenação em benefício da informatividade, o que sinaliza a emergência, na televisão fechada, de uma nova orientação nos debates esportivos: a que favorece o jornalismo crítico. Em suma, a polemicidade emerge de diferentes posicionamentos sociopolíticos acerca do tópico, o qual não se orienta para as paixões dos torcedores, mas para aspectos técnicos do futebol.

Referências bibliográficas

AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de. *Conversação e conflito: um estudo das estratégias discursivas em interações polêmicas*. Tese de doutoramento. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: Editora da UNESP e Hucitec, 1988.

BROWN, Gillian; **YULE**, George. *Discourse analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

FÁVERO, Leonor Lopes. O tópico discursivo In: PRETI, Dino (org.) *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas, p. 39-63, 2010.

FERRARI, Lilian. *Introdução à Linguística Cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.

FRANCO Jr., Hilário. *A dança dos deuses: futebol, sociedade e cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONÇALVES SEGUNDO, Paulo Roberto. O papel da avaliatividade na construção da polêmica: uma abordagem semântico-discursiva das cartas do leitor acerca do falecimento de Hugo Chávez. *Revista Metalinguagens*, n. 1, 2014, p. 09-28.

GOUBEIA, Carlos. Texto e gramática: uma introdução à Linguística Sistêmico-Funcional. *Matraga*, v. 16, n. 24, Rio de Janeiro, jan./jun. 2009, p. 13-47.

HALLIDAY, Michael & **MATTHIESSEN**, Christian. *Introduction to Functional Grammar*. 3.ed. London: Hodder Arnold, 2004.

MARTIN, James; **WHITE**, Peter. *The language of evaluation: appraisal in English*. New York/Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.

_____; **MATTHIESSEN**, Christian; **PAINTER**, Claire. *Working with Functional Grammar*. London: Arnold, 1997.

NININ, Maria Otília Guimarães; **BARBARA**, Leila. Engajamento na perspectiva lingüística sistêmico-funcional em trabalhos de conclusão de curso de Letras. *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas, n. 52 (1), jan/jul. 2013, p. 127-146.

PALUMBO, Renata. Discurso político televisivo: o jogo discursivo. In: AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de; GIL, Beatriz Daruj. (Org.). *Estudos do Discurso: Diferentes Perspectivas*. João Pessoa: Ideia, v. 01, p. 1-10, 2009.

WHITE, Peter. Valoração — a linguagem da avaliação e da perspectiva. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 178-205, 2004.

Abstract: *This paper aims to analyze aspects of polemicity and spectacularization in the Brazilian Sports Press, aiming to understand, through linguistic investigation, in which way social actors represent their perspective about soccer, a sport that is highly disseminated in the national culture. Since the number of programs and channels dedicated to sports, especially soccer, is very high, it's undeniable that this field is relevant in Brazil, since the sport is embedded into people's routine. Thus, such TV programs are a powerful source and relevant to a linguistic-discursive analysis, to the extent to which the study proposed here can contribute to researchers in the field of Linguistics, with regard to discursive studies and functionalism, as well as to Journalism. Based on what was exposed, in the analytic process, the theoretical assumptions from Systemic-Functional Linguistics (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004) and the Appraisal Theory (MARTIN & WHITE, 2005) were drawn upon in order to investigate the evaluative resources that play an important role in the construction of the authorial voice and are fundamental to the understanding of the issues concerning polemicity and spectacularization.*

Keywords: *evaluation; polemicity; spectacularization; sports press; debate.*

ENTRE A DIVERSIDADE E A DISCRIMINAÇÃO: A AMBIVALÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO DE MINORIAS EM REVISTAS DE NICHOS

Filipe Mantovani FERREIRA¹

Resumo: *A revista Junior ganhou, ao longo dos últimos anos, notoriedade como publicação voltada ao público homossexual. Este trabalho observa, em três reportagens por ela publicadas, como as representações dos membros da minoria a que a revista se dirige são construídas discursivamente. Com base nas análises, constatou-se que a revista procura construir, por meio de procedimentos linguísticos e discursivos, uma imagem positiva dos homossexuais, mas acaba assumindo postura ambivalente, tendo em vista que reforça preconceitos com relação a características desprestigiadas normalmente atribuídas a este grupo. Foram utilizadas, para fins de análise, as noções de semiotização do mundo, narrativas (CHARAUDEAU, 2010), minoria (TAJFEL, 1981), além da abordagem triangular do discurso (VAN DIJK, 2006).*

Palavras-chave: *revistas de nicho, minorias, estereótipos, narrativas, discurso.*

1. Introdução

A recente resolução do Conselho Nacional de Justiça de que casais homossexuais podem converter uniões estáveis em casamento, os debates sobre a possibilidade de adoção por parte de casais homossexuais, o fato de o Brasil sediar a maior parada do orgulho LGBT², as discussões a respeito do projeto de lei que criminaliza a homofobia

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Prof. Dra. Zilda Gaspar Oliveira de Aquino. E-mail: filipe_mf@uol.com.br.

² A sigla LGBT refere-se a lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. Ela pode ser considerada sucessora da sigla GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), a qual não contemplava travestis e transexuais. O evento comumente conhecido como “parada gay” é promovido pela Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APOGLBT), entidade civil ligada a lutas sociais afirmativas visando à melhoria das condições de vida da população LGBT. Conforme estimativa da

(PL122)³ e o surgimento de casais homossexuais em novelas transmitidas na televisão aberta são alguns dos eventos que sugerem um ganho de visibilidade de homossexuais nos últimos anos no Brasil.

Além disso, como sintoma do ganho de visibilidade, empresas passaram a ver, nos homossexuais, um nicho de mercado a ser explorado, fato que teve como consequência o surgimento não só de uma publicidade que objetiva conquistar esse público, mas também o desenvolvimento de produtos específicos para atender às demandas dele, tais como canais e programas de televisão, pousadas, cruzeiros, viagens, sites, entre diversos outros.

A título de ilustração, observe-se, a seguir, um exemplo de peça publicitária do sorvete Magnum, veiculada por meio do Facebook em julho de 2014, em que é evidente o apoio ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e o repúdio à discriminação por orientação sexual⁴. O anúncio, que parece ter como objetivo o ganho de simpatia junto à comunidade LGBT, mostra dois picolés idênticos adornados por grinaldas, fazendo alusão a uma união lésbica e, assim, associando a marca Magnum a uma postura favorável ao reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo e contrária à discriminação por orientação sexual.

Também as empresas do ramo de revistas encontraram nos homossexuais uma possibilidade de expansão de mercado, sobretudo a partir dos anos 1990, quando surgiram as primeiras revistas comerciais voltadas a esse grupo⁵.

APOLGBT, a parada de São Paulo atraiu 3,5 milhões de pessoas em 2010, cifra que a coloca no topo da lista das maiores paradas LGBT do mundo (cf. <http://paradasp.wordpress.com/parada/> - Acesso em 22/07/2014).

³ Apesar de ter se tornado conhecido como uma proposta de criminalização da homofobia, o PL122 tem escopo mais amplo, visto que visa à proteção de quaisquer pessoas que sejam discriminadas por motivos de orientação sexual, gênero, deficiência física ou condição de idoso.

⁴ A peça publicitária em questão pode ser encontrada no endereço a seguir: http://wp.clicrbs.com.br/plural/files/2014/07/magnum_plural.png. Acesso em 19/02/2015.

⁵ Anteriormente, a criação de publicações voltadas a homossexuais correspondia muito mais a um esforço de protagonizar mudanças políticas e sociais que a um desejo de conquista de mercados e obtenção de lucros. Em outras palavras, ocorreu, neste período, a substituição de publicações alternativas por outras idealizadas segundo uma lógica de mercado (cf. KUCISNKI, 1991).



O aumento da visibilidade, no entanto, não implica a resolução do problema da homofobia, que ainda faz vítimas, conforme se observa nas manchetes transcritas a seguir:

- Jovens de classe média agredem 4 na Paulista; polícia investiga homofobia (Estado de São Paulo, 15/11/2010)
- Homofobia contra atleta faz Vôlei Futuro acionar Justiça Desportiva (R7, 05/04/2011)
- Anistia Internacional alerta para o aumento da homofobia (Estado de S. Paulo, 17/05/2014)
- Homossexual é atingido por micro-ônibus ao fugir de ataque em SP (G1, 12/07/2014)

Evidencia-se, assim, a realidade ambivalente que vivem os homossexuais, ora sendo incluídos na sociedade, ora excluídos dela.

De acordo com van Dijk (1984), o preconceito é tanto um fenômeno cognitivo quanto social. Sua base não se constitui unicamente por um conjunto de crenças individuais ou emoções relacionadas a grupos sociais, mas por uma forma partilhada

de representação de membros do grupo adquirida durante o processo de socialização e ativada na comunicação social e na interação.

Dessa forma, à ambivalência observada com relação ao tratamento dado a homossexuais em nossa sociedade, deve corresponder uma ambivalência nas representações desse grupo, as quais são construídas no e pelo discurso.

Este trabalho tem por objetivo analisar o discurso de *Junior*, revista voltada a homens homossexuais, especificamente no que diz respeito à construção ambivalente da imagem desse grupo (e/ou de membros dele) por meio de três reportagens veiculadas por essa publicação, quais sejam:

“Mudei de vida por amor” (Junior, nº 12);
“Macho sim senhor” (Junior, nº 13);
“Lá e cá” (Junior, nº 21)⁶.

Para tanto, retomamos as propostas teóricas de Charaudeau (2010), van Dijk (1984, 2006), Tajfel (1981), entre outras.

2. A abordagem triangular do discurso

A fim de que se possam analisar as narrativas selecionadas sob o ponto de vista da criação das imagens de minorias e seus membros, estabelecendo relações com a discriminação e o papel das minorias na sociedade, é necessário que se adote uma teoria do preconceito, em que convirjam as instâncias individual, social e discursiva.

Entendemos, dessa forma, que a relação entre os discursos e a perpetuação ou modificação de crenças de natureza discriminatória só pode ser entendida se forem levados em conta os processos cognitivos e sociais que se imbricam conforme a imagem

⁶ Foram consultadas, para este trabalho, as edições 12, 13 e 21 de *Junior*. Dentre elas, apenas a última oferece indicações quanto ao ano e mês de publicação, setembro de 2010. Nas outras, as indicações resumem-se a “ano 2” (edição 12) e “ano 3” (edição 13). Tendo em vista que o primeiro número da revista foi publicado em setembro de 2007, presume-se que a edição 12 tenha sido publicada por volta do mês de agosto de 2009 e que a edição 13 tenha sido publicada em setembro do mesmo ano, ainda que não se possa sabê-lo com certeza, em virtude de alguns atrasos e mudanças quanto à periodicidade nas primeiras edições da publicação.

de um determinado grupo ou indivíduo é forjada. Além disso, sendo certo que ela se constitui por meio do discurso, é indispensável que analisemos também a materialidade linguístico-discursiva das narrativas. Adotamos, assim, a abordagem triangular de van Dijk (2006), para quem os sentidos de um discurso resultam da interação entre a cognição, a sociedade e o discurso, conforme o seguinte esquema:



(FERREIRA, 2014, p. 125)

Nas seções a seguir, tratamos sucintamente de cognição, sociedade e discurso, sem que haja, no entanto, a pretensão de isolar estas dimensões umas das outras, tendo em vista o fato de que a produção de sentido de um discurso depende das relações existentes entre elas.

3. A construção de imagens em sociedade: a estereotipagem

Ao propormos a análise da imagem de homossexuais em revistas que se voltam a esse público, é essencial que compreendamos como ela se constitui de um ponto de vista sociocognitivo.

A imagem de um indivíduo ou grupo é, em larga medida, decorrente de um processo de estereotipagem. Tajfel (1981, p. 143) define estereótipo como

uma imagem mental hipersimplificada de uma determinada categoria (normalmente) de indivíduo, instituição ou acontecimento, compartilhada, em aspectos essenciais, por

grande número de pessoas. As categorias podem ser amplas (judeus, gentios, negros brancos etc.) ou restritas (feministas, filhas da Revolução Americana).⁷

Segundo Amossy (2008), o uso de imagens pré-construídas decorre da impossibilidade de concebermos as imagens reais de grupos ou indivíduos sem que elas se indexem em representações partilhadas. Dessa forma, pode-se dizer que uma representação de um indivíduo ou grupo não é jamais integralmente original, visto que depende sempre do recurso a modelos pré-existentes, mesmo quando se trata da construção de imagens contestatórias.

A estereotipagem consiste, portanto, em um processo cognitivo que facilita as interações dos indivíduos com um entorno social complexo (BODENHAUSEN, 1993) por permitir que uma imagem de um determinado indivíduo ou grupo seja construída rapidamente, a despeito do quão breve ou restrito seja o contato com ele. Nesse sentido, é equivocado concebê-la como um processo necessariamente ligado à discriminação, ainda que ela efetivamente seja peça central do processo de formação dos preconceitos.

Na verdade, o preconceito decorre não da estereotipagem enquanto processo cognitivo, mas de sua dimensão afetiva, isto é, dos afetos (raiva, admiração, etc.) socialmente atribuídos aos estereótipos.

Assim, as dimensões cognitiva e social se influenciam mutuamente: o modo como a imagem do outro é percebida e é cognitivamente processada regula os processos de valoração e, portanto, é determinante quanto aos afetos que a ela serão relacionados; inversamente, os afetos atribuídos a uma determinada imagem têm papel preponderante no modo como esta será apreendida cognitivamente.

A articulação entre os estudos dos afetos e dos estereótipos corresponde a uma importante inovação, a saber, a possibilidade de enxergar os processos cognitivos de

⁷ Tradução nossa.

estereotipagem como fenômenos socialmente situados, uma vez que valor afetivo de algo é culturalmente atribuído.

Nesse sentido, van Dijk (1984, p. 13) explica que

o preconceito é tanto um fenômeno cognitivo quanto social. Não se trata meramente de um conjunto de crenças individuais ou emoções relacionadas a grupos sociais, mas de uma forma partilhada de representação de membros do grupo adquirida durante o processo de socialização e transformada e ativada na comunicação social e na interação.⁸

Ao destacar o papel da comunicação informal entre membros de grupos majoritários para o estabelecimento de preconceitos, van Dijk (idem, p. 10) reconhece que os meios de comunicação “contribuem para o espalhamento e a aceitação de atitudes preconceituosas e de possíveis consequências de tais crenças em interação discriminatória com membros de minorias”⁹.

Dessa forma, uma vez que a consolidação de preconceitos é uma consequência da comunicação e da interação (ou seja, da circulação do discurso), é necessário que a vontade de modificar um estereótipo preconceituoso corresponda, necessariamente, à criação de contradiscursos que se oponham aos padrões vigentes e se articulem de modo a propiciar a revisão de modelos culturais arraigados.

4. Minorias

A associação de afetos a grupos é essencial para que se conceba, por meio do processo de estereotipagem, uma minoria, conceito que deve ser compreendido em termos qualitativos (TAJFEL, 1981), a despeito do viés quantitativo sugerido pela terminologia.

Wagley e Harris (1958) definem minorias como segmentos subordinados

⁸ Tradução nossa.

⁹ Tradução nossa.

de sociedades complexas que possuem características físicas ou culturais que são desprestigiadas por seus segmentos dominantes. São, ademais, grupos que possuem ciência do fato de formarem um grupo que se diferencia de outros por conta de características distintivas específicas.

Liebkind (1984, p. 16) esclarece que “grupos minoritários e majoritários diferem (ou se pressupõe que difiram) com relação a características raciais, étnicas, religiosas, sociais, linguísticas ou culturais, as quais podem sobrepor-se ou decorrer umas das outras”¹⁰.

A relevância desses traços diferenciais pode ser detectada em nossa sociedade quando se observa que sua existência é suficiente para que tiremos conclusões acerca dos indivíduos que os possuem. Conforme argumentamos em Ferreira (2012, p. 79):

a cor de pele negra, por exemplo, consiste em um traço distintivo relevante socialmente, uma vez que a classificação de um indivíduo como negro permite que, através do recurso a um estereótipo, outras inferências e previsões acerca de sua classe social, local de residência, caráter, gostos, aparência, habilidades, personalidade e outros aspectos, além da associação de emoções positivas ou negativas, possam ser feitas com facilidade.

Liebkind explica ainda que os traços diferenciais, aliados a tipificações, estereótipos e sistemas de valores, podem interferir nos padrões de relação sociais. Com efeito, a associação de afetos negativos, implicada pela pertença a minorias, acarreta consequências negativas, tais como a discriminação, a ridicularização, a desconfiança, a desaprovação, dentre diversas outras possíveis.

5. A semiotização do mundo e as narrativas

Concebido por Tajfel (1981) como uma imagem hipersimplificada que é partilhada pelos membros de um dado grupo social, o estereótipo só pode ser

¹⁰ Tradução nossa.

compreendido conforme o tomemos como fenômeno a um só tempo individual e social.

Para dar conta de sua dimensão social, é essencial que se compreenda o fenômeno de formação da opinião pública, que, para Charaudeau (2010), é tributária do processo de semiotização do mundo, empreendido, ao menos em parte, no mundo em que vivemos, pela mídia.

Conforme entendida por Charaudeau, a semiotização do mundo corresponde à passagem de um “mundo a comentar” a um “mundo comentado”, a qual ocorre por meio da ação linguageira do homem. Trata-se do processo de *transformação*.

O mundo a comentar, conforme concebido por Charaudeau, consiste no “efeito de uma fenomenalidade que se impõe ao sujeito, em estado bruto, antes de sua captura perceptiva e interpretativa” (p. 95), enquanto o mundo comentado resulta da integração do mundo a comentar em um sistema de pensamento, tornando-o inteligível. Dessa forma, a conversão do mundo a comentar pode ser entendida como a adoção do ponto de vista de alguém, que se impõe sobre uma realidade heteróclita, que será interpretada conforme seja criada e recriada discursivamente. Decorre dessa concepção de produção discursiva a noção de que a realidade nunca é acessada em toda a sua complexidade, mas apenas de modo fragmentado.

Segundo Charaudeau (2010, p. 41),

[o processo de transformação] abrange categorias que identificam os seres do mundo *nomeando-os* que aplicam a esses seres propriedades *qualificando-os*, que descreve as ações nas quais esses seres estão engajados *narrando*, que fornecem os motivos dessas ações *argumentando*, que avaliam esses seres, essas propriedades, essas ações e esses motivos *modalizando-os*.¹¹

O autor esclarece que o processo de transformação de um mundo a comentar em um mundo comentado está sempre submetido a um processo de *transação*, o qual é

¹¹ O uso de itálico foi mantido com relação à obra consultada.

definido como o movimento de atribuição de significação psicossocial à discretização do mundo. Dessa forma, a transação atribui objetivo aos atos de linguagem, fenômeno que ocorre em função de parâmetros como hipóteses sobre o outro (sua idade, seus saberes, posição social, estado psicológico, aptidões, interesses etc.), o efeito que se pretende instaurar e o tipo de regulação que se prevê com relação aos parâmetros precedentes. É, pois, por meio da postulação da existência do processo de transação que Charaudeau integra a dimensão ideológica do discurso a seu quadro teórico e, deste modo, ratifica a inexistência de neutralidade em quaisquer discursos.

Decorre dessa constatação o fato de que as narrativas dos fatos vividos por membros das minorias publicadas pela revista *Junior*, como quaisquer discursos, têm uma dimensão ideológica, ainda que, por vezes, esta pareça estar oculta, tendo em vista sua natureza pretensa e ilusoriamente factual. Assim, “ao ressurgir no presente, o passado se mostra como sendo irremediavelmente perdido enquanto passado, mas também transformado por este seu ressurgir” (GAGNEBIN, 1992, p. 47).

6. Análises

Ao tratar da mídia voltada a negros, Bastide (1973, p. 130) esclarece que esta

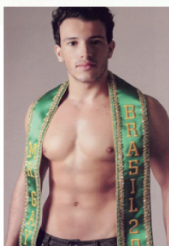
raramente é uma imprensa de informação: (...) Esses jornais procuram primeiramente agrupar os homens de cor, dar-lhes o senso da solidariedade, encaminhá-los, educá-los a lutar contra o complexo de inferioridade, superestimando valores negros, fazendo a apologia dos grandes atletas, músicos, estrelas de cinema de cor. É, pois, um órgão de educação.

É pressuposto deste trabalho que a mídia voltada a homossexuais, analogamente à mídia negra, procure cunhar representações favoráveis de membros da minoria a que se dirige, visando à criação e à perpetuação de uma autoestima minoritária. Tal tendência é reforçada conforme analisamos as narrativas extraídas de *Junior* que compõem o corpus deste trabalho.

Observe-se, a título de exemplo, o excerto a seguir, extraído da narrativa intitulada “Macho sim senhor”, publicada na edição de número 13 de *Junior*, em que se relata a eleição de Thiago Silvestre Mister Gay Brasil 2009.

Credencial

Sim, Thiago tem pinta de machão. Fala grosso, quase não dá pinta. Foi criado no interior do interior e trabalhou em oficinas mecânicas e loja de material de construção. Com apenas 22 anos, ele reconhece que sua macheza o fez ganhar destaque entre seus concorrentes:



“Acho que ser másculo me diferenciou. E eu estava muito focado no concurso. Alguns outros misters estavam mais pela diversão”, assume. Thiago mora em Cuiabá com seu namorado há oito meses. É seu primeiro namoro estável. Antes, teve um namoro curto de três meses e só. “Meu namorado me deu muito apoio. Se não fosse ele eu não estaria aqui”. Thiago também fez uma declaração de amor a seu boyfriend no palco do Mr Gay Brasil, na fase final da noite, o que o fez ganhar simpatia dos jurados. O moço agora se prepara para representar o Brasil no Mr Gay World, que rola em fevereiro próximo em Oslo, na Noruega. Até lá, promete aumentar as idas à academia e melhorar seu inglês.

(JUNIOR, n. 13, p.36-37)

Thiago é, no excerto, caracterizado ora com base nas características que tem, ora nas que não tem. Se por um lado lhe são atribuídas características como ter voz grave (“falar grosso”), ter aparência viril (“pinta de machão”, “másculo”), por outro, a publicação procura deixar claro que Thiago não “dá pinta”, isto é, não é efeminado ou tem trejeitos comumente associados a homossexuais.

A descrição feita com base em características que Thiago não tem contrasta com a descrição mais comum, baseada nas características que podem ser observadas. Se esta procura dar relevo à suposta virilidade de Thiago, aquela assume tom de ressalva, de advertência ao leitor de que Thiago, apesar de assumidamente homossexual, não deve ser visto como um indivíduo efeminado. A publicação antecipa, desta forma, uma conclusão que seu público poderia tirar a respeito de Thiago para então contradizê-la, evidenciando, assim, a preocupação de que o público não associe a feminilidade ao membro da minoria representado.

Observe-se, além disso, que a imagem de Thiago é construída em termos das profissões que já teve: empregado em uma loja de material de construção e em uma

oficina mecânica, ambientes associados à virilidade e à necessidade de grande força física em nossa cultura. Some-se a isto o fato de se ressaltar que Thiago foi criado no “interior do interior”, isto é, em um local afastado, onde a liberdade sexual e afetiva característica da vida nas grandes cidades é supostamente mais limitada que nos grandes centros urbanos.

A seleção das informações a respeito da origem de Thiago e de seu percurso profissional colabora para que se conceba Thiago como alguém que destoa da imagem de homossexual efeminado e delicado, características centrais da concepção estereotípica de membros dessa minoria.

A coocorrência dos processos de nomeação (“ másculo”), qualificação (“tem pinta de machão”, “quase não dá pinta”, “fala grosso”) e narração (“foi criado no interior do interior”, “trabalhou em oficinas mecânicas e loja de material de construção”), concebidos por Charaudeau (2010), evidencia a insistência da publicação quanto à construção de uma imagem viril para Thiago, a qual é, do ponto de vista da publicação e de Thiago, uma imagem positiva e desejável, conforme se observa no trecho “ele reconhece que sua macheza o fez ganhar destaque entre seus concorrentes”¹².

Além disso, observa-se, neste excerto a opção pelo uso do verbo *reconhecer*, utilizado em detrimento de outros declarativos como *afirmar* ou *dizer*. *Reconhecer*, tomado no sentido de “admitir como verdadeiro”, é uma forma verbal normalmente utilizada quando uma ideia pré-existente é referendada. Assim, quando lemos a notícia intitulada “Juiz reconhece que havia tortura de presos políticos” (*Estado de S. Paulo*, 31/07/2014), que narra a admissão da existência de tortura de presos políticos do regime militar brasileiro por parte do juiz Nelson Guimarães, observa-se a ratificação da noção imensamente recorrente de que havia tortura para presos políticos no Brasil. Coube à notícia apenas referendar essa ideia.

¹² Não consideramos nomeação, qualificação, narração, argumentação e modalização processos de semiotização estanques, mas procedimentos que coocorrem, imbricando-se e colaborando para a produção de sentido. Para uma breve discussão a respeito da dificuldade diferenciá-los, cf. Ferreira, 2012, seção 2.2.

De forma análoga, o fato de Thiago *reconhecer* que sua virilidade foi o diferencial definidor de sua vitória no concurso sugere a ideia pré-existente de que a virilidade é uma característica positiva, digna de valorização e condição (“credencial”) para premiação.

Ao selecionar o verbo *reconhecer* para proceder à narração da trajetória de Thiago, o narrador — a “voz da revista” — procede ao questionamento do estereótipo de homossexual vigente, visto que subjaz ao seu discurso a afirmação de que o grupo dos homens homossexuais não é homogeneamente formado por indivíduos efeminados, mas diversificado. À imagem hipersimplificada do grupo homossexual, a publicação procura adicionar contornos, para que se torne mais nítida e menos generalizante.

Ocorre, no entanto, que a atribuição de uma acentuação valorativa positiva¹³ à virilidade tem por consequência a desvalorização de comportamentos efeminados, os quais são reconhecidos socialmente como característicos de uma parte da minoria homossexual. Portanto, ao mesmo tempo em que procura chamar a atenção para a diversidade inerente ao grupo minoritário homossexual, a revista assume postura discriminatória, excludente com relação aos membros da minoria que não são viris.

Tal encaminhamento revela uma tendência da revista a valorizar, nos homossexuais, a presença de características prestigiadas que a eles não são comumente associadas e desvalorizar características desprestigiadas que a eles são comumente vinculadas. Assim, torna-se evidente uma tendência a valorizar características reconhecidas como extrínsecas ao grupo minoritário, o que resulta em uma postura ambivalente por parte da revista: ao mesmo tempo em que, como forma de valorizar o grupo dos homossexuais, chama atenção para o fato de que ele não corresponde propriamente à imagem negativa que comumente se faz dele, desvaloriza uma parcela do grupo, por reconhecer nela uma característica condenável, a saber, a falta de virilidade. Dessa forma, ser homossexual não é demérito do ponto de vista da revista; ser efeminado, entretanto, o é.

¹³ Termo utilizado na acepção de Volochínov/Bakhtin (1992).

A ambivalência pode ser detectada também nas reportagens “Mudei de vida por amor” e “Lá e cá”, cujas introduções são reproduzidas a seguir:

<h2>Mudei de vida por amor</h2> <p>Em meio a tantos romances descartáveis, conheça histórias de amores (im)possíveis.</p> <p>Noitadas semanais, pegação, sexo rápido e fácil. Falar de amor já virou piada em algumas rodas gays. Mas não para algumas pessoas que, além de se entregarem ao sentimento, decidiram arriscar mundos e fundos em uma relação quase impossível. São as famosas “loucuras de amor”, que podem ser consideradas meras ilusões aos descredenciados, mas é o que movimenta e dá sentido à vida dos eternos apaixonados. Namoro à distância, descoberta de HIV e namorado “hétero” são alguns dos casos que povoam as relações. Apesar dos medos, a relação pode dar certo, sim. Basta se apaixonar de verdade e investir em quem você quer e corresponde!</p> <p>(JUNIOR, n.12, p.72)</p>	<h2>Lá e cá</h2> <p>Há muitos casais gays formados por pessoas de nacionalidades distintas. Eles enfrentam as distâncias, a burocracia heteronormativa e os abismos entre culturas para viverem suas histórias de amor. Três deles contam à JUNIOR como é enfrentar essa realidade.</p> <p>(JUNIOR, n. 21, p. 44)</p>
---	---

Pela leitura da introdução de “Mudei de vida por amor”, observa-se que o universo homossexual é concebido, do ponto de vista da revista, como um domínio em que o sexo sem compromisso (“pegação”) é uma prática comum, que não só se opõe ao amor como também elimina a possibilidade de que ele exista. A noção de que sexo casual e amor são elementos inconciliáveis e opostos é sugerida pelo uso do conectivo *mas* no trecho a seguir: “Falar de amor já virou piada em algumas rodas gays. Mas não para algumas pessoas que [...] decidiram arriscar mundos e fundos em uma relação quase impossível”.

Além disso, a narrativa, ao utilizar a palavra *piada* para qualificar o ato de falar de amor entre os homossexuais, sugere que a maior parte dos membros da minoria entende o amor como algo a um só tempo irreal e risível, características salientes do gênero textual piada. O uso de *já*, no excerto, sugere que o status atual do amor é diferente daquele que outrora teve: se atualmente falar de amor é uma piada, esta noção é resultado da modificação do papel do amor ocorrida ao longo do tempo, constatação que assume tom de lamento na narrativa. Nesse sentido, a transição a que

procede a conjunção *mas* sugere que a publicação tem preferência por uma visão “séria” do amor, essencialmente monogâmica, supostamente vigente em época anterior e em decadência atualmente.

Pela leitura de ambos os excertos, constata-se que o tema da superação de dificuldades com o objetivo de viver um relacionamento amoroso estável é recorrente. Enquanto em “Mudei de vida por amor” as dificuldades enunciadas (e superadas) são a distância, o HIV/AIDS e a orientação sexual, “Lá e cá” trata especificamente de relacionamentos que sobreviveram e prosperaram, malgrado a distância entre os envolvidos.

Observe-se o quadro sinótico a seguir:

Título da reportagem	Nomes¹⁴ dos sujeitos retratados nas narrativas	Dificuldades enfrentadas	Sucesso atingido
Mudei de vida por amor	Igor Sonoda e Juan Gomez	Distância geográfica – Igor morava em Manaus e Juan, na Costa Rica.	Relacionamento estável descrito como “vida de casado”.
	Vitor e Lindo	Sorodiscordância – Vitor, portador de HIV, encontrou dificuldades para construir uma relação até conhecer Lindo, que aceitou sua condição de saúde.	Relacionamento estável, dentro do qual Vitor afirma estar “construindo a nossa [dele e de Lindo] felicidade”.
	Rogério e Rodrigo	Dificuldade, por parte de Rodrigo, de aceitar viver uma relação homoafetiva.	Relacionamento estável de um ano, sem brigas e com direito a viagens a “lugares lindos”.
Lá e cá	Toni Reis e David Harrad	Dificuldades de comunicação devido à falta de uma língua comum, além de diferenças culturais e problemas na obtenção de um visto brasileiro permanente para David.	Relacionamento estável de 20 anos.
	Renato Alexandre dos Santos e Darko Kirini	Distância geográfica (Renato morava em Londres, e Alexandre, em Zagreb); impossibilidade de conseguir para Renato um visto croata permanente; residência na Croácia, onde direitos de casais homossexuais não são reconhecidos e a homossexualidade é bastante repudiada.	Relacionamento estável.
	Gean Queiroz e Håkan Bergström	Diferenças culturais e dúvidas, por parte de Håkan, quanto à natureza de uma relação homossexual.	Relacionamento estável de sete anos

¹⁴ A revista *Junior* usou, em alguns casos, apenas os primeiros nomes ou mesmo pseudônimos dos indivíduos representados que não quisessem ser identificados, a fim de preservar suas identidades.

As seis narrativas esquematizadas têm em comum o fato de serem construídas em torno das dificuldades por que passaram os casais cujo percurso até o estabelecimento de relações monogâmicas estáveis é narrado. Tais relações, como argumentamos anteriormente, são vistas como uma alternativa preferível com relação ao sexo casual, prática supostamente preponderante atualmente no universo homossexual.

Narrada como um percurso dificultoso, cheio de vicissitudes que podem (ou devem) ser superadas, a construção dessas relações é representada discursivamente como uma conquista, isto é, como a obtenção de uma posição social e afetiva desejável. Se considerarmos a estrutura tradicional das narrativas, caracterizada pela perturbação de uma situação estável desejável e a posterior retomada dela (BRUNER, 2002), a constituição das relações estáveis corresponde à resolução de conflitos, à retomada da estabilidade posterior ao clímax. Dito de outra forma, a monogamia é celebrada por *Junior* como o final feliz das narrativas em questão.

Dessa forma, ter um relacionamento estável e duradouro é visto como um ideal de felicidade do qual se distanciam aqueles que apresentam comportamentos afetivo-sexuais dele diversos, notadamente a “pegação” e o “sexo fácil” a que a reportagem “Mudei de vida por amor” se refere. As práticas não monogâmicas, as quais suplantam, do ponto de vista da publicação, o amor, são retratadas como algo a ser evitado, e o mundo caracterizado por elas, como um lugar rebaixado, ao qual a felicidade nunca é associada.

Levando-se em conta que a promiscuidade é uma característica negativamente avaliada bastante frequentemente associada à imagem estereotípica dos homossexuais, pode-se inferir que a revista novamente procede à desvalorização de algo que é considerado inerente ao universo homossexual e à afirmação de uma diversidade inerente à minoria: se por um lado a promiscuidade caracteriza a minoria, por outro há homossexuais com comportamentos monogâmicos, que não se encaixam na lógica do sexo sem compromisso.

Dessa forma, o a narrativa propicia a melhora da imagem da minoria homossexual por meio de uma tentativa de apagar a conexão normalmente feita entre homossexuais e a promiscuidade. Tal procedimento embute em si, no entanto, a condenação a práticas afetivo-sexuais de outros membros da minoria que não se conformam aos padrões de monogamia, o que resulta, novamente, numa postura discriminatória.

6. Considerações finais

O discurso da revista *Junior* contradiz os discursos discriminatórios que circulam em nossa sociedade, uma vez que relativiza a ideia estereotípica de que homossexuais são efeminados e promíscuos. Por meio de narrativas que têm função de questionar as generalizações características do estereótipo, a revista mostra que este é insuficiente e/ou contraditório com relação à diversidade que caracteriza o grupo dos homossexuais.

Dessa forma, ao mostrar que os homens homossexuais podem escapar ao estereótipo de efeminados ou promíscuos, a revista busca empreender uma valorização da minoria. Observou-se, no entanto, que tal esforço de valorização implica a adoção de uma postura excludente, visto que a valorização de comportamentos másculos e monogâmicos acarreta necessariamente a desvalorização da efeminação e de práticas afetivo-sexuais não monogâmicas.

Conclui-se, portanto, que *Junior* apresenta postura ideológica ambivalente com relação aos homossexuais: por um lado, procura valorizá-los por meio de uma série de procedimentos linguístico-discursivos, deslegitimando assim comportamentos discriminatórios e colaborando para a construção de uma autoestima minoritária; por outro, ratifica comportamentos preconceituosos e exclui de seu projeto de valorização a parcela da minoria que é considerada efeminada e/ou promíscua. Evidencia-se, assim, a tendência da publicação a não questionar os valores de virilidade e monogamia, os quais são base para o preconceito, mas a ratificá-los, posicionamento que colabora para a perpetuação de comportamentos discriminatórios.

Referências bibliográficas

AMOSSY, Ruth. O *ethos* na intersecção de disciplinas. In: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 119-143.

BASTIDE, Roger. A imprensa negra do Estado de São Paulo. In: *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

BODENHAUSEN, Galen. Emotions, arousal, and stereotypic judgments: a heuristic model of affect and stereotyping. In: HAMILTON, David L.; MACKIE, Diane M. (Eds.). *Affect, cognition, and stereotyping: interactive process in group perception*. San Diego: Academic Press, 1993.

BRUNER, Jerome S. *Making stories: law, literature, life*. New York: Farrar, Straus & Giroux, 2002.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Trad. Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2010.

FERREIRA, Filipe Mantovani. *Estereótipos e discurso: a (re)construção da imagem de minorias em revistas de nicho*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2012.

_____. Representação e imprensa negra: uma análise do papel das narrativas na revista *Raça Brasil*. In: *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*. Vol. 14 (2). São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2014.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. História e cotidiano em Walter Benjamin. *Revista da USP*. São Paulo, (15): setembro-outubro-novembro, 1992, p. 44-47.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários da imprensa brasileira*. São Paulo: Escrita, 1991.

LIEBKIND, Karmela. *Minority identity and identification processes: a social psychological study*. Commentationes Scientiarum Socialium. Helsinki: The Finnish Society of Sciences and Letters, 1984.

TAJFEL, Henri. *Human groups and social cognition: studies in social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

VAN DIJK, Teun Adrianus. Discourse and manipulation. In: *Discourse and Society*, vol. 17(2). London: Sage, 2006, p. 359-386.

_____. *Prejudice in discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin's Publishing Company, 1984.

VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaevich (BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. do francês de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

WAGLEY, Charles; **HARRIS**, Marvin. *Minorities in the New World*. New York: Columbia University Press, 1958.

Abstract: *Junior has become an increasingly popular magazine aimed at homosexuals over the last years. This paper aims at analyzing the discursive construction of representations of homosexuals in three articles published by Junior. The analysis made it possible to observe that the linguistic and discursive procedures the magazine makes use of are responsible for both the construction of a favorable image of homosexuals and the reinforcement of prejudice against negatively-evaluated characteristics that are usually associated with them. The ideological orientation of the magazine results thus ambivalent. The analysis has as its basis the concepts of world semiotization, narratives (CHARAUDEAU, 2010), minority (TAJFEL, 1981), as well as van Dijk's triangular approach to discourse (VAN DIJK, 2006).*

Keywords: *niche publications, minorities, stereotypes, narratives, discourse.*

IDENTIDADE: UMA PERSPECTIVA SEMIÓTICA

Ilca Suzana Lopes VILELA¹

Resumo: *Este texto discute fundamentos de reflexão sobre a identidade pela semiótica francesa. Para tanto, propomos um trajeto que começa pela postulação de Saussure de que a identidade e a diferença presidem os sentidos na língua; em seguida, mostramos seu desdobramento na estrutura elementar da significação por Greimas e concluímos com a formulação de um sistema de relações do eu com o outro por Landowski, extraído da observação de situações de convívio do europeu com o estrangeiro na contemporaneidade. A partir dessa discussão, é que nos posicionamos quanto ao entendimento de que a identidade semiótica é um efeito de sentido construído pelo sujeito da enunciação.*

Palavras-chave: *identidade; semiótica; efeito de sentido; Saussure; Greimas; Landowski.*

1. Saussure: a relação

Nossas reflexões sobre a identidade começam com Saussure porque atribuímos a ele o pensamento fundamental para a abordagem desse tema. Precisamos, então, discorrer não apenas sobre a centralidade do termo, mas também acerca da rede relacional em que ele se insere nas ideias saussurianas. Nesse aspecto, a noção de língua é, portanto, capital.

Capacidade humana, cujo modo de existência é da ordem da atualização, a língua (*langue*) é uma instituição social, uma vez que sua definição depende do grupo social de pertencimento do indivíduo, e não, do arbítrio deste. Sendo a atualidade das

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Ivã Carlos Lopes. Bolsista CNPq. E-mail: ilcasuz@yahoo.com.br.

virtualidades do sistema, realiza-se a cada ato de fala (*parole*) do sujeito que, dentre as possibilidades oferecidas pelo código linguístico, faz suas escolhas.

A língua é o objeto da linguística saussuriana e deve ser “considerada em si mesma e por si mesma” (SAUSSURE, [1916] 2006, p. 271). Fartamente contestado à *posteriori*, o princípio de imanência instaurado pelo corte epistemológico do linguista genebrino foi necessário à delimitação de um objeto teórico a partir do qual se alça, na primeira metade do século XX, a linguística ao estatuto de ciência piloto entre as demais áreas dos estudos humanísticos e sociais.

Tal objeto é concebido pelo eminente suíço como um sistema de valores. Quer isso dizer que os elementos que o formam são fruto de sua relação com os outros elementos a partir dos quais se constitui sistema. Seguramente isso reponta ao fato de que “o mecanismo linguístico gira todo ele sobre identidades e diferenças” (SAUSSURE, [1916] 2006, p. 126). Instala-se aí o imperativo do paradoxo e as assertivas seguintes apenas o acentuam, visto a caracterização do valor por uma dupla dimensão, que se rege: “1. Por uma coisa dessemelhante, suscetível de ser trocada por outra cujo valor resta determinar. 2. Por coisas semelhantes que se pode comparar com aquela cujo valor está em causa” (SAUSSURE, [1916] 2006, p. 134).

Sobre esse aspecto Edward Lopes ([1976] 2008), após dizer que, entre os linguistas não é fácil resolver essa aparente aporia isentando-se de críticas, faz a asseveração seguinte:

só tem sentido falar-se de “diferenças” por *referência à existência implícita de “identidade”*: as diferenças, quaisquer que elas sejam, se discriminam perceptualmente no seio de uma identidade, que é a sua condição lógica de existência. Assim, é verdade que “a *langue* não comporta nem ideias nem sons preexistentes ao sistema linguístico, mas somente diferenças conceptuais e diferenças fônicas resultantes desse sistema” (CLG, p. 166). Aí está o caráter negativo dos elementos linguísticos; mas é a per-

cepção simultânea dessas diferenças de sons e dessas diferenças de ideias, sua aproximação, a partir de uma identidade perceptível por nossa mente, que constitui a língua num *sistema* (LOPES, [1976] 2008, p. 78-79).

Ao dirimir a complicação, o que se observa é a impossibilidade do cotejo de elementos distintos sem um denominador comum. Estabelecem-se tanto o vínculo indissociável entre a identidade e a diferença, quanto assoma o primado relacional, cujo alcance é o de um sentido, que se produz não por meio de um termo tomado isoladamente, mas sim com base nas relações de sentido que se estabelecem entre termos. Ademais, como salienta Saussure ([1916] 2006, p.128): “Vê-se, pois, que nos sistemas semiológicos, como a língua, nos quais os elementos se mantêm reciprocamente em equilíbrio de acordo com regras determinadas, a noção de identidade se confunde com a de valor, e reciprocamente”.

Por consequência, qual seja o elemento da língua, sua definição é feita, de um lado, pelas relações com os outros elementos do mesmo sistema e, por outro, pela função contraída em tal sistema, porém, de modo algum, pelas propriedades físicas que ela possua. É por isso que:

a língua constitui, no parecer de Saussure, *uma forma* e não *uma substância*: *a língua não é um sistema de conteúdos* (não existe um “nível” semântico), mas *um sistema de formas e de regras* (valores). O *conteúdo de um termo* só é fixado, por isso, através da totalidade de que esse termo é parte, e *a sua definição positiva* deriva de uma definição relacional (ou definição negativa); o valor de um termo consiste nisso: *um elemento é (definição positiva) tudo aquilo que os demais elementos do seu sistema não são (definição negativa)* (LOPES [1976] 2008, p. 79-80).

Esse raciocínio, ao transformar a continuidade sígnica em relações movimentadas por duplas (*langue / parole*, *sincronia / diacronia*, *significante / significado*, *paradig-*

mático / sintagmático, forma / substância), instalou a descontinuidade como motriz do conhecimento e método de uma época. Se, no entanto, o correr dos tempos fez com que alguns de seus atores nos legassem leituras de um Saussure das dicotomias estanques que, no agora, encontramos fartamente, é que não se procurou ler, no linguista genebrino, as teias complexas que unificaram: significante-significado-signo, sincronia-diacronia-pancronia, *langue-parole*-linguagem (LOPES, 1997). Isso, porém, adverte-nos Lopes, “lá no *Cours* está, com todas as letras: O mecanismo linguístico rola inteiramente sobre *identidades e diferenças, estas últimas sendo apenas a contraparte das primeiras*” (1997, p. 16 [grifos de LOPES]). Em consonância a essa linha de reflexão, seguem estas palavras:

A leitura atenta do [Curso de Linguística Geral] permite dizer que Saussure parece não ter tomado essas dicotomias como dicotomias *stricto sensu*. Ao contrário, tudo indica que Saussure insiste num terceiro elemento, mediador da relação binária.

Desse ponto de vista, podemos considerar que Saussure explicita relações que facilmente seriam aprovadas aos olhos dos dialéticos. Vejamos: para a dicotomia significante/significado, há o signo; para relações sintagmáticas/relações associativas, há o sistema; para diacronia/sincronia, há a pancronia; para língua/fala, há a linguagem. Tudo orquestrado por um grande terceiro, o *valor*: o conceito que sustenta a arquitetura teórica de Saussure (FLORES; BARBISAN, 2009, p. 8).

Importa que dessa relação entre identidade e diferença originam-se uma teoria do conhecimento e uma metodologia linguística, cuja eficácia foi reconhecida e aproveitada pelos mais diversos enfoques do saber acadêmico, entre os quais destacamos agora o da semiótica francesa.

2. Greimas: a semiótica da relação

O campo do conhecimento de uma prática de investigação é demarcado por balizas que direcionam a reflexão sobre o objeto teórico. Quando pensamos na semiótica francesa, consideramos que é uma teoria geral da linguagem, com abordagem teórico-metodológica própria, que visa à observação do processo de significação nos textos. Conforme Greimas e Courtés ([1979] 2008), o termo semiótica pode ser considerado sob três sentidos:

(1) Como objeto – tomada como conjunto significante que, por hipótese, apresenta uma organização, uma articulação interna autônoma. Nessa acepção, trata-se de todo conjunto significante anterior à análise, o que pressupõe uma metasemiótica que incida sobre tal conjunto;

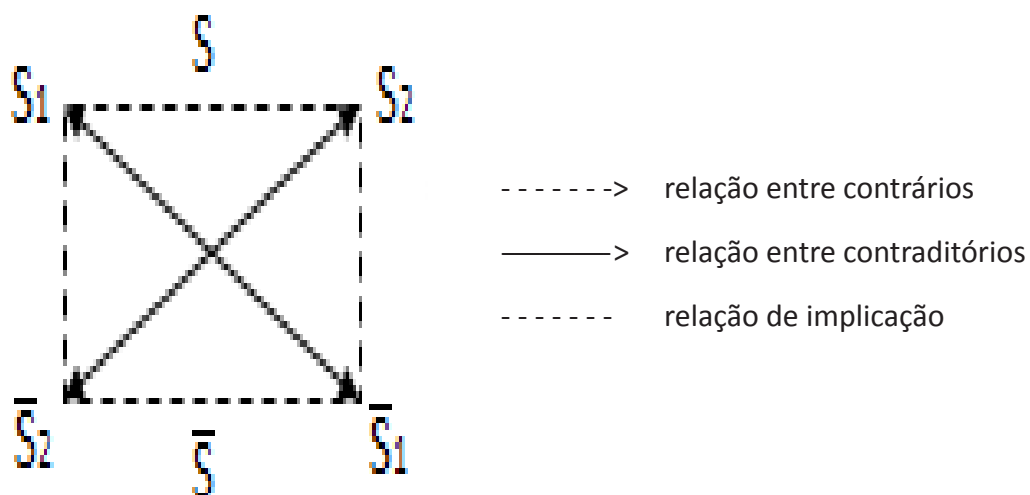
(2) Como tipologia – tomada como semiótica-objeto já enformada e articulada pela metasemiótica de descrição. Nessa acepção, tem-se em conta uma explícita teoria de explicação dos dois planos da linguagem (expressão e conteúdo) de determinada semiótica; e

(3) Como teoria – tomada como uma teoria da significação, trata-se, pois, do nível epistemológico. Nessa acepção, almeja “explicitar, sob forma de construção conceitual, as condições da apreensão e da produção do sentido” (GREIMAS; COURTÉS, [1979] 2008, p. 455).

Projeto científico que pretende conciliar o aspecto conceitual ao formal, a semiótica francesa prima pela busca não apenas do que haja de singular em um texto, mas, sobretudo, pelas regularidades presentes em um determinado sistema semiótico. Para o estabelecimento de tal projeto, o coeficiente da relação foi de grande envergadura, uma vez que, com base nele, Greimas e Rastier ([1970], 1975), Greimas e Courtés ([1979] 2008) elaboraram a estrutura elementar da significação: o *quadrado semiótico*.

O quadrado semiótico é uma estruturação formal que antecede qual seja o investimento semântico posterior decorrente do cotejo de uma semiótica-objeto. A estrutura elementar da significação tem, portanto, estatuto lógico. No ensaio *O jogo das restrições semióticas*, Greimas e Rastier ([1970] 1975) esboçam uma primeira ideia em torno da estrutura do modelo constitucional. Curioso notar que, na epígrafe selecionada por eles para a abertura desse ensaio, no qual lemos “é preciso não acreditar que o espírito que inventa caminha ao acaso²”, cifra-se uma inclinação semiótica por pensar os processos intelectivos operados pelos sujeitos cognoscentes como estruturas. Balizando-se pela inteligibilidade, semelhante inclinação explicita uma proposta metodológica bastante geral aplicável a todo conjunto significante, que “parte de elementos simples e segue um percurso complexo, encontrando, em seu caminho, tanto restrições a que tem de se submeter, como escolhas que pode fazer” (GREIMAS; RASTIER, [1970] 1975, p. 126).

Embora Greimas e Rastier anotem que a ideia do percurso sustenta-se em três etapas sucessivas da imanência (das estruturas mais profundas às discursivas) à manifestação (em que se estudam os recursos empregados nas relações entre texto e discurso), concentram-se no quadrado semiótico. Nessa focalização, já nos apresentam a estrutura elementar da significação esquematicamente:



² “Il faut bien se garder de croire que l’esprit qui invente marche au hasard” (Destutt de Tracy).

Nesse esquema do quadrado, podemos visualizar eixos que vetorizam relações de sentido. **S** simboliza a totalidade do universo semântico ou qual seja o sistema semiótico. Opondo-se a **S**, **Não-S** simboliza a ausência absoluta de sentido. Na horizontalidade, **S1 – S2** e **Não-S1 – Não-S2** (eixo dos subcontrários) representam o eixo dos contrários. Já **S1 – Não-S1** e **S2 – Não-S2** são relações que ocorrem entre termos contraditórios, sendo que a primeira refere à esquematização positiva, e a segunda, à negativa. Na verticalidade, **Não-S2 – S1** e **Não-S1 – S2** são a notação simbólica da relação de implicação ou complementariedade, em que a primeira diz respeito à dêixis positiva, e a segunda, à negativa.

Essa reflexão dedutiva aplicada em descrições indutivas, como as do modelo de análise mítica proposto por Claude Lévi-Strauss ([1957] 2012), permitiu a constituição de universais semânticos de grande generalidade como natureza vs. cultura e vida vs. morte. Tido como universais, porque comuns a todas as diferentes culturas, esse tipo categorial possui uma dupla orientação: semântica, visto que pode ser submetido à análise; e formal, pois, considerado seu alto grau de generalização, possibilita arranjos sintáticos.

Acompanhando *O jogo das restrições semióticas* (GREIMAS; RASTIER, [1970] 1975), constatamos que o modelo quaternário foi aplicado ao estudo de relações humanas como as sexuais, em que, nas interações entre indivíduo e sociedade, foram previstos os cálculos de combinações possíveis da sexualidade humana. No entanto, o universal semântico do nosso interesse é o par /identidade/ e /diferença/, o qual consta no *Dicionário de Semiótica* (GREIMAS; COURTÉS, [1979] 2008), cada qual recebendo descrições em verbetes em separado. Nesse trabalho lexicográfico, encontramos ainda a definição de alteridade. Iniciaremos a consulta pelo termo *identidade*.

Na oposição com a alteridade, a identidade é qualificada como indefinível; nessa acepção, é elemento categorial da estrutura elementar da significação.

A segunda entrada opõe a identidade à igualdade. Esta caracteriza objetos cujas propriedades qualitativas são as mesmas. Aquela designa os traços sêmicos e fêmicos

que haja em comum entre objetos. Estamos diante de um processo de identificação, uma vez que, ao suspender oposições categóricas, reconhecemos o eixo semântico comum que, no nível da manifestação, causa esse efeito de identificação. Operação metalinguística, a identificação pressupõe a alteridade, cujo reconhecimento demanda uma análise dos semas (traços do conteúdo) e dos femas (traços da expressão). Assim, é uma das operações de construção do objeto semiótico.

Na terceira acepção, a identidade equivale a um princípio de permanência, o que imprime ao percurso narrativo de um sujeito, ainda que haja transformações por ele desencadeadas ou sofridas, o efeito de persistência no seu ser. Igualmente podemos pensar na permanência de um mesmo ator no percurso discursivo.

A última das acepções, pouco explorada em semiótica, refere-se à identificação. Nesse caso, é quando o fazer interpretativo do enunciatário identifica, em outro universo discursivo, o seu próprio universo. Para ilustrar, podemos pensar numa situação em que um jovem se identifica com Martin Luther King.

Ao observarmos as diferentes entradas da identidade no *Dicionário de Semiótica* (GREIMAS; COURTÉS, [1979] 2008), ficou patente que ela mantém uma relação de pressuposição recíproca com a alteridade. Fazendo par com a identidade, apenas pode ser reconhecida mediante a operação de distinção. Nesse sentido, a diferença saussuriana, porque permite as relações de diferenciação e de semelhança, formuláveis categorialmente por identidade vs. alteridade, instaura a postulação de um modelo lógico.

Temos essas noções amplas de identidade e de diferença, no entanto, considerando que a semiótica tem, sobretudo, preocupações de cunho metodológico, mister se faz pensá-las tanto do ponto de vista do lugar que ocupam no que já se produziu de reflexão sobre elas quanto em relação ao alcance que esses conceitos tenham no que concerne a sua inflexão nos discursos de nosso tempo.

Bevidas e Ravello (2006), após afirmarem as relevantes orientações oferecidas, no *Dicionário de Semiótica* (GREIMAS; COURTÉS, [1979] 2008), para lidar com a identidade

e a identificação, optam por desenvolver as duas últimas definições porque, na avaliação desses estudiosos, a primeira acepção é uma categoria fundamental genérica o bastante, mas que trabalha com o sistema da língua; a segunda atende a necessidades de descrições mais localizadas; contudo, a terceira e a quarta definições, nas palavras deles:

não apenas nos fazem mergulhar no coração da vida do discurso. Mais que isso, esses conceitos nos obrigam também a ampliar o conceito de discurso, fazê-lo sair do “papel” e atingir a própria *vida*, como discurso. Noutros termos, pedem que arrisquemos a semiotizar o discurso da vida, as *interações* da vida cotidiana (BEIVIDAS; RAVANELLO, 2006, p. 134).

Esse trabalho de semiotização das interações cotidianas do discurso da vida, há algumas décadas, vem sendo empreendido pelo semioticista Eric Landowski (1992). Sobre a pertinência da proposta do semioticista francês, assim se expressam Beividas e Ravello (2006, p. 134):

Queremos dizer com isso que esses conceitos não se limitam a um certo número de procedimentos de sujeitos-de-papel, localizados em tal ou tal instância de um discurso aqui ou ali manifestado. Mais que isso, parecem definir, antes, o próprio modo como uma subjetividade se constrói no espaço de interação que é a vida de todos os dias, a vida individual e social entendida como “processo significante” (LANDOWSKI, 1992, p. 12).

Vejamos, então, as elaborações feitas por Landowski sobre as interações das identidades e das diferenças dos sujeitos discursivos no seio da vida social.

3. Landowski: a semiótica da relação como presença

Antes de apresentar a relação entre identidade e alteridade conforme às elaborações de Eric Landowski ([1997] 2002), é preciso situá-la na proposta de uma so-

ciossemiótica (LANDOWSKI, [1989] 1992). Que seu estatuto perfila-se ao interesse por descrever como se organiza o funcionamento social dos discursos já está claro desde o *Dicionário de Semiótica* ([1979] 2008). Extraíndo os meios teórico-metodológicos do quadro da semiótica geral, a sociossemiótica terá como terreno de incidência “o vasto domínio das conotações sociais” (GREIMAS; COURTÉS, [1979] 2008, p. 428).

Os autores do *Dicionário* também não se furtarão de esclarecer os universais axiológicos (natureza vs. cultura e vida vs. morte) como propulsores dos socioletos, cuja função é especificar a maneira como determinada sociedade concebe o universo coletivo (o que é natureza e cultura) e o universo individual, em que se expressa o entendimento do que é vida e morte. Na perspectiva de uma “sociedade enquanto significação”, o propósito é o da sistematização da “universalidade da cultura” e das “especificidades culturais” a partir “da diversidade das semióticas apreensíveis como axiologias ou como ideologias, e definíveis como modelos de ação e de manipulação” (GREIMAS; COURTÉS, [1979] 2008, p. 428). Não é senão esse veio de pesquisa que Landowski se encarregará de levar a cabo.

O discurso será então o lugar privilegiado para a problematização das relações e das estratégias de poder tendo por foco “a questão do *funcionamento global* e da *eficácia social* da atividade discursiva enquanto tal” (LANDOWSKI, [1989] 1992, p.10). Cabendo à sociossemiótica, o desafio de ter em conta:

o discurso como um espaço de interação [o que] talvez seja proporcionar-se, a longo prazo, o meio de abordar, de um modo que não seja meramente intuitivo, a análise das condições de existência e de exercício do *poder* no que elas têm de socialmente mais evanescente e, sem dúvida, ao mesmo tempo, de mais profundo; é tocar na formação e nas flutuações do vínculo social e político vivido (LANDOWSKI, [1989] 1992, p. 10-11).

Com vistas a atingir tal desiderato, a sociossemiótica compreende três dimensões: (1) a semântica, em que o objetivo é estabelecer e mostrar como se organizam

os valores e os objetos significantes manipulados pelo discurso social; (2) a da sintaxe, a qual incide tanto no estabelecimento quanto nas transformações das relações entre sujeitos, sem descuidar da circulação intersubjetiva dos valores que tais transformações condicionam; e (3) a pragmática, que concerne “às condições de assunção [*prise em charge*] dos elementos estruturais precedentes pelos atores ‘reais’ no plano de suas práticas ‘vivas’ (ou, ainda, ‘em contexto’)” (LANDOWSKI, [1989] 1992, p. 11). Com base nessas dimensões de análise, almeja-se compor uma gramática da ação e da interação, efetivamente gerais, e, a partir de tal lastro, poder cuidar da problemática da intersubjetividade e, ancorada nesta, construir uma tipologia das relações tão abrangente quanto capaz de isolar as regras gerais de transformação dessas relações.

Considerando o interesse pelo social como sistema de relações entre sujeitos, a sociosemiótica propugna que seu objeto ultrapassa os limites do *texto*, pois compreende a heterogeneidade de todo um feixe de atores, de situações e de atos depreensíveis, apenas, se forem elaborados modelos de descrição consoantes a essa amplitude contextual. No entanto, adverte o sociosemiotista: “de fato, trata-se, desde o início, de uma certa concepção de ‘contexto’: nem antes, nem depois, mas no próprio âmago da linguagem” (LANDOWSKI, [1989] 1992, p 147). Dessa feita, o que se quer é:

A “semiotização” do contexto, ou, melhor, da elaboração de uma *semiótica das situações*. Ao lado dos modelos de deictização e de aspectualização espaço-temporal, que pertence ao nível discursivo, o papel principal de tão vasta empresa é assumido pelo conceito semionarrativo de modalização, que proporciona a possibilidade de explicar ao mesmo tempo, o modo de existência dos objetos para os sujeitos que agem e de sua própria competência enquanto sujeitos comunicantes (LANDOWSKI, [1989] 1992, p. 150).

Diante dessas noções, delineadas largamente, podemos partir para seus desdobramentos no livro *Presenças do outro* ([1997] 2002). Na obra em questão, o termo *presença* será observado de acordo com as relações entre sujeitos na práxis enunciativa.

Sendo a presença a condição de existência do sentido, o cerne da reflexão é o discurso em ato, pois é aí que se gera o sentido. O que apenas ocorre quando uma diferença significa o “presente”.

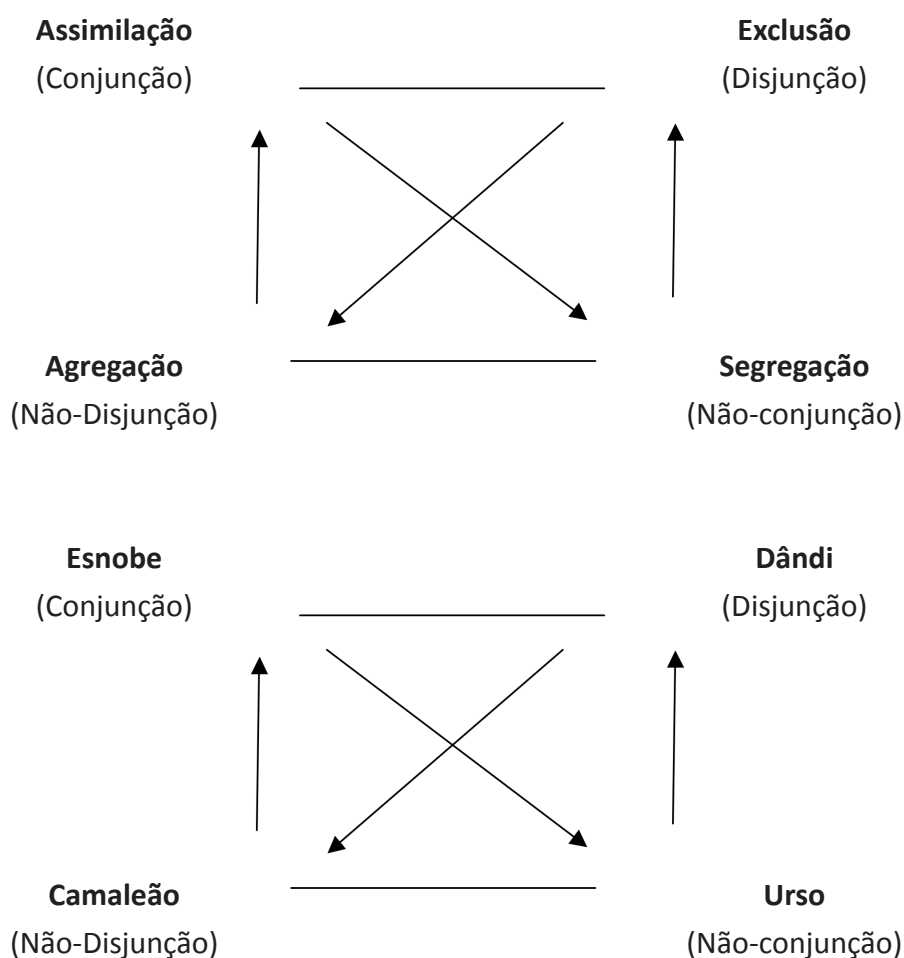
A semiótica da presença propõe um regime da alteridade, do não-si, mediante o qual a identificação dos sujeitos é mútua. Diante disso, projeta um percurso que leva em conta as identificações responsáveis pelo encontro de si (que não apenas diz, mas que se diz “eu”), que poderá repercutir nas presentificações, quando se fala da presença para si mesmo, e, somente, então, poder vislumbrar o Outro, de modo algum um “Ele”, simples e distante, haja vista que o que põe em cena é a representação como uma função que o sujeito envia de sua imagem mesma.

Trata-se, portanto, de apreender as modalidades da presença, independentemente do *corpus* sob cotejo, na dependência com a experiência imediata do sensível, do figurativo ou universo passional, no espaço do aqui e no tempo do agora. Para tanto, essa experiência deve se vincular à articulação de formas semióticas analisáveis, as quais se modificam conforme o tipo de procedimento (identificação, presentificação ou representação) de apreensão das formas que regem a relação com o outro.

O sociossemiotista nos explica que, na superfície da semiótica-objeto, o Outro é a figura do estrangeiro, mas também, a não-presença, isto é, o termo que falta, o que desencadeará a busca de si: um tornar-se, um querer estar com o outro, no andamento do outro. Semelhante empresa constitui-se do:

Observar as condições da presença do sentido numa série de contextos intersubjetivos, e, portanto, interativos, precisos. Não mais que em outra parte, o sentido não é dado aí. Como se sabe ele está sempre a se construir. Ou melhor, a se conquistar: a que figuras, a que dispositivos, a que linguagens recorreremos para que, pela mediação do Outro, um pouco de sentido, de vez em quando, nos faça subitamente presentes a nós mesmos (LANDOWSKI, [1997] 2002, p. XIV).

No exercício dessa semiótica, foram previstas quatro estruturas da interação: as-similação (conjunção), ex-clusão (disjunção), ad-missão (não-disjunção) e se-gregação (não-conjunção). Com efeito, essas quatro estruturas consideram os regimes de interação de uma identidade com uma alteridade. É interessante notar ainda que a alteridade também recebeu um modelo geral, de cujas relações estratégicas de interação com a identidade, surgem o esnobe (conjunção), o dândi (disjunção), o camaleão (não-disjunção) e o urso (não-conjunção). Embora essa ideia de quadratura, em que esses regimes de sentido se assentam, pareça estabelecer uma tipologia fatorada por quatro, de fato, não é isso que ocorre. Na verdade, multiplica-se o quatro e se geram dezesseis combinações possibilitadas por diferentes relações entre tipos de interação da identidade e os das estratégias da alteridade, o que redundando em significações diferentes. Esquemáticamente:



Notório é o acento de sentido que vai se orientar, cada vez mais, para a densidade da presença³, afinal, o que se quer é a apreensão do sentido do vivido “nas suas evoluções ligadas ao próprio curso das coisas, tal como elas se apresentam, se é possível dizer, *vistas da ponte*, quase com os pés dentro d’água, e não como elas são concebidas à distância, *vistas das margens*” (LANDOWSKI, [1998] 2001, p.21). Por conseguinte, o discurso *strictu sensu* é insuficiente, pois a questão que se coloca é “a de saber se – e de compreender como – este tempo presente, que é o nosso, vem (ou não) a ser experimentado pelos sujeitos mesmos que o vivem do seu interior, como fazendo sentido”, todavia, “independentemente daquilo que ele possa parecer significar e anunciar quando interpretado de fora” (LANDOWSKI, [1998] 2001, p.21).

Dessa evocação da presença, tão cara e almejada pelo sociossemióticista, podemos aduzir que o que está em jogo é a integração da dimensão afetiva ao escopo de trabalho da semiótica. Interesse compartilhado por tantos semioticistas que deu ensejo, recentemente, à hipótese de que o sensível rege o inteligível (FONTANILLE; ZILBERBERG, [1998] 2001). O Brasil, cenário de grande importância para a constituição e consolidação do conhecimento da disciplina semiótica, tem contribuído de diferentes maneiras com essa discussão. Destacamos, por seu valor histórico, a publicação *Do inteligível ao sensível: em torno da obra de Algirdas Julien Greimas* (OLIVEIRA; LANDOWSKI, 1995), produto resultante do *Colóquio unidade e pluralidade: em torno da obra de Algirdas Julien Greimas*, ocorrido em 1994, em São Paulo. Daí para cá, muito trabalho se fez sob essa orientação sensível, de que, concorre, ou mesmo decorre, o atual estado da reflexão, cuja direção é a “da imanência do texto ao mundo da experiência; da semiose ‘fria’, intratextual, à cena “quente” da semiose corporal, do categórico ao tensivo, enfim, da semiótica do texto à semiótica da vivência (experenciada): a carne se impôs ao verbo” (BEIVIDAS, 2012, p.13).

Quer isso dizer que a inclusão dos afetos no fazer semiótico traz de volta o diálogo com a filosofia, especificamente, a fenomenologia de Merleau-Ponty – cuja

³ Presença é concentração, isto é, intensidade dos afetos.

semente foi plantada já lá no *Sémantique Structurale* (GREIMAS [1966] 2002) – e os desideratos do vivido e do experienciado, de onde decorre uma visada de que a percepção é semiotizante. Não sendo nosso interesse discutir a hipótese da semiogênese (a linguagem como instauradora de nossa apreensão do mundo) ou da percepção no nascedouro do sentido na semiótica, e tendo visto que a temática da identidade sofre as coerções do espelhamento comum a essa orientação teórico-metodológica – ao passo que é objeto de conhecimento é também o modo de ter acesso a este – vejamos o que é a identidade de um sujeito, quando pensada semioticamente.

De acordo com a perspectiva adotada nesse artigo, nosso acesso à significação nunca ocorre de modo imediato, mas pela produção de simulacros e pelos efeitos de sentido deles decorrentes, propomos, então, uma última digressão teórica para explicar essas duas noções semióticas.

Segundo Greimas e Courtés (1986), um *simulacro* contrai uma relação quase sinonímica com o sentido de modelo. Isso conforma a semiótica a uma epistemologia não-referencialista, uma vez que não elide linguagem e realidade (ou “coisa do mundo”), pois é por meio daquela que construímos esta. De fato, a “única realidade apreensível, mas que não pode ser apreendida de maneira imediata” é o que se compreende como “efeito de sentido” (GREIMAS; COURTÉS, [1979] 2008, p. 156).

Greimas e Courtés ([1979] 2008) nos lembram que o *efeito de sentido* é uma expressão cunhada pelo linguista G. Guillaume, que diz respeito à impressão de realidade que nossos sentidos produzem no contato com o mundo apreensível pela significação culturalmente compartilhada. Como ato de linguagem que é, o efeito de sentido equivale à semiose, ou seja, à atividade produtora de semiótica, na acepção de conjunto significativo dotado de expressão e de conteúdo.

Tais noções são essenciais na economia geral da teoria semiótica, afinal, é por meio da instauração dos efeitos ou simulacros de paixão, de ação, de manipulação, entre outros, que vamos produzindo linguagens. Em consequência, a ideia da identidade de

um sujeito semiótico confunde-se com a de efeito de sentido ou construção de simulacros de um sujeito que age, manipula, interage, sofre, produzindo efeitos de fazer, fazer-fazer, ser (dócil, resoluto, teimoso, etc.).

4. Considerações finais

Tendo firmado, como característica da semiótica francesa, sua preocupação fortemente metodológica, implicando, no espaço do texto, o interesse pelo que este diz e como faz para dizê-lo⁴, o que leva à busca dos efeitos de sentido produzidos discursivamente e os recursos utilizados para engendrar tais efeitos, consideramos que, em relação ao processo de construção da identidade dos sujeitos, não seria diferente. Com vistas à qualificação dessa ideia, seguimos o percurso que começa pela postulação de Ferdinand de Saussure de que as identidades e as diferenças presidem os sentidos na língua, em seguida, mostramos seu desdobramento na estrutura elementar da significação de Greimas e concluímos com a formulação de Eric Landowski de um sistema de relações do eu com o outro, extraído da observação de situações de convívio do europeu com o estrangeiro na contemporaneidade. Ao recensearmos essas definições e/ou modelos de análise concernentes à temática em estudo, é que nos posicionamos quanto ao entendimento de que a identidade, na semiótica greimasiana, diz respeito à produção de simulacros construídos pelo sujeito da enunciação.

Referências bibliográficas

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria semiótica do texto*. 4.ed. São Paulo: Atual, [1990] 2008.

BEVIDAS, Waldir. A dimensão do afeto em semiótica: entre fenomenologia e semiologia. *A abordagem dos afetos na semiótica*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2012.

⁴ Referimos à amplamente conhecida expressão cunhada por Diana Luz de que a semiótica se ocupa com a descrição e a explicação sobre “o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz” (BARROS, [1990] 2008, p.7 [grifos da autora]).

_____ ; RAVANELLO, Tiago. Identidade e identificação: entre semiótica e psicanálise. *Alfa*, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 129-144, 2006. Disponível em: <seer.fclar.unesp.br/alfa>. Acesso em: 23 de mar. 2014.

FLORES, Valdir do Nascimento; **BARBISAN**, Leci Borges. Sobre Saussure, Benveniste e outras histórias da linguística. NORMAND, Claudine. *Convite à linguística*. Trad. e organização dos textos de Valdir do Nascimento Flores e Leci Borges Barbisan. São Paulo: Contexto, 2009, p. 7-22.

FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. *Tensão e significação*. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Discurso Editorial/ Humanitas, [1998] 2001.

GREIMAS Algirdas Julien. *Sémantique structural: recherche de méthode*. 3.ed. Paris: Presses Universitaires de France, [1966] 2002.

_____ ; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. Trad. Alceu Dias Lima; Diana Luz Pessoa de Barros *et al.* São Paulo: Contexto, [1979] 2008.

_____ ; RASTIER, François. O jogo das restrições semióticas. Sobre o sentido. *Sobre o sentido*. Trad. Ana Cristina Cruz Cezar *et. al.* Petrópolis: Vozes, [1970] 1975, p. 126-143.

LANDOWSKI, Eric. *A sociedade refletida: ensaios de sociosemiótica*. São Paulo: Educ; Pontes, [1989]1992.

_____. *Presenças do outro*. São Paulo: Perspectiva, [1997] 2002.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. Cosac Naify: São Paulo, [1957] 2012.

LOPES, Edward. A contribuição de Ferdinand de Saussure. LOPES, Edward. *Fundamentos da linguística contemporânea*. 20.ed. São Paulo: Cultrix, [1976] 2008, p. 72-94.

_____. *A identidade e a diferença: raízes históricas das teorias estruturais da narrativa*. São Paulo: Edusp, 1997.

OLIVEIRA, A. C.; **LANDOWSKI**, E. *Do inteligível ao sensível: em torno da obra de Algirdas Julien Greimas*. São Paulo: EDUC, 1995.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística geral*. Trad. Antônio Cheline, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27 ed. São Paulo: Cultrix, [1916] 2006.

Abstract: *This text discusses fundamentals of reflection about identity through French semiotic. For this, we propose a path that begins by Saussure's postulation that the identity and the difference preside the senses in the language, then we demonstrate its development in the elementary structure of significance by Greimas and, after this we conclude with the formulation of a system of relations between the self and the other by Landowski, that was derived from the observation of conviviality situations between European and foreigners in the contemporaneity. From this discussion, we establish our position on understanding that semiotic identity is an effect of meaning constructed by the subject of enunciation.*

Keywords: *Identity; semiotic; effect of meaning; Saussure; Greimas; Landowski.*

MANIFESTAÇÕES PRONOMINAIS DA SEGUNDA PESSOA DO SINGULAR – LÍNGUA POPULAR EM RECORTE SINCRÔNICO DE USOS

Ivanilde da SILVA¹

Resumo: *Este trabalho descreve o uso de pronomes relacionados à segunda pessoa do singular na fala popular de São José dos Campos-SP. A partir de reuniões com um ou mais interlocutores (MORENO FERNÁNDEZ, 2012), coletei dados de trabalhadores braçais oriundos ou não da cidade em questão, mostrando, assim, uma parte da realidade social desse município. A hipótese é que há “mistura pronominal” na fala popular. Pressupostos teórico-metodológicos foram embasados na Sociolinguística Laboviana ([1972] 2008); no Funcionalismo de Hopper e Traugott (1993) e nas noções comportamentais face a face de GOFFMAN ([1967] 2012). Desse modo, associei interfaces teóricas à metodologia quantitativa laboviana. Os resultados prévios apontam para o uso maior das formas “de você” em detrimento das formas ‘de tu’, mostrando, de um lado, mudança linguística em curso e, de outro, contextos que retêm mudanças.*

Palavras-chave: *usos sociais; interface; sintaxe de objeto; padrões em uso; fala.*

1. Introdução

Este trabalho descreve o uso dos pronomes ligados à segunda pessoa do singular na fala popular de São José dos Campos – SP (SJC-SP). A justificativa para a realização dessa pesquisa é que o português popular falado ainda é pouco descrito e que sua descrição é importante para a reconstrução da história do português brasileiro (RODRIGUES, 1987). Calcado nas áreas da Sociolinguística Variacionista (LABOV, [1972] 2008) e da

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Ângela Cecília Rodrigues. Bolsista CAPES. E-mail: ivabsilva2003@yahoo.com.br.

Sociolinguística Cognitiva (MORENO FERNÁNDEZ, 2012), este presente trabalho costura interfaces teórico-metodológicas com o intuito de explicar o fenômeno linguístico em questão: “mistura pronominal”. Assim, autores como van Dijk (2012); Goffman (2012a, 2012b); Hopper e Traugott (1993); Labov (2010) e Givón (2012) serão contemplados. Este artigo está estruturado da seguinte maneira: introdução, padrões em uso voltados para gêneros discursivos, apresentação dos quadros teórico-metodológicos, discussões dos resultados, além das considerações finais e referências bibliográficas.

2. Padrões em uso – a percepção da “aparente mistura pronominal” em diversos contextos de fala e escrita

Elenco abaixo gêneros discursivos diferentes para o início da minha reflexão sobre os usos pronominais em questão, considerados, grosso modo, “mistura pronominal” (BECHARA, 2009). Gramáticas normativas, mesmo as atuais, têm tradição latina, pois foram produzidas no Brasil a partir do século XIX com a intenção de instrumentalizar a sociedade letrada (AUROUX, 2009), deixando à margem os usos cotidianos, principalmente, os populares. Nesse sentido, essa parte da população sempre foi numerosa tanto em épocas passadas quanto na atualidade brasileira (MATTOS & SILVA, 2004; RODRIGUES, 1987).

Excerto de fala popular:

(1) “[...] aí **você** agenda i fala pra eli e aí eli vai **te** mostrá o lugar. Eli já vai dizê **pra você** o que **você** vai fazê. (mulher mais jovem. Amostra alternativa (-) formal).

Dados colhidos em ruas de São José dos Campos-SP:


- (2) **Você** vai tá em casa hoje à noite, eu **te** ligo. Beijjos.
- (3) Ø Pode deixá qui eu ligo **pra você**. **Te** amo. Beijjos.
- (4) Ø Vai até o ponto de ônibus que o cobrador **te** informa.

(5) A mochila **sua** tá aberta.

Excerto de fala culta em entrevista televisiva:

(6) “Quem assistia a Cassilda não esquece. Não lembra da peça, não lembra de nada ... mas causou uma emoção ... quando **tu** vê uma obra de arte, **tu** não pode explicá, mas ela modificou **você**. **Tu** é modificando pela obra de arte. [...]”²

Propaganda (7)



Intensidade do treino

Você termina seu treino assim?

Se sua resposta foi sim, ótimo! Seu resultado com certeza será muito bom. De acordo com estudos da Medicina do Esporte, exercícios intensos, como os de circuito, trazem melhores resultados para o seu corpo, perda de peso e para perder aquela “velha barriguinha” que não te deixa em paz! Portanto, lembre-se sempre, suar é sinal de exaustão e exaustão significa resultados!!!

Curves

Letras de música

(8) “... deixa eu dizer que **te** amo, deixa eu pensar **em você** [...] deixa eu dizer que **te** amo, deixa eu gostar **de você**”. Além da harmonia musical provocada pelo uso das repetições, os versos mostram combinações entre **você** – complemento preposicionado “pensar **em você**”³

Esses exemplos mostram o quanto *você/sujeito; te/complemento* e possessivos determinantes *seu/a* são usados de maneira “mesclativa” no Português Brasileiro (PB)

² <http://www.youtube.com/watch?v=Q2HuTDnjUKQ>, exibido em 04 de outubro de 2011, programa Starte (Rede Globo), antes de sua morte em 18 de janeiro de 2012.

³ Amor I love you (composição: Marisa Monte e Carlinhos Brown).

tanto na fala culta e popular quanto na escrita publicitária e universo musical. Sob esse prisma, esse comportamento sociogramatical indicaria “mistura” ou naturalidade de padrões pronominais em uso?

3. Abordagens teórico-metodológicas – princípios linguísticos e práticas descritivo-analíticas associadas a usos pronominais de 2ª pessoa do singular

Pressupostos como a) a língua é variável e heterogênea; b) falantes usam a língua de acordo com padrões socioculturais e sociocomportamentais; c) a mudança linguística é lenta, contínua e gradual; d) a experiência humana é concretizada através de aprendizagens, e, por sua vez, cumulativa e histórica. Nesse sentido, a cidade é anterior aos falantes que nela habitam (MORENO FERNÁNDEZ, 2012) e, por conseguinte, padrões em uso em dada comunidade de fala podem se apresentar homogêneos, já que o comportamento linguístico segue o mesmo padrão atravessando gerações de falantes (LABOV, [1972] 2008). Para o autor supracitado, a heterogeneidade está na língua, e fatores sociais são os responsáveis por impulsionar variação e mudanças linguísticas em determinada comunidade de fala. Assim, a partir da construção social de mesmas normas e mesmas atitudes linguísticas de dado grupo social, juízos de valor foram estratégias metodológicas aplicadas pelo autor com o intuito de compreender variação, rotas de mudança linguística e identidade social compartilhadas ou não por certos grupos humanos. Já para a Sociolinguística Cognitiva (MORENO FERNÁNDEZ, 2012; LABOV, 2010), é importante reunir pressupostos sociolinguísticos e cognitivos junto da quantificação de dados linguísticos em uso para a compreensão de realidades, muitas vezes, distintas de comunidade de fala para comunidade de fala.

Nesse sentido de normas e atitudes compartilhadas através de gerações de falantes, parti da hipótese de que há “mistura pronominal” na fala popular de SJ-SP, sincretismo observado em estudos voltados para sincronias passadas (LOPES, 2006) no que se refere à “mistura tratamental”. O pronome *você* inaugura, segundo a autora,

em meados do século XIX no Brasil, um sistema de tratamento tripartido: i) um sistema pronominal em uso a partir do uso de *tu* como sujeito, ii) um segundo a partir da mescla entre as formas *tu* e *você* e iii) um outro sistema cujo uso está associado só à forma *você*. Assim, os pronomes *tu*; *você* e *tu*; *você* representavam usos sociais já frequentes no Brasil do final do século XIX e início do século XX.

A partir de transformações discursivo-pragmáticas e do desgaste fonético-fonológico da fórmula tratamental *Vossa Mercê* > *você*, através de processos de gramaticalização⁴, cuja evolução faz um item lexical tornar-se gramatical ou um item gramatical torna-se mais gramatical ainda (HOPPER E TRAUGOT, 1993). Desse modo, *Vossa Mercê*, uma locução nominal, generaliza-se, transforma-se em *você* por causa de reduções fonético-fonológicas e passa da categoria lexical para pronome-sujeito, primeiramente. *O processo de persistência* caracteriza-se pela insistência de traços originários da forma fonte (*Vossa Mercê*), permanece em uso o final verbal sem marca morfológica (3ª pessoa) e (des)usos em relação à cortesia passam a ser frequentes por causa de generalizações. *A especialização* de itens acontece quando o leque de opções pronominais diminui tornando itens gramaticais cada vez mais *especializados* e *obrigatórios* (HOPPER E TRAUGOTT, 1993). Assim, *você* invade territórios sintáticos

⁴ A hipótese da unidirecionalidade: item com significado lexical > item gramatical > clítico > afixo > zero. No caso dos pronomes *você*, *te*, *seu/a~teu/a*, essas formas estão sendo consideradas *especialistas* em suas funções em decorrência da ausência de algumas formas da série *tu* (*ti*, *contigo*) que, por sua vez, reduz o leque de opções pronominais relacionadas à segunda pessoa do singular na fala popular de SJC-SP. Desse modo, todas essas formas estão nessa atual sincronia atuando como *itens gramaticais especialistas*. *Cê*, considerado *clítico* por alguns pesquisadores, não atua na função de clítico (objeto), atua como sujeito, revelando comportamento particular no PB (PETERSEN, 2008). Essa redução fonético-fonológica pode estar se afixando a certas expressões como em: “*ê mulequi*”. Da mesma maneira, *te* pode estar se afixando a verbos como em: “*timpresto*”, mas essas construções não ocorrem nas ESDs que colhi na cidade em questão. São ocorrências que já ouvi pelas ruas da cidade. Em favor da afixação do *te*, ocorrem pelas ruas da cidade também construções do tipo: “eu nem *te vi você* atrás de mim”, *te* atua como afixo verbal enquanto *você* atua como acusativo (discussão em andamento na minha tese de doutoramento). Se *cê* for considerado *clítico*, embora aconteça em contextos bem específicos (na função de sujeito), *os estágios da unidirecionalidade* tornam-se evidentes no português. Assim: significado lexical (*mercê*; *Vossa Mercê*); item gramatical (*Vossa Mercê*~*você*~*ocê*); clítico *?(cê)*; afixo (*ê muleque*); zero (*Ø muleque* ou *Ø vai até a padaria*). Os estágios estariam completos, mas merecem particular atenção *os contextos de uso e construções sintáticas* nas quais alguns desses itens ocorrem no PB atual. No mais, *a neutralização verbal* (morfologia verbal não marcada) associada às formas retas *você(s)*, *tu*, *a gente*, *nós*, *ele(s)/a(s)* no PB popular é que viabiliza o uso entre *formas velhas* do antigo paradigma de segunda pessoa e *formas do novo paradigma* que está se formando no PB, a considerar o paradigma relacionado à primeira pessoa do singular e plural (*me* leva x *leva eu*; *nós* leve x *leva nós*).

dominados pela série de formas *de tu* (tu, te, ti, contigo). Segundo Rumeu (2008), a partir do século XIX, *você* se introduziu primeiramente como sujeito (“*você* falou isso ontem”); depois como oblíquo (vou *com você*) e transforma os imperativos (LOPES & CAVALCANTE, 2011). Já trabalhos sincrônicos noticiam sobre a variação entre *tu* e *você*, descrevendo a realidade social de diferentes cidades brasileiras (SCHERRE *et al* ([no prelo]) tanto na variedade popular quanto na culta.

Sob a ótica gerativista, Duarte (1995) advoga que a ordem padrão das palavras no PB passa ser cada vez mais fixa: SVO (sujeito-verbo-objeto) em decorrência da perda desinencial verbal, motivando, por sua vez, o preenchimento do sujeito, já que o final verbal não apresenta mais marca morfológica (*-ste, -mos*, por exemplo) para identificar a pessoa gramatical. A riqueza flexional dos verbos, característica do antigo paradigma pronominal, não é mais rígida no PB falado, ela é opcional em variedades do PB, pois a regra variável existente, conforme Labov ([1972] 2008), permite a ausência ou a presença de flexão verbal. Assim, mesmo que a primeira pessoa seja marcada pelo final verbal, como em “eu falo”, a presença do pronome expresso é alta segundo Duarte (1995): 1ª pessoa, sujeito referencial pleno, é de 74%, já os expletivos continuam nulos como em “ \emptyset choveu”; “ \emptyset tem promoção no centro da cidade”; “ \emptyset parece que vai dar sol” etc. Nesse sentido, Neves (2011) apresenta análises sobre a presença e ausência da primeira pessoa do singular e atesta a parcialidade no PB no que tange ao preenchimento e não preenchimento do sujeito, principalmente em respostas curtas: “sei”, “não sei” entre outros contextos.⁵

Na língua popular, “*nóis fica*” e “*a gente fizemu*” são construções frequentes. Enquanto a primeira construção é realizada sem morfema *-mos*; construções como “*a gente fumu*” possui o final verbal marcado porque o verbo faz concordância semântica

⁵ A principal motivação para esses usos nulos e preenchidos seria de ordem discursivo-pragmática para os estudos funcionalistas, pois a língua é motivada e resultado de usos, não existindo “em si e por si mesma” conforme postulados estruturalistas. Assim, informações velhas e novas são responsáveis pelo fluxo informacional no discurso, tornando a língua falada marcada por referenciais conhecidos e não conhecidos (NEVES, 2011).

com a noção de plural contida na forma *a gente*. Além disso, de acordo com Mendes (2014), os usos pronominais na função objetiva tendem a manifestar pronomes tônicos na língua popular baiana, principalmente na primeira pessoa do singular como em “*leva eu*”, flexionando o caso nessa posição. Manifestações como essas descritas acima também ocorrem em SJC-SP. Isso quer dizer que o português popular pode estar se voltando para *uma sintaxe de objeto tônico (eu, ele, nós, a gente, você(s))*. Entretanto, essa situação é ainda variável no que concerne à sintaxe de objeto⁶. Quanto ao sujeito pronominal, *você* é pronome exclusivo de segunda pessoa do singular na cidade de SJC-SP, aceita ser acompanhado por *te~você~pra você* e possessivos determinantes variáveis: *seu/a~teu/a*⁷, evidenciando o padrão neutro contido tanto na forma pronominal *você* quanto a uso verbal, utilizado sem marca morfêmica final, quanto em empregos com nomes ou outras formas como *o/a senhora*, que, por sua vez, apontam para o ouvinte. Em razão dessa neutralidade, *você* combina com outros pronomes (*tu; ele/a(s); nós, a gente e SNs*⁸). Essa neutralidade verbal associada às formas *você(s)* atrai combinações tanto possessivas *seu/a~teu/a* quanto completivas como *lhe(s), te*, a depender de diferenças diatópicas, diastráticas e situações discursivo-pragmáticas.

Para o funcionalista Givón (2012), muitas línguas que possuíam o padrão objeto-verbo (OV)⁹ passam a exibir, ao longo dos tempos, ordem mais fixa: verbo-objeto (VO).

⁶ Não posso afirmar que uso com o clítico *me* esteja ausente dos falares populares em SJC-SP. Há também o uso de construções do tipo: “*eu se viro*”, sendo mais uma evidência que *a sintaxe de objeto* em variedades populares é *mista*, ora OV ora VO como em “*me leva x leva eu*”; “*te levo x levo você*”; “*leva nós/a gente*”; *leva eles*”. O uso de redobro pronominal como “*eu nem te vi você atrás de mim, moça*” pode ser outra evidência que o *você* esteja penetrando, paulatinamente, em ambientes sintáticos opacos e ainda ocupados por *te*, movimentando *a sintaxe de objeto* para usos pronominais tônicos, ou seja, um movimento que acontece da esquerda (OV) para a direita do verbo (VO) (GIVÓN, 2012).

⁷ Vale mencionar que *vocês* não possui forma clítica no português popular corroborando para uma sintaxe de *objeto preenchida por tônicos* como em “*eu falei pra vocês*”; “*eu levo vocês*”, situação semelhante à variedade culta. Os pronomes *nós* e *a gente* não fazem parte deste presente estudo, eles figuram como parte da explicação do fenômeno relacionado à segunda pessoa do singular.

⁸ SNs – sintagmas nominais.

⁹ Kato (1999) relata que o português antigo foi uma língua de sujeito nulo (V2 – objeto verbo), assim como o francês antigo. Segundo a autora, o português começou a perder esse padrão entre o século XVII e o século XVIII. A partir do século XIX, o PB exibe uma língua voltada para o preenchimento do sujeito e objetos nulos anafóricos, tornando o padrão de ordenação das palavras mais fixo e mais direto com a instalação do novo padrão: **SVO** (sujeito-verbo-objeto),

No PB, a neutralidade verbal (sem marca desinencial) por ser utilizada com diferentes pronomes na posição de sujeito (*você, a gente, ele/ela(s), nós*) entre outros SNs permite que a sintaxe do objeto “misture” formas de velhos paradigmas (OV - pronominal) a novos (VO – tônicos). Línguas que exibem sintaxe “mista” de objeto manifestam o que o autor supracitado chama de “estado sincrônico resultante em uma entidade mista” (GIVÓN, 2012, p. 346). Isto quer dizer que a ordem padrão SVO em algumas línguas apresenta uma sintaxe do objeto voltada para “o nominal” como o inglês (*you*), entretanto, outras línguas manifestam a ordem de objeto mista: OV e VO como o PB, principalmente na variedade popular como em: “*leva eu*” vs “*me leva*”, por exemplo. Na fala culta e popular, “*te ligo*” vs “*ligo pra você*” são construções variáveis, principalmente, em comunidades de fala cuja forma primeira para tratar o ouvinte é *você* (SCHERRE *et al* ([no prelo])).

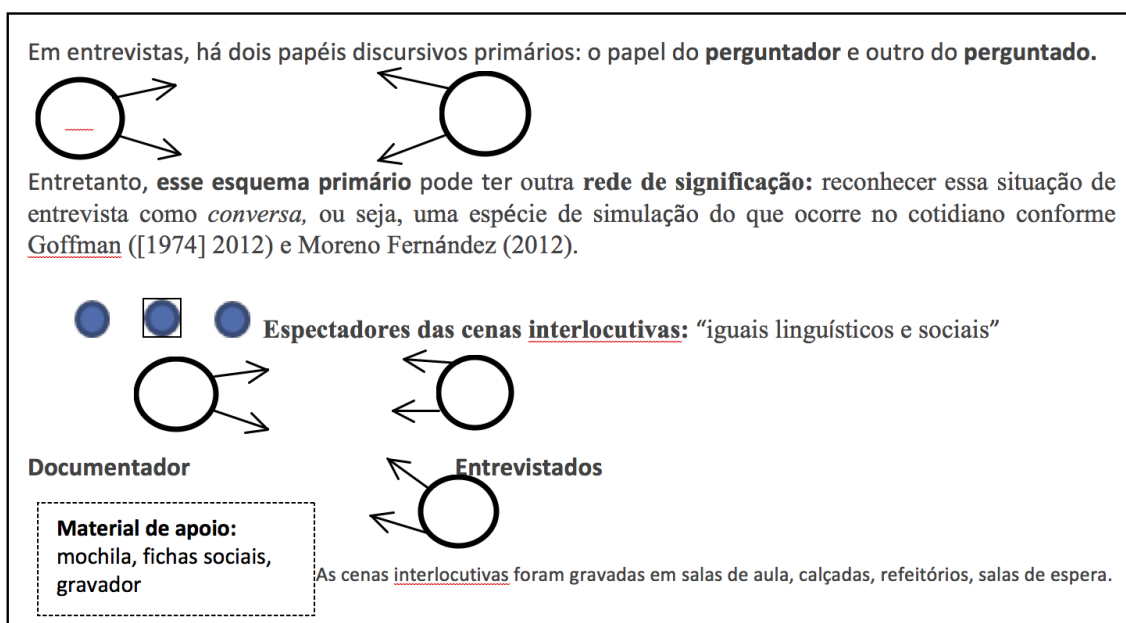
Para Labov (2010), “mecanismos de reparo” tendem a aparecer em línguas que perderam informações importantes da série *tu: tu, ti, contigo*. Assim, além do *você/sujeito*, ocorrências como “*falo com você amanhã*”; “*gosto de você*”; “*saudades de você*” são categóricas em algumas cidades brasileiras conforme os padrões encontrados em SJ-SP, restam apenas o clítico *te* e os possessivos *teu/a* como “sobreviventes” do antigo paradigma pronominal de 2ª pessoa do singular, diminuindo, por sua vez, o leque de opções pronominais (especializações e obrigatoriedade). Segundo Givón (2012), construções “mistas” são processos que não podem ser entendidos sem observar estágios anteriores da língua, por isso, estudos diacrônicos são importantes para o entendimento do uso do clítico *te* junto dos possessivos *teu/tua~seu/sua* combinados ao *você/sujeito*. Vale dizer que, no que tange à referencialidade, essas combinações, embora “mesclativas”, não interferem no entendimento do que se quer dizer (significado), pois essas formas apontam para o ouvinte (P2), já que o traço de pessoa é [-eu], conforme Lopes (1999).

Desse modo, investiguei na fala popular dois conjuntos de variáveis: a) formas *de você* (sujeito, complemento e possessivo determinante) e b) formas *de tu* (sujeito,

já que o PB perde, ao longo dos tempos, a desinência verbal que marca as três pessoas gramaticais (singular/plural).

complemento e possessivo determinante). Baseada em Moreno Fernández (2012), entrevistei um, dois, três ou mais interlocutores com o intuito de que produzissem formas *de você* e *de tu* em falas mais espontâneas. Espectadores não participantes dialogais também fizeram parte das cenas interlocutivas, constituindo, por conseguinte, diferentes molduras discursivo-conversacionais em razão da audiência/auditório. O quadro abaixo representa as Sociolinguísticas Semidirigidas (ESSDs) que coletei em SJC-SP:

Composição de uma das cenas interlocutivas das Entrevistas Sociolinguísticas Semidirigidas (ESSDs)



Quadro1: cenas interlocutivas baseadas em Moreno Fernández (2012).

O quadro acima representa uma cena interlocutiva (ou moldura enunciativa) na qual, além da documentadora, faziam parte os entrevistados e espectadores (“iguais linguísticos”¹⁰ e “iguais sociais”) que assistiam às cenas em colaboração aos colegas de trabalho. As setas projetadas a partir dos círculos indicam os olhares dos interactantes dispostos face a face (ou a direção da percepção de cada um dos falantes). Já o círculo em

¹⁰ Termo cunhado por Rodrigues (1987).

destaque em todos os envolvidos na cena interlocutiva, inclusive naqueles que a assistiam, representa o campo de observação dos partícipes. O retângulo pontilhado representa o material de apoio da documentadora. Além disso, as entrevistas foram coletadas em salas de aula, calçadas, jardins, bancos dispostos em praças e centros de convivência, revelando, por sua vez, ambientes frequentados por esses falantes durante o seu cotidiano, caracterizando, desse modo, as entrevistas como conversas (GOFFMAN, [1974] 2012).

Nessa perspectiva, Goffman ([1974] 2012) traz à baila faces e estratégias humanas empregadas em interações sociais. O *frame* foi aqui encarado como uma pintura (um quadro) criada pelos falantes de modo (inter)subjetivo, já que suas experiências fornecem a esses trabalhadores modelos de conversação (VAN DIJK, 2012). Desse modo, as formas *de você* e *de tu* se adaptam às cenas interlocutivas porque falantes as usam para equilibrar o jogo de estratégias em situações dialogais. Assim, as ESSDs, em um primeiro olhar, seriam apenas uma cena com um entrevistador e um entrevistado, mas outras significações tomam vulto se a cena for enquadrada como uma conversa cotidiana, pois é o que as cenas interlocutivas e intersubjetivas simulam: “um dedim de prosa”, produto construído por falantes populares que, por sua vez, também atraem espectadores “iguais linguísticos e sociais”.¹¹ Esses espectadores nem sempre estavam presentes, diminuindo, por sua vez, a audiência, afetando o monitoramento por parte dos participantes, conforme Labov ([1972] 2008).

Além disso, Goffman ([1967] 2012) postula que falantes em situação face a face utilizam-se de estratégias para produzirem seus enunciados. Assim, a fachada pessoal e a fachada do outro são construtos da mesma ordem. As fachadas são constituídas por atributos sociais, ou seja, a imagem do eu, do outro, do coletivo são imagens atributivas conforme *Vossa Mercê* em épocas passadas. A questão aqui relacionada à segunda pessoa do singular é: quais seriam os valores de significado que o falante usaria para apontar o

¹¹ Esses espectadores são colaboradores das cenas construídas em salas de aula, refeitórios, salas de espera etc., retratando a realidade comportamental desses falantes no desenrolar do seu cotidiano de trabalho.

outro, a si mesmo e aos outros de maneira coletiva? Enquanto certo comportamento faz parte da identidade pessoal do falante, valorizando atributos do próprio *self* (eu), também faz parte da realidade de certos grupos sociais o compartilhamento de uma mesma orientação protetora do indivíduo, ou seja, um *self* compartilhado que protege o *próprio eu* sob outras nuances referenciais. Já outros comportamentos podem não fazer parte da identidade do *self* (do eu), assim o *eu* atribui qualidades direcionadas ao outro, objetivando uma orientação defensiva do próprio *self*. O falante ao apontar o outro sob a forma *você* (sujeito gramatical) direciona a sua perspectiva, a sua atenção para o interlocutor e, desse modo, defende-se optando, por sua vez, por intenções diretivas, utilizando a forma *você/sujeito* (P2), referência determinada, para apontar o interlocutor junto do clítico *te* e dos possessivos *seu/sua* e eventuais *teu/tua* (seção resultados).

Esses pontos de vista, assim denominados por Goffman ([1967] 2012), garantem certos usos ora mais responsivos ora mais generalizados, não necessariamente nessa mesma ordem. Além disso, há gradação de usos das fachadas face a face, que, por vezes, podem ser mantidas, outras vezes, desviadas. Na verdade, a face anterior dos interactantes poderá não ser mantida a depender dos objetivos da interação, assim mantém-se o equilíbrio durante a conversação. Isto quer dizer que se houver algum desconforto por parte dos interactantes, atitudes responsivas e generalizadas são alternativas estratégicas negociadas entre partícipes dialogais. Nesse sentido, a manutenção de fachadas é uma condição da interação face a face, não o seu objetivo. Esses dois aspectos da linguagem humana não se confundem, pois o objetivo principal de toda a interação humana é comunicar (GOFFMAN, [1967] 2012; LABOV, [1972] 2008). Assim, para dizer, referir, apontar, designar o outro ou naturalmente significar o outro, o falante utiliza-se de “fachadas” que, por conseguinte, foram aprovadas pelos partícipes dialogais cujo suporte das respectivas conversações face a face foram entrevistas sociolinguísticas semidirigidas (ESSDs).

Para Goffman ([1967] 2012), o falante terá sempre dois pontos de vista a serem operacionalizados durante interações face a face: a) orientação defensiva – fachada que

invade o outro por ser praticamente um bisturi que, por sua vez, pode provocar reações invasivas no outro. O outro/ouvinte poderá ou não aceitar ser invadido pelo falante. O falante, ao invadir o território alheio, usa determinada forma pronominal cuja referência é determinada, incluindo aí também o referente reportado, determinado por natureza, embora realizado em outro evento de fala paralelo ao aqui-agora; e b) orientação protetora, isto é, o falante se protege e protege o outro/ouvinte. Aqui entram fachadas que generalizam referentes e outros processos metafóricos cotidianos como *você/tu* que significam *o eu/o próprio self*. Assim, segundo Goffman ([1967] 2012), há algo de sagrado ao se preservar *o self* seja de modo defensivo ou protetor. Em generalizações e usos metafóricos, os referenciais abarcam significados coletivos que, por sua vez, diminuem o grau responsivo da referência determinada. Desse modo, o *eu* estaria protegido de possíveis agressões, ameaças à própria face, e comprometimento por responsabilizar não só a si mesmo, mas outros que teriam comportamento semelhante a esse *eu/emissor*. A hipótese a ser testada é que o falante generalize referenciais para responsabilizar o coletivo, diminuindo a carga de responsabilidade para o próprio *self* (*eu*).

Já a frequência de uso dos pronomes relacionado à segunda pessoa com referência determinada em um suporte discursivo como ESSDs dependerá do grau de vinculação de laços entre documentadora + entrevistado(s), por exemplo. Quanto mais intimidade e empatia¹² houver nas relações face a face mais aumentaria o uso defensivo do falante, hipótese a ser testada na seção de resultados. Assim, utilizar a orientação defensiva elaborada por Goffman ([1967] 2012) não implica literalmente em agredir, ofender, brigar com alguém. Não! Implica querer saber do outro e, para isso, o referente determinado torna-se um poderoso bisturi, pois sua inserção durante o diálogo é invasiva, ou seja, penetra no *self* do outro/do interlocutor, protegendo, por sua vez, o seu sagrado: *eu*.

De uma perspectiva sociopragmática e perceptiva, cada aspecto comportamental humano se caracteriza através de contextos vivenciados por falantes, isto é, “os contextos

¹² Com base em Moreno Fernández (2012).

são construtos dos participantes” (VAN DIJK, 2012, p.11), razão pela qual a perspectiva sociocognitiva foi adotada neste presente trabalho, já que é fundamentada em modelos baseados no uso (MORENO FERNÁNDEZ, 2012). Para esses autores considerados, modelos são dinâmicos porque nada se constrói do zero; aprendizagem, experiências de fatos anteriores, lembranças acumuladas, memória etc. garantem aos usuários da língua adaptações e adequações aos falares justamente porque estão inseridos em entornos socioculturais percebidos por que os vivencia. Na verdade, os entornos de uma cidade são observados diariamente por seus falantes que, por sua vez, reproduzem e projetam modelos comportamentais e linguísticos em suas diversas relações sociais. Nesse sentido, para Givón (2012), o modo pragmático é uma das primeiras aquisições dos seres humanos e só depois o modo sintático passa a se manifestar nos usos infantis, revelando, por conseguinte, reflexos linguísticos do seu meio social na sua aprendizagem.

A partir da ideia de modelos baseados no uso, o funcionamento da linguagem humana é motivado por pressões de uso que, por sua vez, moldam formas e significados sociais em determinada comunidade de fala (ou cidade). A cidade, como já mencionado, é anterior aos indivíduos que nela vivem, abrangem diversos grupos sociais não se limitando apenas a cidadãos oriundos dessa mesma cidade ou região, pois regiões metropolitanas acolhem pessoas originárias de diversos lugares e padrões socioculturais também diversos tendem a se manifestar (RODRIGUES, 1987).

4. Discussões e resultados prévios

Foram observadas as falas de 22 falantes populares. Todos trabalhadores braçais, representantes de baixa renda¹³ e, grande parte deles, possui baixa escolaridade. Trabalham em esferas sociais distintas como universidade, escolas, empresa de reciclagem

¹³ Os falantes foram distribuídos por esferas sociais. Assim elaborei três amostras de fala popular: Amostra universidade e escola (+formal); Amostra alternativa (áreas verdes e prédios públicos (-) formal) e Amostra Empresa (instituição que cuida da limpeza pública da cidade (+/- formal)). Os indivíduos foram divididos por sexo, três faixas etárias e origem (oriundos e não oriundos da cidade de São José dos Campos (SJC-SP)).

de lixo e prédios públicos espalhados por SJC-SP. Esses populares produziram 530 dados *de tu* e *de você* nas funções de sujeito, complemento e possessivo determinante. Os resultados gerais apontam que as formas *de você* são as mais empregadas pelos falantes populares em questão 92% em detrimento das formas *de tu* (7%), revelando que, embora *você/sujeito* predomine, as formas *de tu* ainda encontram espaço para atuar.

FUNÇÃO SINTÁTICA

FUNÇÃO SINTÁTICA/ VARIÁVEIS	FORMAS DE VOCÊ (VOCÊ, VOCÊ, PRA VOCÊ, SEU/SUA)	FORMAS DE TU (TU, TE, TE, TEU/TUA)
SUJEITO	434/530 99%	1/530 1%
OBJETO DIRETO	15/530 46%	17/530 53%
OBJETO BITRANSITIVO	6/530 21%	22/530 78%
POSSESSIVOS DETERMINANTES	34/530 97%	1/530 2%
TOTAL	489/530 92%	41/530 7%

Tabela 1: Funções Sintáticas

Os resultados apontam para o uso exclusivo do pronome *você* na função de sujeito, mas as funções completivas retêm as formas correspondentes a *tu* em 78% de frequência de uso em contexto dativo bitransitivo e 53% em contexto acusativo (objeto direto). No que tange às formas possessivas *seu/sua*, elas obtiveram um percentual de 97% de uso, emprego quase exclusivo. Desse modo, as formas *você/sujeito*; *seu/sua*¹⁴ e *te* são *especialistas* em suas respectivas funções sintáticas. *Você/sujeito* e *seu/sua* são formas empregadas de modo praticamente exclusivo, gramaticalizadas nesses contextos, diminuindo, assim, o leque de outras possibilidades de uso da série *tu*.

¹⁴ *Seu/sua* são possessivos relacionados à segunda pessoa do singular (*você*), formas também *especializadas* que indicam a posse do interlocutor; as formas *dela(s)/dela(s)*, por sua vez, são as formas possessivas correspondentes das 3^{as} pessoas, fato que provocou a *especialização* dos possessivos *seu/sua* para a 2^a pessoa do singular .

Formas, faces e nuances referenciais

FACES/VARIÁVEIS	Formas DE VOCÊ	Formas DE TU
GENÉRICO	93/530 94%	14/530 7%
DETERMINADO	180/530 92%	11/530 10%
REPORTADO	163/530 89%	5/530 5%
EU	53/530 89%	6/530 10%
TOTAL	489/530 92%	41/530 7%

Tabela 2: Uso determinado e expansões da referência através de máscaras sociais

A referência genérica por abarcar mais pessoas seria a face preferencial para defender *o self*, obteve 94% de frequência de uso. O uso dêitico, determinado, seria a segunda maneira eleita para proteger o sagrado *self*, já que seria um bisturi que invade *o self alheio*, obteve 92% de frequência de uso. O uso reportado seria uma maneira dêitica de referir o outro em situação extra aqui-agora, atingiu 89% de uso junto da metáfora *você igual a eu*, isto é, o falante se expõe sob a metáfora da forma *você*, assim está defendendo *o próprio self*, escondido sob à face do *você*. Referência que obteve também 89% de frequência de uso. Esses altos percentuais de uso revelam que o falante mantém, dessa maneira multifacetada, o equilíbrio em conversas face a face conforme Goffman ([1967] 2012).

FRAMES – Molduras discursivas

FRAMES/VARIÁVEIS	formas de você	formas de tu
3 entrevistados + Doc com espectadores “iguais linguísticos e sociais”	84/530 95%	41/530 4%
2 entrevistados + Doc sem espectadores “iguais linguísticos e sociais”	291/530 93%	20/530 6%
2 entrevistados +Doc com espectadores “iguais linguísticos e sociais”	83/530 89%	10/530 10%
1 entrevistado +Doc sem espectadores “iguais linguísticos e sociais”	31/530 81%	7/530 18%
TOTAL	489/530	41/530

Tabela: 3 Frames e molduras discursivas intersubjetivas

Esses percentuais revelam uma gradação de percentuais em uso. Em uma leitura vertical descendente das formas *de você*, elas foram eleitas para as conversas com um ou mais entrevistados, incluindo partícipes não dialogais (“iguais linguísticos e sociais” – espectadores). Em uma leitura ascendente das formas *de tu*, as entrevistas com um só entrevistado proporcionaram uso maior das formas da série *tu*, entrevistas com dois entrevistados, com e sem audiência, obtiveram índices menores de uso conforme mostra a tabela acima. O percentual obtido com apenas um entrevistado das formas *de tu* mostra que o falante manteve essas formas mais diretivas mesmo tendo como interlocutor uma documentadora desconhecida. Os demais falantes preferiram utilizar as formas *de você*, estratégia comum e mais neutra no que concerne ao tratamento direcionado ao interlocutor, já que *você/sujeito* é a forma primeira da cidade de SJ-SP. Por outro lado, se uma leitura oblíqua for feita, os diálogos entre três entrevistados obtiveram 95% de frequência de uso das formas *de você* enquanto os diálogos travados entre um informante e a documentadora obtiveram 18% de percentual em uso. Esses índices mostram que a *moldura discursiva* com mais partícipes privilegiou usos voltados às formas *de você*, já quando há restrição dialogal, formas *de tu* são também utilizadas, evidenciando usos restritos conforme comportamento percebido em sincronias passadas (LOPES, 2006).

5. Considerações finais

A variação entre as formas *de tu* e *de você* têm motivações sociocognitivas, funcionalistas e discursivo-pragmáticas para ocorrerem na fala popular da cidade de SJ-SP. Os resultados gerais apontaram as formas *de você* como predominantes na vida dos populares entrevistados. As formas *você/sujeito*, *te* e *seu/a* foram consideradas *especialistas* nas funções sintáticas que atuam na atual sincronia. Desse modo, essas combinações pronominais constituem o modelo pronominal em uso por esses falantes, não sendo verdadeira a noção de “mistura de tratamento” como divulgada

em gramáticas normativas, já que o estatuto do pronome *você* é de segunda pessoa [-eu].¹⁵ Assim, o pronome *você/sujeito* é uso exclusivo para apontar o interlocutor (P2); o clítico *te* (OV) é forma presa (pertencente ao paradigma antigo da série *tu*), entretanto, *você* disputa espaço ao penetrar em contextos sintáticos completivos. Já os possessivos determinantes acompanham substantivos e, por isso, têm mobilidade sintagmática, do mesmo modo que a forma *você*, evidenciando que o paradigma pronominal de segunda pessoa pode estar se voltando, paulatinamente, para uma sociogramática dominada pelo *você*. Sob esse prisma, nessa atual sincronia, *você/sujeito*, *te-complemento* e possessivos determinantes *seu/sua* constituem naturalmente padrões pronominais em uso dessa comunidade de falantes conforme apontaram as respectivas frequências de uso (tabela de resultados – função sintática).

Além disso, as formas *de você* e *de tu* atuam nas estratégias de *orientação defensiva* e *protetora*. O modo determinado e reportado favorece as faces de defesa (face negativa). As estratégias de uso genérico e uso do *você* com valor de *eu* são de orientação protetora (face positiva). Quanto ao uso do *frame* (ou molduras enunciativas), os resultados apontaram que independente do *frame* vivido por esses populares, os usos de formas *de você* e *de tu* são empregados, ora privilegiando as formas *de você*¹⁶ (*frame* com mais de três entrevistados com audiência de espectadores) ora as formas *de tu* foram utilizadas, principalmente em contextos restritos dialogais, já em contextos envolvendo mais pessoas formas *de você* foram privilegiadas.

¹⁵ Na verdade, não há “mistura de tratamento” conforme postulam gramáticas normativas, isto é, a mistura entre 3ª pessoa e 2ª pessoa não é realidade no PB atual. Principalmente na variedade popular misturas entre *formas velhas* e *novas* são comuns. Paulatinamente, ao que tudo indica, *um novo paradigma pronominal tônico* está se instalando, deixando o *paradigma velho* sobreviver com apenas algumas formas ainda ativas (*me* e *te*, por exemplo).

¹⁶ Denotando, assim, “a força mais neutralizada” do *você*.

Referências bibliográficas

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. eni Orlandi Puccinelli. 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2009.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37.ed. rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

VAN DIJK, Teun A. *Discurso e contexto*. Uma abordagem sociocognitiva. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. *A perda do princípio “Evite Pronome” no português brasileiro*. Tese de Doutorado, Campinas: UNICAMP, 1995.

GIVÓN, Talmy. *A compreensão da gramática*. Trad. Maria Angélica Furtado da Cunha; Eduardo Martelotta; Felipe Albani. São Paulo: Cortez; Natal, RN: EDUFRN, 2012.

GOFFMAN, Erving. *Ritual de interação*. Ensaios sobre o comportamento face a face. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, [1967] 2012a.

_____. *Os quadros da experiência social*. Uma perspectiva de análise. Petrópolis, RJ: Vozes, [1974] 2012b.

HOPPER, Paul; **TRAUGOTT**, Elizabeth. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. Trad. Marcos Bagno; Maria Marta Pereira Scherre; Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, [1972] 2008.

_____. *Principles of linguistic change*. Vol III. Cognitive and Cultural Factors. Chichester: Wiley-Blackwell, 2010.

LOPES, Célia Regina dos Santos: “Correlações histórico-sociais e lingüístico-discursivas das formas de tratamento em textos escritos no Brasil - séculos XVIII e XIX.” In: Guiomar Ciapuscio; Konstanze Jungbluth, Dorothee Kaiser; Célia Lopes. (Org.). *Sincronia y diacronia: de tradiciones discursivas en Latinoamérica*. Frankfurt: Vervuert/Bibliotheca Ibero-Americana, 2006, v. 107.

_____; CAVALCANTE, Silvia Regina de Oliveira. A cronologia do voçamento no português brasileiro: expansão de você-sujeito e retenção do clítico-te. *Revista Linguística*, Madrid, v. 25, p.30-65, 2011. Disponível em: <http://linguisticalfal.org/25-linguistica_030_065.pdf>. Acesso em 15 ago. 2012.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MENON, Odete Pereira da Silva. O sistema pronominal do português. *Revista Letras* 44. 91-106, 1995.

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. *Sociolingüística cognitiva*. Propositiones, escolios y debates. Iberoamericana/Vervuert, 2012.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2011.

PETERSEN, Carol. A tripartição pronominal e o estatuto das proformas Cê, Ocê e Você. *D.E.L.T.A.*, 24:2, 2008 p. 283-308.

RODRIGUES, Ângela Cecília. *A concordância verbal no Português Popular em São Paulo*. São Paulo: USP, tese de doutorado, 1987.

SCHERRE, Maria Marta Pereira *et al.* *Usos dos pronomes você, cê, ocê e tu no português brasileiro falado: sínteses e reflexões* (no prelo).

RUMEU, Márcia Cristina de Brito. *A implementação do “você” no Português Brasileiro Oitocentista e Novecentista: um estudo de painel*. Tese de doutorado (Letras Vernáculas) – Rio de Janeiro, UFRJ: 2008.

Abstract: *This paper describes the use of pronouns related to the second person singular in popular speech of São José dos Campos. From meetings with one or more parties (Moreno Fernández, 2012), collected data laborers from within and outside the city in question, showing thus a part of the social reality of this municipality. The hypothesis is that there is «pronoun mixture» in popular speech. Theoretical and methodological assumptions were based on Sociolinguistics Labovian ([1972] 2008); the Functionalism of Hopper and*

Traugott (1993) and the behavioral notions face to face Goffman ([1967] 2012). Thus, I associated interfaces to theoretical Labovian quantitative methodology. Prior results point to the greater use of VOCÊ forms at the expense of TU forms, showing on the one hand, language change in progress and on the other contexts that retain changes.

Keywords: *social uses; interface; syntax; standards in use; speech.*

DISCURSO, IDENTIDADE E ARGUMENTAÇÃO: UM ESTUDO INTERDISCIPLINAR DE REVISTAS INFANTIS

Letícia Fernandes de Britto COSTA¹

Resumo: *Este trabalho, no intuito de compreender a construção da identidade da criança no início do século XX no Brasil, procede à confluência de diversas áreas de estudo. Nesse sentido, selecionaram-se para embasamento teórico os conceitos de Adão (2006) a respeito da Análise do Discurso; a Teoria da Argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958]), bem como os estudiosos da área de Identidade no Discurso, como Jungwirth (2007) e Moita Lopes (2004). O corpus constitui-se de duas revistas infantis que circularam nas grandes metrópoles do país na década de 1930. Os resultados apontam para questões muito significativas, não apenas a respeito do modo como o adulto constrói a identidade infantil, mas também de como a criança observa e marca em seu discurso a sua própria identidade.*

Palavras-chave: *argumentação; identidade; discurso midiático, análise do discurso; revista infantil.*

1. Considerações iniciais

A Análise do Discurso se caracteriza atualmente por sua pluralidade teórica e de objetos de análise. Por conta disso, a partir de tais estudos, é possível debruçar-se sobre as mais diversas interações sócio-discursivas para observarmos, a partir de elementos linguísticos, questões que extrapolam o âmbito textual, possibilitando a compreensão de aspectos próprios do contexto em que os enunciados estudados se inserem, como a História, a

¹ Mestranda em Letras da Universidade de São Paulo, com realização de pesquisa de Iniciação Científica sob a orientação da Profa. Dra. Zilda Gaspar Oliveira de Aquino. Bolsista FAPESP. E-mail: leticia.fernandes.costa@usp.br.

Sociologia, a Política, entre outros. Nesse sentido, propomos, no artigo aqui apresentado, um estudo transdisciplinar a respeito da constituição da identidade de crianças a partir de discursos presentes em textos voltados ao público infantil na primeira metade do século XX.

Visamos com isso, à correlação da AD aos estudos de identidade no discurso, tanto de um ponto de vista linguístico como também social. Para isso, foram selecionadas duas revistas infantis datadas da década de 1930, a saber: *O Bem-Te-Vi*, publicada em São Paulo, e *O Tico-Tico*, distribuída no Rio de Janeiro. Da primeira revista foi selecionada a seção “Página dos Pais”, que trazia instruções a respeito da educação que deveria ser passada às crianças, já no outro periódico, elegemos, a seção “O Tico-Tico Mundano”, caracterizada por anúncios breves como aniversários e batizados e alguns textos escritos pelos pequenos leitores da própria revista. Dessa seção, foram analisadas duas colunas, a saber: “Aniversário”, escrita por adultos, e “Em leilão”, de autoria de crianças.

Devido à diferença entre os *corpora*, optou-se por analisá-los de modo diferente. Sendo assim, no texto selecionado de “Página dos Pais” - datado de novembro de 1934 - analisamos enunciados completos, devido à sua estrutura sintática. Já em “O Tico-Tico Mundano”, foram analisadas as nominalizações que aparecem ao longo dos breves textos. Como aspectos linguísticos de análise, selecionamos elementos de caráter argumentativo e, a partir da noção de valores, proposta por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958]), compreendemos aspectos próprios da construção de identidade das crianças. Os textos foram analisados separadamente e, em seguida, procedemos à correlação dos resultados obtidos, com luz à discussão teórica voltada a questões de discurso, identidade e argumentação.

2. Discussão teórica

A Análise do Discurso (AD) se apresenta como uma área interdisciplinar de estudos da Linguística. Além das diversas abordagens conceituais e metodológicas de pesquisa, a AD não apenas permite, como também não pode prescindir de outros

estudos que a complemente, como questões próprias do contexto político e social em que os discursos se inserem, por exemplo. Nesse sentido, encontramos em Adão (2006) a ideia de que, devido ao fato de constituir um objeto de estudo de extrema heterogeneidade, pois engloba diversos níveis e dimensões linguísticos, a língua não permite a existência de uma única perspectiva teórica e metodológica. Sendo assim, é de extrema importância ter em vista que tal área tem por objeto um fenômeno interdisciplinar e heterogêneo.

A própria AD é caracterizada pela divergência teórica, uma vez que congrega diferentes propostas; isso significa dizer que estamos tomando uma concepção de AD em seu sentido lato e não da AD francesa. “É nesse sentido que não se pode, segundo Maingueneau (1993), falar em uma única análise do discurso, mas em análises de discursos, pois há uma diversidade de trabalhos realizados em conexão com a história, com a sociolinguística, com a etnolinguística, com a análise da conversação, entre outras disciplinas.” (ADÃO, 2006, p. 35).

Assim, pode-se dizer que as várias propostas teórico-metodológicas da AD contribuem para uma heterogeneidade conceitual que acaba por favorecer a interdisciplinaridade em tais estudos. Tão importante quanto debater quais linhas de pesquisa são as mais adequadas, é compreender as contribuições que cada uma delas traz para os diversos campos científicos. Nesse sentido, é possível vincular a AD a diversas áreas de estudos linguísticos, como a cognição, argumentação, sociologia, entre outros.

O estudo da construção de identidade no discurso, como o proposto para o seguinte trabalho, caracteriza-se também por essa heterogeneidade, uma vez que, sendo o discurso um fenômeno linguístico que se constrói principalmente nas relações entre enunciador e enunciatário, é muito natural compreender que a construção da identidade dos indivíduos por ele revelada também está permeada por tal dialogismo. Assim, na atenção à alteridade, às características do outro, são construídas também as identidades no discurso.

Dessa forma, é possível também compreender uma profunda ligação entre as perspectivas sociológica e discursiva para o estudo das identidades, uma vez que em ambas, os estudiosos se voltam à questão do dialogismo, ou seja, de como os sujeitos constroem a identidade de si, de seu próximo e as relações entre eles. A esse respeito, Moita Lopes (2002) defende que é por meio do discurso que o sujeito constitui o mundo, seus semelhantes e a si mesmo. Com isso, buscamos, a partir da observação de elementos linguísticos presentes num dado discurso, compreender também aspectos sociais presentes nas interações estudadas.

A partir disso, é possível assumir a ideia de identidade como um *processo* de construção da imagem dos interactantes de um determinado contexto social, que se organiza de diferentes formas em suas diferentes manifestações e veículos discursivos. Não nos surpreende, então, que algumas interações exerçam mais influência que outras, no que diz respeito à construção da identidade dos sujeitos. Ora, se em algumas situações discursivas certos interactantes possuem um carácter social de maior aceitação, é compreensível que seus valores² e normas identitárias sejam mais passíveis à adesão dos sujeitos.

Buscamos, desse modo, em Jungwirth (2007), socióloga alemã, a proposta de estudar a identidade no discurso dentro das Ciências Sociais. De acordo com a autora, os modelos sociológicos coletivos e individuais se fundam em normas que podem ou não serem aceitas pelo indivíduo. Ela afirma:

O conceito da identidade é cunhado como conceito de estudo (social) em relação com outras categorias pessoais, nas quais este conceito é apoiado em diferenças binárias, complementares. Geralmente, normas reconhecidas são estabelecidas como normas científicas, nas quais são trazidas para esquemas de desenvolvimento e modelos de dimensão coletiva e individual. Sobre esse plano de fundo emerge o aqui reconstruído discurso sociológico do “sujeito autônomo” como modo de problemati-

² O conceito de valor será definido adiante, na discussão a respeito de estudos da Argumentação.

zação sobre normas e ordem social, que as normas estabelecem (JUNGWIRTH, 2007, p. 185).³

Compreende-se, assim, que seu conceito de identidade prevê uma relativa autonomia dos sujeitos em questionar e, conseqüentemente, selecionar seus próprios modelos e normas identitárias, presentes não apenas no meio social, mas também e, principalmente, no discurso. Decorre daí a ideia de que um não se desassocia do outro. A respeito dessa correlação do discurso e da sociologia nos estudos de identidade, a autora afirma que também é necessário observar outros aspectos que influenciam a construção das identidades dos sujeitos:

Daí de, na pesquisa histórica serem também incluídas outras questões como contexto sócio-teórico e serem analisadas em relação às disciplinas de sociologia. Os conceitos de identidade e de *si mesmo* [grifo nosso] valem como “estudos sociais”, na medida em que resultam dessas condições institucionais, habitam fenômenos sócio-políticos e podem ser diferenciados da identidade da filosofia (JUNGWIRTH, 2007, p. 11)⁴.

Os estudos da identidade no discurso são, portanto interdisciplinares, podendo englobar não apenas áreas como sociologia, linguística e história, como também, psicologia, política, literatura e antropologia.

Pensando em buscar aspectos referentes à construção da identidade nos discursos selecionados, optou-se por observar como elementos linguísticos constroem a

³ Tradução nossa. No original: “Der Begriff Identität wird als (sozial-)wissenschaftlicher Begriff in Zusammenhang mit anderen Personenkategorien geprägt, indem er auf binäre, komplementäre Differenzen gestützt wird. Allgemein anerkannte Normen werden als wissenschaftliche Normen etabliert, indem sie in Entwicklungsschemata und Modelle von kollektiver und individueller Dimension gebracht wurden. Vor diesem Hintergrund erscheint der hier rekonstruierte sozialwissenschaftliche Diskurs vom ‚autonomen Subjekt‘ als Problematisierungsweise über Normen und die Ordnung, die sie begründen.“

⁴ Tradução nossa. No original: „Darüber hinaus werden in die vorliegende wissenschaftshistorische Untersuchung auch andere als sozialtheoretische Texte einbezogen und in Zusammenhang mit der Institutionalisierung sozialwissenschaftlicher Disziplinen analysiert. Die Begriffe Identität und Selbst gelten als ‚sozialwissenschaftlich‘, insonfern sie unter diesen institutionellen Bedingungen entstehen und sich auf gesellschaftspolitische Phänomene beziehen und so von der Tradition der Identitätsphilosophie unterschieden werden können“.

estrutura argumentativa de tais textos. A partir da ideia de autonomia relativa do sujeito na busca por seus próprios valores e normas identitários, buscamos em Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) o estudo a respeito dos valores difundidos no processo argumentativo. Em *O Tratado da Argumentação*, os valores são definidos como aspectos destinados a um auditório específico, ou seja, um discurso vinculado a uma sociedade moralista, por exemplo, traz valores também moralistas. Isso ocorre porque “a existência dos valores, como objetos de acordo que possibilitam uma comunhão sobre modos particulados de agir, é vinculada à ideia de multiplicidade dos grupos” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996 [1958], p. 84).

Esses valores, segundo os autores, ocorrem em toda argumentação. São usados para despertar no ouvinte uma maior adesão a determinadas escolhas e, principalmente, para se fazerem aprovadas por um indivíduo ou um determinado grupo social. Os autores classificam os dois em três tipos: os abstratos, como a justiça, a veracidade, a moral ocidental e as virtudes; os concretos, vinculados ao ente vivo, ligado ao valor imposto ao único e à individualização.

Compreendemos, desse modo, que o estudo dos valores expressos em âmbito argumentativo possibilita a compreensão de questões próprias da identidade no discurso, uma vez que, a partir do conjunto de valores selecionados pelos enunciadores, é possível observar a imagem que este constrói de si e do outro.

3. Material e método

Para o estudo foram selecionadas duas revistas brasileiras, a saber: *O Bem-Te-Vi*, e *O Tico-Tico*, ambas direcionadas a crianças. A primeira encontra-se no Arquivo Público do Estado e se trata de um periódico infantil que passou a circular na cidade de São Paulo a partir de 1922. A revista também foi vendida em outros países da América, da Europa e da África. Foi criada por metodistas e constituía-se, em sua maior parte, por poemas infantis. De acordo com Sokoloswki e Malusa (1996), *Bem-Te-Vi* é a única revista

brasileira que traz não apenas conteúdo educativo, mas também de caráter moral e, algumas vezes, religioso.

E é nesse sentido que a seção “Página dos Pais”, selecionada para análise, chama a atenção, por corresponder a uma forma de instrução aos pais a respeito da educação que deveriam dar a seus filhos, de acordo com a conduta moral esperada das crianças pela sociedade daquela época. Para a análise desse artigo, foi selecionado o texto “Formação de hábitos”, da edição nº 11 de 1934 da revista.

No que diz respeito ao segundo periódico escolhido, *O Tico-Tico* está disponível *on-line* digitalizado no site da Biblioteca Nacional, e corresponde à primeira revista brasileira voltada ao público infantil. Em suas publicações encontram-se, sobretudo, histórias em quadrinhos e narrativas, também de cunho moralista. De acordo com Vergueiro (2008, p. 24):

A revista *O Tico-Tico* é um marco na indústria editorial brasileira, sendo a mais longeva publicação periódica dirigida à infância no País, editada por 56 anos. Foi também a primeira revista a trazer regularmente histórias em quadrinhos, em uma época em que a linguagem gráfica seqüencial começava a dar seus primeiros passos, enfrentando pressões de todos os tipos, principalmente quanto a seus méritos educacionais.

Desta revista, elegeu-se a seção “O Tico-Tico Mundano”, que inicialmente se propunha a noticiar eventos cotidianos da classe dominante da sociedade brasileira, como nascimentos, aniversários de crianças e batizados. O primeiro registro desta seção data de 1918, na 670ª edição da revista. Dois anos depois do seu surgimento, “O Tico-Tico Mundano” passou a publicar também colunas escritas por seus leitores, crianças e jovens, nas quais se elencam as qualidades e, em raros casos, os defeitos dos amigos e colegas. Visando um recorte do corpus para o presente trabalho, foram analisadas as colunas “Aniversário”, escrita por adultos, e “Em Leilão”, de autoria de crianças leitoras da revista, ambas encontrada nas edições do período de 1934 a 1935.

A análise dos dados se pautou na observação de elementos linguísticos encontrados nos textos. Devido às diferenças de tipos e gêneros textuais entre os corpora a serem estudados, em “Página dos Pais”, optou-se por analisar qualitativamente enunciados completos, pois se tratam de textos de caráter instrutivo e que trazem segmentos argumentativos sintaticamente mais complexos do que palavras ou frases. Já em “O Tico-Tico Mundano”, foram observadas qualitativa e quantitativamente seleções lexicais, como nominalizações e comparações, uma vez que tal coluna se constitui de enunciados mais breves - nem por isso menos marcantes.

O levantamento das estratégias argumentativas observadas nos elementos analisados foi seguido pela compreensão dos valores concretos e abstratos que permeiam essas formulações linguísticas, para, com isso, observarmos os conjuntos de valores selecionados para a construção da identidade infantil por parte dos adultos e das crianças. Ressalta-se ainda que, na correlação entre os corpora, os resultados foram cotejados qualitativamente, visando à compreensão dos elementos linguísticos analisados em relação aos aspectos propriamente identitários.

4. Resultados observados

Corpus A: “Formação de Hábitos”

Na “Página dos Pais”, edição de novembro de 1934, intitulada “Formação de hábitos”, o enunciador usa como exemplo para o desenvolvimento da conduta de crianças a educação que se dá a cachorros de estimação, uma comparação um tanto quanto esdrúxula para a nossa sociedade atual. O texto se inicia com a narração de uma história, aparentemente verídica que aponta para uma determinada conclusão já premeditada. É o que acontece no seguinte trecho:

O Snr. Teixeira trouxe para casa um cachorrinho policial com cinco meses apenas. Era um cachorro que nunca tinha estado numa casa e por isso não tinha modos. Tinha morado sempre numa

matilha de cachorros, onde quando queria, lutava com seus companheiros a procura de comida, ia e vinha dentro dos limites do canil, exceto quando um de seus companheiros viesse interferir em seus movimentos (ANO XII, nº 11, p. 258).

A partir dessa estratégia, o enunciador apresenta, de forma lúdica, um exemplo particular fictício que se orienta para uma outra conclusão muito específica. É o que Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958]) chamam de exemplo, ou de “argumentação do particular em particular”, em que se utilizam exemplos semelhantes, mas não totalmente equivalentes, para persuadir seu público. Nesse texto, o enunciador cria esta narrativa para convencer seu enunciatário de que a criação de seus filhos deve ser igual à de seus cachorros:

Porém, nos pontos essenciais, **a formação de hábitos na criança e no cachorro é idêntica**. [...]Assim é com as crianças. Seus desejos, vontades, tendências, impulsos, gostos, são em grande escala inadaptáveis às restrições e requisitos da vida contemporânea. É preciso uniformidade, firmeza e racionalidade para construir esses hábitos na criança. Nas mãos de pessoas indecisas, fracas e incapazes, **as crianças** de três, quatro, cinco e até dez anos de idade, **darão largas aos seus impulsos e desejos** (ANO XII, nº 11, p. 258).

No que concerne às atitudes aconselhadas e desaconselhadas, evidencia-se também que o enunciador se mostra a favor dos valores da sociedade em que se insere. Trata-se, portanto, de uma produção que não apenas retrata o que pensava, em que acreditava e como agia a sociedade da época, como também apresenta uma identidade coletiva da criança, sempre pautada em valores sociais em que há a submissão por parte dos mais novos. Esses valores eram transmitidos a partir de um discurso conservador.

O principal valor social que se pode destacar a respeito do texto em questão é a relação familiar patriarcal da década de 30, na qual o homem - enquanto marido e

pai - ocupa o papel de dominância, que nunca poderá ser substituído por uma mulher. A mãe, apesar de ser a responsável por cuidar da casa e se preocupar com a educação dos filhos, não ocupa de modo algum o lugar de chefe da família, como se observa destacado abaixo:

Porém, findas essas seis semanas, o **Snr. Teixeira precisou ausentar-se da cidade**, para cuidar de seus negócios. Deixou sua família e esteve fóra durante cinco meses. O cachorro, então, **não ouvindo mais a voz do seu senhor**, recomeçou seus hábitos anteriores, e a obedecer a seus impulsos naturais. Sempre desejava estar na sala de jantar, quando havia pessoas tomando refeição. **Ausente o Snr. Teixeira**, ele resolveu aproveitar-se. É verdade que **tanto Elza como a mãe lhe diziam que saísse, que não entrasse, porém de um modo muito diferente ao que estava acostumado. O Snr. Teixeira dizia “Não” uma vez só, e se ele não obedecesse, era obrigado a sair a força**. Porém elas diziam repetidamente: “Não, não, não deve entrar aqui!” Mas ele não obedecia, e continuava a entrar até que a corrente de hábitos destruiu-se por completo (ANO XII, nº 11, p. 258).

A figura paterna, representada pelo Sr Teixeira, é a do senhor da casa. Apenas ele sabe ser veemente o suficiente e se impor diante dos outros integrantes da família. A mãe, apesar de tentar, não obtém sucesso. E pior: é culpada pela má conduta do animalzinho - aqui comparado a uma criança - durante a ausência do chefe da família.

Corpus B: Aniversários

A coluna, como seu próprio título já sugere, destina-se a divulgar os aniversários de seus leitores. Sua estrutura composicional é bastante breve: apenas apresenta o nome da criança aniversariante, geralmente acompanhada de um adjetivo e, na maioria dos casos, sua filiação, como se observa no trecho a seguir:

ANNIVERSARIOS

Festejou a 5 deste mez a passagem de sua data natalicia a graciosa Maria Lucia, **filhinha do Dr. Paulo Carvalho** e nossa assignante.

Faz annos hoje o menino Arthur Victor, **filhinho do Sr. Antonio Pereira Lima** presado amiguinho.

Faz annos hoje o mennino Constantino, **filho do capitão Lauro de Lima**.

Passou hontem a data natalicia da menina Elza, **filhinha do nosso collega de imprensa Mauro Loureiro**. [grifo nosso] (Ed. 1480, 14 de fevereiro de 1934, p. 6).

A partir do excerto apresentado, é possível também observar que a filiação da criança é sempre determinada pela paternidade, como em “[...] o menino Constantino, filho do capitão Lauro de Lima”. Há registros de ocorrência também do nome da mãe nesta coluna, porém sempre aparecem após o nome do pai.

A respeito dos adjetivos atribuídos às crianças, foram localizados os seguintes:

	Para meninas	Para meninos
Adjetivos	amiguinha (3), graciosa (3), galante (1), gentil (1), interessante (1), leitora (1), prendada(1)	estudioso (3), galante (2), prezado amiguinho (1), prezado assinante (1),

Tabela 1 - adjetivos empregados às crianças e sua frequência na coluna “Aniversários”

Os dados apresentados na tabela 1 apontam para uma diferenciação no emprego de adjetivos para meninas e para meninos por parte dos adultos. Todos os termos que remontam a uma delicadeza e passividade são relacionados unicamente ao sexo feminino. Por sua vez, o adjetivo *estudioso* é empregado apenas para designar meninos.

A partir disso, é possível notar que o discurso adulto voltado à criança aponta para o que Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958]) caracterizam como manutenção dos valores, aqui específicos de cada gênero, masculino e feminino, na época. Ou seja,

definir meninas como graciosas, prendadas e gentis, assim como atribuir a afinidade com os estudos apenas a meninos, contribui para a indicação da construção da identidade das crianças àquela época, além de outras questões voltadas à perpetuação de tais valores para homens e mulheres, quando essa geração atingir a idade adulta.

Quanto às expressões *prezado (a)*, *amiguinho (a)* e *galante*, que ocorrem para ambos os sexos, tratam-se de adjetivos neutros em relação às expectativas esperadas para cada gênero e que, por isso, não possuem tal caráter de manutenção da ordem.

Em Leilão

A coluna “Em Leilão” foi a mais recorrente de todos os textos analisados da seção “O Tico-Tico Mundano”. Era caracterizada como um discurso no qual o enunciador enumera as qualidades de seus colegas, como se pode observar no excerto que segue:

EM LEILÃO...

Estão em leilão as seguintes senhoritas e rapazes residentes no Meyer: Quanto dão pela **altura** de Alda? pelo **sorriso** da Dilma? pela **bondade** de Cremilda? pelos **modos** da Joanninha? pela **tristeza** da Lourdes? pela **elegancia** da Jújú? pela **sympathia** da Franciscquinha? e quanto dão pela **querida** leiloeira? [grifo nosso](Ed. 1475,10 de janeiro de 1934, p. 25)

A tabela abaixo apresenta as qualidades localizadas na coluna “Em Leilão”:

	Para meninas	Para meninos
Qualidades enaltecidas	sorriso (15), andar (8), dentes (7), bondade (7), [lindos / cor dos] olhos (6), altura (6), graça (6), pose (6), [lindos] cabelos (5), elegância (5), olhos [castanhos] (5), vestido [branco/curto / rosa] (5), cabelos [lisos] (4), beleza [sem par] (4), gordura (4), risada (4), voz (simpática) (4), modos (3), olhar (3), simpatia (3), tristeza (3), [grande] aplicação (2), [cabelo] louro (2), [cor] moreno (2), boca (2), cachinhos (2), cantigas (2), comportamento (2), dente (de ouro) (2), gestos (2), inteligência (2), linguar (2), nariz [inho] (2), sinal (2), tamanho (2), “gordura” (1), “modéstia” (1), “pouco falar” (1), [claros, lindos], aborrecimentos (1), acanhamento (1), adiantamento (1), alegria (1), amizade [entre duas meninas] (1), amizade à poesia (1), azul dos olhos (1), boina (1), cabeleira (1), capricho (1), cílios (1), conversas (1), corridinhas (1), delicadeza (1), delicadeza (1), dentadura (1), desembaraço (1), desenhos (1), espelho (1), esperteza (1), estudiosa (1), faces (1), finura (1), gentileza (1), inocência (1), jeitinho (1), machos do vestido (1), meias curtas (1), meiguice (1), modos de falar (1), modos infantis (1), moleza (1), palestra (1), pasta (1), pele (1), penteados (1), pés (1), porte (1), prosa, (1) querida (1), repartido (1), respostas (1), retraimento (1), rodas (1), sabedoria (1), saia (1), salto alto (1), simplicidade (1), sobranças (1), tagarelice (1), timidez (1), tipo claro (1), tipo mignon (1) tipo primo (1), trabalhos (1), travessuras (1), valentia (1), vitrola (1).	graças (12), elegância (8), beleza (7), andar (6), bigodinho [alinhado] (6), risada (6), bondade (5), sorriso (5), comportamento (4), delicadeza (4), [ternos / conquistadores] (4), pose (4), cabelos [louros] (3), dentes (3), gordura (3), [formidável] corpo (2), [gracioso] altura (2), boquinha (2), calma (2), discurso (2), estatura (2), [linda] voz (2), modo (2), moreno (2), óculos (2), palhaçadas (2), perfil (2), simpatia (2), sobranças (2), apelido (1), barra alinhavada (1), bicicleta (1), boca (1), boné (1), botões da farda (1), brincadeiras (1), brincalhão (1), cabeça raspada (1), carinha (1), carinhos (1), chiquismo (1), chuteiras (1), cisma (1), cor morena (1), corpo de atleta (1), costeletas (1), dança (1), delicadas mãos (1), delicados pezinhos (1), dentadura (1), desenhos (1), desgostos (1), educação (1), estudioso (1), excursões (1), falar (1), falta (1), fardinha (1), fineza (1), força (1), formosura (1), franjinha (1), gaiatices (1), gentileza (1), gestos de menina (1), gracinhas (1), honestidade (1), Lábios (1), ligeireza (1), língua (1), maninha vermelha e preta (1), meio quilo (1), olhar (1), olhos, paciência (1), passeios (1), peraltice (1), peripécias (1), pernas (1), poesia (1), polidez (1), porte (1), prosa (1), queixinho (1), quietude (1), relações (1), robustez (1), rosto, (1), santidade (1), seriedade (1), sinalzinho (1), tagarelice (1), telefonemas (1), trabalhos (1), travessuras (1), unhas (1), valentia (1).

Tabela 2 - adjetivos e comparações feitas pelas crianças e sua frequência na coluna “Em Leilão”

Os resultados aqui obtidos apontam para uma não diferenciação tão marcante entre os gêneros masculino e feminino, exceto por se enaltecer a sensualidade e a virilidade nas meninas e nos meninos, respectivamente. Observa-se também a referência a características muito particulares às crianças, como é o caso dos termos *meias curtas*,

tamanho mignon e botões da farda, que apresentam uma tendência dos jovens leitores de enaltecer as qualidades individuais de seus colegas, ou seja, os aspectos particulares que mais caracterizam cada um de seus amigos.

Somando-se a isso, constata-se também uma significativa quantidade dos mais diversos adjetivos empregados pelas crianças, em oposição aos repetidos termos utilizados pelos adultos para se dirigirem a seus leitores. Isso indica uma tendência das crianças em se identificarem a partir de valores concretos (cf. Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1996 [1958]), ou seja, características muito particulares; sua identidade se dá de um modo mais individual, enquanto que os adultos as caracterizam por referência a valores abstratos, ou seja, mais genéricos, identificando-os de modo mais coletivo.

De acordo com Jungwirth (2007), o conceito de identidade prevê uma autonomia dos sujeitos em selecionarem seus próprios modelos identitários. Tal autonomia das crianças que escreviam para “O Tico-Tico Mundano”, em selecionar seus próprios modelos, pôde ser detectada a partir dessa tendência em se identificarem de modos mais particulares, fugindo de uma identidade coletiva da infância para aquela época. Por outro lado, há também o emprego de expressões irônicas, marcadas por aspas. A saber: “gordura”, “modéstia”, “pouco falar”. Isso indica que nem todas as características mencionadas são necessariamente um elogio às crianças, podendo ser, ao contrário, classificados como um comentário nada elogioso.

Correlação dos resultados de A e B

Os textos de “A Página dos Pais” e “O Tico-Tico Mundano” constituem-se como discursos muito distintos. Enquanto o primeiro é escrito inteiramente por adultos e visa instruir os pais acerca da educação que devem dar a seus filhos, admitindo os adultos como público alvo principal do enunciado, o segundo é composto por vários textos, de caráter informativo ou lúdico, de diversos autores, sendo eles adultos e crianças, visando o público infantil, apesar de também prever os pais como leitores.

Devido a essas divergências de conteúdo e de estrutura entre os discursos, foi necessário analisá-los de formas diferentes, o que não impede, de modo algum, proceder à confluência entre os resultados obtidos nas duas análises, uma vez que, após observar cuidadosamente as estruturas linguísticas e estratégias argumentativas dos dois textos em separado, passou-se à compreensão dos sentidos construídos pelos enunciados, em termos da identidade da criança das principais metrópoles brasileiras na década de 1930.

No que diz respeito aos discursos produzidos por adultos nas duas revistas, notou-se uma diferenciação em alguns aspectos a respeito da compreensão da criança. Na “Página dos Pais”, observou-se um encaminhamento aos pais a respeito da conduta ideal que seus filhos deveriam apresentar. Esta conduta baseava-se, sobretudo, em valores familiares da época, como a submissão das crianças em relação a seus pais e a delegação à mulher de todas as atividades domésticas, principalmente a educação de seus filhos.

A identidade infantil construída é pautada num ideal de criança submissa, curiosa e extrovertida; qualquer desvio a esse padrão deve ser revertido ainda durante a infância, para que a criança se torne “um indivíduo bem normal” na fase adulta, como se observa no texto “Formação de hábitos”. A respeito da estrutura familiar representada como modelo, observa-se não apenas a mãe como responsável pelo lar e filhos, mas também o pai como figura de autoridade no lar.

Em “O Tico-Tico Mundano”, como mencionado logo acima, foi observada, nos textos escritos por adultos, uma distinção entre os valores atribuídos às meninas e aos meninos. Enquanto elas eram caracterizadas como prendadas, “mimosas” e amorosas, eles eram definidos como viris, robustos e inteligentes. Além disso, todas as crianças eram identificadas pela paternidade, evidenciando a figura secundária que as mães e os filhos ocupavam na estrutura familiar da época, em relação ao papel paterno.

Dessa forma, observa-se que, no discurso dos adultos nas duas revistas, a imagem da criança está ligada a uma situação de submissão à família, bem como à ideia de

que, desde a infância, os papéis sociais entre homens e mulheres já eram bem definidos: de um lado as meninas como futuras mães e donas-de-casa, do outro os meninos, como futuros profissionais de sucesso e chefes de família. Outro aspecto muito marcante nas duas revistas é o fato de a identidade correspondente à criança ideal também prever um indivíduo de uma classe social mais favorecida e conservadora, assim como era a grande maioria dos leitores das revistas.

No que diz respeito à identidade infantil construída pelos adultos em oposição à construída pelas crianças, observou-se que estas não se pautam, com algumas exceções, na diferenciação entre os gêneros. Sendo assim, adjetivos como “inteligente”, “delicado(a)” e “valente”, por exemplo, são atribuídos tanto aos meninos quanto às meninas. Isso só não ocorre em uma situação: a definição de meninas como sensuais - ainda em oposição ao modelo de garota atribuído pelos adultos - e os meninos como charmosos. Tal questão, como já observado anteriormente, configura-se como uma relativa autonomia das crianças em selecionarem os modelos para a construção de suas próprias identidades, rejeitando alguns valores e aceitando outros.

Outra questão muito relevante se relaciona com o fato de as crianças caracterizarem-se umas às outras a partir de aspectos muito particulares, ao contrário dos adultos, que se fazem valer sempre de um número muito restrito de adjetivos para qualificá-las. Isso evidencia que, pelo discurso das crianças, a identidade infantil se dava de modo particular, de indivíduo para indivíduo, enquanto que para os adultos, havia apenas um ideal infantil, ao qual todas as crianças deveriam corresponder - e, no caso de “Página dos Pais”, punidas quando não o faziam.

5. Considerações finais

Os estudos da identidade voltados para a AD, aqui também relacionada à Teoria da Argumentação e aos estudos da Sociologia ligados ao discurso, mostram-se muito coerentes com os objetivos propostos no projeto de pesquisa. Além disso, a confluência

entre tantas áreas evidencia o que Adão (2006) chama de caráter interdisciplinar e heterogêneo do Discurso. O estudo da identidade infantil construída no discurso voltado a crianças e seus pais, evidenciou não apenas como se dava a constituição de tal identidade, por parte dos adultos, mas também e principalmente, como o discurso de modelos e valores reconhecidos pela sociedade serviu de base para que as crianças, *sujeitos autônomos* (JUNGWIRTH, 2007), pudessem, ainda que não intencionalmente, questionar e selecionar os modelos que constituiriam as suas próprias identidades, ora rejeitando alguns valores e ora aceitando outros, sendo todos estes circunscritos no discurso da sociedade da época.

Nesse sentido, observa-se que as figuras de argumentação evidenciam no discurso, manifestação concreta da linguagem, valores relacionados ao contexto sociocultural e histórico em que o enunciado se insere. A partir dessa complexidade da atividade enunciativa, torna-se possível observar a construção da identidade de um determinado grupo, neste caso, as crianças, não apenas sob o ponto de vista do outro, mas, sobretudo, sob a perspectiva do próprio indivíduo. Porém, mais que se observar a construção da identidade infantil no discurso da “Página dos Pais” e “d’O Tico-Tico Mundano”, é possível ainda notar como as crianças, que escrevem para a revista *O Tico-Tico*, são capazes, enquanto *sujeitos autônomos*, de construir no discurso e a partir dele, sua própria identidade, selecionando os valores com os quais elas identificam seu universo, seus colegas e a si mesmas.

Referências bibliográficas

ADÃO, S. M. Análise do discurso e relações interdisciplinares: Questões metodológicas de análise. In: MOSCA, L. S. (Org.) *Discurso, argumentação e produção de sentido*. São Paulo: Humanitas, 2006.

JUNGWIRTH, I. *Zum Identitätsdiskurs in den Sozialwissenschaften - eine postkolonial und queer informierte Kritik an George H. Mead, Erik H. Erikson und Erving Goffman*. Berlin: Transcript, 2007.

MAINGENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Trad. Freda Indurski. 2a ed. Campinas, SP; São Paulo: Editora da Unicamp; Pontes, 1993.

MOITA LOPES, P. Resenha de: LIMA, M. N. M de. *Revista ANPOLL* n. 17, p. 373-377, julho./dez. 2004.

PERELMAN, C.; **OLBRECHTS-TYTECA**, L. *Tratado de Argumentação*. A Nova Retórica. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1958].

SOKOLOSOWKI, M.T., **MALUSA**, S. Bem-Te-Vi, uma renovação na literatura infantil brasileira. *INTERCOM -Revista Brasileira de Comunicação*, v.19, n.02, p. 61-76. jul./dez. 1996.

VERGUEIRO, W. *A odisséia dos quadrinhos infantis brasileiros: Parte 1: De O Tico-Tico aos quadrinhos Disney, a predominância dos personagens importados*. *Revista Açaquê* 2.1, 1999. Disponível em: http://www.eca.usp.br/nucleos/nphqeca/agaque/ano2/numero1/artigosn1_2v2.htm. Último acesso: 02/07/2014.

Abstract: *This paper will bring together different areas of study with the intention of understanding the construction of children's identity in early twentieth century Brazil. Subsequently, the concepts suggested by Adão (2006) have been selected as a theoretical basis of studies in discourse; the New Rhetoric: A Treatise on Argumentation by Perelman and Olbrechts-Tyteca (1996 [1958]) ; as well as scholars in the area of Discourse and Identity, such as Wagner (1991), Jungwirth (2007), Moita Lopes (2004). The main body consists of two children's magazines which were circulating in the country's large cities during the 1930's. The results indicate significant questions not only concerning the way in which an adult builds a childhood identity but also how a child observes and marks his own identity in his speech.*

Key-words: *argument; identity; media discourse, discourse analysis; children's magazine*

PARA ALÉM DOS DISCURSOS: A CONSTRUÇÃO DE IMAGINÁRIOS POLÍTICOS POR VARGAS E PERÓN

Mayra Coan LAGO¹

Resumo: *Este estudo inicial pretende apresentar e comparar as construções ou produções dos imaginários políticos de Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón, no período do Estado Novo no Brasil e do Primeiro Peronismo na Argentina. Para lograr o objetivo nos utilizaremos dos estudos sobre discurso político de Patrick Charaudeau, sobretudo as considerações sobre o ethos e os imaginários sociodiscursivos, para analisar os discursos políticos de Vargas e Perón em duas festas cívicas específicas: os 10 de novembro, entre os anos 1937-1945; e os 17 de outubro, entre os anos 1946-1955. Deste modo, cabe observarmos as imagens produzidas e reproduzidas, que evocavam as qualidades dos governantes e a relação entre eles e os trabalhadores. Ademais, estes discursos políticos foram uma das formas utilizadas pelos governantes para transmitir a ideia de legitimidade, coesão e apoio dos brasileiros e dos argentinos às suas políticas e aos seus governos.*

Palavras-chave: *discursos políticos; imaginários políticos; Getúlio Vargas; Juan Domingo Perón.*

1. Introdução

De acordo com Patrick Charaudeau (2013), a política é um campo de batalha em que se trava uma guerra simbólica para estabelecer as relações de dominação ou os pactos de convenção. Nesta “guerra simbólica”², os discursos políticos têm especial im-

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Julio Manuel Pires. Bolsista CAPES. E-mail: mayracoan@usp.br.

² Todas as expressões entre aspas desta introdução são atribuídas a Charaudeau (2013).

portância, pois a linguagem é o que motiva a ação, a orienta e lhe dá sentido. Não é dizer que o discurso político esgota a política, mas que não há política sem discurso. Ademais, o discurso político e a política estão indissociavelmente ligados.

O discurso político é, por excelência, o lugar de um “jogo de máscaras”. Deste modo, toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz, sendo que jamais a mesma deve ser tomada no seu sentido literal, como algo transparente, ingênuo, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano. A linguagem, fundamentalmente, dos discursos políticos constitui uma das formas de produzir imagens de coesão e legitimidade de políticos e de seus governos.

No obstante, sabe-se que a política é composta pela “pluralidade humana” e, assim, os indivíduos que vivem em um mesmo território são diferentes, não tendo, *a priori*, os mesmos interesses ou objetivos. Os discursos políticos pretendem ser, em seu propósito, um discurso de verdade que diz qual é o sistema de valores em nome do qual deve se estabelecer o elo social que une a diversidade. Considerando a diversidade de contextos, momentos, lugares e pessoas, há distintas maneiras e estratégias de se produzir o discurso político.

Este estudo inicial pretende analisar os discursos políticos de duas datas cívicas no Brasil e na Argentina, a partir da apresentação e comparação entre os discursos políticos dos 10 de novembro, entre os anos de 1937-1945 no Brasil, e dos 17 de outubro, entre os anos 1945-1955 na Argentina. As datas 10 de novembro e 17 de outubro são consideradas emblemáticas por constituírem o “marco fundacional” do varguismo e do peronismo. No caso do Brasil, o 10 de novembro de 1937, foi o momento em que o golpe foi proclamado por Vargas, enquanto na Argentina, o 17 de outubro de 1945 foi o momento em que grande parte dos trabalhadores argentinos saiu às “ruas”, concentrando-se na *Plaza de Mayo*, exigindo a liberdade

de Perón³. Com a ascensão dos governantes, tais datas comporiam o “calendário cívico” de seus regimes, comemorados, no sentido de recordar, nos grandes espetáculos de poder.

Embora tivessem estes aspectos mais gerais em comum é preciso pensar nas particularidades destes espetáculos a partir dos questionamentos: Quais as condições gerais para a emergência destes discursos políticos? Quais as estratégias utilizadas pelos governantes nestes momentos e discursos políticos específicos? Quais imaginários políticos foram produzidos e (re) produzidos? Como foram produzidos?

Para lograr o objetivo, este estudo inicial está dividido em duas partes principais, além desta introdução e das considerações finais: a primeira é de fundamentação teórica, nos utilizando fundamentalmente de alguns estudos sobre discurso e imaginário político, produzidos por Charaudeau (2013), e do *ethos*, produzido por Dominique Maingueneau; e a segunda é da aplicabilidade destes estudos da análise do discurso, por meio da linguística, nestes discursos políticos e nestas festas cívicas específicas. Nesta segunda parte, procuraremos relacionar o *ethos* construído pelos discursos políticos de Vargas e Perón em correlação à proposta teórica de Charaudeau (2013) quanto ao *ethos*.

2. Fundamentação teórica: discursos políticos, imaginários políticos e *ethos*

Segundo Charaudeau (2013), o discurso político envolve tudo que se refere à organização da vida em sociedade e ao governo da coisa pública. O “contrato” do discurso político é a partilha entre a instância política e a instância cidadã de um mesmo ideal de sociedade: a primeira propõe e a segunda reivindica. Deste modo, o objeto de busca da ação política é um “bem soberano” que combina estas duas instâncias em um pacto

³ Juan Domingo Perón começaria a ser conhecido na Argentina a partir de 1944, quando assumiu o cargo no Departamento Nacional del Trabajo. Posteriormente, criaria a *Secretaría de Trabajo y Previsión*, momento em que criaria grande parte da legislação trabalhista na Argentina e se aproximaria dos trabalhadores. Além do cargo de Secretário de Trabalho e Previdência, Perón era Ministro de Guerra e Vice-presidente da Argentina. Por uma série de elementos, que não poderiam ser abordados neste trabalho, Perón seria destituído de seus cargos e preso em outubro de 1945. Assim, no dia 17 de outubro de 1945, ocorreria uma grande manifestação a favor de Perón, exigindo sua liberdade.

de reconhecimento de um “ideal social”, que é preciso querer atingir e para cuja obtenção é preciso dar os meios. Portanto, a tarefa do discurso político é determinar esse ideal dos fins como busca universal das sociedades.

Para isso, o político se utiliza de algumas estratégias, que podem ocorrer de maneira simultânea ou não, sob distintas combinações. Entre as estratégias estão os seguintes elementos: a produção de imagens de si, de forma que se combine a legitimidade, a credibilidade e a identificação, mediante a construção de um *ethos*; a interpelação, de forma que “capte” a instância cidadã, a partir de nomes e adjetivos que aproximem o político do seu público; a desqualificação do adversário, seja como pessoa, por alguma característica psicológica ou acontecimento pessoal, seja como representante de um partido; e a produção e reprodução de valores, que evoquem os imaginários coletivos, constituindo uma posição do sujeito frente aos valores comuns e gerais de uma determinada sociedade (CHARAUDEAU, 2013).

Para a utilização destas estratégias, os imaginários sociais têm especial importância, pois como afirmou Carvalho (1999):

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro (CARVALHO, 1999, p. 10).

O imaginário social é um universo de significações que funda as identidades do grupo, na medida em que é o que mantém uma sociedade unida e o que cimenta seu mundo de significação.

Para desempenhar plenamente seu papel de “espelho identitário”, os imaginários fragmentados, instáveis e essencializados têm necessidade de ser materializados.

Se por um lado precisam ser materializados, por outro precisam ser sustentados por uma racionalização discursiva.

A partir destas considerações, Charaudeau (2013) propõe a noção de imaginários sociodiscursivos, isto é, imaginários sociais que existem e que são reproduzidos no discurso:

(...) eles dão testemunho das identidades coletivas, da percepção que os indivíduos e os grupos têm dos acontecimentos, dos julgamentos que fazem de suas atividades sociais. No espaço político, por exemplo, circulam imaginários sobre o comportamento que o político deve adotar, conforme a situação em que se encontra: campanha eleitoral, locução televisiva, debate, reunião, etc. imaginários relativos ao *ethos* que ele deve construir para si em função de uma expectativa coletiva dos cidadãos, imaginários de opinião que sustentam os programas eleitorais, as profissões de fé ou os escritos analíticos (CHARAUDEAU, 2013, p. 207).

As produções imaginárias não são isomorfas, senão, polissêmicas e ambivalentes. No âmbito político, almeja-se a produção de efeitos de sentido que, como assinalou Balandier (1980), podem ser gerados de maneiras distintas. Seleccionamos as produções das imagens dos políticos, por meio de seus discursos, a partir de uma das estratégias mencionadas anteriormente, isto é, a produção de imagens de si, que procurem constituir imagens de credibilidade e identificação. Deste modo faz-se fundamental apresentarmos algumas considerações acerca do *ethos*.

Para Charaudeau (2013), a questão do *ethos* começou a ser pensada na antiguidade. Ainda de acordo com o autor, Aristóteles propunha a divisão dos meios discursivos que influenciavam o auditório em três categorias: o *logos*, que pertencia ao domínio da razão e tornava possível convencer o auditório; o *ethos* e o *pathos*, que pertenciam ao domínio da emoção e tornavam possível emocionar o auditório. Embora o *ethos* e o *pathos* pertencessem ao domínio da emoção, o *ethos* estava relacionado ao orador, enquanto o *pathos* estava relacionado ao auditório.

Neste estudo, trataremos especificamente do *ethos* e, mais especificamente, da retomada dos estudos dos analistas dos discursos da linha francesa sobre o tema. Deste modo, inspirando-nos nos estudos de Maingueneau (2005) sobre *tom* e, posteriormente, sobre o *ethos*, consideraremos o mesmo sob dois aspectos: a imagem do orador como produto de seu discurso e também como um jogo complexo de interações em que se mesclam, por um lado, a imagem do orador construída pelo auditório, sobretudo com base no imaginário coletivo e nas representações sociais e, por outro lado, a concepção que o orador tem de como é avaliado o auditório.

Deste modo, para Maingueneau (2013), o *ethos* se desenvolve em relação à noção de cena de enunciação. De acordo com o autor, todo discurso é composto por três cenas: a englobante, que corresponde ao tipo de discurso (religioso, político, entre outros); a genérica, que corresponde ao gênero que o discurso faz parte, ambas correspondendo o “quadro cênico”; e, por fim, a cenografia, a qual é construída pelo “fiador” ou enunciador, sendo neste espaço que o *ethos* é produzido e sustentado.

Além dos estudos do Maingueneau sobre *ethos*, inspiramo-nos também nas duas grandes categorias estabelecidas por Charaudeau (2013), isto é: o *ethos de credibilidade*, fundado em um discurso da razão, e o *ethos de identificação*, fundado em um discurso de afeto. Segundo o autor, a credibilidade no discurso político está relacionada ao

(...) resultado da construção de uma identidade discursiva do sujeito falante, realizada de tal modo que os outros sejam conduzidos a julgá-lo digno de crédito. O sujeito que fala- no caso, o político- deve, portanto, tentar responder à seguinte pergunta: como fazer para ser aceito? (CHARAUDEAU, 2013, p. 119).

A credibilidade é complexa, pois deve satisfazer, ao mesmo tempo, três condições: de sinceridade, remetendo à ideia de dizer a verdade; de performance, remetendo à ideia de aplicar o que se promete; e a de eficácia, remetendo à ideia de provar que o sujeito tem os meios de fazer o que promete e que os resultados serão positivos. De

acordo com Charaudeau (2013), para responder a essas condições, o político procura construir para si algumas imagens, *ethos*, que estão inseridos no que o autor denominou “credibilidade”, como: o de *sério*, de *virtuoso* e de *competente*⁴.

O *ethos* de *identificação* fundamenta-se na polivalência de imagens que um político procura construir, conforme seus objetivos, com a finalidade de atingir o maior número de indivíduos possíveis. Dessa forma, o *ethos* é heterogêneo e, por vezes, contraditório:

(...) tal político vai querer mostrar-se, ao mesmo tempo, *tradicional*, mas também *moderno*; *sincero*, mas igualmente *sagaz*; *poderoso*, mas simultaneamente *modesto* etc, sem contar que algumas imagens, que poderíamos julgar em si mesmas negativas, podem tornar-se positivas em certas circunstâncias (CHARAUDEAU, 2013, p. 137).

Apesar da polivalência das imagens, Charaudeau (2013) destaca algumas que caracterizam o *ethos de identificação*, como o *ethos: de potência, de caráter, de inteligência, de humanidade, de chefe e de solidariedade*⁵. O *ethos* mencionados são “modelos ideais” como proposta e, portanto, nem sempre vão ser projetados da mesma maneira ou concomitantemente, pois estes serão utilizados de maneiras distintas, de acordo com a situação e momento que o político estiver inserido. Neste sentido, eles podem ser

⁴ De maneira geral, algumas considerações sobre o *ethos* anunciados são: o de “sério” depende, evidentemente, das representações que cada grupo social faz de quem é sério e de quem não é. Nesse sentido, este *ethos* é construído com a ajuda de diversos índices e elementos corporais, mímicos, comportamentais, que podem ser combinados de maneira diversa, dependendo da situação e do momento; o de “virtude” está relacionado à fidelidade e sinceridade, tal como a honestidade pessoal, que deverão ser construídas ao longo do tempo; e, por fim, o de “competência” que está relacionado ao saber e a habilidade, combinando o conhecimento do domínio o qual exerce a sua atividade com os meios, o poder e a experiência necessários para realizar completamente seus objetivos, obtendo saldos positivos. Para mais informações, ver Charaudeau (2013, p. 122-126).

⁵ De maneira geral, para Charaudeau (2013), o *ethos* seria composto pelos seguintes elementos: o de “potência” refere-se a energia física, corporal, à uma “força da natureza”; o de “caráter” relaciona-se à ideia de força do espírito; o de “inteligência” relaciona-se a ideia de admiração e o respeito dos indivíduos por aquele que demonstra tê-lo e assim os faz aderir a ele, tanto no âmbito público, de suas ações e comportamento como político, como no privado; o de “humanidade” é constituído pela capacidade de demonstrar sentimento, compaixão para com aqueles que sofrem; o de “chefe” é direcionado para o cidadão, no sentido de representação, admiração, representação dos interesses dos interesses dos cidadãos; e, por fim, o de “solidariedade” que está relacionado ao político estar atento às necessidades dos outros e partilhar, se tornar responsável por elas. Deste modo, a solidariedade caracteriza-se pela vontade de estar junto, de não se distinguir dos outros membros do grupo e, sobretudo, de unir-se a eles a partir do momento que se encontram ameaçados. Para mais informações sobre *ethos*, ver Charaudeau (2013, pp. 137-166).

utilizados tanto de maneira combinada, coexistindo e reforçando as imagens, quanto de maneira oposta, contraditória.

Para sintetizar as ideias propostas por Charaudeau (2013) e utilizadas por nós, propomos o quadro abaixo sobre *ethos*:

Quadro 1- *Ethos* de Credibilidade e de Identificação

<i>Ethos de Credibilidade</i>	<i>Ethos</i> de Sério
	<i>Ethos</i> de Virtude
	<i>Ethos</i> de Competência
<i>Ethos de Identificação</i>	<i>Ethos</i> de Caráter
	<i>Ethos</i> de Inteligência
	<i>Ethos</i> de Humanidade
	<i>Ethos</i> de Chefe
	<i>Ethos</i> de Solidariedade

Fonte: Quadro produzido pela autora, adaptado a partir das ideias propostas por Charaudeau (2013).

Apresentada a nossa fundamentação teórica, partiremos para os casos específicos, isto é, os discursos políticos nos espetáculos de poder selecionados. Procuraremos investigar de que maneira os políticos procuraram projetar suas imagens e quais *ethos* foram mais utilizados.

3. Espetáculos de poder e a produção de imaginários políticos: os 10 de novembro e os 17 de outubro

Antes de tratarmos dos discursos políticos e das datas cívicas, é preciso apresentar ou retomar alguns aspectos dos nossos políticos, sobretudo no tocante à atuação no campo político, no período e nos personagens em que vamos iniciar nossa análise. Do mesmo modo, é preciso apresentar os aspectos gerais de seus governos, em que estes discursos políticos estão inseridos.

Getúlio Dornelles Vargas iniciou sua carreira política pelo Partido Republicano Rio Grandense, sendo eleito deputado estadual e deputado federal, além de ter sido líder da bancada gaúcha entre os anos 1923-1926. Foi Ministro da Fazenda (de 1926 a 1927) no governo de Washington Luís e presidente do Rio Grande do Sul (1927-1930). No ano de 1930, liderou o movimento conhecido como “Revolução de 30”, ascendendo ao poder para nele permanecer por 15 anos consecutivos. No decorrer deste período, foi chefe do Governo Provisório (1930-1934), Presidente Constitucional eleito por via indireta (1934-1937) e ainda ditador de uma ordem autoritária anunciada em 10 de novembro, conhecida como Estado Novo (1937-1945).

O Estado Novo foi instaurado com a dissolução do Congresso e a criação da Carta Constitucional, que legalizou um aparato de medidas destinadas a estreitar o espaço das liberdades políticas, a controlar os movimentos dos trabalhadores, a disciplinar a mão-de-obra e a industrializar o país (CAPELATO, 2009). Neste cenário, emergiu o Estado intervencionista que fundou sua legitimidade na defesa do desenvolvimento econômico, na integração territorial, política e social, na ampliação dos direitos sociais, buscando a construção do progresso dentro da ordem. Por outro lado, o regime utilizou-se fortemente da propaganda política e da repressão aos opositores para projetar uma imagem de coesão e legitimidade do governante e do regime.

Juan Domingo Perón iniciou sua carreira política em 1930, participando do golpe militar que derrubou o presidente Hipólito Yrigoyen, sendo designado secretário particular do Ministro de Guerra. Em 1943 fundou o Grupo de Oficiais Unidos (GOU) e aderiu à conspiração para derrubar o presidente Ramon Castillo. No novo governo, chefiou o *Departamento Nacional del Trabajo* e, posteriormente, a *Secretaria de Trabajo y Previsión*. Em outubro de 1945, como também vice-presidente e Ministro de Guerra, Perón foi afastado dos cargos por um golpe militar e, em seguida, preso. A partir de um movimento dos trabalhadores, que organizaram uma greve geral em diversas partes do país e promoveram uma concentração na *Plaza de Mayo* no dia 17 de outubro, pres-

sionando por sua libertação, Perón foi solto. Em 1946 Perón foi eleito presidente pelo Partido Laborista, sendo reeleito em 1951 pelo Partido Peronista, constituindo até 1955 o período que ficou conhecido como Primeiro Peronismo.

Na primeira fase de governo, Perón contou com o apoio primordial dos trabalhadores, mas também de grupos nacionalistas, setores das Forças Armadas e da Igreja. Ao longo do mandato, nacionalizou as companhias de estrada de ferro, telefones, gás e algumas de energia elétrica, além de promover a legislação trabalhista. No segundo momento, enfrentou sérios problemas decorrentes da morte de Evita e das dificuldades econômicas, perdendo o apoio de alguns setores mencionados anteriormente (CAPELATO, 2009). Durante seu governo, Perón criou o Partido Peronista e a Doutrina Justicialista, ambos divulgados amplamente pela intensa propaganda política e pelas festas cívicas, procurando projetar, entre outras coisas, a imagem de coesão e legitimidade de seu governo.

Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón, a partir do Estado Novo e do Primeiro Peronismo, consideraram o 10 de novembro e o 17 de outubro como uma das datas emblemáticas de seus governos. Deste modo, em todos os anos de seus governos, as datas seriam comemoradas, no sentido de trazer a lembrança do momento em que (re) iniciaram sua vida política e se autodenominaram como os “grandes” representantes dos “novos” países.



Figuras 1 e 2: À esquerda, Vargas discursando no hangar do Aeroporto Santos Dumont, Rio de Janeiro, em ocasião do 10 de novembro de 1940. À direita, Perón discursando na Praça de Maio em 17 de outubro de 1951. Fonte: Correio da Manhã, 12 de novembro de 1940, e para a foto da esquerda, *Mundo Peronista*, ano II, nº 8.

Para Plotkin (2013), estes espetáculos de poder procuraram produzir a imagem de consenso ativo ou passivo, legitimidade e coesão da nação. Assim, Capelato (2009) considera que, para os regimes autoritários, que se fundamentam na política das massas, a teatralização tem papel fundamental, pois o mito da unidade e a imagem do líder atrelado às massas tornam o cenário especialmente adequado para o convencimento, mascarando as divisões e os conflitos existentes na sociedade. Como observou Schemes (2005), o objetivo central destas festas era criar a imagem de uma sociedade unida, harmônica, alegre e feliz, ocultando as práticas repressivas.

No tocante aos discursos políticos e à aplicabilidade do *ethos de credibilidade e identificação*, propostos por Charaudeau (2013), iniciaremos com o estudo dos discursos políticos de Vargas, seguidos em perspectiva comparativa com os de Perón. No trecho extraído do discurso político de 10 de novembro de 1937, podemos notar marcas do *ethos de credibilidade*, sobretudo na projeção do *ethos de virtude, de competência e de sério*:

Tenho suficiente experiência das asperezas do poder para deixar-me seduzir pelas suas exterioridades e satisfações de caráter pessoal. Jamais concordaria, por isso, em permanecer à frente dos negócios públicos se tivesse de ceder quotidianamente às mesquinhas injunções da acomodação política, sem a certeza de poder trabalhar, com real proveito, pelo maior bem da coletividade (VARGAS, 1937, p. 29).

Utilizando-se da primeira pessoa do singular, Vargas se apresenta, implicitamente no trecho e explicitamente em outros trechos do discurso, como um “homem de Estado”, responsável e preocupado com o futuro da nação, diferenciando-se dos demais políticos. Esta projeção remete, por um lado, à ideia de fidelidade, sinceridade e honestidade, alguns dos elementos que compõem o *ethos de virtude*, e, por outro lado, à ideia de experiência e dos meios necessários para agir, alguns dos elementos que compõem o *ethos de competência*, alinhado com a ideia do “bem” para a coletividade. Com relação ao *ethos de sério*, retomamos um trecho de seu discurso político em 1938:

Reconhecendo os princípios da justiça social e pondo em prática o primado dos direitos da coletividade sobre as prerrogativas dos indivíduos, nunca vos faltou o meu governo, nos momentos decisivos, com as medidas capazes de trazer segurança ao vosso labor e aos vossos lares modestos e honrados (VARGAS, 1939, p.388).

Além do uso de termos coloquiais, sem expressar emoção, cabe observarmos o autoreconhecimento e elogio da sabedoria e das políticas realizadas por Vargas, que asseguram um modo de vida melhor aos trabalhadores, anteriormente desamparados. Ademais, a partir deste trecho é possível notarmos também a produção de um *ethos de humanidade* e de *solidariedade*, ambos inseridos na categoria de *ethos de identificação* de Charaudeau (2013). Segundo o autor, as imagens de humanidade e de solidariedade procuram transmitir, por um lado a humanização do político e, por outro lado, a compreensão e comoção da situação a que estes indivíduos estavam sujeitos.

Perón também se utilizou dos *ethos de credibilidade* e *identificação* nos termos propostos por Charaudeau (2013). Podemos notar o uso das imagens de credibilidade a partir do trecho extraído do discurso do dia 17 de outubro de 1949:

Os prometí una Patria socialmente justa, economicamente libre, politicamente soberana. El año 1949, com la Constitución Justicialista, lo afirma definitivamente (...). Os prometí la Justicia Social y ella se ha cumplido sin outro límite que la justicia misma (...). Os prometí la Independencia Económica. Em su realización estriba el orgullo de mi gobierno. La historia dirá lo demás. Sobre todo dirá, se el mérito fue de los que vendieron el patrimonio de los argentinos o de los que reintegraron a la Patria (PERÓN, 2012, p. 50-53).

O *ethos de competência* o *de virtude* podem ser notados a partir das realizações de Perón, que se utilizou de pronomes na primeira pessoa do singular, reafirmando a ideia de ele ser o autor e produtor das benesses que os trabalhadores estavam tendo. Também é interessante atentar para a utilização das ideias e dos termos “promessa” e “realização”,

implicando, simultaneamente, no compromisso e no cumprimento, evocando a produção de uma imagem de quem tem a proposta e os meios de realizá-la. O *ethos de credibilidade* de Perón ficou ainda mais aparente na famosa frase “Perón cumple y evita dignifica”, evocando, por um lado, a imagem de algo “real”, “material”, configurado na figura de Perón e, por outro lado, da imagem de algo “sagrado”, “divino”, configurado na figura de Evita.

Outro aspecto importante sobre os discursos políticos de Perón, nestas datas, é que ele produziu seu *ethos de credibilidade* utilizando também da ideia da participação “direta” do trabalhador, a partir das seguintes perguntas em todos os 17 de outubro:

Y así he de preguntarles todos los 17 de octubre, en este mismo lugar, les pregunto hoy por primera vez si he trabajado por el Pueblo em estos cuatro meses. Quiero preguntarles también si he defraudado las esperanzas que ustedes pusieron em mí. Y, finalmente, si en este 17 de octubre sigo siendo para ustedes el mismo coronel Perón de otros tiempos (...). Como este gobierno es de los “descamisados”, he de hacerles todos los años estas tres preguntas, porque no deseo ocupar el poder un segundo más después de haber perdido la confianza del pueblo (PERÓN, 1946, p. 32)

É possível notar a produção do *ethos de credibilidade* também com elementos que evocam a imagem do apoio e da credibilidade outorgada pelos populares.

Tanto Vargas quanto Perón se colocaram como os verdadeiros “reconstrutores” de seus países e de suas nações, procurando produzir uma imagem de portadores da consciência não apenas governamental, mas, sobretudo, nacional. Ademais, os governantes procuraram produzir *ethos de identificação* com a classe trabalhadora, utilizando, sobretudo as imagens mencionadas por Charaudeau (2013), como de *potência, de caráter, de inteligência, de humanidade, de chefe e de solidariedade*. Este *ethos*, inseridos no *ethos* de identificação, foram combinados com o uso de pronomes e verbos no plural, momentos em que os políticos procuraram transmitir uma imagem de unidade, coesão e legitimidade, além de uma “simbiose” entre os trabalhadores e os governantes.

Tomemos um trecho do discurso de Vargas para analisar a produção do *ethos* de *identificação*:

Reconhecendo os princípios de justiça social e pondo em prática o primado dos direitos da coletividade sobre as prerrogativas dos indivíduos, nunca vos faltou o meu governo, nos momentos decisivos, com as medidas capazes de trazer segurança ao vosso labor e aos vossos lares modestos e honrados (VARGAS, 1938, p. 388).

As marcas da produção do *ethos* de *identificação* podem ser notadas logo no uso do primeiro verbo “reconhecer”. O reconhecimento remete à ideia de compreensão e compaixão das necessidades e aspirações dos trabalhadores, ideia norteadora e compositora do *ethos* de *humanidade* e *solidariedade*. Ademais, podemos observar também o *ethos* de *chefe* a partir da ideia de representante e “líder” na defesa dos direitos dos trabalhadores.

No tocante ao *ethos* de *identificação* produzidos por Perón, destacamos o seguinte trecho para observação:

Como gobierno emanado de la voluntad popular, que siente las inquietudes, las alegrías y el dolor de la massa sufriente, quiero decirles em pocas palabras que, em lo social, em lo político, em lo económico estamos realizando una obra cuya responsabilidad asumimos plenamente y que tiende a que em el futuro los bienes, la felicidad y la riqueza de esta hermosa tierra argentina no pertenezca a un grupo de privilegiados sino a los 14 millones de habitantes (PERÓN, 1946, p. 33-34).

Tal como Vargas, o discurso de Perón tem marcas das ideias de compreensão e compaixão diante das necessidades e aspirações dos trabalhadores, constitutivas do *ethos* de *humanidade* e *solidariedade*. Do mesmo modo, o *ethos* de *chefe* também foi revelado a partir do uso do termo e da ideia de responsabilidade não apenas pelos trabalhadores, sobretudo pela nação argentina. Deste modo, não se trata de “apenas” mas de “sobretudo”, “fundamentalmente”, atender as aspirações e necessidades dos trabalhadores.

Estas perguntas de todos os 17 de outubro confluíam para a imagem de “servo” e de “sacrificador” que Perón procurou transmitir, ao ponto de “renunciar” ao cargo, caso não estivesse atendendo às demandas e aspirações do povo:

Cuando um pueblo como el reunido en este lugar realiza demonstraciones como éstas, los gobernantes deben sentirse inmensamente satisfechos, porque no hay mejor premio para el hombre que trabaja con desinterés y con amor a la función pública, que estas exteriorizaciones capaces de conmover hasta las lágrimas a los que tienen un corazón bien puesto y no exhiben un cerebro marchito (PERÓN, 1947, p.40-41).

A combinação de elementos do *ethos de credibilidade e identificação* com a imagem de “servo” e “sacrificador” pode ser analisada como a constituição de um *ethos sui generis* de Vargas e de Perón. Este *ethos sui generis* pode ser interpretado como a imagem da “redenção” de ambos em nome de seus países e das nações, para o bem maior da coletividade e em defesa dos oprimidos.

Em grau menor, Vargas também procurou projetar a combinação dos elementos do *ethos de credibilidade e legitimidade* com as ideias de “sacrifício” e “servidão”, como podemos notar no discurso do 10 de novembro:

Prestigiado pela confiança das forças armadas e correspondendo aos generalizados apelos dos meus concidadãos, só acedi em sacrificar o justo repouso a que tinha direito, ocupando a posição em que me encontro, com o firme propósito de continuar servindo à Nação (VARGAS, 1937, p.29).

Vargas utilizou as imagens de sacrifício e servidão, não obstante, diferentemente de Perón, primeiro ele cita a confiança das forças armadas, que o auxiliaram no golpe que iniciou o Estado Novo e, posteriormente, cita os “concidadãos”, que posteriormente foram referenciados como “trabalhadores”. Importante notar que nos discursos dos 10 de novembro, por ser comemorado o momento em que foi dado o golpe, Vargas fez mais

referências aos militares e aos aliados do governo do que aos trabalhadores, pois foram aqueles que os auxiliaram na permanência forçada do poder. No entanto, se observarmos os discursos do Primeiro de Maio, no mesmo período, a situação é diferente.

Por fim, queremos retomar e exemplificar duas das estratégias dos políticos mencionadas no tópico anterior: a interpelação e a desqualificação do adversário. Com relação à interpelação, isto é, os nomes ou adjetivos utilizados pelos políticos para produção da ideia de proximidade ou captação do seu “auditório”, podemos recordar o uso frequente e constante dos vocativos “Trabalhadores do Brasil”, no caso de Vargas, e “Mis queridos descamisados”, no caso de Perón. Ademais, Vargas utilizou-se amplamente dos termos “trabalhador” e “povo” em seus discursos políticos, sendo que o primeiro remete à ideia e à produção da imagem de apoio da classe trabalhadora e das benesses que seriam oferecidas à classe desfavorecida, e o segundo, a ideia e a produção da imagem de apoio mais geral, amplo da sociedade.

Perón utilizou-se amplamente dos termos “trabajador” e “obrero”, indicando, em alguma medida, o público ao qual suas benesses eram dirigidas e que o apoiava, isto é: em grande parte, os trabalhadores urbanos. Também utilizou dos termos “descamisado”⁶ e “pueblo” procurando projetar a imagem de apoio mais amplo da sociedade.

⁶ Pertencer ao povo não dependia, para o peronismo, da condição social ou profissional. Ao propor como modelo do povo argentino o *descamisado*, o peronismo retirou o sentido pejorativo do termo, elevando-o a condição de “amigo do líder”. Genericamente *descamisado* significava povo / massa, mas no peronismo o termo tornou-se mais preciso e revelou-se com clareza na afirmação de Eva Perón: “Para mim os trabalhadores, homens e mulheres, são sempre, e antes de tudo, descamisados. E, o que são, para mim, os descamisados? Não posso falar deles sem que venha a minha memória os dias de minha solidão em outubro de 1945. [...] Descamisados foram todos os que estiveram na Plaza de Mayo em 17 de Outubro de 1945; os que cruzaram a nado o Riachuelo, vindos de Avellaneda, da Boca e da Província de Buenos Aires, os que em colunas alegres, mas dispostos a tudo, inclusive a morrer, desfilaram naquele dia inesquecível pela Avenida de Mayo e pelas diagonais que conduzem a Casa do Governo, fizeram calar a oligarquia e a aquele que disse “yo no soy Perón”; os que todo o dia reivindicaram a presença do Líder ausente e prisioneiro; os que acenderam fogueiras com os jornais do *La Prensa* que havia se vendido a um embaixador estrangeiro por trinta moedas, ou talvez menos! Todos os que estiveram naquela noite na Plaza de Mayo são descamisados! Ainda se houve ali alguém que não o fosse, materialmente falando, um descamisado, esse ganhou o título por ter sentido e sofrido naquela noite com todos os autênticos descamisados; e para mim, esse foi e será sempre um descamisado autêntico. [...] Para mim, descamisado é aquele que se sente povo. É importante que nos sintamos povo, que amemos, sofram e nos alegremos como faz o povo, embora não nos vistamos como o povo, circunstância puramente accidental. [...] Nem todos os descamisados são trabalhadores, mas para mim, todo trabalhador é um descamisado; e eu jamais esquecerei que a cada descamisado devo um pouco da vida de Perón” (PERÓN, 1951, p. 115-117). Através dessa definição de Eva Perón, é possível afirmar que *descamisado* é sinônimo de peronista.

Com relação à desqualificação do adversário, podemos notar que Perón e Vargas se utilizaram, constantemente, do método comparativo com os adversários “reais” ou “imaginados”. Estas comparações podem ser observadas no discurso de Vargas no dia 10 de novembro de 1942:

Em outras oportunidades, mostrei qual era a situação do país anterior à Revolução de 1930 e fiz, sem rancores, a crítica do regime que vigorava desde 1889. Não é preciso recapitular o triste espetáculo da administração retardada e falha, da ausência de iniciativas, da rotina no trato das coisas públicas e no ronceiro conservantismo que presidiam às nossas relações sociais e econômicas, entretendo o progresso, desiludindo o povo, criando o pessimismo dissolvente nas camadas cultas e a indiferença passiva nas camadas populares. Bem conheceis, e parece supérfluo rememorar, o que foi a nossa luta (VARGAS, 1942, p. 453).

Atentemos para a comparação e contradição de Vargas no trecho acima. Ao dizer que não é preciso recapitular, ele acabou dizendo, recapitulando o momento anterior e se colocando como aquele que interrompeu o processo anterior. Sabemos que o “capitular” e o “recapitular” não foram por acaso, senão proposital, no sentido de reafirmar e remarcar o momento de “mudança” no país e na vida dos nacionais, tal como a reafirmação da ideia de “luta”, “combate”, entre os que queriam o “bem” do país e os que queriam o “mal”, constituindo um discurso dirigido, por um lado aos adversários e, por outro lado, aos trabalhadores, que “lutaram” em conjunto com ele. Tal ideia é revelada a partir da alternância do uso da primeira pessoa do singular para o plural, constituindo a “nossa luta”.

Essas comparações e marcações foram ainda mais evidentes no peronismo. A ideia do “não” dizer o fato acompanhado do fato também esteve presente:

No he de hablarles de nuestra obra social, porque ustedes saben tan bien como yo lo que hemos ganado em estos dos años y médio, y saben mejor que nadie que se ha elevado la cultura

social del país para los empleados y los empleadores, y que se ha dignificado al trabajo y al trabajador, al mismo tiempo que se ha humanizado el capital (...) En este venturoso 17 de octubre, a un año de la victoria del pueblo contra el engaño y la mentira, a un año de nuestra batalla vencida, echemos una mirada retrospectiva (...) (PERÓN, 1946, p. 34).

Como podemos notar, ao dizer que não falaria da obra social do seu governo, Perón falou. Ademais, a posição de “luta”, “combate” em conjunto pode ser notado a partir do uso dos pronomes ou dos verbos no plural. Esta “luta” remete à situação de exploração anterior como contraponto à melhora atual.

4. Considerações finais

Neste estudo inicial, procuramos analisar, ainda que de maneira panorâmica, alguns dos imaginários políticos ou sociodiscursivos revelados nos discursos políticos de Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón nas festas dos 10 de novembro e 17 de outubro. Assim, precisamos fazer algumas considerações pontuais.

A primeira é entendermos que estes imaginários políticos ou sociodiscursivos são polissêmicos e, por vezes, ambivalentes. Procura-se produzir efeitos de sentidos e os mesmos, dependendo da forma de análise e abordagem, podem ser bem distintos. Neste sentido, nosso estudo inicial não teve a pretensão e não deve ser entendido como a “única” ou a “correta” forma de análise, senão como uma das formas e abordagens possíveis para estudar e interpretar estes imaginários políticos.

A segunda consideração é com relação ao *ethos*. Os mesmos se combinam nos discursos políticos de Vargas e de Perón, não implicando em uma produção distinta ou separada, senão uma produção combinada, por vezes concomitantes e reafirmativas de um ou outro *ethos*. Do mesmo modo, o *ethos* apresentados a partir das grandes categorias de Charaudeau (2013) constituem duas das formas possíveis de estudar o *ethos* produzidos por Vargas e Perón, o que não implica dizer que são os únicos, pois sabemos

que as imagens projetadas são múltiplas e as produções das mesmas ocorrem de maneira diversa e dinâmica.

Por fim, mas não menos importante, é a consideração sobre o varguismo e o peronismo. Procuramos comparar, a partir de aproximações e distanciamentos, os discursos políticos dos dois governantes. Nossas aproximações, inclusive no teor discursivo, foram para a aplicabilidade de nossa fundamentação teórica. Deste modo, não compreendemos os discursos políticos nas datas selecionadas como algo idêntico, sem distinções. Exemplo dessa diferenciação pode ser tomado a partir dos usos dos pronomes e dos verbos no singular e no plural em perspectiva comparativa, inclusive entre Vargas e Perón. Enquanto o primeiro utilizou mais o singular para tratar das realizações, da situação e dos progressos do país naquele momento, personalizando-as em torno de sua figura, o segundo utilizou mais o plural, referindo-se a algo construído em conjunto. Este aspecto também não é casual, mas decorrente da própria posição que cada um se colocava em seus países: enquanto Vargas anunciava seu governo como *para* ou *pelo* trabalhador, Perón anunciava seu governo como *para, pelo e do* trabalhador, aproximando ainda mais a relação entre ele e os trabalhadores.

Em um próximo estudo seria interessante estabelecer as diferenciações entre estes discursos políticos, a partir dos diversos nivelamentos destas categorias maiores do *ethos*. Assim, encerramos este trabalho esperando ter contribuído, em alguma medida, para o estudo das imagens destes políticos por meio de seus discursos.

Referências bibliográficas

BALANDIER, George. *O poder em cena*. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

CARVALHO, José Murilo. *Formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (Org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 69-92.

_____. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Maria Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2013.

PERÓN, Eva. *La razón de mi vida*. Buenos Aires: Peuser, 1951.

PERÓN, Juan Domingo. *Perón y El 17 de octubre (1945-1974)*. Compilación Ejecutora de la ley 25.114. Buenos Aires: Biblioteca Del Congreso de la Nación, 2002.

PLOTKIN, Mariano Ben. *Mañanías San Perón: propaganda, rituales políticos y educación en el régimen peronista (1946-1955)*. Sáenz Peña: Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2013.

SCHEMES, Cláudia. *As festas cívicas e esportivas no populismo: um estudo comparativo dos governos Vargas (1937-1945) e Perón (1946-1955)*. Novo Hamburgo: Feevale, 2005.
VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937-1945.

Abstract: *This initial study intends to present and to compare the building or the production of political imaginary of Getúlio Vargas and Juan Domingo Perón, in the Estado Novo in Brazil and in the First Peronism in Argentina. To achieve the goal we use the studies of political discourse from Patrick Charaudeau, especially about the ethos and social discursive imaginary, to analyze the political speech of Vargas and Peron in two specific civic festivals: the November 10, between the years 1937 -1945; and October 17, between the years 1946-1955. Thus, observing the images produced and reproduced, that evoked the qualities of the rulers and the relationship between them and the workers. Moreover, these political speeches were one of the ways used by governments to convey the idea of legitimacy, cohesion and support of Brazilian and Argentinean their policies and their governments.*

Keywords: *political speeches; political imaginary; Getúlio Vargas; Juan Domingo Perón.*

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: UM ESTUDO TRANSDISCIPLINAR DA CARTA-TESTAMENTO DE GETÚLIO VARGAS

Nilton Cesar NICOLA¹

Resumo: Neste trabalho pretende-se exemplificar como é possível articular-se a Análise Crítica do Discurso (ACD) ao estudo das estruturas sócio-econômico-políticas de um determinado momento histórico, no caso, o brasileiro, da segunda metade do século XX. A Carta-testamento deixada pelo político gaúcho Getúlio Dornelles Vargas, então presidente da República, por ocasião de seu suicídio, no Palácio do Catete, Rio de Janeiro, em 24 de agosto de 1954, constitui-se em objeto privilegiado para uma análise transdisciplinar, tendo como eixo epistemológico a linguística crítica. Buscou-se, na presente análise, embasamento teórico nas contribuições de estudiosos como Norman Fairclough (2001), van Dijk (2012), Maingueneau (1997), entre outros. As ideias de Morin (2007), teórico do pensamento complexo e da transdisciplinaridade enriqueceram a parte do trabalho relativa à abordagem transdisciplinar. Com base nos referidos fundamentos, objetivou-se fazer uma análise linguística, social e política da Carta-testamento, firmada pelo enunciador (Getúlio Vargas), cuja construção revela vontade de dominação e instrumentalização política do enunciatário (o povo brasileiro). Ilustrou-se a forma de trabalho através da análise dos pronomes e tempos verbais empregados pelo signatário. Teve-se em mira, configurar, assim, a factibilidade do diálogo da linguística com teorias sociais, de forma transdisciplinar e contextualizadora. Nesse sentido, pode-se também dizer que limitar a ACD à análise da linguagem (fugindo, aliás, a seus pressupostos) é prejudicial a uma visão de conjunto em que os sistemas de signos socialmente constituídos encontram-se integrados. Conclui-se pelo diálogo possível e necessário entre a ACD e uma abordagem transdisciplinar profunda do discurso, que leve em consideração o contexto da produção, o discurso como prática social, e como as relações de poder, dominação e controle podem estabelecer-se e se manter através de formas diferentes de linguagem.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade. E-mail: sntreze@ig.com.br.

Palavras-Chave: *carta-testamento; Getúlio Vargas; análise crítica do discurso; política brasileira-1954; dominação, poder; transdisciplinaridade.*

1. Introdução

O presente estudo foi inspirado na citação abaixo:

Em 1990 nasceu uma disciplina que se ocupa fundamentalmente de análises que dão conta das relações de dominação, discriminação e controle, na forma como elas se manifestam através da linguagem (WODAK, 2004).

Considerando-se que Análise Crítica do Discurso pretende mostrar o modo como as práticas linguístico-discursivas entrelaçam-se com as estruturas sócio-políticas de poder e dominação, o presente estudo pretende exemplificar como é possível articular tais estruturas em uma análise transdisciplinar. Sob a luz dos princípios da transdisciplinaridade, os conhecimentos da história, da política e da ética que compõem o contexto do momento em que a Carta-testamento foi escrita, analisar-se-á a referida Carta com base no eixo epistemológico da linguística crítica.

A Análise Crítica de Discurso (ACD) tem como pressuposto básico a afirmação de que o abuso de poder via discurso cria condições para o surgimento de problemas sociais que devem ser levados ao conhecimento, dentro de uma perspectiva transdisciplinar, sobretudo daqueles que mais sofrem com tais abusos. A ACD tem, como principais características, a preocupação social, o posicionamento político favorável ao grupo social em desvantagem, e a divulgação dos resultados de pesquisa como forma de alerta sobre tais abusos de poder. Os analistas críticos do discurso procuram abrir os olhos de todos os atingidos pelo discurso praticado por uma elite simbólica, quer dizer, detentora do discurso em nível institucional.

Procurou-se refletir, por exemplo, sobre a função dos pronomes e tempos verbais empregados na Carta, pelo enunciador – o presidente Getúlio Vargas, que, se, por um lado, o aproximam do enunciatário – o povo brasileiro –, por outro, distanciam-no desse povo, podendo-se entrever, no distanciamento, uma das características do modo populista de fazer política.

2. Caminhando pelas teorias

Os pressupostos teóricos que compõem o escopo das teorias da Análise Crítica do Discurso, suporte da presente pesquisa, estão aqui enriquecidos pelos estudos complementares, mas não superficiais, da complexa relação transdisciplinar que se faz presente na abordagem sócio-linguística, que estuda o discurso como prática social reveladora de relações desiguais de poder entre grupos sociais.

Em seus ensaios filosóficos sobre a linguagem, Bakhtin (1997) afirma que a “verdadeira substância da língua” não repousa na interioridade dos sistemas linguísticos, mas no processo social da interação verbal (BAKHTIN, 2000). Esta filosofia vê na enunciação a realidade da linguagem e traz também uma carga sócio-ideológica, de modo que prioriza não só a atividade da linguagem, mas também sua relação indissolúvel com seus usuários.

O elemento que torna a forma linguística um signo não é sua identidade como sinal, mas sua mobilidade específica; da mesma forma que aquilo que constitui a decodificação de forma linguística não é o reconhecimento do sinal, mas a compreensão da palavra em seu sentido particular, isto é, a apreensão de orientação que é conferida à palavra por um contexto e uma situação precisos, uma orientação no sentido da evolução e não do imobilismo (BAKHTIN, 2000, p. 94).

Fairclough (2001), importante teórico da Análise Crítica do Discurso, reitera que a abordagem “crítica”, da linguagem resulta, necessariamente, no desvelamento de sen-

tidos ocultados que podem criar condições em que o discurso pode intervir na produção de mudanças sociais.

Outro ponto importante a ser destacado por Fairclough (2001) é o do discurso como prática política e ideológica. Como prática política e ideológica o discurso vem a estabelecer, manter e transformar as relações de poder e as entidades coletivas em que tais relações surgem. Como prática ideológica o discurso vem a constituir, naturalizar, manter e também transformar os significados de mundo nas diversas posições das relações de poder.

Para a ACD, é preciso haver distanciamento dos dados, considerando-se a perspectiva social mediante uma atitude centrada na crítica e na autocrítica. A ACD indica, como um de seus objetivos, a desmistificação dos discursos por meio da decifração da ideologia. A prática social (política, ideológica etc.) é uma dimensão do evento comunicativo, da mesma forma que o texto. Para Fairclough (2001), ideologias são construções da realidade que se fundamentam em diferentes dimensões das formas e dos sentidos das práticas discursivas e que colaboram para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de poder.

O linguista holandês Teun van Dijk é também, como Fairclough, considerado um dos fundadores da ACD. Na visão sócio-cognitiva, o conjunto de conhecimentos de que o homem dispõe é responsável pela interpretação do mundo. A percepção cotidiana de tudo que cerca o homem se origina nos saberes e vivências individuais e coletivas. O enunciador cria condições para que sua ideologia possa ser recebida e aceita pelo enunciatário, a despeito dos conhecimentos e valores que a vida nele imprimiu.

Já o marxismo, referência teórica tanto da ACD quanto da transdisciplinaridade, localiza a ideologia no signo, visto que a própria consciência só pode existir mediante sua materialização em signos criados no processo de interação social. O potencial móvel e evolutivo do signo foi apresentado como causa e efeito de confrontos sociais. Cada nova classe que toma o lugar daquela que dominava antes é obrigada a dar nova forma aos seus pensamentos e representá-los como sendo os únicos razoáveis e universalmente válidos. Assim posto, a classe dominante pretende conferir ao signo ideológico um ca-

ráter inatingível e acima das diferenças de classe, com o objetivo de abafar ou ocultar a luta dos índices sociais de valor que desta forma se estabelece (BAKHTIN, 1997).

Para Edgar Morin, teórico do pensamento complexo, quanto mais poderosa é a inteligência geral, maior é a sua capacidade de tratar de problemas especiais. A compreensão dos dados particulares necessita da ativação da inteligência geral, que opera e organiza os conhecimentos de conjunto em cada caso particular. O conhecimento fragmentado, em áreas específicas, impede, frequentemente, de operar-se o vínculo entre as partes e a totalidade. Segundo Morin (2007), ele deve ser substituído por um modo de produção do conhecimento capaz de apreender em seu contexto, sua complexidade, seu conjunto. É preciso, portanto, usar métodos que permitam estabelecer as relações e as influências recíprocas entre as partes e o todo.

Segundo Morin (2007), o ser humano é singular e múltiplo, todo ser humano traz em si o cosmo. Traz em si multiplicidades interiores, uma poliexistência no real e no imaginário. O ser humano é complexo e traz em si caracteres antagônicos: *sapiens edemens, fabereludens, empiricus e imaginarius, economicus e consumans, prosaicus e poeticus*. O ser humano é a um só tempo biológico, psíquico, cultural, social, histórico.

Para Morin, os indivíduos conhecem, pensam e agem segundo paradigmas inscritos culturalmente neles. O “grande paradigma do Ocidente”, o paradigma cartesiano (sujeito/objeto, qualidade/quantidade, causalidade/finalidade, sentimento/razão, liberdade/determinismo, existência/essência) separa a filosofia e a pesquisa reflexiva, de um lado, e a ciência e a pesquisa objetiva, de outro. Para articular e organizar os conhecimentos é necessária a reforma do pensamento. Esta reforma é paradigmática: é a questão que permanece nas análises de dominação e poder, hegemonia e mudanças sociais nos discursos proferidos pelos políticos e demais detentores do poder.

A abordagem transdisciplinar que caracteriza o presente estudo é uma tarefa que deve avançar por meio de situações complexas, vistas por vários ângulos, e que exigem o desenvolvimento de uma prática reflexiva.

3. A Carta-testamento

Tendo como suportes os pressupostos teóricos mencionados, constata-se desde logo, e exemplificativamente, na trama da Carta-testamento (enunciado), a clivagem entre o enunciador (Getúlio Vargas) e o enunciatário (o povo brasileiro), de um lado, e, de outro, “as forças e os interesses contra o povo”, alvos de críticas e recriminações do enunciador e responsáveis, em última instância, pelo trágico ato final do presidente-suicida.

Apresentando-se explicitamente como representante e máximo defensor do povo – grande populista que era –, o enunciador emprega, ao longo da Carta, os pronomes pessoais *eu* (duas vezes), *mim* (duas vezes), *meu* (sete vezes), *minha* (seis vezes), e *me* (sete vezes), totalizando assim, reveladoramente, com esses pronomes, nada menos do que vinte e quatro autorreferências.

Esse efeito de subjetividade é reforçado, em nível discursivo, pelo emprego das seguintes flexões verbais: *defendi*, *fiz*, *venci*, *iniciej*, *instaurej*, *voltei*, *quis*, *assumi*, *ofereço*, *escolho*, *lutej*, *deij*, termos indiciadores, todos eles, do descompasso existente entre o heróico enunciador (o grande líder populista) e o desvalido enunciatário (o povo brasileiro).

De um lado, portanto, estão enunciador e enunciatário (os possessivos *nosso*, *nossa*, *nossas* aparecem uma vez, cada um, no corpo da Carta). De outro lado, encontram-se “os grupos econômicos e financeiros internacionais”, os “grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho”, as “empresas estrangeiras” cujos lucros “alcançaram até 500% ao ano”, “as aves de rapina”, e “os que pensam que me derrotaram”.

Mas é preciso atenção: se no segundo e terceiros parágrafos da Carta enunciador e enunciatário se confundem – *nosso*, *nossa*, *nossas* –, no quarto e quinto aparecem significativamente os pronomes pessoais *vosso* (três vezes), *vossa* (três vezes), *vos* (seis vezes), *vós* (uma vez) e *convosco* (uma vez) revelando também existir, da perspectiva do enunciador, uma clivagem entre ele próprio e o enunciatário.

“Nada mais *vos* posso dar, a não ser o meu sangue.” “Escolho este meio de estar sempre *convosco*.” “Quando *vos* humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao *vosso*

lado. Quando a fome bater à *vossa* porta, sentireis em *vosso* peito a energia para a luta por *vós* e *vossos* filhos.” “Meu sacrifício *vos* manterá unidos e meu nome será a *vossa* bandeira de luta.” Eis aí, altissonante, a voz do grande líder populista: heroico, solitário, mártir, dadivoso, superior.

Além disso, os catorze pronomes da segunda pessoa do plural, de uso raro no Brasil, estão, no entanto, bem presentes em nossa memória discursiva: eles nos remetem a conhecidíssimas orações católicas. É o caso, por exemplo, do Pai Nosso (que estais no céu, santificado seja o *vosso* nome e venha a nós o *vosso* reino etc.) e da Ave Maria (cheia de graça, o Senhor esteja *convosco*, bendita sois entre as mulheres, bendito o fruto do *vosso* ventre etc.).

Ora, ao empregar os referidos pronomes e tempos verbais, parece ser intenção do enunciador, prestes a ser novamente deposto, comparar-se a outro grande líder e mártir: Jesus Cristo. Também este, conforme se sabe, renunciou a si mesmo e ofereceu sua vida “em holocausto”. Também ele prometeu a seus prosélitos “estar sempre convosco”. Ao ódio, Cristo também respondeu “com o perdão”. E, vitorioso, também se libertou “para a vida eterna”.

Observa-se, portanto, no discurso do enunciador (e no enunciado: a Carta-Testamento) uma certa concepção de fazer política. Concepção elitista – Getúlio, estancieiro, era filho da oligarquia gaúcha –, segundo a qual o enunciatário (o povo brasileiro) só deve ser chamado a participar politicamente quando se trata de sustentar no poder o grande líder e as facções da elite que lhe dão apoio.

À primeira e desarmada leitura, a Carta-Testamento é um comovedor documento histórico. Mas, sob o prisma da Análise Crítica do Discurso, ela revela como a elite brasileira sabe manipular o povo por meio de seus representantes político-ideológicos. Manipulação eficaz – perdem-se eventualmente alguns anéis, mas ficam os dedos –, responsável, em boa medida, por se reproduzir e perpetuar-se a dominação.

Em síntese, a ACD se interessa pela utilização das formas linguísticas em diversas expressões e manipulação do poder. Para marcar a característica principal deste

estudo: uma análise crítica do discurso numa abordagem transdisciplinar da Carta-testamento de Getúlio Vargas, foi preciso dar atenção à contribuição do filósofo Edgar Morin. Através de reflexões fundamentadas nas teorias de Fairclough (2001), Teun van Dijk (2012) e de Morin (2007), objetivou-se ilustrar o modo como se pode contextualizar a análise crítica de um discurso.

4. Considerações finais

A afamada Carta-testamento dirigida ao povo brasileiro – a palavra *povo*, não por acaso, aparece no corpo do texto dez vezes –, encontrada ao lado do cadáver de Getúlio Dornelles Vargas, no Palácio do Catete, Rio de Janeiro, em 24 de agosto de 1954, apresenta, sob a perspectiva da Análise Crítica do Discurso, uma série de elementos significativos. Documento histórico de extraordinária importância, a Carta-testamento marca o fim trágico de uma longa carreira política, que se inicia em 1909, quando Getúlio Vargas, nascido em São Borja, Rio Grande do Sul, em 1882, elege-se deputado estadual pelo Partido Republicano Rio-Grandense.

Uma abordagem transdisciplinar da Carta-testamento de Getúlio Vargas implica articular o contexto sócio-político brasileiro da segunda metade do século XX à análise de formas linguísticas em situações diversas de manipulação do poder, bem como enfatizar o contexto sócio-político e as pressões econômicas sofridas pelo então presidente Vargas. Tal abordagem implica também avançar por meio de situações complexas, analisadas sob vários ângulos, exigindo o desenvolvimento de uma prática reflexiva.

É importante saber que o populismo sobreviveu algum tempo após a morte de Vargas e só foi interrompido em 1964 com o golpe militar que depôs João Goulart. O golpe que poderia ser desfechado em 1954 foi adiado para 1964, em consequência ao suicídio do Presidente e do legado de suas palavras endereçadas ao povo brasileiro, expressas no documento conhecido historicamente como a Carta-testamento.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail/**VOLOCHINOV**, V.N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, p.277-326, 2000.

BRANDI, Paulo. *Vargas: da vida para a História*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do discurso*, 7.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

HALLIDAY, M.A.K. *An introduction to functional grammar*. London Edward Arnold, 1985.

LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres?: o Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2007

_____. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2000.

NETO, Lira. *Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*, 3. ed. Campinas: Ponte/UNICAMP, 1997.

OLIVEIRA, Sílvia Luiz. *Trabalho e Metodologia Científica*. São Paulo: Pioneira, 2002.

PEDRO, Emília Ribeiro. Prefácio e análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: PEDRO, E. R. (Org.) *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.

RAMALHO, Viviane C. Vieira Sebba. Constituição da análise de discurso crítica: um percurso teórico-metodológico. *Signótica: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras*, v.1 (1), 1989. Goiânia: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, 2005.

VAN DIJK, T. *Ideologia: uma aproximación multidisciplinaria*. Sevilla: Gedisa Editorial, 2006.

_____. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. São Paulo: Editora Contexto, 2012

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (dis)curso*. Tubarão: LemD, 2004. V.4.

ANEXO

Anexo I - A Carta-Testamento de Getúlio Vargas

“Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim.

Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao Governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização

das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.

Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruiu os valores de trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser o meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço de seu resgate.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram o meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vou ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o

primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.”

(Fonte: BRANDI, Paulo. *Vargas: Da Vida para a História*. Rio de Janeiro: Zahar Editores: 1983, p. 296 e 297.)

Abstract: *The purpose of this work is to exemplify how to articulate ACD to social economic politics in a certain historical moment, Brazilian in this case, of the second half of the XX Century. The Letter-testament left by the Brazilian politician Getúlio Dornelles Vargas, then president of the Republic, by the occasion of his suicide, at the Catete Palace, in Rio de Janeiro, on August 24th, 1954, became the object of study for a transdisciplinary approach to ACD, taking as its epistemological basis the principles of critical linguistics. The theoretical support came from the studies done by Norman Fairclough (2001), van Dijk (2012), Maingueneau (1997), amongst others. Morin (2001) has his contribution with his theory of the Complexity of Thoughts, taken in the transdisciplinary enrichment of the part of the study related to such. Based on the ideas, the presenter intends to develop a linguistic analysis of the Letter-testament signed by Vargas, under a socio-political point of view, which shows Vargas' willingness to dominate and politically use the Brazilian people. Illustrating the way of analysing the topic, a list of pronouns and verb tenses used by the signer are analysed. The researcher had in mind to exemplify how the integration of the social elements and the linguistics can make a difference when contextualizing ACD under a transdisciplinary approach. So, one can also say that limiting ACD to a simple linguistic analysis (which is not its purpose) is detrimental to an overall view of social signals building an integrated analysis. The conclusion is to go for a possible and necessary dialogue between ACD and transdisciplinary social subjects, taking into consideration the social context at the time of discourse enunciation, being it a social practice showing how power and domination can be maintained by the choices of language.*

Keywords: *letter-testament; Getúlio Vargas; critical discourse analysis; Brazilian politics – 1954; domination; power; transdisciplinarity.*

ATORES SOCIAIS DA NOVA CLASSE MÉDIA E SUA REPRESENTAÇÃO NO DISCURSO NOTICIOSO DO JORNAL “FOLHA DE S. PAULO”

Paula de Souza Gonçalves MORASCO¹

Resumo: Neste artigo, apresentamos um estudo de cinco notícias do jornal *Folha de S. Paulo* sobre os “rolezinhos” (encontros de jovens marcados pela internet) que aconteceram entre o final do ano de 2013 e início de 2014. Este trabalho está inserido num contexto mais amplo de observação da representação dos atores sociais da nova classe média no discurso noticioso deste jornal, o que justifica a escolha do tema “rolezinho” para estudo, uma vez que esses encontros foram organizados, em geral, por adolescentes e jovens das periferias, que fazem parte dessa nova classe. Para a observação do discurso noticioso, fazemos uso dos pressupostos teóricos sobre a dimensão discursiva da ligação entre discurso e ideologia (VAN DIJK, 1984, 1987, 2008; FAIRCLOUGH, 1989, 1997; WODAK, 1989, 2004) e buscamos ajudar a traçar como ocorre a produção do discurso impresso jornalístico no contexto social atual (VAN LEEUWEN, 1993, 2008).

Palavras-chave: *Folha de S. Paulo*; jornal; análise crítica do discurso; nova classe média; rolezinho.

1. Introdução

Este artigo é fruto de uma pesquisa de pós-doutorado sobre a construção do discurso do jornal *Folha de S. Paulo* nos dias atuais considerando a ascensão da nova classe média no Brasil e sua representação nas notícias desse jornal.

¹ Pós-Doutoranda no Programa de Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, com pesquisa sob a supervisão da Profa. Dra. Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade. Bolsista FAPESP. E-mail: psouzag@yahoo.com.br.

Nosso intuito geral é verificar algumas questões relativas à imprensa paulistana no que diz respeito às estratégias discursivas de representação desse “novo” público, se é que podemos chamar de novo, uma vez que há quem diga que a nova classe média brasileira nada mais é do que a classe C com nova nomenclatura (POCHMANN, 2012), como veremos adiante. Avaliamos a existência de vestígios de ideologias que omitam minorias em detrimento daqueles que detém o poder, além de observar se com a ascensão de uma nova classe média no Brasil, adaptações discursivas estariam ocorrendo no sentido de acolher esta nova fatia da sociedade brasileira.

É importante ressaltar que a escolha do jornal *Folha de S. Paulo* tem a ver com o perfil de seu público leitor que, em sua maioria, é comprovadamente de alta renda e posição social, conforme pesquisa do Datafolha, 2011². Este perfil de público leitor nos interessa pelo fato de partirmos do pressuposto de que um jornal escreve especialmente para seu público leitor e tem preocupação com sua aprovação, pois segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), para que uma argumentação seja eficaz é necessário um denominador comum entre orador (enunciador) e os interlocutores (enunciatários), pois nessa relação o enunciador presume que o formato apresentado será aceito pelo enunciatário. Assim, o jornal deve sempre se preocupar com os recursos utilizados no texto, para que os leitores os aprovelem. Em outras palavras, um texto deve ser construído a partir da reflexão de como o enunciatário irá recebê-lo.

Estamos interessados em saber como um jornal como a *Folha de S. Paulo* trabalha a representação de atores sociais de uma nova classe média, que não fazem parte majoritária de seu público leitor, mas que, contudo, constituem uma grande parte da sociedade brasileira atual desenvolvendo um importante papel econômico inclusive. Uma pesquisa do *Data Popular* e do *Serasa Experian* (2014)³, revelou que se a classe C

² Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/991055-leitor-da-folha-e-ultraqualificado-mostra-pesquisa.shtml>>. Acesso em 01/08/2014.

³ Disponível em: <<http://noticias.serasaexperian.com.br/dados-ineditos-da-serasa-experian-e-data-popular-revelam-faces-da-classe-media-que-movimenta-58-do-credito-e-injeta-r-1-trilhao-na-economia/>>. Acesso em 09/08/2014.

formasse um país hoje, seria a 18ª nação com maior consumo no mundo. O estudo ainda revelou que se trata de uma classe bem heterogênea e que hoje constitui a chamada nova classe média brasileira. Diante do “boom” dessa nova fatia de nossa sociedade e de seu poder de consumo, apostamos que todos os olhares estejam voltados para esse público e que a tendência do momento seria, ou pelo menos deveria ser, agradá-lo. É importante ressaltar que apesar de uma recente pesquisa do Instituto Nielsen (2014)⁴ ter mostrado que a classe C já não é o motor de gastos em supermercados, por exemplo, o próprio diretor do instituto confirma que o papel desta classe ainda é de grande importância, dado o seu volume na sociedade brasileira e o poder que isso lhe confere. É nesse contexto que enfatizamos a forte relação do discurso midiático e o poder na nossa sociedade e o papel do jornalismo nas práticas sociais do mundo contemporâneo por meio da notícia.

A seguir, apresentaremos algumas palavras sobre a nova classe média brasileira (item 1.1) e explicaremos o porquê da escolha do tema “rolezinho” (item 1.2) para análise. Daremos sequência ao artigo com a apresentação da Análise Crítica do Discurso (item 2) que embasa nosso trabalho e também a metodologia e os objetivos desse artigo (item 3). Por fim, apresentaremos nossas discussões (item 4) e considerações finais (item 5).

1.1 Alguns comentários sobre a nova classe média

Segundo estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (NERI, 2008), desde 2002, a nova classe média vem aumentando no Brasil como um reflexo da saída de pessoas das classes D e E, dado o crescimento econômico do país. A classificação daquilo que seria a “nova classe média” em relação ao quanto ganham estaria na seguinte proporção:

⁴ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/07/1485156-classe-c-ja-nao-e-motor-do-gasto-em-supermercados.shtml>>. Acesso em 01/08/2014.

A renda da aqui chamada nova classe média, configurada pelo grupo de Classe C vai da mediana de renda de todo período até a linha que separa os 10% mais ricos do resto da população. Em termos per capita isto corresponde à faixa de 214 reais a 923 reais por pessoa mês. Em termos de renda domiciliar total de todas as fontes a Classe C está compreendida no intervalo entre 1064 reais a 4591 reais por mês. Este é o intervalo da Classe média [...]. (NERI, 2008, p. 27)

No entanto, Márcio Pochmann (2012), discorda da existência de uma nova classe média no Brasil, pois considera esse novo estrato da população como uma nova classe trabalhadora que não se encaixaria em critérios sérios e objetivos que a equiparassem à classe média em níveis de rendimento, de ocupação, seja pelo perfil ou pelos atributos pessoais.

Segundo Piva (2013), em texto sobre a ascensão ideológica da nova classe média, a classe média tradicional tem que conviver hoje com a ascensão política, econômica e ideológica da nova classe média em um novo capitalismo de massas. Este estudioso afirma que antigamente a classe média tradicional moldava imaginários, formava opiniões e ditava padrões e costumes, mas atualmente está tendo seu poder ameaçado por “uma nova classe composta em sua maioria por negros e nordestinos”.

Como podemos ver, existe uma grande discussão a respeito dessa classe no Brasil e se, de fato, houve um crescimento econômico do país pela política desenvolvida, sobretudo pelo PT (Partido dos Trabalhadores) desde os anos 2000 ou se não seria apenas uma adaptação e nivelamento para baixo do critério financeiro para se considerar o que é classe média hoje, criando um ambiente de aparente prosperidade. Em todo caso, é inegável que essa parcela da população existe, vem ganhando corpo e consome cada vez mais pelo poder do crédito, constituindo a maior parte da pirâmide social brasileira nos dias atuais independentemente da nomenclatura, da identificação que se dê a ela ou do quão heterogênea ela seja.

1.2 Por que a escolha do tema “rolezinho”?

Para este artigo, optamos por discutir algumas notícias com a temática dos “rolezinhos”, encontros de jovens em *shoppings*, marcados por meio de redes sociais e que causaram polêmica entre o final do ano de 2013 e os primeiros meses de 2014 em várias cidades do Brasil, gerando algumas discussões a respeito do preconceito em relação a esses jovens provenientes, em geral, da periferia.

A escolha desse tema deve-se ao fato de termos nossa atenção voltada para a nova classe média brasileira, procurando abordar notícias com conteúdos em que constem os atores sociais dessa classe para avaliar como são incluídos no discurso noticioso da *Folha de S. Paulo*. Foi nesse contexto de estudo das pesquisas sobre a nova classe média que identificamos os jovens que participavam dos “rolezinhos” como parte dessa nova fatia da sociedade brasileira. A mesma pesquisa que já citamos do *Serasa Experian* e do *Data Popular* (2014) classificou essa classe em vários perfis de consumidores que dão mais atenção a marcas e qualidade de produtos. Dentre os quatro perfis citados na pesquisa (batalhadores, experientes, promissores e empreendedores), uma notícia da própria *Folha de S. Paulo* acabou por inserir os integrantes do “rolezinho” entre os “promissores” por darem mais atenção à marca do que ao preço dos produtos e por serem mais inexperientes com o crédito. Essa relação se dá pelo fato de os jovens do “rolezinho” serem provenientes, em geral, das periferias e terem um estilo característico: roupas, bonés e tênis de marcas caras e reconhecidas. Ocorre que os encontros desses jovens nos shoppings começaram a causar tumultos, o que levou a ABRASCE (Associação Brasileira de *Shopping Centers*) e a ALSHOP (Associação de Lojistas de *Shoppings*) a tomarem providências a fim de evitar que esses encontros ocorressem em *shoppings* e “assustassem” os consumidores fazendo, conseqüentemente, os lucros caírem. O intuito desses jovens era apenas de se encontrarem com seus “fãs” da rede social (*Facebook*) e se divertirem, mas o grande número de participantes acabou gerando confusão, repercussão e até mesmo repressão para que acabassem. A mídia

representou esses encontros de várias maneiras, ora mostrando o lado da confusão causada por estes jovens, os transtornos acontecidos nos shoppings e o receio dos frequentadores desses locais em relação à “confusão”, ora mostrando o lado dos jovens da periferia, sem locais seguros para seus encontros nos seus bairros que não fossem os shoppings, além da falta de áreas de lazer nessas regiões.

Por se tratar de um tema polêmico e por ter causado inúmeras discussões a respeito, optamos por trabalhar notícias com essa temática e avaliar como esses jovens dessa nova classe média brasileira são representados em um jornal cujo público leitor é em boa parte das classes A e B.

2. Embasamento teórico

Para a realização deste trabalho, fundamentamo-nos em perspectivas teóricas sobre a ligação entre discurso e ideologia no discurso impresso jornalístico (VAN DIJK, 1984,1987, 2008; FAIRCLOUGH, 1989, 1997; WODAK, 1989, 2004). Por trabalharmos com a representação de atores sociais, utilizamos como referências, sobretudo metodológicas, Van Leeuwen (1993, 1997, 2008) e Halliday (2004), perspectivas de base para a realização e desenvolvimento deste trabalho e das quais falaremos na sessão dedicada à metodologia de análise em nosso artigo.

2.1 Análise Crítica do Discurso (ACD)

Segundo Bakhtin (1929), a língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas trata-se de um fenômeno social em que se considera a interação verbal. Para ele, o que organiza toda enunciação é o meio social que envolve o indivíduo. Este seu enfoque discursivo-interacionista serviu de base para a Análise Crítica do Discurso (ACD), uma vez que o discurso sempre se relaciona a discursos anteriores e, ao mesmo tempo, antecipa discursos posteriores de variadas formas. Essas vozes, segundo estudiosos da ACD

(PEDRO, 1997), permitem-nos abordar a linguagem como espaço de luta hegemônica, dando-nos ferramentas para analisar as contradições sociais.

Segundo Wodak (2004), o termo ACD tem sido usado em referência à abordagem linguística crítica em que a unidade mais ampla do texto é considerada como uma unidade comunicativa básica. Na perspectiva da autora, a linguagem é concebida como prática social, além da importância de sua relação com o poder. Assim, pesquisas com esta abordagem dedicam-se aos discursos que envolvem relações de luta e conflito, tais como o gênero social, a mídia, entre outros, considerando o contexto de uso da linguagem como um elemento crucial.

A ACD investiga criticamente como a desigualdade social é expressa através do uso da linguagem, por exemplo. Assim, não focaliza apenas os textos, falados ou escritos, pois uma abordagem realmente crítica requer tanto uma teorização e descrição dos processos e estruturas que levam à produção de um texto, quanto das estruturas e processos sociais a partir dos quais indivíduos ou grupos criam significados em suas interações com os textos (FAIRCLOUG & KRESS, 1993 *apud* WODAK, 2004).

Segundo Wodak (2004), três conceitos são indispensáveis para a ACD: o conceito de poder, o conceito de história, e o conceito de ideologia, sendo este último conceito visto como um importante aspecto da criação e manutenção de relações desiguais de poder.

Em nosso estudo, temos como foco os modos como as estruturas do discurso produzem, reproduzem e confirmam as relações de poder e de dominação na sociedade por meio de ideologias subjacentes ao texto escrito, por isso, a concepção de ideologia adotada em nosso trabalho é baseada na ótica de van Dijk (2008, p. 202):

Las ideologías se definen como sistemas básicos de cognición social, como elementos organizadores de actitudes y de otros tipos de representaciones sociales compartidas por los miembros pertenecientes a un grupo. Las ideologías controlan, de manera

indirecta, las representaciones mentales (modelos) que están en la base y que conforman el contexto introducido en el discurso y en sus estructuras⁵.

Nesse contexto, o conceito de poder revela-se como uma peça chave na organização dos discursos. Segundo Perissinotto (2008), a discussão sobre o poder pode ser dividida em dois grandes campos conceituais, sendo o mais hegemônico na literatura aquele que entende as relações de poder como relações hierárquicas baseada no predomínio e no conflito.

Neste caso, há aqueles que definem o poder como uma interação de atores conscientes de seus interesses e que se utilizam da coação contra os demais atores sociais envolvidos para alcançar seus objetivos e, por outro lado, há os que entendem o poder como uma relação institucionalizada que distribui desigualmente os recursos econômicos, políticos e simbólicos sem que os atores tenham consciência disso, uma vez que o funcionamento de processos de socialização opera fora de controle dos agentes e moldam suas preferências. A esse segundo posicionamento, o próprio Perissinotto associa o poder foucaultiano que reside em eficientes processos de socialização de almas disciplinadas, em que o estudo do poder deve valorizar o mecanismo social que produz a adesão sincera de todos os agentes às regras do jogo, mas temos que olhar para o passado a fim de recuperar a história de uma relação que, no presente, parece marcada pela aceitação. Se a história mostrar visões antagônicas e a vitória de uns em detrimento de outros, poderíamos dizer que no presente vivemos uma “ilusão de consenso” que marca a cristalização das posições vencedoras.

Em nosso trabalho, consideramos (em conformidade com a Análise Crítica do Discurso) que as subjetividades particulares dos falantes/ouvintes ou dos escritores/

5 As ideologias são definidas como sistemas básicos de cognições sociais e como princípios organizadores das atitudes e outros tipos de representações sociais comuns a membros de grupos particulares. Desta forma, controlam indiretamente as representações mentais (modelos) que formam a base interpretativa e a “inserção” contextual do discurso e respectivas estruturas. (PEDRO, 1997, p. 105, adaptado)

leitores são resultantes das estruturas e processos sociais que formaram as suas histórias.

Acredita-se que a forma linguística é sempre deformada em sua função representativa, pelos efeitos de poder, além de ter sempre um efeito mediador que leva a processos articulados em modos específicos. Assim, na produção do discurso a linguagem projetaria relações e estruturas sociais, de acordo com os desejos do sujeito, muitas vezes, dos sujeitos mais poderosos. Segundo Pedro (1997), embora em alguns casos a comunicação seja menos controlada, existem manifestações de dominação, ainda que não intencionais e mais sutis.

Por fim, ao adotarmos o conceito “crítica”, que é inerente ao programa da ACD, estamos nos comprometendo a nos distanciarmos dos dados e situá-los no social, focalizando a autorreflexão.

3. Objetivos e metodologia do trabalho

Diante de tudo o que foi explicitado acima, podemos inferir que o grande foco de nosso trabalho está nas estratégias discursivas do jornal escolhido na produção do texto informativo (notícia), buscando identificar algum tipo manifestação de poder por meio das suas estratégias discursivas. Ainda, verificar se a ideologia do jornal *Folha de S. Paulo* permite a inclusão dos atores sociais do “rolezinho” em comparação com atores sociais que detém algum tipo de autoridade que os faça mais fortes do que os jovens dos encontros: vamos avaliar os itens lexicais usados em referência a eles, as estruturas sintáticas usadas, os tipos de processos verbais escolhidos, entre outros itens a serem observados na composição semântica do discurso noticioso. Nosso trabalho de observação do discurso noticioso da *Folha* será ancorado metodologicamente em van Leeuwen (2008) e Halliday (2004). A escolha por trabalhar com o grupo de fatores discursivos propostos por van Leeuwen se deve ao fato de ele não ter se orientado apenas em termos linguísticos e ter esboçado um inventário sócio-semântico dos modos pelos quais os atores sociais podem ser representados, estabelecendo uma relevância

sociológica e crítica dessas categorias antes de se debruçar sobre a questão de como se realizam linguisticamente. O trabalho com a Linguística Sistêmico-Funcional, apesar de bem tímido, baseou-se na observação do *corpus* considerando a língua como um sistema de escolhas no qual a escolha de um verbo (e, conseqüentemente, o tipo de processo: material, mental, entre outros) ou de um outro item léxico-gramatical qualquer em detrimento de outros não ocorre por acaso. Nossa proposta é analisar as notícias considerando o seguinte grupo de fatores discursivos (Categorias de representação dos atores sociais) que influenciam nos modos pelos quais os atores sociais podem ser apresentados e incluídos no discurso (VAN LEEUWEN, 2008):

Inclusão	Personalização	Determinação	Genericização			
			Especificação	Individualização	Nomeação	Antropônimo
						Titulação
						Detitulação
			Assimilação	Categorização	Funcionalização	
					Identificação	
					Nomeação Imprópria	
	Indeterminação	Coletivização				
		Agregação				
	Impersonalização	Abstração				
	Objetivação	-Somatização -Instrumentalização	- Autonomização do Enunciado - Espacialização			

Figura 1 – Categorias de representação dos atores sociais (retirado e adapt. de Melo (2013, p. 78) a partir de Van Leeuwen (2008, p. 52).

Para Van Leeuwen (2008, p.35), o direcionamento político-social do enunciador e da instituição por ele representada nos permite constatar que “jornais dirigidos à classe média tendem a individualizar pessoas pertencentes às elites e a assimilar “pessoas

comuns”, enquanto jornais dirigidos à classe trabalhadora, por vezes, individualizam “pessoas comuns”. Esse raciocínio de Van Leeuwen nos leva a crer que o jornal escolhido para ser estudado em nossa pesquisa pode trazer revelações significativas a esse respeito, dada a ascensão da nova classe média e a busca dos jornais por novos possíveis leitores.

As palavras seguintes, de van Leeuwen (2008, p.54), ilustram nossa busca pelo papel ativo dos meios de comunicação (com seus recursos discursivos da linguagem) num processo social, que em nosso país, tem muito a ser estudado.

Perhaps we are not too far from the truth as we recognize here, through traces in the text itself, the highly active role of the media in this social process, despite the careful stance of neutrality suggested by the way in which most of the representation is attributed to sources other than the writer himself.⁶

Seguindo esta linha de pensamento, buscamos os vestígios e o papel dos meios de comunicação social nos processos sociais, em particular, no contexto social atual de crescimento da nova classe média no Brasil.

4. Análise

Nesta seção, trabalharemos com cinco notícias do jornal *Folha de S. Paulo* selecionadas a partir dos seguintes critérios:

– A seleção de nosso *corpus* para este trabalho baseou-se na temática da notícia, que deveria ser a respeito dos “rolezinhos” com a perspectiva mais ampla de observarmos a inclusão dos atores sociais da nova classe média brasileira nos discursos noticiosos do jornal escolhido;

⁶ Talvez não estejamos muito longe da verdade se reconhecermos aqui, através de vestígios no próprio texto, o papel activo dos meios de comunicação social neste processo social, apesar da postura cuidada de neutralidade sugerida pelo modo como a maior parte da representação é atribuída a fontes que não a pessoa do escritor propriamente dito (PEDRO, 1997, p. 220).

– Como houve várias notícias a respeito desse evento, optamos por trabalhar apenas as notícias sobre os cinco primeiros encontros dos jovens, pois acreditamos que a surpresa com esses primeiros acontecimentos e a imediatidade das notícias faz com que as primeiras versões dessa realidade sejam mais afloradas e talvez mais autênticas em relação ao posicionamento do jornal sobre o tema. O critério para a seleção das notícias (dada a quantidade) se baseou na publicação ocorrida no dia seguinte ao evento ou, quando não houvesse notícia no dia seguinte, a do dia subsequente.

– Assim, selecionamos cinco notícias sobre os “rolezinhos” que aconteceram a partir de 07 de dezembro de 2013 até 11 de janeiro de 2014 e uma notícia sobre a nova classe média brasileira em que a *Folha* inclui os integrantes do “rolezinho” nessa classe social.

Relembrando os “rolezinhos” a serem tratados neste artigo: foram quatro encontros no ano de 2013 (nos dias 7, 14, 21 e 22 de dezembro) dos quais só não discutiremos o do dia 21, pois não encontramos notícias sobre ele e mais de cinco no ano de 2014 (4, 11, 18, 24 e 26 de janeiro; 1, 5, 8, 15 de fevereiro, entre outros) dos quais discutiremos os encontros dos dias 04 e 11 de janeiro. Por fim, faremos uma articulação desses eventos com a notícia sobre a nova classe média brasileira, datada do dia 19 de fevereiro de 2014⁷.

Ao observarmos as notícias sobre os primeiros “rolezinhos”, pudemos perceber que algumas escolhas lexicais nos levam a uma construção do sentido desses encontros como algo perigoso, polêmico e perturbador.

Sobre o “rolezinho” ocorrido no dia 07 de dezembro de 2014, a notícia é veiculada no dia 9 de dezembro, relatando os acontecimentos desse primeiro “rolezinho”⁸, que aconteceu no *shopping* Metrô Itaquera (São Paulo). A notícia relata que a polícia militar foi chamada e que afirmou ter ocorrido um arrastão no *shopping*, no entanto, isso não

⁷ As notícias aqui analisadas estão disponibilizadas no anexo a este artigo.

⁸ Neste ponto, é importante ressaltar que o “rolezinho” não é um evento novo no Brasil, já tendo acontecido outras vezes. No entanto, nos anos de 2013 e 2014 tomaram grande proporção e geraram as polêmicas discutidas em nosso trabalho.

foi confirmado pelo estabelecimento. Discute-se a respeito do pânico e da correria causados e também se expõe a reclamação dos comerciantes, que tiveram prejuízos com o tumulto. Nesta notícia, chamamos a atenção para o título:

“Balada marcada por rede social acaba em arrastão em shopping”

É interessante ressaltar que, ao ler a notícia, o leitor é informado por parte da direção do *shopping* que:

“não houve arrastão dentro do estabelecimento” (linhas 18 e 19)

No entanto, a *Folha* toma a informação da polícia militar, de que houve arrastão, como a verdadeira, uma vez que o título da notícia sugere o acontecimento. Com relação às escolhas lexicais de representação dos atores sociais desses encontros, chamamos a atenção para o uso de palavras muito genéricas (*genericização*) para se referir a esses garotos ao longo da notícia:

“grupo”, “milhares de jovens”, “alguns jovens”, “pessoas”, e na maioria das vezes, são incluídos, simplesmente, por *“jovens”*.

Notamos também uma predominância do uso de verbos de processos materiais (que indicam semanticamente a noção de que alguém ou algo faz alguma coisa; referem-se aos verbos de ação, que descrevem ações concretas)⁹ nas escolhas verbais para representar esses atores sociais. Além do uso de palavras cuja semântica remete a medo, perigo:

“Arrastão” (título e linha 3), *“confusão”* (subtítulo), *“correria”* (linha 32).

Pudemos perceber também a não inclusão desses jovens como frequentadores dos *shoppings*, note-se que ao final da notícia está transcrito:

“Na página do encontro no Facebook, frequentadores do shopping e jovens que participaram do encontro coomentaram o episódio” (linha 53).

Podemos perceber que estes jovens não são considerados frequentadores dos *shoppings*, no entanto, uma vez que estão querendo realizar encontros lá dentro,

⁹ Exemplos: “começaram a correr” linha 21, “empurravam” linha 22, “correu” linha 40, entre outros.

deveriam ser considerados da mesma maneira que os demais frequentadores, pois nem sempre só se vai ao *shopping* para consumir, há várias opções de lazer nesses estabelecimentos.

No dia 14 de dezembro de 2014 ocorreu outro encontro de jovens, fato que foi noticiado no dia 15 de dezembro. Ressaltamos o título da notícia:

“PM apreende 15 menores por invadirem shopping”

Como podemos notar, a notícia traz os encontros dos jovens como “invasão” dos *shoppings*, o que nos remete à ideia de que eles talvez não fossem os frequentadores ideais para este tipo de lugar e que, portanto, não lhes cabe querer realizar seus encontros nesses estabelecimentos (?). Além disso, a escolha do verbo “invadir” no título para se referir à entrada de 15 menores no *shopping* Internacional de Guarulhos não parece aleatória e causa estranhamento dada a pequena quantidade de jovens e o fato de serem menores de idade, portanto, o lado fraco em um embate para serem considerados como invasores. O verbo “invadir” parece remeter à ideia de que exista um lugar e que este lugar não pertence ao mundo social destes menores e que, portanto, qualquer tentativa de entrar, será considerada uma ameaça. O posicionamento sintático de “*shopping*” no enunciado que dá título à notícia sugere o estabelecimento como vítima, recebedor de uma ação que, no entanto, envolve apenas 15 menores.

Novamente, as escolhas lexicais para se referir a esses jovens variam entre o uso de “menores” e “jovens”. Ao final da notícia, temos a inclusão dos nomes de dois usuários do Facebook e supostos organizadores do evento, que seriam “Jefferson Luís” e “Jean Alcimar Santos” (linha 30), mas, apesar dessa inclusão desses atores sociais por “nomeação” (LEEuwEN, 2008), remete-se a eles a seguinte frase:

“Se for pra roubar, pode esquecer, tem muito segurança” (linhas 31 a 33).

Ao representar a fala dos organizadores, parece que se quer reiterar que em algum momento se pensou no ato de roubar ou tumultuar. A *Folha*, no entanto, exime-se de ser a fonte desta informação, optando pela construção por indeterminação do sujeito “Acredita-

se que” (linha 23), não se comprometendo com o que está dizendo, mas, ao mesmo tempo, apontando o fato como algo conhecido e avaliado como possível por alguém.

É também ao final da notícia que podemos notar a reiteração e ratificação do “arrastão” que teria supostamente acontecido na semana anterior, mas é importante ressaltar que a própria notícia da semana anterior (aqui analisada) sobre o encontro que havia acontecido, notificou que os *shoppings* afirmaram não ter ocorrido o *arrastão*. No entanto, a notícia traz este acontecimento como fato e perpetua a ideia de que esses encontros, além de polêmicos, eram perigosos aos frequentadores dos *shoppings*.

“Depois de terem provocado arrastão na semana passada, jovens programavam ‘rolezinhos’ em Guarulhos e nos shoppings Aricanduva e Tatuapé, na zona Leste.” (Linhas 34 a 39).

Na notícia sobre o “rolezinho” acontecido no dia 22 de dezembro de 2014, ressaltamos, novamente, as escolhas lexicais que envolvem esses atores sociais e o campo do medo, da confusão e do tumulto, pois se relata a confusão acontecida no *Shopping Interlagos* (São Paulo):

“correria” (subtítulo e linha 43), *“correm”* (linha 5), *“tumultuam’* (linha 5), *“manifestação”* (subtítulo e linha 12), *“tumulto”* (linha 41), *“confusão”* (linha 23), entre outras ocorrências.

A escolha lexical “alvo”, no início da notícia, para mostrar o incômodo com esses encontros parece trazer a ideia de uma arma apontada para algo a ser atingido e danificado de alguma maneira e é usada uma segunda vez ao final da notícia. Apesar de o discurso noticioso ser considerado, em geral, um discurso neutro, neste caso há uma escolha de vocabulário que parece revelar a entrada dos jovens para seus encontros como prejudicial ao estabelecimento. Além disso, a estrutura passiva da oração realça a importância do *shopping* (aparecendo em destaque na oração), no entanto, induz a uma interpretação deste estabelecimento como um local frágil que recebe uma ação negativa por parte de alguns jovens.

Nesta notícia não há representação por *nomeação* dos atores sociais do “rolezinho”, eles aparecem como “jovens”, ou até mesmo pela palavra “rolezinho” indicando o evento e os jovens em geral, mas há uma inclusão por *funcionalização*: o organizador do evento (linha 27). No entanto, a notícia se refere à fala desse organizador do evento na rede social, o que serve como recurso de presença para reiterar a imagem de baderna que se constrói dos encontros, pois a fala transcrita é a seguinte:

“O organizador do evento escreveu que a ideia era ‘tumultuar, pegar geral e se divertir sem roubo’” (linha 29 a 30).

É interessante ressaltar a informação de que “nenhum roubo foi registrado” (linha 31), pois em notícias seguintes, esse fato parece ser omitido ou esquecido. A transcrição do trecho que o organizador do evento escreveu na rede social causa a construção da ideia de que os jovens que participam desses eventos não têm seriedade, nem consciência do que estão fazendo, que não possuem educação e que, por isso, seriam fortes candidatos a causar roubos e confusões.

O enunciado a seguir parte do conceito do “rolezinho” como concebido em meio a tumulto e confusão:

“Mais um shopping em São Paulo foi alvo do ‘rolezinho’ – evento combinado por meio de redes sociais em que jovens correm e tumultuam centros de compras”. (linhas 1 a 6)

Esta afirmação toma como pressuposto que este evento causa tumulto. O uso do tempo verbal no presente do indicativo trata até como algo evidente que jovens do “rolezinho” tumultuem e corram nos *shoppings*, passando ao leitor a ideia da baderna como verdadeira.

A notícia referente ao “rolezinho” do dia 04 de janeiro de 2014, veiculada no dia 06 de janeiro, reitera as escolhas lexicais cujo campo semântico envolve insegurança:

“Assustados” (linha 11), *“roubo”* (linha 15), *“reforçaram a segurança”* (linha 33), *“polêmica”* (linhas 62), *“insegurança”* (linha 64), *“alertou”* (linha 37): a notícia relata

que a administração do shopping alertou os lojistas, como se estivesse prevendo algo perigoso), entre outras ocorrências.

Outro recurso que deve ser destacado é a transcrição da fala de uma frequentadora do *shopping* (a publicitária Cristina Vitória, 40, representada, portanto por *nomeação*) que funciona como recurso de presença para reiterar o estereótipo construído a respeito dos “rolezinhos”:

“A maioria eram meninas que andavam nos corredores ameaçando lojas e escolhendo os artigos que possivelmente gostariam de levar. Alguns batiam palmas, outros cantavam estrofes de funk” (linhas 25 a 31).

Podemos notar que a publicitária modaliza o discurso sobre os artigos que as meninas “possivelmente”, “gostariam” de levar, mostrando que seriam produtos que, provavelmente, não teriam condição financeira para comprar, mas que não deixam de ser alvo de seu interesse. O uso do verbo “levar” parece remeter à ideia de que as meninas estariam selecionando o que roubariam mais tarde, não há como confirmar esta intenção da publicitária, mas como analistas do discurso, temos que considerar que o enunciado traz esta ambiguidade na escolha deste verbo em detrimento do uso do verbo “comprar”. Com isso, podemos perceber a associação desses jovens com a vontade de consumir roupas e objetos caros e a importância que dão a este tipo de interesse que os aproxima das classes mais altas.

Nesta notícia, atribui-se aos jovens os dizeres de que:

Os “rolezinhos” são uma forma de diversão e protesto contra a falta de opções de lazer na periferia (linhas 27 a 32)

Isto não é ressaltado nas notícias como um todo, realça-se mais a questão da diversão, da polêmica.

Sobre o rolezinho do dia 11 de janeiro (notícia do dia 12 de janeiro), as escolhas lexicais não surpreendem muito em relação às notícias já observadas anteriormente:

“Proibido” (título), *“bombas de gás”* (linha 7), *“balas de borracha”* (lead e

linha7), “detidos” (linha 13), “furto” (linha 14), “roubo” (linha 14), “violência” (título e linha26), “gritar” (linha 63), “assustou” (linha 65), “passou mal” (linha 74), “bombeiros” (linha 75), entre outras várias ocorrências.

Essas escolhas lexicais ajudam a construir o ambiente de medo em que se transformava o *shopping* com os encontros dos jovens nele realizados. Vejamos, novamente, a definição dada aos encontros:

“Os ‘rolezinhos’ são encontros que atraem centenas de jovens que entram pacificamente em centros comerciais e, uma vez lá dentro, promovem correria”. (linhas 27 a 32)

Novamente, notamos o uso do tempo verbal no presente do indicativo, tratando o fato como a única ação conhecida praticada pelos jovens.

A seleção, também novamente, da fala de uma frequentadora do *shopping* (nomeação: Adenizia Maria da Silva, 49) funciona como recurso de presença e reforça a ideia de que esses jovens não pertencem a este mundo do *shopping* e que seu lugar, definitivamente, não é este:

“Esses moleques não tem educação de gente. Animal tem que trata como animal, não to nem aí se derem borrachada”. (linhas 80 a 84)

A fala do garoto que participa do “rolezinho”, colocada no meio da notícia, parece reforçar a imagem que a frequentadora do *shopping* tem dos jovens desses encontros e reforça a ideia do evento como bagunça e tumulto¹⁰:

“Só vim aqui encontrar umas ‘mina’ e dar beijo na boca”, disse Rodney Batista, 20. (linhas 41 a 43)

Em seguida, a notícia relata que a *Folha* presenciou um policial segurando um jovem pelo pescoço, levando o leitor a pensar se o ato era merecido, se o jovem tinha feito algo ilícito e reiterando seu papel de mídia enquanto reveladora dos fatos.

¹⁰ No entanto, ressaltamos que os encontros talvez sejam uma espécie de fuga da vida difícil que levam nas periferias (verificar linhas 27 a 32 acima transcritas)

Somente para não deixar passar o detalhe, é importante ressaltar que algumas das notícias aqui analisadas são acompanhadas de fotos que mostram confusão e tumulto e com a presença da polícia o tempo todo (ver anexo).

A notícia selecionada sobre a classe média brasileira, datada do dia 19 de fevereiro de 2014, vem a ressaltar o caráter de consumo destes jovens, o que contrasta com a representação que se fez deles nas notícias anteriores e o tratamento por eles recebido por parte dos *shoppings*, uma vez que se concebe em separado o “rolezinho” (encontros para se divertirem) e os momentos em que compram suas roupas, tênis e bonés de marcas reconhecidas, a menos que também se duvide da origem destes objetos. Vejamos a classificação da classe média do Brasil e, em seguida, a classificação dos jovens do “rolezinho” pela *Folha*:

“Os ‘promissores’ consideram mais a marca do que o preço. São mais inexperientes com o crédito (metade já passou por descontrole financeiro) e estão mais próximos aos jovens que integram a turma do chamado ‘rolezinho’.” (linhas 76 a 83).

Nas notícias aqui analisadas, o jornal representa os atores sociais da nova classe média de forma estereotipada, como pessoas que querem ter acesso a lugares que não condizem com seu meio social. No entanto, paradoxalmente, essas mesmas pessoas constituem boa parte do público consumidor do país, como ressaltaremos nas nossas considerações finais.

5. Considerações finais

A estereotipação dos jovens do “rolezinho” parece trazer uma incompatibilidade: usam roupas de marcas e consomem, portanto, esses produtos e afins, mas, ao mesmo tempo, parecem ser repugnados pelos *shoppings*, locais onde se concentram as lojas e os produtos que lhes interessam.

As notícias representam um jovem que almeja participar de um mundo ao qual não parece pertencer, da mesma forma, os *shoppings* não lhes pertencem, é como se

eles quisessem algo que não lhes é acessível na realidade. São questões sociais que se perpetuam em nossa sociedade de maneira velada. Eles são a chamada “nova classe média” que, segundo muitos críticos (conforme já discutimos acima e conforme notamos na representação dos jovens nas notícias analisadas), nem se aproximaria da classe média tradicional, não passando de uma mera e nova classe trabalhadora ou uma nova classe C emergente das Classe D e E por critérios financeiros muito baixos, selecionados para definir quem pertence a que classe no Brasil.

A todo momento, temos referência a estes jovens como promovedores de “correria”, “furtos” e na última notícia aqui analisada, uma nova referência a eles, o uso de roupas de marcas, além, é claro, da referência aos encontros como diversão e nunca se envolver questões políticas, mas sim futilidades (como revelaram vários trechos recortados de falas dos organizadores do “rolezinho”), embora os jovens tenham também declarado que se sentiam prejudicados pela falta de lugares para se divertirem perto de suas casas.

Por fim, a partir da observação dessas notícias a respeito dos “rolezinhos”, podemos concluir que a representação dos jovens da nova classe média e seus encontros foi caracterizada por meio de uma construção discursiva que os concebe como polêmicos, causadores de confusão, roubo, furtos e que, além de tudo, não combinam com o espaço no qual gostariam de se encontrar e passear, como aliás, fazem muitos dos supostos “frequentadores” dos *shoppings*. Na verdade, pudemos perceber que as escolhas lexicais das notícias levavam os leitores sempre para a conclusão de que os “rolezinhos” eram um empecilho para os *shoppings* e que muitos danos poderiam ocorrer com a presença deles dentro desses estabelecimentos. Pudemos notar a frequência de verbos de processo material, indicando atos e correrias por parte dos jovens e também a alta frequência de palavras com valores semânticos em torno da polêmica, da violência e da confusão. Apesar de a nova classe média constituir grande parte da população brasileira e ter o poder do consumo, ainda não tem força o suficiente neste momento

para ser representada com dignidade e como parte de um público que faz a diferença na economia e na sociedade brasileiras. Seu poder ainda não é manifestado no discurso das notícias analisadas neste artigo. Apesar disso, não podemos deixar de relatar a grande cobertura feita pelo jornal *Folha de S. Paulo* a respeito desses encontros e também o fato de serem os primeiros “rolezinhos” a causar polêmica, o que, naturalmente, provoca estranhamento no público em geral por não entender do que se trata. As notícias posteriores a estas datas aqui analisadas talvez possam ter tratado o evento com maior naturalidade, o que consiste em um novo material a ser analisado e comparado com o aqui apresentado. Finalizamos retomando a questão de que a forma linguística é sempre deformada em sua função representativa, pelos efeitos de poder, além de ter sempre um efeito mediador que leva a processos articulados em modos específicos. Constatamos que, na produção do discurso, a linguagem projeta relações e estruturas sociais, de acordo com os desejos do sujeito, muitas vezes, dos sujeitos mais poderosos, o que nos parece revelar as relações de poder representadas no discurso como forma de perpetuação natural das relações sociais existentes: os jovens dos “rolezinhos” representados de uma maneira *generalizada por identificação* no mais das vezes da idade apenas e os “verdadeiros frequentadores dos *shoppings*” aparecendo identificados pelo nome (*nomeação*) e idade pela importância que representam em detrimento de uma massa amorfa de integrantes de uma suposta nova classe social do Brasil.

Referências bibliográficas

ANTES ávidos por comprar produtos [...]. INSTITUTO NIELSEN. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/07/1485156-classe-c-ja-nao-e-motor-do-gasto-em-supermercados.shtml>>. Acesso em 01/08/2014.

BAKHTIN, Mikhail. (VOLOSHINOV), (1929). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec. 1979.

DADOS inéditos da Serasa Experian e Data Popular revelam faces da classe média, que movimentou 58% do crédito e injetou R\$ 1 trilhão na economia. SERASA EXPERIAN & DATA POPULAR. Disponível em: <http://noticias.serasaexperian.com.br/dados-ineditos-da-serasa-experian-e-data-popular-revelam-faces-da-classe-media-que-movimentou-58-do-credito-e-injeta-r-1-trilhao-na-economia/>. Acesso em 09 de agosto de 2014.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso, mudança e hegemonia*. In: PEDRO, Emília. (ed.), *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho, 1997.

_____. *Language and power*. London: Longman, 1989.

HALLIDAY, Michael; **MATTHIESSEN**, Christian. *An introduction to Functional Grammar*. London: Arnold, 2004.

LEITOR da Folha é ultraqualificado, diz pesquisa. Folha de S. Paulo (UOL) DATAFOLHA 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/991055-leitor-da-folha-e-ultraqualificado-mostra-pesquisa.shtml>. 2011. Acesso em 01 de agosto de 2014.

MELO, I. F. *Ativismo LGBT na imprensa brasileira: Análise Crítica da representação de atores sociais na Folha de S. Paulo*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) Universidade de São Paulo, 2013.

NERI, Marcelo. C. (Coord.). *A nova classe média*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.

PEDRO, Emília. *Análise crítica do discurso*. Lisboa: Caminho, 1997.

PERISSINOTTO, Renato M. Poder: imposição ou consenso ilusório? Por um retorno a Max Weber. In: NOBRE, Renard Freire (Org). *O poder no pensamento social: dissonâncias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

PERELMAN, Chaïm; **OLBRECHTS-TYTECA**, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PIVA, Paulo. J. L. A. *A ascensão ideológica da nova classe média, os preconceitos contra o "Esquenta" de Regina Casé*. Disponível em: <http://opensadordaaldeia.blogspot.com.br/2013/03/a-ascensao-ideologica-da-nova-classe.html>, Acesso em 17 set. 2013.

POCHMANN, Márcio. *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

VAN DIJK, Teun. Semántica del discurso e ideologia. In: *Discurso e Sociedad*. Universitat Pompeu Fabra. Departamento de Traducción y Filología, v. 2 (1), 2008, p. 201-261.

_____. *News as discourse*. Hillsdale/NJ: Lawrence Erlbaum, 1987.

_____. *Prejudice in discourse: an analysis of ethnic prejudice in cognition and conversation*. Amsterdam: Benjamins, 1984.

VAN LEEUWEN, Teun. A. *Discourse and Practice: New Tools for Critical Discourse Analysis*. Oxford: University Press, 2008.

_____. A representação dos actores sociais. In: PEDRO, Emília Ribeiro (org.). *Análise Crítica do Discurso: Uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, AS, 1997, p. 169-222.

_____. Genre and field in critical discourse analysis. *Discourse & society*, v. 4, n. 2, p. 193-223, 1993.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*. Tubarão, v.4, n.esp, 2004, p.223-243.

_____. Introduction. In: WODAK, R. (Ed.). *Language, power and ideology*. Amsterdam: Benjamins, 1989. p. i-ix.

FSP, C4, 9 de dezembro de 2013 ('Rolezinho' 07/12)

Balada marcada por rede social acaba em arrastão em shopping

Pelo menos dois foram detidos após confusão com jovens em estabelecimento na zona leste

DE SÃO PAULO
DO "AGORA"

Um baile funk marcado por uma rede social terminou em arrastão, no sábado à noite, no Shopping Metrô Itaquera, zona leste de SP.

Seguranças do local pediram ajuda à Polícia Militar para dispersar milhares de jovens que se reuniam para o encontro nos corredores e no estacionamento.

Segundo a PM, parte dos jovens participou de um arrastão em uma loja, mas ninguém desse grupo foi detido.

Já o shopping afirmou que foi um "fato isolado" e que "não houve arrastão dentro do estabelecimento".

Quando a polícia chegou, muitos garotos começaram a correr. "Por onde passavam, empurravam pessoas, batiam nas lojas e nos carros. Estavam bastante agressivos", afirmou o tenente Eduardo Januário.

Segundo ele, pelo menos 10 mil pessoas estavam no local, que fica ao lado do palco de abertura da Copa de 2014.

Houve pânico e correria. Clientes se esconderam nas lojas, que fecharam as portas temendo saques. Lojistas relatam que clientes tiveram bonés, relógios e celulares levados por alguns jovens.

Durante a dispersão, a maior parte do grupo correu em direção à estação Corinthians-Itaquera.

Segundo a polícia, pelo menos duas pessoas foram detidas — uma por portar uma arma de brinquedo e outra por depredação.

Comerciantes reclamaram à reportagem que tiveram prejuízo, pois acabaram fechando mais de três horas antes do normal — às 22h.

Na página do encontro no Facebook, frequentadores do shopping e jovens que participaram do encontro comentaram o episódio.

FSP, A15, 15 de dezembro de 2013 ('Rolezinho' 14/12)

em cima da hora **cotidiano**

PM apreende 15 menores por invadirem shopping

Grupo usou rede social para agendar o encontro no Internacional Guarulhos

Novas ações estão previstas para o próximo fim de semana, o último antes do Natal

DE SÃO PAULO

A PM apreendeu ontem 15 menores no shopping Internacional de Guarulhos, na

Grande São Paulo, após lojistas do centro terem acionado a polícia com denúncias de roubo, por volta das 19h50.

Os jovens foram encaminhados ao 2º Distrito Policial da cidade, onde chegaram por volta das 21h15.

A polícia foi acionada por um funcionário de uma das lojas do shopping, que ligou para o 190. A ação foi seguida por outros comerciantes.

Até a conclusão desta edição, os jovens ainda não tinham sido liberados, segundo a assessoria de imprensa da PM, que disse ainda não ter informações sobre delitos.

Acredita-se que o grupo tenha usado o Facebook para se reunir, com evento intitulado "Encontro no Shopping Internacional de Guarulhos", organizado por usuários identificados como Jefferson

Luis e Jean Alcimar Santos. Na descrição diziam: "Se for pra roubar, pode esquecer, tem muito segurança."

Depois de terem provocado arrastão na semana passada, jovens programavam "rolezinhos" em Guarulhos e nos shoppings Aricanduva e Tatuapé, na zona leste. Novas ações foram "convocadas" para o próximo fim de semana, o último antes do Natal.

Jovens fazem mais um 'rolezinho' em SP

Grupo fez correria no shopping Interlagos, zona sul de São Paulo; é a quarta manifestação desse tipo neste mês

Na ação de ontem, três pessoas foram detidas; polícia militar monitorava evento marcado via internet

JOEL SILVA
ALEXANDRE ORRICO
DE SÃO PAULO

Mais um shopping em São Paulo foi alvo do "rolezinho" —evento combinado por meio de redes sociais em que jovens correm e tumultuam centros de compras.

Ontem, o "rolezinho" ocorreu no shopping Interlagos, na zona sul, que estava lotado, no último fim de semana antes do Natal.

Neste mês, houve a manifestação em ao menos outros três shoppings.

Desta vez, por volta das 16h, um grupo de meninas gritou "arrastão!". Começou, então, a correria, tanto dos jovens quanto dos clientes.

Os lojistas baixaram portas rapidamente e, em poucos minutos, policiais entraram e dissiparam a confusão.

Ambos estavam de prontidão, pois o encontro foi marcado publicamente pela internet. O organizador do evento escreveu que a ideia era "tumultuar, pegar geral e



Jovens parados por policiais no shopping Interlagos, na zona sul de SP, onde houve correria e lojas fecharam as portas

se divertir sem roubos". Nenhum roubo foi registrado. Nem a direção do shopping nem a polícia souberam informar quantos jovens participaram da manifestação.

Segundo policiais militares no local, três jovens foram detidos, apontados por seguranças do estabelecimento como alguns dos provocadores do tumulto.

LOJAS LOTADAS

No momento da correria, o shopping esvaziou. A loja do Burger King, por exemplo, ficou 45 minutos fechada.

Por volta das 18h, a situação já estava calma, e o shopping voltou a lotar.

Cinco carros da Polícia Militar e dois do GOE (grupo especial da polícia) permaneceram no local até o começo da noite de ontem.

Anteontem, pelo menos 200 pessoas fizeram o "rolezinho" no shopping Campo Limpo, na zona sul, que chegou a fechar parcialmente.

No dia 14, o alvo foi o shopping Internacional de Guarulhos, na Grande São Paulo. Mesmo sem crimes registrados, 23 pessoas foram detidas.

Os "rolezinhos" começaram no último dia 7, quando cerca de 6.000 jovens foram a um encontro no shopping Metrô Itaquera, zona leste.

'Rolezinho' faz shopping fechar mais cedo

Encontro foi sábado no Shopping Metrô Tucuruvi; PM estima que 400 jovens participaram

RICARDO BUNDUKY
DE SÃO PAULO

Centenas de adolescentes participaram neste fim de semana de um novo "rolezinho", encontro de jovens em shoppings de São Paulo ao som de funk, previamente marcados em redes sociais.

Desta vez, o encontro aconteceu no sábado à noite no Shopping Metrô Tucuruvi, zona norte. Assustados, lojistas baixaram as portas. O shopping fechou três horas mais cedo do que o normal, mas não há registro de roubos.

Segundo a PM, cerca de 400 jovens participaram.

"Percebi que os lojistas estavam apreensivos e vi que se tratava de um boato de arras-

tão", relatou a publicitária Cristina Vitória, 40. Segundo ela, os participantes tinham entre 12 e 16 anos.

"A maioria eram meninas que andavam nos corredores ameaçando lojas e escolhendo os artigos que possivelmente gostariam de levar. Alguns batiam palmas, outros cantavam estrofes de funk."

Policiais militares foram acionados e reforçaram a segurança do shopping.

Ciente de que o encontro aconteceria, a administração alertou previamente os lojistas. Muitos estavam com as portas semiabertas quando o grupo começou a circular. Com o início do "rolezinho", todas as lojas fecharam.

Segundo a Secretaria da Segurança Pública, uma adolescente de 16 anos teve uma fratura na perna, e um policial militar sofreu escoriações pelo corpo. As circunstâncias

em que os dois foram feridos não foram informadas.

O shopping nega que tenha havido tumulto. Afirma que "não houve por parte dos lojistas registro de arrastão, roubo ou qualquer tipo de violência na parte interna do shopping".

Nos últimos meses, foram realizados ao menos quatro "rolezinhos" em shoppings.

Os encontros têm causado grande polêmica. Lojistas e frequentadores dizem que eles causam sensação de insegurança num ambiente antes tranquilo.

Os jovens, por sua vez, dizem que os "rolezinhos" são uma forma de diversão e protesto contra a falta de opções de lazer na periferia.

“A maioria eram meninas que andavam nos corredores ameaçando lojas e escolhendo artigos que possivelmente gostariam de levar”

CRISTINA VITÓRIA, 40
publicitária

cotidiano em cima da hora

Proibido, 'rolezinho' acaba em violência

Após liminar da Justiça de SP vetar encontro em shopping, PMs e jovens entram em confronto em Itaquera

Cerca de 3.000 jovens foram ao local, diz shopping; policiais militares dispararam balas de borracha

**ANA KREPP
BRUNO POLETTI
DE SÃO PAULO**

Após decisões da Justiça que vetaram a realização de "rolezinhos" em seis shoppings do Estado, um encontro no shopping Metrô Itaquera terminou com bombas de gás e balas de borracha disparadas pela Polícia Militar na tarde de ontem.

Segundo o centro comercial, cerca de 3.000 jovens compareceram. Dois maiores de idade foram detidos, um por furto e outro por roubo, e um adolescente foi apreendido por roubo, segundo a PM.

Além do shopping de Itaquera, as liminares (decisões provisórias) beneficiaram: JK

Iguatemi e Campo Limpo, na capital; Parque D. Pedro e Iguatemi, em Campinas; e CenterVale, em São José dos Campos. Nestes, porém, não houve registro de casos de violência (leia mais abaixo).

Os "rolezinhos" são encontros que atraem centenas de jovens que entram pacificamente em centros comerciais e, uma vez lá dentro, promovem correria. O do Metrô Itaquera foi um dos quatro eventos do tipo marcados para ontem. Os outros seriam no JK Iguatemi, Campo Limpo e Arianduva, mas não ocorreram.

O ato no Metrô Itaquera começou de forma tranquila. Os primeiros jovens chegaram por volta das 17h. "Só vim aqui encontrar umas 'mina' e dar beijo na boca", disse Rodney Batista, 20.

PMs, seguranças e oficiais de Justiça revistaram jovens que chegavam em grupos. Aqueles com mais de 18 anos tiveram os dados anotados e receberam uma cópia da limi-



Confusão na escada rolante do shopping Metrô Itaquera, onde jovens fizeram 'rolezinho'

nar, que determina multa de R\$ 10 mil a quem fosse identificado causando tumulto. A maior parte, porém, era adolescente. Foram entregues cerca de 30 cópias da liminar, segundo a PM.

Com a entrada dos jovens

no centro comercial, os corredores foram ficando lotados. De forma repentina, alguns grupos começaram a correr e gritar: "Óôôôô". Outros faziam barulho com os pés.

A situação assustou frequentadores e chamou a

atenção dos policiais. Um deles usou cassetete para dispersar um grupo.

Com o aumento da correria, lojistas fecharam as portas, e as entradas do shopping foram bloqueadas. Uma funcionária passou mal e foi

atendida pelos bombeiros. Segundo o shopping, não foram registrados casos de feridos na noite de ontem.

TUMULTO

"Esses moleques não têm educação de gente. Animal tem que tratar como animal, não tô nem aí se derem borrachada", disse Adenizélia Maria da Silva, 49, que fazia compras e ficou presa dentro da Magazine Luiza com o neto de um ano e nove meses.

Os jovens começaram a sair do shopping, mas mesmo do lado de fora foram alvo de bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha.

A PM disse que as medidas de repressão foram necessárias "devido ao tumulto".

A Folha presenciou um policial segurando um jovem pelo pescoço.

Por volta das 19h, a situação já havia voltado ao normal. Outro "rolezinho" está marcado no mesmo shopping para o próximo sábado.

Classe média dá mais atenção hoje a marcas e qualidade de produtos

Estudo segmenta quatro diferentes perfis desses consumidores, que somam 108 milhões e movimentaram R\$ 1,17 trilhão em 2013

**CLAUDIA ROLLI
DE SÃO PAULO**

A classe média brasileira, formada por 108 milhões de consumidores que movimentaram R\$ 1,17 trilhão em 2013, dá mais valor a marca, preço e qualidade do que consome hoje em relação há um ano.

Sete em cada dez se preocupam mais com qualidade e preço, 57% deles dão mais atenção às marcas e 51% pesquisam mais preços hoje.

O consumo nessa faixa cresceu 6,4% (descontada a inflação) em relação a 2012. Comportamentos como esses foram revelados no estudo "Fases da Classe Média", feito pela Serasa Experian e pelo Data Populair, que mapeou os diferentes perfis de consumidores da classe C.

Estão nessa faixa famílias com renda per capita de R\$ 320 a R\$ 1.120, segundo critérios estabelecidos pelo gover-

no. De cada R\$ 100 gastos nessa classe, R\$ 46 foram no Sudeste, onde está a maior concentração desses consumidores. A classe C movimentou 58% do crédito no Brasil.

"Se esse contingente de pessoas formasse um país, ocuparia o 18º lugar no ranking das 20 nações com maior consumo do mundo", disse Ricardo Loureiro, presidente da Serasa Experian.

A previsão é que a classe média chegue a 125 milhões em 2023, ou 58% da população. Hoje, representa 54%.

"É uma classe que não pode ser entendida e tratada de uma só forma", diz Renato Meirelles, do Data Populair.

O estudo segmenta esses consumidores em quatro grupos com comportamentos distintos: batalhadores (39%), experientes (26%), promissores (19%) e empreendedores (16%).

Quanto mais experiente es-

se consumidor, mais propenso está a optar por qualidade e preço. Esse grupo é formado em sua maior parte por autônomos, com hábitos mais conservadores e ensino fundamental completo.

No grupo de "empreendedores" estão os que dão mais valor a marcas, valorizam a política do "faça você mesmo" e acessam mais a internet. "É como se fosse a classe A da classe C", disse.

Entre os "batalhadores", o que ganha destaque na hora de consumir é o preço e a relação "custo-benefício". Trabalham com carteira assinada, parcelam as compras e estudam para prosperar.

Os "promissores" consideram mais a marca do que o preço. São mais inexperientes com o crédito (metade já passou por descontrolado financeiro) e estão mais próximos aos jovens que integram a turma do chamado "rolezinho".

Abstract: *The aim of this work is to analyze some news about “rolezinhos” (hang outs scheduled on the internet by teenagers) from a printed newspaper in daily circulation within the São Paulo city called Folha de S. Paulo. The hang outs happened in the period of December, 2013 and the beginning of 2014 in Brazil and were chosen as a theme to study because we are checking an overall context about the new middle class actors representation in this print media which includes the teenagers from the suburbs that organized these meetings. To achieve our end, this work is based on theoretical perspectives dealing with the link between speech and ideology and its discursive nature, the persuasive strategies and their effects on the journalistic and official speeches (VAN DIJK, 1984,1987, 2008; FAIRCLOUGH, 1989, 1997; WODAK, 1989, 2004) and, also, on how the production of the journalistic printed speech works and represents the social actors in the Brazilian current social context (VAN LEUWEN, 1993, 2008).*

Keywords: *Folha de S. Paulo; newspaper; critical discourse analysis; new middle class; hang outs.*

ENGAJAMENTO E POLEMICIDADE: UM ESTUDO DA CONTRAÇÃO DIALÓGICA NOS DEBATES EM REDES SOCIAIS

Rafael Henrique de Lima FULANETTI¹

Resumo: *As redes sociais têm se tornado um importante canal de informação e de formação de opinião na contemporaneidade, viabilizando aos atores sociais a possibilidade de se auto-representarem numa arena discursiva em que ideologias, estilos e gêneros estão em constante embate. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é descrever e analisar, a partir de pressupostos teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional (MARTIN & WHITE, 2005), no âmbito da Avaliatividade (MARTIN & WHITE, 2005; GONÇALVES SEGUNDO, 2011; 2012), como a contração dialógica contribui para a estruturação da polemicidade na dinâmica interacional em debates ocorridos em redes sociais na internet, buscando apreender padrões de recursos linguístico-discursivos pertinentes instanciados nessa prática. Para isso, examinar-se-á um corpus composto por comentários em uma publicação da página da Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos (ATEA) no Facebook.*

Palavras-chave: *avaliatividade; polemicidade; contração dialógica; redes sociais; internet.*

1. Introdução

O advento da internet proporcionou grandes mudanças para a sociedade, como a possibilidade de amplificação da expressão do cidadão, de auto-representação massiva, além de viabilizar uma maior disponibilidade de material simbólico para a constituição da(s) identidade(s) para o cidadão comum. Assim, atores podem intera-

¹ Discente de graduação da Universidade de São Paulo, com realização de pesquisa de Iniciação Científica sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves Segundo. E-mail: rafael.fulanetti@gmail.com.

gir, debater e formar opiniões. Nesse sentido, buscar compreender essa nova dinâmica comunicativa consiste em um imperativo para os estudos linguísticos e discursivos contemporâneos. Assim, busca-se, neste trabalho, analisar a dinâmica interacional promovida pelos internautas a partir de alguns comentários selecionados relativos a uma postagem da ATEA - Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos - em sua página na rede social *Facebook*, com foco na depreensão da estrutura da polemicidade.

Deste modo, utilizar-se-ão, especialmente, a Teoria da Avaliatividade (MARTIN & WHITE, 2005) e os conceitos adotados nos estudos sobre rede sociais (RECUERO, 2009) para descrever e analisar como a contração dialógica auxilia a estruturação da polemicidade nesses debates, promovendo, por um lado, a anulação de alternativas de representação da realidade e, por outro lado, a imposição de concordância em relação a uma dada concepção da realidade.

2. A Teoria da Avaliatividade

Esta teoria refere-se ao interpessoal na linguagem, isto é, “à presença subjetiva de escritores/falantes nos textos ao adotarem um posicionamento diante tanto do material que apresentam quanto daqueles com quem eles se comunicam” (MARTIN & WHITE, 2005, p. 01). Tais conceitos estão ligados às ideias da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004), que propõe que os recursos interpessoais possibilitam ao indivíduo tanto expressar seus posicionamentos e julgamentos quanto influenciar o comportamento e as atitudes de outrem.

Para a Teoria da Avaliatividade, são importantes os conceitos de poder e solidariedade. Baseado em Poynton (1985), Gonçalves Segundo (2012, p. 211) afirma que poder está “relacionado à reciprocidade de escolhas — ou seja, à construção de igualdade/desigualdade no acesso e na possibilidade de escolher ou decidir”, ao passo que a solidariedade se refere “tanto à disponibilidade maior ou menor de significados para troca numa interação quanto à maior ou menor explicitação desses mesmos significados”.

Desse modo, para marcar a intensidade das relações de poder e/ou solidariedade entre os interlocutores de uma prática discursiva, a teoria propõe três categorias. A primeira delas é a *gradação*, que consiste na rede de recursos que possibilita aos escritores/falantes maximizarem ou minimizarem a força ou o foco de suas proposições e propostas. A próxima categoria é a *atitude*, que diz respeito aos significados derivados da avaliação positiva ou negativa de estados de coisas, entidades e acontecimentos segundo a perspectiva autoral. Por fim, há o *engajamento*, que se configura no sistema que permite à voz autoral posicionar-se em relação a seus enunciados e aos outros atores sociais envolvidos na interação. Dessa forma, todo enunciado é visto como posicionado ou atitudinal de algum modo (MARTIN & WHITE, 2005).

A noção de engajamento está intimamente ligada à noção de heteroglossia do Círculo de Bakhtin, que diz respeito ao fato de um enunciado remeter a outros:

[...] pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja. [...] Assim, o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala [...] Qualquer enunciação, por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma *fração* de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta (concernente à vida cotidiana, à literatura, ao conhecimento, à política, etc.). Mas essa comunicação verbal ininterrupta constitui, por sua vez, apenas um momento na evolução contínua, em todas as direções, de um grupo social determinado. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2004, p.123).

Nesse sentido, a análise do engajamento é realizada por meio de duas categorias: a *expansão dialógica* e a *contração dialógica*.

Na *expansão dialógica*, há o reconhecimento ou a aceitação de outras vozes e de posicionamentos alternativos nos textos. Ela subdivide-se em:

■ *Consideração/Ponderação*²: a voz autoral expõe sua proposição como uma possibilidade dentre vários posicionamentos alternativos, abrindo espaço para tolerância de outras visões da realidade. Geralmente está ligada à suposição autoral de que há uma divisão polêmica acerca de um determinado tópico. Ex: formas modais, como *poder, dever e talvez*;

■ *Atribuição*: relata e atribui a proposta/proposição a uma fonte externa. Divide-se em:

– *Reconhecimento*: a voz autoral não se posiciona em relação à proposição. Ex: verbos *dizer, falar, comentar*;

– *Distanciamento*: a voz autoral rejeita a responsabilidade pela proposição. Ex: verbos “*hearsay*” (ouvir dizer), como *alegar*.

Na *contração dialógica*, ao contrário, rejeitam-se total ou parcialmente as vozes alternativas, desafiando-as ou restringindo-as. Há também duas subcategorias:

■ *Refutação*: anulam-se vozes alternativas, ou seja, o teor da contração é maximizado. Divide-se em:

– *Negação*: anula um enunciado invocado no texto. Ex: Hoje *não* vai chover (anula o enunciado invocado “hoje vai chover”);

– *Concessão/Contra-expectativa*: gera uma expectativa para, então, negar sua aplicação a uma determinada situação. Ex: concessivas e adversativas, como “Mesmo que esteja sol, vou levar um guarda-chuva” (aqui a concessão anula a aplicação, no caso enunciado, da expectativa de que “quando está sol”, deve-se levar um guarda-chuva)

■ *Declaração/Proposição*: rejeitam-se parcialmente vozes alternativas. Divide-se em:

■ *Concordância/Expectativa Confirmada*: pressupõe um interlocutor alinhado com a posição da voz autoral, intensificando a rejeição de alternativas. Ex: expressões como *evidentemente, é claro que e é óbvio que*;

² Há oscilação na tradução dos termos utilizados para as categorias. O primeiro termo proposto segue White (2004), ao passo que o segundo segue Ninin & Barbara (2013).

- *Afirmação/Pronunciamento*: pressupõe um interlocutor resistente à proposição, ressaltando a polemicidade do enunciado explícito face aos discursos dominantes. Ex: expressões como *o fato é que, o importante é e a verdade é que*;
- *Endosso*: a voz autoral invoca uma proposição alternativa, originária de uma outra voz, toma responsabilidade por esta e a torna válida ou inegável. Ex: verbos *provar e mostrar*.

3. A dinâmica interacional nos comentários do *Facebook*

O *corpus* a ser utilizado foi coletado a partir da postagem de uma imagem na página da ATEA - Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos - no *Facebook*, rede social lançada em 2004, com sistema criado por Mark Zuckerberg. Recuero (2009, p.24) define rede social como:

[...] um conjunto de dois elementos: atores (pessoas instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais). Uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. A abordagem de rede tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões.

Deve-se levar em consideração o fato de que, na internet, os atores podem construir identidades específicas para o ciberespaço. Sendo assim, há uma falsa sensação de anonimato e segurança que parece proporcionar um contexto propício para que posicionamentos mais marcados ideologicamente sejam instanciados e isso pode facilitar que informações cuja procedência e pertinência sejam duvidosas possam ser espalhadas de forma mais generalizada.

Além disso, assume-se que, de modo geral, interlocutores, que estão em contato por um canal eletrônico, sentem-se falando, mas, pelas especificidades do meio que os põe em contato, são obrigados a escrever suas mensagens. Interagem, assim,

construindo um texto ‘falado escrito’ (HILGERT, 2000, p. 17 *apud* MODESTO, 2011, p.42). Modesto (2011) ainda ressalta que a conversação digital é um gênero emergente que está em uma linha tênue entre oralidade e escrituralidade.

Há diversas funções que são utilizadas diariamente pelos usuários da rede, como o bate-papo, a postagem de fotos, as atividades de curtir e compartilhar posts, vídeos, áudios, entre outras. Nesse espaço virtual, a interação sofre algumas mudanças. Nas publicações utilizadas nesta análise, por exemplo, há a possibilidade de fazer um comentário direto à imagem publicada ou fazer um comentário como resposta direta ao comentário de outro usuário. Além disso, outros fatores diferenciam a interação virtual das outras, tais como a não existência de pistas de interação não verbal, sendo tudo construído pela mediação do computador, e o fato de o texto poder permanecer fixado mesmo depois de o ator estar desconectado do ciberespaço, o que faz com que a interação possa ser assíncrona, isto é, a expectativa de resposta não é imediata. Isso tudo influenciará nos debates e nos conflitos instaurados nos comentários.

4. Procedimentos metodológicos

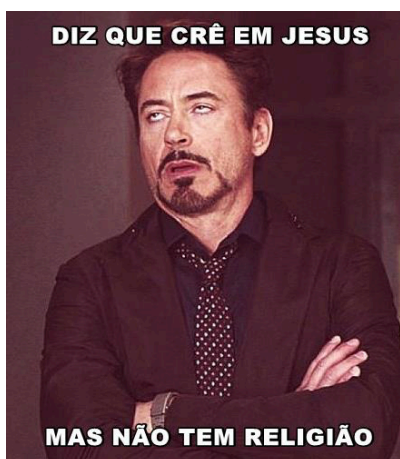
Para organização e mapeamento dos comentários, utilizou-se a plataforma livre para criação de grafos *Gephi* (BASTIAN, HEYMANN & JACOMY, 2009). Desta forma, cada comentário foi considerado como um nó no grafo e foram feitas as devidas ligações (arestas) entre eles, para que ficassem claras as interações entre determinados comentários. O *software* possibilita organizar o debate, permitindo formatar nós e arestas de acordo com o interesse do analista, de modo que se pode mudar a cor de ligações em função do tipo de comentário utilizado e aumentar o tamanho do nó em decorrência da quantidade de arestas a ele ligado. Além disso, também é possível realizar cálculos para depreender o grau de autoridade ou centralidade de certos nós-comentários como desencadeadores de núcleos de polemicidade no debate.

Por fim, adotou-se uma terminologia provisória para classificação dos comentários, de acordo com a relação entre estes. Os comentários analisados estão sendo categorizados como:

- Comentário de Aprovação (+): denota uma relação de concordância com o enunciado-fonte;
- Comentário de Desaprovação (-): denota uma relação de resistência com o enunciado-fonte;
- Comentário de Inquirição (?): denota uma relação de questionamento com o enunciado-fonte;
- Comentário Tático (!): não denota uma relação direta com outro comentário;
- Comentário Estratégico (#): denota um posicionamento misto, nem complacente, nem resistente.

5. Análise do corpus

Foram analisados os comentários da seguinte postagem da página da ATEA³ no Facebook:

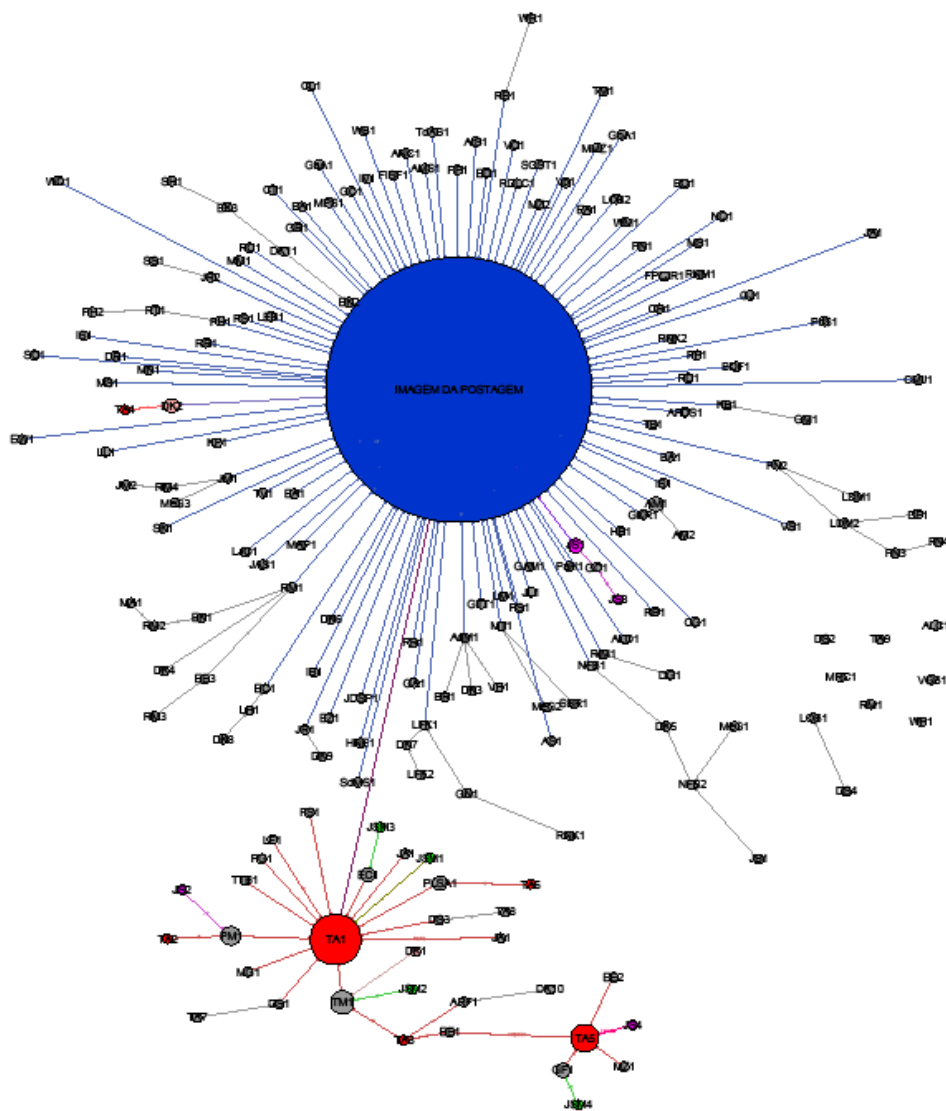


Na imagem, nota-se que a construção evidencial “Diz que” pressupõe uma adversativa que, por sua vez, implica a expectativa social “quem crê em Jesus deveria ter

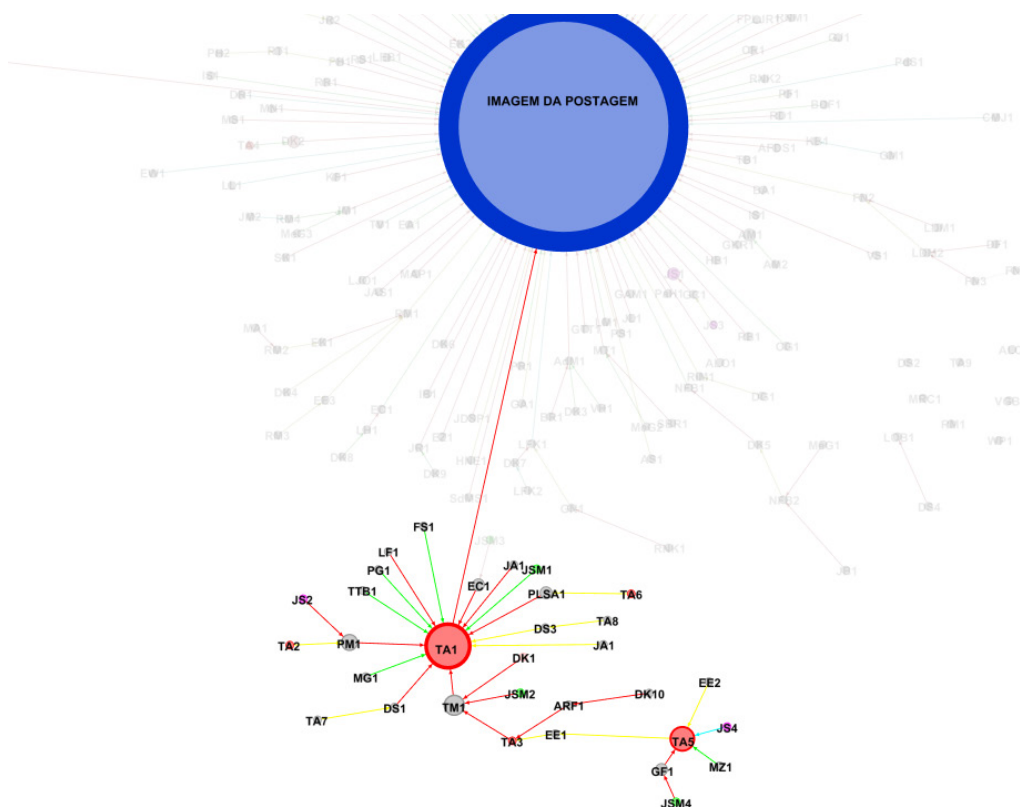
³ A ATEA - Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos - é uma entidade virtual sem fins lucrativos que “surgiu da necessidade crescente de ateus se organizarem e conta atualmente com mais de 13000 associados de todos os estados do Brasil”, segundo informações presentes na página da própria instituição (<http://www.atea.org.br>).

religião” e esta é negada logo em seguida, sendo “não ter religião” motivo ou evidência para questionar a crença. Assim, a construção coloca quem se identifica com o texto como hipócrita por ter uma atitude no plano do dizer e outra no plano do agir/ser, ou seja, trata-se de uma construção ameaçadora a um determinado grupo social. Depreende-se, portanto, que ela esboça um protótipo de cristão, em que “ter religião” pode ser visto como um comportamento esperado. Em outros termos, na visão autoral, essa relação não é dissociável e é justamente sobre essa dissociação que a polêmica será instaurada.

A seguir, há a imagem do grafo com o mapeamento de todos os comentários da postagem a ser analisada:



Optou-se por focar os comentários do núcleo mostrado a seguir, uma vez que o programa utilizado calcula o nó TA1 como de grande autoridade, isto é, com diversos outros nós se ligando a ele, sendo, portanto, central para o debate⁴:



A seguir, analisou-se cada comentário do núcleo em questão, mostrando em negrito a qual outro comentário este se liga e qual o tipo de relação, utilizando-se dos símbolos expostos na seção 4 citada anteriormente:

(TA1) – (Imagem da Postagem) isso já acho preconceito, sou agnóstico e contra a religião moderna que só existe para manipular mas não descarto a possibilidade de um Deus e de Jesus, desculpa mas essa página tbm é dos agnósticos

⁴ Vale ressaltar que o nó TA1 foi o primeiro comentário feito à postagem e, talvez, por isso, possua essa grande visibilidade e grande número de respostas, pois, quando se tem um grande número de comentários a uma postagem, o *Facebook* reduz o número de intervenções que são mostradas e as coloca em um link para “mostrar mais comentários”. Assim, parece que se tornam nós com maior potencial de debate e polêmica aqueles que são postados logo após a publicação da imagem

O primeiro comentário em resposta à postagem é produzido por TA, que começa com “isso já acho preconceito”. O “isso” referencia a postagem, que ele considera preconceituosa. O “já” instaura uma *contração dialógica* que quebra a expectativa do que ele esperava da página, deixando implícito que ele talvez concordasse com outras postagens, mas que essa o atinge. Depois, justifica a atribuição da propriedade “preconceituoso”, assim, pode-se pressupor que ele previu uma potencial expectativa social discordante. Ao justificar-se, ele faz algumas contrações, começando por dizer que a religião moderna “só” existe para manipular, deixando implícito que esta deveria existir para outras funções, o que caracteriza uma *contração por contraexpectativa*.

Na sequência, ele se utiliza de uma nova construção de *contraexpectativa*, pois ele afirma se opor à religião e, depois, emprega uma adversativa que instaura a alternativa de que “quem é contra a religião não deveria acreditar na possibilidade de Deus e Jesus”. Por fim, ele ataca a página começando com um “desculpa”, para preservar a própria face, prevendo potenciais desaprovações e aplicando outra adversativa para deixar implícito que uma página de Ateus e Agnósticos não deveria fazer esse tipo de postagem. Além disso, a utilização de “tbm” faz uma inclusão forçada para dizer que a página inclui o grupo dos agnósticos, deixando implícito que ele concebe a postagem como apenas voltada para ateus, de modo que a adversativa é orientada para a solidarização com um grupo mais amplo.

Assim, notou-se que a *contração dialógica por contraexpectativa* é predominante nesse comentário, pois o interlocutor a utilizaria para cancelar as expectativas sociais construídas pela postagem.

(JSM1) + (TA1) “Pois é, não descarto a chance de Jesus ter existido, alquimista ou não.”

Nesse comentário, JSM aprova o posicionamento de TA1. Isso é explicitado pela expressão “pois é” e pela reutilização da construção “não descarto *m*” - sendo *m* a possi-

bilidade da existência de Jesus. Além disso, ele acrescenta uma nova definição para Jesus, embora de forma não comprometida, dando a possibilidade de este ter sido alquimista.

(MG1) + (TA1) “A ATEA ta generalizando tudo....”

Nessa postagem, MG parece fazer uma crítica negativa direta à página ATEA por meio de um enunciado monoglóssico, não possibilitando, portanto, vozes alternativas. Essa avaliação caracteriza um apoio a TA1, baseado na condenação à ação reiterada problemática da ATEA.

(JA1) # (TA1) “No mágico você não pode acreditar sem bíblia mas em um Inri Cristo, nascido de uma mulher que deu uma sarradinha antes do casamento e queria não ser morta... Claro que pode ter existido esse.”

JA é estratégico e faz um comentário irônico categorizando Jesus a partir de duas perspectivas diferentes: uma no campo do mágico/maravilhoso e outra no campo do humano. Para a perspectiva do mágico, é feita uma interdição/proibição geral — “no mágico você *não* pode acreditar sem bíblia” — viabilizada pelo uso do “você” genérico, o que torna a construção autoritária. Já no plano do humano, é construída uma estrutura de *contração dialógica por concordância* com “Claro que”, de modo que se implica que o leitor/sociedade esteja alinhado com o posicionamento da voz autoral. Essa contração escopa uma expansão, “pode ter existido”, que apenas valida a possibilidade da existência do Jesus humano. Aqui, a *contração dialógica* atua de modo a rejeitar posicionamentos que sejam divergentes da visão da voz autoral.

(PM1) – (TA1) “Jesus” faz parte de uma religião

Neste post, PM discorda de TA1. Isso pode ser notado quando PM diz que “‘Jesus’ faz parte de uma religião”, retomando a fala de TA na qual este diz não acreditar em

religião, mas na possibilidade de Jesus ter existido. Desse modo, temos outra construção monoglóssica, altamente validada, que vai contra o enunciado de TA. Além disso, essa proposição nega a concepção de realidade de TA, o que permite inferir uma possível tentativa de avaliá-lo, ainda que implicitamente, como hipócrita. Esse implícito é o mesmo feito pela construção na imagem da postagem.

(TA2) # (PM1) “pode ser que sim, pode ser que não... o importante é respeitar para ser respeitado”

TA responde ao comentário PM1 com a *expansão dialógica* “pode ser que sim, pode ser que não”, que considera ambos os pontos de vista em questão. Em seguida, com “o importante é respeitar para ser respeitado”, ele faz uma *contração dialógica de declaração*, no campo da *afirmação*, ressaltando sua visão sobre o que é, de fato, relevante, restringindo o espaço de aceitação de outras possibilidades. Este comentário de TA, na verdade, parece visar nem tanto ao conteúdo de PM1, mas especialmente ao modo pelo qual se interage nas redes de debate. Ou seja, respeitar seria condição do debate e é contra a voz que vê nisso uma atitude desnecessária que ele se coloca — haveria aqui, portanto, uma contração orientada para a regulação do próprio debate.

(TM1) – (TA1) “cara se vc acredita mesmo q possa existir um Deus e Jesus como é contado pela biblia vc vai me desculpar mas vc n é agnostico. eu sou agnostico n descarto a possibilidade de Deus existir.. mas “Deus” no caso seria um criador, porem nada a ve com o q a biblia fala. Repense seus conceitos.”

TM discordaria de TA1, iniciando seu comentário com uma condicional que apresenta uma estrutura complexa, que será reconstruída na sequência:

1. Inicialmente, ter-se-ia o enunciado primitivo “Jesus e Deus existem”, no qual o posicionamento autoral demonstraria comprometimento máximo, construindo essa versão da realidade como algo plenamente aceitável (fato).

2. A essa formulação, segue-se a adjunção do evidencial “como é contado pela bíblia”, que serve como endosso para validar uma possibilidade de conceber a existência de Jesus e de Deus.

3. O acréscimo da modalidade epistêmica expande o dialogismo, gerando a construção “Jesus e Deus podem existir como é contado pela bíblia”. Assim, abrem-se duas alternativas dialógicas: a que nega a existência e a que nega o endosso.

4. Esse enunciado expandido (p) passa a ser projetado pela estrutura de crença “você acredita que p”. Assim, a estrutura descomprometida passa a ser a concepção de mundo de TA.

5. A inclusão de “mesmo”, adjunto modal, contrai o dialogismo, mostrando uma concepção da voz autoral, e não de TA, que aponta para o enfrentamento da ideia de que este realmente acredite no que dissera anteriormente, revelando teor de incredulidade.

6. Tudo isso é incorporado a uma estrutura condicional que ativa a conclusão “você não é agnóstico”. A ativação dessa conclusão está ligada à incompatibilidade entre a suposta crença de TA em relação à concepção autoral (TM) de agnosticismo.

7. O ato de fala “você vai me desculpar” antecipa e atenua uma potencial ameaça à face (BROWN & LEVINSON, 1987), tanto a negativa quanto a positiva, de TA.

8. Por fim, TM inscreve o comando “Repense seus conceitos”. Trata-se de um enunciado que tende ao autoritarismo máximo, uma vez que é realizado no modo Imperativo, instanciando caráter monoglóssico, o que visa a invalidar completamente a visão de mundo (conceitos) de TA.

Desse modo, depreende-se que TM utiliza da *contração dialógica* para anular a visão de TA e retirá-lo da categoria de agnóstico, à qual ele pertence, não aceitando os argumentos de seu antagonista para se caracterizar como tal. Assim, tem-se aqui uma disputa conceitual para definir agnosticismo.

(JSM2) – (TM1) “Eu acredito que TEM CHANCE de Jesus ter existido, assim como, outros deuses e santos de outras religiões. Por

mais que tenha muitos erros de interpretação e tradução, a bíblia ainda tem sua serventia como registro histórico.”

JSM, em resposta a TM, começa fazendo, em “Eu acredito”, uma *expansão por consideração*, tomando como escopo a possibilidade de existência de Jesus, sendo “tem chance de Jesus ter existido” outra *expansão por consideração*. Essa construção seria feita para conjecturar a possibilidade da não existência do Messias cristão. Porém, a dupla expansão acaba gerando um efeito diferenciado, revertendo o foco esperado, dando a entender que ele não acredita nesse fato. A seguir, ele faz um enunciado de justificativa por estar se confrontando com uma potencial rejeição social. Este enunciado caracteriza uma *contração dialógica por contraexpectativa*, pois a construção gera a alternativa “algo com muitos erros de interpretação e tradução não deveria ter serventia como registro histórico”, e a nega com a utilização de “por mais que” no início do complexo oracional. A *contração dialógica* seria, então, utilizada de modo a atacar a crença religiosa.

(TA3) – (TM1) “eu disse que posso acreditar sim em jesus como um humano alquimista, mas eu não acredito na biblia...”

TA, neste comentário, responde a TM1. Ele constrói seu posicionamento a partir da possível crença de que TM não compreendeu o que ele havia dito, por isso, ele inicia com “Eu disse que”, sendo esta uma estratégia de *contração*, no âmbito da *declaração: afirmação*, pois pressupõe uma discordância do interlocutor. Em sua construção ele utiliza o adjunto polar “sim” que invalida a negação de TM1 no que diz respeito ao endosso bíblico da crença.

(DK1) – (TM1) “[TM] quem tem que repensar é vc. Aliás, comece repensando seu conceito de jesus e de deus, totalmente judaico cristão. Nem td conceito de deus ou de jesus os coloca como criador, seres reais, indivíduos... abra essa sua mente... agnósticos podem ser ateus ou crentes... o agnóstico, poréwm, crê que

nada sabe com certeza e que a existência do divino não pode ser comprovada... vai estudar”

O comentário anterior desaprova o post de TM1 e responde diretamente a ele. Seu comentário é iniciado com “quem tem que repensar é vc”, um equativo temático (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004) que criaria uma relação de exclusividade entre os segmentos “quem tem que repensar” e “vc”, focando no participante a quem a voz autoral se dirige. Depois, é utilizado “comece repensado *p*”, sendo *p* as concepções de TM. Ainda adiante, é dito “abra sua mente”, o que implicaria que TM consiste em um ator social de mente fechada, ou seja, o que pode ativar um julgamento de incapacidade. Essa parte do comentário é autoritária, pois, além de invalidar as concepções de TM, a *negação* é feita por meio de ordens que ditariam o correto a se fazer. Além disso, DK recategoriza os agnósticos para corrigir a visão de TM e termina com “vai estudar”, posicionamento monoglossico no imperativo que permite inferir que falta conhecimento a seu interlocutor, o que ataca tanto a face positiva quanto negativa. Por fim, existe também um padrão de monoglossia sem polidez nesse comentário, o que contribuiria muito para a polemicidade devido ao grande autoritarismo.

(MZ1) + (TA1) “Estou contigo Tarciso, e tenho um pensamento muito claro sobre Jesus, tinha escrito isso em outro post:puxa, não sou Cristao...mas sera que alguem que falou contra a escravidão....pregou a igualdade entre homens e mulheres , alias, foi o primeiro no mundo antigo a se posicionar assim.....falou contra a tirania, valorizou o perdao e a tolerância.....sera que não merecia mais respeito.....de pessoas que assim como a minha..devem ter uma vida medíocre perto da dele....sei la.....acho que o homem Jesus...merecia respeito ate entre os ateus.....”

MZ faz um comentário complacente direto a TA1. A voz autoral diz “tenho um pensamento muito claro sobre Jesus” possivelmente para mostrar que sua explicação poderia ser facilmente entendida. A seguir, escreve “não sou cristão”, buscando se soli-

darizar com o grupo dos ateus. Após a adversativa que *quebra a expectativa* gerada pelo “não sou cristão”, ele inicia uma justificativa sobre o apoio a TA, marcada pela repetição da pergunta retórica encabeçada pelo marcador “será”, sendo esta construção uma falsa expansão, pois, na verdade, ela contrai por pressupor uma resposta específica. Além disso, ele fala sobre “vida medíocre” e se enquadra nessa categoria com “assim como a minha”, de modo a se rebaixar e mostrar humildade para potencialmente incitar que se solidarizem e concordem com seu comentário. Ainda há o simulacro de incerteza “sei lá”, que sinaliza uma tentativa de distanciamento para diminuir o comprometimento com o que irá dizer a seguir, que será “acho que o homem Jesus merecia respeito até entre os ateus”, o que mostra que, na concepção dele, ateus tendem a não respeitar Jesus. A voz autoral busca se solidarizar com TA, porém se utiliza de contrações para expor a visão dela a respeito do assunto.

(DS1) “[TA1] ser agnóstico não significa ser hipócrita, você quando diz isso está tendo uma conduta religiosa mas querendo a proteção da imparcialidade do agnosticismo... Você não pode dizer que acha a religião uma máquina de manipulação e querer separar Jesus e o Deus bíblico dessa bagagem. O cristianismo e o responsável pela estada da crença no Deus Jesus e em Jesus em nossa contemporaneidade, se você tem alguma vinculação de crença com algum desses personagens, o faça, mas sem querer se apoiar no agnosticismo para isso”

Por fim, DS faz um comentário de reprovação direto a TA1. Ele inicia com “ser agnóstico não significa ser hipócrita”. A partir dessa construção, é possível inferir que DS classifique a crença de TA como hipocrisia, uma vez que este havia dito “sou agnóstico e contra religião moderna”. DS interpreta o posicionamento de TA como uma definição para agnóstico e, por ser diferente da sua, faz uma interdição autoritária pela instanciamento da construção modal “você não pode” e, com o comentário em geral, exclui TA da sua concepção de agnosticismo. Por fim, DS se mantém autoritário ao dar uma ordem

com “o faça”, fazendo uma *contração dialógica de contraexpectativa* logo em seguida, visando a bloquear TA da possibilidade de se apoiar no agnosticismo, de forma que se pode inferir que DS concebe que o seu antagonista não teria esse direito, pois ele não se enquadraria na “verdadeira” concepção de agnóstico.

6. Considerações finais

Este artigo visou analisar a dinâmica interacional promovida pelos internautas em comentários no *Facebook*, a fim de depreender como a contração dialógica contribui para a polemicidade nesses debates. Iniciou-se pela exposição teórica da Teoria da Avaliabilidade e dos conceitos a respeito da internet de Recuero (2009). Por fim, procedeu-se a análise do principal núcleo de polemicidade decorrente do post da ATEA.

A polemicidade nos comentários mostrou-se ligada à tentativa de imposição de visão de mundo por parte de alguns interlocutores, enquanto outros se mostravam resistentes a isso. As principais discussões estavam vinculadas a duas questões principais:

- O público-alvo da postagem e sua adequação aos ideais da instituição.
- A definição do que seria agnóstico.

Além disso, verificou-se a predominância de comentários de desaprovação, o que revela traços de autoritarismo e conflito no debate, com contínuas ameaças às faces dos participantes. Curiosamente, mesmo os comentários voltados a apoiar o ponto de vista de algum participante orientam-se pela desaprovação do participante discordante, apenas indiretamente entrando em complacência com o outro, o que ressalta o foco polêmico desse tipo de interação.

Por fim, a contração dialógica parece atuar em dois eixos para a construção da polemicidade. Em um primeiro eixo, ela é utilizada para rejeitar posicionamentos alternativos, de modo a construir uma versão autoritária da realidade. No outro eixo, ela é

utilizada para rejeitar visões intolerantes da realidade, construindo solidarização com grupos de visão alternativa.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail/**VOLOSHINOV**, V. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 11.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BASTIAN, M.; **HEYMANN**, S.; **JACOMY**, M. Gephi: An Open Source Software for Exploring and Manipulating Networks. *Proceedings of the Third International ICWSM Conference*, 2009. Disponível em: <<http://www.aaai.org/ocs/index.php/ICWSM/09/paper/view/154>>

BROWN, Penelope & Levinson, Stephen C. *Politeness: some universals in language use*. Cambridge University press, 1987.

GONÇALVES SEGUNDO, Paulo Roberto. *Tradição, dinamicidade e estabilidade nas práticas discursivas: um estudo da negociação intersubjetiva na imprensa paulistana*. São Paulo, 2011, 447p. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

GONÇALVES SEGUNDO, Paulo Roberto. “Moda é dureza”: a construção discursiva do consumismo juvenil como compulsão em reportagem do *Folhateen*. In: MELO, Iran Ferreira de (org.) *Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática*, p. 203-237. Campinas: Pontes, 2012

HALLIDAY, Michael & **MATTHIESSEN**, Christian. *Introduction to Functional Grammar*. 3.ed. London: Hodder Arnold, 2004.

HILGERT, José Gaston. A construção do texto “falado” por escrito: a conversação na Internet. In: PRETI, Dino (org.). *Fala e escrita em questão*. São Paulo: Humanitas, 2000.

MARTIN, James & **WHITE**, Peter. *The language of evaluation: appraisal in English*. New York/Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.

MELO, Iran Ferreira (org.). *Introdução aos Estudos Críticos do Discurso: Teoria e Prática*. Campinas: Pontes, 2012.

MODESTO, Artaxerxes Tiago Tacito. *Processos interacionais na internet: Análise da Conversação Digital*. São Paulo, 2011. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) [2] Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

NININ, Maria Otília Guimarães; BARBARA, Leila (2013). Engajamento na perspectiva lingüística sistémico-funcional em trabalhos de conclusão de curso de Letras. *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas, n. 52 (1), jan/jul, 2012, p. 127-146.

POYNTON, Cate. *Language and Gender: Making the Difference*. Geelong, Vic: Deakin University Press, 1985.

RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009

WHITE, Peter. Valoração [2] a linguagem da avaliação e da perspectiva. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 178-205, 2004.

Abstract: *Social networks have become an important channel of information and opinion formation in contemporary society, granting social actors the opportunity to represent themselves in a discursive arena in which ideologies, styles and genres are in constant clash. In this sense, the aim of this paper is to describe and analyze, based upon the theoretical assumptions from Systemic Functional Linguistics (Martin & White, 2005) and from the Appraisal Theory (Martin & White, 2005; Gonçalves Segundo, 2011, 2012), how dialogic contraction contributes to the structuring of polemicity in the interactional dynamics occurring on the debates in virtual social networks, trying to infer patterns of relevant linguistic and discursive resources instantiated in this practice.. In order to do so, a corpus composed of comments on publications of the Brazilian Association of Atheists and Agnostics (ATEA) Facebook page was examined.*

Keywords: *appraisal; polemicity; dialogic contraction; social networks. Internet.*

O TRATAMENTO DOS IDIOTISMOS NA GRAMÁTICA DE D. JERONYMO CONTADOR DE ARGOTE - *REGRAS DA LINGUA PORTUGUEZA, ESPELHO DA LINGUA LATINA* (1725)

Raquel do Nascimento MARQUES¹

Resumo: *Este trabalho se fundamenta no conceito de gramatização (AUROUX, 1992), e tem por objetivo identificar e analisar, ainda que sucintamente, os idiotismos presentes na segunda edição (1725) das Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina de autoria de D. Jeronymo Contador de Argote. Apesar de afirmar que “a presente Grammatica he Portugueza no nome, nas palavras, e nas regras; porém no intento, e effeyto, para que se compoz, he Latina”, Argote não se negou a mostrar o que era próprio de sua língua, pois elabora um capítulo intitulado “Dos Idiotismos” em que, pela descrição feita, o estudioso poderia conhecer as particularidades da língua portuguesa. A escolha deste tema retirado da obra de Contador de Argote (1725) justifica-se pelo fato de esta gramática abordar peculiaridades do português, os chamados idiotismos, interpretados como diferenciais entre as duas línguas (latim e português) no sentido de regras da língua.*

Palavras-chave: *gramatização, Argote, gramática, língua portuguesa, idiotismos.*

1. Introdução

Publicada numa época em que o latim era, ainda, considerado como a língua de cultura em toda a Europa, a gramática intitulada *Regras da língua portuguesa espelho da língua latina ou disposição para facilitar o ensino da língua Latina pelas regras da*

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Marli Quadros Leite. Bolsista CAPES. E-mail: raquel.ntomarques@gmail.com.

Portuguesa de autoria de D. Jeronymo Contador de Argote tinha fins pedagógicos e destinava-se, como exposto no subtítulo do livro, a facilitar o ensino do latim pelas regras do português.

Apesar de afirmar, no prólogo, que “a presente Grammatica he Portuguesa no nome, nas palavras, e nas regras; porèm no intento, e effeyto, para que se compoz, he Latina”, Argote não se negou a mostrar o que era próprio de sua língua, pois elabora um capítulo intitulado *Dos Idiotismos* em que, pela descrição feita, o estudioso poderia conhecer as particularidades da língua portuguesa.

A escolha deste tema retirado da obra de Contador de Argote (1725) justifica-se pelo fato de esta gramática abordar peculiaridades do português, os chamados *idiotismos*, interpretados como diferenciais entre as duas línguas (latim e português) no sentido de regras da língua.

Este trabalho se fundamenta no conceito de *gramatização* (AUROUX, 1992), e tem por objetivo identificar e analisar, ainda que sucintamente, os *idiotismos* presentes na segunda edição (1725) das *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*.

Segundo Auroux (1992, p.8, 9), por gramatização deve-se entender o processo que conduz a produzir gramáticas de todas as línguas do mundo na base da tradição greco-latina. Ainda conforme Auroux, a gramatização das línguas começou a se intensificar a partir do Renascimento Europeu e é considerada a segunda revolução técnico-linguística com efeito semelhante ao produzido pela Revolução Industrial no mundo Ocidental.

2. O autor e a obra

Natural de Colares, D. Jeronymo Contador de Argote nasceu em 1676 e faleceu em 1749, no Convento dos Caetanos, em Lisboa. Era filho do jurista e desembargador da Casa da Suplicação Luiz Contador de Argote e de D. Maria Josefa Lobo da Gama Maldonado, de família nobre.

Segundo Moura (2008, p. 110-111), Argote iniciou seus estudos na cidade do

Porto, mas foi em Lisboa, no colégio de S. Francisco Xavier, que se dedicou aos estudos escolásticos, estudando latim com os padres jesuítas. Ainda segundo Moura,

aos 12 anos tornou-se Clérigo Regular Teatino na Casa de Nossa Senhora da Divina Providência de Entre Douro e Minho, mas por razões de saúde, regressou a Lisboa em 1715. Nesta cidade, desenvolveu e aprofundou seus conhecimentos sobre a língua latina, grega, francesa e italiana. Dedicou-se ao estudo da história sagrada e profana, ao mesmo tempo que se aplicou ao estudo da geografia[...]. Figura proeminente da primeira geração de ilustrados portugueses, Argote frequentou ainda o círculo ericeirence, valorizando a perspectiva racional e experimental dos autores modernos. Foi aluno da Academia Real de História, instituída no Palácio do Conde da Ericeira[...]. Também foi nomeado pelo rei D. João V para escrever as Memórias do arcebispado de Braga, com quatro tomos, publicados entre 1732 e 1747. Autor polígrafo, continuou a aprofundar seus estudos ao longo de sua vida, e embora a maior parte de seus trabalhos aponte para o estudo de temas ligados à sua vida sacerdotal, destacam-se a publicação de duas edições de as Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina (MOURA, 2008, p. 110-111).

A gramática de D. Jeronymo Contador de Argote teve duas edições. A primeira edição de 1721 foi escrita sob o pseudônimo de Pe. Caetano Maldonado da Gama. O uso do nome próprio Caetano justifica-se, segundo Kemmler (2012, p.82-83), pelo fato de Argote pertencer à ordem dos Clérigos Regulares de São Caetano de Thiene. Quanto aos sobrenomes, estes pertencem a mãe do gramático. Na segunda edição de 1725, “muito acrescentada e correcta”, Argote assume sua autoria. Enquanto a primeira edição é organizada em três partes, a segunda é feita em quatro partes, acrescentando-se, assim, além de mais dois capítulos à terceira parte, uma quarta parte e um tratado de ortografia da língua portuguesa. Segue-se a este o índice com os capítulos da gramática. Argote dedica a primeira parte, com onze capítulos, à morfologia; a segunda, com oito capítulos

à sintaxe; a terceira, com sete capítulos, à sintaxe figurada; a quarta, com três capítulos, à variação linguística e o tratado de ortografia é, também, organizado em três capítulos.

3. Dos idiotismos²

D. Jerônimo Contador de Argote trata das características do português no capítulo V da terceira parte das Regras. São nove os tipos³ de *idiotismos* apresentados por Argote nesta segunda edição (1725): o primeiro, sobre o artigo; o segundo, sobre as declinações dos nomes e as terminações dos casos; o terceiro, sobre a ausência de plural dos pronomes demonstrativos isto, isso, aquilo e do adjetivo tudo; o quarto, sobre os verbos: vozes verbais, tempos compostos ativos, infinitivos, gerúndio, participípios ativos; o quinto sobre os advérbios, preposições e conjunções; o sexto sobre a sintaxe de concordância; o sétimo sobre a regência dos casos: regência dos nominativos, nominativo absoluto, regência dos acusativos; o oitavo sobre a significação das palavras; e o nono sobre linguagem figurada.

Além de apresentar e dar exemplos dos *idiotismos*, Contador de Argote também os explica, embora sucintamente, como se pode observar na citação abaixo.

Dos Idiotismos

Mestre. Que cousa he Idiotismo?

D. He o modo particular de fallar de alguma lingua.

M. E que cousa he Idiotismo da lingua Portugueza?

D. He o modo de fallar da lingua Portugueza particular de tal lingua.

M. E neste Capitulo, que entendeis pela palavra Idiotismo?

D. Entendo todos os modos, e termos de fallar da lingua Portugueza, que não tem conveniência, ou semelhança com a Grammatica Latina, ainda que os taes modos de fallar da lingua

² Apresentamos, como trabalho final da disciplina Crítica Textual: Edição de Textos Literários em Língua Portuguesa, ministrada pelo Prof. Dr. Manoel Mourivaldo, a parte descritiva material das duas edições da gramática de Argote.

³ Casta. Gênero, espécie &c.

Portuguesa se achem na Grammatica de outras linguas vulgares, assim como na Castelhana, Italiana, &c. (ARGOTE, 1725, p.258).

Observa-se, pela citação exposta, que o gramático já havia concebido o *idiotismo* como o que era característico de uma língua vulgar e, no caso, do que era característico da língua portuguesa. Observa-se, também, o modo de apresentação do texto da gramática: no formato de diálogo. Esta escolha de Argote deve-se ao objetivo pedagógico da obra. Segundo Kemmler (2012, p. 93),

o próprio método dialogístico⁴ escolhido para ambas as edições da gramática de Argote, levam a crer que a obra em questão possa ter as suas raízes numa gramática desse gênero que tenha sido dedicada ao latim como as restantes fontes do gramático.

Para Leite (2011, p. 668),

o texto das Regras de Argote apresenta-se na forma de diálogo, à moda dos socráticos, em que “conversam” o Mestre (M.) e o Discípulo (D.), estando o mestre no papel de inquiridor, como Sócrates, para levar o discípulo a refletir e encontrar as respostas sobre os temas gramaticais a respeito dos quais falam.

Argote, depois de conceituar *idiotismo*, logo no início do quinto capítulo, trata dos artigos. Nesta edição (1725), observa-se que o autor consegue visualizar a gramática da Língua Portuguesa, tratando de morfologia, sintaxe e semântica, ainda que de forma bastante reduzida.

O primeiro tipo apresentado e que é inserido na morfologia diz respeito aos artigos.

⁴ Conforme explica Kemmler (2012, p.93), Schäfer-Prieß (2000: 19-20, apud Kemmler, 2012, p.93) usa o termo *Dialogform* e diz que este tipo de diálogo se encontra em Donato, bem como em vários gramáticos modernos como Perrotto, Bembo, Valdés e Sciopio.

3. 1 Artigos

D. Ha Idiotismos quanto aos artigos.

M. Porque?

D. Porque na lingua Portugueza os nomes commummente antes de si levão o seu artigo, e no Latim poucas vezes. (ARGOTE, 1725, p. 259)

Na primeira parte da gramática, segundo explica o próprio autor, é pelo uso que se reconhece quando se deve ou não adotar o artigo. Se não é sempre que o artigo antecede o nome, e isso se reconhece pelo uso é porque esta regra, ainda, não havia sido gramatizada. A este respeito Argote segue a doutrina de Oliveira, que, em 1536, afirma que os artigos são usados para distinguir o gênero dos nomes e que o uso da língua é o responsável por mudar isso.

O segundo tipo, também inserido na morfologia, diz respeito às declinações dos nomes e as terminações dos casos. Na segunda edição, lê-se:

3. 2 Declinações dos nomes e as terminações dos casos

D. Ha Idiotismos quanto às declinações dos nomes, e quanto às terminações dos casos.

M. Porque?

D. Porque na lingua Portugueza só há duas declinaçoens [...] e no Latim ha cinco. E porque na lingua Portugueza todos os casos tem a terminação do nominativo, e no Latim muytos casos não tem diversa terminação do nominativo (ARGOTE, 1725, p. 259).

Segundo Argote as duas declinações existentes na língua portuguesa são “as dos nomes, que antes de si tem no Nominativo o artigo O, e as dos nomes, que no Nominativo tem antes de si o artigo A” (ARGOTE, 1725, p. 9) e todos os casos tem a terminação do nominativo em o, a, os, as. Ao falar das declinações dos nomes e terminações

dos casos, Contador de Argote segue, mais uma vez, a lição de Oliveira (1535, p. 64), pois, segundo consta em sua gramática “os nomes se declinam em generos e numeros: em genero como moço, moça; e em numeros, como moço e moços, moça e moças.”, e que “os artigos, junto aos nomes declaram seus casos, assim como o latim e o grego, mas com mais facilidade, brevidade e clareza”.

A terceira “casta” de idiotismos apresentada por Argote, diz respeito à ausência de plural dos pronomes demonstrativos isto, isso, aquilo e do adjetivo indefinido tudo.

3. 3 Ausência de plural dos pronomes demonstrativos isto, isso, aquilo e do adjetivo indefinido tudo

D. Ha Idiotismos nos pronomes *Isto, Isso, Aquillo*, e no adjectivo *Tudo*, que signifcaõ por hum modo especial, e não tem plural.

M. Explicay isto.

D. *Pedro tudo quer para si*. Nesta Oraçaõ o adjectivo *Tudo* significa por hum modo particular, porque significa muitas cousas, e vai o mesmo que se disseramos *Pedro todas as cousas quer para si*; e ao mesmo tempo he singular, e parece não tem substantivo, com quem concorde. E advirta-se que há muyta differença entre o adjectivo *Todo* substantivado, e o adjectivo *Tudo*, porque dizemos v.g. *Este palacio visto por partes não parece perfeyto*, e não podemos dizer *Visto o tudo delle* (ARGOTE, 1725, p.260, grifo do autor).

Segundo consta da primeira parte da gramática, Contador de Argote afirma que os pronomes demonstrativos isto, isso, aquilo tem declinação particular e não tem plural. O autor, também, aponta uma diferença entre o adjetivo *todo* substantivado e o adjetivo indefinido *tudo*. Observa-se que os dois são indefinidos e que a diferença entre ambos está no fato de sendo o primeiro variável, pluraliza; enquanto o segundo, por ser invariável, não possui marca de plural.

Os verbos pertencem à quarta “casta” de idiotismos apresentada por Argote.

Também inseridos na morfologia, eles dizem respeito não só ao emprego das vozes verbais, como ao emprego dos tempos e modos verbais:

3. 4 Verbos

3. 4. 1 Vozes Verbais

M. E ha tambem Idiotismos nos Verbos?

D. Sim.

M. Quaes são?

D. Primeiramente ha Idiotismo nas vozes dos verbos.

M. Porque?

D. Porque os Verbos no Latim só tem duas vozes, activa, e passiva, e na lingua Portugueza tem quase três vozes.

M. Quaes são?

D. Voz activa, passiva, e reciproca, que he hum modo de significar quase como da lingua Portugueza. Como se fosse outra voz.

M. Que cousa he essa voz, a que chamais reciproca?

D. He quando o Verbo significa de sorte, que mostra que a acção, ou significação do Verbo sahe, e torna para a mesma pessoa.

M. Dizey exemplos.

D. Eu ferime [...].(ARGOTE, 1725, P. 260, 261)

Ao tratar das vozes verbais, o gramático segue a lição de João de Barros e Amaro de Roboredo, porque ambos já haviam estudado a voz recíproca. Em João de Barros, lê-se:

Nós nam temos estes vérbos,⁵ mas, quando falámos per este módo, tomámos o vérho em a terceira pessoa do número singular e este pronome da terçeira pessoa, *se*, e, reçiprocando, dizemos: No paço *se* pragueja fôrtemente. (JOÃO DE BARROS, 1640, p. 327, grifo do autor)

Segundo Roboredo,

⁵ Verbos passivos.

para supirmos esta falta, & interpretarmos os tempos de outras linguas, usamos hum rodeio de terceiras pessoas passivas feito das activas, & do Accusativo, Se, como movia se, movera se, elle se movesse, mova se &c. Por este rodeio se significa, ou o mesmo agente do verbo, que redobra sobre si, ou outro em commum, & confuso, que responde aos Impessoaes dos Grammaticos[...]. Também estes Accusativos, Me, Te, iuntos aas primeiras, & segundas pessoas fazem o mesmo rodeio de passiva de agente, que reciproca sobre si [...]; como Eu me movia, tu te vestias &c. (ROBOREDO, 1619, p. 32, grifo do autor).

Vimos que ambos os autores reconhecem o uso da voz reflexiva, todavia João de Barros confunde-a com a voz passiva, pelo que consta do exemplo citado; Roboredo, ao contrário, demonstra bastante entendimento ao tratar da voz reflexiva, porque a explica e exemplifica claramente. Enquanto Argote vai além, pois reconhece a diferença entre ambas. Para o gramático, é possível reconhecê-la observando onde nasce a ação ou significação do verbo:

M. E como se conhece se a particula *Se* faz o Verbo passivo, ou reciproco?

D. Conhece-se desta sorte. Attenta-se donde nasce a acção, ou significação do Verbo, e se nasce do nome que está na Oração em nominativo, está o Verbo reciprocado; porém se nasce de nome, que está em accusativo co a preposição *Por*, ou Ablativo com preposição, está o Verbo na voz passiva.

M. Dizey exemplo.

D. *Pedro pintava se neste paynel.* Nesta oração a acção de pintar nasce de Pedro, que está em nominativo, e assim o Verbo *Pintava* está reciprocado. Ao contrário nesta oração *Pedro pintava se neste paynel pelo seu mestre.* Nesta oração a acção de pintar nasce, e sahe do Mestre que está em accusativo com a preposição *Por*, ou *Pelo*, e assim mostra que o Verbo *Pintava* com a particula *Se* está passivo (ARGOTE, 1725, p. 263-264, grifo do autor).

Argote, então, finaliza esta “casta” de *idiotismos*:

M. Muyto embaraçada he a Grammatica dos Verbos reciproca-
dos.

D. Sim, e por isso, e porque discorda muyto da Latina, se não
deve ensinar aos meninos (ARGOTE, 1725, p. 264).

Essa passagem revela como o assunto ainda era de difícil compreensão para os estudiosos da época.

Ainda sobre os verbos, Contador de Argote aponta *idiotismos* nos tempos compostos ativos, em que leva o discípulo a justificar o uso do pretérito perfeito composto do verbo *amar*, conforme já havia explicado no momento em que tratou das regras gerais, da gramática, válidas para o português e para o latim:

3. 4. 2 Tempos compostos ativos

M. E porque só puzestes o Preterito perfeyto composto: *Eu tenho amado*, e não puzestes também outro composto, que he *Eu tive amado*?

D. Porque nesta Grammatica quer Um que eu responda ajustando a conformidade do Portuguez com o Latim, para assim se facilitarem os meninos pelas regras da lingua Portugueza, a aprenderem as regras, e uso da lingua Latina, e estes Preteritos compostos activos não os ha no Latim, além de que os mais usados no Portuguez são sòmente os que tenho dito (ARGOTE, 1725, p. 87, grifo do autor).

Neste trecho, embora não o tenha feito no capítulo específico em que trata dos *idiotismos*, o gramático reconhece uma característica particular da língua portuguesa. Argote refere-se aos pretéritos compostos ativos, mais especificamente ao pretérito perfeito composto, e justifica sua escolha pela ausência, no latim, de tais tempos verbais e pela necessidade de ajustamento entre o português e o latim.

Argote aponta, também, como uma particularidade do português o infinitivo pessoal.

M. Continuay os Idiotismos.

D. Ha Idiotismos tambem no Infinitivo, porque na lingua Portugueza o Verbo no Infinitivo serve naõ só de nome, mas tem tempos, numeros, e pessoas, e no Latim o Infinitivo, posto que sirva de nome, com tudo nunca tem artigo, números, nem pessoas.

M. Dizey exemplo.

D. *O eu ler a miude me faz mal aos olhos. O tu leres a miude te faz mal aos olhos. O elle ler a miude, &c. O nós lermos a miude, &c. O vós lerdes a miude, &c. O elles lerem a miude, &c.* Nas quaes Oraçoen o Verbo Ler, Leres, &c está no Infinitivo, tem artigo, pessoas, e numeros. Da mesma sorte podemos dizer no tempo preterito. *O eu ter lido a miude, o tu teres lido a miude, &c.* Da mesma sorte no tempo futuro. *O eu haver de ler a miude. O tu haveres de ler a miude, &c.* (ARGOTE, 1725, p. 266, grifo do autor)

É possível observar que Contador de Argote segue a lição de Amaro de Robredo uma vez que ele, no *Methodo Grammatical para todas as linguas* (1619, p.33), já havia reconhecido a existência do infinitivo pessoal: “Tem finalmente a portuguesa hum Infinitivo que o uso corrompendo fez pessoal & delle carecem as linguas, de que tenho noticia [...]”.

Outra particularidade do português apontada por Argote diz respeito ao gerúndio.

3. 4. 3 Gerúndio

D. Porque na lingua Portugueza só ha hum Gerundio, que he o Gerundio em *Do*, assim como *Amando*, e no Latim ha tres Gerundios, hum em *Di*, outro em *Do*, outro em *Dam* [...] (ARGOTE, 1725, p. 268, grifo do autor).

Ao falar de gerúndio, Argote segue a lição de Fernão de Oliveira (1535, p.73) quando diz: “E também têm os nossos verbos gerundios, como sendo, amando, fazendo.”

A quinta característica do português apontada por Argote, na segunda edição, diz respeito aos advérbios, preposições e conjunções. Nesta segunda edição, lê-se:

3. 5 Advérbios, preposições e conjunções

“D. Ha Idiotismos nos adverbios, preposiçoens, conjunçoens, &c. que o uso facilmente ensina, e se percebem cõ facilidade” (ARGOTE, 1725, p.268).

Ao falar dos idiotismos nos advérbios, preposições e conjunções, Contador de Argote se mostra bem conciso, contudo, há na primeira parte desta edição um capítulo em que trata de cada uma destas partes do discurso.

A sexta casta de idiotismos apresentada por Argote, diz respeito à sintaxe de concordância. Lê-se:

3. 6 Sintaxe de concordância

D. Porque os particípios passivos quando com o verbo *Haver* formão os tempos compostos, muytas vezes naõ concordaõ com os seus substantivos, como já advertimos no Capitulo primeyro da Segunda Parte desta Grammatica. (ARGOTE, 1725, p. 268-269, grifo do autor)

Ao tratar da sintaxe de concordância, Contador de Argote gramatiza a impessoalidade do verbo haver:

D. Ha Idiotismos na concordancia do verbo com o seu nominativo.

M. Porque?

D. Porque o Verbo *Haver* nas terceyras pessoas do numero singu-

lar não concorda em número com o seu nominativo.

M. Dizey exemplo.

D. *Ha muytas flores neste jardim*. Onde o Verbo *Haver* está no numero singular, e o seu nominativo *Flores* no plural. Da mesma sorte. Havia muytas flores neste jardim, &c. O que he hum Idiotismo, e Grammatica muyto irregular. (ARGOTE, 1725, p. 269, grifo do autor)

A sétima casta dos idiotismos diz respeito a regência dos casos.

3. 7 Regência dos casos

3. 7. 1 Regência dos nominativos

D. Ha Idiotismos na regencia dos nominativos.

M. Porque?

D. Porque muytas vezes o Verbo não tem nominativo, nem claro, nem occulto, e os nomes, que deviaõ servir de nominativo, estaõ em outros casos.

M. Dizey exemplo.

D. A mim não se me dà de Pedro. Onde o Verbo *Da* não tem nominativo algum claro ou occulto. O pronome *A mim* esta em dativo, e o nome Pedro em ablativo. Da mesma sorte. *A mim não se me da de Francisco hum caracol*. Onde tambem não ha nominativo nem claro, nem occulto, porque as palavras Hum caracol estão em accusativo, ou ablativo de preço. E val o mesmo que se disseramos. *Naõ estimo a Francisco em um caracol*, ou *por hum caracol*, segundo deyxamos explicado na Syntaxe. (ARGOTE, 1725, p. 270, grifo do autor)

Argote também aponta características do português na regência dos nomes. Para o gramático, a indeterminação do sujeito é uma das causas de não se saber quem está em nominativo. É o que se nota na oração “A mim não se me dà de Pedro”, em que o “se” funciona como índice de indeterminação do sujeito.

3.7.2 Nominativo absoluto

D. Ha Idiotismos no nominativo absoluto, porque o não ha no Latim, e o ha no Portuguez, v. g. *Posto eu à menza deu meyo dia*. Onde os nomes *Posto eu* estão em nominativo, como fica dito na Syntaxe. (ARGOTE, 1725, p.270, grifo do autor)

Ao tratar das regras gerais, na segunda parte da gramática, Argote (1725, p. 199) afirma que “quando na Oração vem hum, ou dous, ou mais nomes, os quaes não são regidos, e estão na Oração, como independentes do demais sentido, se poem em nominativo absotulo”. Desta forma, entende-se que para Argote, o que caracteriza um nominativo absoluto é o fato de haver na oração termos independentes.

Argote, também, trata da regência dos acusativos.

3. 7. 3 Regência dos acusativos

D. Ha Idiotismos na regencia dos accusativos.

M. Porque?

D. Porque muytas vezes o Verbo tomado impessoalmente rege accusativo, a qual Grammatica he muyto diversa da Latina.

M. Dizey exemplo.

D. *Manda El Rey que se prendão os traidores*. Onde o nome, e artigo *Os traidores* está claramente em accusativo, e parece ser regido do Verbo *se prêdaõ*, que está impessoal.

D. Essa Grammatica he muyto barbara, podeylla por ventura reduzir á Grammatica Latina?

M. Sim, dizendo que o nome *Traidores* esta alli pela figura Syllepse regido do Verbo *Prender*, não do tal Verbo, segundo se acha impessoal na Oração, mas do Verbo, segundo o seu sentido, que he este *Manda El Rey que prendaõ os traidores*. (ARGOTE, 1725, p. 272)

Pelo que se pode perceber, a forma verbal “se prendaõ” não é impessoal. Esta frase poderia apresentar-se como “o rei manda que os traidores sejam presos”. Assim sendo, a expressão “os traidores” seria o sujeito da oração e não objeto direto ou acusativo como indica o gramático.

A oitava casta de *idiotismos* diz respeito à significação das palavras.

3. 8 Significação das palavras

D. Ha Idiotismos quanto à significação.

M. Quaes são?

D. Saõ, quando as palavras significão huma cousa, & querem dizer outra.

M. Dizey exemplos.

D. A *Deos*. Estas palavras são o termo de que usamos nas despedidas, & significão *Deos*, mas querem dizer, *Ficay com bem*, ou *Deos vos guarde*. *Morrer de fome*. Nesta oração a palavra *Morrer*, que significa *acabar a vida*, quer dizer *Ter grande fome*, *Morrer de rizo*, quer dizer, *Ter grande vontade de rir*, ou *ri muyto*. (ARGOTE, 1721, p. 226, grifos do autor)

Nas gramáticas portuguesas anteriores, de Fernão de Oliveira, de João de Barros e Amaro de Roboredo, não há estudo sobre a semântica da Língua Portuguesa. Argote, todavia, faz referência a aspectos semânticos do português. Observa-se que o autor quis mostrar as várias acepções dadas a algumas palavras, a depender do contexto de uso. Um dos exemplos citados por Argote é o da expressão “morrer de fome” que, segundo o próprio autor explica, o verbo *morrer*, usado isoladamente, significa cessar de viver, e quando utilizado na expressão, adquire novo sentido, no caso “excesso de fome”.

A nona e última casta de *idiotismos* apresentada, diz respeito à linguagem figurada.

3. 9 Linguagem figurada

D. Ha outros muytos termos de fallar na lingua Portugueza, que são puros Idiotismos, assim como *Pedro aborreceme como moscas*, que val o mesmo que *Tenho tanto aborrecimento a Pedro, como tenho às moscas*, ou *Tenho ódio grande à Pedro. Esqueceome o livro*, que val o mesmo que *Esquecime do livro*, e outros, que o uso ensina (ARGOTE, 1725, p. 273).

Sobre o uso desse tipo de linguagem, Argote segue a tradição latina que levou para a gramática o estudo das figuras de linguagem, da retórica.

Contador de Argote finaliza, então, o quinto capítulo da terceira parte de sua gramática:

M. E deve o Mestre ensinar a Grammatica destes Idiotismos aos meninos?

D. Não, principalmente a dos muyto embaraçados, deve sómente dizerlhe que são Idiotismos.

[...]

M. E se o Mestre conhecer claramente, que não ha Idiotismo?

D. Então poderá dizer a Grammatica ao menino.

M. E se o Mestre conhecer no menino boa percepção, e perspicacia, que farà?

D. Então poderlhe-ha ensinar os Idiotismos mais faceis. Os muyto difficultozos porèm nunca se devem ensinar, se não com grande cautela de o não confundir.

M. Tendes mais que dizer dos Idiotismos da lingua Portugueza?

D. Mais ha que dizer, mas isto basta (ARGOTE, 1725, p. 273-275).

Observa-se que Contador de Argote opta por não dar continuidade a sua lista de particularidades do português, apesar de reconhecer que ainda há outras características a apontar: “mais ha que dizer, mas isso basta”. D. Jeronymo Contador de Argote apresenta-se, assim, como o primeiro gramático português a reservar um capítulo da

gramática para tratar de tais particularidades. Sabemos que Fernão de Oliveira, em sua gramática da Linguagem Portuguesa, já aponta certos usos do português, diferenciando-o do latim e do grego, contudo, é Argote o primeiro a destacar características da língua portuguesa, ainda que este não fosse o objetivo da obra.

4. Considerações finais

Apesar da breve análise, foi possível observar que Contador de Argote descreveu o que era próprio do português, mesmo afirmando que o mestre deveria negar-se a ensinar os *idiotismos* por não serem compatíveis às regras do latim. Também foi possível observar que a recorrência ao uso é a saída que o gramático encontra para indicar essas particularidades do português, já que era difícil dar uma explicação verdadeiramente gramatical. Como gramática era sinônimo de latim, o que não estava de acordo com as regras dessa língua não tinha explicação.

Vale ressaltar ainda que o estudo desse tema é importante à história das ideias, tendo em vista que é uma obra em que se observa aspectos da gramatização do português, ou seja, aspectos que não coincidiam com as regras da língua latina. Além disso, é possível afirmar que além de ser um importante texto didático, a gramática de Argote é, também, testemunho do estado da língua portuguesa no começo do século XVIII.

Referências bibliográficas

Fonte

ARGOTE, Jeronymo Contador de. *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua Latina pelas regras da Portugueza*. 2.ed. Lisboa Occidental: Officina da Musica, 1725.

Estudos

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. do francês por Eni Orlandi, Campinas, SP: Unicamp, 1992.

BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa*. Cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha. Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.

KEMMLER, Rolf. Caetano Maldonado da Gama, D. Jerónimo Contador de Argote e as duas edições das *Regras da lingua portugueza, espelho da língua latina* (1721, 1725). *Limite*. N. 6, 2012. p. 75-101. Disponível em: <http://www.revistalimite.es/volumen%206/05kemm.pdf>

LEITE, Marli Quadros. *A construção da norma linguística na gramática do século XVIII*, Alfa. São Paulo, 55 (2). p. 665-684, 2011. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4745/4050>

MOURA, Tereza Maria Teixeira de. *As Ideias Linguísticas Portuguesas no Século XVIII*. Dissertação de doutoramento. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2008.

OLIVEIRA, Fernão de. *Gramática da Linguagem Portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática. Organização de Amadeu Torres e Carlos Assunção, com estudo introdutório de Eugenio Coseriu. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.

ROBOREDO, Amaro de. *Methodo Grammatical para todas as Linguas*. Edição de Marina Kossarik. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002.

Abstract: *This paper is based on the concept of grammaticization (AUROUX, 1998), and it aims to identify and analyze, even briefly, the idiotisms present in the second edition (1725) of the Rules of the Portuguese language, mirror of Latin language (Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina) written by D. Jeronymo Contador de Argote. Despite to assert that “this grammar is Portuguese in the name, in the words, and in the rules; but in the aim, and effect, for which it was composed it is latin, Argote doesn’t refused to show what was characteristic of his language, in a chapter entitled of the Idiotisms in which, by the description given, the student might know the particularities of the Portuguese language. The choice of this theme taken from Argote’s grammar (1725) is justified by the fact of this grammar to approach peculiarities of Portuguese language, the idiotisms, interpreted like differences between the two languages (Latin and Portuguese) in the sense of language rules.*

Keywords: *grammaticization; Argote; grammar; portuguese language; idiotisms.*

O TERRÍVEL MAL DE SÃO LÁZARO NA CAPITANIA DE SÃO PAULO – ANÁLISE DO DISCURSO SETECENTISTA EM CORRESPONDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS OFICIAIS

Renata Ferreira MUNHOZ¹

Resumo: *Este artigo apresenta a análise de dois ofícios enviados pelo governador e capitão-general da capitania de São Paulo, o Morgado de Mateus, ao secretário do reino, o Conde de Oeiras, em que demonstra suas hipóteses pessoais baseadas na ideologia religiosa como explicação às questões ainda não conhecidas pela ciência coeva para a ocorrência da doença do mal de Lázaro em sua área de governança. Inicialmente, emprega-se a Filologia, ao se trabalhar com a transcrição semidiplomática desses dois manuscritos catalogados pelo Projeto Resgate e ainda não publicados. A análise dos discursos veiculados no corpus embasa-se na Teoria da Avaliatividade, desenvolvida por Martin e White (2005), por meio da qual conseguem-se identificar aspectos intersubjetivos da correspondência oficial, de modo a traçar uma melhor compreensão da ideologia que nos fundamentou socialmente.*

Palavras-chave: *filologia; análise do discurso; Morgado de Mateus; mal de são Lázaro; teoria da avaliatividade.*

1. Introdução

Estudam-se a seguir dois ofícios manuscritos enviados pelo Morgado de Mateus (Dom Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão) em seu período de governo, de 1765 a 1775, como governador e capitão-general de São Paulo sobre doenças que atingiam a

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Sílvio de Almeida Toledo Neto. Bolsista Fundo Sasakawa. E-mail: renatamunhoz2000@yahoo.com.br.

capitania. Ambos foram enviados de São Paulo a Portugal, para o Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo (posteriormente, o Marquês de Pombal). Ambos foram selecionados por tratarem da mesma temática, a ocorrência de doenças na capitania de São Paulo, e por conterem elementos passíveis de análise pela teoria da avaliatividade.

A metodologia empregada para desenvolver a análise adota como base a edição textual fidedignamente proposta pela Filologia, por meio da transcrição semidiplomática do original manuscrito em sua versão fac-similar. Nessa etapa, empregaram-se as “Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos”, propostas durante o 2º. Seminário “Para a História do Português do Brasil”, realizado em Campos do Jordão, em maio de 1998, disponíveis em Cambraia *et al* (2001, p. 13). A imagem fac-similar de cada um dos três fólios estudados encontra-se no anexo deste artigo, seguida da respectiva transcrição semidiplomática, que mantém a forma genuína do texto, desenvolvendo as abreviaturas.

Embora sejam ofícios referentes à administração oficial da capitania, ambos apresentam marcas evidentes da subjetividade do autor intelectual, o Morgado de Matheus. Desse modo, a proposta central deste estudo é a observância de elementos dos discursos veiculados nos ofícios, a fim de que se possa ampliar o conhecimento da realidade e do imaginário coevos. Assim, serão empregados os pressupostos teóricos da Teoria da Avaliatividade, desenvolvidos por de Martin e White (2005), e acerca da ideologia, de acordo com Thompson (1984) e Van Dijk (2000), de modo a considerar o contexto, a construção de identidades e as relações de poder pautadas no discurso setecentista enfocado.

2. Os documentos manuscritos

Os dois ofícios manuscritos elencados a comporem o *corpus* deste artigo são testemunhos originais idiógrafos, em que se observa a assinatura de próprio punho do autor intelectual, diferindo da caligrafia do restante do texto. De acordo com a crítica

textual, os testemunhos autógrafos (redigidos pelo punho do autor intelectual), bem como os idiógrafos, são considerados originais e têm mais autoridade do que qualquer outro testemunho. Trata-se, portanto, de uma versão redigida por um escriba e controlada pela vontade do autor, o Morgado de Mateus. Para facilitar a distinção entre os ofícios, a partir de agora se chamará de “documento1 (doc. 1)” ao ofício de 10 de maio de 1768 e de “doc. 2” ao datado de 28 de março de 1770.

Atribui-se a ortografia do doc. 1 a um dos escrivães a serviço do governo de São Paulo, possivelmente Manoel Gonçalves da Silva. Já o punho do doc. 2 pode ser atribuído a Tomás Pinto da Silva, secretário de governo do Morgado de Mateus.

Por se tratar de correspondência ativa do Morgado de Mateus, produzida e enviada como pergunta ou resposta às mesmas autoridades a que se subordinava esse governador e capitão-general da capitania de São Paulo. Ambas foram enviadas pelo governador de São Paulo a seu superior, o secretário do reino (com o título de Conde de Oeiras no doc. 1 e no doc. 2 ascensionado a Marquês de Pombal). Ambos os ofícios foram digitalizados pelo *Projeto Resgate Barão de Rio Branco*² e foram catalogados por José Jobson Arruda em dois volumes de *Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de São Paulo*³. Os originais, manuscritos, permanecem arquivados no *Arquivo Histórico Ultramarino*, em Lisboa. Trata-se de documentação avulsa, guardada em latas, separada por conjunto documental envolto em folha de papel almaço com a escrita do respectivo verbete descritivo. Apresentam-se, a seguir, os verbetes de cada ofício.

O doc. 1 encontra-se no Catálogo 2, numerado por 2406. Faz parte da coleção de *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo – Mendes Gouveia*. É datado de 10 de maio de 1768 e tem São Paulo como a data tópica. Sua tipologia documental é *OFÍCIO*, de número 19 do [governador e capitão general da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, ao [secretário

² http://www.cmd.unb.br/resgate_busca.php

³ ARRUDA, 2000 e 2002.

do reino], conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, no qual informa ter diminuído o número de leprosos em virtude das providências que mandou tomar. Afirma, em contrapartida, ter grassado uma epidemia de icterícia, que já matou muitas pessoas, entre elas o mestre-de-campo Diogo Pinto do Rego. Na folha de alçaço que o envolve, há a observação de ser um original cartáceo, com medidas de 355 X 221 mm em bom estado de conservação.

O doc. 2, embora seja uma segunda via, pode ser considerado original, pois se faziam 3 vias de cada documento e, por motivo de segurança, enviava-se uma via em cada navio. Encontra-se elencado como o documento 361 no Catálogo 1, de *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo*. Datado de 28 de março de 1770, também em São Paulo. É o ofício do [governador e capitão general da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, ao [secretário do reino], marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, sobre uma doença que tem assolado a população de várias freguesias, denominada mal de Lázaro.

Entendendo-se a tipologia textual “ofício” como o formato adequado à troca de informações oficiais de cunho administrativo, pressupõe-se o emprego da linguagem padrão e da tentativa de objetividade. No entanto, após a apresentação do assunto central e do embasamento teórico, o item da análise demonstrará em que medida a esperada objetividade aparece permeada por elementos avaliativos que denotam a subjetividade.

3. Pressupostos teóricos

Considerando que “uma teoria deve ser geral, no sentido em que ela deve pôr à nossa disposição um instrumental que nos permita reconhecer não apenas um dado objeto ou objetos já submetidos a nossa experiência, como também todos os objetos possíveis da mesma natureza suposta” (HJELMSLEV, 2003, p. 19), selecionou-se a teoria da avaliatividade como a que melhor possibilita a análise do *corpus* com vistas à observação dos elementos subjetivos (como gostos, emoções e avaliações normativas). Isso

porque se compõe de um sistema que permite analisar as avaliações presentes no sistema linguístico dos discursos. Criada por Martin e White (2005), que a definiram “como um sistema interpessoal ao nível da semântica do discurso” (2005, p. 33), a teoria da avaliatividade deriva da Linguística Sistêmico Funcional (LSF), a partir da metafunção interpessoal proposta pela gramática funcional de Halliday e Matthiessen (2004). Com vistas ao estudo dessa metafunção, a avaliatividade pressupõe a existência dos demais sistemas: “negociação, periodicidade, identificação, ideação e conjunção” (MARTIN e WHITE, 2005, p. 162), embora não os estude.

Essa teoria visa ao mapeamento dos domínios semânticos que operam no discurso. Para tanto, define que a valoração pela linguagem cumpre três funções principais: *atitude*, *engajamento* e *gradação*. A *atitude* engloba o posicionamento atitudinal do autor, por meio do elogio e da censura, apresentando os seus sentimentos e julgamentos sobre o que o cerca. Essa função é subdividida em *afeto* (que expressa estados emocionais a partir de um ‘gatilho’, fenômeno responsável por ativar tal emoção), em *juízo* (referente a normas, regras, convenções e valores – divide-se em ‘Estima Social’ ou ‘Sanção Social’) e *apreciação* (que expressa caráter estético ou valor social – expressa-se como ‘Reação’, ‘Composição’ ou ‘Valor Social’). O *engajamento* trata da adesão ou não do autor em relação aos posicionamentos de outrem. Contém a *monoglossia*, em que não há referência a outros pontos de vista e a *heteroglossia*, em que se apresentam outros pontos de vista. Já a *gradação é responsável por* intensificar ou mitigar os significados dos dois subsistemas anteriores. Divide-se em *força*, que gradua as avaliações, para intensificar ou mitigar os significados; e *foco*, que gradua contextos normalmente não possíveis de gradação de modo a estabelecer a (des)prototipificação dos termos.

A partir das três funções elencadas, a teoria da avaliatividade preocupa-se com: “a) como os autores constroem sua identidade para si mesmos; b) como os autores posicionam-se diante dos potenciais destinatários; c) como os autores constroem a audiência ideal para seus textos” (MARTIN e WHITE, 2005, p. 40). Considera-se, diante das três

preocupações centrais do sistema, a importância do posicionamento pessoal, pois em toda formulação discursiva haveria um ponto de vista codificado, explícito ou implícito.

Quanto à ideologia, entende-se que, embora possa ser considerada de maneira neutra como “um sistema de crenças ou pensamentos” (THOMPSON, 1984, p. 4), consista fundamentalmente em maneiras pelas quais as formas simbólicas são usadas para a implantação e manutenção de relações de dominação. Assim considerada em sua concepção crítica, a ideologia tem como sua característica precípua o fato de ser crença compartilhada (não apenas uma opinião individual), que seja dominante. Tende a organizar as pessoas e a sociedade em termos polarizados, servindo-se, por exemplo, da estratégia geral de dizer algo positivo sobre o próprio grupo (nós) e algo negativo sobre os outros (eles). Dessa forma, Van Dijk (2000, p. 44) formulou o “quadrado ideológico”, princípio conceitual que estabelece a ideia da ênfase com dois lados: enfatizar algo positivo sobre o endogrupo (nós) e algo negativo sobre o exogrupo (eles); e a ideia de retirar a atenuação: atenuar algo negativo sobre nós e algo positivo sobre eles. Dessa maneira, a ideologia tende a organizar as pessoas e a sociedade em termos polarizados.

Van Dijk (2000, p. 17) definiu um esquema com seis categorias que organizam a esfera da ideologia nas ações coletivas e individuais e também organizam as ideologias de nossa mente:

1. Critério de pertença ao grupo: Quem (não) pertence ou pode ser admitido ao grupo? (O autor fala como parte do grupo.)
2. Atividades típicas: O que fazemos, planejamos e temos como expectativa para nós?
3. Objetivos gerais: O que nós pretendemos alcançar com o que fazemos?
4. Normas e valores: O que é bom ou ruim, permitido ou não para nós?
5. Posicionamento: Qual a relação com os outros? (O autor fala como indivíduo.)
6. Recursos: Quem tem acesso aos recursos disponíveis ao grupo?

O discurso é moldado pela estrutura social, mas é também socialmente constitutivo. O mesmo se pode dizer, concordando com Thompson (1984, p. 7), sobre as formas simbólicas em geral, e sobre a ideologia em particular, que está relacionada a uma determinada estrutura social, mas, por outro lado, é igualmente constitutiva dessa estrutura.

Diante do detalhamento do sistema, a teoria da avaliatividade, em conjunto com os princípios elencados acerca da ideologia em sua dimensão avaliativa, considera-se que seja uma ferramenta de grande valia à análise do discurso contido nos dois manuscritos aqui estudados. Isso porque a abordagem da avaliatividade permite o acesso a aspectos que ultrapassam posicionamentos individuais e atingem padrões sociais do discurso, não os deixando ao arbítrio da observação mais genérica e intuitiva.

4. As doenças na capitania de São Paulo

Compreendendo que as enfermidades, tema central nos documentos, permitem acessar a realidade coeva e observar o nível de conhecimento da sociedade de São Paulo no final do século XVIII, por meio dos dizeres de seu governante, optou-se por abordá-las como um item à parte, antecedendo a análise.

Desde a era medieval, dentre as diversas doenças, destacava-se a lepra, na época apelidada como “mal de São Lázaro”, “dor de São Lázaro”, ou “dor de gafem”. Por conta da gravidade dos sintomas e de sua grande proliferação, há diversos nomes à doença atualmente conhecida como “hanseníase”. São eles: “elefantíase-dos-gregos”, “gafa”, “gafeira”, “gafo”, “guarucaia”, “lazeira”, “macota”, “macutena”, “mal”, “mal bruto”, “mal de cuia”, “mal de Hansen”, “mal de Lázaro”, “mal do sangue”, “mal morfético” e “morfeia”.

A grande quantidade de termos atribuídos à doença permite conceber a disseminação popular de sua existência. Entretanto, esse reconhecimento popular sempre esteve atrelado à falta de informações precisas sobre essa enfermidade. Nomeada em

1682, pela Câmara de Lisboa como “mal pegadiço”, a doença era vista como “símbolo do pecado” (NÓVOA, 2010, p. 13), e os leprosos (lázaros) eram aqueles que atrapalhavam a ordem e se distinguiam do grupo dos sãos. Eram, portanto, excluídos do convívio e marginalizados da mesma forma que os mendigos, pois também costumavam esmolar nos espaços urbanos. Apesar de intitulados como “pobres de Cristo”, merecedores da caridade da Igreja, os lázaros eram “entendidos como indivíduos perigosos não só porque padeciam de uma doença tida como contagiosa, mas também porque contrariavam o funcionamento ótimo que a sociedade desenhara para si própria” (TOUATI, 2000, p. 201). Eram, dessa maneira, a personificação dos conceitos de enfermidade, de pobreza e de exclusão social. Exemplifica-se a tratativa dos doentes por um registro no *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*⁴ de que em 1454, D. Afonso V substituíra o seu escrivão por ser doente da dor de gafem e, portanto, “não podia viver entre os homens” (NÓVOA, 2010, p. 56). Há, por exemplo, um documento de uma comissão médica que se reuniu em Portugal em 1741, “para tratar da lepra na capitania do Rio de Janeiro, que ainda afirmava a sua contagiosidade” (ANDRADE, 2005, p.84).

Apesar disso, séculos antes, já se buscavam explicações científicas às doenças. Um exemplo é o do médico e astrônomo veronês, Girolamo Fracastoro (1478-1553), que afirmara ser a lepra (*elephantiasis*) uma doença distinta da sífilis, transmitida pelo contato com os enfermos ou pela ingestão regular de carne de porco. Segundo ele, a progressão dos sintomas principiava por indolores nas narinas e por violenta excitação sexual. Desse modo, “Fracastoro buscou explicar o fenômeno sem condicioná-lo às verdades absolutas da religião” (ANDRADE, 2005, p.80).

Vale ressaltar que o vocábulo latino *leprae* foi empregado também em alusão à elefantíase. Apenas a partir da segunda metade do XIX a lepra restringiu-se à construção da bacteriologia do *Mycobacterium leprae* e um número limitado de sintomas. Essa doença crônica tornou-se curável desde 1940, quando o médico Gerhard Henrik

⁴ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 24, fl. 76 vº. Site consultado: <<http://antt.dglab.gov.pt>>.

Armauer Hansen identificou como causa o *bacilo de Hansen*. Só então os sintomas de anestesia e de lesões cutâneas graves “puderam ser precisados e diferenciados de outros a partir da identificação no organismo humano do agente microscópico descrito por Hansen” (ANDRADE, 2005, p.17).

5. Análise

A abordagem proposta parte de um dos axiomas gerais do funcionalismo, o de que a cultura “é um conjunto uno em que os vários elementos são interdependentes” (MALINOWSKI, 2009, p.161), entendendo que o contexto dos textos não se limita aos fatores externos aos textos por eles veiculados, mas como sendo “ao mesmo tempo pessoais e sociais” (DIJK, 2012, p. 36). Nesse aspecto, os contextos representariam construtos subjetivos dos autores, tornando-se experiências únicas por partirem de modelos mentais que representam situações comunicativas com base nas situações de suas vidas diárias. Veiculadas no discurso, tais construções subjetivas garantem a construção ou manutenção do relacionamento com o interlocutor, na esfera da intersubjetividade.

Conforme apresentado anteriormente, os fragmentos textuais serão citados entre aspas simples (‘ ’) e sublinhados, mantendo a grafia original do manuscrito. A divisão de linhas será representada pela barra vertical (|) por economia de espaço. Para facilitar o acompanhamento das análises, seguem suas transcrições:

Documento 1

Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Senhor

Número dezenove

O terrível mal de São Lazaro, que com grandes forças se precipitava a declarar nesta Capitania, veydeminuindo aoprezente, de pois que lhe dei as providencias de fazer Separar os doentes em todas As Villas, erogara o Reverendo Vigario Capitular que Ordenasse preces publicas

em todas as Freguesias da Capitania, o que prontamente executou.
Também eu tenho determinado fazer hum Lazareto na
Pernahiba, e instruir pedidores em todas as Paroquias para recolhe-
rem as Esmolas, o que não continuey por não ser já tão necessário,
por se ter aplacado mais este assoute por estas partes.
Seguiu-se humageral Epidemia de Itiricias, de que não fi-
cou pessoa izenta, que ou mais, ou menos a não sintisse, falleceraõ
desta doença muitas pessoas, e algumas com tanta pressa, que não davaõ Lugar
a Sacramentarem-se: Eu atribuo esta intemperança aos Continuos
relampagos, que continuamente Se viraõ Sentillar por todos os meses, em que
por Cá costuma Ser o inverno, durando estes me theóro sté chegarem
a formar sobre o Emisferio desta Cidade huma terrível trevoada no
dia 29 de Janeiro deste presente anno, durante a qual cahiraõ tantos rayos
que nestes arredores se apontaõ catorze partes em que Signalaraõ as reci-
nas.
Entre os mortos de mayor nome, que pereceraõ com as doenças
foi o Mestre de Campo Diogo Pinto do Rego, pelo qual vagou a
propriedade do Officio de Escrivaõ da Ouvidoria desta Comarca, Seus
herdeiros o remataraõ aluntado Riodelaneiro; com tençaõ de re-
[[dere]]querer em Sua Magestade; que Deos guarde: a continuação da mesma
mercê
por Ser hum dos melhores Officios da Capitania.
Deos guarde a Vossa Excelência Saõ Paulo a 10 de Mayo
de 1768
Illustríssimo, e Excelentíssimo Senhor Conde de Oeyras.
Dom Luis Antoni de Souza.

Documento 2

Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Número quinto

O terrível mal de São Lazaro, de que a Vossa Excelência dei Conta em Carta de 10 de Mayo de 1768, esteve algum tempo mais amortecido nesta Capitania, depois que se fizeram preces em todas as Freguezias; porém este anno se vão declarando em muitas pessoas, em diferentes partes os tristes sintomas desta voracissima queixa, para a qual se não pode descobrir remédio.

Deos, pelo purissimo Leite, que recebe da Virgem Maria Senhora Nossa, permita abrandar o maligno influxo das Estrelas, para que não sofra mais este Povo.

Deos *guarde* a Vossa Excelência São Paulo a 28 de Março de 1770//
Illustríssimo, e Excelentíssimo Senhor Conde de Oeyras.

Segunda Via

Dom Luis Antonio de Souza

Os dois documentos tratam da temática das doenças na capitania de São Paulo. Além disso, aproximam-se pela intertextualidade, uma vez que o doc. 2 faz referência ao primeiro: 'de que a Vossa Excelência dei Conta em Carta | de 10 de Mayo de 1768'. Ao ler os dois textos em sequência, depreende-se a intencionalidade autoral. No primeiro, demonstra um feito de seu governo, com a redução da doença e as possíveis atitudes em caso de epidemia, para, ao final, apresentar o ponto central da tratativa: a vacância de um cargo público de importância na capitania e a intenção de ser preenchida por herdeiros do finado funcionário. A meta central do governador era um assunto administrativo que, embora citado em poucas linhas e ao final do documento, transfere a segundo plano a questão da doença. Em contrapartida, no segundo ofício a temática da doença

é de fato o tema central. Diferente do primeiro, o Morgado de Mateus justifica o retorno da doença como superior a quaisquer medidas administrativas e recorre à religião o possível alento ao mal.

Para facilitar as observações tecidas na análise, segue um quadro com a classificação dos termos avaliativos:

Documento 1

Ocorrência (quantidade, quando houver mais de uma)	Classificação (Polaridade – Atitude, ou Grau – Gradação de Força)
terrível (2)	Atitude – Apreciação – Reação (Polaridade negativa)
Necessário	Atitude – Apreciação – Reação (Polaridade positiva)
Maior	Atitude – Apreciação – Valor Social (Polaridade positiva)
Melhores	Atitude – Apreciação – Valor Social (Polaridade positiva)
Grandes	Gradação – Força – Intensificação – Qualidade (Grau Alto)
todas (2)	Gradação – Força – Quantificação – Número (Grau Alto)
Prontamente	Gradação – Força – Intensificação – Modalidade (Grau Alto)
não ser já tão	Gradação – Força – Intensificação – Qualidade (Grau Médio)
Mais	Gradação – Força – Intensificação – Modalidade (Grau Alto)
Geral	Gradação – Força – Intensificação – Qualidade (Grau Alto)
não ficou pessoa isenta	Gradação – Força – Quantificação – Número (Grau Alto)
mais ou menos	Gradação – Força – Intensificação – Processo (vigor) (Grau Médio)
Muitas	Gradação – Força – Quantificação – Número (Grau Alto)
Algumas	Gradação – Força – Quantificação – Número (Grau Médio)
Tanta	Gradação – Força – Intensificação – Qualidade (Grau Alto)
Contínuos	Gradação – Força – Intensificação – Qualidade (Grau Alto)
Continuamente	Gradação – Força – Intensificação – Modalidade (Grau Alto)
todos os meses	Gradação – Força – Quantificação – Extensão - Tempo (Grau Alto)
Tantos	Gradação – Força – Quantificação – Número (Grau Alto)
Eu atribuo esta intemperança aos contínuos relâmpagos	Engajamento – Expansão dialógica – Ponderação

Documento 2

Ocorrência (quantidade, quando houver mais de uma)	Classificação (Polaridade – Atitude, ou Grau – Gradação de Força)
Terrível	Atitude – Apreciação – Reação (Polaridade negativa)
Amortecido	Atitude – Apreciação – Valor Social (Polaridade positiva)
Tristíssimos	Atitude – Afeto – Felicidade (Polaridade negativa)
Voracíssima	Atitude – Apreciação – Reação (Polaridade negativa)
Puríssimo	Atitude – Apreciação – Valor Social (Polaridade positiva)
Maligno	Atitude – Apreciação – Reação (Polaridade negativa)
algum tempo	Gradação – Força – Quantificação – Extensão - Tempo (Grau Médio)
Mais	Gradação – Força – Intensificação – Qualidade (Grau Alto)
Todas	Gradação – Força – Quantificação – Número (Grau Alto)
Muitas	Gradação – Força – Quantificação – Número (Grau Alto)
Diferentes	Gradação – Força – Quantificação – Número (Grau Alto)
tristíssimo / voracíssima/ purís- simo	Gradação – Força – Intensificação – Qualidade (Grau Alto) – classifica- ção contida na flexão desses adjetivos na forma do superlativo

Nas duas tabelas, em fundo verde, encontram-se as ocorrências referentes à avaliatividade de atitude e, em rosa, as de gradação. Observa-se apenas um registro de engajamento, destacado em azul na primeira tabela. Embora única, essa ocorrência demonstra que os textos são duplamente dialógicos conforme Bakhtin (1993, p. 76), em sua relação interlocutiva e interacional inerente às correspondências e em sua relação interdiscursiva ou intertextual, em que se observa a pluralidade das vozes, a heteroglossia. O subsistema do ‘engajamento’ permite classificar os discursos heteroglóssicos. Com isso, pode-se mapear a abertura a posicionamentos diversos do postulado pelo autor sobre a causa da doença. Por meio do verbo “atribuo”, o governador emprega a expansão dialógica de modo a evidenciar que se trata de uma possibilidade, uma inferência que permite novos posicionamentos. Vale notar, entretanto, que essa abertura pelo uso da ‘ponderação’ é dada apenas a seu destinatário, superior a ele no governo.

O doc.2 conta com a retomada de sua própria voz autoral, no trecho já mencionado ‘deque aVossaExcelência dei Conta emCarta | de 10 deMayo de 1768’, o que não foi considerado ‘engajamento’ por se tratar de um fenômeno de caráter monoglossico, que não pressupõe o dialogismo intertextual, apenas o interacional. Nota-se, diante disso, a alteração da postura do autor frente ao tom de maior gravidade do assunto do doc. 2 em relação ao doc. 1. Quando a situação era de maior controle da doença, o autor discorre mais sobre o assunto e emprega a expansão dialógica para tanto. Em contrapartida, quando se trata de um surto epidêmico, o Morgado de Matheus isola-se na monoglossia e se restringe a rogar assistência de cunho religiosa. Com isso, além de promover seu *ethos* diante de seu interlocutor, afirmando-se como um bom católico, isenta-se da responsabilidade diante do controle da enfermidade ao estabelecer que nem mesmo o seu superior seria capaz de melhorar a situação. Tal era a gravidade que somente Deus teria o controle. E mesmo a Deus não se solicita a cura, mas apenas que abrande os sintomas.

O possível exagero observado no discurso reflete o fato de, no período setecentista, a abordagem das doenças exceder o universo da medicina. Assim, a tônica dos ofícios não é a das doenças em si, mas das atitudes suscitadas por elas e pelo contato com os indivíduos enfermos, pois “a defesa da população sã contra o contágio da lepra era constante” (CORREIA, 1999, p. 16). Por conseguinte, ao informarem sucintamente sobre a ocorrência das doenças, apresentam também os conceitos do autor acerca das causas e possíveis soluções a essas enfermidades. Desse modo, o temor às doenças representa a tônica dos dois ofícios. Diante disso, ambas as correspondências iniciam-se com a função da atitude para mencionar a doença conhecida como ‘mal deSão Lazaro’, classificando-a pelo afeto negativo, com o atributo ‘terrivel’. O doc. 1 menciona que a doença ‘que com grandesforças Se prin- | Cipiava a declarar nestaCapitania’, manifestando-se a exemplo de outras capitânicas, pois segundo Andrade (2005, p.72), havia quase quatro mil leprosos na Bahia em 1763.

Considerando o fato de a medicina social ter sido efetivamente instaurada no Brasil somente no século XIX, após a chegada da família Real, “com características muito próximas às do modelo francês, empreendendo a medicalização do espaço urbano e de instituições como hospitais, cemitérios, escolas, quartéis e fábricas” (ANDRADE, 2005, p.92), em contrapartida, o Morgado de Mateus afirma que o mal ‘vaydeminuindo aopre-zente’, de modo a retratar o tom de otimismo do doc. 1. E tal redução ocorreu ‘depois quelhe dei as providencias defazer Separar os doentes em todas As | Villas’. Enquanto governador, assume o compromisso de providenciar o necessário para conter a mal. Propõe a segregação dos doentes, já mencionada no item 4 deste artigo: ‘Tambem eu tenho determinado fazer hum Lazareto na | Perna hiba, einstruir pedidore sem todas as Paroquias para recolhe- | rem as Esmolas’. A edificação de um lazareto, também conhecido como “leprosaria” ou “gafaria”, lugar para segregar os acometidos pelo mal de São Lázaro, costumava ser a principal medida paliativa contra o problema, pois já em março de 1179 “o terceiro Concílio geral de Latrão ocupou-se da Ordenação dos Lazaretos concedendo-lhes igrejas particulares, padres e cemiterios” (BELLINO, 1900, p. 142). Desde a Idade Média, preocupava-se com o sustento do leprosário, que poderia “ser incumbência dos conselhos municipais, do rei ou dos próprios leprosos, que se associavam para construir hospedarias” (ANDRADE, 2005, p. 36). Notam-se as evidências de que o Morgado de Mateus retrata a si mesmo como aquele que comandaria as medidas contra o avanço da moléstia em sua área de governo.

Pela grande quantidade de leprosos e da chegada de africanos com escorbuto ao Brasil, desde 1755 o *Concelho municipal do Rio de Janeiro* pedia a criação do tributo “Real de São Lázaro”, que financiaria um hospital. Apenas em novembro de 1761, D. José I autorizou a criação do tributo, estabelecendo que o pagamento se diferenciaria entre os habitantes, “cabendo ao terceiro estado o pagamento de um vintém anual, aos nobres, dois vinténs, e aos foreiros, quatro vinténs anuais.” (ANDRADE, 2005, p.68). No entanto, o primeiro lazareto foi construído no Rio de Janeiro somente em 1766.

As medidas planejadas, no entanto, não foram necessárias, dada a redução dos casos. Atribuiu-se tal controle ao fato de 'que se fizeram preces em todas as freguezias'. A atitude de julgamento de sanção social positiva expressa pelo processo 'se fizeram preces', demonstra a ideologia religiosa católica vigente, associada à idealização do autor, o Morgado de Mateus, que atua como "iniciador" da ação. Segundo Halliday e Matthiesen (2004, p. 256), o "iniciador" seria um participante indiretamente envolvido na ação, mas com o poder de impulsioná-la. Mais uma vez, o autor retrata sua atuação como fundamental ao processo. Como era considerada uma "doença bíblica, com identidade própria entre outras enfermidades" (ANDRADE, 2005, p.23), explica-se a prevalência dos ritos religiosos como as orações mencionadas.

No doc. 1, o autor apresenta as medidas que tomaria contra o mal de São Lázaro, mas justifica 'o que não continue por não ser já tão necessário, por se ter aplacado mais este assoute por estas partes', de modo a comprovar o seu empenho. O intervalo de dois anos entre o primeiro e o segundo ofício alterou o cenário. No doc. 2, afirma-se que o mal 'esteve algum tempo mais amortecido', mas voltava a se manifestar. O autor utiliza a gradação no eixo da força com o termo 'algum', quantificando tempo e, com 'mais', intensifica o atributo 'amortecido', por meio do qual expressa atitude de afeto positivo. Contrapõe-se à eficácia das preces que haviam abrandado a enfermidade: 'porem este anno se vão declarando em muitas pessoas, em diferentes partes os tristisimos sintomas desta vorasissima queixa' e já não se mencionam as medidas anteriormente propostas. Os atributos 'tristisimos' e 'vorasissima' caracterizam, pela polaridade negativa, por meio da atitude de afeto e de apreciação as sinónimas da doença, 'sintomas' e 'queixa', e, ao mesmo tempo, apresentam a gradação de força ao intensificarem os termos por sua flexão no grau superlativo. Esses termos avaliativos são empregados para conferirem maior destaque à gravidade do mal. No mesmo sentido, a abrangência da doença, que se declara 'em muitas pessoas' e 'em diferentes partes', torna-se ainda mais preocupante por ser um mal contra o 'qual se não pode descobrir remédio', remetendo à ciência médica pouco desenvolvida do período.

Desvinculadas das investigações científicas mencionadas como já existentes no período, estão as atribuições das doenças postuladas pelo Morgado de Mateus. No doc. 2, atribui a doença a ‘omaligno influxo das | Estrelas’, com atitude de apreciação negativa, delegando sua cura ao plano do religioso, uma vez que Deus seria o único a permitir que o mal fosse abrandado. Enquanto no doc. 1, serve-se da ponderação para formular a possível causa da doença: ‘Eu atribuo esta intemperança aos Continuos | relampagos, que continuamente SeviraõSentillar’, no doc. 2 a causa é atribuída aos astros como um fato tão fundamentado quanto as questões religiosas invocadas. O mal de são Lázaro e a icterícia, por seus sintomas similares, confundiam-se. Apesar disso, no doc. 1 há a diferenciação, sendo o termo ‘intemperança’ empregado como sinônimo da icterícia. Reforça-se a afirmação com a verificação de terem durado ‘estes metheórosté chegarem | aformar sobre oEmisferio desta Cidade huma terrível trevoada’. Para comprovar sua tese, o autor emprega como argumento verificável um caso ilustrativo de que durante a trovoada ‘cahiraõ tantos rayos | que nestes aredores se apontaõ catorze partes em que- Signalaraõ as reci-| nas’, ou cascas de árvores como os pinheiros. Tais asserções remetem as causas das doenças ao universo da astronomia, tão incompreendido no período e, portanto, superior aos seres humanos quanto os dogmas religiosos.

Embora o Morgado de Mateus tenha sido um homem ilustrado de seu tempo, suas asserções indicam o padrão vigente, em que a falta de apropriação de conhecimentos científicos destaca-se na incoerência acerca das estações do ano. Ao afirmar que a causa da icterícia seriam os relâmpagos que ocorrem ‘por todos os meses, em que| porCácostumaSer o inverno’, o autor refere-se ao verão brasileiro, em oposição à estação em vigor na Europa no mesmo mês. Tendo a trovoada ocorrida ‘no | dia 29 de laneiro deste prezenteanno’, pode-se supor que o governador desconhecesse tratar-se do verão no Brasil ou que se referisse à temporada de chuvas, popularmente chamada de “inverno” pelos colonizadores.

Subjacente à tônica central das doenças, encontra-se no doc. 1 o motivo principal do ofício: a morte do ‘Mestre deCampo Diogo Pinto do Rego, pelo qual vagou a | pro-

priedade do OfficiodeEscrivaõdaOuidoriadestaComarca. Oposto de destaque 'porSer hum dos melhores OfficiosdaCapitania' é o assunto precípua da correspondência, uma vez que os 'Seus |herdeiros o rematarãonaluntadoRiodelaneiro; com tençaõdere-|[-dere]|quererem aSuaMagestade; queDeos guarde: a continuação da mesma mercê'. A intenção de adiantar aos superiores no reino a informação sobre a tentativa interesseira dos herdeiros parece diluída na totalidade do ofício, principalmente porque apenas a conclusão refere-se a isso. Vale-se da temática da doença como o conteúdo central, no entanto esse assunto serve apenas para a introdução do caso: 'Entre os mortos de mayor nome, que pereceraõ com as doenças...'

As formas de tratamento honorífico '*Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor*', '*VossaExcelência*' em relação ao destinatário assinalam não apenas o distanciamento pela deferência, mas a tentativa constante de aproximação do *ethos* autoral à posição superior do destinatário pelas vias do respeito. A submissão à Igreja católica explicita-se pelo verbo 'rogaraoReverendoVigario Capitular queOrdenasse preces publicas' e pelo tratamento respeitável 'Reverendo' atribuído ao vigário, que 'prontamente executou' o que lhe rogara o governador. A asserção de terem sido feitas 'preces publicas|emtodasFreguesias da Capitania' reitera o comprometimento religioso do governo por meio da gradação de força, comprovando a abrangência de sua ação.

A icterícia, abordada pelo doc. 1, causa sintomas de amarelamento na pele e foi uma das tantas doenças de pele o período colonial. O caráter epidêmico 'Seguio-sehumageralEpidemia de Itiricias, deque naõfi- | Cou pessoa izenta', apresentado pela intensa gradação, parece indicar o exagero e a doença ter dizimado a população da capitania. A manipulação semântica pelas vias da hipérbole não se mantém pela gradação de força a abrandar a afirmação anterior, de que na verdade não houve pessoa 'que ou mais, ou menos a naõ Sintisse'. Outras doenças, como a varíola, a varicela e a rubéola eram todas tidas como "bexiga" e essa foi a epidemia que "matou mais gente no Brasil, nos séculos passados, do que todas as demais doenças reunidas" (SANTOS FILHO, 1977, p. 156). A

partir do século XVII, havia também epidemias de febre amarela, malária, sífilis e escorbuto. Afirma-se que, como consequência da icterícia, 'falleceraõ | desta doença muitas pessoas, e algumas com tanta pressa, que não davaõ Lugar | a Sacramentarem Se', em que os elementos de gradação de força 'muitas' e 'tanta' destacam a brutalidade da doença de modo a retomar a dificuldade do autor no trabalho em prol da saúde pública.

Por conta dessa dificuldade, o aspecto religioso sobrepõe-se ao sanitário, uma vez que a preocupação volta-se à importância do sacramento católico, capaz de garantir tranquilidade após a morte. Não há sequer menção das tentativas de tratamento médico desses doentes. Assim, conclui-se o doc. 2 com a atitude de afeto, com a expectativa de que 'Deos, pelo purissimo Leite, que recebeoda Virgem | Maria Senhora Nosa permita abrandar' o progresso da doença na capitania de São Paulo. Por ter criado a doença, somente Deus poderia abrandá-la. Por reconhecer as falhas humanas e a necessidade de castigos divinos, a ideologia católica parece não autorizar o autor a clamar pela cura. Mantém, com o conjunto dos dois documentos, seu *ethos* de subordinação aos preceitos divinos e, pelo dialogismo interacional com o Conde de Oeiras que buscava em última instância o contato com Rei, mostrava-se subalterno aos ditames monárquicos.

4. Considerações finais

Esse trabalho intencionou apresentar dois ofícios como fragmentos textuais enquanto recortes da vasta documentação manuscrita setecentista produzida por governantes portugueses na colônia do Brasil. Intencionou-se, dessa maneira, retratar o uso da linguagem na instância do discurso dessa documentação administrativa oficial, com o constante tangenciamento do viés pessoal e (inter)subjetivo.

A partir das observações desenvolvidas na análise, verifica-se o modo como era abordada a doença do mal de São Lázaro, cuja existência era desconhecida "na América antes da chegada dos europeus" (ANDRADE, 2005, p.22). Os ofícios reiteram a postura de segregação dos doentes e de atribuição desse mal a aspectos superiores ao caráter humano

do governo da capitania de São Paulo. Ao se atribuir a responsabilidade das epidemias do mal de São Lázaro e da icterícia a fenômenos naturais e de cunho divino, torna-se possível focar a governança a questões políticas mais pontuais, como o preenchimento da vaga de escrivão. A presença marcante do viés religioso conduz ambos os ofícios e legitima o posicionamento pessoal, autorizando ao *ethos* a formulação de uma justificativa “científica” para a ocorrência das doenças. Os indícios avaliativos presentes no texto evidenciam a tentativa do autor em mostrar o seu comprometimento de tomar atitudes, sempre se colocando abaixo do poder de Deus e do rei, e demonstram sua preocupação com a governabilidade. As medidas apresentadas no ofício de 1768, quando não há necessidade delas, não são retomadas no de 1770, quando deveriam ser empregadas. Limita-se a apresentar a situação de crescimento da doença, embora empregue constantes estratégias de comprovar seu comprometimento pessoal com a questão. Apesar disso, a assistência aos doentes é delegada, por fim, a Deus e, quem sabe, ao próprio São Lázaro, protetor dos enfermos.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Márcio Magalhães de. *O princípio do mal: a ameaça leprosa no Rio de Janeiro colonial*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz em História da Ciência, 2005.

ARRUDA, José Jobson de Andrade (coord.). *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo – Catálogo 1 (1644 – 1830)*. São Paulo: EDUSC, 2000.

_____. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo – Catálogo 2 (1618 – 1823) – Mendes Gouveia*. São Paulo: EDUSC, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

BELLINO, Albano. *Acheologia Christã – Descrição de todas as igrejas, capellas, oratórios, cruzeiros e outros monumentos de Braga e Guimarães*. Lisboa: Livraria Moderna Typographia. 1900.

CAMBRAIA, César Nardeli; **CUNHA**, Antônio Geraldo da; **MEGALE**, Heitor. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. São Paulo: Humanitas, 2001.

CORREIA, Fernando da Silva. *Origens e formação das Misericórdias Portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood & **MATTHIESSEN**, Christian Matthias Ingemar Martin. *Na Introduction to Functional Grammar*. 3.ed. London: Edward Arnold, 2004.

HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Uma teoria científica de cultura*. Lisboa: Edições 70, 2009.

MARTIN, James, & **WHITE**, Peter. *The language of evaluation: Appraisal in English*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.

NÓVOA, Rita Luís Sampaio da. *A Casa de S. Lázaro de Lisboa: Contributos para uma História das Atitudes face à Doença (Sécs. XIV-XV)*. Dissertação de mestrado em História Medieval. Lisboa: FCSH-UNL, 2010.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1977.

THOMPSON, John B. *Studies in the Theory of Ideology*. California: University of California Press, 1984.

TOUATI, François-Olivier. *Contagion and leprosy: myth, ideas and evolution in medieval minds and societies, in Contagion: perspectives from Pre-modern society*. London: Ashgate, 2000.

VAN DIJK, Teun Adrianus. *Ideology and discourse – A Multidisciplinary Introduction*. Catalunya: Universitat Oberta de Catalunya, 2000.

_____. *Discurso e Poder*. Judith Hoffnagel e Karina Falcone (org). 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Senhor

Número *dezenove*

O terrível mal de *Saõ* Lazaro, que com grandes forças se principiava a declarar nesta Capitania, veydeminuindo aopresente, de pois que lhe dei as providencias de fazer Separar os doentes em todas As Villas, erogara o Reverendo Vigario Capitular que Ordenasse preces publicas em todas as Freguesias da Capitania, o que prontamente executou.

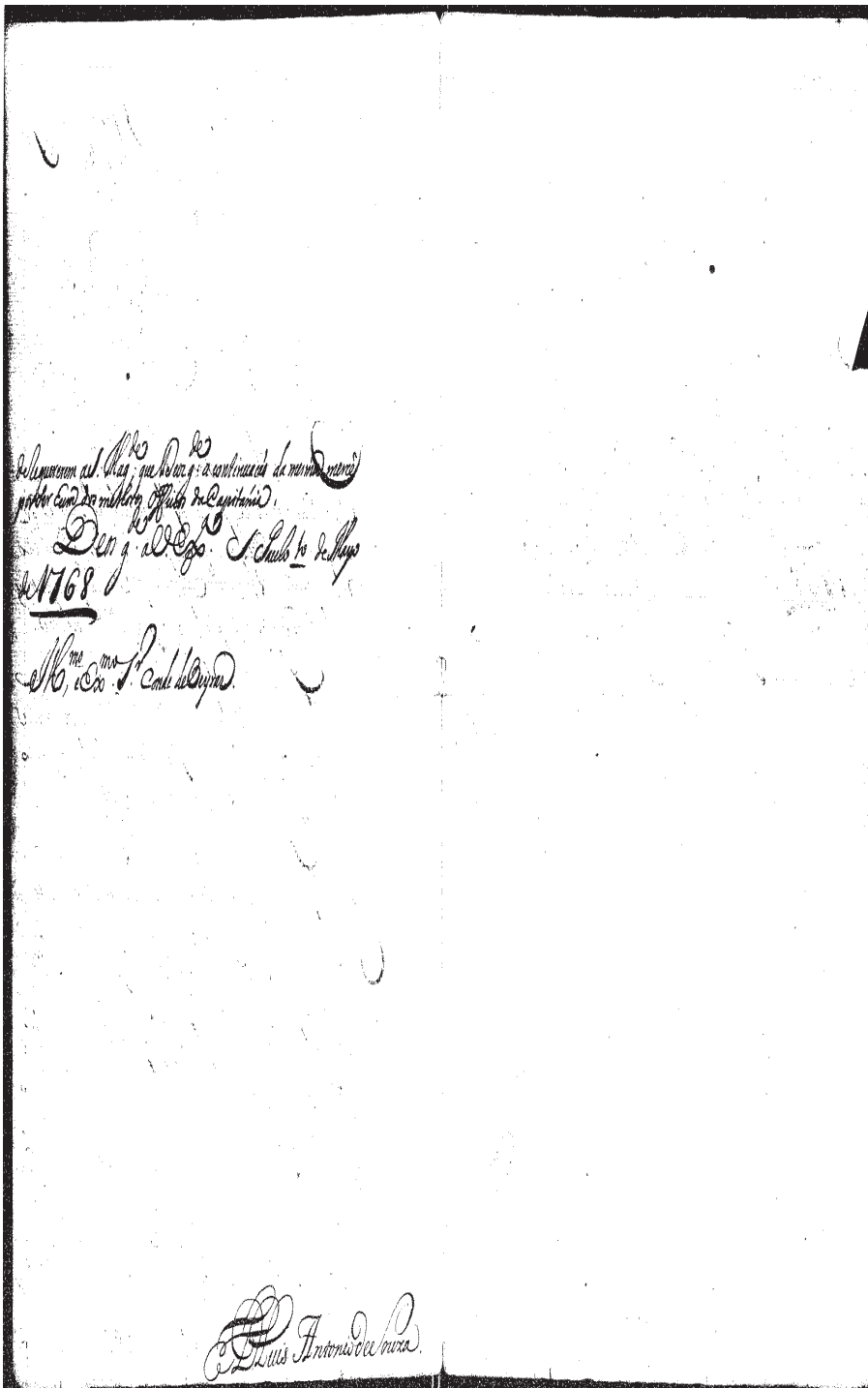
Tambem eu tenho determinado fazer hum Lazareto na Perna hiba, e instruir pedidores em todas as Paroquias para recolherem as Esmolas, o que não continuey por não Ser já tão necessário, por se ter aplacado mais este assoute por estas partes.

Seguiu-se hum general Epidemia de Itiricias, de que não ficou pessoa izenta, que ou mais, ou menos a não Sintisse, falleceraõ desta doença *muítas* pessoas, e algumas com tanta pressa, que não davaõ Lugar a Sacramentarem se: Eu atribuo esta intemperança aos Continuos relampagos, que continuamente Se viraõ Sentillar por todos os meses, em que por Cá costuma Ser o inverno, durando estes metheóros até chegarem a formar sobre o Emisferio desta Cidade huma terrível trevoada no dia 29 de Janeiro deste presente anno, durante a qual cahiraõ tantos rayos que nestes arredores se apontaõ catorze partes em que Signalaraõ as recinas.

Entre os mortos de mayor nome, que pereceraõ com as doenças foio Mestre de Campo Diogo Pinto do Rego, pelo qual vagou a propriedade do Officio de Escrivaõ da Ouvidoria desta Comarca, Seus herdeiros o remataraõ a luntado Riodelaneiro; com tençaõ de re-

[[dere]] querer em sua Magestade; que Deos *guarde*: a continuação da mesma

mercê



por Ser hum dos melhores Officios da Capitania.

Deos guarde a Vossa Excelência Saõ Paulo a 10 de Mayo
de 1768

Illustrissimo, e Excelentissimo Senhor Conde de Oeyras.

Dom Luis Antonio de Souza.

semidiplomática

Ilmo. Exmo. Sr.
N.º 5º



© terrível mal de S. Cararo, de que al Ex.^a dei Conta em Carta de 13 de Mayo de 1768, esteve algum tempo mais amortecido nesta Capitania, depois que se fizeram prócees em todas as Freguezias; porém este anno se vão declarando em muitas pessoas, com diferentes parties e trifuzimoy Sintomas desta voracissima queixa, para a qual se não pode descobrir remedio.

Deos, pelo purissimo Leite, que recebo da Virgem Maria e Senhora do Rosário, permita abrandar o maligno influxo das Estrelas, para que não fôrão mais este povo.

Deos f.º al Ex.^a São Paulo a 23 de Março de 1770

Ilmo. Exmo. Sr. Conde de Oeyras.



Deo

Juiz Antonio del Souza

Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Número quinto

O terrível mal de São Lazaro, de que a Vossa Excelência dei Conta em Carta de 10 de Mayo de 1768, esteve algum tempo mais amortecido nesta Capitania, depois que se fizeram preces em todas as Freguezias; porem este anno se vão declarando em muitas pessoas, em diferentes partes os tristes sintomas desta voracissima queixa, para a qual se não pode descobrir remédio.

Deos, pelo purissimo Leite, que recebeoda Virgem

Maria Senhora Nossa, permita abrandar o maligno influxo das

Estrelas, para que não sofra mais este Povo.

Deos guarde a Vossa Excelência São Paulo a 28 de Março de 1770 //

Illustríssimo, e Excelentíssimo Senhor Conde de Oeiras.

Segunda Via

Dom Luis Antonio de Souza

Abstract: *This paper analyzes two letters sent by the Morgado of Mateus, who was the governor and captain-general of the captaincy of São Paulo, to the Secretary of the kingdom, the Count of Oeiras. Both of them present the author's personal ideas about the 'evil Lazarus' disease. First of all, the Philology substantive function presents the semidiplomatic transcription of the two handwritten texts, which were cataloged by the 'Rescue Project' and not published yet. Based on the other philological functions, the adjectival and the transcendent, it is possible to analyze how the religious ideology could explain scientific questions. The analysis of the corpus employs the 'Appraisal system theory', developed by Martin and White (2005), in order to identify intersubjective aspects of the official correspondence due to better understand of the ideology that has guided us socially.*

Keywords: *philology; discourse Analysis; Morgado de Mateus; leprosy; appraisal system.*

A MÍDIA IMPRESSA E A DIVULGAÇÃO DO DISCURSO JURÍDICO – ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO DE OPINIÃO

Renata Seriacopi RABAÇA¹

Resumo: *Este artigo tem como objetivo observar a argumentação e a referência como fatores determinantes, em artigos jornalísticos, para a formação da opinião pública. Por meio da análise das estratégias argumentativas utilizadas e de como ocorre a referência no artigo jornalístico “Possível ataque à Síria não tem base jurídica”, publicado em um site de consultoria jurídica em 02/09/2013, busca-se explicitar o uso da argumentação e da referência como instrumentos essenciais para se atingir um público determinado e para possibilitar que o texto exerça influência na formação da opinião deste público. Para tanto, toma-se como base as pesquisas de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002), Charaudeau (2006) e Palumbo (2007).*

Palavras-chave: *argumentação; referência; artigo jornalístico; opinião pública; público jurídico.*

1. Introdução

A opinião pública é fortemente influenciada pelos meios de comunicação. E, com o amplo acesso à informação, possibilitado, principalmente, pela televisão e pela internet, a quantidade de informações que pode hoje ser acessada por uma pessoa é cada vez maior. Em alguns minutos, as notícias percorrem o planeta e milhões de pessoas são influenciadas por elas.

¹ Discente de graduação da Universidade de São Paulo, com realização de pesquisa de Iniciação Científica sob a orientação da Profa. Dra. Zilda Gaspar Oliveira de Aquino. E-mail: seriacopirabaca@hotmail.com.

Neste contexto, é preciso refletir sobre a organização do discurso e como as inúmeras informações colocadas à disposição de cada pessoa diariamente podem, de algum modo, influenciar sua opinião. É sabido que nem toda a informação é recebida do modo como o autor pretendeu inicialmente e aceita pelo receptor como aquele espera. É, neste processo, que a argumentação e a referenciação exercem um papel essencial.

Quando se fala em meios de comunicação, especialmente voltados para determinados setores da sociedade, a informação tem que ser formulada de modo a facilitar sua aceitação pelo receptor. No meio jurídico, por exemplo, o modo pelo qual a argumentação de um texto é feita e a maneira pela qual os itens que têm por função estabelecer referências são utilizados influenciam a aceitação pelo receptor daquilo que lhe é transmitido.

Por isso, trabalhar com textos produzidos na mídia para um público específico exige um estudo mais detido do modo de pensar e de conceber o mundo daquele grupo. E, é por meio deste conhecimento que a argumentação e a referenciação podem agir de modo bastante incisivo na formação da opinião daquele público.

Desde Aristóteles, muitas foram as teorias que surgiram a respeito da argumentação. Como exemplos, podemos citar Toulmin, Reboul, Meyer, Van Eemeren e Perelman. Contudo, tendo em vista que o enfoque do presente estudo está no discurso jurídico, merecerá destaque a teoria de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002).

Este artigo tem como objetivo observar a argumentação e a referenciação como fatores determinantes, em artigos jornalísticos, para a formação da opinião pública, especialmente no que tange a um grupo específico, qual seja o de pessoas ligadas ao mundo jurídico.

Pretende-se analisar como estes fatores são utilizados em um texto para que ele atinja seu objetivo. Será que basta apenas argumentar para influenciar a opinião deste público? Ou é preciso trabalhar com a argumentação e com o modo de utilização dos itens referenciais e direcioná-los ao modo de pensar e de conceber o mundo daquele público em especial?

Para responder a essas questões, parte-se do conceito trabalhado por Palumbo (2007), a partir dos ensinamentos de Perelman e Olbrechts-Tyteca, de que a argumentação é, em suma, um modo de alcançar ou intensificar o assentimento do público, utilizando-se do discurso.

Deste modo, partir-se-á da ideia de que o discurso deve centrar-se no auditório, ou seja, em seus destinatários. E, neste sentido, adota-se a concepção de Perelman (2002), de que a argumentação é o meio pelo qual se promove a adesão dos espíritos, por meio da não-coação.

O ser humano tem o poder de impregnar na linguagem marcas de subjetividade relativas às suas crenças em geral. E, a maneira pela qual cada indivíduo percebe a realidade é revelada pelo uso das expressões referenciais, que se tornam ainda mais relevantes em textos formais escritos que têm por objetivo convencer alguém a compartilhar dado ponto de vista (SILVA, 2011).

Por meio da análise das estratégias argumentativas utilizadas e de como ocorre a referenciação no artigo jornalístico “Possível ataque à Síria não tem base jurídica”, publicado em um site de consultoria jurídica, em 02/09/2013, busca-se explicitar, no presente artigo, o uso da argumentação e da referenciação como instrumentos essenciais para se atingir um público determinado e para possibilitar que o texto exerça influência na formação da opinião deste público.

Para tanto, toma-se como base as pesquisas de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002), Charaudeau (2006) e Palumbo (2007). Em Perelman e Olbrechts-Tyteca, tem-se a teoria da argumentação centrada no auditório. Palumbo, por sua vez, desenvolveu uma pesquisa sobre referenciação e argumentação nas orientações argumentativas. Por fim, Charaudeau trata do discurso nas mídias e de como ocorre a recepção das informações veiculadas pelos receptores.

2. Argumentação e referenciação: conceito

O homem, devido à necessidade de referenciar verbalmente aquilo que o cerca, busca formas cada vez mais complexas de subjetivar o mundo. O objetivo é não apenas fazer referência ao mundo, mas também compreender a referência que é feita dele. É nessa tentativa que o homem estabelece suas convicções e revela seu lugar discursivo (SILVA, 2011).

É na relação entre homem e referência que a argumentação é direcionada para conduzir a uma conclusão elaborada de forma prévia. Por meio da argumentação, o sujeito procura levar o outro a conceber um referente de uma forma e não de outra (SILVA, 2011).

Isso fica ainda mais evidente quando se trata de artigos jornalísticos como este sob análise. A matéria “Possível ataque à Síria não tem base jurídica”, demonstra, desde o título, que pretende conduzir o leitor a conceber aquele evento do mundo de modo bem específico. Logo no início do texto, já se percebe que a argumentação e a referenciação serão usadas para este fim.

Antes, porém, de adentrar-se no uso da argumentação e da referenciação como instrumentos na formação da opinião pública, necessário se faz esclarecer o que é argumentar e o que é referenciar.

Desde a antiguidade, estuda-se a argumentação. Porém, segundo Palumbo (2007), é com Perelman e Olbrechts-Tyteca que a argumentação, na chamada “Nova Retórica”, ganha novas perspectivas de estudo, baseando-se na cooperação e no acordo entre os participantes, apesar de ainda preservar alguns pontos do pensamento clássico da retórica.

Segundo Perelman e Tyteca (2002, p. 50), o objetivo da argumentação é “provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento”. Deste modo, os autores defendem que a argumentação é eficaz quando consegue aumentar a intensidade da adesão do outro ao que está sendo dito, quando gera nos ouvintes a ação pretendida ou cria neles uma disposição para a ação.

Por isso o bom uso da argumentação é essencial para que o redator de uma matéria jornalística, por exemplo, possa conduzir o leitor. Se as estratégias argumentativas forem inadequadas, não há a adesão do outro e não se gera nele a ação pretendida. Assim, como será visto adiante, é preciso saber selecionar estratégias para que se possa atingir determinados públicos e conduzi-los ou, ao menos, instigá-los a uma ação.

Na concepção de Aquino (1997), a argumentação pode ser entendida como a função característica da língua que reestrutura as três funções primárias de Bühler: (a) exprimir quem sou; (b) descrever o mundo; (c) agir sobre o outro. Todos os instrumentos utilizados para arrastar o ouvinte a acreditar numa ideia, numa ação, fazem parte da argumentação.

Quando um autor produz um texto argumentativo, revela um pouco de quem é, deixa transparecer sua forma de ver o mundo e busca, ainda que sem uma intenção direta e definida, agir sobre o leitor. Os instrumentos utilizados para se alcançar o outro podem ser os mais variados. Tomando como exemplo o artigo em análise, percebe-se que, por ter a intenção de atingir um público determinado, o autor seleciona instrumentos que estão relacionados a ele.

Neste ponto, é preciso mencionar que a argumentação está intimamente ligada, na concepção contemporânea, às noções de verdade e de verossimilhança (PALUMBO, 2007). Dificilmente, um texto argumentativo conseguirá convencer o outro se partir de premissas absolutamente inverossímeis. Argumentar a partir do absurdo não parece, assim, a melhor estratégia.

Tomando como exemplo o artigo ora analisado, nota-se como, o tempo todo, este remete a fatos, à notícias veiculadas em outros meios de comunicação, a textos legais, para transmitir ao leitor a segurança de que aquilo é verossímil. Não adiantaria apenas ao autor do texto expor sua opinião, sem fazer qualquer referência à verdade (ou, pelo menos, ao que se acredita ser a verdade, já que este conceito é bastante questionável).

É interessante notar, neste sentido, como o leitor reage de modo diferente quando lê uma narrativa ficcional e quando lê um artigo jornalístico de opinião, por exemplo. Neste último, o leitor é muito mais conduzido a aderir ou não àquilo que é apresentado do que no primeiro caso.

A argumentação é, em suma, um modo de alcançar ou intensificar o assentimento do público, utilizando-se do discurso (PALUMBO, 2007). O objetivo primeiro de toda estratégia argumentativa é levar o outro a aderir à tese do autor, levar o outro a ver, do mesmo modo que o autor, aquilo que está sendo referenciado.

Mas, afinal, o que é referência? Trata-se da propriedade da linguagem de representar classes de coisas, pessoas, animais, lugares, fatos, etc. (KOCH, 2002). São expressões linguísticas usadas para fazer referência à realidade, às coisas do mundo (expressões referenciais).

É importante mencionar que aquilo que se julga ser realidade é, na verdade, um produto da percepção cultural. A realidade é fabricada por toda uma rede de estereótipos culturais. Koch (2002) explica que é na dimensão da percepção/cognição que se fabricam os referentes. Assim, a percepção/cognição transforma o real em referente ou, em outras palavras, a realidade se transforma em referente por meio da interpretação humana. Portanto, é o ponto de vista que cria o objeto.

A questão do possível ataque à Síria, discutida no artigo em análise, por exemplo, pode ser colocada em um texto de modos absolutamente diversos. Um americano, um brasileiro e um sírio podem referenciar o mesmo fato de maneiras diferentes e, até mesmo, opostas. A realidade depende do ponto de vista pelo qual ela é vista.

A língua não é mero reflexo da realidade. Os sujeitos dão sentido aos seus referentes, na formulação dos enunciados, trazendo percepções distintas da realidade. Os referentes são imagens mentais e são fabricados pela dimensão perceptivo-cognitiva daqueles que interagem na prática social (PALUMBO, 2007).

É o sujeito quem dá sentido, por meio dos enunciados, ao referente. Por isso a seleção lexical é muito importante. E, neste ínterim, vale notar como o artigo jornalístico,

ora analisado, faz tal seleção de modo bem específico, utilizando termos jurídicos, para dar sentido a seus referentes (este ponto será analisado especificamente no item III, C).

O sentido fabricado na atividade referencial não é um reflexo da realidade, mas uma percepção cognitiva dela que possibilita o evento semântico/discursivo. A percepção que cada sujeito tem da realidade está ligada a seus pontos de vista. Por meio deles, o sujeito transforma o real em referente (PALUMBO, 2007).

Assim, a língua não é algo dado, antes é um instrumento que possibilita a construção discursiva da realidade. A língua não é um espelho do mundo, mas é variável, histórica, opaca, heterogênea e socialmente constituída (PALUMBO, 2007).

O ser humano tem a capacidade de impregnar na linguagem marcas de subjetividade ligadas àquilo em que acredita. Contudo, para que isso seja possível, é necessário trabalhar as expressões referenciais. A escolha de determinadas expressões referenciais pelo autor revela o modo como ele percebe a realidade. E, quando falamos em textos formais escritos, que tem o objetivo de convencer alguém a compartilhar de dado ponto de vista, isso se torna ainda mais evidente (SILVA, 2011).

Deste modo, fica claro que referenciação e argumentação estão intimamente ligadas. É preciso organizar as expressões referenciais no texto para direcionar a argumentação, de modo a conduzir o interlocutor à conclusão desejada. As estratégias de argumentativas podem se tornar falidas se o autor não fizer bom uso das expressões referenciais.

3. O discurso jurídico e o discurso jornalístico

Antes de analisar as estratégias argumentativas e referenciais utilizadas no artigo em questão, é preciso, também, entender de que gênero se está falando, com que tipo de texto se está trabalhando.

E, para tratar deste assunto, não haveria como não trazer à baila as considerações de Marcuschi (2002) sobre o que são gêneros textuais. Vejamos:

Já se tornou trivial a ideia de que os gêneros textuais são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social. Fruto de trabalho coletivo, os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia. São entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa. (MARCUSCHI, 2002, p. 19)

Os gêneros textuais são um resultado da práxis sociocultural de um povo e servem para ordenar o caos das atividades comunicativas diárias (MARCUSCHI, 2002). Desse modo, sua compreensão é essencial para a análise do artigo em questão, uma vez que este é fruto de uma atividade comunicativa.

A expressão “domínio discursivo”, segundo Marcuschi (2002), pode ser usada para designar “uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana”. Para o autor, tais domínios não são textos nem discursos, porém, por meio deles, podem surgir discursos bastante específicos, como, por exemplo, o discurso jurídico, o discurso jornalístico e o discurso religioso. Isso porque, apesar de as atividades jurídica, jornalística e religiosa não abrangerem um gênero particular, elas originam vários gêneros.

Ainda na concepção de Marcuschi (2002), tais discursos constituem práticas discursivas que podem envolver um conjunto de gêneros textuais. Este conjunto pode ser próprio ou, até mesmo, exclusivo daquele tipo de discurso, “como práticas ou rotinas comunicativas institucionalizadas”.

O discurso jurídico e o discurso jornalístico, apesar de se valerem ambos fortemente da argumentação e da referenciação, parecem ser discursos que não se encontram. Afinal, enquanto o discurso jornalístico, em tese, deveria ser um discurso neutro, o discurso jurídico pressupõe um posicionamento, a defesa de um dos lados.

Porém, o que se vê no artigo analisado é o encontro entre o jornalístico e o jurídico. Para tanto, sem desconsiderar a necessidade de transmitir uma informação, o autor utilizou as técnicas argumentativas dos textos jurídicos para produzir, nitidamente,

um texto que pretende formar a opinião pública.

Neste ponto, Marcuschi (2002) defende que os gêneros textuais não são formas estruturais imutáveis. O autor cita Bakhtin que dizia serem os gêneros textuais tipos “relativamente estáveis” de enunciados. Assim, seriam mais uma família de textos semelhantes, do que formas estruturais estáticas e definidas.

Referido autor ainda lembra que os gêneros são eventos linguísticos que não se definem por características linguísticas:

Eles são eventos lingüísticos, mas não se definem por características lingüísticas: caracterizam-se, como já dissemos, enquanto atividades sócio-discursivas. Sendo os gêneros fenômenos sócio-históricos e culturalmente sensíveis, não há como fazer uma lista fechada de todos os gêneros. Existem estudos, feitos por lingüistas alemães que chegaram a nomear mais de 4000 gêneros, o que à primeira vista parece um exagero (Veja-se Adamzik, 1997). Daí a desistência progressiva de teorias com pretensão a uma classificação geral dos gêneros. (MARCUSCHI, 2002, p. 29)

Deste modo, não é necessário fechar o texto classificando-o dentro de um gênero específico, mas é preciso entender que os gêneros podem se misturar e se transformar de acordo com a necessidade gerada pela atividade discursiva. O artigo jornalístico que será analisado a seguir mescla o discurso jornalístico e o discurso jurídico, podendo ser incluído na categoria dos textos argumentativos e dos artigos de opinião.

4. Das estratégias argumentativas e referenciais utilizadas no artigo jornalístico “Possível ataque à Síria não tem base jurídica”

A partir dos conceitos acima expostos, passa-se agora à análise do artigo “Possível Ataque à Síria não tem base jurídica”, publicado no site *Consultor Jurídico*, no que tange às estratégias argumentativas e referenciais utilizadas com o objetivo de influenciar a formação da opinião pública.

4.1. Da relevância do apelo à alteridade

Antes de adentrar-se nas estratégias argumentativas e de referenciação utilizadas no artigo em análise, necessário se faz tecer alguns comentários sobre a importância de se considerar o outro, o interlocutor, na escolha dessas estratégias.

Segundo Carvalho (2005), para que o discurso argumentativo aconteça, deve-se considerar a reação do interlocutor ao argumento utilizado, ou seja, tal discurso tem fundamento no apelo à alteridade. Citando Breton (1999), Carvalho ainda defende que argumentar “é também comunicar, dirigir-se ao outro, propor-lhe boas razões para ser convencido a partilhar de uma opinião” (CARVALHO, 2005, p. 11).

Se a argumentação não for dirigida para o interlocutor, considerando sua reação a ela, o discurso argumentativo não ocorre. As estratégias argumentativas utilizadas, quando se fala com um médico, com um engenheiro e com um advogado, por exemplo, têm que ser diferentes, afinal cada um deles vê o mundo de um modo diverso e trabalha com o raciocínio de um modo diferente.

Segundo Charaudeau (2006), o recebimento das informações contidas em uma notícia varia de pessoa para pessoa e sofre influência das circunstâncias nas quais cada leitor a recebe:

Para uma será a causa (acidental ou criminal), para outras serão as consequências (individuais ou políticas), para outras ainda serão os detalhes do acidente (mórbidos ou técnicos). Assim, definiremos essa noção como ligada a de “universo de discurso”, a qual se refere ao aspecto referencial da linguagem, isto é, ao movimento da linguagem que, ao mesmo tempo, em que está relacionado a um ato de troca, volta-se para o mundo para recordá-lo de uma maneira mais ou menos racional através das representações linguageiras e reconstruí-lo em categorias de sentido. (CHARAUDEAU, 2006, p. 94)

Deste modo, toda captura da realidade empírica passa pelo filtro de um ponto de vista particular e, assim, um objeto particular, que é dado como um fragmento do real, é construído (CHARAUDEAU, 2006).

A argumentação provoca uma ação sobre o espírito dos ouvintes, por meios discursivos, constituindo um processo que envolve uma dinâmica interpessoal complexa (CARVALHO, 2005). É preciso ter isso em mente para que o foco não esteja no locutor, mas no interlocutor, fazendo com que este tenha a reação desejada.

Quando se tem um auditório específico, que assume valores e opiniões relativos à determinada cultura e ideologia, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) enfatizam que:

(...) as opiniões de um homem dependem de seu meio social, de seu círculo, das pessoas que freqüenta e com quem convive: “Você que”, dizia M. Millioud, “que o homem inculto mude de opinião? Transplante-o.” Cada meio poderia ser caracterizado por suas opiniões, por suas convicções indiscutidas, pelas premissas que aceita sem hesitar, tais concepções fazem parte de sua cultura e todo orador que quer persuadir um auditório particular tem de se adaptar a ele. Por isso a cultura própria de cada auditório transparece através dos discursos que lhe são destinados (...). (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 23)

Deve-se considerar toda a complexidade que envolve o auditório, incluindo o meio social e cultural e suas opiniões dominantes. Ignorar tais fatores pode resultar em argumentos sem objeto e sentido (PALUMBO, 2007).

Para analisar a linguagem em sua função argumentativa, é preciso perceber o modo como aqueles que integram a relação discursiva organizam seu discurso de modo a conduzir o outro a uma determinada conclusão. Logicamente, o discurso argumentativo pretende a adesão do outro a um dado ponto de vista e isso é feito por um processo de negociação. Argumentar é, assim, como mediar um acordo com o interlocutor (PALUMBO, 2007).

Não é apenas a língua em comum que possibilita o acordo entre aqueles que interagem, temos que perceber também a maneira de organização e de apresentação desta. É necessário escolher recursos linguísticos e elaborar estratégias discursivas que se adequem àquele auditório (PALUMBO, 2007).

É isso que se passará a analisar nos próximos tópicos deste artigo.

4.2. O uso das citações e dos argumentos de autoridade no discurso jurídico

Cumprir notar que as citações e os argumentos de autoridade são amplamente utilizados no discurso jurídico. Quando analisamos, por exemplo, as peças jurídicas, as petições, os recursos, verificamos que, muitas vezes, os autores se utilizam de inúmeras citações de doutrina e jurisprudência para fundamentar seus pedidos.

De acordo com a teoria da argumentação é possível entender que se trate de procedimento estratégico de persuasão. Entendemos que se constitui, também, em estratégia de formação de opinião dos leitores.

Analisando o artigo em questão, fica clara a utilização das citações e dos argumentos de autoridade de forma reiterada. Em um artigo de menos de duas páginas, o autor cita o jornal *New York Times*, o presidente dos EUA (Obama), o professor de direito Matthew Waxman, o professor de política Ian Hurd e o *site Business Insider*, sendo que cada um deles é citado mais de uma vez ao longo do texto.

Veja-se alguns exemplos:

“É uma clara violação à lei internacional”, afirma, em editorial, o *New York Times*. “É inconstitucional”, do ponto de vista doméstico, dizem outras publicações. (...)

A “base humanitária”, na visão do governo americano, foi alinhavada na sexta-feira (30/8) pelo presidente Obama. Para ele, “a decisão de agir é parte da obrigação dos EUA, como um líder mundial, de se certificar de que regimes sejam responsabilizados quando atacam seu próprio povo com armas proibidas pelas

normas internacionais”. Segundo o presidente, “se prevalecer a percepção de que ninguém vai executar essas normas, as pessoas não vão levá-las a sério”.

(...) “Mas, dizer que é a coisa certa a fazer não garante a legalidade da ação”, diz o professor de Direito Matthew Waxman, uma das autoridades do Departamento de Estado dos EUA no governo Bush.

Tal fato pode indicar que, para este público determinado, para as pessoas do meio jurídico, os argumentos de autoridade, as citações, têm uma relevância bastante grande. Não é sem fundamento a escolha do autor por esta estratégia argumentativa.

Neste ponto, é importante ressaltar, também, que o autor remete a vários diplomas legais internacionais para fundamentar a tese defendida de que o ataque à Síria não teria base jurídica. A Carta das Nações Unidas – ONU, o Tratado de Armas Químicas da ONU e a Convenção e o Protocolo de Genebra são citados, como forma de fortalecer seu argumento. Isso porque, quando se fala para um público do meio jurídico, não se pode ignorar o fato de que não bastará dizer que algo é certo ou errado, não bastará o juízo de valor, mas será preciso demonstrar na Lei a ilegalidade daquele ato.

Seria incoerente questionar a base jurídica de um ato sem fazer menção às Leis, Convenções e Tratados a ele relacionados, ainda mais quando se está falando para um público ligado ao meio jurídico. Sem apresentar o fundamento legal, dificilmente, o autor conseguiria conduzir o leitor às suas conclusões.

Além disso, como a questão tratada no artigo está ligada ao âmbito internacional, o ordenamento jurídico selecionado tem de ser adequado a tais questões. Analisar um problema jurídico envolvendo os Estados Unidos e a Síria a partir do ordenamento jurídico brasileiro, por exemplo, não faria sentido e dificultaria a ação do texto sobre o convencimento do outro.

Para que se consiga alcançar pessoas de determinada área da sociedade, é preciso entender o modo de pensar delas, para que se possa tentar levá-las a seguir o ra-

raciocínio colocado no texto. Nas palavras de Severino (2007, p. 81), raciocínio é “um dos elementos mais importantes da argumentação; porque suas conclusões fornecem bases sólidas para os argumentos”. Assim, é necessário que, a partir de um processo lógico de pensamento e tomando como base conhecimentos adquiridos, possamos chegar a novos conhecimentos, com o mesmo coeficiente de validade dos primeiros. E, este processo pode ser facilitado quando entendemos o modo de pensar do receptor do discurso, pois, deste modo, as estratégias argumentativas podem ser mais bem utilizadas.

Quando se pretende atingir um público determinado com uma matéria jornalística ou com um artigo de opinião, é preciso entender o modo de pensar dessas pessoas e escolher as estratégias com as quais podemos mais facilmente influenciar o modo de pensar e de agir delas.

4.3. Da escolha lexical

O fato de selecionar alguns elementos e apresentá-los ao auditório já implica a importância e a pertinência deles no debate. Isso porque semelhante escolha confere a esses elementos uma presença, que é um fato essencial da argumentação. (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 132)

Outro aspecto relevante quando se fala em escrever ou falar para um público ligado ao meio jurídico é a escolha lexical. Primeiro porque ainda se trata de um público, em sua grande maioria, conservador, que se identifica mais com o vocabulário formal e utiliza, em grande escala, expressões latinas e arcaicas. Segundo porque a presença de termos jurídicos, ao longo do discurso, pode facilitar a visualização do receptor daquilo que se está referenciando.

Para exemplificar, alguns exemplos do artigo em análise:

“ILEGÍTIMA DEFESA - Possível ataque à Síria não tem base jurídica” G.N.

Primeiramente, pode-se identificar como subtítulo da matéria a expressão “ilegítima defesa”. O autor trabalha de forma irônica com a expressão legal “legítima defesa” para referenciar os argumentos que estavam sendo lançados na época pelo governo norte-americano de que o ataque à Síria seria um ato de “legítima defesa”.

Possivelmente, pessoas não ligadas ao meio jurídico não tenham facilidade para entender a ironia colocada na expressão. Contudo, como o autor está escrevendo para um grupo determinado de pessoas, a escolha lexical tem que ser voltada para este grupo. Quando o público jurídico lê a expressão “ilegítima defesa”, já se identifica com aquele conceito e já começa a entender por qual óptica o autor está analisando aquele fato determinado.

“Uma coisa é a “**base humanitária**”, que pode — ou não — justificar um ataque americano à Síria. Outra coisa é a “**base jurídica**”, para sustentar a decisão de atacar. Essa, definitivamente não existe, dizem juristas e professores de Direito americanos, além de uma leva de artigos e editoriais em jornais e sites dos EUA publicados no último fim de semana.” G.N.

Outra escolha lexical importante feita pelo autor foi a expressão “base jurídica”. A partir dela, podemos depreender que o discurso não tem por finalidade uma simples crítica à postura que poderia vir a ser adotada pelo governo norte-americano, mas que pretende demonstrar a ilegitimidade dessa postura. Por tal razão, também, o autor faz o contraste entre “base humanitária” e “base jurídica”, mostrando que o fundamento para que ele se posicione contra o ataque é jurídico e não subjetivo.

Mais uma vez, a escolha do autor reflete uma necessidade advinda do público para o qual escreve. A partir do momento que a argumentação está voltada para um grupo de pessoas ligadas ao mundo jurídico, torna-se importante que a argumentação tenha fundamento legal. Um juiz não julga uma lide a partir de seus conceitos subjetivos, apenas, mas toda decisão legal tem que estar fundamentada na lei, nos princípios ou, pelo menos, no entendimento jurisprudencial.

“O ex-presidente Bush também alegou legítima defesa para justificar a invasão ao Iraque, com a criação de um conceito inteiramente novo: o da **defesa preemptiva**. Ou seja, um país teria o direito de se defender, antes de ser atacado.” G.N.

Por fim, vale notar o uso da expressão “defesa preemptiva” pelo autor e a breve explicação que ele traz ao leitor a respeito do que seria essa defesa. Enquanto a legítima defesa pressupõe um ataque, uma ofensa, prévia, a defesa preemptiva é aquela em que a defesa ocorre antes do ataque. Ocorre que, para um jurista, este conceito é absolutamente relevante na compreensão do fato referenciado no artigo.

Se o instituto da legítima defesa já é debatido e questionado no meio jurídico e nos Tribunais, pois, muitas vezes, envolve uma análise subjetiva do fato, falar em defesa preemptiva, principalmente no contexto brasileiro, é bastante complicado. Assim, a seleção desta expressão pelo autor tem um efeito sobre o leitor desta área, que será levado a refletir sobre a viabilidade em se falar de uma defesa antes mesmo de existir um ataque ou na iminência de um ataque.

Assim, percebe-se que os itens lexicais não foram selecionados de modo arbitrário. Ao contrário, a partir do modo pelo qual o leitor organiza a língua, o autor seleciona os itens lexicais que utilizará no discurso e os organiza. E, logicamente, este processo auxilia as estratégias argumentativas, a partir do momento em que facilita ao leitor a compreensão da linha de raciocínio tecida pelo autor.

4.4. Do uso da analogia como forma de ilustração do referencial.

Outra forma de referência bastante usada no meio jurídico, para fins de argumentação, é a analogia. Esta não é apenas usada no discurso jurídico, mas é também colocada como um instrumento da hermenêutica jurídica. Apenas para citar um exemplo, se um magistrado se vê diante de um fato para o qual não existe uma norma jurídica aplicável naquele ordenamento, pode ele aplicar, de forma analógica, uma legislação

estranha, uma vez que não pode deixar de dar a prestação jurisdicional.

Assim, a analogia é parte do dia-a-dia do público alvo do artigo em análise. Por isso, o autor faz uso dela para demonstrar a ausência de base jurídica na postura adotada pelo governo norte-americano. A analogia é feita com o ataque realizado pelo governo Bush ao Iraque. É o que se nota no trecho abaixo colacionado:

“(...) Mais tarde, foi um dos fundamentos utilizados pelo governo Bush para tentar justificar a invasão do Iraque. O ex-presidente Bush também alegou legítima defesa para justificar a invasão ao Iraque, com a criação de um conceito inteiramente novo: o da defesa preemptiva. Ou seja, um país teria o direito de se defender, antes de ser atacado.”

Quando o autor remete o leitor à questão do Iraque, este consegue ter uma visão mais objetiva do que está sendo dito. É como se o objeto referenciado fosse ali ilustrado para o leitor. Como as críticas à guerra do Iraque foram muito aprofundadas e a questão muito debatida, fica mais fácil para o receptor visualizar a questão da Síria fazendo essa comparação.

Pode-se dizer que a analogia é tanto uma estratégia argumentativa quanto uma forma de facilitar a referência, já que tanto facilita que o interlocutor perceba o fato que está sendo referenciado, como aponta qual a conotação interpretativa terá aquele discurso. Quando o autor compara a questão Síria à guerra do Iraque, seu posicionamento com relação à primeira fica claro e o leitor já vai sendo conduzido à conclusão pretendida.

5. Considerações finais

De todo o exposto, percebe-se que o discurso, quando voltado para um público específico, deve ter suas estratégias argumentativas e seu modo de referenciar voltados a tal público também.

O artigo analisado traz várias marcas de consideração do outro na construção do discurso. O uso da analogia, das citações e dos argumentos de autoridade refletem a maneira de pensar e o modo de organizar o raciocínio, do público para qual está voltado o texto. A seleção lexical feita facilita a visualização do objeto referenciado por aquelas pessoas específicas. Todas essas estratégias são de suma relevância em textos argumentativos.

Assim, o outro é um elemento essencial a ser considerado quando se vai trabalhar com um texto argumentativo, quando se pretende conduzir o leitor a uma conclusão. É necessário perceber, por exemplo, o modo como o outro organiza seu discurso, qual a seleção lexical por ele utilizada e qual é a sua maneira de pensar e de ver o mundo.

Não se pode ignorar o meio social e cultural no qual o público alvo está inserido e quais as suas opiniões dominantes. Não basta que apenas a língua utilizada no discurso seja comum às partes. Para que o acordo seja possibilitado, a maneira de organização e de apresentação da língua pelo interlocutor deve ser considerada. O autor precisa escolher recursos linguísticos e elaborar estratégias discursivas que se adequem àquele auditório específico.

Como bem colocado por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002), a cultura do auditório deve transparecer no discurso que é a ele voltado. O interlocutor tem que ser envolvido pelo discurso, tem que se identificar com as estratégias argumentativas utilizadas.

Portanto, a argumentação e a referenciação são instrumentos essenciais na formação da opinião pública.

Referências bibliográficas

AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira *Conversação e Conflito* – um estudo das estratégias discursivas em interações polêmicas. São Paulo, 1997. 367 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

BRETON, Philippe. *A argumentação na comunicação*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

CARVALHO, Marcio Marconato. *A construção do discurso no gênero entrevista com convidados na internet*. São Paulo, 2005. Tese (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Trad. Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, Ingedore G. Villaça. A Referenciação. In: *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P. et al. (org.) *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

PALUMBO, Renata. *Referenciação e Argumentação: a dinâmica nas orientações argumentativas em debates políticos televisivos*. São Paulo, 2007, 193 f. Tese (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

PERELMAN, Chaim & **TYTECA**, Lucie Olbrechts-. *Tratado da Argumentação: a Nova Retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Walleska Bernardino. *A relação entre referenciação e argumentação*. Minas Gerais, 2011, 20 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Uberlândia.

Anexos

Anexo I – Artigo: Possível ataque à Síria não tem base jurídica²

Illegítima Defesa

02 de setembro de 2013, 15:04h

Por João Ozorio de Melo

Uma coisa é a “base humanitária”, que pode — ou não — justificar um ataque americano à Síria. Outra coisa é a “base jurídica”, para sustentar a decisão de atacar. Essa, definitivamente não existe, dizem juristas e professores de Direito americanos, além de uma leva de artigos e editoriais em jornais e sites dos EUA publicados no último fim de semana.

“É uma clara violação à lei internacional”, afirma, em editorial, o New York Times. “É inconstitucional”, do ponto de vista doméstico, dizem outras publicações. Só o Congresso pode autorizar ação militar. Mas essa é uma questão que pode ser contornada, se o presidente Barack Obama obtiver uma autorização do Congresso, o que ele anunciou que pode fazer no domingo (1/9).

A “base humanitária”, na visão do governo americano, foi alinhavada na sexta-feira (30/8) pelo presidente Obama. Para ele, “a decisão de agir é parte da obrigação dos EUA, como um líder mundial, de se certificar de que regimes sejam responsabilizados quando atacam seu próprio povo com armas proibidas pelas normas internacionais”. Segundo o presidente, “se prevalecer a percepção de que ninguém vai executar essas normas, as pessoas não vão levá-las a sério”.

Para o governo americano, pode ser a coisa certa punir o presidente da Síria Bashar al-Assad pela morte de 1,4 mil cidadãos sírios, vítimas de armas químicas. “Mas, dizer que é a coisa certa a fazer não garante a legalidade da ação”, diz o professor de Direito Matthew Waxman, uma das autoridades do Departamento de Estado dos EUA no governo Bush. O governo americano terá muita dificuldade para encontrar “base jurídica” para justificar a ação militar.

² <http://www.conjur.com.br/2013-set-02/possivel-ataque-siria-base-humanitaria-nao-base-juridica>

A ilegalidade do ataque provém, em primeiro lugar, de uma possível violação à Carta das Nações Unidas, dizem os jornais. A Carta prevê apenas duas situações em que um país pode atacar o outro: em legítima defesa, quando o país for atacado, ou com autorização do Conselho de Segurança da ONU, para manter a paz e a segurança.

Os Estados Unidos não foram atacados pela Síria e dificilmente vão obter autorização do Conselho de Segurança. A Rússia e possivelmente a China devem vetar qualquer resolução que se proponha a autorizar ataques aéreos ou invasão da Síria.

O artigo 39 (capítulo VII) da Carta das Nações Unidas contraria a declaração do presidente Obama de que os EUA, como um líder mundial, é obrigado a intervir na Síria. Na verdade, essa é uma função da ONU. O artigo diz: “O Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão, e fará recomendações ou decidirá que medidas deverão ser tomadas (...)”.

Mesmo que se confirme a suspeita de que o governo sírio usou armas químicas, causou um grande número de vítimas e, por isso, violou leis internacionais, não haverá como sustentar juridicamente uma retaliação — mesmo que ela soe como humanitariamente justificável. A Síria é um dos poucos países que nunca assinou o Tratado de Armas Químicas da ONU. Assim, a Síria não pode ser responsabilizada pela quebra de um tratado que não assinou, dizem os juristas.

A Síria assinou a Convenção de Genebra e o Protocolo de Genebra — esse proíbe, especificamente, o uso de armas químicas em guerras com outros países. Não diz nada contra o uso de armas químicas contra o próprio povo, diz o professor de Política Ian Hurd.

“Em outras palavras, o governo americano se propõe a violar a legislação internacional para proteger uma legislação internacional que a Síria nunca se comprometeu oficialmente a cumprir”, diz o site Business Insider.

Do ponto de vista doméstico, também não há um precedente jurídico forte para justificar o ataque. Há precedentes considerados “ilegais”, diz o professor Matthew

Waxman. Em 1999, o ex-presidente Clinton ordenou um ataque aéreo a Kosovo, com o apoio da NATO, justificado em bases humanitárias.

“Os EUA nunca declararam que a intervenção em Kosovo tinha sustentação jurídica. O governo americano declarou apenas que ela era justificada”, ele diz. O governo reconheceu que não havia uma base jurídica forte e declarou que a ação não deveria servir de precedente no futuro. Justificou a ação em fortes razões morais.

No caso da Síria, o governo americano dificilmente poderá alegar “fortes razões morais” para justificar o ataque, diz o Business Insider. “Em 1988, o então presidente do Iraque Saddam Hussein usou armas químicas contra os iranianos e também contra os curdos, dentro do próprio país, com conhecimento total do governo americano”, afirma a publicação.

Na época, não foi proposta qualquer intervenção no Iraque. Mais tarde, foi um dos fundamentos utilizados pelo governo Bush para tentar justificar a invasão do Iraque. O ex-presidente Bush também alegou legítima defesa para justificar a invasão ao Iraque, com a criação de um conceito inteiramente novo: o da defesa preemptiva. Ou seja, um país teria o direito de se defender, antes de ser atacado.

Na história recente, dois presidentes americanos usaram a justificativa da legítima defesa, prevista na Carta da ONU, para atacar outros países, relembra o New York Times. Em 1986, Ronald Reagan atacou a Líbia, em retaliação a um ataque com bomba a uma discoteca em Berlim. Em 1998, Bill Clinton atacou a Al Qaeda no Afeganistão e no Sudão, em retaliação a dois ataques com bomba a embaixadas americanas na África.

Segundo o jornal, esse “fundamento controvertido” não está disponível ao presidente Obama para atacar a Síria, por decisão presidencial. A Síria não atacou nenhum cidadão americano, nem qualquer propriedade americana.

Abstract: *This article aims to observe the arguments and references as determining factors to the formation of public opinion in journalistic articles. Through argumentative strategy analysis, and the way references occur in the journalistic article “Possível ataque à Síria não tem base jurídica”, published in a Counsel website in 09/02/2013, we aim to explicit the usage of arguments and reference as essential tools to target a given audience, and to enable the text to influence the formation of opinion of this given audience. In order to do so, we use as reference the research conducted by Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002), Charaudeau (2006) and Palumbo (2007).*

Key words: *argumentation; referral; journalistic article; public opinion; legal public.*

QUARTO DE SENHORA E QUARTO DE CRIADA: UM EXERCÍCIO DE ANÁLISE DE CULTURA MATERIAL

Simone Adriani dos SANTOS¹

Resumo: *A partir da década de 1960, estudos de cultura material sofrem influência do estruturalismo de Lévi-Strauss e da semiologia de fundamentação linguística de Saussure. Este trabalho apresenta dois objetivos: uma rápida discussão sobre a vertente de estudos de cultura material que se preocupa com valores e sentidos atribuídos a artefatos; um exercício de observação das descrições de dois quartos femininos, de patroas e criadas domésticas. As descrições encontram-se em manuais de comportamento publicados entre 1870 e 1920. São obras que eram destinadas sobretudo a mulheres com intenção de ensinar o que era ser mãe, esposa e dona-de-casa. Contribuíram, portanto, para a construção do gênero feminino. O exercício apoia-se em análises teóricas de Sahlins (2003), Perrot (2011), entre outros autores. As relações entre patroas e criadas eram marcadas por constantes tentativas de diferenciação. Os esforços para manter os distanciamentos podem ser notados, neste caso, pela composição material de seus quartos.*

Palavras-chave: *cultura material; manuais femininos; espaço doméstico; patroas; criadas.*

1. Introdução

Este trabalho apresenta dois objetivos. O primeiro deles procura fazer uma rápida apresentação da vertente de estudos de cultura material que se preocupa com os valores e os sentidos atribuídos aos artefatos. Embora a tendência atual seja a do exame de práticas sociais a partir das articulações entre o corpo e as realidades físicas, o resgate

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, sob orientação da Profa. Dr. Vânia Carneiro de Carvalho. Bolsista CNPq. E-mail: simone.santos@usp.br.

da materialidade e a valorização dos atores não humanos (objetos), não se pode ignorar as análises que se voltam para a função sógnica dos objetos. Influenciados pelo estruturalismo de Lévi-Strauss e pela semiologia de fundamentação linguística de Saussure, em meados do século XX, os estudos de cultura material passaram a se preocupar em localizar os sentidos e os significados atribuídos a objetos e espaços.

O segundo objetivo deste artigo é analisar as descrições de dois quartos: o quarto da senhora dona da casa/patroa e o quarto da criada doméstica². As descrições são encontradas em manuais de comportamento publicados entre as décadas 1870 e 1920. Eram obras que circularam pela cidade de São Paulo em vários contextos, possivelmente em escolas de educação feminina. O intervalo entre o final do século XIX e início do século XX compreende o período em que a capital paulista passou por expressivas mudanças advindas com o aprofundamento e a disseminação dos novos hábitos de consumo, intensificados pela modernização da infraestrutura e diversificação das atividades e agentes urbanos (OLIVEIRA, 2005; PINTO, 1994). Além das mudanças políticas, sociais, econômicas e da instauração de um projeto político, cujo objetivo era tornar o Brasil uma nação moderna e civilizada, esse é o momento em que há uma grande disponibilização de bens de consumo, sobretudo, de produtos para a casa.

Os palacetes, tipo de habitação com estilo inspirado em modelos aristocráticos europeus do século XVIII e altamente especializada (segregação de ambientes sociais, privados e de serviço, intermediados por áreas de transição), foram a melhor expressão do que se denominou como “casa moderna” (LEMOS, 1989; CARVALHO, 1996; HOMEM, 1996). Tais características atendiam às aspirações burguesas baseadas no consumo conspícuo e privado como forma de construção de identidades social e individual³. Para as famílias menos abastadas, o novo modo de vida foi caracterizado pela aquisição de bens

² Como o termo “empregada doméstica” é anacrônico para a época analisada, neste artigo será utilizado o vocábulo “criada”, o qual era utilizado tanto na legislação quanto nos manuais femininos de comportamento.

³ Segundo Daniel Miller, o consumo, com as novas possibilidades de agenciamento de bens, pode ser entendido como uma forma de construção de autonomia e identidade individual e social (MILLER, 2007).

de consumo. Para essa parcela da sociedade, se não era possível comprar uma casa nova e “moderna” ou reformar a antiga, a recente ascensão social poderia ser demonstrada por meio da aquisição de objetos para a casa, como peças de decoração e itens do mobiliário encontrados em lojas de departamentos (como, por exemplo, o *Mappin Stores*⁴) ou confeccionados a partir de receitas caseiras divulgadas em revistas e manuais femininos de comportamento (CARVALHO, 2008; 2011).

Escritos por autores de diferentes áreas profissionais (professores, médicos, higienistas, literatos; homens e mulheres; leigos e religiosos) (MAGALDI, 2007, p. 19), os manuais prescritivos de conduta que circulavam pela cidade de São Paulo, além de conter receitas de como construir e reformar artefatos para a casa, normatizavam comportamentos, ensinavam o que era ser uma pessoa elegante, educada e civilizada, prescreviam ações em eventos sociais e festas, davam dicas de higiene (pessoal e da habitação), ajudavam a organizar a rotina de trabalhos domésticos, forneciam informações sobre como tratar os empregados e, sobretudo, informavam o que era ser uma boa mãe, esposa e administradora do lar. Ao se pensar os preceitos veiculados por meio dos manuais femininos e a forma como buscavam transmitir um ideal de comportamento à mulher, pode-se dizer que eles contribuíram para a construção de representações e papéis sociais destinados ao gênero feminino, como no seguinte trecho: “Será polida, affavel, carinhosa; será vigilante e activa; será garrida e requintada; fará do ménage uma arte, da vida de familia uma religião, e do seu lar o mais divino dos sanctuarios” (CARVALHO, 1909, p. 64-65). De acordo com De Lauretis (1994), a construção de gênero ocorre por meio de várias tecnologias e discursos com o poder de controlar o campo de significado social e, assim, promover e implantar representações de gênero.

⁴ Inaugurado como loja de departamentos em 1913, em São Paulo, o *Mappin Stores* surgiu como resultado de uma sociedade entre John Kitching e a *Mappin & Webb*, uma casa inglesa de produtos importados vendidos às elites paulistanas, tais como porcelanas, prataria, cristais, entre outros artigos finos. Tendo seu primeiro endereço a rua XV de Novembro, em 1919, é transferida para um imóvel ampliado na Praça do Patriarca, permanecendo lá até 1939, quando é transferida para o outro lado do Viaduto do Chá. Na década de 1930, em meio a uma crise que afeta o país e todo mundo, a loja marca seus preços nos produtos, buscando atrair as classes mais populares. A loja sobrevive até 1999, quando declara sua falência (ALVIN; PEIRÃO, 1985).

Com a consolidação do capitalismo, o desenvolvimento da vida urbana-industrial e o surgimento de novas formas de sociabilidade, as vivências familiares e domésticas foram reorganizadas. A divisão sexual do trabalho atribuiu a esfera privada, do lar e da intimidade, à mulher, e o espaço público, da política e dos negócios, ao homem. Um conjunto de valores, entre eles a valorização da intimidade, do amor entre os cônjuges, da maternidade, atribuiu à mulher o papel de mãe responsável pelos filhos e de esposa dedicada ao lar e ao casamento e ao homem coube o papel de pai provedor da família (D'INCAO, 2004, p. 223; GONÇALVES, 2006). Por esse motivo, como afirma Carvalho (2011, p. 445), o espaço doméstico, por ser entendido como um lugar de práticas corporais envolvendo, desde a infância, o uso cotidiano de objetos, torna-se um lugar importante para a constituição das identidades sociais e de gênero. Nesse sentido, o quarto pode ser um interessante objeto de análise e trazer questões para se pensar as diferenças entre patroas e criadas domésticas⁵.

Com o crescimento da cidade de São Paulo, uma grande quantidade de trabalhadores (ex-escravos, imigrantes europeus e seus descendentes) migrou para a capital em busca de emprego e melhores condições de sobrevivência. O comércio e a incipiente indústria não absorveram o grande número de desempregados. Às mulheres restou a possibilidade de se empregar no serviço doméstico: casadas ou solteiras, imigrantes ou nacionais (negras ou brancas), algumas começaram a trabalhar ainda crianças ou adolescentes, em casas de famílias abastadas e de médios recursos, como cozinheiras, criadas, lavadeiras,

⁵ A escolha pela análise de descrições de quartos de patroas e criadas domésticas está relacionada ao tema da pesquisa de mestrado. Iniciada em 2011, um ano antes de meu ingresso no programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, a pesquisa tem como objetivo analisar as relações entre patroas e suas empregadas, na cidade de São Paulo, entre as décadas de 1870 e 1920. Sua atenção está voltada para as diferenças étnicas, sociais e de gênero (re)produzidas no espaço doméstico. O intuito é compreender a formação identitária a partir do uso de objetos e espaços, entendidos estes como indutores de comportamentos e hábitos corporais. Tal hipótese baseia-se no papel ativo que as práticas domésticas diferenciadas entre patroas e empregadas teriam na conformação de identidades sociais e de gênero igualmente diferenciadas. Isto quer dizer que tais diferenças estariam baseadas não em valores abstratos, ou valores exportados de conformações produzidas fora da convivência, mas em diferenças que foram construídas diariamente no uso diferenciado do espaço da casa, bem como de seus objetos, inclusive do corpo. Considera-se que as relações se davam a partir de um jogo de práticas de aproximações e distanciamentos, as quais mostram que as identidades dessas mulheres, em alguns momentos, não se constituíam com características tão distantes.

passadeiras, arrumadeiras, copeiras, amas-de-leite, amas secas, pajens e ajudantes⁶; algumas se empregavam sozinhas, outras junto de seus filhos e marido. Assim como a maioria da população pobre paulistana, elas recebiam baixos salários e moravam em precárias habitações. Então, para fugir das onerosas despesas com aluguel e alimentação, muitas mulheres conseguiam negociar a possibilidade de residir na casa das famílias empregadoras (MATOS, 1994, 2002; PINTO, 1994, p. 97). Essa situação agravava ainda mais as tensas relações entre patrões e criados. Embora a escravidão tivesse sido abolida em 1888, a herança escravista ainda era muito forte. Quem trabalhava no serviço doméstico, atividade realizada anteriormente por escravos, era visto como uma ameaça, um possível inimigo dentro de casa, alguém que poderia roubar ou transmitir doenças para os familiares e, portanto, deveria ficar constantemente sob vigilância (vigilância de seus corpos e de seus quartos).

Além disso, como a mulher era a responsável pelo cuidado do lar, havia a necessidade de marcar as diferenças sociais (e raciais) entre patroas e criadas. Os esforços para manter os distanciamentos entre elas aconteciam por meio de vários recursos, como o uso diferenciado de objetos, a proibição de acesso a espaços da casa, a divisão de atividades domésticas e, como busca-se demonstrar neste artigo, a composição material de seus quartos. Espera-se, portanto, com esse exercício, verificar se as diferenças sociais podem ser notadas materialmente no espaço doméstico. Para fazer este exercício de análise, o texto se apoia em autores de diferentes áreas, tais como Sahlins (2003), Perrot (2011), entre outros.

2. Cultura material como sistemas simbólicos

Não importa em qual contexto (social, cultural, ritualístico ou econômico), não se pode negar a ubiquidade das coisas físicas para a humanidade. A cultura material é in-

⁶ O serviço doméstico empregou uma grande quantidade de mulheres pobres. Em 1914, estimavam-se cerca de 40 mil trabalhadores no setor e de 10 a 15 mil substituições por ano, período em que a população paulistana era em torno de 375 mil habitantes. Na mesma época, em 1906, no Rio de Janeiro, havia 77 mil criadas, o que significava uma taxa de 76% das mulheres ativas (GRAHAM, 1992, p. 18-26; MATOS, 1994, p. 206; 2002).

dissociável e constitutiva da condição humana desde o seu surgimento. Por esse motivo, esta é uma importante plataforma para o estudo das dimensões materiais da vida social. O historiador não precisa necessariamente fazer uso de artefatos, mas pode estudar as sociedades humanas por meio da utilização de diferentes tipologias documentais (fontes materiais, textuais, orais, visuais, entre outras). Não se trata de uma história dos objetos ou dos contextos físicos (produção, circulação, usos etc.), mas dos grupos sociais. Em outras palavras, os estudos históricos que utilizam a cultura material como perspectiva de análise se preocupam em entender a constituição, o funcionamento e as transformações sociais em determinado contexto.

Pode-se dizer que a historiografia manteve contatos esporádicos e fragmentários com os estudos de cultura material. Como aponta Rede (2012, p. 133), essa relação foi marcada pela oscilação entre a precariedade e a rejeição. Segundo Meneses (1983, p. 103-105), existem três posturas marcantes sobre o uso de cultura material em análises históricas: a supressão total do universo físico; a complementação da documentação textual, buscando corroborar o que é dito; e a terceira postura, a de ilustrar as informações presentes no texto. A explicação para essa defasagem pode ter vários motivos, mas possivelmente um dos principais é porque as fontes escritas sempre foram privilegiadas pela historiografia. Mesmo com as mudanças com a escola dos *Annales* e a tentativa da incorporação de novas fontes documentais às análises históricas, o que se fez muitas vezes foi a realização de uma história socioeconômica da dimensão material das sociedades. Dessa forma, os principais esforços para incorporar a cultura material em análises sociais foram de arqueólogos e antropólogos, mas que não deixaram de ser grandes contribuições para os historiadores.

Embora tenha sido no século XIX que a noção de cultura material emergiu de maneira mais formalizada com importantes trabalhos como o de Pitt Rivers, as transformações mais profundas nos estudos de cultura material se deram no final da década de 1960, a partir da influência do estruturalismo de Lévi-Strauss e da semiologia com base

linguística de Fernand de Saussure. Logo de início dois trabalhos se tornaram referência: *Le système des objets*, de Jean Baudrillard, e *Théorie des objets*, de Abraham Moles, publicados respectivamente em 1968 e 1972. Guardadas as suas particularidades, as duas obras preocupam-se em descrever o papel das coisas materiais na sociedade de consumo moderna e, sobretudo, valorizam a função sógnica dos objetos (REDE, 2003, p. 281). Para essa vertente, os objetos materiais, assim como os códigos verbais, são considerados signos, portam significados e sentidos atribuídos arbitrariamente pelos grupos sociais. Assim como os fonemas (a menor a menor unidade sonora de uma língua) estão relacionados por oposição e binariedade, os objetos seriam organizados da mesma maneira pelas sociedades. Se os artefatos são considerados como códigos por meio dos quais as pessoas e os grupos sociais emitem e recebem informações, a cultura material pode ser entendida como um sistema de comunicação e como um texto. Nesse sentido, como as sociedades são organizadas como sistemas, a vida material pode ser entendida, portanto, como um sistema de objetos (BOIVIN, 2008; GONÇALVES, 2007; MENESES, 1983, REDE, 2012). Sendo assim, os objetos assumiram conteúdos discursivos. Nas palavras de Rede:

[...] a cultura material passou a ser considerada prioritariamente em virtude de seu potencial de criar e comunicar sentidos, ou, em outras palavras, pela sua discursividade. [...] deixa, portanto, de ser um dado inerte a ser captado para ser visto como resultado da intervenção do sujeito, de modo similar aos significados criados pelos leitores na interação dinâmica com o texto (REDE, 2012, p. 140-141).

As mudanças ocorridas na década de 1960, como aponta Rede (2012), refletiram-se em várias áreas do conhecimento, dos *American studies* à sociologia do consumo. O momento ficou conhecido como *linguistic turn*. Nas várias disciplinas das Ciências Humanas e Sociais, a Linguística tornou-se um modelo fundamental para entender mui-

tos aspectos da ação humana, do pensamento e da sociedade, e essa orientação permitiu que uma ênfase fosse dada aos significados, simbolismos e representações. Muitos teóricos passaram a se questionar sobre o papel dos artefatos (e dos símbolos em geral) na vida social e os resumiram à função de sinais diacríticos de posições e identidades sociais (ignorando o suporte material em si). A cultura material seria um meio simbólico por meio do qual as práticas sociais reproduzem as estruturas de uma sociedade. Para eles, as coisas materiais não apenas demarcam ou expressam tais posições e identidades, na verdade, como são parte de um sistema de símbolos (uma condição da cultura), são elementos que contribuem para a constituição das subjetividades, identidades e *status* (BOIVIN, 2008, p. 13; REDE, 2012, p. 139). Sendo pensados apenas como constituintes de uma totalidade social e cultural, o artefato faz parte de sistemas simbólicos ou categorias culturais cuja função é mais do que “representar”, mas organizar e constituir a vida social.

Com a consolidação da sociedade consumo após o fim da Segunda Guerra Mundial (momento em que os artefatos se tornaram cada vez mais numerosos, complexos e produzidos em velocidade cada vez mais acelerada), a preocupação com os valores e os sentidos do consumo passou a ser o foco de atenção de vários autores⁷; a questão dos significados por trás do consumo se estendeu para temas correlatos, como a questão dos gostos, das distinções sociais e das estratégias de sociabilidade e de poder. Passou-se a se questionar como as personalidades e as identidades sociais poderiam ser construídas por meio da aquisição de bens. A sociologia e a antropologia foram duas áreas que se preocuparam fortemente com a questão dos significados por trás do consumo. O trabalho pioneiro de Mary Douglas e Baron Isherwood permitiu o deslocamento do foco de análise do processo produtivo e da circulação de mercadorias para a aquisição de bens, ou seja, o momento da recepção da mensagem. Em *O mundo dos bens*, publicado

⁷ Entre eles podem ser citados os antropólogos Daniel Miller, Mary Douglas, Marshall Sahlins e Arjun Appadurai, dos arqueólogos Christopher Tilley e Ian Hodder, e dos sociólogos Pierre Bourdieu e Anthony Giddens (CARVALHO, 2011; MENESES, 1983, p. 108; REDE, 2012, p. 139-141).

em 1979, Douglas e Isherwood estão preocupados com os aspectos do consumo que foram relegados a segundo plano pelos sociólogos. Para eles, mais do que do que uma despesa, uma ação que demonstra uma posição social e marca uma classe, o consumo de bens também pode ser interpretado nas formas de construção da personalidade e da identidade social (REDE, 2012, p. 139; DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004). Outro importante trabalho é o do antropólogo Daniel Miller. Em 1987, esse autor escreve *Material culture and mass consumption*. Para ele, o consumo é um fenômeno que interpreta, gera e se apropria de sentidos por meio da mobilização dos bens no mercado capitalista; é um fenômeno de massa que não se limita às preferências pessoais, aos gostos e às escolhas de um grupo de elite; passa a ser entendido também como um fenômeno com natureza criadora e positiva (REDE, 2012; MILLER, 1987).

Embora as análises que consideram a cultura material como discurso e símbolos tenham sido predominantes, algumas críticas surgiram a essa perspectiva, como o abandono do foco sobre a materialidade. As últimas tendências procuram resgatar os aspectos materiais das coisas, buscando entender a relação sujeito-objeto e as ações que se desencadeiam nesse encontro. Contudo, vale lembrar que, mesmo não sendo a tendência atual de estudos de cultura material, o pesquisador não precisa recusar/abandonar totalmente todas as outras anteriormente existentes; muito estudiosos lançam mão de diferentes abordagens para entender a dimensão física das sociedades, em análises multifocais. A seguir o que será feito é uma tentativa de análise de descrições de quartos de patroas e criadas domésticas, fazendo uso das considerações desta vertente que pensa a cultura material como discurso, procurando entender como os objetos dispostos nesses ambientes poderiam informar diferenças sociais entre essas duas mulheres.

3. O quarto da patroa e o quarto da criada

Dentre os preceitos de higiene pessoal e da habitação, as orientações sobre a rotina de trabalho e o relacionamento entre patrões e empregados, as regras de etique-

ta, as informações sobre o que era ser uma boa mãe, esposa e dona-de-casa, os manuais de comportamento do final do século XIX e início do XX, que circularam por São Paulo, trazem uma série de descrições de objetos e ambientes domésticos. Um dos espaços a que os autores dedicaram capítulos inteiros é o quarto (de casal, jovens solteiros, crianças e empregados).

Segundo Perrot (2011, p. 15), o quarto é um ambiente relacionado a uma série de necessidades: o repouso, o sono, o nascimento/parto, o desejo sexual, o amor, a meditação, a leitura, a escrita, a procura de si mesmo, a reclusão, o contato com a religião, a doença e até a morte. Fazendo referência a Michel de Foucault, a autora afirma a necessidade de se estudar esse cômodo da casa como um local de poder, de pequenas táticas do hábitat: “A fixação espacial é uma forma econômico-política que se faz necessário estudar detalhadamente” (FOUCAULT, 2010 *apud* PERROT, 2011, p. 16). Nesse sentido, os quartos, com toda a estrutura que compõe sua materialidade (estrutura e objetos), suas dimensões, formas, decoração, usos e funções, variam historicamente e culturalmente. Ou seja, eles também são produções sociais e muito podem dizer ao historiador sobre a sociedade que é estudada e os indivíduos que os acessavam. No seguinte trecho do manual *A arte de viver em sociedade*, da autora Maria Amália Vaz de Carvalho, encontra-se a ideia de que as casas e seus espaços (incluindo os quartos) podiam informar sobre seus moradores, mais do que isso, traziam informações sobre uma sociedade em determinado período histórico: “A casa em que se vive, o quarto em que se dorme, o escriptorio em que se trabalha, a sala em que se recebe, tudo denuncia o nosso apuro ou o nosso desarranjo” (CARVALHO, 1909, p. 215). Este, portanto, foi o tema da obra *História dos Quartos*, de Michelle Perrot, e um pouco a preocupação deste trabalho.

Nos manuais femininos são descritos diferentes tipos de quartos (de meninos, meninas, casal, criadas, crianças). Nesta análise, o que interessa são os quartos das patroas e/ou de casal e os das criadas, que viviam na mesma casa. O objetivo é demonstrar que, na casa, o acesso a espaços, o uso de objetos e as práticas domésticas diferenciadas

de patroas e criadas teriam contribuído para a formação de identidades sociais e de gênero diferenciadas. Ou seja, as diferenças existentes socialmente entre essas mulheres poderiam ser observadas, por exemplo, na constituição de seus quartos.

Segundo Carvalho (2008, p. 159), os quartos femininos e os de casal aparecem fortemente como um espaço associado ao gênero feminino. Para Perrot (2011, p. 132), esse cômodo representa uma forma de clausura identificada com a própria feminilidade. É o que se observa já com a leitura de um trecho do manual *L'art de bien tenir une maison*: “o quarto de uma mulher é o reflexo de si mesma; tudo deve ser modesto e casto, se é que eu poderia usar estas palavras pomposas para me referir a decoração e mobiliário”⁸ (BASSANVILLE, 1888, p. 42, tradução nossa). As descrições desses ambientes apresentam uma grande profusão de objetos, sobretudo, decorativos. É o que se pode notar no seguinte excerto do manual de civilidade *Código de bom tom*, de José Ignácio Roquette:

A mesma simplicidade te recomendo na mobília e alfaias de rua câmara ou camarim. Que loucura não é a de muitas damas e donzelas que ornem mais ricamente seus quartos de dormir ou camarins de tocar do que suas capelas ou oratórios, quando os têm! Vêm-se ali com profusão quadros, pinturas de preço, sanefas, bambinelas, cortinas tomadas a trechos com rosas de maravalhas, ou apanhadas em florões dourados; banquinhas de madeira aromática e preciosa, ou guarnecidas de damasco, franjadas de seda ou de ouro; pias de cristal ou de raríssimas conchas; guarda-roupas de grande custo pelo precioso da madeira e bem-acabado da obra; caçoletas, espelhos, jarras, ramalhetes, porcelanas, frasquinhos, figuras de alabastro ou de gesso; caixas, cofrinhos, escrínios, escarlates, escritórios; carteiras de gabinete e de viagem; carteirinhas de algibeira para memórias ou cartas de visita ou para marcar contradanças nos bailes; esto-

⁸ No original: “la chambre d’une femme est le reflet d’elle-même; tout doit donc y être modeste et chaste, si je peux me servir de ces mots pompeux pour une décoration et un ameublement” (BASSANVILLE, 1888, p. 42).

jos de tocar e de costura; papaleirinhas recheadas de cabos de marfim ou de ágata para penas metálicas, lacres aromatizados, sinetes de camafeus ou emblemáticos, obreias transparentes ou efêmeras, papel de cores, estampado, aberto em tarjas, guardado de debuxos entrelaçando armas, iniciais ou emblemas; uma prateleira cheia de bagatelas, de marfim, porcelana, cristal e filigrana... (ROQUETTE, 1997, p. 392-393).

Nota-se uma grande quantidade de objetos descritos compondo o quarto de uma moça (Eugenia); eram artefatos de vários tamanhos, cores e matérias-primas que resultavam em diferentes estímulos, táteis e olfativos, junto a suas funções de sentar, conter, escrever, ver, limpar. Muitos eram utilizados para fazer ornamentação, como as “bambinelas”, “françadas”, “escrínios”, “caçoletas”, “espelhos”, “frasquinhos”; outros eram feitos de materiais de alta qualidade e bastante delicados: “seda”, “porcelana”, “cristal”, “damasco”, “ouro”⁹. Possivelmente eram objetos de alto custo e que só poderiam ser adquiridos por indivíduos com grande poder aquisitivo. A pergunta a ser feita é: o que significava ter um quarto de dormir amplamente decorado e mobiliado, em São Paulo, na passagem do século XIX para o século XX? Até a década de 1870, a maioria das residências paulistanas permanecia seguindo o padrão da época colonial: construções feitas de taipa de pilão, espaços com usos sobrepostos, o que inviabilizava a intimidade dos moradores, e mobiliário simples e singelo que atendia basicamente às funções de comer, guardar e dormir. Com o sucesso da produção cafeeira e a transferência de famílias ricas do interior para a cidade de São Paulo, as riquezas acumuladas passaram a ser investidas em habitações ricas, amplamente decoradas e mobiliadas. Dessa maneira, ter

⁹ Alfaia é um utensílio de adorno, tanto de casas como de pessoas; toucador é uma espécie de mesa ou cômoda, contendo um espelho, utilizado para se pentear e se vestir penteadeira; bambinellas são cortinas internas que ornamentam portas e janelas; maravalhas são aparas de madeira; damasco identifica o tecido de seda com flores ou desenhos em relevo, originalmente era fabricado em Damasco, na Síria; caçoletas são vasos de metal ou de porcelana em que se queima incenso; alabastro é uma espécie de mármore branco, translúcido, pouco duro e suscetível de um belo polido; escarapate denomina tanto um pequeno armário, que pode ser de cantoneira para louça, como mesa ou banquinha de cabeceira; algibeira é uma espécie de bolsinha; escrínios referem-se a guarda-joias ou escrivatinhas; ágata refere-se a pedras preciosas (CARVALHO, 2008, p. 159; Dicionário Priberam da Língua Portuguesa).

um quarto muito elegante, com peças feitas de “seda”, “porcelana”, “cristal”, “marmore”, “marfim” etc., ou seja, materiais de qualidade, delicados e possivelmente de alto custo, significava ser alguém elegante, civilizado, educado de acordo com os preceitos de modernidade. Portanto, a posse de objetos era uma característica que marcava distâncias sociais.

Seguindo a leitura das descrições encontradas em manuais femininos, é possível observar que as mesmas características encontradas no quarto de dormir se estendiam para o quarto de vestir, também chamado de quarto de *toilette*. Como era um espaço reservado para a troca de roupa e os cuidados com a aparência, deveria conter espelhos, luz abundante, móveis para as abluções, armários e guarda-roupas (compostos com múltiplas gavetas e pequenos ganchos para pendurar casacos, chapéus ou outros itens do vestuário).

O quarto [de *toilette*] era amplo, com tres janellas para o jardim, de paredes pintadas a oleo, numa côr de rosa suavissima. A mobilia era leve, graciosa, composta de cinco ou seis peças – o guarda-casacas com o espelho, o guarda-vestidos, o toucador, uma commoda e um divan. O lavatorio era de agua corrente, amplo e todo de marmore. Não rodava alli nenhum tapetinho embirrativo, nem quebrava a harmonia do conjuncto nenhum quadro a missangas nem flores de papel. Juncto ás janellas os jasmineiros emmaranhavam as suas hastes em arrendados verdes, e um pé de murta fornecia aroma mais deliciante ao quarto que todas as essencias de Guerlain expostas no toucador (ALMEIDA, 1905, p. 156).

No quarto de *toilette* é muito elegante ter sobre o toucador e lavatorio com todos os objectos de uso, taes como escovas, pentes, caixas de pós de arroz, estojo de unhas, frascos de vinagre de *toilette* ou de perfumes, de agua de Colonia etc., etc., - mas é necessario, para que esta exposição se admitta, que os objectos sejam de apurada elegancia (CARVALHO, 1909, p. 178).

Nos excertos acima, retirados respectivamente das obras *Livro das Noivas* e *A arte de viver em sociedade*, o quarto de *toilette* é também descrito contendo uma série de objetos (“espelho”, “guarda-vestidos”, “toucador”, “commoda”, “divan”, “escovas”, “penteados”, “caixas de pós de arroz”, “frascos de vinagre de *toilette*”, “perfumes”), feitos em diversas cores, formatos e materiais (mármore, vidro, metal, flores etc.). Os adjetivos utilizados para descrever o espaço, a mobília e a decoração (“leve”, “graciosa”, “suavíssima”, “elegante”, “modesto”, “casto”) eram características normalmente atribuídas ao gênero feminino. Ou seja, os significados atribuídos aos artefatos que compunham o quarto feminino correspondiam aos comportamentos e às atitudes esperadas que uma mulher tivesse nessa sociedade. Para ser uma boa mãe, esposa e dona-de-casa, a mulher deveria se dedicar ao bem-estar do marido e dos filhos, portanto manter o conforto, o cuidado e a higiene do lar; para isso ela deveria ser elegante, educada, carinhosa, benevolente. Essa informação se torna mais clara quando são observados os conselhos de comportamento que os manuais davam a suas leitoras (seja “bella”, “elegante”, “graciosa”, “carinhosa”, “affavel”, “requintada”, “com aspecto encantador e prestigioso”, “bella á força da arte”).

[...] de encantador e prestigioso aspecto, que se faz bella á força da arte [...], que sorri, anda, pára, dança, cumprimenta, sempre com suprema arte; que acolhe com uma infinidade extraordinária de *nuances* diversas as diferentes pessoas que lhe são apresentadas; que se veste na perfeição, conversa com uma ligeireza e uma graça inimitável, preside a um salão com uma mestria genial, e não tem um pensamento que não dimane da sociedade ou não convirja para ella (CARVALHO, 1909, p. 31).

[...] uma benevola e caridosa disposição para com os defeitos alheios (Idem, p. 60).

Será polida, affavel, carinhosa; será vigilante e activa; será garbada e requintada; fará do ménage uma arte, da vida de familia uma religião, e do seu lar o mais divino dos sanctuarios (Idem, p. 64-65).

Sahlins (2003), quando estuda o sistema de vestuário norte-americano, observa que a consubstancialidade entre sujeito e objeto é predicada como uma identidade de essências, de modo que as características dos tecidos, peças do vestuário, cortes, cores são atribuídas ao indivíduo que os utilizam. Por exemplo, a seda é considerada um tecido feminino e as mulheres são “sedosas”, “finas como sedas”, “macias como seda”. Em oposição, outros tecidos como a lã, que é essencialmente menos feminino, macio e delicado é, desse modo, atribuído ao gênero masculino. O mesmo fenômeno é possível verificar quando são analisadas descrições dos cômodos da casa; há uma correspondência entre os atributos materiais e as características pessoais das mulheres e seus quartos, como se houvesse uma essência subjacente. Esse fenômeno, como será verificado a seguir, também é corrente para a criada doméstica.

No que concerne ao quarto da criada, recomendava-se que fosse higiênico e confortável. Segundo Cleser (1898, p. 167-169), para isso, era necessário que o cômodo estivesse “sempre bem arejado e em ordem”. As paredes deveriam ser “caiadadas e limpas” – “a caiação a ocre é a mais conveniente e deve se fazer todos os annos; assim o quarto nunca chegará a estar sujo”. A mobília seria composta de “um catre solido com um bom colchão de palha, travesseiros decentes e cobertas suficientes para resistir ao frio”. Além da cama, aconselhava-se oferecer “um cabide de prateleira, um lavatorio de ferro com bacia e jarro de ágatha branca (com ramagens, para distinguil-os das vasilhas da cosinha e da despensa), um espelho, uma mesinha, uma cadeira um bahú para roupa branca e, encostada á parede, uma bacia para o banho diário”. Para a roupa de cama, indicava-se colchas de chitão vermelho e lençóis de algodão forte com bainhas marcadas com linha vermelha (Idem, p. 96-97). Se caso houvesse uma janela, as cortinas deveriam ser pequenas e de chita, assim como as colchas da cama (BASSANVILLE, 1888, p. 202-203).

Aqui tens o quarto da criada, que é o ultimo da casa. [...] O quarto era pequeno, caiado, com uma janella, um cabide de prateleira coberto de chita de ramagens azul e branca, um lavatorio de

ferro com bacia de jarro de louça branca e azul, como a chita. A um canto, um bahú para roupa branca e no outro canto uma bacia de ágatha para banho, encostada á parede. No leito de ferro (os menos sujeitos ás invasões de insectos e do pó) os lençóes, a colxa de chita e a fronha do travesseiro bem alisados e limpos. Aos pés da cama o enxugador do banho e juncto ao lavatorio a toalha de algodão para o rosto (ALMEIDA, 1905, p. 159-160). As paredes devem ser caiadas e limpas. A caição a ocre é a mais conveniente e deve se fazer todos os annos; assim o quarto nunca chegará a estar sujo. A criada deve ao levantar-se abrir a janella e conserval-a aberta todo o dia. Varrerá o soalho todas as manhãs e o lavaré ás sextas-feiras. Isto é indispensavel; a limpeza deste commodo contribue extraordinariamente para o asseio de toda a casa [...] E iniludível dever nosso dar-lhe um quartinho limpo e arejado, provido de um catre solido com um bom colchão de palha, travesseiros decentes e cobertas suficientes para resistir ao frio. Além da cama devemos fornecer um cabide de prateleira, um lavatorio de ferro com bacia e jarro de ágatha branca (com ramagens, para distinguil-os das vasilhas da cozinha e da despensa), um espelho, uma mesinha, uma cadeira um bahú para roupa branca e, encostada á parede, uma bacia para o banho diário (CLESER, 1898, p. 167-169).

Nas habitações que de fato possuíam dormitórios para os empregados, esse espaço normalmente ficava localizado nos fundos, próximo a áreas de serviço, cozinhas, despensas, porões ou em construções apartadas nos quintais, as chamadas edículas (LEMOS, 1976, p. 142-146). Segundo Graham (1992, p. 109), no Rio de Janeiro do final do século XIX, um quarto de empregada raramente, ou nunca, correspondia às condições de saúde e ao “estilo decorado riscado de branco e azul prescrito para alojamentos ideais”. Geralmente, os alojamentos eram espaços húmidos, escuros, sem janelas e ventilação. Embora os manuais prescritivos indicassem que o “quartinho da criada” fosse confortável, arejado e higiênico, os relatos de viajantes e de memorialistas e as obras literárias do período demonstram que, na maioria das casas, as criadas dormiam em ambientes mal

localizados ou em espaços improvisados nas áreas de serviço da casa, muitas vezes onde toda a tralha doméstica era guarda.

Ao voltar a nossos quartos, os pés tropeçaram numa esteira, estendida no corredor, atravessada na porta. ‘É o leito da negra, colocada a seu serviço’, nos disse sorrindo Dona M.; ‘vocês sabem, ela estará à sua disposição noite e dia’. Nós agradecemos reconhecidos, prometendo-nos, porém, não perturbar o sono da pobre mulher, a não ser por necessidade imperiosa (VIRGINIE LÉONTINE B., 1857, p. 47-48 apud LEITE, 1984, p. 133).

[...] entrou no quarto da lavadeira. Era um cubículo estreito e oprimido pelo teto. Gustavo deu alguns passos e parou, afrontado pela escuridão e pela insalubridade de ar que respirava ali [...]. - Abre-se aquele postigo [...]. E, depois de trepar-se na cadeira, abriu uma janela de dois palmos, que ficava sobre a cabeceira da cama [...]. Foi então que Gustavo viu distintamente a miséria repulsiva que o cercava [...]. Este olhava em torno de si, oprimido pelo aspecto cru e nojento de tudo aquilo [...] (AZEVEDO, 1973, p. 291-293)¹⁰.

Cleser (1898, p. 167-168) menciona em sua obra que muitos patrões não seguiam os conselhos dados nos manuais sobre a disposição dos quartos dos empregados e ofereciam a seus servidores o “peior canto da casa, às vezes debaixo de uma escada”, onde a “criada” estendia “uma esteira, servindo-lhe de travesseiros alguns molambos enrolados e completando a cama um velho cobertor esfarrapado. A madrugada tem a obrigação de enrolar este miserável arranjo e de escondel-o atrás de uma porta”. Ina von Binzer, quando descreveu a sua amiga alemã as condições materiais de seus dormitórios, contou que no lugar da cama, ela dormia em “um banco rústico de madeira, sem cabeceira mas com braços aos lados”; o colchão de feito folhas, galhos e gravetos

¹⁰ Para a pesquisa de mestrado outros documentos são utilizados como relatos de viajantes, textos memorialistas, peças publicitárias e o Fichário do Equipamento e dos Costumes da Casa Brasileira, organizado por Ernani Silva Bruno, do Museu da Casa Brasileira. Como está de acordo com a temática do texto, este excerto também foi incluído.

secos era bastante desconfortável e mais parecia um “banco de tortura coberto com um lençol”; e o travesseiro era uma “miniatura” que muito provavelmente não lhe proporcionava qualquer conforto (BINZER, 2004, p. 32).

Meu conforto material também deixa muito a desejar. “Meu quarto” é uma alcova sem janelas [...] recebendo luz apenas através da porta! Sua mobília consiste somente numa cama [...], um lavatório, uma cadeira. Não tenho armário, nem cômoda. Minha mala serve de rouparia e para meus vestidos melhores espero poder conquistar [...]. Escrevo justamente do quarto da francesa, que, apesar da tradicional inimizade, é com quem mais simpatizo nesta casa. Seu quarto não é muito melhor que o meu, mas possui uma mesa e uma janelinha alta, perto do teto; ao passo que no meu buraco escuro, que existe em todas as casas brasileiras, sinto-me quase asfixiada (BINZER, 2004, p. 88).

Comparado aos quartos de dormir e de *toilette* da patroa, o dormitório da empregada (quando de fato existia) era pequeno e apertado; o repouso, a higiene e os cuidados pessoais eram feitos num mesmo ambiente. Contendo apenas uma janela (quando havia), era abafado, mal arejado, mal iluminado e possivelmente com umidade e mofo. Nas paredes não havia ornamentação e recebiam cobertura simples – pintura “caída”¹¹ no lugar da colorida a óleo e do papel envernizado. A mobília, a decoração e os demais artefatos eram simples, feitos de materiais baratos e com qualidade inferior – um catre, uma “esteira” ou um “banco rústico” para dormir, uma cadeira, um “cabide de prateleira” e um “bahú para roupa branca”; um “lavatório de ferro com bacia de jarro de louça branca e azul” ou uma “bacia de agatha para banho”; cortinas, toalhas, colchas e lençóis feitos de materiais resistentes, porém grosseiros e sem requinte como a chita e o algodão. Os objetos ali presentes eram “suficientes” e sem qualquer propósito de ornamentação.

¹¹ Pintura feita a base de cal, branca. No sentido figurado quer dizer mascarado, disfarçado.

Como se observou nas descrições dos quartos das patroas, também havia uma correspondência entre os predicados adotados na qualificação material do ambiente e as características atribuídas às domésticas: “esfarrapado”, “miserável”, “rustico”, “nojentto” e “sujo”. Sendo assim, como a dimensão material é parte constituinte da vida social, pode-se dizer que os artefatos que compunham os quartos de patroas e de criadas representavam os meandros dessa relação e reproduziam as estruturas dessa sociedade. Os objetos que compunham o espaço dos empregados eram feitos com materiais de menor qualidade, mais grosseiros, ásperos e sem representar qualquer luxo ou elegância (a chita, por exemplo, é um tecido de algodão com estampas de cores fortes, geralmente florais, e com tramas simples, portanto feito com material rústico e grosseiro assim como as criadas também eram). Nos manuais femininos, características como “rude”, “desobediente”, “grosseira”, “desordeira”, “inimigas”, “vadios”, “gananciosos”, “aspereza”, “brutalidade” eram atributos que faziam referência aos criados:

A dona de casa no Brasil é a martyr mais digna de commiseração, entre todas as citadas pela historia. Viver em baixo das mesmas telhas com uma inimiga que faz tudo o que póde para atormentar as nossas horas, pagar-lhe os serviços e ainda fazel-os de parceria, assumindo a responsabilidade dos máos jantares que ella faz e da maneira desleixada por que arrasta a vassoura pela casa; ordenar e ser desobedecida; pedir e obter más respostas; fallar com doçura e ouvir resmungar com aspereza; advertir com justiça e ouvir responder com aggressão e brutalidade; recomendar limpeza, economia, ordem e calma, e vêr só desperdícios, porcaria, desordem e violência, confessa que é coisa de fazer abalar em vibrações dolorosas os nervos os mais modestos, mais tranquillos e mais saudavelmente pacatos do mundo! (ALMEIDA, 1906, p. 64).

Portanto, o mesmo fenômeno de consubstancialidade entre sujeito e objeto é observado aqui. Como patroas e criadas possuíam nítidas diferenças sociais (uma era

rica, a outra era pobre; uma era a dona da casa; a outra era a inimiga; uma era civilizada e elegante, a outra era ex-escrava e imigrante), seus quartos representavam materialmente essas distinções. Embora as duas fossem do mesmo gênero (feminino), por serem de grupos sociais diferentes, elas possuíam papéis sociais distintos nessa sociedade (uma era patroa, a outra era criada).

5. Considerações finais

Ao analisar os trechos que descrevem os quartos de patroas e os de criadas domésticas, é possível verificar que as características materiais dos espaços representavam as diferenças sociais existentes entre essas mulheres. Os excertos encontrados em manuais femininos do final do século XIX e início do XX (assim como na literatura e em relatos de viajantes estrangeiros) ajudam a perceber que a cultura material pode ser interpretada como um símbolo, ela possui significados dentro de determinado contexto cultural e histórico. Dessa forma, são fenômenos que variam de acordo com a cultura e o tempo e podem ser analisados pelos historiadores.

Este artigo propôs-se a dois objetivos. Em primeiro lugar, apresentar a vertente de estudos de cultura material que considera a dimensão física das sociedades como um sistema de comunicação, como símbolos que representam valores e sentidos. Em seguida, buscou-se fazer um exercício de análise dos quartos de patroas e de criadas, apoiando-se em autores como Sahlins (2003), Perrot (2011), entre outros. Verificou-se que os esforços para manter os distanciamentos entre patroas e criadas podem ser notados no espaço doméstico e, no caso desta análise, pela composição material de seus quartos.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das noivas*. 2.ed. Rio de Janeiro/São Paulo/Minas: Francisco Alves & Cia., 1905.

_____. *Livro das donas e donzellas*. Desenhos de Jeanne Mahieu. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Francisco Alves, 1906.

ALVIN, Zuleika & PEIRÃO, Solange. *Mappin: Setenta Anos*. São Paulo: Ex-Libris, 1985.

AZEVEDO, Aluísio. *A Condessa Vésper (1877-1882)*. 10.ed. São Paulo, Martins Editora/ Instituto Nacional do Livro (MEC), 1973, p. 291-292.

BASSANVILLE, Mme la Comtesse de. *L'art de bien tenir une maison*. Paris: Librairie H. Anière A. Broussois, Librairie – Éditeur, 1888.

BINZER, Ina von. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

BOIVIN, Nicole. *Material cultures, material minds: the impact of things on human thought, society, and evolution*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2008.

CARVALHO, Maria Amalia Vaz de. *A arte de viver na sociedade*. 4.ed. Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, [S.I.]: 1909.

CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. Bem-morar em São Paulo, 1880-1910: Ramos de Azevedo e os modelos europeus. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 4, p. 165-200, jan./dez. 1996.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e Artefato: O sistema doméstico na perspectiva da cultura material - São Paulo, 1870 - 1920*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2008.

_____. Cultura material, espaço doméstico e musealização. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 27, n. 46. p. 443-469, jul.-dez., 2011.

CLESER, Vera A. *O lar doméstico: conselhos praticos sobre a boa direcção de uma casa*. Sabará/MG: Unico agente vendedor A. Dilli/ S.Paulo Typographia de Oscar Monteiro, 1898.

DE LAURETIS, Teresa. A Tecnologia do Gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da Cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-241.

DIBIE, Pascal. *O quarto de dormir: um estudo etnológico*. Rio de Janeiro: Globo, 1988.

DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa (DPLP). Disponível em <<http://www.priberam.pt/DLPO/Default.aspx>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

D'INCAO, Maria Ângela. A mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 223-240.

DOUGLAS, Mary; **ISHERWOOD**, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. Trad. Viviana Bosi. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano e outras formas de morar da elite cafeeira (1867-1918)*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LEITE, Míriam Moreira. *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: Hucitec, 1984.

LEMOS, Carlos A. C. *Cozinhas, etc.: um estudo sobre as zonas de serviço da Casa Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

_____. *Alvenaria Burguesa: breve histórico da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. 2.ed. rev. ampl. São Paulo: Nobel, 1989.

MAGALDI. Ana Maria Bandeira de Mello. *Lições de casa: discursos pedagógicos destinados à família no Brasil*, Belo Horizonte, Argumentum, 2007.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Porta adentro: Criados de servir em São Paulo de 1890 a 1930*. In: BRUSCHINI, Cristina & SORJ, Bila. *Novos Olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero/Fundação Carlos Chagas, 1994, p. 193-212.

_____. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: Edusc, 2002.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *A cultura material no estudo das sociedades antigas*. *Revista de História*, São Paulo, n. 115 (Nova Série), jul.-dez. 1983, p. 103-117.

MILLER, Daniel. *Material culture and mass consumption*. Oxford: Blackwell, 1987.

_____. *Consumo como cultura material*. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 33-63, jul./dez. 2007.

O LAR e saude da familia: Manual domestico. 5.ed. São Paulo, Sociedade Promotora da Saude no Brasil: Estação de São Bernardo, [1922].

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização, São Paulo, 1850-1900*. São Paulo: Alameda, 2005.

PERROT, Michelle. *História dos quartos*. Trad. Alcilda Brant. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914*. São Paulo: Edusp, 1994.

REDE, Marcelo. *Estudos de cultura material: uma vertente francesa*. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, vol. 8-9, n. 9, p. 281-292, 2003.

_____. *História e cultura material*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 133-150.

ROQUETTE, José Ignácio; Lilia Katri Moritz Schwarcz. *Código do bom tom; ou, Regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. In: São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

Abstract: *Since the 1960s, material culture' studies are influenced by Lévi-Strauss's structuralism and Saussure's linguistic. This paper has two objectives: a brief discussion about the aspect of material culture studies that is concerned with values and meanings attributed to artifacts; an observation of the description of two female bedrooms, mistresses and domestic servants. The descriptions are in behaviour's manuals published between 1870 and 1920. They are books that were made for women to teach them to be mothers, wives and housewives, working together with the feminine gender's development. The exercise is based on Sahlins (2003), Perrot (2011) and other authors' theoretical analyses. Relations between mistresses and domestic servants are determined by differentiation. The efforts to keep the distances are noticed in this case by the material composition of their bedrooms.*

Keywords: *Material Culture; Females' manuals; Domestic space; Mistresses; Servants.*

A ARQUITETÔNICA DA RESPONSABILIDADE: UM RASTREIO PELA ELABORAÇÃO DO CONCEITO BAKHTINIANO

Urbano CAVALCANTE FILHO¹

Resumo: *A leitura e o entendimento da obra de Bakhtin não é uma das tarefas mais simples. Ler e escrever sobre suas ideias exige de nós, leitores e estudiosos, profunda reflexão e tempo de maturação para uma compreensão ativa responsável de seus postulados. Neste trabalho, nosso objetivo é propor um caminho de leitura e estudo que nos possibilite uma compreensão ativa de uma das concepções mais importantes da teoria bakhtiniana, porém pouco estudada, o conceito de “arquitetônica”. Para isso, propomos que o entendimento deste conceito só é possível se estudarmos, conjunta e complementarmente, os quatro primeiros trabalhos do autor: “Arte e responsabilidade” (1919), “Para uma filosofia do ato” (1920-24), “O autor e a personagem na atividade estética” (1924-27) e “O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária” (1924), defendendo a ideia de que tal conceito não pode ser apreendido de uma obra específica ou sistematizado numa perspectiva estritamente linguística ou linguístico-literária.*

Palavras-chave: *arquitetônica; responsabilidade; responsabilidade; teoria bakhtiniana.*

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Sheila Vieira de Camargo Grillo. Bolsista FAPESP. Chercheur Doctorant en Sciences du Langage - Université Paris Ouest Nanterre La Défense - France. Bolsista Capes. Professor do Instituto Federal da Bahia – IFBA Campus Ilhéus. E-mail: urbanocavalcante@usp.br.

A Arquetônica é, antes, uma agenda de tópicos tão basais e complexos que nem sequer o transcorrer de uma vida inteira bastaria para ponderá-los até o fim.
Clark & Holquist (2008, p. 90)

1. Introdução

Já é lugar-comum o fato de se considerar as reflexões de Bakhtin e seu Círculo como um postulado consolidado não só na história do pensamento linguístico, mas também filosófico, cultural, literário, histórico. Conceitos por eles empreendidos como dialogismo, carnavalização, cronotopo, bivocalidade, polifonia, enunciado concreto, plurilinguismo, ato ético, arquetônica, entre outros, constituem ferramentas imprescindíveis quando tentamos compreender a linguagem e o ser da linguagem. Constitui uma tarefa não muito fácil mergulhar nas reflexões filosóficas propostas pelo Círculo de Bakhtin.

A necessidade e a busca pela compreensão das formas de produção do sentido bem como a compreensão das mais variadas formas de funcionamento do discurso foram a motivação para que Bakhtin se empenhasse no projeto de formulação de uma teoria ética e estética da linguagem. Para além dos trabalhos com a análise Rabelais, Goethe e Dostoiévski, apesar de apresentarem concepções bem elaboradas e sistematizadas, interessou também ao filósofo russo o estudo do discurso cotidiano, filosófico, científico e institucional. Com isso, deparamo-nos com uma forma diferente, uma nova perspectiva de encarar a linguagem humana, entendendo-a como um constante processo de interação mediado pelo diálogo – e não apenas um sistema abstrato e autônomo, desvinculado do meio social, alheio à vida.

Nosso objetivo, neste artigo, é propor um caminho de leitura e estudo que nos possibilite um rastreo e uma compreensão ativa de uma das concepções mais importantes do pensamento bakhtiniano, o conceito de *arquetônica*. No entanto, no momento em que nos deparamos com a obra de Bakhtin, e nos propomos a discorrer sobre tal

conceito filosófico, tomamos o mesmo argumento utilizado por Freitas (2013) para dizer que se ler Bakhtin não é uma tarefa das mais fáceis:

o ato de escrever é ainda mais complexo, pois, tenho que, com as minhas palavras trazer os dizeres do autor, os sentidos por mim construídos na interlocução com ele. E é difícil passar para a escrita todo o vivido e o experimentado. Assumo, no entanto, o risco dessa empreitada selecionando alguns fragmentos dos textos lidos que mais me mobilizaram sem pensar em esgotar a riqueza de tudo que foi dito pelo autor (FREITAS, 2013, p. 184).

Isso se justifica pelo fato de Bakhtin se posicionar diante da linguagem de um lugar que articula ética, estética e diferentes pressupostos filosóficos. O conceito de arquitetura, complexo por si mesmo, não pode ser apreendido de uma obra específica ou sistematizado numa perspectiva estritamente linguística ou linguístico-literária. Tal conceito emerge, portanto, de um comprometimento não só linguístico, mas de uma visão de mundo que busca entender o todo, numa perspectiva em que estão articulados, numa relação dialógica infinda, os aspectos social, histórico, cultural e ideológico da produção da linguagem. Nesse sentido é que tal conceito filosófico bakhtiniano apresenta-se como relevante para os estudos da linguagem pois, longe de se pretender acessar a produção discursiva sob o prisma meramente linguístico e mecanicamente técnico, esta importante noção propõe que sejam articulados, de forma dialógica, todas as dimensões e seus valores éticos, culturais, históricos, sociais, políticos e ideológicos constituintes e responsáveis pela construção do sentido das manifestações discursivas.

2. O projeto arquitetônico bakhtiniano

Nas palavras introdutórias de seu artigo *Imia ou prozvishche? Bakhtin, Gogol e a história do riso*, David Shepherd afirma que “o horizonte de aclamar Bakhtin como um reservatório inesgotável de inovação teórica e metodológica incontestável há muito já se

passou” e que “os atuais estudos bakhtinianos estão menos preocupados, e com razão, em explorar aonde o pensamento de Bakhtin pode levar e mais em perguntar de onde veio o pensamento de Bakhtin” (SHEPHERD, 2006, p. 208).

Formulações feitas na década de 1920 do século passado, muitas delas aparecidas tardiamente no Ocidente, revelam-se fundamentais para a empreitada do nosso propósito neste artigo. Dessa forma, para cumprir nossa finalidade, pautamo-nos, enquanto fundamento epistemológico-metodológico, na teoria bakhtiniana da linguagem, vislumbrando mostrar que o conceito de arquetônica na medida em que leva em consideração os aspectos históricos, sociais, culturais, éticos e estéticos, possibilite-nos ver o mundo e a linguagem como acontecimento, como uma atividade, e o ato humano com a linguagem um evento singular, único e irrepetível num dado espaço e tempo.

Conforme Brait e Campos (2009), no período em que viveu em Nevel, de 1818 a 1920, Bakhtin iniciou o seu grande projeto filosófico sobre a *Arquetônica da responsabilidade*. Esse projeto tem continuidade quando, no final dos anos de 1920, membros do Círculo mudam-se para Vítebsk, cidade vanguardista a 100 km ao sul de Nevel.

Dessa forma, levando-se em consideração o projeto de elaboração de uma filosofia da linguagem empreendida por Bakhtin na década de 1920, a pertinência das reflexões para o entendimento do funcionamento da linguagem, além dos comentários existentes elaborados por estudiosos da teoria bakhtiniana, duas indagações básicas norteiam nossa preocupação no entendimento do conceito de arquetônica bakhtiniano, podendo ser explicitadas da seguinte maneira:

- a) em que consiste a arquetônica bakhtiniana, ou, para utilizar a expressão apresentada por Clark e Holquist (2008), a *arquetônica da responsabilidade*?
- b) Como pode ser rastreada a elaboração desse conceito na obra do teórico russo?

Propomos que o conceito de arquetônica é formulado com base nos quatro primeiros trabalhos do autor: *Arte e responsabilidade* (1919), *Para uma filosofia do ato*

responsável (1920-24), *O autor e a personagem na atividade estética* (1924-27) e *O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária* (1924). Assim, de forma panorâmica (em virtude da extensão deste artigo), passaremos o olhar por esses escritos, que constituem o alicerce que sustentará o conceito de arquitetônica para, em seguida, esboçar uma resposta sobre o nosso entendimento de tal conceito. Antes, porém, é imprescindível atribuir um relevo à informação de que, como bem nos apresenta Sobral (2012), a elaboração do conceito de arquitetônica de Bakhtin vem de uma resignificação das “razões kantianas”. É a partir da proposição de Kant sobre as categorias de tempo e espaço, que o filósofo rebate o caráter abstrato e transcendente defendido por Kant, propondo uma perspectiva integralizadora, sem absolutismo e relativismo dessas categorias, enquanto formas indispensáveis de qualquer conhecimento. Justificamos essa afirmação com as próprias palavras do autor em nota de rodapé na abertura de seu ensaio *Formas de tempo e de cronotopo no romance (ensaios de poética histórica)*:

Na sua “Estética Transcendental” (uma das partes básicas da *Crítica da Razão Pura*) Kant define o espaço e o tempo como formas indispensáveis de qualquer conhecimento, partindo de percepções e representações elementares. Tomamos a apreciação de Kant do significado destas formas no processo de conhecimento, mas nós a compreendemos, diferentemente de Kant, não como “transcendentais”, mas como formas da própria realidade efetiva. Tentaremos revelar o papel destas formas no processo de conhecimento artístico concreto... (BAKHTIN [1937-38], 2010, p. 212).

2.1 Arte e responsabilidade

Começamos a pensar nessa empreitada conceitual filosófica a partir do seu primeiro texto escrito, *Arte e Responsabilidade*, considerado o texto precursor do conceito de arquitetônica. Produzido em 1919 e publicado em 13 de setembro no almanaque diário *O dia da arte*, de Nevel, esse brevíssimo, mas denso artigo de duas páginas (Boris

Schnaiderman o chamou de “miniensaio”), o jovem Bakhtin já lança na arena de sua reflexão dois aspectos importantes para o entendimento da arquitetônica, embora esse conceito ainda não seja por ele cunhado e muito menos definido:

- a oposição desse gesto conceitual com a noção de mecânica; e
- a noção de totalidade ao integrar ciência, arte e vida sob a égide da responsabilidade.

O primeiro aspecto diz respeito à diferença entre a ligação mecânica e a articulação arquitetônica entre os elementos que compõem um todo: “Chama-se mecânico ao todo se alguns de seus elementos estão unificados apenas no espaço e no tempo por uma relação externa e não os penetra a unidade interna do sentido. As partes desse todo, ainda que estejam lado a lado e se toquem, em si mesmas são estranhas umas às outras” (BAKHTIN [1919], 2011, p. XXXIII). É em oposição ao conceito de mecânica que Bakhtin direciona sua especulação filosófica sobre a arquitetônica, ao pensar a relação entre os elementos constituintes de um todo numa perspectiva interacional, dialógica, fronteira e de interdependência e interferência recíprocas.

Já pensando no segundo aspecto, o da totalidade, evocamos a voz do próprio Bakhtin: “Os três campos da cultura humana – a ciência, a arte e a vida – só adquirem unidade no indivíduo que os incorpora à sua própria unidade. [...] o que garante o nexo entre os elementos do indivíduo? Só a unidade da responsabilidade” (BAKHTIN [1919], 2011, p. XXXIII). Vemos, pois, que Bakhtin já está pensando em considerar separado o mundo da teoria do mundo da vida, ideia que ele desenvolverá posteriormente no escrito *Para uma filosofia do ato responsável*. O que temos, com base nessa visão, é a proposta bakhtiniana e a importância atribuída pelo filósofo à relação intrínseca entre o geral e o particular, entre elementos constituintes e totalidade, ou seja, a relação entre a arte e a vida na existência humana, tomando o eu como integrante e dotado de

responsabilidade² (responsabilidade *por* e responsividade *a*) como aquilo que garante a unidade interior dos elementos que constituem o homem, tanto numa perspectiva ética quando estética.

2.2 Para uma filosofia do ato responsável

Para uma filosofia do ato responsável, fragmento de um ensaio filosófico inacabado, datado do início dos anos 1920³, escrito provavelmente entre 1920 e 1924, funciona como marco zero do multifacetado pensamento bakhtiniano. Trata-se de uma obra que permaneceu inédita por décadas⁴ e, portanto, não estabeleceu um diálogo com seu tempo, mas já traz de forma clara sinalização das preocupações literárias e filosóficas que impulsionava as reflexões de Bakhtin. Embora, como diz Fiorin (2011), a obra seja “marcada por inacabamento, um vir a ser, uma heterogeneidade, que tornam muito complexa a apreensão de seu pensamento” (2011, p. 205), *Para uma filosofia do ato responsável* é um excelente trabalho que traz um importante e nuclear conceito da teoria bakhtiniana, o de ato responsável. Além disso, Bakhtin tem nessa obra um projeto de estudo teórico mais amplo que envolveria, primordialmente, e que nos interessa tratar aqui, “a arquitetônica do mundo real” e a “atividade estética como ação ética”. Apregoa o pensador: “Somente do interior do ato real, singular – único na sua responsabilidade – é possível uma aproximação também singular e única ao existir na sua realidade concreta; somente em relação a isso pode orientar-se uma filosofia primeira” (BAKHTIN [1920-4], 2010a, p. 79).

² A responsabilidade, elemento constituinte da vida e garantidor da unidade interior da pessoa, refere-se ao fato de o homem responder pelos seus próprios atos. Para melhor aprofundamento sobre a questão da responsabilidade, ver BAKHTIN, M. *Por uma filosofia do ato responsável*. Trad. Vladimir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010a.

³ Escrito às pressas e reconstituído e editado por Vadim Liapunov e Michael Holquist, a partir de um conjunto de anotações encontradas no arquivo de Bakhtin.

⁴ Obra escrita em Vítebsk, que só foi editada e apareceu em 1986, na Rússia em edição organizada por Bocharov. Seu título original é desconhecido. O que se encontra na publicação em russo, traduzido para as demais línguas, foi criado pelo organizador. A versão traduzida para o português, em 2010, tomou por base a versão italiana, de uma edição organizada pelo estudioso Augusto Ponzio.

Este escrito é uma obra-chave para entendermos o projeto filosófico bakhtiniano. O cerne da questão filosófica trazida na obra pode ser sintetizado na seguinte questão: o problema da cisão entre o sentido (o significado) de um ato e a sua realidade histórica única. Para o filósofo, essa cisão só pode ser superada se o sentido tornar um momento constitutivo do ser-evento. Dessa forma, “compreender um objeto é compreender o meu dever em relação a ele (a atitude ou posição que devo tomar em relação a ele) – e isso pressupõe minha participação responsável, e não uma abstração” (BAKHTIN [1920-24], 2010a, p. 66).

Nessa obra, Bakhtin cunha o termo *arquitetônica* para pensar e mostrar, em sua construção teórica, que, sozinhos, os pilares de sustentação de base não funcionam. É preciso que esses pilares, para formar um todo arquitetônico único, considerado em sua concretude, estejam harmonicamente em relação:

É esta arquitetônica do mundo real do ato que a filosofia moral deve descrever, não como um esquema abstrato, mas como o plano concreto do mundo do ato unitário singular, os momentos concretos fundamentais da sua construção e da sua disposição recíproca. Estes momentos fundamentais são: eu-para-mim, o outro-para-mim e eu-para-o-outro; todos os valores da vida real e da cultura se dispõem ao redor destes pontos arquitetônicos fundamentais do mundo real do ato: valores científicos, estéticos, políticos (incluídos também os éticos e sociais) e, finalmente, religiosos. Todos os valores e as relações espaço-temporais e de conteúdo-sentido tendem a estes momentos emotivo-volitivos centrais: eu, o outro, e eu-para-o-outro (BAKHTIN [1920-4], 2010a, p. 114-5).

Dessa forma, em *Para uma filosofia do ato responsável* estão esboçadas algumas ideias que, de alguma forma, nortearão e estarão presentes no conjunto da obra bakhtiniana, temas desenvolvidos e aprofundados, como responsabilidade, ato ético, eu e outro, exotopia, autoria, entre outros.

2.3 O autor e a personagem na atividade estética

Outro ensaio de extrema relevância para a argumentação nesse artigo é *O autor e a personagem na atividade estética* (produzido entre 1924 e 1927), constante da coletânea *Estética da Criação Verbal* (2011)⁵. É um ensaio em que Bakhtin apresenta a sua chamada “filosofia estética”, contrapondo-a ao método e, sobretudo, o formalismo russo. É um ensaio que se aproxima da abordagem feita pelo autor em *O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária*, que discutiremos logo em seguida.

Este texto, um dos primeiros escritos de fôlego do autor, é um longo e difícil ensaio, produzido quando Bakhtin vivia em Vítebsk e se reunia com membros do Círculo. Como não foi um texto preparado para publicação, ele foi reconstituído pelos editores a partir de materiais remanescentes, não apresentava título, havia trechos ilegíveis, além de ser um texto mutilado no início: faltam-lhe cerca de vinte páginas, no que parece ser a introdução do primeiro capítulo. É um trecho que não aparece na edição russa nem na brasileira, mas que, na edição americana de *Art and Answerability*, de 1990, aparece numa *Supplementary Section*. Em seu artigo *A questão da arquitetônica em Bakhtin: um olhar para materiais didáticos de língua portuguesa*, Campos nos atenta para um detalhe sobre tal texto:

Ao iniciar a leitura do primeiro capítulo da edição brasileira de “O autor e a personagem”, logo no segundo parágrafo somos surpreendidos com a expressão “Já afirmamos bastante que cada elemento de uma obra nos é dado na resposta que o autor lhe dá” (Bakhtin, 2003: 3). O leitor relê o advérbio “bastante” e não entende a que se refere, porque o texto acabou de começar. Tal menção refere-se a uma parte anterior que não está presente nessa edição. Na verdade, é preciso retomar o início do texto publicado na versão em inglês e espanhol para encontrar as várias

⁵ Livro foi publicado 4 anos após a morte de Bakhtin, como indicado na nota anterior. Foi organizado a partir de trabalhos recolhidos do arquivo de Bakhtin por S. G. Bocharov. Os textos reunidos são escritos feitos por Bakhtin, entre o período de 1920 e 1974, em momentos e em lugares distintos.

páginas que trazem uma detalhada análise do poema lírico de Aleksandr Púchkin, *Razluka*[A separação] (1930). Esse fragmento, por sua vez, sinaliza que faz parte do mesmo projeto de investigação iniciado anteriormente em *Para uma filosofia do ato responsável* (CAMPOS, 2012, p. 25).

Neste longo e difícil ensaio, apesar de faltando trechos e apresentar partes ilegíveis, é possível perceber como Bakhtin apresenta os pontos básicos de sua visão estética romanesca, que, bem verdade, podemos entendê-la como um visão de mundo e uma concepção revolucionária de linguagem. Bakhtin deseja, pois, estabelecer os fundamentos de uma “filosofia da estética”, tomando como cerne da discussão a compreensão do princípio básico da relação entre o autor e a personagem. Temos uma orientação do filósofo para a elaboração de uma teoria do ato estético, que corresponderá a um exemplo particularmente elaborado de um tipo de relação humana, em que a perspectiva da alteridade, na relação entre duas ou mais consciências (autor, herói ou personagem) produzem relações no plano artístico, em condições de igualdade e complementaridade da unidade de sentido.

Neste trabalho, Bakhtin mostrará como, na criação artística, há a necessidade de sair de si mesmo (o que chamará de extraposição), isto é, a construção estética só é percebida do exterior, como um todo. Temos então esboçado um primeiro princípio arquitetônico: a extraposição, a exotopia, cuja completude se dá a partir do excedente de visão. Vemos, portanto, que a alteridade é central nessa elaboração conceitual.

Diante das considerações apresentadas acima, sublinhamos aqui que é no ensaio *O autor e a personagem na atividade estética* que Bakhtin apresenta uma definição mais pontual da arquitetura. Tal definição não se encontra na edição brasileira constante da coletânea *Estética da criação verbal*, pelas razões já apresentadas anteriormente. Podemos encontrar esse fragmento, que se acredita ser a introdução do referido ensaio, na edição em espanhol *Hacia una filosofía de lacto ético. De losvorradores y*

otros escritos (1997), organizada por Zavala e Ponzio, com tradução para o espanhol de Tatiana Bubnova, e em *Art and Answerability*, de 1990, organizada por Holquist e Liapunov, traduzido pelo último.

A definição antecede uma análise feita por Bakhtin do poema *Razluka* (Separação) de Aleksandr Pushkin, escrito em 1830, que, aliás, é uma versão da análise mais detalhada do que a que aparece na obra *Para uma filosofia do ato responsável*. Na obra em espanhol, encontramos a seguinte definição apresentada por Bakhtin:

La arquitectónica – en cuanto una disposición y relación especulativamente necesaria, no fortuita de las partes y momentos concretos, singulares en un todo acabado – es posible tan sólo en torno al hombre en cuanto héroe dado. Pensamiento, problema, tema no pueden ser fundamento de la arquitectónica, puesto que ellos mismos requieren de un todo arquitectónico concreto, para lograr una cierta conclusión. [...] Incluso un todo discursivo de algún trabajo científico en prosa no está condicionado por la esencia de su idea principal, sino por los momentos absolutamente casuales con respecto a esta esencia, y ante todo aparecen inconscientemente limitados por el horizonte del autor [...] (BAJTIN, 1997, p. 83-84).

Nas considerações feitas do poema de Puchkin, Bakhtin mostra o homem como centro de valor, ressaltando que o sentido que atribuímos ao todo só é possível se considerarmos o herói, a heroína e o autor-criador como aspectos do objeto estético, ou seja, o sentido só é atribuído a partir de um centro de valor. Exemplificando com o poema de Puchkin, o termo *terra estrangeira* só adquire sentido se considerado a partir de certo ponto de vista ou centro de valor. A Rússia é, portanto, terra estrangeira para a heroína enquanto é terra natal para o herói. Temos, portanto, no poema, os elementos concretos da arquitetura, atraídos por dois centros valorativos, do herói e da heroína, centros valorados no interior de um acontecer único.

2.4 O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária

Em *O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária* (1923-24), Bakhtin, ao trazer o conceito de objeto estético, traz reflexões iniciais sobre o campo da crítica da arte e da estética em geral. Aqui o filósofo russo tece uma crítica à estética material, alegando que esta, associada ao formalismo russo, não tem condições de fundamentar a forma artística, por apoiar-se na primazia do material. Assim, pautada no tecnicismo, é impossível apreender a totalidade da obra na sua singularidade e significação estética, já que essa estética não relaciona a vida, a arte e o conhecimento, isto é, desconsidera a relação e envolvimento mútuo entre a ética, a estética e a cognição.

Nesse ensaio, ganha relevância o conceito de *forma* traduzida pelo autor. Enquanto expressão da atividade criativa, a forma pode ser estudada de duas maneiras:

- a) como forma arquitetônica, tendo como centro o ser humano, o mundo do homem, com seus valores, ações, desejos, sentimentos, determinado axiologicamente e voltado para o conteúdo (os atos humanos); e
- b) como forma composicional, que se refere à realização da forma arquitetônica em um material.

Dentre as várias críticas dirigidas à estética material, uma delas refere-se à confusão entre as formas arquitetônicas e composicionais. Dessa forma, o teórico se propõe a estabelecer a distinção entre elas. Enquanto a forma composicional que organiza o material têm “um caráter teleológico, utilitário, como que inquieto, e estão sujeitas a uma avaliação puramente técnica, para determinar quão adequadamente elas realizam a tarefa arquitetônica” (BAKHTIN [1923-24], 2010b, p. 25), as formas arquitetônicas

são as formas dos valores morais e físicos do homem estético, as formas da natureza enquanto seu ambiente, as formas do acontecimento no seu aspecto de vida particular, social, histórica,

etc.; todas elas são aquisições, realizações, não servem a nada, mas se auto-satisfazem tranquilamente; são as formas da existência estética na sua singularidade. [...] A forma arquitetônica determina a escolha da forma composicional.

Não tem valor para Bakhtin a concepção de forma numa perspectiva meramente técnica. Ao diferenciar essas duas formas (arquitetônica e composicional), Bakhtin toma a forma arquitetônica como aquela que tem como centro o ser humano e considera que o valor está no todo, na inter-relação entre forma, conteúdo e material. Assim, o autor mostra que, apesar de a forma artística se realizar no todo do material, ela não se esgota nele; antes, é nela (na forma artística) que interagem, em influência recíproca e de forma indissolúvel, a forma do conteúdo, a forma composicional e a forma do material, num movimento de implicação mútua.

3. Então, como entender a arquitetônica bakhtiniana da responsabilidade?

Concordamos com Morson e Emerson (2008, p. 21), quando eles afirmam que “Bakhtin não facilitou para ninguém a reconstrução do “labirinto dos elos” entre suas próprias idéias [...] É difícil datar sua obra, porque não raro decorreram décadas entre a composição e a publicação; muitas vezes é difícil dizer quando a obra começou, e ainda mais difícil saber como ela evoluiu nesse ínterim”. Assim, a partir de nossa leitura e entendimento dos 4 trabalhos do autor da década de 1920 (*Arte e responsabilidade* (1919), *Para uma filosofia do ato* (1920-24), *O autor e a personagem na atividade estética* (1924-27) e *O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária* (1924)), diríamos que entendemos a arquitetônica bakhtiniana ou arquitetônica da responsabilidade como a construção (para utilizar, como fez Bakhtin, o termo advindo da arquitetura) do discurso, com vistas a ser portador de uma ordenação, uma *unidade de sentido*, considerando sua totalidade, ou seja, é a articulação dialética e dialógica da forma, do material e do conteúdo. Essa unidade da totalidade de sentido (já anunciada em

Arte e Responsabilidade) advém dos elementos que, concebidos e atuantes no mundo das relações, relações essas de caráter interdiscursivo e interativo, e, portanto, dialógico.

A totalidade arquitetônica possibilita que perguntemos sobre quem produziu o quê, para qual interlocutor foi produzido, quais eram as circunstâncias/contexto de produção, enfim, o ato humano marcado e situado em sua totalidade. Temos aqui, portanto, no objeto estético, o ato responsivo de um *autor-criador*, que sob uma aura axiológica compõe um objeto estético, integrando os aspectos éticos, estéticos e cognitivos, de forma arquitetonicamente harmônica. Estamos diante, portanto, de um trabalho autoral, um ato responsável (sem alibi para a existência), de uma atividade de resposta (a alteridade como elemento fulcral), num dado espaço-tempo, de responsabilidade (eu – outro), cujo acabamento só é dado de fora, do exterior (exotopia/ excedente de visão). Afinal, outro é visto por mim como acabado, ao passo que vejo a mim mesmo como essencialmente inacabado, ao mesmo tempo em que o outro se vê como inacabado e me vê como acabado: trata-se do excedente de visão, base tanto da interação como da atividade autoral e científica. Isso remete à questão da “exotopia” ou “excedente de visão”, que é a base do trabalho estético.

4. Considerações finais

O filósofo russo Mikhail Bakhtin e seu Círculo desenvolveram reflexões extremamente pertinentes para se pensar e entender a linguagem e o homem, enquanto ser de linguagem. Conceitos importantes como arquitetônica, ato ético, responsabilidade, responsividade, gênero discursivo, entre outros, constituem ferramentas imprescindíveis na busca de uma compreensão do sujeito em sua relação com o outro e seu agir no mundo da vida, da arte e da ciência.

Pensar o conceito de arquitetônica na formulação bakhtiniana requer uma compreensão do substrato filosófico que sustenta tal noção e todo o seu pensamento na formulação de sua estética geral. A finalidade das interações arquitetônicas é, portanto, a

busca pela “unidade de sentido”. Analisar um texto, portanto, na intenção de depreender a sua arquitetônica, significa estudá-lo em todas as suas dimensões, identificando as partes que o compõem, analisando como essas partes se articulam para a construção de sentido, explicitando, assim, as inter-relações axiológico-dialógicas que constituem o todo em sua imbricação com os valores éticos, culturais, históricos, sociais, políticos e ideológicos. Enfim, a arquitetônica permite-nos que compreendamos o mundo como acontecimento respaldado numa atitude responsiva e dialógica, nunca abstrata e mecânica.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. Formas de tempo e de cronotopo no romance (ensaios de poética histórica). In: *Questões de literatura e estética (A teoria do romance)*. Equipe de trad. Aurora Fornoni Bernadini et al. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 211-362.

_____. *Para uma filosofia do ato responsável*. Trad. Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010a.

_____. O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária. In: *Questões de literatura e estética (A teoria do romance)*. Equipe de trad. Aurora Fornoni Bernadini et al. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 2010b, p. 13-70.

_____. Arte e responsabilidade. In: *Estética da criação verbal*. Trad. do russo de Paulo Bezerra. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p. XXXIII-XXXIV.

_____. O autor e a personagem na atividade estética. In: *Estética da criação verbal*. Trad. do russo de Paulo Bezerra. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p. 3-194.

BRAIT, Beth; **CAMPOS**, Maria Inês Batista. Da Rússia Czarista à web. In: BRAIT, Beth. (Org.). *Bakhtin e o Círculo*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 15-30.

CAMPOS, Maria Inês Batista. A questão da arquitetônica em Bakhtin: um olhar para materiais didáticos de Língua Portuguesa. In: *Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 1. São Paulo: FFLCH-USP, 2012, p. 245-261.

CLARK, Katerina; **HOL QUIST**, Michael. *Mikhail Bakhtin*. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FIORIN, José Luiz. Resenha. *Bakhtiniana*. São Paulo, v. 1, n. 5, p. 205-209, 1º semestre 2011.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. Identidade e alteridade em Bakhtin. In: PAULA, Luciane de; STAFUZZA, Grenissa (Orgs.). *Círculo de Bakhtin: pensamento interacional*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013, p. 183-217. (Série Bakhtin: inclassificável; v. 3).

MORSON, Gary Saul; EMERSON, Caryl. *Mikhail Bakhtin: criação de uma prosaística*. Trad. de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SHEPHERD, David. Imia ou prozvishche? Bakhtin, Gogol e a história do riso. In: FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto de (Orgs.). *Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006, p. 208-226.

SOBRAL, Adail. Ato/atividade e evento. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 11-36.

Abstract: *Reading and the comprehension of Bakhtin's writings is not a simple task. Reading and writing his ideas demand us, readers and researchers, a deep reflection and maturation time in order to get a responsible active comprehension. In this work, our aim is proposing a way of reading and study that allows us an active comprehension of one of the most important conceptions of the Bakhtinian theory, but little studied, the concept of "architectonics". For such, we propose that this concept understanding is only possible if we study, jointly and completely, the four first author's work: "Art and Answerability" (1919), "Toward a Philosophy of the Act" (1920-24), "Author and Hero in Aesthetic Activity" (1924-27) and "The Problem of Content, Material and Form in Verbal Art" (1924), defending the Idea that such concept can't be surmised from a specific or ranged work in a strictly linguistic or linguistic-literary perspective.*

Key-words: *architectonics; answerability; responsibility; bakhtinian theory.*

PARA CITAR ESTA OBRA:

Aquino, Z. G. O.; Gonçalves Segundo, P. R.; Marega, L. M. P.; Cavalcante F^o, U.;
Santos, T. J. F.; Dioguardi, G. (Orgs.). A multidisciplinaridade nos estudos discursivos.
São Paulo: Editora Paulistana, 2015. 516p. ISBN 978-85-99829-78-3.

Acessível em: <http://eped.fflch.usp.br/>
